CORPO NEGRO E SAÚDE

UM ESTUDO SOBRE AFROBRASILEIROS(AS), AIDS E AÇÕES AFIRMATIVAS

ADAILTON DA SILVA

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

ALEXA CULTURAL

Adailton da Silva

CORPO NEGRO E SAÚDE:
Um estudo sobre Afrobrasileiros(as), Aids e Ações afirmativas

Comitê Científico Alexa Cultural

Presidente
Yvone Dias Avelino (PUC/SP)
Vice-presidente
Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)
Membros
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid/Espanha)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Cristian Farias Martins (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Heloisa Helena Corrêa (UFAM – Manaus/AM)
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (ECA/USP - São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garrafoni (UFPR – Curitiba/PR)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Adailton da Silva

CORPO NEGRO E SAÚDE:
Um estudo sobre Afrobrasileiros(as), Aids e Ações afirmativas

UFAM

ALEXA

Embu das Artes - SP
2020

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente
Henrique dos Santos Pereira

Membros
Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA
Louis Marmoz Université de Versailles
Antônio Cattani UFRGS
Alfredo Bosi USP
Arminda Mourão Botelho Ufam
Spartacus Astolfi Ufam
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira UFC
Conceição Almeira UFRN
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP
Gabriel Conh USP
Gerusa Ferreira PUC/SP
José Vicente Tavares UFRGS
José Paulo Netto UFRJ
Paulo Emílio FGV/RJ
Élide Rugai Bastos Unicamp
Renan Freitas Pinto Ufam
Renato Ortiz Unicamp
Rosa Ester Rossini USP
Renato Tribuzy Ufam

Reitor
Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitor
Jacob Moysés Cohen

Editor
Sérgio Augusto Freire de Souza

Dedicado à Rita, Akin e Ravi.

© by Alexa Cultural

Direção
Galdys C. A. Langermans e Nathasha Amaro Langermans
Editor
Karel Langermans
Capa
Jose Luis Cardona Tabares
Editoração Eletrônica
Alexa Cultural
Revisão Técnica
Michel Justamand
Revisão de Língua
Alyxandra Gomes Nunes, Camila Leopoldina Batista dos Santos, Juan Emílio Garcia Torres, Melissa Cordeiro Pereira e Renata da Silva Duarte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S498a - SILVA, A.

Corpo Negro e Saúde: Um estudo sobre Afrobrasileiros(as), Aids e Ações Afirmativas, Adailton da Silva, Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus/AM, 2020

14x21cm - 338 páginas

ISBN - 978-65-87643-59-5

1. Antropologia- 2. Movimento Negro- 3. HIV/Aids - 4. Pan-africanismo - 5. Ações Afirmativas I. Sumário - II Bibliografias - III. Prefácio

‘ CDD - 301

Índices para catálogo sistemático:
Antropologia
População Negra
Pan-africanismo
Movimento Negro

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

ALEXA

Alexa Cultural Ltda
Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexa@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Editora da Universidade Federal do Amazonas
Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgilio Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

É mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito.
Albert Einstein

-

PREFÁCIO

Saudosas Memórias: registro de uma contribuição dos Movimentos Negros na luta pelo Direito Humano à Saúde

O livro do Prof. Dr. Adailton Silva que trata da antropologia das populações afro-brasileiras e da antropologia da saúde é uma leitura deliciosa e imprescindível para todos(as) que querem conhecer sobre os passos que as lideranças negras tomaram nos últimos 30 anos, em defesa de políticas voltadas para a população negra.

É um livro para ser acompanhado com uma caneta e um caderno para anotarmos as inúmeras descobertas do professor.

Adailton mergulha no debate sobre o papel que os e as ativistas negras tiveram na formulação de políticas da saúde. Nos fazendo recordar momentos épicos da luta de mulheres e homens negros na elaboração e articulação de políticas públicas.

Li e reli diversas vezes; me alimentei de muita informação sobre a rica história do movimento negro na saúde.

Em isolamento social na pandemia, os dias passaram com notícias de partidas de heróis e heroínas negras. Sem registro, as pessoas estão indo.

Ao escrever sobre a memória de mulheres e homens negros que dedicaram suas vidas a luta pela saúde pública e a saúde da população negra, Adailton cumpre um papel muito importante. Não fosse o seu trabalho cuidadoso, tais histórias correriam o risco de cair no esquecimento.

Os Movimentos Negros existem de forma plural, em debates possíveis, necessários, improváveis, espontâneos, intensos, solitários, planejados, caóticos e violentos, contando com ativistas prontos a construir alternativas de políticas públicas voltadas a população negra, como bem escrito pelo Prof. Adailton:

> "um momento excepcional no contexto nacional e internacional, aproveitado com perspicácia por um conjunto de militantes engajados(as) e altamente qualificados(as) no debate público, permitiu que uma série de demandas das organizações políticas dos Movimentos Negros pudessem ser parcialmente atendidas através do Programa Estratégico de Ações Afirmativas População Negra e Aids. Estes(as) militantes alternaram-se em espaços específicos como: a produção acadêmica sobre saúde, as organizações da sociedade civil de militância política do enfrentamento do racismo anti-negro, organizações internacionais e instâncias de gestão de políticas públicas."(Silva, Adailton:2020)

Um dos pontos delicados do debate é reconhecer que a raça tenha algum impacto na vida dos brasileiros; qualquer política que leve em conta a questão racial acaba sofrendo ataques de descrédito e boicotes que se manifestam na falta de recursos. Desacreditada, estaria restrita a sabotagem e a uma completa indiferença, pois há um desrespeito aos princípios básicos de igualdade e equidade racial.

O que se estabeleceu nesse cenário foi um quadro de disputa e tensão pelo monopólio da fala pública e legítima em nome dos interesses da população negra, envolvendo administradores(as), antropólogos(as), agentes de justiça, militantes dos Movimentos Negros, sindicalistas, entre outros. No processo de construção das políticas de saúde da população negra, gestores(as) da saúde também quiseram opinar, e mesmo quando acreditavam estar ajudando não conseguiram se colocar como parceiros(as), mas sim como porta-vozes não autorizados.

Um desses avanços na luta pela definição de uma política da saúde da população negra foi a articulação bem-sucedida com os programas de ações afirmativas nas universidades e o Programa Nacional de Aids.

O Movimento Negro nas universidades que defendia ações afirmativas construiu com muita habilidade uma cooperação com o Programa Nacional DST – AIDS, que apesar dos ataques e boicotes deixou um legado, uma rede de estudantes e professores(as).

O conjunto de estudantes cotistas que participou do programa Brasil Afroatitude estabeleceu laços e se constituiu em uma rede que terminou por impactar no conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da resposta brasileira à epidemia de HIV/Aids.

As universidades que consolidaram redes de apoio mútuo, permitiram que muitos(as) estudantes pudessem ser absorvidos em grupos de pesquisa e projetos de extensão voltados para este tema, mesmo após fim do financiamento oferecido pelo Ministério da Saúde.

Ainda que em alguns casos as universidades envolvidas tenham conseguido garantir a continuidade do projeto com outras formas de aporte para garantia das bolsas, foi principalmente a partir da adesão de professores(as) que, seduzidos(as) pela proposta e pelos resultados alcançados, abraçaram estes(as) estudantes como potenciais agentes na luta contra Aids.

No Projeto Afroatitude os(as) estudantes se conectaram em um outro nível. A partir dos encontros nacionais e regionais do Afroatitude, estabeleceram uma rede nacional que seguiu participando de maneira ativa em encontros municipais, estaduais, nacionais e internacionais.

Adailton recupera essa e outras histórias de protagonismos, mas também escreve sobre a falta de autonomia para realização de pro-

jetos voltados a saúde da população negra, em virtude de uma dependência de estruturas de poder brancas para aprovação de qualquer ideia, sobretudo quanto a liberação de verbas.

O enfrentamento do racismo é muito mais urgente do que a aprovação de qualquer reforma no Brasil. Temos a convicção de que nada funcionará se o combate institucional ao racismo não se tornar um item prioritário da agenda de políticas públicas no Brasil.

A adoção de políticas na saúde, educação, segurança pública e trabalho relacionadas a população negra deveria ser uma rubrica inviolável nos orçamentos públicos.

Quando isso não ocorre, impede que negros e negras exerçam a sua cidadania plena.

O Estado Brasileiro por meio de seus(uas) agentes e gestores(as) públicos(as) precisa ser reformado para que a Constituição cumpra as suas diretrizes de combate a desigualdade racial.

Muitas pessoas que pertencem a elite administrativa, econômica, empresarial, financeira e cultural, não percebem que o que está em jogo é a sobrevivência da democracia.

A pandemia escancarou as desigualdades, urge que a Política Nacional da Saúde da População Negra seja implementada por todas as estruturas do Sistema Único de Saúde e a presente obra apresenta relevantes contribuições para essa implementação.

Boa Leitura!

São Paulo, dezembro de 2020

Ivair Augusto Alves dos Santos
Doutor em Sociologia, executivo público da
Secretaria de Saúde de São Paulo

.

SUMÁRIO

Prefácio - *Ivair Augusto Alves dos Santos* 11

Apresentação - *Michel Justamand* 17

Começando a nossa conversa 23

Introdução 29

Capítulo I - Saúde e o negro na antropologia 41
1.1 Sobre saúde e antropologia 41
1.2. Da saúde e da antropologia no Brasil 60

Capítulo II - Antropologias, saúde e colonialismos 83
2.1. Princípios 84
2.2. Reações 99
2.3. Expansões 106
2.4. Movimentos 114
2.5. Desnaturalizando a doença 116
2.5.1. Antropologia dos afrobrasileiros e políticas de saúde no Brasil 126

Capítulo III - Afrobrasileiros, direito à diferença e equidade em saúde 147
3.1. Afrolatinos(as) e ameríndios(as): temporalidades e espacialidades na constituição do imaginário brasileiro 147
3.2. Os direitos de identidade étnica e racial na América Latina 163
3.3. Saúde e diferença étnico-racial à brasileira 169
3.4. Democracia Racial, Cadinho de Raças e Mestiçagem 199

Capítulo IV - O local e o global na aids e no racismo: Africanos(as) e afrobrasileiros(as) 213
4.1. A resposta brasileira ao HIV e os Movimentos Negros 222
4.2. Programa Estratégico de Ações Afirmativas População Negra e Aids - PEAAPNA 264

Capítulo V - Considerações finais 295

Referências bibliográficas 307

Sugestões de leitura 336

Coleção FAAS - Fazendo Antropologia no Alto Solimões 337
Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand

Coleção FAAS TESES - Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses 339
Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand

Coleção Arqueologia Rupestre 339
Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand

Coleção Diálogos Interdisciplinares 340
Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand

APRESENTAÇÃO

AIDS, saúde negra e combatividade

Michel Justamand[1]

É com imenso prazer que apresento a presente obra, intitulada: **Corpo Negro e Saúde – um estudo sobre afro-brasileiros (as), AIDS e ações afirmativas**, do Prof. Dr. Adailton da Silva. Tal produção se incorpora a Coleção Fazendo Antropologia no Alto Solimões – FAAS/ Teses. A coleção tem publicado teses de doutorado e dissertações de mestrado de autoras e autores com produções relacionadas à região amazônica ou por terem pesquisado suas inúmeras temáticas ou vivido, atuado, trabalhado e ou nascido lá.

Assim, publicamos os trabalhos de Carmen Junqueira, Thereza Menezes, Maria de Nazaré Correa da Silva, Ana Maria de Mello Campos José Lino do Nascimento Marinho, Rinaldo Sérgio Vieira Arruda, Lupuna Corrêa de Souza e Maria Angelita Djapoterama da Silva. Cada um ou uma, a seu modo, contribuiu com ideias, reflexões e temas relevantes. Trataram das questões indígenas, dos seringueiros, da saúde feminina, dos órfãos amazônicos, das relações com o meio ambiente e sobre a verticalização na capital. Trabalhos que oferecem olhares sobre temáticas que interessam a quem ali vive e quem pretende saber mais sobre a região. Certamente contribuem com outras perspectivas e reflexões como o caso da presente obra!

Adailton da Silva representa, nesses escritos, um grupo de professores que ingressaram na unidade acadêmica do Alto Solimões, na cidade de Benjamin Constant, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Ingresso ocorrido em agosto de 2009. Após concurso público federal sucedido na sede da instituição, em Manaus, no mês de maio daquele mesmo ano.

Foram aprovados naquele momento 22 docentes. Desses, 06 foram lotados no Curso de Antropologia da unidade (Adailton da Silva, Cristian Farias Martins, Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand, Rafael Pessôa São Paio e Tharcísio Santiago Cruz). Os outros 16 docentes foram para os demais cursos da unidade. A unidade foi erigida em 2006 devido à política de implantação de novos cursos e unidades universi-

1 Doutor em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP (2007); Professor Associado II do Curso de História da Arte da UNIFESP/Guarulhos e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da UFAM.

tárias no interior do Brasil, levadas a cabo pelo Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (entre os anos de 2003-2010). Esse projeto era nomeado de Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

Entre 2009 e 2012 esses seis professores compuseram o colegiado do curso com os que já estavam ou os que chegaram depois. Sendo que os seis formaram um grupo que ajudou a criar as bases da *Coleção Fazendo Antropologia no Alto Solimões – FAAS*, lançando as primeiras edições em 2012. Na edição inicial da *Coleção FAAS* os seis professores contribuíram com seus estudos, pesquisas e ideias. Lançamos ainda naquele ano a edição *Antropologia no Alto Solimões* dedicada aos estudos, pesquisas e reflexões de estudantes formados(as) da primeira turma de egressos do Curso de Antropologia.

É muito importante, ao que me parece, salientar, para aos leitores e leitoras, que o senhor Adailton da Silva, contribuiu com a coleção FAAS e com a FAAS teses em outros momentos.

Assim, vejamos...

Na primeira obra *Fazendo Antropologia no Alto Solimões*, editado pela Alexa Cultural, em 2012, Adailton contribuiu com o texto *Vulnerabilidade na diáspora: epidemia mundial do HIV e os corpos negros subalternizados*. Já apresentava a sua temática com força e paixão. A mesma temática alvo do presente livro. Mas que é a temática da vida de estudos e pesquisas do autor, professor, colega de trabalhos, de lutas, conquistas, amigo/irmão de longa data e pai dos meus sobrinhos adotivos.

No FAAS 2, da mesma editora, publicado em 2015, Adailton foi organizador, em conjunto com Michel Justamand, e apresentou outras contribuições, como a apresentação do livro, os capítulos *Antropologia do Direito e Ações Afirmativas em Saúde o descaso sem acaso* e *Quando o Haiti também é Amazônia: corpo, cultura e mudanças climáticas*. Demonstrando muito folego acadêmico, interesse em contribuir com as questões relacionadas ao seu campo de pesquisa e seus interesses combativos no que diz respeito à causa negra.

Em 2016 foram lançados mais edições da coleção FAAS. Nessas o prof. Adailton contribuiu em duas. Na edição FAAS – Diversidade Étnica e Fronteira com o texto *Centro e Ciclo: notas sobre a produção de farinha de uma família Ticuna na Comunidade de Filadélfia (Benjamin Constant – AM)* e na edição FAAS – Diálogos Interdisciplinares *Autoridade antropológica e raça no Brasil*, ambos escritos combatendo as mazelas seja da ciência em que é doutor e suas relações com a raça negra seja as questões indígenas que afligem a todas as pessoas com algum bom senso.

Já em 2017 novos contributos do professor Adaílton foram recebidos para a coleção FAAS. Dessa vez na edição FAAS – 7 foi com s escrito *Uma leitura possível sobre a saúde e o negro na Antropologia*, enquanto que na edição FAAS – Diálogos interdisciplinares II o texto *Representações sobre o negro na Amazônia: corpos, fronteiras e discrepâncias*. Novamente Adailton nos brindou com entusiasmo e combatividade em seus escritos sobre a condição negra na região amazônica e na ciência antropológica.

A partir da edição FAAS 14, lançada em 2018, o professor passou a contribuir como revisor técnico (hoje temos 30 volumes da coleção editados, organizados e publicados). Adailton tem ajudado a indicar os caminhos e desdobramentos que a coleção deveria seguir. Entre esses caminhos criamos e dirigimos juntos. Um braço da Coleção FAAS que é a Coleção Temática FAAS teses. Onde se encontra a presente obra... combatente por outros olhares para as questões negras.

Em 2018 lançamos os dois primeiros volumes da nova coleção. A Professora Emérita da PUC/SP, Carmen Junqueira, publicou conosco a sua tese, **Os Kamaiurá e o Parque Nacional do Xingu**, defendida em 1967, que ainda não havia sido publicada em forma de livro. O professor Adailton fez o posfácio dessa obra – *O Parque do Xingu desde os anos sessenta*. Ainda no mesmo ano, a colega de UFAM, Thereza Cardozo Menezes, publicou conosco sua tese, **Da cana ao caos: usos sociais do meio ambiente em perspectiva comparada**. Apesar do campo etnográfico desta tese não ser a Amazônia, seus achados reverberam na atuação docente de Thereza Menezes durante mais de uma década como professora na graduação e na pós-graduação da UFAM. Oferecendo grandes contribuições para a região. Nessa obra Adailton apresentou o prefácio *Entre Palmares e a Casa Grande*. Em ambos os casos o professor manteve a combatividade em seus escritos, ideias e reflexões.

Pensando no presente livro... Este é oriundo da tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS, da UFAM, em Manaus, em 2018, cujo nome se manteve para o livro: Corpo Negro e saúde: afrobrasileiros, ações afirmativas e Aids[2]. Nessa empreitada participei como membro efetivo da banca, tanto na qualificação ocorrida em 2017 quanto na defesa. Na qualificação o pro-

2 A banca de defesa de tese tinha como presidente e orientador do Prof. Adaílton, o renomado Antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, docente com atuação em vários programas de pós-graduação, e líder do Projeto Cartografia Social da Amazônia. Participaram ainda, como membros, as professoras Doutoras Ana Carla Bruno, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA; Renilda Aparecida Costa, líder do Núcleo de Estudos Afro Indígenas do Instituto de Natureza e Cultura – NEAINC e docente do PPGSCA, ambos da UFAM; e Thereza Menezes, que naquele momento estava docente na UFRRJ. Na banca de qualificação foram participes também o prof. Dr. Alfredo Wagner, orientador e presidente, e a Profa. dra. Thereza Menezes.

jeto da tese se chamava: Programa Estratégico; Afrobrasileiros, Aids e ações afirmativas. Nos dois momentos o professor Adaílton demonstrou conhecimento profundo e profícuo do tema em questão: a relação entre AIDS e a saúde da população negra brasileira.

Por ter contribuído de diversas formas com a Coleção FAAS, tanto nas coletâneas quanto na publicação das teses, por ter engajamento com a questão a qual escreve, debate, pesquisa e atua, o autor já merecia toda a nossa dedicação, devoção e leitura efetiva. Mas, Adailton vai além, nos apresenta e brinda com uma obra, defendida em forma de tese de doutorado, contundente, profunda, inquietante, vibrante e, claro **COMBATIVA**, muito além da saúde e da AIDS, sobre a questão da negritude no Brasil. FORA! Negacionistas, preconceituosos e racistas. Que o mundo seja de luta anti-racista!

O prazer de apresentar esta obra está nisso... em que é em essência um espaço para outras reflexões e ideias contra o *status quo* da sociedade dominante. Assim, como já sonhamos antes, eu, Adailton e os outros colegas que ingressaram em 2009, que sejam implodidos os cânones!

Que essa obra sirva de aparato para as mais diversas reflexões sobre saúde, AIDS e negritude no país! Espero que quem ler se deleite com a obra e se emocione assim como eu! Boa leitura a todos e todas são o meus mais sinceros votos!

Atibaia/2020

Referencias

CYRINO, Ana Beatriz de Souza; BENTES, Dorinethe dos Santos e JUSTAMAND, Michel. Fazendo Antropologia no Alto Solimões – vol. 14. São Paulo: Alexa Cultural e Manaus: EDUA, 2018.

RODRIGUES, Gilse Elisa e JUSTAMAND, Michel. Antropologia no Alto Solimões. São Paulo: Alexa Cultural, 2012.

SILVA, Adailton. *Antropologia do Direito e Ações Afirmativas em Saúde o descaso sem acaso.* In: SILVA, Adailton e JUSTAMAND, Michel. Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2. São Paulo: Alexa Cultural, 2015.

SILVA, Adailton. *Autoridade antropológica e raça no Brasil*. In: RODRIGUES, Gilse Elisa; JUSTAMAND, Michel e CRUZ, Tharcísio Santiago. FAAS – Diálogos interdisciplinares. São Paulo: Alexa Cultural, 2016.

SILVA, Adailton. *Centro e Ciclo: notas sobre a produção de farinha de uma família Ticuna na Comunidade de Filadélfia (Benjamin Constant--AM).* In: RODRIGUES, Gilse Elisa; JUSTAMAND, Michel e CRUZ, Tharcísio Santiago. FAAS – Diversidade Étnica e Fronteira. São Paulo: Alexa Cultural, 2016.

SILVA, Adaílton. *Entre Palmares e a Casa Grande*. In: MENEZES, Thereza. Da cana ao caos: usos sociais do meio ambiente em perspectiva comparada. São Paulo: Alexa Cultural e Manaus: EDUA, 2018.

SILVA, Adaílton. *O Parque do Xingu desde os anos sessenta*. In: JUNQUEIRA, Carmen. Os Kamaiurá e o Parque Nacional do Xingu. São Paulo: Alexa Cultural e Manaus: EDUA, 2018.

SILVA, Adailton. *Quando o Haiti também é Amazônia: corpo, cultura e mudanças climáticas.* In: SILVA, Adailton e JUSTAMAND, Michel. Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2. São Paulo: Alexa Cultural, 2015.

SILVA, Adailton. *Representações sobre o negro na Amazônia: corpos, fronteiras e discrepâncias*. In: JUSTAMAND, Michel; RODRIGUES, Renan Albuquerque e CRUZ, Tharcísio Santiago. Fazendo Antropologia no Alto Solimões: Diálogos Interdisciplinares II. São Paulo: Alexa Cultural, 2017.

SILVA, Adaílton. *Uma leitura possível sobre a saúde e o negro na Antropologia*. In: JUSTAMAND, Michel; RODRIGUES, Renan Albuquerque e CRUZ, Tharcísio Santiago. Fazendo Antropologia no Alto Solimões – FAAS/7. São Paulo: Alexa Cultural, 2017.

SILVA, Adailton. *Vulnerabilidade na diáspora: epidemia mundial do HIV e os corpos negros subalternizados.* In: RODRIGUES, Gilse Elisa e JUSTAMAND, Michel. Fazendo Antropologia no Alto Solimões. São Paulo: Alexa Cultural, 2012.

Começando a nossa conversa

A Aids apresentou-se como realidade próxima ainda nos anos 90 para mim. Aí já se vão mais de 20 anos desde os meus 20 anos. Quando vivia no complexo de favelas da Maré, na década de 90, minhas preocupações começaram a mudar. Estava consolidando trilhas em meu trânsito por diferentes lugares, circulando por diferentes espaços do Rio de Janeiro, enquanto ia sendo reduzida a liberdade de circulação na favela onde morava graças à violência crescente dos conflitos armados (DAVIS, 2006; VARELLA, 2002). Nesta época dois amigos negros, por quem tenho profundo carinho e que me apoiaram em momentos pessoais muito difíceis, contraíram o vírus HIV.

Como desfrutava de uma mobilidade considerável naquela metrópole em relação à maioria das pessoas que conhecia e conseguia circular por espaços de convivência aparentemente muito distintos, atualmente imagino que eles nem sequer se conheciam. Se acaso se conheciam, certamente não eram íntimos um do outro assim como eu era de ambos e jamais fizeram qualquer comentário comigo um sobre o outro. Um deles tornou pública sua condição de doente de Aids. Apesar de ser muito popular na comunidade, este amigo foi duramente isolado do convívio social pelo preconceito e pela discriminação. Enfrentou com o apoio de uns poucos as dificuldades da enfermidade, porém manteve sempre uma postura de atuação política frente à questão. Naquele momento já havia, na comunidade gay, um trabalho de forte conscientização para a construção da resposta à epidemia. Meu outro amigo, igualmente querido, mantém segredo até hoje sobre sua sorologia. Preferiu a solidão do segredo antes que a revelação do estigma. Este segundo tratou sua condição como algo íntimo e pessoal e não como um problema coletivo. Neste outro círculo de amizades a chegada da Aids jamais se colocou como uma questão social. Era mais um dos intensos dramas pessoais que vivíamos e convivíamos apenas na intimidade.

Mesmo tendo contato constante com pessoas de diferentes condições econômicas, diferentes cores e vizinhanças, as primeiras pessoas soropositivas que conheci e convivi foram dois homens negros, pobres e moradores de favela, assim como eu. Qual o percentual de chances que isso ocorra entre homens negros, pobres e moradores da favela da Maré nos anos 90?

A médica e militante do movimento de mulheres negras, que já ocupou um dos assentos reservados para a população negra no Conse-

lho Nacional de Saúde, Drª Jurema Werneck[1] afirma que a Aids não era uma questão para os Movimentos Negros no Rio de Janeiro até o alerta dado por Edna Roland[2] e a realização do Projeto Odo-Yá pelo Instituto de Estudos das Religiões em 1992[3]. Se o projeto Odo-Yá vai ser uma das sementes para a constituição da Rede Nacional de Religiões Afrobrasileiras e Saúde (RENAFRO)[4], Edna Roland[5] será a primeira liderança do Movimento de Mulheres Negras a dizer em um evento nacional "Eu tenho um amigo com Aids. Aids é um problema da população negra". São, sobretudo, as organizações da terceira geração dos movimentos negros que irão encampar a Aids como parte de sua agenda.

É dos anos 90 a mudança que ocorre no Brasil quanto ao enfoque dado para o enfrentamento da epidemia. Desde então se busca superar definitivamente o conceito de grupo de risco, e mesmo de comportamento de risco – tão conflitante com o esforço de promoção dos Direitos Humanos – para a adoção da categoria de vulnerabilidade social. Na segunda metade desta década há mobilização em torno das análises que apresentam evidências para a descoberta de ao menos duas novas tendências de proliferação da epidemia: pauperização e interiorização[6]. Apesar dos dados disponíveis ainda ressaltarem a incidência

1 Em entrevista concedida por Jurema Werneck em Brasília, no dia 15 de março de 2012, ela se apresentou da seguinte forma: "Sou Jurema Werneck. Sou de uma organização de mulheres negras desde 1992, quando a gente criou esta organização chamada Crioula do Rio de Janeiro. E desde antes. Antes desta participei de uma organização negra do Rio de Janeiro chamada CEAP [Centro de Articulação das Populações Marginalizadas], e lá desenvolvia ações de Saúde da Mulher, em Direitos Sexuais e Reprodutivos da Mulher Negra".

2 Tive a honra de trabalhar com Edna Roland no escritório da UNESCO em Brasília no ano 2005 durante a pesquisa que resultou no livro "Relações Raciais Na Escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade" (CASTRO; ABRAMOWAY, 2006). Roland foi relatora do documento final da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação e Intolerâncias correlatas em Durban, 2001.

3 O Projeto Odo-Yá foi uma campanha de educação para a prevenção da Aids, específica para a tradição religiosa afro-brasileira, iniciada em 1991, pelo Apoio Religioso e Cultural – AIDS (ARCA) do Instituto de Estudos das Religiões (SILVA, 1998)

4 O projeto Odo-Yá, coordenado por José Marmo, através de uma parceria com o Centro de Cultura Negra do Maranhão torna-se Projeto Até-Ire, que realizou em maio de 2002 o Primeiro Seminário Nacional Religiões Afro-brasileiras e Saúde. Com algumas parcerias mais, alguns anos depois, irá se transformar na Rede de Religiões Afrobrasileiras e Saúde (RENAFRO).

5 "Edna Roland nasceu na cidade de Codó (MA) em 12 de janeiro de 1951. Quando tinha sete anos mudou-se com a família para Fortaleza, onde viveu até os dez anos. A partir de então, viveu com a família em Goiânia, até iniciar o curso de psicologia na UFMG, em Belo Horizonte em 1969. Participou da fundação do Coletivo de Mulheres Negras em São Paulo, em 1984: foi membro do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, em 1988, e uma das fundadoras do Geledés Instituto da Mulher Negra, no mesmo ano. Em 1996 fundou Fala Preta! Organização de Mulheres Negras, instituição da qual é presidente de honra. De fevereiro a junho de 1998 foi pesquisadora visitante do Harvard Center for Population and Development Studies, Cambridge, nos Estados Unidos. Foi relatora geral da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas em Durban, na África do Sul, em 2001. [Em 2004] era coordenadora de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial para América Latina e Caribe, da Unesco no Brasil" (ALBERTI; PEREIRA, 2007).

6 Ver MONTEIRO (2003); MALTA; BASTOS (2009).

no alto da pirâmide social das grandes cidades do sudeste[7], cresce o percentual de novos casos notificados entre pobres e moradores de pequenas cidades em todas as regiões do país. Significa dizer que, em um dado momento, a Aids passou a distribuir-se mais entre os residentes das regiões norte e nordeste, regiões com acentuada presença daqueles que são censitariamente identificados como pretos e pardos. E mais ainda entre os mais pobres, que possuem no Brasil desigual concentração de indivíduos de fenótipo afrodescendente.

Meus amigos do complexo da Maré, tanto um quanto outro, não pareciam se encaixar na imagem que, até aquele momento, se tinha das pessoas que estavam sendo atingidas pela Aids no Brasil (PAZ, 2007). Eles também não participavam de organizações de pessoas vivendo com Aids ou de Organizações Negras, ou seja, não foi através da atuação deste tipo de organização que buscaram amparo para lidar com sua condição sorológica. A tão falada e temível doença estava ali, na favela, entre pessoas que não tinham o perfil das campanhas de prevenção, morando a poucos quarteirões um do outro e da minha casa. Digo isto para pontuar alguns aspectos da minha relação pessoal com a epidemia de Aids ao longo da minha trajetória. É uma posição datada pelas marcas que esta epidemia já teve, inclusive algumas que não existem mais. Hoje a profilaxia pós-exposição ao HIV avançou, assim como o reconhecimento dos direitos das pessoas vivendo com Aids e dos negros brasileiros. O que veio depois se somou a estas marcas, mas entendo que minha posição em relação a este tema parte daí.

Ainda que em um momento posterior meu envolvimento com a questão da Aids tenha se tornado objeto de produção acadêmica e reflexão intelectual, esta epidemia surgiu para mim inicialmente como uma ameaça de morte iminente de pessoas queridas. E pessoas que se pareciam muito comigo. Então, antes de ser uma busca de respostas para as questões do Estado brasileiro, suas políticas de saúde e de igualdade racial, é uma tentativa pessoal de encontrar respostas para uma triste e assustadora realidade que encarei no início da vida adulta na comunidade onde vivia. Utilizo os dados que pude encontrar, tratei de buscar o distanciamento mínimo que a disciplina exige, mas minha abordagem traz inevitavelmente dimensões subjetivas da minha relação com o tema de pesquisa.

Este livro é resultante de minha tese de doutorado que, por sua vez, nasce de uma pesquisa que tem início em 2006, quando me tornei consultor técnico do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde. Aí acompanhei, entre outras iniciativas, o *Programa Estraté-*

7 Em 2001, o Estado de São Paulo ainda respondia por 50% das notificações de AIDS no Brasil. (SANTOS et al., 2002)

gico de Ações Afirmativas População Negra e Aids, e algumas de suas derivações e consequências.

Busco nesta análise de práticas e discursos sociais, minha transformação como sujeito através da relação com o objeto de pesquisa. Não se trata, todavia, de buscar a paz e a conciliação com fantasmas passados, mas em alguma medida preservar uma resposta hostil frente à ameaça da morte. Vejo como uma relação de luta e de poder a produção de conhecimento sobre o enfrentamento da Aids junto ao Povos Negros no Brasil. Minha perspectiva pessoal em relação a este tema é resultado histórico de condições de vida sobre as quais não tive nenhum controle. Ao mesmo tempo em que é indiciada pela tomada de posição via enfrentamento. Pela busca de um domínio do objeto, um domínio através do conhecimento, um poder contra a morte[8] que um dia já esteve tão perto.

Esta vontade de saber foi sendo alimentada principalmente a partir de 2006, quando fui trabalhar no Ministério da Saúde. Nesta ocasião voltei a conviver regularmente com pessoas que declaram sua condição sorológica positiva para HIV. Entre estas pessoas estavam gestores, militantes e pesquisadores. Desde ali e até 2014 participei de mais de 40 eventos entre seminários, fóruns, encontros, debates e congressos relacionados à saúde da população negra. Nos primeiros atuei como representante da gestão em saúde e como contratado por organismos internacionais. Após delinear este projeto de pesquisa, e com minha saída do Ministério da Saúde em 2008, passei a participar como pesquisador e militante. Fui a eventos principalmente no Distrito Federal, mas também no Amapá, Ceará, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Alagoas, Espírito Santo, Paraná, Bahia e apenas uma vez fora do país, no Uruguai. Em alguns destes participei da organização, em outros fui debatedor, mediador, apresentei trabalhos, fiz relatoria, organizei propostas, redigi documentos, e reelaborei uma e outra vez minhas inquietações iniciais. Aproveitava estes momentos, e buscava outros, para realizar entrevistas e aprender mais com os (as) demais militantes, pesquisadores (as) e gestores (as). Como muitos (as) que participam destas discussões possuem produção escrita – seja na forma de manifestos, pesquisas, informes, relatórios ou textos acadêmicos – para acompanhar os debates se fez mister ler com voracidade.

8 "Se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, apreende-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar, não dos filósofos, mas dos políticos, devemos compreender quais são as relações de luta e de poder. E é somente nestas relações de luta e de poder – na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros relações de poder – que compreendemos em que consiste o conhecimento" (FOUCAULT, 2003, p.23).

A atuação dos sujeitos que esta pesquisa foca se dá em redes nacionais e transnacionais, e entende que é principalmente nos encontros presenciais destas redes que se reafirmam os objetivos, se compactuam estratégias, é celebrado o pertencimento, e se realizam as performances de identidade coletiva. Ainda que as decisões nos fóruns nacionais tenham derivações na ação local de cada militante, gestor ou pesquisador (e vice-versa) a vitalidade e dinâmica está em muito influenciada por relações que exigem o deslocamento.

As lideranças nacionais dos movimentos sociais atuando no enfrentamento da epidemia de Aids entre negros no Brasil, se tornaram lideranças por algo distinto de sua atuação local, como se diz entre os profissionais de saúde, na ponta do sistema. É pelo trânsito, contínuo e visível, por diferentes posições entre um nível local (em um extremo) e um nível global (noutro extremo) que se tornam referências. Confunde-se com o tempo de trabalho dedicado à construção mesma de um campo de debate sobre este tema, porém ainda mais com o reconhecimento do tempo de vida disponibilizado. Não se trata de considerar estes indivíduos como em uma sociedade que os etnólogos possam chamar de primitiva, simples ou tradicional. Podemos partir aqui da consideração de que serão descritos enquanto sujeitos de sociedades modernas, segundo a definição que encontramos em Foucault[9]. Dado o trabalho atuando nesta temática transformaram-se enquanto sujeitos à medida que sua atuação também os modificou coletivamente.

9 "A sociedade moderna que se forma no começo do Século XIX é, no fundo, indiferente ou relativamente indiferente à pertinência espacial dos indivíduos; ela não se interessa pelo controle espacial dos indivíduos na forma de sua pertinência a uma terra, a um lugar, mas simplesmente na medida em que tem necessidade de que os homens coloquem à sua disposição seu tempo. É preciso que o tempo dos homens seja oferecido ao aparelho de produção; que o aparelho da produção possa utilizar o tempo de vida, o tempo de existência dos homens. É para isso e desta forma que o controle se exerce" (FOUCAULT, 2003, p.116).

INTRODUÇÃO[10]

> Era uma vez uma antropóloga que sugeriu a uma amiga brasileira que talvez fosse hora de um acadêmico ligado aos povos indígenas no Brasil ter um espaço na academia para eles mesmos ensinarem sobre as culturas autóctones. A pessoa a quem foi dirigida esta observação respondeu o seguinte: '- Se um índio faz Antropologia, não é mais Antropologia'. [...] Eu confesso ter ficado um pouco triste quando o comentário foi originalmente proferido, já que, imediatamente eu transferi o contexto à minha própria situação. Se uma mulher negra faz Antropologia, ainda é Antropologia? Ela ainda é negra? (GILLIAM; GILLIAM, 1995, p. 525).

Recentemente, quando já havia iniciado o doutorado na UFAM, a Plataforma Lattes do CNPq passou a identificar a cor/raça dos pesquisadores. Esta iniciativa está em sintonia com demandas feitas pelos movimentos sociais para que todas as bases de dados que alimentam a tomada de decisão em políticas públicas no país identifiquem a condição étnico-racial de seus beneficiados.

A experiência de ser um pesquisador negro no campo da antropologia, no entanto, vai muito além de poder incluir uma foto ou indicar sua afrodescendência no maior cadastro nacional de pesquisadores. O uso do conceito de raça é severamente questionado na antropologia brasileira como ferramenta metodológica capaz de revelar aspectos significativos da realidade social do país (COSTA, 2002). São antropólogos os principais articuladores nacionais da reação contra o estabelecimento de políticas públicas específicas baseadas na raça (FRY, 2007; SANTOS, 2011). Ser negro e antropólogo no Brasil, definitivamente não "passa em branco".

A operacionalização do conceito de raça[11] na contextualização da produção antropológica brasileira é um dado perturbador. Ou se é identificado como embranquecido ao assumir a posição hegemônica na antropologia de desqualificação e crítica à agenda política do movimento social de luta antirracista. Ou então se é acusado de fazer uma

10 A reflexão deste trecho do livro se desenvolveu a partir de um trabalho apresentado para avaliação final da disciplina Teoria Antropológica III, ministrada no segundo semestre de 2013 pelos(as) docentes Drª Ana Carla Bruno, Drª Maria Helena Ortolan Castro e Dr. Frantomé Pacheco. Foi posteriormente revisada e publicada em 2016 na coletânea "Fazendo Antropologia no Alto Solimões: Diálogos Interdisciplinares" organizada por Michel Justamand, Gilse Elisa Rodrigues e Tharcisio Santiago Cruz.

11 "O termo raça mobiliza, desde a sua origem até os nossos dias, argumentos tanto sobre a natureza (ou biologia), através da medição e classificação de certas características físicas e morais dos corpos, quanto sobre a sociedade, no sentido do conceito estar inscrito dentro de relações hierarquizadas entre indivíduos e grupos populacionais ao mesmo tempo em que contribui à significação destas relações" (CALVO-GONZALES, 2012, p.184).

antropologia militante, limitada pelo horizonte do olhar nativo que essencializa identidades sociais anacrônicas ao contexto da modernidade liberal e da democracia racial brasileira.

O desafio a que me lancei em meio a este espinhoso contexto foi o de construir um uma tese que considere seriamente os argumentos que tornaram possível a construção de uma política de Ação Afirmativa (AA) voltada para o enfrentamento do crescimento da epidemia de AIDS junto à população negra brasileira. Tais argumentos foram concebidos como resultante da agenda de lutas do Movimento Negro (GOMES, 2005; PEREIRA; SILVA, 2009) achincalhado por um sem número de antropólogos em seus princípios e métodos de ação (COSTA, 2002; GILROY, 2001; GOMES, 2009; HOFBAUER, 2006; MAIO, 2010; SANSONE, 2007; SCHWARCZ, 2012). Há uma estranha e inconformada grita de um grupo de pesquisadores, afirmando categoricamente compreender mais e melhor do que o Movimento Negro o que é e o que deve querer ser o negro brasileiro[12].

Em que pese estar pessoalmente identificado com a razão dos argumentos do movimento social e adotar uma postura crítica ao discurso acadêmico sobre o negro, não desejo me tornar porta-voz, intérprete ou mediador destes. Gilliam e Gilliam (1995) apresentam este desejo de alcançar a condição de "branco honorário", "homem honorário", ou "dirigente nativo de outros nativos" como uma das armadilhas do racismo que também impregna a pesquisa acadêmica e seus títulos honoríficos.

Importa-me compreender antropologicamente, ademais dos fundamentos destes argumentos, como e porque funcionaram, ao menos durante algum momento para tornar visível um problema que parece já ter sido esquecido.

A história da disciplina Antropologia e de sua comunidade de profissionais engajados em uma "cultura científica", foi gerada no interior do horizonte da civilização ocidental, ou "da humanidade europeia" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1986, p.58). Isto significa dizer que mesmo as crises e mudanças de paradigma são formuladas a partir da perspectiva proposta por este horizonte, seus limites e reconfigurações. Determinadas metodologias e conceitos ganharam maior ou menor evidência na medida em que se coadunaram com as questões colocadas em debate na comunidade de profissionais.

12 Sobre Movimento Negro brasileiro ver SANTOS (2007); BISPO; SOUZA (2006); NASCIMENTO (1981); ALBERTI; PEREIRA (2007); PEREIRA; SILVA (2009); MUNANGA (2004), BASTIDE; FERNANDES (2008); CUTI (2007); MOURA (1994); FERNANDES (2007); CARDOSO (2002); HANCHARD (2001); PEREIRA (2008); BARBOSA (1998); GUIMARÃES (2002); GOMES (2005); OLIVEIRA (1988); HOFBAUER (2006); NASCIMENTO (2002); GARCIA (2008); SAMPAIO (2011); ANDREWS (1998); SANTOS (2006).

A crítica pós-moderna incorporada pela antropologia interpretativa, rejeita as meta-teorias e meta-discursos que em sua raiz iluminista pretendiam afirmar a universalidade da razão e da ciência, e doravante propõe a compreensão do saber científico enquanto uma espécie de discurso. O próprio consenso, a partir dos parâmetros elaborados pelo discurso, é considerado inatingível, e teria como finalidade maior o diálogo ou a manutenção de um estado de discussões. Isto significaria, em alguma medida, abrir mão de uma concepção "de humanidade vista como sujeito coletivo, universal, em busca de sua comum emancipação" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1986, p. 66). Este discurso, com seus significados e significantes, além de redefinir a relação de autoria a partir de nova estratégia discursiva, ofereceria elementos capazes de silenciar contradiscursos críticos.

A expressão de Geertz (1997) "todos nós somos nativos" é contemporânea da ascensão irrefreável da luta anti-colonialista e da contundente crítica ao papel historicamente ocupado pelos antropólogos no sistema de dominação colonial. Argumentar que todos são nativos, ao tempo em que delimita para alguns a capacidade de descrever a condição nativa (autoria), também emudece a denúncia do colonizado tornado nativo por força da opressão. É necessário admitir francamente que, apesar das mudanças estabelecidas com a globalização e as novas tecnologias de comunicação, alguns permanecem sendo mais nativos que outros com todos os privilégios e prejuízos que isto abarca. Não somos todos igualmente nativos, nem figurada nem objetivamente.

A condição de autoridade herdada pela antropologia (política, econômica, religiosa, científica, moral, jurídica, militar, administrativa, étnica, racial) que até meados do séc. XX servira eficientemente para garantir o acesso a dados etnográficos, em um novo contexto de relações sociais, tornara-se estorvo e embaraço ao trabalho dos pesquisadores.

A escolha pela defesa de um saber negociado produzido a partir da experiência de encontro etnográfico, capaz de produzir um texto que represente uma fusão de horizontes, polifônico e interpretativo é também uma sofisticada estratégia para preservar a viabilidade da comunidade antropológica em um cenário de aparente crise da modernidade ocidental.

No Brasil, no entanto, a "pós-modernidade não poderia ser mais do que uma força de expressão" (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1986, p. 71). A disciplina antropológica absorveu no país, mais uma vez seletivamente, os debates que eclodiram com a crise dos países pós-industriais.

> O dilema atual está associado à desintegração e à redistribuição do poder colonial nas décadas posteriores a 1950, e as repercussões das teorias culturais radicais dos anos 60 e 70. Após a reversão do olhar europeu em decorrência do movimento 'negritude', após a crise de *conscience* da antropologia em relação a seu *status* liberal no contexto da ordem imperialista, e agora que o Ocidente não pode mais se apresentar como único provedor de conhecimento antropológico sobre o outro, tornou-se necessário imaginar um mundo de etnografia generalizada (CLIFFORD, 2002, p.18).

O Brasil não reformulou na profundidade demandada suas relações de colonialismo interno que perduram desde o período imperial e que nutriram desde o berço a formação da antropologia brasileira (MUNANGA, 2008). Se houve emancipação dos povos colonizados por franceses, portugueses, holandeses, espanhóis, alemães, italianos e ingleses em terras distantes, o mesmo não ocorreu com os povos subjugados dentro da nação brasileira em função de sua origem étnico-racial. Os descendentes de africanos e os povos indígenas permanecem subordinados política e economicamente à hegemonia dos que aparentam a descendência de europeus e a desnaturalização desta condição carece de maior esforço e preocupação por parte das ciências sociais brasileiras (SOVIK, 2009).

A atuação das organizações mobilizadas em torno de identidades étnicas ou raciais enquanto interlocutor das demandas de grupos específicos segue rechaçada sob a pecha de "essencialista" pelo Pensamento Social Brasileiro em sua elaboração acerca do papel do Estado, dos Movimentos Sociais e da representação política na Democracia (GUIMARÃES, 2002). As organizações políticas negras ou indígenas são consideradas exercendo um papel secundário e pouco confiável na construção da democracia brasileira. Mediadores, intérpretes e especialistas oriundos da comunidade de antropólogos ocupam ainda equivocadamente o lugar de protagonistas onde há tempos já deveriam ser coadjuvantes.

A autoridade da antropologia não foi questionada por sua evidente relação umbilical com a elite política e econômica do país. Ao contrário, antropólogos são chamados cada vez mais a cumprir o papel de peritos em situações de conflito ou disputa, muitas vezes prestando este serviço em nome do Estado.

Nos cursos de graduação e pós-graduação em antropologia no Brasil pouco se sabe, lê ou discute sobre a produção antropológica em países não centrais do capitalismo mundial, mesmo os latino-americanos. As referências e preocupações permanecem espelhadas na agenda do primeiro mundo, ainda que do ponto de vista do esforço de inclusão

da diversidade não se veja reflexo nestas terras. Até mesmo por isto, negros e indígenas ainda são raros na comunidade de antropólogos brasileiros. A etnografia no Brasil continua tendo como alvo prioritário estes outros não-brancos, e como seus etnógrafos os brancos que descrevem seus outros (CARVALHO, 2005).

Se o mundo se tornou multivocal, no Brasil ainda são quase os mesmos a falar e frequentemente os mesmos a serem falados na antropologia. Não houve então, ao menos no que toca a questão étnico-racial, dispersão da autoridade etnográfica ou configuração propícia para "um debate político-epistemológico mais geral sobre a escrita e a representação da alteridade" (CLIFFORD, 2002, p. 20).

A crítica pós-moderna, recebida inicialmente com muitas ressalvas, ofereceu antecipadamente à comunidade de antropólogos brasileiros ferramentas de contenção para o impacto de mudanças sociais que, de fato, ainda não ocorreram. E caso cheguem a ocorrer, conforme demandam negros e indígenas, isto poderá ser manejado preservando intocada a viabilidade da atividade profissional nos mesmos termos[13].

Considerando que as ferramentas de reformulação dos textos etnográficos induzidas pela crítica social permanecem efetivamente acessíveis somente ao mesmo perfil de debatedores(as), o diálogo segue impermeável às outras posições e leituras. Se as tímidas iniciativas em andamento não irão reformular nesta geração a composição do quadro de leitores(as) e debatedores(as) da produção antropológica brasileira, com a inclusão efetiva de outras demandas e pontos de vista, qualquer reformulação teórica tende a conformar-se como atualização das mesmas premissas, readequação das mesmas práticas, para as mesmas pessoas. Serve, outrossim, para contribuir para que se mantenha hermético o debate dentro da própria disciplina, com a obrigatória utilização de textos rebuscados e de difícil acesso em língua portuguesa[14]. A mesma bibliografia que acompanhou a atuação de certa vanguarda nos EUA e na Europa tornou-se escudo de práticas e posições reacionárias no Brasil[15].

A formulação que toma a atuação do(a) profissional da antropologia enquanto participante de um debate no contexto brasileiro, quan-

13 "Os modos de autoridade resenhados aqui – o experiencial, o interpretativo, o dialógico, o polifônico – estão disponíveis a todos os escritores de textos etnográficos, ocidentais e não ocidentais" (CLIFFORD, 2002, p. 58).

14 Das 29 referências bibliográficas utilizadas no texto de Roberto Cardoso de Oliveira, que escreveu no Brasil para brasileiros através de um periódico editado na universidade pública, apenas dois autores citados escrevem em português - Marisa Peirano e ele mesmo. Há também um artigo traduzido de Jurgen Habermas. 24 dos 29 textos citados estão escritos na língua inglesa ou francesa, e permanecem em sua maioria sem tradução acessível mais de 20 anos depois.

15 "É intrínseco à ruptura da autoridade monológica que as etnografias não mais se dirijam a um único tipo geral de leitor. A multiplicação das leituras possíveis reflete o fato de que a consciência 'etnográfica' não pode mais ser considerada como monopólio de certas culturas e classes sociais no Ocidente" (CLIFFORD, 2002, p. 57).

do a diversidade da população não está devidamente representada na comunidade de antropólogos, irá justificar adequadamente a estreita seleção dos pares e de conceitos válidos para discussão. A comunidade disciplinar, através do controle dos conceitos, determinou certa normatividade epistemológica. Além da possibilidade de silenciar o uso de determinados conceitos no interior do debate antropológico, ressalta-se a estratégia de impor a compreensão unívoca como código de entendimento e concordância.

A observação participante intensiva como norma profissional na antropologia estabelecida a partir de Malinowski supunha a "experiência de aprendizado pessoal comparável a uma iniciação" (CLIFFORD, 2002, p. 25). Não obstante a experiência de imersão, o resultado desta teria de ser referendado na sociedade de origem do(a) pesquisador(a). Mesmo a efervescência da experiência do "estar lá" não prescindiria do controle do "estar aqui" para que a reflexão em termos academicamente aceitáveis pudesse ser feita. A subjetividade que transparece na escrita necessariamente tem de carregar objetividade e distanciamento para sua validação como texto antropológico, e produzir o efeito de intersubjetividade entre pares. A escrita permanece como um domínio do poder (FOUCAULT, 2009).

Em verdade a autoridade científica do(a) antropólogo(a) nestes termos não depende de qualquer validação por parte da comunidade estudada, mas supõe os limites do alcance de seu discurso. O aprendizado pessoal advém do deslocamento do(a) pesquisador(a) de sua sociedade de origem, transpassando e remarcando sua diferença. A elaboração do texto etnográfico repassaria ao(a) leitor(a) esta imersão, ainda que agencie "o uso de uma linguagem comum de discurso, canais de comunicação regular, e pelo menos um consenso mínimo para julgar o método" (CLIFFORD, 2002, p. 25). Que diferença é esta demarcada? A diferença em relação ao horizonte de origem do(a) pesquisador(a), reafirmada por dois movimentos: a passagem para dentro de um universo cultural distinto – marco do início do trabalho de campo – e a retirada com os dados que serão expostos e debatidos entre pares – da observação do campo para o texto etnográfico.

Esta jornada heroica ao cerne de uma vivência alheia, trazendo deste seu entendimento profundo, pressupõe para além do "eu estive lá" o silenciado "eles(as) não estão aqui" ou "nós móveis/eles(as) fixos(as)". A coexistência e a partilha do mundo produzida pela experiência do trabalho de campo com a observação participante é motivada inicialmente pelo impulso do(a) pesquisador(a), que se imagina possuir o treinamento e a sensibilidade direcionada para filtrar e classificar de

acordo com o paradigma de sua comunidade profissional quais aspectos são marcantes ou voláteis na imagem descritiva que será construída sobre o outro a partir de seu contato.

Tais pressupostos desqualificam em vários aspectos outras possibilidades de construção do texto antropológico. Em primeiro lugar desconsidera que um texto antropológico possa ter origem no horizonte crítico visibilizado a partir da condição nativa (que não é uma experiência vivenciada igualmente por qualquer pessoa) e seu movimento de trânsito e diálogo com outros grupos socioculturais. Por consequência, os(as) pares eleitos(as) de forma privilegiada para o debate intelectual em um texto, podem não se referenciar na modernidade ocidental ou na cultura eurocentrada. A dupla transposição que caracteriza o "sou daqui (como vocês) / estive lá (com eles/elas) / voltei para cá (por vocês)" pode dar-se em ambas as direções sem perder necessariamente seu valor epistemológico. Uma pesquisadora originária de uma comunidade negra ou indígena que toma contato com o cânone da antropologia e logra um diálogo positivo a ponto de tornar-se relevante para sua própria comunidade de origem produz um trabalho de valor fundamental, apontando qualidades outras em relação às obras validadas em termos acadêmicos por sua relevância teórica e conceitual[16].

James Clifford critica o modo tradicional do fazer antropológico, ainda que preservando a concepção de que a escrita etnográfica não pode prescindir de que o(a) etnógrafo(a) vá embora do convívio nativo para que sua autoridade etnográfica possa se configurar.

> Se muito da escrita etnográfica é produzido no campo, a real elaboração de uma etnografia é feita em outro lugar. Os dados constituídos em condições discursivas, dialógicas, são apropriadas apenas através de formas textualizadas. Os eventos e os encontros da pesquisa se tornam anotações de campo. As experiências tornam-se narrativas, ocorrências significativas ou exemplos (CLIFFORD, 2002, p. 42).

De nada vale considerar que há algum controle nativo sobre o conhecimento adquirido no campo quando a instância e objetivo de legitimação estão fora do campo. Ou quando o(a) nativo(a) não pode ser considerado(a) qualificado(a) para realizar uma pesquisa em seus próprios termos.

> Não tentei investigar estilos de escrita etnográfica que possam estar sendo gerados fora do Ocidente. [...] Minha discussão se mantém nos limites de uma ciência cultural realista elaborada no Ocidente, embora em suas fronteiras experimentais (CLIFFORD, 2002,p. 60).

16 Conforme alguns casos analisados por Vagner Gonçalves da Silva em sua Tese (SILVA, 2006).

Sequer vou entrar no mérito da discussão dispendiosa sobre se o Brasil pertence ou não ao mundo ocidental. Basta reconhecer que a antropologia que se faz no Brasil anseia avidamente participar das discussões antropológicas que se travam nos grandes centros do mundo ocidental. Quando se preserva a consideração do Ocidente como núcleo emissor e formulador das experiências que irão ampliar as fronteiras de comunicação entre diferentes linguagens, muito pouco se pode obter em termos de descentramento da autoridade para a conformação de uma horizontalidade dialógica. No entanto "para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas" (FOUCAULT, 2004, p. 30).

Para além do papel fundamental representado pela dinâmica da autoria, deve-se reconhecer os impactos no plano das representações através da cristalização e/ou imposição dos sentidos dos discursos contidos nos textos etnográficos, na medida em que na Antropologia a "construção de um campo de estudos afeta a definição de fronteiras étnicas" (GILLIAM; GILLIAM, 1995, p. 526).

A posição hegemônica presente na antropologia brasileira contrária às principais demandas históricas do Movimento Negro foi um dos imbróglios do acesso ao meu campo. Mais especificamente para o estabelecimento de um diálogo confiável com militantes que estão constantemente sofrendo ataques por parte de membros eminentes da comunidade de antropólogos. Mesmo alguns antropólogos, com reconhecida atuação em favor da promoção da igualdade racial, são vistos com certa desconfiança pelos setores mais duros do Movimento Negro em razão da forma como tem se colocado no debate público sobre relações raciais no Brasil esta comunidade profissional[17]. Ainda que a solidariedade racial e o currículo de atuação no Movimento Negro tenham me ofertado a abertura de algumas portas, anunciar meu pertencimento à comunidade de antropólogos fechou outras tantas.

A utilização do conceito de raça para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa estabeleceu limites estritos quanto à possibilidade de diálogo teórico com outros antropólogos no país. Deste modo a bibliografia de referência para a discussão será antes de tudo com base nos textos relevantes para a ação social do Movimento Negro, já que é mesmo para o Movimento Negro (para vocês) e sobre o Movimento

17 Esta é uma das explicações plausíveis para momentâneos desentendimentos e alguma desconfiança por parte do coletivo negro que fiz parte na UNB, o ENEGRESER, em relação ao meu orientador à época do mestrado em antropologia Prof. José Jorge de Carvalho. Jamais notei qualquer comportamento hostil por parte do meu orientador, que ainda quando constrangido por ser branco e antropólogo mantinha sua posição de compromisso em relação à causa negra.

Negro (como vocês) que se desenvolve o livro. Esta forma de situar o processo de construção do livro se estabelece pela premissa de que "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 2004, p. 10).

Para este livro é o Movimento Negro que se move (BICUDO, 2010; GOMES, 2005;), enquanto grande parte da antropologia brasileira parece permanecer no mesmo lugar desde 1930 no que diz respeito aos paradigmas no campo dos estudos afrobrasileiros (GOMES, 2009; SALES Jr, 2006; SCHWARCZ, 2012). Em verdade, grande parte da comunidade de antropólogos(as) sequer considera o estudo das relações raciais como uma questão propriamente antropológica, sendo relegada ao campo da sociologia lidar com tal tema. Para muitos(as) antropólogos(as) somente temas relativos à diferença cultural preservada através das comunidades religiosas afrobrasileiras, os estudos das comunidades quilombolas e as manifestações da cultura popular mereceriam estudos que pudessem ser mais propriamente chamados de antropológicos (SILVA, 2008).

Outro desafio que se colocou no processo de produção do livro foi levar em consideração o fato de que este pesquisador transita por espaços, instituições e grupos que tem ligação com o processo de construção, implementação e com os desdobramentos da política estudada. Seja na condição de militante negro, consultor técnico, ou pesquisador existem aspectos que irão interferir no olhar e no fazer antropológico, e que precisam ser colocados de forma explícita na apresentação da pesquisa (SILVA, 2003). Considere-se também que a possibilidade de resposta à produção acadêmica por parte dos sujeitos da pesquisa se dá em outro nível de relação[18].

Grande parte dos(as) entrevistados(as) estão no mesmo patamar ou ainda em condição hierarquicamente superior na estrutura acadêmica ao pesquisador. Ainda são de gerações anteriores do Movimento Social, com uma larga rede de prestígio e articulação. Tanto facilita quanto dificulta o trabalho de pesquisa conhecer a opinião dos(as) entrevistados(as) também a partir de suas teses e artigos, e saber que estes podem reescrever o que foi dito sobre eles e elas em um circuito mais amplo e poderoso. Não se trata de ir a um lugar distante, ouvir-ver-registrar, e retornar para os pares aquilo que foi selecionado pelo tradutor/intérprete[19]. Trata-se neste caso de ter a delicada tarefa de dialogar, a

18 Conforme ocorre com Silva (2006).

19 Como o realizado por Kulick (2008) e Crapanzano (1980). Kulick denota seu pertencimento à comunidade LGBT, mas não demonstra em seu texto sinais de identificação política com a luta desta comunidade no Brasil. Ao contrário, sua tese serviu como ferramenta de oposição as demandas deste grupo.

partir de uma posição bastante específica, com quem efetivamente pode falar mais alto onde quer que esteja.

As relações com os(as) entrevistados(as) irão permanecer por mais tempo do que o trabalho de campo, graças ao vínculo estabelecido pela militância, o que significa uma avaliação para além da banca de quando defendi este texto como tese. A viabilidade no exercício de outros papéis por parte deste pesquisador depende da coerência e validação coletiva do texto etnográfico em seu sentido político.

Não deixei de fazer parte da população negra após a defesa da tese. A negociação e o vínculo de pertencimento de um pesquisador que se identifica como negro e que estuda os povos negros é necessariamente permanente. Ou até que o racismo deixe de existir no país, e finalmente a raça já não tenha qualquer importância na produção de uma tese em antropologia.

Minha hipótese de trabalho é que um momento excepcional no contexto nacional e internacional, aproveitado com perspicácia por um conjunto de militantes engajados(as) e altamente qualificados(as) no debate público, permitiu que uma série de demandas das organizações políticas do Movimento Negro pudessem ser parcialmente atendidas através do *Programa Estratégico de Ações Afirmativas População Negra e Aids*. Estes(as) militantes alternaram-se em espaços específicos como: os espaços de produção acadêmica sobre saúde, as organizações da sociedade civil de militância política do enfrentamento do racismo anti-negro, organizações internacionais e instâncias de gestão de políticas públicas.

No primeiro capítulo, intitulado **Saúde e o Corpo Negro na Antropologia**, apresento a pertinência de compreender certos usos da noção de saúde em antropologia, para localizar o tema deste livro. Para tanto, proponho um olhar crítico sobre como o corpo negro foi introduzido como questão na discussão antropológica em seu diálogo com as ciências da saúde.

No segundo capítulo, **Antropologias, Saúde e Colonialismo**, busco exemplificar a incompletude com a qual a antropologia caracterizou os africanos e seus descendentes. Nesta quase-humanidade estava notadamente situada a ausência de plena saúde, seja por hábitos e contextos insalubres, herança cultural e biológica, ou organização social incapaz de prover adequadas condições de vida. Também trago para o texto o debate entre a antropologia colonialista e a militância pan-africanista.

No terceiro capítulo, intitulado **Afrobrasileiros, direito a diferença, e desigualdade em saúde**, comparo o processo de construção

do reconhecimento da diferença de afrodescendentes e indígenas na comunidade das nações, na América Latina e no Brasil. Destaco aqui o lugar dos(as) africanos(as) e sua descendência no centro da narrativa que trata da epidemia de Aids no mundo. Encerro este capítulo destacando a contribuição de diferentes setores dos movimentos negros[20] na construção da *Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da População Negra.*

No quarto capítulo, que leva o título **O local e o global na Aids e no Racismo: dos africanos aos afrodiaspóricos**, busco situar a epidemia de Aids no conjunto de mudanças que ocorre no mundo nas últimas décadas. Na resposta brasileira à epidemia traço a localização da atuação de distintas organizações do movimento social negro que irão contribuir para a formulação do *Programa Estratégico de Ações Afirmativas População Negra e Aids (PEAAPNA)*. A partir das falas de sujeitos(as) diretamente envolvidos neste processo situo a participação de distintos segmentos e a correlação construída entre as ferramentas conceituais da "Ação Afirmativa" e da "Saúde da População Negra".

Nas **Considerações Finais** retomo alguns pontos tratados ao longo do livro, buscando relacionar desdobramentos gerais do PEAAPNA e alguns de seus efeitos particularmente observados. Para melhor compreender a conjectura destes eventos retomo as formulações teóricas de Michel Foucault. E finalmente, ao alinhavar os princípios de redistribuição e reconhecimento proponho a conexão destes princípios a partir do conceito de justiça social.

As entrevistas citadas foram realizadas pelo autor entre 2010 e 2013.

20 "Pensar o movimento social negro brasileiro ou sobre muitas de suas lideranças é, antes de tudo, ter em referência que este [...] é constituído de vozes inúmeras que se manifestam num diálogo, quase nunca ameno, com o seu tempo histórico, sua realidade sociorregional. Todos guardando num fazer que procura, ao mesmo tempo, posicionar-se como analítico e pró-ativo, no sentido de transformação de uma realidade inóspita. [...] Os grupos e associações criadas pelos afro-brasileiros vêm, há muito, ajudando a consolidar uma rede que se comunica através de sua imprensa, das modernas ferramentas midiáticas, dos encontros acadêmicos e/ou de ativistas, ou mesmo das extensas relações interpessoais. Qualquer destas iniciativas vem consolidando um alicerce sobre o qual tem podido estruturar seus discursos, práticas, análises e ações." (PEREIRA; SILVA, 2009, p. 9)

CAPÍTULO I

SAÚDE E O NEGRO NA ANTROPOLOGIA[21]

> A um povo assim prejudicado não se deveria pedir que competisse com o mundo, mas sim permitir-lhe que dispusesse de todo o tempo e energia mental para tratar de seus problemas sociais. Mas, ai! Enquanto os sociólogos listam com júbilo, na população de cor, os bastardos e as prostitutas, o Negro suarento, exaurido do trabalho, tem sua própria alma escurecida pela sombra de um profundo desespero. Os homens chamam essa sombra de preconceito, explicando-o em termos eruditos como a defesa natural da cultura contra o barbarismo, do saber contra a ignorância, da pureza contra o crime, das raças 'superiores' contra as 'inferiores' (DU BOIS, 1999, p. 59).

Neste primeiro capítulo apresento a pertinência de compreender certos usos da noção de saúde em antropologia, para localizar o tema deste livro que tem como foco uma política de ações afirmativas[22] para a saúde dos(as) negros(as) no Brasil. Para tanto, proponho um olhar crítico sobre como o corpo negro foi introduzido como questão na discussão antropológica em seu diálogo com as ciências da saúde.

Antes de cada item, uma pérola de Du Bois (1868 – 1963), autor afroamericano que viveu longa e proficuamente dedicando-se à luta pela autodeterminação de africanos e afrodescendentes.

1.1. Sobre Saúde e Antropologia

> Quanto à pergunta real: Como é a sensação de ser um problema? Raramente respondo uma palavra sequer. E, no entanto, ser um problema é uma experiência estranha – até mesmo para alguém que jamais foi outra coisa (DU BOIS, 1999, p. 52).

Como a investigação de uma política de saúde voltada para negros pode se tornar uma questão antropológica? Há precedentes no debate antropológico que tornam uma questão desta natureza relevante, mas ainda assim o tema não é autoexplicativo. A antropologia da saúde, como um ramo do campo disciplinar da antropologia sequer aparece em vários manuais ou historiografias da disciplina. Ao tratar de descrever a antropologia como campo disciplinar, vários(as) pesquisadores(as) sequer reconhecem o estudo da saúde como uma de suas subdivisões rele-

21 Questões desenvolvidas neste capítulo foram inicialmente formuladas e publicadas em Silva (2017).

22 Sobre Ações Afirmativas ver BRASIL (2005); CRUZ et al. (2008); DUARTE (2007); FERES JUNIOR; ZONINSEIN (2006); GOMES (2006); GUIMARÃES (2013); JACCOUD; BEGHIN (2002); MEDEIROS (2004); MUNANGA (2005-2006); NUNES (2005); PAIXÃO; GOMES (2010); PIOVESAN; SOUZA (2006); SANTOS (2005); SANTOS (2007); SANTOS ROCHA (2007); SEPPIR (2008); SILVA (2008-2010); SISS (2003); ; .

vantes e definidoras. Apesar disto, pode-se identificar entre os(as) pioneiros(as) da disciplina colaborações metodológicas fundamentais para o desenvolvimento da antropologia como ciência que irão se constituir justamente no diálogo com as ciências da saúde. Alguns destes elementos irão se transmutar no decorrer do desenvolvimento e afirmação da antropologia como campo disciplinar, e permitir posteriormente o estabelecimento de vínculos duradouros nesta ponte que aqui chamaremos antropologia da saúde. Nesta introdução proponho problematizar as distinções entre Ciências Naturais e Ciências Sociais mais comumente apresentadas (MATTA, 1984). Castro e Silva vão destacar que saúde e doença, mesmo nas ciências médicas, não se referiam tão somente a aspectos biológicos.

> Como já reconhecido por vários autores, os fenômenos da saúde e da doença sempre foram, em certo modo, processos que envolvem uma combinação de elementos que vão desde aspectos puramente clínicos e biológicos até a interação de atores sociais pertencentes a contextos sociais diferenciados. A chamada 'política médica' na metade do séc. XIX, na Alemanha e em outros modelos europeus desenvolvidos na Inglaterra e na França, por exemplo, são experiências paradigmáticas de uma visão médica que, além dos componentes biológicos do organismo humano, buscava identificar os fatores sociais implícitos nas condições de saúde das populações (CASTRO; SILVA, 2005, p. 47).

Alguns destes empréstimos conceituais e metodológicos, presentes desde o início da disciplina antropológica, propiciaram certas abordagens e temáticas de investigação sobre corpo, medicina, saúde, raça e doença que irão prosperar na antropologia dos estudos afro-brasileiros. No processo de desenvolvimento da investigação das características dos(as) negros(as) no Brasil como uma questão científica, foram se entrelaçando distintos campos disciplinares. A saúde é um dos aspectos que, de forma consistente, tem acompanhado as pesquisas nesta área, seja por buscar delimitar compreensões diferenciadas do processo saúde – doença, ou por comportar descrições que se referem à constituição de organismos e práticas com diferenciados potenciais de vitalidade.

Matta (1984) fala de três planos de consciência da Antropologia. O primeiro destes planos se refere a "uma consciência física no estudo do Homem" (p.36). Este é o plano da Antropologia Biológica ou Física, que revela "como estamos ligados ao mundo animal e aos mecanismos básicos de vida no planeta" (MATTA, 1984, p. 36). O autor considera que as reflexões neste plano de consciência estariam resguardadas ao estudo do passado longínquo da humanidade, em tempos e espaços primordiais, "no limiar entre o científico e o religioso" (MATTA, 1984, p. 37). Tal compreensão do físico para esta subdivisão

da antropologia estabelece o limiar para o metafísico, a fronteira para não extrapolar o que a informação biológica delimita.

> [Antropologia Biológica ou Física] é o estudo do homem enquanto ser biológico, dotado de um aparato físico e uma carga genética, com um percurso evolutivo definido e relações específicas com outras ordens e espécies de seres vivos. [...] lança mão de métodos e técnicas comuns a outros ramos da Biologia, da Genética e da Zoologia, além da Paleontologia, de modo que o cientista a ela dedicado deve ter familiaridade com todas essas outras disciplinas, sendo um biólogo especializado no estudo do homem. Na história da Antropologia, grande parte da popularidade da disciplina decorre de achados científicos vindos desta esfera de estudo (MATTA, 1984, p. 28).

Já Gomes reconhece maior importância às pesquisas da Antropologia Biológica, admitindo "desdobramentos em vários setores das ciências humanas e até da filosofia" (GOMES, 2009, p. 17), ainda que encapsulada em uma perspectiva evolucionista.

> De certo modo, a temática mais importante da Antropologia Biológica é tentar encontrar o lugar do homem na Natureza e ao mesmo tempo conhecer a especificidade de sua natureza. Para tanto, ela está em permanente diálogo e busca subsídios em várias ciências biológicas, a começar pela Anatomia. (GOMES, 2009, p. 19).

As referências à anatomia e à fisiologia como campos disciplinares já bem assentados na comunidade científica com alto nível de potencial explicativo de leis universais é recorrente desde ao menos dois séculos. A noção de saúde como funcionamento normal do organismo biológico vivo aparece igualmente na antropologia física e nos estudos psico-antropológicos[23]. Partindo daí, pode se tomar estas abordagens acerca da forma de investigar saúde como distintas e excludentes, ou ainda enquanto imbricadas e complementares. As obras pioneiras de David Émile Durkheim (1858-1917) na virada do Séc. XIX para o XX já expressavam de maneira evidente este esforço em compreender as sociedades a partir de certa noção de saúde:

> Por isso, tal como para os indivíduos, a saúde é boa e desejável também às sociedades, ao contrário da doença, que é coisa má e de evitar. Se encontrarmos um critério, objetivo, inerente aos próprios fatos, que nos permita distinguir cientificamente a saúde da doença nas diferentes ordens de fenômenos sociais, a ciência estará em condições de esclarecer a prática permanecendo fiel ao seu próprio método (DURKHEIM, 2007, p. 69).

23 "Outro exemplo é o das relações entre alguns antropólogos e os psicólogos e psicanalistas. Algumas vezes foi proposto o estabelecimento de subdisciplinas na antropologia para distinguir claramente orientações especializadas. Assim A. L. Kroeber sugerira a delimitação de uma 'psicologia cultural'" (MERCIER, 1974, p. 14).

Seu diálogo com a comunidade científica francesa em fins do séc. XIX propunha ampliar, sem desconsiderar o conhecimento de outros campos de investigação, as formas de investigação das leis naturais no funcionamento das sociedades. Paralelamente Durkheim afirmou a necessidade de ir além de uma base biológica para produção de conhecimento, e para buscar a validade em termos científicos deste alcance estendido através do estudo das sociedades:

> Não foi sem razão que se afirmou que o próprio eu era uma sociedade, assim como o organismo, embora de outra maneira, e há já muito que os psicólogos mostraram toda a importância do fator associação para a explicação da vida do espírito. Mais ainda que uma cultura biológica, uma cultura psicológica, portanto, constitui para o sociólogo uma propedêutica necessária; mas só lhe será útil com a condição de se libertar dela depois de a ter admitido e de a ultrapassar completando-a com uma cultura especialmente sociológica (DURKHEIM, 2007, p. 121).

Outra compreensão da antropologia precedeu e foi contemporânea desta sociologia apresentada por Durkheim. Enquanto o pesquisador francês parecia tomar do campo da saúde o diálogo com as disciplinas psi, uma antropologia física havia se estruturado fundamentalmente a partir de análises e classificações anatômicas.

> Na antropologia em sentido lato é sobretudo o estudo das características físicas do homem que se desenvolve. P. Broca elabora técnicas nesse sentido. P. Topinard e A. de Quatrefages utilizam ideias darwinianas que fazem progredir os trabalhos de descrição e classificação de raças humanas, e ainda que não menosprezem aspectos sociais e culturais da história humana, não lhes dão posição de importância. A obra de J. Deniker, no final do século, revela claramente a maneira como eles são encarados por essa escola. O próprio título é significativo: Les races et lês peuples de la terre; os dados etnográficos nada mais fazem do que completar a descrição dos grupamentos raciais. Não é para surpreender que nessas condições tenham nascido na França teorias que valorizam o fator racial na interpretação da história da humanidade. Em 1853 A. Gobineu publica seu Essai sur L'inegalité dês races humaines; nega praticamente qualquer influência do meio sobre o homem, e vê nos diferentes cruzamentos raciais, ocorridos no transcurso da história, a única base para a explicação do progresso, decadência e estagnação que as sociedades humanas conheceram (MERCIER, 1974, p. 14).

Surgira em fins do século XIX os esforços de associação entre uma antropologia ainda em busca de afirmação e uma ciência eugênica recém-constituída, profundamente embasada na obra de Charles Darwin (1809 – 1882). Cria-se firmemente que as explicações para as transformações no universo dos fenômenos naturais haviam de ter estreita relação com as mudanças observadas na manifestação de fenômenos

sociais e vice-versa. Se a leitura do "Ensaio sobre o princípio da População" de autoria do economista político Thomas Malthus (1766 -1834) contribuiu para que Charles Darwin pudesse desenvolver a teoria da seleção natural, a teoria do biólogo e naturalista também iria causar enorme impacto no desenvolvimento das ciências humanas e sociais. A teoria da seleção natural influiu com profundidade na investigação das características dos distintos povos que cobriam o globo terrestre em meio à segunda vaga imperialista que se avolumava desde o colapso do tráfico transcontinental de africanos escravizados como insumo básico da acumulação do capitalismo ocidental.

A hierarquização de raças humanas através da teoria da evolução biológica dos seres vivos derivou, segundo Levi-Strauss, de um falso evolucionismo. O evolucionismo sociológico, tratado por aquele autor enquanto inválido cientificamente, teria precedido o evolucionismo biológico que, de acordo com Levi-Strauss, trata-se de "uma hipótese dotada de um dos mais altos coeficientes de probabilidade que podem encontrar-se no domínio das ciências naturais" (LEVI-STRAUSS, 1970, p. 239).

> O evolucionismo sociológico, sem dúvida, devia receber um impulso vigoroso por parte do evolucionismo biológico, mas lhe é anterior nos fatos. Sem remontar às concepções antigas, retomadas por Pascal, que comparam a humanidade a um ser vivo que passa pelos estágios sucessivos da infância, da adolescência e da maturidade, no século XVIII é que floresceram os esquemas fundamentais que, com o tempo, serão objetos de tantas manifestações: as 'espirais' de Vico, suas 'três idades' que anunciam os 'três estados' de Comte, a 'escada' de Condorcet. Os dois fundadores do evolucionismo social, Spencer e Tylor, elaboraram e publicaram sua doutrina antes de *A origem das Espécies* ou sem ter lido essa obra (LEVI-STRAUSS, 1970, p. 241).

De pronto, esta discussão que propõe a hierarquização de grupos humanos com base na classificação de suas características físicas não começa com Darwin. O médico Erasmus Darwin (1731-1802), avô paterno de Charles Darwin, havia escrito no fim do século XVIII um tratado sobre evolução. No início do século XIX o naturalista francês Jean-Baptiste de Lamarck (1744-1829), em sua obra "Filosofia Zoológica", incluiu os seres humanos na teoria evolucionista de mutabilidade das espécies biológicas. O próprio Darwin fez referência a cerca de vinte pesquisadores que antes dele haviam escrito sobre aspectos da evolução (LEAKEY, 1982).

Otto Klineberg (1899-1992) encontrou precedente nas obras do filósofo Aristóteles, no século V a.C. Reconheceu que, desde então, explicações passaram a relacionar diferenças observáveis entre grupos

humanos e suas formas de organização e domínio político. O conhecimento de geografia disponível naquele momento teria servido para hierarquizar povos de acordo com as melhores condições de saúde entendidas como necessárias à conformação da raça naturalmente destinada a governar o mundo. Enquanto para alguns povos mais ao norte havia frio demais – o que lhes restringia a inteligência e os inabilitava para a organização – mais ao sul o calor desprovia outros povos de temperamento (como os núbios) – definindo os gregos como os dotados pela providência divina das melhores condições de saúde para governar os demais povos do mundo. Vitruvius 300 anos depois repetiu o argumento, substituindo gregos por romanos.

Mais de meio século depois das publicações de Klineberg[24] e Levi-Strauss[25], Andreas Hofbauer ao analisar o ideário do branqueamento no Brasil e suas origens longínquas no pensamento ocidental também encontra no pensamento aristotélico as origens do "ideário árabe muçulmano e, consequentemente, mais tarde, também as justificativas ibérico-cristãs a respeito da escravidão" dos negros africanos e seus descendentes (HOFBAUER, 2006, p. 36). Ressalva, no entanto, que a cor da pele muito antes de ter importância como dado das ciências biológicas já dispunha de significado para categorizações sociais, frequentemente de cunho religioso.

> Até a Idade Média a ideia de cor era subordinada a uma concepção de mundo divinizada. E que apenas lentamente, acompanhando reestruturações nos campos social, político e econômico, essa ideia (de cor) passou por um processo de naturalização. Assim, durante muito tempo, a 'cor da pele' não foi vista como um dado natural objetivo (ou biológico). 'Preto/Negro' representava, em primeiro lugar, o mal, o moralmente condenável, o pecado, enquanto 'branco' expressava o divino e a pureza da verdadeira fé. [...] Com a naturalização (biologização e, mais tarde, genetização) das diferenças humanas, a cor transformar-se-ia num critério de exclusão cada vez mais essencialista: isto é, tornar-se-ia um dado cada vez menos 'contextual' e menos 'negociável' (HOFBAUER, 2006, p. 35).

Apesar da contradição em seu argumento que aponta concepções religiosas como comparativamente menos essencialistas do que noções biologizadas, deve-se considerar com atenção seu achado que sustenta a anterioridade da hierarquização dos povos pela cor em relação à produção de uma ciência das raças. As sociedades do mundo ocidental tomaram o fenótipo que remete à origem no continente afri-

24 *As Diferenças Raciais* de Otto Klineberg foi publicado pela primeira vez no Brasil em 1966. Porém, sua publicação original em inglês sob o título *Race Differences* data de 1935.

25 *Raça e História* de Claude Levi-Strauss foi publicado pela primeira vez no Brasil em 1960. Todavia, sua publicação original em francês com o título *Race et Histoire* data de 1952.

cano como índice classificatório relevante nas relações sociais desde muito antes da elaboração do racismo científico. Colocados em polos opostos, o branco e o negro já referenciavam categorias sociais antes de se tornarem referências do mundo natural. Para Hofbauer (2006) o ideário de branqueamento postula a supremacia branca, porém impede a possibilidade de reação coletiva a esta posição. Através da indução por negociações pessoais e contextuais de fronteiras, encobre-se o teor discriminatório embutido nesse esquema ideológico e são abafados eventuais processos e mecanismos formais de reversão dos quadros de desigualdade.

Andreas Hofbauer (2006) em sua crítica a obra de Roger Bastide, situa este debate na disputa entre a visão defendida por uma sociologia das relações raciais que se aproximou da produção intelectual da militância negra, para contrapor-se a uma concepção que ele classifica como "Antropologia Clássica". Esta característica da "Antropologia Clássica" é identificada nas obras de Roberto da Matta, Ivonne Maggie, Peter Fry, Lilian Schwarz e outros importantes antropólogos em sua defesa de um etos brasileiro. Esta seria, segundo Hofbauer, uma persistência do estruturalismo Levi-Straussiano, que busca tomar a cultura nacional como unidade coerente em si mesma, com estrutura própria em seu sistema classificatório, em que o etos privilegia meios-tons, ambivalências e rejeita fronteiras rígidas entre brancos e negros. A cor seria um significante de estrutura profunda, que guardaria em sua lógica oculta um valor positivo da cultura brasileira expressa no mito da democracia racial. Os limites desta compreensão estariam na supervalorização da realidade simbólica em detrimento do reconhecimento das condições de desigualdade social que as categorias étnico-raciais são capazes de revelar. A questão da saúde recoloca a necessidade de levar em consideração as condições materiais e os processos sociais capazes de afetar o corpo de forma concreta.

Levi-Strauss participou do grupo de estudiosos chamados pela Unesco entre 1949 e 1966 para examinar cientificamente o problema racial (COMAS, 1970). As contribuições de Levi-Strauss a este debate encontram-se resumidas em um artigo publicado no Brasil em 1970. Este grupo de estudiosos incluía biólogos, geneticistas, peritos em antropologia física, moralistas, filósofos, e cientistas sociais. Vale destacar que os especialistas que contribuíram com este projeto da Unesco reunindo dados científicos concernentes às questões raciais apresentaram divergências em suas conclusões. Levi- Strauss, bem mais do que outros deste grupo, encontrou eco nas ciências sociais brasileiras.

Aprofunda-se criticamente nesta questão Carlos Moore, que identifica a presença de uma espécie de proto-racismo entre alguns dos

mais antigos textos sagrados conhecidos – a trilogia de livros sagrados indianos denominada *Veda*. Superando os limites da Grécia Antiga, geralmente utilizados para refazer a genealogia do pensamento ocidental, Moore reconhece no substrato da cultura indo-européia a mais antiga referência documentada das bases do racismo anti-negro. Com sua análise do *Rig–Veda*[26], um dos livros sagrados do Hinduísmo, composto entre 1000 e 500 a.C, "demonstra a impossibilidade de sustentar que o racismo era desconhecido durante a antiguidade" (MOORE, 2007, p. 51). Os relatos épicos dos enfrentamentos entre povos *ária* (gente de pele nobre) do sul do Irã e da Ásia Central, classificados pelo pesquisador como *leucodérmicos*, em confronto com os *dasyu* (denominação coletiva para negros) ou *anasha* (gente de nariz chato) que compunham a população autóctone do Vale do Indo, tratados por Moore como melanodérmicos, são apresentados numa narrativa que ilustra o "fenômeno recorrente na literatura religiosa dos povos euro-asiáticos e semitas que, invariavelmente evocam a raça negra em um duplo contexto de conflito e malefício" (MOORE, 2007, p. 50). Segundo este antropólogo, há aí um precedente para os embates entre povos que impulsionaram os modos como a cor da pele surgiu adiante como categoria social no pensamento grego.

> Os violentos choques a que se refere o Rig–Veda, entre povos melanodérmicos autóctones e populações leucodérmicas invasoras, aconteceram na Antiguidade não somente na Índia. Esses embates tiveram lugar, a partir do terceiro milênio a.C, em todo o Oriente Médio, na Ásia e na própria Europa Meridional, na sua parte mediterrânea. Os conflitos bélicos ocorreram em circunstâncias similares com os povos ancestrais das populações que se identificariam logo depois como gregos e romanos (Jônios, Dórios, Aqueus) (MOORE, 2007, p. 53).

Seguindo este argumento, correlações desta mesma natureza podem também ser encontradas na Ilíada de Homero, que faz referência às violentas lutas pela posse do Mediterrâneo entre povos "xantus" (cor clara) e povos "melantus" (cor preta), e que "supostamente se referem aos autóctones (*pelasgos*) e aos invasores arianos (*aqueós e dórios*)" (MOORE, 2007, p. 56). De acordo com Moore, foi então com base em experiências históricas e em razão de contextos políticos de expansão colonialista que na cultura greco-romana se formou uma precoce visão

26 "Assim o Rig–Veda, relata que Indra, suposto líder dos invasores arianos, logo transformado em semi-Deus, ordenou aos seus súditos guerreiros para 'destruir os dasyu' e 'eliminar a pele negra da face da terra'. O Rig- Veda, que descreve os grandes combates entre esses brancos em termos de uma luta entre a 'luz' e as 'trevas', diz, textualmente, que Indra 'matou os bárbaros de nariz chato (*anasha*), e assoprou com força sobrenatural, fazendo desaparecer da terra e dos céus a pele negra que Indra tanto odeia'. Após a vitoriosa conquista das terras dos *anashas*, relata o Rig-Veda, Indra ordenou aos seus seguidores para 'desencouraçar as peles negras dos anashas'"(MOORE, 2007, p. 51).

raciológica e determinista, fixando qualidades e defeitos morais do ser humano segundo critérios baseados no fenótipo. A realidade de conflito entre sociedades teria levado a uma dada classificação que toma por base a natureza, ou seja, o conflito social é pré-existente ao modelo classificatório biológico e funciona mais como justificativa do que como impulsionador. Esta visão seria identificável em outros autores do pensamento grego, mas ficou marcadamente eternizada na *Fisiognomica* de Aristóteles que afirma que "uma cor excessivamente preta é a marca do covarde, como testemunha os egípcios e os etíopes" (MOORE, 2007, p. 57). A fisionomia, como objeto de ciência, está marcada pelo conflito entre diferentes povos e conforma nesta visão o prelúdio da hierarquização das raças.

Também Eli Chinoy (1921-1975) encontrou no pensamento de Aristóteles a origem da ideia de que as diferenças culturais e sociais derivam de diferenças biológicas. Porém seu argumento é de que a formulação explícita que divide a humanidade em raças "só surgiu no século XVIII, quando o botânico Lineu identificou quatro raças humanas fundando-se na cor da pele: *Americanus Rufus, Europeus Albus, Asiaticus Luridus e Afer Niger*" (CHINOY, 1971, p. 100). Estas categorias raciais teriam sido apropriadas e reelaboradas por biólogos e antropólogos ao longo do séc. XIX, perdendo força explicativa a partir de meados do sec. XX como conceitos biológicos ao referir-se a um conjunto de pessoas que possuem características herdadas comuns. Para Chinoy, o esforço para vincular diferenças biológicas a variações sociais e culturais teria se desenvolvido e aperfeiçoado na obra do aristocrata francês Arthur de Gobineau, que com seu adepto Houston Stewart de Chamberlain teria proporcionado os fundamentos teóricos da doutrina do nazi-facismo (CHINOY, 1971, p. 100). Esforça-se por distinguir a compreensão acerca das ideias de raça da descrição biológica de raça entre humanos.

> Cumpre, portanto, distinguir as concepções populares de raça do conhecimento comprovado que se alcançou através da investigação científica. A análise sociológica de ideias raciais difere da análise biológica de características raciais. Os sociólogos interessam-se pelas opiniões e atitudes das pessoas em relação à raça e a grupos raciais específicos, pela maneira por que elas influem no comportamento e na estrutura social. Os biologistas e antropólogos físicos buscam descobrir o caráter genético das raças humanas, até onde existem, e verificar se cada raça possui traços ou habilidades distintivas (CHINOY, 1971, p. 103).

Porém, admite que a ciência biológica contribuiu para vulgarizar certas formas de interpretação que permaneceriam em voga no comportamento social em relação à saúde. Para Chinoy a vulgarização de teorias científicas superadas teria fornecido as categorias que alimentaram o racismo anti-negro na contemporaneidade.

> De acordo com tais teorias, a civilização europeia era superior à do resto do mundo por causa da superioridade do homem branco. Sustentam elas que os negros apresentam uma taxa mais elevada que os brancos de moléstias venéreas e de bastardia nos Estados Unidos, em razão de sua imoralidade inata (CHINOY, 1971, p. 100).

Então para este autor, é a partir da comunidade científica, fundamentalmente a partir dos desdobramentos da classificação formulada por um botânico, que se difundem e se vulgarizam os conceitos que irão organizar o racismo anti-negro como fenômeno social no século XX. Racismo que, segundo o mesmo autor, teria sido superado no seio da comunidade científica, ainda que persista difuso na sociedade. De tão recorrente, já se elaborou contundente critica a este posicionamento: "Há, nessa postura, uma crença iluminista de que os indivíduos podem ser esclarecidos sobre a inexistência das raças e que, a partir deste esclarecimento, mudem o seu comportamento racista" (GUIMARAES, 2012, p. 53).

Guimarães (2008, p. 70) acede que "a palavra 'raça' é anterior a essa ideia moderna", originando-se "de uma ideia não científica, inteiramente teológica, que no Brasil, nos Estados Unidos e em outros lugares justificou a escravidão" (GUIMARÃES, 2008, p. 70). Todavia rejeita peremptoriamente que a simples compreensão das nomenclaturas contemporâneas baseadas em variedades de cores possa contribuir para melhor compreender as hierarquizações sociais que insuflam o racismo anti-negro. É preciso considerar, para além das diferenças de cor a desigualdade racial.

> O fato é que a moderna classificação dos seres humanos em raças tomou a antiga nomenclatura das cores, a classificação dos povos e das pessoas por cor, e a ela assimilou sua hierarquia própria e racista. A nomenclatura propriamente racista – caucasoide, negroide, mongoloide e outras já esquecidas – cedeu à classificação e à simbologia das cores, vigentes anteriormente, mas deu-lhes um novo alento e significado (GUIMARÃES, 2008, p. 69).

Schwarcz (2012) também reconhece entre os teóricos do darwinismo racial "vinculados e legitimados pela biologia" (p.20) a criação e profusão dos modelos classificatórios "para julgar povos e culturas a partir de critérios deterministas" (SCHWARCZ, 2012, p. 20) no Séc. XIX. Segundo a autora, o conceito de raça surge no Séc. XVI, porém as teorias de determinismo racial surgem em meados do Sec. XVIII. Entende Schwarcz que foi apenas no Séc. XIX que o conceito de raça passou a estar vinculado com a biologia, ultrapassando certa definição que compreendia raça enquanto grupos ou categorias de pessoas conec-

tadas por uma origem comum, não indicando uma reflexão de ordem mais natural. Para esta autora, parece haver então, um modo de classificação racial anterior que indicava relações sociais e não apontava para características e hierarquias naturais, pressupondo deste modo que natureza e cultura já estavam estabelecidos como campos distintos e bem delimitados nas ciências do ocidente antes mesmo do Sec. XIX.

Para Foucault (2012) no fim do século XVIII surgiu uma nova tecnologia do sexo que escapava a instituição eclesiástica. O sexo foi tomado então enquanto capital patológico da espécie humana pelo seu potencial de transmissão de doenças ou ainda pela responsabilidade biológica com as gerações futuras. Esta tecnologia desdobrou-se no século seguinte em uma medicina das perversões, nas teorias de degenerescências e nos programas de eugenia. "Através da pedagogia, da medicina e da economia, fazia do sexo não somente uma questão leiga, mas negócio de Estado; ainda melhor, uma questão em que, todo o corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a porem-se em vigilância" (FOUCAULT, 2012, p. 129). Para Foucault a forma mais exagerada destas tecnologias do sexo foi a origem do racismo de Estado, o projeto burguês de investimento em uma tecnologia de poder e saber afirmando a constituição de um corpo para ser cuidado, protegido, cultivado, preservado de todos os perigos e de todos os contatos, isolado dos outros para que mantivesse seu valor diferencial.

> Não imaginemos a burguesia se castrando, simbolicamente, para melhor recusar os outros o direito de ter um sexo e usá-lo a seu bel-prazer. Deve-se ao contrário, vê-la, a partir da metade do Século XVIII, empenhada em se atribuir uma sexualidade e constituir para si, a partir dela, um corpo específico, um corpo de 'classe' com uma saúde, uma higiene, uma descendência, uma raça (FOUCAULT, 2012, p. 135).

Para Foucault, é desta preocupação burguesa com o corpo e o sexo no Século XVIII que surgirá certo racismo embrionário para desenvolver-se em formas mais dinâmicas e expansionistas de racismo em meados do Século XIX.

> O racismo se forma nesse ponto (racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante): toda uma política de povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde da vida quotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça (FOUCAULT, 2012, p. 162).

Anjos (2004) aponta que na Europa, desde o século XVI, o conceito de raça passou a ser utilizado para determinar coletivamen-

te aliados internos e inimigos externos do povo[27]. Segundo sua leitura de Foucault, a gênese da doutrina racista está evidente na forma como historiadores da França e da Inglaterra do século XVI passaram a codificar, em termos de oposição binária, os conflitos em torno do Estado absolutista nascente.

> Nessa formação discursiva, a categoria raça não se inscreve em registros genéticos nem biológicos, evidentemente. Trata-se, para esses historiadores, de resgatar uma guerra inicial que opôs invasores à população local. A vitória do soberano atual não deve fazer esquecer os rumores de um conflito que não se esgotou, mesmo se a paz dos vencedores e sua memória de feitos heroicos busque apagar a identidade dos perdedores (ANJOS, 2004, p. 99).

Para José Carlos dos Anjos, somente no século XX esta narrativa histórica formula no pensamento europeu uma luta de raças que vai derivar-se no "discurso racista sobre a pureza biológica do povo de uma nação" em decorrência da "emergência de um biopoder para o qual é fundamental a noção de saúde das populações" (ANJOS, 2004, p. 100).

Le Breton (2006) admite compreender o corpo como lugar de valor e de constituição de imaginários. O aspecto físico é o componente da aparência que dispõe de menor margem de manobra na apresentação do corpo frente ao espelho social. "Os estereótipos se fixam com predileção sobre as aparências físicas e as transformam naturalmente em estigmas, em marcas fatais de imperfeição moral ou de pertencimento de raça" (LE BRETON, 2006, p. 78). O racismo se torna uma ferramenta do imaginário na medida em que raça assume a forma de um corpo coletivo classificado a partir de processos de discriminação.

Kabengele Munanga (2008) entende que os significados relacionados à classificação por descrições fenotípicas para identificação racial podem ter múltiplas apropriações. Todavia, em última instância, as categorias cognitivas sempre carregam forte conteúdo ideológico.

> O que significaria ser 'branco', ser 'negro', ser 'amarelo' e ser 'mestiço' ou 'homem de cor'? Para o senso comum, essas denominações parecem resultar da evidência e recobrir realidades biológicas que se impõem por si mesmas. No entanto, trata-se de fato, de categorias cognitivas largamente herdadas da história da colonização, apesar de nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível. É através dessas categorias cognitivas, cujo conteúdo é mais ideológico do que biológico, que adquirimos o hábito de pensar nossas identidades sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico (MUNANGA, 2008, p. 18).

27 "Na Inglaterra e na França do fim do século XVI, a aristocracia que se opõe ao absolutismo escreve a história da guerra das raças para opor o povo ao soberano. Esse saber histórico que busca reativar um conflito inicial que opõe duas raças é o correlato resistente de um exercício de poder soberano que se define na fórmula de 'deixar viver ou fazer morrer'. O poder do soberano se faz exercer menos pela sua capacidade de cuidar dos súditos do que pela exibição ostensiva da possibilidade de tirar a vida, que é o correlato da magnificente permissão de viver." (ANJOS, 2004, p. 100).

Levando em consideração as diferentes genealogias para o racismo anti-negro apresentadas, parece razoável considerar a permanência de um fluxo longínquo desta ideia que busca indicar diferenças entre grupos humanos, com variações na aplicação do conceito de raça enquanto natureza e/ou cultura que terminou por subalternizar corpos negros em distintas épocas, discursos[28] e contextos.

> Afinal se a raça biológica não existe, também não há uma única e universal maneira de construir a categoria social de 'raça', a qual deve diferir de sociedade para sociedade, ainda que obedeça a certa matriz universal, informada por um modo de produção, uma estrutura planetária de trocas e por tecnologias específicas. (GUIMARÃES, 2012, p. 50).

Entre os pioneiros da antropologia, este duplo vínculo entre natureza e cultura na constituição de uma raciologia comparada, e a saúde (física e mental) era tema transversal de diferentes ramos de investigação.

Em fins do século XIX, logo após concluir sua dissertação, Franz Boas (1858-1942) demonstrou interesse pela psicofísica[29]. Este campo de pesquisa, à época desenvolvida por Gustav Fechner, buscava compreender a relação entre sensações físicas e percepção psicológica. Nesta mesma época Boas estudou técnicas de medição, características da antropologia física, com o médico anatomista Rudolf Virchow (1821-1902). Enquanto suas críticas ao racismo (que se encontra também em Virchow) se tornarão marca indelével em sua contribuição à antropologia cultural[30], Boas irá preservar o reconhecimento das condições psicológicas[31] como fundamento para a investigação da cultura.

---

28 "Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas" (FOUCAULT, 2012,p. 113).

29 "As pesquisas cientificas de seus anos de pós-doutorado foram uma série de tentativas – primeiro na psicofísica, depois na geografia, depois na etnologia – de testar até que ponto os pressupostos quantitativos, deterministas e mecanicistas da ciência física contemporânea (que no início ele aceitava) se aplicariam ao estudo dos fenômenos psíquicos de vários tipos. Em certo momento ele [Franz Boas] estava inclinado a aceitar um 'determinismo geográfico' extremo, mas seus estudos finalmente o levaram à conclusão que a influência da geografia era uma questão 'extremamente complexa', sujeita por sua vez à influência de fatores psicológicos, os quais só podiam ser elucidados historicamente" (STOCKING JR., 2004, p. 24).

30 "O erro das teorias modernas em grande parte se deve a uma extensão imprópria do conceito de hereditariedade individual para o de hereditariedade racial. A hereditariedade atua apenas em linhagens de descendência direta. Não há unidade de descendência em qualquer das raças existentes, e nada nos autoriza a supor que as características mentais de algumas poucas linhagens familiares selecionadas sejam compartilhadas por todos os membros de uma raça. Pelo contrário, todas as grandes raças são tão variáveis, e as características funcionais das linhagens hereditárias que os compõem tão diversas, que se podem encontrar linhagens familiares semelhantes em todas as raças, particularmente em todas as divisões e os tipos locais estreitamente relacionados da mesma raça. Características hereditárias têm um valor cultural quando são socialmente significantes, como em todos os casos de discriminação racial ou naquelas condições culturais em que uma linhagem especialmente dotada tem a oportunidade de imprimir sua marca na cultura geral. Qualquer tentativa de explicar as formas culturais numa base puramente biológica está fadada ao fracasso" (BOAS, 2004b, p. 60).

31 "O problema psicológico está contido nos resultados da investigação histórica. Quando esclarecemos a

> As ideias não existem de forma idêntica por toda parte: elas variam. Tem-se acumulado material suficiente para mostrar que as causas dessas variações são tanto externas, isto é baseadas no ambiente – tomando o termo ambiente em seu sentido mais amplo – quanto internas, isto é, **fundadas sobre as condições psicológicas.** A influência dos fatores externos e internos sobre as ideias elementares corporifica um número de leis que governa o desenvolvimento da cultura (BOAS, 2004ap. 27).

Ainda que metáforas da matemática e da física tenham servido à constituição do instrumental teórico da antropologia como disciplina, estas duas formulações precedentes seguem se reformulando e atualizando no fazer antropológico. Uma primeira, que retoma a anatomia e fisiologia, seja como base mesma para a compreensão da diversidade humana, para compreensão de seu funcionamento e dispersão, ou como metáfora que permite análises e comparações. Durante a ocupação alemã George Montandon (1879-1944) tornou-se um iminente representante de um ramo da escola histórico-cultural que apareceu na antropologia de língua francesa buscando a convergência da antropologia física com a antropologia cultural. Este viés antropológico, que contribuiu ativamente com o governo colaboracionista de Vichy, tomou a noção de *círculo cultural* da antropologia social e cultural como equivalente à noção de raça utilizada na antropologia física da época, revelando uma de suas fontes implícitas (MERCIER, 1974).

A utilização das noções de "rizoma" e "paisagens" como apostas recentes do debate antropológico talvez tenham conseguido deslocar, ainda que parcialmente, es-ta aproximação da zoologia para a botânica e a ecologia. No entanto permanecem utilizando a anatomia e a fisiologia dos organismos como fundamentações da compreensão do humano. A compreensão de ambiente como definidor dos vínculos e relações entre organismos vivos coletivamente agrupados está em debate entre naturalistas muito antes da conformação que a antropologia tomou no início do Século XX. Ao fim e ao cabo, é mais um dos tantos retornos cíclicos que aparentam inovação.

A outra aposta antropológica, parceira de longa data da primeira, vai reiterar a importância de uma dimensão de inconsciente coletivo, de subjetividades compartilhadas, de constituição dos sujeitos e grupos a partir de um universo mental de abstrações e categorias do pensamento.

> São antigas fórmulas tais como 'alma' de um povo, 'gênio' de um povo. A substituição delas por fórmulas mais científicas despertará o interesse de toda uma escola antropológica que vai recorrer a uma orientação

história de uma única cultura e compreendemos os efeitos do meio e das condições psicológicas que nela se refletem, damos um passo adiante, pois podemos então investigar o quanto essas causas contribuíram para o desenvolvimento de outras culturas. Assim, quando comparamos histórias de desenvolvimento, podemos descobrir leis gerais" (BOAS, 2004a, p. 37).

> psicológica. [...] A partir de 1930, é considerável na antropologia americana a importância dessa corrente de pensamento, que se caracteriza por uma cooperação intensa não somente com a psicologia em geral, mas também com a psiquiatria e a psicanálise. É, aliás, um dos campos em que se organizaram de maneira mais sistemática os relacionamentos interdisciplinares (MERCIER, 1974, p. 107).

Esta segunda aposta ganha impulso e longevidade dentro da antropologia americana principalmente a partir dos anos 1930. No Brasil, já em 1929, Roquette-Pinto (1884-1954) concordava que "há dois caminhos a seguir no estudo das raças: o da Antropologia Física e o da Antropologia Psíquica" (Roquette-Pinto, 1978, p. 58). O conceito de raça, que havia sido introduzido no Brasil pelos pesquisadores da geração de 1870, orientava "os estudos sobre a cultura brasileira, propondo, ao mesmo tempo, um programa de desenvolvimento político para a nação pós-escravista" (GUIMARÃES, 2012, p. 61). Permaneceu vigente ainda nos estudos de Roquete-Pinto (e além[32]) a orientação dada pelo médico, botânico e antropólogo alemão Carl Friederich Philip Von Martius (1764 -1898) em seu célebre opúsculo de 1845 sobre *Como Escrever a História do Brasil* a partir das três raças matrizes.

Nos EUA, alguns psicanalistas como Abram Kardiner (1891-1981) ganharam destacada projeção nesta segunda escola que depois foi conhecida como "cultura e personalidade". Esta abordagem, ainda que receba severas críticas, terá enorme influência nos estudos sobre religião e desdobramentos diversos para o diálogo entre antropologia e as ciências da saúde.

Vale não esquecer que na antropologia britânica, Alfred Court Haddon (1855-1940) era professor de Zoologia no Royal College of Sciences antes da expedição ao estreito de Torres de 1888. Charles Gabriel Seligman (1873-1940), que participou da segunda expedição ao Estreito de Torres também era médico. W.H. R. Rivers (1864 -1922), que também participou desta Expedição de 1898, tinha formação em medicina, fisiologia, psiquiatria e antropologia, e inclusive se alistou como médico psiquiatra na primeira guerra mundial. Radcllife-Brown (1881-1955) era estudante de psicologia quando se tornou orientando de Haddon e Rivers. Em 1957, Radcliffe-Brown teve publicado um livro póstumo, feito a partir de notas de estudantes que participaram de seus cursos na Universidade de Chicago em 1937. O título da obra de antropologia traz à tona estes empréstimos de métodos e categorias entre diferentes campos disciplinares: "A Natural Science of Society".

32 "Se Da Matta tem razão, como eu acho que tem, em dizer que a nacionalidade brasileira, enquanto definição de identidade racial, se construiu no último século no espaço de representação demarcado por três polos raciais - o branco, o negro e o índio – se distanciando cuidadosamente de cada um deles, ainda que tomando-os por referência, para a definição de uma mestiçagem singular; pois bem, se esse é o modo de definir-se racialmente, esse modo está mudando rapidamente" (GUIMARAES, 2012, p. 124).

> A. R. Radcliffe Brown estudará no campo os rituais da população das ilhas Andaman. As reflexões deste mesmo pesquisador sobre o conceito de integração da sociedade tiveram também origem no pensamento de E. Durkheim, que propõe noções de eunomia e anomia para caracterizar respectivamente sociedades solidamente integradas, e as doentes ou em procura de si mesmas (MERCIER, 1974, p. 77).

Em termos temporais, a precedência das ciências naturais na concepção de uma antropologia que chamamos aqui toscamente de antropologia física parece ser ainda mais antiga e mais profunda do que o diálogo com a psiquiatria, psicologia ou psicanálise.

Na realização de pesquisas antropológicas no continente africano e com africanos na diáspora é que mais se dinamizou esta perspectiva[33], tendo particular evidência sobre a antropologia social britânica. Charles G. Seligman foi o pioneiro entre os pesquisadores a investir na mudança de foco da antropologia social britânica do Pacífico para a África. Especialista em Sudão[34] supervisionou os estudos de campo de Evans-Pritchard (1902-1973) entre os Azande e os Nuer. Esta mudança de foco significou transformações na estratégia de abordagem e de descrição das sociedades, de pequenas comunidades vivendo em arquipélagos para grupos mais significativos que transitavam por vastas extensões do território africano desde períodos desconhecidos. A busca de uma síntese do pensamento nativo, sem a possibilidade da observação face a face da totalidade dos membros do grupo impugnou tanto certas reconfigurações metodológicas quanto à adoção de categorias classificatórias utilizadas em períodos anteriores dos estudos antropológicos. Evans-Pritchard, assim como Charles Seligman, seguiam o modelo classificatório para estes povos "nilóticos" proposto por Giuseppi Sergi (1841-1936), discípulo do antropólogo Cesare Lombroso (1835-1909).

Uma abordagem que vai procurar relacionar a antropologia com esta perspectiva de compreensão biológica do organismo vivo como semelhante ou determinante ao organismo social, ademais de propor uma conexão com as áreas psi, se encontra em Alfred Louis Kroeber (1876-1960). Para este autor "pode-se estudar o real em vários níveis – inorgânico, orgânico – que se subdivide em níveis do vivo e do psíquico – e finalmente no super-orgânico, em que o homem aparece

33 "A obra de C.G. Seligman, que no início de carreira foi um dos colaboradores de A. C. Haddon, é mais diversa e mais desigual. Realizou na África, na região nilótica, um dos primeiros inventários étnicos e culturais regionais de alguma solidez; no entanto, a apresentação que faz da África em conjunto, onde existe uma grande confusão entre raça e cultura, é bem mais discutível" (MERCIER, 1974, p. 75).

34 "Para Seligman, que mais tarde se tornaria figura central no influente departamento de antropologia da London School of Economics (LSE) a expedição foi o início de uma carreira que, depois das atividades desenvolvidas na Melanésia e no Sri Lanka, culminaria em vários estudos de campo importantes no Sudão. Ele assim contribuiu decisivamente para deslocar o foco da antropologia inglesa das ilhas do Pacífico (onde permaneceu até anos adentro da década de 1920) para a África (que em pouco tempo se tornaria uma mina de ouro etnográfica)" (ERIKSEN, 2012, p. 33).

como criador de cultura e de história" (MERCIER, 1974, p. 68). Em Kroeber, várias perspectivas metodológicas podem ser conectadas a partir das ciências e experimentadas a um só tempo já que "definem-se as ciências pelos níveis que lhes concernem: por exemplo, física, biologia, psicologia, ciências sociais" (MERCIER, 1974, p. 68) e não por seus objetos específicos de investigação.

Vem desde a obra de Durkheim uma crítica a certo "psicologismo" e deixará forte herança na compreensão da sociedade como organismo. Seu discípulo mais ilustre, Marcel Mauss (1872-1950) irá aprofundar-se na especulação de uma possível transubstancialidade entre as unidades biológicas da espécie humana e a vida em sociedade. Em seu "Ensaio sobre a Dádiva" afirma:

> Trata-se no fundo de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca (MAUSS, 2003, p. 212).

De acordo com Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) foi fundamental para Mauss a utilização da noção de inconsciente, e que mesmo sua proposição de investigar a noção de pessoa como categoria do espírito humano, segundo Cardoso de Oliveira a contribuição mais original de Mauss para a antropologia, deriva daí (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2003).

Através de análise que fez Lygia Sigaud (1945-2009) do "Ensaio sobre a Dádiva" ou "Ensaio sobre o Dom", esta destaca que houveram distintas interpretações desta peça da produção de Marcel Mauss[35], sendo que muitas destas ecoaram aspectos da crítica feita por Claude Lévi-Strauss. Sigaud contextualiza a leitura feita por Roberto Cardoso de Oliveira e as críticas feitas por Claude Levi-Strauss ao "Ensaio sobre o Dom". Esta autora ressalta, no entanto, que é "o direito maori que o leva a concluir que o laço do direito, o laço pelas coisas é um laço de almas" (SIGAUD, 1999, p.96) já que "Mauss mostra que nesses sistemas de ideias compreende-se mais claramente que é preciso retribuir o que constitui parcela de sua natureza e substância" (SIGAUD, 1999, p. 96). Para Sigaud, este tema não tem origem na obra de Marcel Mauss e sim nos escritos de Max Weber, considerando que "na análise daquela noção de direito maori Mauss estava tão simplesmente dando consistência etnográfica à questão da indissociação entre pessoas e coisas no direi-

35 "A partir dos anos 60, antropólogos de diferentes tradições nacionais passaram a convergir no sentido de considerar que o texto de Marcel Mauss, 'Ensaio sobre o Dom', contivesse uma teoria da troca, que atribui à identificação entre a coisa dada e o espírito do doador o princípio de explicação das transações. Esta interpretação contrasta com a que tiveram os contemporâneos de Mauss, os quais resgataram do trabalho suas dimensões relativas ao direito, às obrigações e às prestações totais" (SYGAUD, 1999, p. 124).

to primitivo, um tema já explorado por Max Weber em sua sociologia do direito" (SIGAUD, 1999, p. 115). No entanto, o entendimento aqui proposto é que a conformação dos sistemas sociais como unidade com lógica e finalidade própria se fez mais inteligível em Mauss justamente pela aproximação da metáfora da fisiologia animal:

> São todos sistemas sociais inteiros cujo funcionamento tentamos descrever. Vimos sociedades no estado dinâmico ou fisiológico. Não as estudamos como se estivessem imóveis, num estado cadavérico, e muito menos as decompusemos e dissecamos em regras de direito, em mitos, em valores e preços. Foi considerando o conjunto que pudemos perceber o essencial, o movimento do todo, o aspecto vivo, o instante fugaz em que a sociedade toma, em que os homens tomam consciência sentimental de si mesmos e de sua situação frente a outrem (MAUSS, 2003, p. 311).

Antecedendo Kroeber, Mauss tomou este fundamento das ciências médicas e da saúde sem abrir mão da contraparte psicológica para integrar certas dimensões do fazer de sociólogos e antropólogos[36].

> Nós, sociólogos observamos reações completas e complexas de quantidades numericamente definidas de homens, de seres completos e complexos. Também nós descrevemos o que eles são em seus organismos e psiques, ao mesmo tempo em que descrevemos o comportamento dessa massa e as psicoses que lhe correspondem: sentimentos, ideias, volições da multidão ou das sociedades organizadas e de seus subgrupos. Também nós vemos corpos e as reações desses corpos, das quais ideias e sentimentos costumam ser as interpretações e, mais raramente, os motivos. O princípio e o fim da sociologia é perceber o grupo inteiro e seu comportamento inteiro (MAUSS, 2003, p. 312).

É inegável, portanto, que a noção de inconsciente apropriada pela Antropologia de diferentes modos é uma contribuição originária do trabalho do médico Sigmund Freud (1856-1939) e dos avanços da Psicologia, provocando efeitos que reverberam por todo o edifício das Ciências Sociais[37]. Mesmo Franz Boas reconheceu, ainda que salientando suas reservas, que a etnologia estava conectada com o desenvolvimento da psicanálise[38]. Sua definição mesma de Cultura como objeto

---

36 "Quando nos Estados Unidos, M. Mead, C. Du Bois, R. Linton ou A. Kardiner procurarão definir as correlações entre conjuntos socioculturais e comportamentos individuais, e procurarão uma aproximação entre antropologia e psicanálise, quando R. Benedict se orientará para um estudo dos simbolismos e tentará estabelecer as bases de uma comparação global das culturas, todos estarão retomando, embora sem o saber, teses propostas por M. Mauss e, muitas vezes, se justificarão as críticas que já de antemão ele havia formulado" (MERCIER, 1974, p. 82).

37"Claude Levi-Strauss saberia como usar a especulação de Freud sobre o tabu do incesto para, juntando à análise científico–filosófica de Marcel Mauss (1872-1950) sobre a importância da reciprocidade na convivência humana, compor sua visão da constituição do homem como ser da cultura. A aplicação das descobertas da linguística estrutural deu-lhe o paradigma para especular, projetar hipóteses, testá-las e elaborar a teoria de que a cultura funciona como uma língua, meio inconscientemente, determinada por uma estrutura subjacente, e que a função do antropólogo é descobrir o modelo básico que está por trás e que determina a cultura e qualquer aspecto nela contido" (GOMES, 2009, p. 30).

38 "Sigmund Freud tentou mostrar que o pensamento primitivo é em vários aspectos análogo às formas

primordial de investigação antropológica busca incorporar o inconsciente como componente fundamental[39].

Jean Marie Auzias também não identificou a existência de um campo específico de Antropologia da Saúde em seu "Antropologia Contemporânea", apenas a existência de uma Etnopsiquiatria como segmento da antropologia que resulta do diálogo com as áreas psi, em especial com a discussão em torno do Complexo de Édipo de Freud. No levantamento proposto por Auzias sobre o campo da etnopsiquiatria são citados: Malinowski, Geza Roheim, Margaret Mead, Ruth Benedict, Christian Meriot, Michel Hedoin, Guy Muller, George Devereux, e outras (os).

Nos anos 1950, o também médico Erving Goffman (1922-1982) destacou a importância de considerar o corpo físico como parte dos atributos que são determinantes nas relações sociais. Características transmitidas hereditariamente, para Goffman, são passíveis de julgamento de acordo com regras de normalidade previamente estabelecidas, já que "há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família" (GOFFMAN, 1988, p. 14). Além disso, este autor foi propositivo em afirmar que para fins analíticos há eficácia em aproximar o estudo dos problemas sociais em decorrência da raça de questões relacionadas à patologia social e desvio.[40]

Para Foucault o desenvolvimento do capitalismo em fins do século XVIII e início do Século XIX socializou o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. Para este autor há uma precedência do controle do corpo físico nas relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista, a este poder de controle do corpo ele chama bio-poder.

---

de atividade psíquica individual que ele explorou com seus métodos psicanalíticos. Suas tentativas são em muitos aspectos similares à interpretação da mitologia feita por simbolistas como Stucken. Rivers apoderou-se da sugestão de Freud, bem como das interpretações de Graebner e Elliat Smith; por conseguinte, encontramos em seus escritos recentes uma peculiar aplicação desconexa da atitude psicologizante e da teoria da antiga transmissão. Embora acredite que algumas das ideias subjacentes aos estudos psicanalíticos de Freud possam ser aplicadas de modo profícuo aos problemas etnológicos, não me parece que a utilização unilateral desse método fará avançar nossa compreensão do desenvolvimento da sociedade humana. [...] Desse modo, embora possamos dar boas-vindas à aplicação de cada progresso no método de investigação psicanalítica, não devemos aceitar como um avanço no método etnológico a mera transferência de um método recente e unilateral de investigação psicológica do indivíduo para fenômenos sociais, cujas origens podemos demonstrar serem historicamente determinadas e estarem sujeitas a influências que não são de modo algum comparáveis àquelas que controlam a psicologia individual"(BOAS, 2004c, p. 50-52).

39 "Cultura é o modo próprio de ser do homem em coletividade que se realiza em parte consciente, em parte inconscientemente, constituindo um sistema mais ou menos coerente de pensar, agir, fazer, relacionar-se, posicionar-se perante o Absoluto, e, enfim, reproduzir-se" (GOMES, 2009, p. 30).

40 "Argumentei que as pessoas estigmatizadas têm muito em comum entre si o que permite classifica-las em conjunto para fins de análise. Foi feita, assim, uma extração nos campos tradicionais dos problemas sociais, raça e relações étnicas, desorganização social, criminologia, patologia social e desvio (...). Sabendo o que os campos como as relações raciais, o envelhecimento e a saúde mental tem em comum, podemos então ver, analiticamente em que reside a sua diferença" (GOFFMAN, 1988, p. 158).

> O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política (FOUCAULT, 2006, p. 80).

Cultura em antropologia foi, em alguns casos, muito além da compreensão de totalidade social como uma unidade com similaridades que poderiam ser apreendidas por estratégias inspiradas na fisiologia animal e nas ciências da saúde humana. B. Malinowski formulou uma teoria que buscou compreender o desenvolvimento mesmo da cultura e das instituições sociais como derivação das características e necessidades do animal humano. Esta formulação foi de fundamental importância para a antropologia brasileira.

1.2. Da Saúde e da Antropologia no Brasil

> É uma sensação estranha, essa consciência dupla, essa sensação de estar sempre a se olhar com os olhos de outros, de medir sua própria alma pela medida de um mundo que continua a mirá-lo com divertido desprezo e piedade. E sempre a sentir sua duplicidade – americano e Negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços irreconciliados; dois ideais que se combatem em um corpo escuro cuja força obstinada unicamente impede que se destroce (DU BOIS, 1999, p. 54).

Franz Boas (2004d), em importante discurso proferido quando era presidente da *American Association for the Advancement of Science*, apresentou compreensão de que as condições inter-raciais no Brasil seriam um exemplo de que tipos raciais que formam um grupo socialmente homogêneo não desenvolvem necessariamente consciência racial. O exemplo das relações raciais no Brasil funcionaria como um dos contrapontos para desmontar o argumento de que a antipatia racial era baseada em traços humanos inatos que se expressariam através da aversão sexual inter-racial. Após questionar evidências fisiológicas e psicológicas, seu argumento destaca a estratificação da sociedade em grupos sociais de caráter racial como causa fundamental da discriminação racial, e indicava o Brasil (e os maometanos) como exemplos de que antagonismos fundamentados na raça poderiam vir a desaparecer completamente. Esta linha de raciocínio, que relaciona estratificação social e discriminação racial, abre caminho para o que posteriormente vai ser investigado como desigualdade racial e mesmo para a proposição contemporânea de ações afirmativas.

Reconhecidamente Franz Boas é citado como referência teórica que balizou múltiplas (e radicalmente distintas) interpretações

produzidas sobre o Brasil. Porém, neste discurso, proferido em 1931, publicado posteriormente sob o título "Raça e Progresso", as relações raciais no Brasil são parte de um quadro de comparações que ilustra seu argumento. Este quadro é composto também de regiões da América do Norte, Europa, Ásia, e África em diferentes períodos de tempo. O Brasil que Franz Boas cita apenas uma vez neste artigo, parece ter sido extraído das descrições feitas por outros estudiosos que haviam escrito sobre a situação dos negros aqui. E o que havia então sido escrito e propagado sobre os negros no Brasil que pudesse fazer Franz Boas crer e valorizar nossa mitológica Democracia Racial[41]? Em realidade, foi somente duas décadas depois que o antropólogo estadunidense Charles Wagley (1913-1991) marcou em brasa esta expressão no pensamento social brasileiro[42], resumindo um consenso pouco aprofundado em termos de pesquisa científica. O imaginário fantasioso que alimentou a concepção do termo Democracia Racial[43], no entanto, vinha sendo gestado desde muito antes e havia sido proficuamente difundido.

> A ideia de que o Brasil era uma sociedade sem 'linha de cor', ou seja, uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas de cor a cargos oficiais ou a posições de riqueza e prestígio, era já uma ideia bastante difundida no mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, bem antes do nascimento da sociologia (GUIMARÃES, 2012, p. 142).

De certo Boas não seria o primeiro nem o último entre os que se proclamaram contrários à discriminação racial que se iludiu com a crença de que o Brasil poderia apresentar um exemplo a ser seguido. Levou tempo até que na comunidade internacional tivessem sido feitas retumbantes críticas a esta concepção[44]. Maio (2017) destaca que

41 "A ideia de uma 'Democracia Racial' foi abraçada com grande facilidade por indivíduos que tinham plena confiança de que suas instituições públicas eram meritocráticas, técnicas e racionais. Onde poderia haver espaço para raça dentro dessas instituições? [...] Em outras palavras, as instituições e práticas aparentemente desprovidas de ideologia racial eram em geral os lugares em que a raça desempenhava o maior papel. [...] Em consequência, as políticas públicas tendiam a operar para a desvantagem do crescente número de brasileiros de cor que entrou em contato com elas" (DÁVILA, 2006, p. 39).

42 "Na literatura acadêmica especializada, o uso primeiro da expressão parece caber a Charles Wagley. 'O Brasil é renomado mundialmente por sua democracia racial', escrevia Wagley, em 1952, na 'Introdução' ao primeiro volume de uma série de estudos sobre relações raciais no Brasil, patrocinados pela UNESCO. [...] Ao que parece, Wagley, introduziu na literatura sobre 'relações raciais' a expressão que se tornaria não apenas célebre, mas a síntese do pensamento de toda uma época e de toda uma geração de cientistas sociais" (GUIMARÃES, 2012, p. 139).

43 "Entendida como ideologia de dominação [...] a democracia racial seria apenas um modo cínico e cruel de manutenção das desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros, acobertando e silenciando a permanência do preconceito de cor e das discriminações raciais. É desse modo que maioria dos intelectuais negros brasileiros a entende e faz da denúncia de sua crueldade (tal ideologia anestesia e aliena suas vítimas) o principal instrumento de mobilização política e de formação de u

44 "O Itamaraty, por exemplo, teve um único embaixador que se identificava como negro, e ele não era diplomata de carreira, foi indicado por Jânio Quadros como o primeiro embaixador brasileiro em Gana. O presidente ganense, Kwame Nkrumah, se diz não enganado, mas a verdadeira prova de democracia racial

posição semelhante já havia sido proferida por Franz Boas em outro artigo publicado em 1928. Contudo ao perscrutar quais teriam sido suas fontes, sugere que esta "foi inspirada pelo historiador alemão Rudiger Bilden, que elaborou uma interpretação positiva da miscigenação no Brasil" (MAIO, 2017, p. 145). No entanto, o artigo de Rudiger Bilden indicado por Marcos Chor Maio como a possível inspiração para a análise de Franz Boas é de 1929.

> No artigo *Brazil: Laboratory of Civilization* (1929) publicado em *The Nation*, prestigiosa revista norte-americana, Bilden destaca a importância da herança ibérica na formação social brasileira, especialmente no desenvolvimento de relações interétnicas propícias à miscigenação. Embora tenha indicado 'certain amount of racial discrimination and friction', o historiador afirmou que os antagonismos existentes seguiam mais linhas de classe do que de raça, de modo que tendiam a desaparecer conforme as distinções sociais diminuíssem (MAIO, 2017, p. 145).

É sabido que a esta altura, Boas conhecia as conclusões do médico e antropólogo Edgard Roquete – Pinto, que "em 1924 representou o Brasil no Congresso de Americanistas na Suécia, visitando em seguida centros científicos na Europa e, a convite de Franz Boas, os Estados Unidos da América" (LIMA; SÁ, 2008, p. 62-63). Para o contexto em que se travava este debate, não seria espantoso se Franz Boas[45] (ou até Rudiger Bilden) houvesse encontrado na obra de Roquette-Pinto fundamentos para o fortalecimento de seus próprios argumentos através das considerações eugênicas do pesquisador brasileiro[46]. Ainda que Roquete-Pinto já houvesse refutado parcialmente algumas das teses de inferioridade racial dos negros que circulavam nos centros acadêmicos europeus e norte-americanos, os argumentos deste não irrompiam em absoluto com os pressupostos da antropologia física e de explicações originárias da biologia corrente em sua época. Tendo mesmo se referenciado inúmeras vezes no estudo da anatomia, fisiologia, e paleontologia, afirmava com orgulho nacionalista a inexistência de dificuldades na interação entre raças no Brasil, indo mais adiante da afirmação de

no Brasil teria sido a indicação do embaixador negro para um país como a Suiça" (DÁVILA, 2006, p. 11).

45 "Não obstante o antropólogo, considerado um dos fundadores da antropologia cultural apresentar suas objeções ao conceito de raça e defender a necessidade de fatores ambientas e culturais serem considerados para o estudo do comportamento dos grupos humanos, define a antropologia como a ciência do homem, assinalando que para o estudioso dessa área o indivíduo só é importante como membro de um grupo racial ou social" (LIMA; SANTOS; COIMBRA JR, 2008, p. 107).

46 "Entre os intérpretes brasileiros que se ocuparam do debate em torno da eugenia e da 'questão racial' encontrava-se Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), cuja trajetória intelectual ficou marcada por seus trabalhos nos campos da antropologia, da etnografia e da educação. Entre os anos 1920 e 1930, Roquette-Pinto publicou um conjunto de textos nos quais discutiu os fundamentos das concepções eugênicas e sua importância nos estudos da antropologia racial e formação da população brasileira. Seus trabalhos e sua atuação no movimento eugênico foram de tal modo significativos que, em 1929, recebeu a indicação para presidir o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, organizado no Rio de Janeiro em comemoração ao centenário da Academia Brasileira de Medicina" (SOUZA, 2008, p. 214).

Bilden. Seu esforço para redimir o estigma da mestiçagem entre *brasilianos*, exaltado de forma exacerbada por seus apologistas, convivia de perto com uma postura de racismo anti-negro mascarada pela defesa do branqueamento[47], somada ao esforço para relegar ao passado longínquo do país as práticas culturais de origem africana através da escolarização.

> O *problema das raças* não existe no Brasil. Negros, índios, mestiços ou brancos, todos gozam mais ou menos das mesmas considerações sociais que só dependem do grau de instrução ou de riqueza. Daí decorre que os cruzamentos são frequentes, dando uma descendência no meio da qual vêm-se filhos que tendem para a raça negra ou índia e outros que não podem ser separados dos brancos, por nenhum dos caracteres indicados pela ciência: natureza dos cabelos, cor da pele, índice nasal, etc. (ROQUETE-PINTO, 1978, p. 95).

Baseando seu argumento na existência de significativo quantitativo de indivíduos que trariam combinações das heranças biológicas das distintas raças, fazia supor a ausência de conflito social baseado na identidade racial. Buscava assim provar com base em um fator biológico – a existência dos biologicamente classificados como racialmente mestiços – a ausência da discriminação racial como fator social relevante no Brasil. Ao mesmo tempo identificava na incivilidade de negros(as) e seus(uas) descendentes mestiços(as), por sua matriz cultural africana, a impossibilidade de constituição de famílias saudáveis e férteis. Ainda que houvesse mestiçagem biológica, o modo de viver dos(as) negros(as) no Brasil estava, segundo ele, preservando práticas culturais herdadas dos(as) ancestrais africanos(as) escravizados(as) no país[48]. Estas práticas estariam intimamente vinculadas à proliferação de doenças, vícios, falta de educação e à baixa expectativa de vida.

> A mestiçagem branco X negro dá em geral, famílias pouco numerosas. Não por causa da infertilidade; a razão é outra e prende-se sobretudo a causas sociais. É que a família, condição essencial para a proteção das crianças, é muito precária entre estes mestiços (branco X negro ou mulato) devido à falta de educação. É preciso não esquecer que os seus avós foram escravos, expostos às piores condições de moralidade. E se remontar à terceira ou quarta geração, pode-se alcançar mesmo africanos antropófagos... Por isso a mortalidade de mestiços (sobretudo de mulatos) é muito mais alta na primeira infância. Mais tarde faz-se uma

47 "Embora a ideologia do branqueamento tenha sofrido também alguns questionamentos relevantes, apenas nos anos 1950 esse discurso ideológico sofreria um golpe fundamental. Uma parte muito importante nesse processo que poria em xeque a legitimidade moral do ideário do branqueamento coube a atuação de um órgão internacional, a Unesco, que trouxe novas preocupações e novos enfoques para a questão: não interessava mais tanto a contribuição dos negros para a construção da nação, mas estava agora em questão qual a posição social dos 'descendentes dos escravos' e como entender as relações entre negros e brancos" (HOFBAUER, 2006, p. 28).

48 "Na verdade, como veremos, a 'entidade' discursiva 'Brasil', tem sido pensada e representada justamente como o resultado da articulação particular, e em algumas leituras, única, que se verificou no país, entre sexo e raça. Ademais, como tem sido ressaltado, a sexualidade 'miscigenada' parece dar definitivamente o tom para a identidade cultural brasileira, de tal forma que o sexo pode aparecer como a 'verdade' da nação" (PINHO, 2008, p. 257).

> verdadeira seleção dos mais robustos. Mas, continuando sua vida de homens que não receberam a mínima instrução, compreende-se que as doenças (sífilis, malária, verminose), muito mais que os vícios (embriaguez) os eliminem ainda jovens (ROQUETE-PINTO, 1978, p. 94-95).

Para este caso, Roquette-Pinto inverteu a ordem dos fatores e suas causas. O dado biológico – a baixa fertilidade das famílias, e o alto índice de mortalidade entre as crianças - seria resultante das condições sociais que ainda grassavam entre os (as) negros(as) e sua descendência descendentes como resultado da escravização dos(as) africanos(as) que foi praticada legalmente até 45 anos antes de 1933, ano da publicação original deste artigo. A solução para a melhoria da *semente* de ancestralidade negro-africana estaria na transformação de seus(uas) descendentes através da educação – tratada por ele como sinônimo de escolarização – tarefa que deveria ser levada a cabo mediante o governo e a intervenção de não-negros(as). Como muitos dos(as) pensadores(as) da época, Roquette-Pinto não reconhecia nos conhecimentos e práticas herdados tradicionalmente pela descendência africana algo que pudesse servir para eles mesmos ou para o Brasil. A constituição biológica dos (as) negros (as) poderia ser alterada a longo prazo pela mestiçagem, assim como os valores culturais poderiam ser reelaboradas pela escolarização. Mas ambas as condições – biológica e cultural – necessitavam de intervenção direcionada, já que deixadas à própria sorte não inspiravam boas expectativas.

> A constituição de 1891 proibiu especificamente a imigração africana e asiática para o país, e os governos nacionais e estaduais transformaram a atração da imigração europeia para o Brasil em uma prioridade do desenvolvimento nacional. E quando os imigrantes chegaram, os sociólogos e cientistas brasileiros ocuparam-se com pesquisas e escritos que demonstrassem a eles próprios e ao mundo como o Brasil estava rapidamente se transformando – de um lugar atrasado e miscigenado que parecia 'mais um canto da África que uma nação do Novo Mundo' em uma república progressista povoada por europeus e seus descendentes (ANDREWS, 1998, p. 91).

Rejeitando taxativa e reiteradamente a existência de prejuízo social com base na raça no Brasil, Roquette-Pinto reconheceu que aos(as) negros(as) e ao que compreendia como sua descendência mestiça[49] não eram oferecidas as condições de vida nos mesmos moldes aos(as) con-

49 "A expressão *mistura de raças* é absurda. A mestiçagem é antes combinação - que bem se pode aproximar das que se passam em certas reações químicas. As substâncias que entram no fenômeno não aparecem, no resultante, com os seus caracteres globais, nem conservam as suas propriedades. Outras propriedades surgem, então, que, as vezes nada fazia prever houvessem de se manifestar no produto da combinação. No Brasil é o que se está verificando. É preocupação ociosa e anticientífica pretender que o Brasil seja um dia habitado por *um tipo* antropológico. Só os que, erradamente, confundem *raça* e *povo* desejam para este país aquela utópica unidade." (ROQUETE-PINTO, 1978, p. 106).

siderados(as) brancos(as) no Brasil. No entanto, a origem disto estaria fundamentada em dimensões do inconsciente que estariam progressivamente sendo superadas com o avanço da humanidade para a redenção das *raças feias*. Tratava-se para ele de uma questão de natureza estética, fundada na ignorância da verdadeira ciência, em vias de ser eliminada com o avançar dos novos tempos. Sua defesa da verdade científica e do progresso do conhecimento não permitia conceber que estas pudessem de algum modo ter contribuído para o avanço da discriminação e do preconceito. Havia de ser a ignorância dos incultos baseada em concepções ultrapassadas a responsável pelas atrocidades do pensamento eugênico pelo mundo.

> Há uma associação subconsciente entre as impressões sensoriais e a simpatia. Essa é, em grande parte, a origem psicológica de conceitos pejorativos que muitas vezes se tem formulado a respeito das raças humanas. Para uns tantos senhores, gente bonita é gente boa; feia não vale nada. [...] Os negros até hoje, vem padecendo por culpa do mesmo fenômeno psicológico. Mas felizmente, a humanidade caminha derrocando preconceitos, e atualmente já não se podem mais contar os livros que fazem justiça às raças feias (ROQUETTE-PINTO, 1978, p. 29).

A rejeição ao fenótipo estaria, segundo Roquete–Pinto, vinculada a um fenômeno de natureza psicológica, resultante de uma concepção infundada que associava aparência e comportamento. Seu argumento é que tanto a aparência quanto o comportamento poderiam e, no caso dos(as) negros(as) do Brasil, deveriam ser paulatinamente modificados eugenicamente[50]. Defendeu a transformação dos(as) negros(as) em algo distinto ao que eram como única solução viável para os problemas que enfrentavam. Já tendo passado duas gerações desde a abolição, e sucedido transformações que levaram do Império à República, e na República ao golpe de 1930[51], a ausência de iguais condições de saúde permanecia em sua análise recaindo sobre o passado ainda presente de selvageria dos(as) negros(as). Inocentando o governo do Brasil que "importou negros escravos – o que foi uma necessidade – mas os deixou absolutamente embrutecidos. Não deu passo para elevá-los e prepará-los para a liberdade" (ROQUETE- PINTO, 1978, p. 79). Como remota concessão, Roquete–Pinto admitiu que os(as) negros(as) no Brasil estivessem em desvantagem no quadro geral de suas condi-

50 "Na literatura desse período, o termo 'eugenia' aparecia sempre como símbolo de modernidade cultural, assimilada como um conhecimento científico que expressava muito do que havia de mais 'atualizado' na ciência moderna. Em muitos casos, a eugenia era interpretada como a 'nova religião da humanidade', tamanha a crença que os 'homens de ciência' depositavam em seus pressupostos" (SOUZA, 2008, p. 213).

51 "A abolição da escravatura ocupou lugar central na reflexão sobre a sociedade brasileira, dando relevo ao debate sobre a identidade nacional e à integração dos diferentes grupos étnicos. Questões como a 'herança colonial' e 'raça' assumem crescente importância nas controvérsias que marcam as três últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX" (LIMA; SÁ, 2008, p. 67).

ções de vida através da ação conjugada da *herança mendeliana* e da *seleção social*[52]. Já tendo argumentado acerca da escravidão como uma imperiosa necessidade, desqualificou nestes termos qualquer prejuízo nas condições de vida dos negros produzido intencionalmente pela ação dos(as) brancos(as) com base em seus interesses enquanto grupo racial.

> No entanto, o indivíduo negro ou os indivíduos mulatos oriundos do cruzamento aqui lembrado, não tem as mesmas garantias de longevidade. Porque, embora não exista a *questão de raças* no Brasil, não é menos certo que negros e mulatos não encontram a mesma facilidade de vida, o mesmo amparo social que os brancos. A ação conjugada da *herança mendeliana* e da *seleção social* não pode, destarte, ser desprezada, quando se consideram os tipos antropológicos do país (ROQUETE-PINTO,1978, p. 98-100).

Verifica-se neste fragmento o esforço de Roquette-Pinto para combinar a obra do monge austríaco Gregor Mendel (1822-1884) com as derivações da teoria de seleção natural proposta por Charles Darwin, em particular com as interpretações propostas pelo antropólogo eugenista Fancis Galton. Pode-se reconhecer explicitamente um fluxo de compreensão dos fenômenos que vai da botânica à antropologia, com efeitos impactantes na compreensão da mestiçagem entre raças.

Vale destacar que neste e em outros artigos, Roquete-Pinto agrupa negros(as) e mulatos(as) como grupos que vivenciam processos sociais semelhantes no que diz respeito às suas condições gerais de vida, distinguindo-os da situação vivenciada pelos(as) mestiços(as) resultantes das relações branco – indígenas, assim como daqueles que pudessem ser identificados socialmente como brancos(as). Os(as) mestiços(as) resultantes das relações negro – indígenas não foram considerados como um grupo significativo para Roquete-Pinto. Acompanhava aí a distinção proposta por Euclides da Cunha (1866-1909) na definição de dois Brasis: um do litoral, conformado a partir do encontro entre negros(as) e brancos(as); e o dos sertões conformado a partir do encontro entre brancos(as) e indígenas (CUNHA, 1984). Tal modelo já aparece prenunciado na obra de Couto de Magalhães (1837-1898), em sua *Viagem ao Araguaia* (MAGALHÃES, 1975) publicado originalmente em 1863. É na descrição de outra expedição e seus achados, nos *Sertões*

52 "Em grande medida, adoção da eugenia mendeliana por Roquette-Pinto estava relacionada especialmente ao seu contato com antropólogos, geneticistas e eugenistas norte-americanos e alemães. Na passagem dos anos 1920 para os anos 1930, é frequente a recorrência do antropólogo brasileiro a autores como Charles Davenport, Eugen Fischer, Rudolf Martin, Alfred Mjoen entre outros cientistas mendelianos, referidos como autoridades científicas internacionais. Além do interesse por esses autores estar ligado aos seus estudos acerca da 'antropologia racial', é possível dizer que a viagem de Roquette-Pinto aos Estados Unidos, em 1924, assim como à Alemanha, em 1929, tenham contribuído significativamente para reafirmar o seu interesse pela eugenia, especialmente o de orientação mendeliana, uma vez que nesse período, a genética mendeliana era amplamente divulgada por antropólogos, eugenistas, médicos e sociólogos norte – americanos e alemães" (SOUZA, 2008, p. 221).

de Euclides da Cunha, publicado pela primeira vez em 1902 que esta fórmula se consagrou.

Este modelo analítico de distribuição sociogeográfica, de reduzido alcance explicativo ainda que representasse uma síntese facilmente inteligível, colaborou em seus efeitos com: a invisibilidade da presença negra na Amazônia, a invisibilidade da presença indígena ao longo da costa brasileira, e o apagamento da memória longínqua dos distintos encontros entre africanos e ameríndios em toda a América do Sul. Tratados como plantas, africanos e ameríndios apareciam nos mapas somente onde se entendia que os colonizadores europeus os haviam colocado, como se tivessem raízes ao invés de pernas. Viajantes como Couto de Magalhães e Euclides da Cunha[53] viam a si mesmos como dotados de mobilidade, mas consideraram os povos que descreveram como praticamente imóveis no tempo e no espaço, em estado vegetativo aguardando a chegada do progresso e da civilização. Somente a partir de fins da segunda metade do Séc. XX que se tornaram significativos os esforços feitos no pensamento social brasileiro para descontruir tais equívocos, levando em conta as dinâmicas de migração e a reestruturação socioespacial das composições demográficas ao longo de mais de cinco séculos. Apesar disto, persiste, ainda que desgastada, esta alegoria de dois grupos mestiços com características biológicas e psicológicas dicotomizadas entre um Brasil "de dentro" (caboclo/sertanejo) e outro "de fora" (moreno/mulato), um calcado nas tradições interioranas e outro seduzido pelas modernidades estrangeiras, um país de fortes e valentes rivalizado por outro de preguiçosos e doentes – esta última dualidade retomando as elaborações da literatura da antiguidade clássica, rememorados no início deste capítulo. Tal dicotomia persiste ainda presente no senso comum, e segue sendo alimentada artificialmente por um modelo explicativo de longa duração no pensamento social brasileiro. Roquete Pinto aderiu enfaticamente a esta alegoria e muitos de seus apologistas também.

Concordando que "há dois caminhos a seguir no estudo das raças: o da antropologia física e o da antropologia psíquica" (ROQUETE-PINTO, 1978, p. 58) o médico – antropólogo divergiu abertamente de Franz Boas para defender a possibilidade de branqueamento via mestiçagem[54]. Ao comparar seus próprios estudos realizados no Brasil

53 "Bilden critica intelectuais brasileiros como Euclides da Cunha e Oliveira Viana por conceberem os males do Brasil como resultado da miscigenação biológica da população e perderem de vista suas verdadeiras causas, de natureza sócio-histórica, que remontam a dominação portuguesa nos trópicos" (MAIO, 2017, p. 145).

54 "Em fins do século XIX e início do Século XX, a tese do progressivo 'branqueamento' da população brasileira começou a ganhar corpo, defendida, entre outros, na vasta obra escrita por Silvio Romero e pela chamada geração de 1870. Baseada em intrincado argumento que não condenava, mas ao contrário, interpretava positivamente o processo de mestiçagem como o do progressivo predomínio dos brancos sobre os negros, indígenas e mestiços, a tese do branqueamento funcionava como uma resposta ao fatalismo das teorias de inferioridade racial propugnadas por teóricos europeus. Ao negar que a inferioridade dos mestiços fosse um fato absoluto, essa tese fazia crer que através da miscigenação com as raças brancas, era possível vislumbrar um futuro 'civilizado' para o Brasil" (LIMA; SÁ, 2008, p. 68-69).

aos resultados de certa pesquisa realizada por Fischer no Sul da África, Roquete-Pinto chega às seguintes conclusões:

> Examinando os gráficos, verifica-se que, por simples jogo de *herança mendeliana*, chega-se a ver, como eu já vi muitas vezes, uma criança branca [...] nos braços de uma negra sua avó [...]. Entre as duas correntes, uma que afirma a *herança mendeliana* na espécie humana (Davenport), e outra que a contesta (Boas), as minhas observações levam-me a preferir a primeira (ROQUETE-PINTO, 1978, p. 98).

O debate que colocava em campos opostos a capacidade do meio em alterar as características dos organismos, redefinindo-os para novas condições; ou por outro lado, estabelecendo as regras gerais para a seleção dos(as) portadores(as) das condições mais adaptadas para a vida e a saúde, distinguia as capacidades de brancos(as) e negros(as). Boas divergiu da tese de supremacia da raça sobre a cultura e, através da doutrina Lamarckiana[55], destacou a influência das condições do ambiente na explicação para alterações corporais. Isto resultou, entre outros aspectos, no entendimento diferenciado acerca do lugar social ocupado pelos assim chamados 'mulatos' no Brasil e nos EUA[56]. Neste debate, que se arrasta morosamente até os dias atuais, Franz Boas, que estudava um país onde se pratica no senso comum a regra do "one drope rule", buscava revelar pela ciência um lugar social específico para os descendentes de casais inter-raciais de negros(as) e brancos(as)[57]. Roquete-Pinto vislumbrava o entendimento que décadas depois se tornou o padrão oficial na análise demográfica, agrupando as categorias censitárias preto e pardo no grupo populacional negro, dadas as semelhanças nas características observadas por pesquisadores acerca das condições sociais compartilhadas.

55 "Darwin justificou sua teoria em sua crença de que algumas características ou hábitos adquiridos durante a vida dos pais poderiam afetar os atributos correspondentes dos filhos. A isso chamou 'hereditariedade de uso e desuso'; a frase mais conhecida é 'herança dos caracteres adquiridos' ou 'lamarckismo' de Jean Baptiste Lamarck. Entretanto, a teoria de Lamarck era diferente, no sentido de que postulava também um desejo de mudança, ou *besoin*, que provocava a ocorrência dessa mudança no próprio organismo e que era então transmitido ao filho. Na época de Darwin, este aspecto da teoria de Lamarck não foi aceito de um modo geral, mas praticamente todos os cientistas acreditavam que os caracteres adquiridos por uso ou desuso podiam ser herdados" (LEAKEY, 1982, p. 17).

56 "Neste aspecto, é importante lembrar que embora Boas tenha assumido posições ambíguas em relação à herança dos caracteres adquiridos, alguns de seus intérpretes explicam que o meio ambiente era assumido por ele como um elemento importante na conformação de caracteres raciais. De todo modo, Franz Boas distanciava-se dos pressupostos da eugenia mendeliana tal qual empregava Charles Davenport, transformando-se num dos primeiros antropólogos a utilizar o conceito de cultura em vez de raça e de condenar o determinismo racial largamente professado por intelectuais ligados ao movimento eugênico norte-americano" (SOUZA, 2008, p. 224).

57 "Segundo Boas, os mulatos são um elemento importante nas cidades, onde vivem em condições socioeconômicas desiguais em relação aos brancos, sem infra- estrutura sanitária – o que dá a falsa impressão de fraqueza hereditária. Nesse artigo e em outro (de 1922) dedicado a antropometria da população dos Estados Unidos – enfocando a imigração europeia – está presente seu comprometimento com os problemas ambientais e com a base adaptativa e comportamental da doutrina lamarckiana da herança de caracteres adquiridos" (SEYFERTH, 2008, p. 154).

Roquette-Pinto, por sua adesão e destaque no estabelecimento de políticas eugênicas no Brasil, defendia a necessidade de conhecer mais profundamente através da biologia humana as diferentes patologias de cada uma das raças. Ao apresentar comentários sobre o estudo do biólogo Raymond Pearl, apresentado na *National Inter-racial Conference*, em 1928 nos EUA, que incluía dados de mortalidade sobre o Brasil, parece buscar equilibrar o domínio da 'herança' e do 'meio' no estudo da evolução dos seres vivos. Raymond Pearl, que posteriormente irá se tornar um dos mais duros críticos do movimento eugênico e seu viés de supremacismo branco, era então um dos mais destacados pesquisadores deste movimento.

> A patologia das raças é um capítulo quase em branco da biologia humana. O autor não acredita que seus resultados sejam definitivos. No entanto, as suas observações são sempre interessantes, mormente para nós outros. Recordando os estudos de Herskovits, Bean, Baker, Bacon que trabalharam na anatomia dos negros norte-americanos, Pearl confirma a individualização racial dos pretos, que há muitos anos o professor L. Lapicque havia antropologicamente demonstrado. Será talvez curioso assinalar que, pelos estudos norte-americanos, na raça negra, o lobo temporal do cérebro, o baço e o fígado são sempre menores do que na raça branca. Felizmente não acharam diferença no tamanho do coração...as duas raças, pelas necropsias do John Hopkins Hospital, mostraram reagir diferentemente às doenças chamadas orgânicas. Os negros parecem mais sujeitos às 'doenças infecciosas'. [...] Embora fugindo às conclusões, Pearl termina chamando a atenção para a patologia racial que, hoje, não deve mais ser desprezada. Em certos casos, diz ele, o negro parece muito mais resistente do que o branco. Em outros, ao contrário, ele dá a impressão de ser menos bem adaptado às condições do meio. 'Auxiliá-los nestes casos, para que a sua mortalidade diminua, é servir a todos, brancos e negros, em benefício da humanidade' (ROQUETTE-PINTO, 1978, p. 26-27).

Pode-se concluir daí que sua perspectiva de Eugenia[58] incluía a definição de distintos tratamentos de saúde e educação com base na raça. Seu foco esteve concentrado naquilo que ficou definido como o ramo positivo da eugenia, ou seja, o aprimoramento do material humano disponível através, principalmente, de políticas diferenciadas levando-se em consideração a raça. Considerar Roquette-Pinto um baluarte do antirracismo no Brasil por sua valorização da mestiçagem branqueadora, é por outra via, ocultar sua adesão ao racismo anti-negro[59]. Na análise

58 Sobre Eugênia no Brasil ver STEPAN (2004).

59 "O caminho idealizado para o 'branqueamento' – denominado 'redução étnica' por um de seus principais formuladores no campo científico, João B. de Lacerda, em 1911 – apontou a mestiçagem como solução, apesar disso não coincidir com o principal dogma do racismo, a pressuposição da degenerescência dos híbridos. Não significa, porém, uma versão antirracista, pois como toda tese afinada com a desigualdade das raças humanas, essa também partiu do princípio da inferioridade das 'raças de cor' para vaticinar que o mestiçamento no seu sentido correto teria como consequência o clareamento do povo" (SEYFERTH, 2008, p. 152).

que ele mesmo fez de suas contribuições ao Congresso de Eugenia de 1929[60], evento convocado pela Academia de Medicina, Roquette-Pinto defende sem rodeios a melhoria das condições eugênicas do Brasil pela eliminação das *doenças da raça*.

> Procurei mostrar que é preciso não esquecer, nunca nos trabalhos do Congresso, que a 'higiene' procura melhorar o 'meio' e o 'indivíduo'; a 'eugenia' procura melhorar a 'estirpe', a 'raça', a 'descendência'. São preocupações bem diferentes. Outrora, acreditava-se que melhorado o 'indivíduo', estava por isso mesmo, melhorada a 'espécie'. Foram os tempos heroicos da Higiene, há uns trinta anos. Naquela época o problema era entregar o homem doente à medicina e o são a higiene, para o proteger. Esta prevenia a doença; aquela procurava curar os doentes. Afinal, verificou-se que a higiene, sozinha, não consegue impedir que surjam certos tipos de enfermos. Porque há 'doenças da raça'. Mais depressa vai lá a educação, promovendo a seleção artificial da boa semente, facilitando a sua propagação e entravando, senão estancando a má. De onde ser a 'herança biológica' o verdadeiro domínio da Eugenia (ROQUETTE-PINTO, 1978, p. 44).

Na primeira metade do Séc. XX, ao contrário do que parecia compreender Franz Boas, o pensamento racial era explicitamente apresentado como justificativa para a orientação de políticas públicas no Brasil[61]. A luta contra a degeneração da raça, já anunciada pelo pensamento científico desde fins do séc. XIX, ganhou novo fôlego adaptando seus argumentos para orientar as reformas realizadas na primeira metade do séc. XX[62]. Neste mesmo período "duas gerações de educadores,

60 "O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, havia sido inspirado pelo médico, então diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, mais tarde, deputado constituinte, Miguel Couto. O mesmo Miguel Couto que havia apresentado na Constituinte nova versão do Projeto de Lei de Fidélis Reis, proibindo a *imigração africana e restringindo em 5% a imigração asiática.* E um dos temas centrais desse congresso havia sido a defesa da raça brasileira contra os perigos de uma imigração *promíscua*" (RAMOS, 2008, p. 198-199).

61 "A montagem do Serviço Sanitário Marítimo se insere num contexto mais amplo de reforma da saúde pública nas décadas de 1910 e 1920, conhecido como Movimento Sanitarista. Esse movimento teve um forte impacto na construção de uma ideologia da nacionalidade no período e também na estruturação de agências e de políticas governamentais em saúde pública e saneamento. O principal fruto desse movimento foi a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, que, no seu decreto de origem, definia os procedimentos de inspeção médica dos imigrantes de forma a operacionalizar as preocupações presentes no decreto dos indesejáveis. A criação desse departamento representou uma inflexão específica entre debate nacionalista, no qual teorias raciais e ideário eugenista tinham um papel central, e processo de formação do Estado brasileiro" (RAMOS, 2008, p. 192).

62 "Os defensores da saúde e da higiene pública eram figuras inovadoras cujos projetos se opunham à crença amplamente disseminada da degeneração racial dos indivíduos negros e mestiços. Essa ideia de degeneração combinava o racismo científico europeu com os temores dos brancos brasileiros em relação à população escrava africana. Poderia uma ama de leite (figura indelevelmente impressa na mitologia nacional brasileira como a *mãe preta*) transmitir suas doenças (talvez sífilis ou tuberculose) ou degeneração, de modo geral, para os bebês brancos, minando assim sua vitalidade? Eram os mulatos psicologicamente instáveis e dados ao comportamento criminoso? Esses eram os tipos de crenças na raiz dos temores dos brancos e os quais serviam de base para cientistas que absorviam teorias raciais elaboradas por brancos europeus supremacistas que buscavam impor barreiras científicas ao longo das fronteiras raciais dos impérios europeus" (DAVILA, 2006, p. 57).

intelectuais, médicos e cientistas sociais" (DÁVILA, 2006, p. 12) estiveram mobilizados pelo esforço de "embranquecer a nação, liberando o Brasil do que eles imaginavam como a degeneração de sua população" (Ibidem).

O que já vinha sendo feito de forma errática para segregar pretos e pardos do acesso à saúde e educação durante o Império[63], passou a ter um caráter mais sistemático no período republicano com a vagarosa burocratização do Estado nacional. A sobreposição dos estigmas relacionados à raça, escolaridade e saúde cresce com a institucionalização das políticas de saúde e educação públicas na República dos Bacharéis.

A história da higiene[64] e da saúde pública, em especial no Brasil, tem profundas relações com o movimento eugênico. Importantes pesquisadores(as) e cientistas brasileiros(as) se dedicaram a implantação de uma política eugênica no Brasil que teve impactos significativos na conformação das condições de saúde da população[65] negra no início do século XX.

> Ao lado da positividade de práticas como o incentivo à imigração de populações oriundas da Europa, outras de invisibilização de populações nacionais para as políticas públicas, como as de saúde, nomeadamente produziram as raças no Brasil pós-colonial. Nesse sentido, não se diria que os negros são vítimas da ausência de políticas de saúde consistentes, mas que o modo como se (não) montam as políticas de saúde é constitutivo do ser negro no Brasil (ANJOS, 2004, p. 104).

O termo eugenia já circulava nos meios médicos brasileiros ainda em fins do século XIX. O médico Agostinho José de Souza Lima propôs o impedimento legal de casar e ter filhos para tuberculosos e sifilíticos em 1897, na Academia Nacional de Medicina. Há outros registros da utilização do termo em palestras e trabalhos acadêmicos antes da fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo - SESP, em 15 de janeiro de 1918, no salão Nobre da Santa Casa de Misericórdia, onde aconteciam as sessões da Sociedade de Medicina e Cirurgia. Esta foi a

63 "À guisa de explicação, naquela época, basicamente três doenças assolavam o Império: a tuberculose, para a qual não havia vacina; a febre amarela, para a qual também não havia vacina e atacava principalmente a população branca imigrante; e a varíola, cuja vacinação fora introduzida no Império em 1804 e que atacava, principalmente, os negros e seus descendentes. Sidney Chaloub, em trabalho publicado em 1996, no qual estudou a emergência do discurso higienista no Império e sua articulação com a política de mão-de-obra imperial, bem como a necessidade de controle da população pobre da cidade, provou a resistência da população, em geral, a vacinação antivaríola e as origens culturais dessa resistência em meio à população negra e seus descendentes. Tratando-se de conjecturas, se aos escravos já não era possível frequentar escolas públicas de primeiras letras, para os libertos sadios – também teoricamente obrigados a providenciar a escolarização de suas crianças –a obrigatoriedade da vacinação pode ter criado mais uma interdição cultural àquele acesso" (SILVA, 2000, p. 148).

64 "A higiene pública é uma variação sofisticada do tema da quarentena e é daí que provém a grande medicina urbana que aparece na segunda metade do século XVIII e se desenvolve sobretudo na França" (FOUCAULT, 2006, p. 89).

65 "Se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta, atualmente ao velho direito de matar; mas é porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população" (FOUCAULT, 2012, p. 149-150).

primeira sociedade eugênica da América Latina, e apenas dez anos após a equivalente sociedade britânica e seis após a francesa. Fizerem parte da direção da SESP, entre outros: Arnaldo Vieira de Carvalho, Olegário de Moura, Xavier da Silveira, Argemiro Siqueira, Arthur Neiva, Francisco Franco da Rocha e Rubião Meira.

Outra importante instituição que contou com a colaboração de adeptos dos ideais eugênicos foi a Liga Pró-Saneamento do Brasil (LPSB), fundada em 1918. Desta fizeram parte Belisário Penna, Carlos Chagas, Arthur Neiva, Monteiro Lobato, Miguel Pereira, Vital Brasil, Afrânio Peixoto, entre outros.

Todos estes estavam concentrados no esforço para orientar as políticas públicas em saúde que deveriam ser tomadas para o cuidado do "corpo da nação". No Rio de Janeiro dos anos 20, a eugenia foi levada a frente por médicos psiquiatras e pela Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). Dentre seus mais de 120 associados, fizeram parte LBHM: Miguel Couto, Fernando Magalhães, Carlos Chagas, Edgar Roquette-Pinto, Henrique Roxo, e Antônio Austregésilo entre os 120 associados. Ainda que houvesse divergências quanto às medidas eugênicas a serem tomadas, a crença racista do branqueamento da população era consenso entre os membros da LBHM.

É no final dos anos 20 que ocorre o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, mais precisamente entre os dias 1 e 7 de julho de 1929, a pedido de Miguel Couto, presidente da Nacional Academia de Medicina. Diwan afirma que "de uma interpretação puramente racial dos problemas socais, médicos e intelectuais migraram, com o passar dos anos e com o sucesso da medicalização, para uma interpretação sanitária" (DIWAN, 2007, p. 102).

Marcos Chor Maio (2004) rejeita de forma veemente as análises históricas que reconhecem a presença de critérios raciais no sanitarismo da primeira república. Em franca oposição à tese proposta por Sidney Chaloub (1996) que compreende a constituição do campo da saúde pública no país como intrinsecamente vinculado ao projeto de embranquecimento eugênico da nação brasileira. Chaloub aponta a emergência de um pensamento racista na definição das ações em saúde pública em fins da corte imperial: combate à febre amarela ('doença dos brancos') em oposição à indiferença em relação à tuberculose ('doença dos negros'). Os higienistas brasileiros da época, segundo Chaloub, manteriam um discurso sustentado na noção de meio ambiente, mas no plano da ação, revelariam o racismo influenciado pela ciência racista que se desenvolvia na Europa e EUA. Imbuídos de uma doutrina climatológica, em especial os poligenistas, entendiam que os(as) europeus(éias) possuíam

uma constituição biológica que, apesar de provê-los(as) de maior racionalidade, os(as) tornava incapazes de se adaptar às febres dos climas quentes.

Como forte evidência do pensamento desta época, Chaloub (citado por Maio) traz um trecho da conferência de Rui Barbosa sobre Oswaldo Cruz, proferida em maio de 1917, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro – então capital da República.

> É um mal que só a raça negra logra imunidade, raro desmentida apenas no curso das mais violentas epidemias, e em cujo obituário, nos centros onde avultava a imigração europeia, a contribuição das colônias estrangeiras subia a 92 por cento sobre o total de mortos. Conservadora do elemento africano, exterminadora do elemento europeu, a praga amarela, negreira e xenófoba, atacava a existência da nação na sua medula, na seiva regeneratriz do bom sangue africano, com que a corrente imigratória nos vem depurar as veias da mestiçagem primitiva, e nos dava, aos olhos do mundo civilizado, os ares de um matadouro da raça branca (MAIO, 2004, p. 16).[66]

O Águia de Haia, este baiano que foi um dos artífices do Brasil Republicano, certamente não estava jogando palavras ao vento. Maio admite a importância da medicina e antropologia na definição da política imigratória brasileira que irá alterar drasticamente a proporção de brancos(as) na composição populacional do país, mas estranhamente rejeita que a noção de raça tenha sido importante neste processo.

Até a década de 30 do século XX, o Brasil irá se tornar um país de maioria censitária branca, fato inédito desde 1500 (SOARES, 2008). A máquina da saúde pública teve de ser direcionada, em algo que pode ser comparado a uma ação afirmativa, para não só superar esta vulnerabilidade dos(as) livres imigrantes brancos(as) como para garantir que a sua qualidade de vida superasse com folga às condições experimentadas pelos(as) ex-cativos(as) imigrantes africanos(as) e sua descendência. Era preciso garantir não só sua capacidade produtiva mais também sua possibilidade de reprodução social. A saúde sexual e reprodutiva dos povos que viviam no Brasil estava sendo definida aí. Este movimento inicial das políticas públicas em saúde do Brasil jamais foi redirecionado de forma a compensar o incorrigível.

> Quando Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e até Gilberto Freyre estabelecem uma regularidade discursiva que se dispersa em pontos de vista em torno dos polos de irradiação, nação, raça e mistura, não estão apenas propondo interpretações, mas contribuindo para práticas que equacionam com mais ou menos eficiência a problemática da homogeneização racial da nação. Este projeto que se torna cada vez

66 Maio retira esta citação de Chaloub. Chaloub, por sua vez, apresenta como fonte o artigo de Regina C. de A. Bodstein "Práticas Sanitárias e Classes populares no Rio de Janeiro", publicado na Revista Rio de Janeiro, v.1, nº 4, p.42-43, de 1986.

> mais anônimo, distante das formulações originais, disperso numa série de fragmentos de discursos mais ou menos diretamente articulados a práticas higienistas, talvez não tenha se esgotado como articulação de práticas locais, mesmo se nenhum grupo social o tenha em mente (ANJOS, 2004, p. 104).

Já havia, por parte dos(as) pesquisadores(as) em saúde no início do século passado, o conhecimento de que patologias específicas se manifestavam de modo diferenciado entre brancos(as), negros(as) e indígenas. Anjos (2004, p. 101) afirma que "quando a 'saúde' se coloca como questão pública, o homem ocidental emerge racializado". Logo, sabia-se há muito que para construir uma estratégia de promoção da saúde eficiente deveriam ser levadas em conta às dinâmicas próprias destes grupos e a relação entre eles. Marcos Chor Maio, neste difícil empreendimento de desracializar as concepções médicas destacadas por Chaloub e, por conseguinte, minimizar o racismo destas, investe em dois conceitos: classe e cultura. Segundo ele, na tradução que a elite médica fez dos princípios higienistas europeus ao contexto social brasileiro foi redefinida a importância da variável raça. Adeptos da teoria pasteuriana, da assim denominada "escola tropicalista baiana" teriam desenvolvido análises que se contrapunham ao higienismo tradicional e aos determinismos raciais no campo da saúde pública.

> Raça, por exemplo, emergia no amplo e variado capítulo das predisposições a determinadas doenças, sem se constituir numa variável privilegiada de análise. Embora não negasse a possibilidade de os negros serem mais resistentes à febre amarela do que os brancos de origem européia, Otto Wucherer, em consonância com seus colegas do Rio de Janeiro, associava tal grau de imunização à maior capacidade de aclimatação, e não a supostas diferenças raciais (MAIO, 2004, p. 24).

Qual seria exatamente a razão para a maior aclimatação de (cativos e ex-cativos) imigrantes negros(as) quando comparados aos(as) imigrantes brancos(as)? Qual a razão "não- racial" para o investimento feito pelo Estado brasileiro para a imigração de uma mão-de-obra que, entre outros problemas, exigia maiores cuidados por parte do Estado na manutenção de sua capacidade produtiva e reprodutiva?

Maio aposta nos interesses econômicos como justificativa para a propaganda pró-imigração europeia. Os membros da categoria médica estariam mais atentos às marcas sociais da escravidão, comprometidos com um projeto de modernidade feito com e para homens e mulheres livres, imigrantes e brancos (as). Africanos(as) e sua descendência que aqui vivia, ainda que estivessem previamente ambientados ao mundo do trabalho, à cultura e à língua falada no Brasil, eram considerados(as)

inaptos(as) para o trabalho livre do mundo moderno e ao projeto de Brasil que se queria construir (THEODORO, 2008). E esta suposta inaptidão carregada por todos(as) os(as) negros(as), inclusive aqueles(as) que foram impedidos de imigrar para o Brasil dos EUA, ou até mesmo por chineses que também tiveram barrada sua entrada em terras brasileiras, não estava vinculada a pressupostos raciais segundo Maio, mas a um olhar sociológico comprometido com a modernidade da nação.

> Há que se diferenciar uma política de alteração do quadro demográfico brasileiro, com a gradual prevalência dos brancos sobre a população negra, de um projeto influenciado por teorias evolucionistas com viés racista, em que a miscigenação seletiva e a imigração seriam os parâmetros da via brasileira para a criação de uma sociedade branca, civilizada e européia, com a eliminação da raça negra (MAIO, 2004, p. 30).

Esta imperceptível diferença irá restringir, na análise de Maio, um conjunto de liberais/racistas – como Rui Barbosa, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna – que pretendem substituir no Brasil os africanos, ameríndios e seus descendentes por europeus. Estes primeiros estariam em oposição à outra porção, segundo ele bem mais significativa, antiliberal/antirracista – como Belisário Penna, Roquete-Pinto, Gilberto Freyre – que buscavam na superação das doenças endêmicas o caminho para a construção da nação. Declara Maio que este segundo grupo (com cujo legado identifica-se) está bem representado na fala pró-mestiçagem de Roquette-Pinto no 1º Congresso de Eugenia em 1929:

> Levado a efeito no apagar das luzes da Primeira República, o evento reuniu médicos, educadores, antropólogos, políticos, espelhando a corrente eugênica dominante no Brasil neste período que, diferente dos modelos deterministas como o anglo-saxão, atribuía ao saneamento, à higiene e à educação as melhores opções para a superação dos infortúnios vividos pela sociedade brasileira (MAIO, 2004, p. 39).

Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional, apresenta no 1º Congresso Universal das Raças, realizado em Londres em 1911 (ano da morte de Francis Galton), uma previsão de que a população brasileira iria se tornar branca pela miscigenação até 2012. Combinando uma positivação da mestiçagem com um abrasileiramento do darwinismo, anuncia que a seleção natural dos mais aptos combinada à imigração europeia irá embranquecer o povo brasileiro, apagando a presença negra e indígena da face da nação.

Ainda antes deste período, a antropologia buscava investigar a existência de particularidades acerca da transmissão de doenças, em especial as doenças mentais e as sexualmente transmissíveis. Com fundamentos biológicos, que aos poucos foram substituídos por outros

culturais, as práticas sexuais (e sexualizadas) dos(as) africanos(as) e sua descendência no Brasil, foram apontadas pelos(as) ilustres pioneiros(as) das ciências sociais brasileiras, como fator explicativo bastante satisfatório para a degradação física, moral, e de espírito de parte significativa da população brasileira. Mas o que fazer se estavam os(as) negros(as) fadados ao desaparecimento? O médico e antropólogo Nina Rodrigues (1862- 1906) que considerou a herança africana no Brasil como indissolúvel, proclamou a impossibilidade da unidade étnica da nação.

Nas organizações de mobilização política negra da primeira metade do século XIX, saúde já era um tema apontado como prioritário[67]. A Frente Negra Brasileira, atuante principalmente nos anos 1930, pode ser apontada como um exemplo de organização política que pretendia atuar politicamente em várias frentes, incluindo o campo da saúde, voltando sua atenção para a superação dos problemas enfrentados pela população negra.

> A expectativa da FNB era não só incluir o tema do racismo na pauta política como promover melhores condições de vida, saúde, educação e emprego. Juntava suas características de associação beneficente – como tantas que existiam e assim permaneceram – com um projeto de intervenção e mobilização política mais direto e definido (GOMES, 2005, p. 53).

Antes mesmo da estruturação de uma política nacional de saúde no país, as então chamadas "pessoas de côr" já se organizavam em entidades atuantes em vários estados para, entre outras coisas, lutar por melhores condições de saúde.

Ainda que no período entre as duas guerras mundiais, a ideia de inferioridade racial fosse cedendo gradualmente lugar à ideia de maleabilidade dos seres humanos, é neste período que ocorre o auge do pensamento eugênico. Muitos buscavam o aperfeiçoamento dos seres humanos através de intervenções científicas, médicas e culturais, e mesmo Franz Boas parece ter sido seduzido por algumas das promessas deste projeto de pretensão global. Ainda que muito sensível à situação de prejuízo vivenciada pelos(as) negros(as) nos EUA, Boas parecia também crer que o branqueamento fornecia solução para certos problemas e conflitos vivenciados naquele país[68]. Uma interpretação do Brasil foi

67 "Como organização, a FNB [Frente Negra Brasileira] tinha vários departamentos – instrução e cultura, musical, médico, de imprensa, esportivo, de artes e ofícios, jurídico-social, doutrinário e de comissão de moços" (GOMES, 2005, p. 50).

68 "[Franz Boas] Olhou para a ciência da eugenia com alguma cautela, tendo em vista a 'pan-mistura' racial (ou mestiçagem), mas não conseguiu escapar da ideia de que a eugenia devia ser direcionada para métodos que podiam favorecer o desenvolvimento de traços desejáveis em cada raça. [...] Como 'homem do seu tempo', parecia acreditar que o influxo de europeus do sul tornava importante o estudo da mistura

elaborada a partir do modelo de diagnóstico médico, propondo fórmulas e intervenções que poderiam tornar o país mais saudável.

A preocupação quanto às doenças endêmicas a primeira década do século se expandiu até a condenação do Brasil, por parte de Miguel Pereira, como um 'imenso hospital' em 1916, refletindo o desenvolvimento da consciência política sobre o relacionamento entre Estado e sociedade e entre saúde, raça e degeneração. Em 1917, Arthur Neiva e Belisário Penna, dois médicos e defensores da saúde pública enviados pela Academia Nacional de Medicina para estudar as doenças no interior do Brasil, publicaram um relatório conclamando a criação não de um Ministério da Saúde, mas de um Ministério da *Educação e Saúde* (DÁVILA, 2006, p. 58).

As condições de saúde transformaram-se no índice de avaliação das possibilidades da nação através do olhar da eugenia brasileira[69]. Esta redefinição pela saúde estabelecia quem poderia e deveria configurar o Brasil do porvir. É neste contexto que, segundo Dávila (2006), entre 1917 e 1945, estudantes pobres e de cor da antiga capital foram marcados(as) como doentes, mal adaptados(as) e problemáticos(as)[70].

> As elites brasileiras da primeira metade do século XX tendiam a acreditar que os pobres e não-brancos eram em sua grande maioria degenerados. Definindo esse estado de degeneração em termos médicos, científicos e científico-sociais, eles clamaram para si próprios o poder de remediá-lo e assumiram para si a questão da educação pública. Definiram as escolas como clínicas em que os males nacionais associados à mistura de raças podiam ser curados. [...] Como essas políticas estavam imbuídas de lógica médica e científico-social, elas não pareciam, superficialmente, prejudicar nenhum indivíduo ou grupo. Em consequência, essas políticas não só colocavam novos obstáculos no caminho

entre brancos e negros, porque isso mostrava a possibilidade de, gradualmente, embranquecer a população negra presumivelmente por causa da crença então corrente de que os latinos eram mais inclinados à miscigenação. Essa referência mostra que certos pressupostos populares no Brasil – 'embranquecimento' pela miscigenação envolvendo a imigração e o pendor dos povos latinos pela assimilação com seu duplo significado, biológico e social – estavam presentes nas discussões sobre raça e eugenia, inclusive no campo das ciências sociais, em outros países" (SEYFERTH, 2008, p. 155).

69 "Os eugenistas brasileiros baseavam sua eugenia não na concepção mendeliana da genética, estrutura dominante na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e na Alemanha, mas em uma corrente alternativa de noções lamarckianas de hereditariedade. Esse estilo de eugenia refletia conexões de longa data com a França, bem como fatores mais locais de cultura política; ajudava também a estruturar os debates sobre a degeneração e determinava como a nova genética e as ciências do saneamento interagiriam de forma inovadora na 'eugenia'. Se a eugenia brasileira tinha uma base científica distinta, sua aplicação às áreas críticas da reprodução e da sexualidade também a distinguia" (STEPAN, 2005, p. 14).

70"A filosofia médico-pedagógica chegou ao extremo de segregar alunos ou remove-los das escolas. A suposição de que crianças doentes podiam prejudicar a saúde de crianças saudáveis separava as mais ricas e mais brancas de suas colegas mais pobres e muitas vezes mais escuras. Os testes de saúde agora se juntavam aos de inteligência e maturidade para fornecer as bases sob as quais se implementava a segregação nas escolas do Rio. Os alunos pobres costumavam ser reconhecidos como doentes (sífilis, parasitas, adenopatia, anemia), anti-sociais em seu comportamento devido a razões hereditárias ou culturais e indiferentes à educação'. A sistematização desses julgamentos como base para a distribuição de alunos contornava explicitamente a diferenciação por classe ou raça, mas produzia o mesmo efeito" (DÁVILA, 2006, p. 274).

> da integração social e racial no Brasil como deixavam apenas pálidos sinais de seus efeitos, limitando as capacidades dos afro-brasileiros de desafiarem sua injustiça inerente (DÁVILA, 2006, p. 21-22).

O processo de implementação da educação e da saúde pública universal no Brasil foi concebido por intelectuais e funcionários(as) públicos(as) motivados pela "crença científica racista de que os brancos eram superiores e as pessoas de ascendência negra ou mista eram degeneradas" (DÁVILA, 2006, p. 26). Nas escolas da antiga capital do Rio de Janeiro, negros(as)[71] eram vistos(as) como um empecilho ao projeto de transformar uma população geralmente não-branca em pessoas embranquecidas em sua cultura, higiene, comportamento e até, eventualmente, na cor da pele, para assim "aperfeiçoar a raça – criar uma raça brasileira saudável, culturalmente europeia, em boa forma física e nacionalista" (DÁVILA, 2006, p. 21).

> A medida que os teóricos raciais deslocaram suas análises sobre a natureza da raça da base biológica para a cultural, o treinamento de professores ganhou mais urgência. De repente, brasileiros degenerados podiam ser redimidos por meio da saúde e da educação. [...] Desde a década de 1920, novos professores passaram a ter, cada vez mais, o equivalente a um grau no secundário obtido por meio do estudo especializado de ciências sociais, como psicologia e sociologia, além de campos de estudo mais explicitamente eugênicos, como higiene e puericultura (a ciência do cuidado pré e pós-natal, baseada na teoria eugênica de que um cuidado especial durante a gestação pode amenizar deficiências geneticamente acumuladas). A primeira tentativa de fortalecer o treinamento de professores foi feita em 1917 por um dos principais eugenistas, Afrânio Peixoto, quando dirigiu o Departamento de Instrução Pública do Rio de Janeiro. Peixoto foi um dos principais expoentes no campo da medicina legal no Brasil e ajudou a popularizar a escola criminológica italiana de antropologia e estudo da raça (DÁVILA, 2006, p. 169-170).

Tais iniciativas vão paulatinamente difundir e vulgarizar conceitos da medicina e da antropologia em todo o território nacional, levando à incorporação destas pelo senso comum e nas atitudes cotidianas

71 "A negritude era tratada em linguagem freudiana como primitiva, pré-lógica e infantil. A mistura racial simbolizava o processo histórico, visualizado como uma trajetória da negritude à brancura e do passado ao futuro. Na década de 1930, os brasileiros brancos podiam celebrar a salvo a mistura racial porque a viam como um passo inevitável na evolução da nação. A brancura encarnava as virtudes desejadas de saúde, cultura, ciência e modernidade. Educadores que iam desde o ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, até o psicólogo infantil Manoel Lourenço Filho, o compositor Heitor Villa-Lobos, o autor de livros didáticos de história Jonathas Serrano e o antropólogo Arthur Ramos, todos abraçavam explicitamente essa visão de raça. Naturalmente, para eles o futuro do Brasil era branco. [...] abraçaram a noção de que a degeneração era uma condição adquirida – e, portanto, remediável. A negritude ainda conservava todas as suas conotações pejorativas, mas aos indivíduos podiam escapar à categoria social da negritude por meio da melhoria de sua saúde, nível de educação e cultura, ou classe social. Inversamente, os brancos podiam degenerar por meio da exposição à pobreza, vícios e doenças" (DÁVILA, 2006, p. 25-26).

de praticamente toda a sociedade brasileira.[72] Mesmo em regiões consideradas de difícil contato com a antiga capital, agentes multiplicadores(as) destas reformas estiveram atuando com relativa penetração e capilaridade. Mesmo que nem todas as distintas proposições de intervenção institucional nos campos da saúde e da cultura tenham sido plenamente absorvidas pelas reformas implementadas durante a Era Vargas, formulações e personalidades iminentes nos dois campos colaboraram proficuamente entre si[73]. A antropologia produzida no Brasil desta época, aquém de suas distinções internas quanto aos significados da mestiçagem, era dominada pela concepção de uma dada superioridade natural branca, que terminava por legitimar a subordinação social dos(as) pretos(as) e pardos(as).

> A concordância entre Roquette-Pinto, Oliveira Vianna e Rocha Vaz adquire um significado maior se considerarmos que suas filosofias científicas eram divergentes. Roquette-Pinto era o principal proponente no Brasil da tese antirracista do antropólogo Franz Boas da Universidade Columbia, de que não havia raças superiores ou inferiores, bem como de que as pessoas deveriam ser avaliadas por seu nível de cultura. Em contraste, Oliveira Vianna, reacionário conselheiro político social do presidente Vargas acreditava na plena superioridade biológica ariana, posição racista compartilhada por Rocha Vaz. No entanto ao visualizarem o futuro do Brasil, as diferenças em seus enfoques davam lugar a um consenso sobre os males da nação e seus remédios. Oliveira Vianna, Roquette-Pinto e Rocha Vaz, assim como a comunidade científica, científico social e médica como um todo, confiavam no futuro branco do país e no papel da educação e da saúde pública em sua criação. Embora continuasse a haver polêmica sobre a natureza da negritude, da degeneração e da possibilidade de aperfeiçoamento racial, havia consenso sobre o significado e valor da brancura – consenso que se expressava nas virtudes masculinas de virilidade força e coragem, na 'europeidade' e na concordância de que essa era a raça do futuro do Brasil (DÁVILA, 2006, p. 50).

Neste mesmo período, médicos com destacada atuação na esfera política irão propor políticas específicas para populações definidas com

72 "Os reformadores imaginaram o Instituto de Educação como uma vitrine da reforma e da pesquisa educacionais para todo o país. Ao longo da década que se seguiu, o programa do Instituto foi adotado pelos estados de São Paulo, Pernambuco, Espírito Santo, Alagoas, Maranhão, Amazonas, Pará, Paraíba, e Sergipe" (DÁVILA, 2006, p. 175).

73 "Quando Anísio Teixeira retornou de seu mestrado no Teachers College da Universidade Columbia [onde lecionava Franz Boas], em 1931, o sistema político Republicano do Brasil acabava de ser derrubado por Getúlio Vargas e a Aliança Liberal, com seus apoiadores nacionalistas. Uma pessoa chave nos eventos que levaram à Revolução de 1930 foi o médico progressista Pedro Ernesto Batista, recompensado com uma nomeação como interventor do Rio de Janeiro. Pedro Ernesto, como era conhecido, inaugurou um governo reformista que se distinguiu pelo esforço em desenvolver uma autonomia política para a cidade (que estava sob a tutela do governo federal); o desenvolvimento de uma política de base populista e a extensão de serviços sociais, como escolas e clínicas de saúde comunitárias. [...] Em 1931, sob recomendação do autor nacionalista Monteiro Lobato (que escrevera a história de Jeca Tatu, as quais ajudaram a popularizar o modelo ambiental), Pedro Ernesto contratou Anísio Teixeira e deu-lhe extenso mandato para reinventar o sistema escolar da cidade" (DÁVILA, 2006, p. 208).

base na raça[74]. Este período, que define de forma específica um projeto para a nação brasileira[75], também circunscreve os elementos indesejáveis na constituição do seu povo com base em elementos das ciências médicas e biológicas.

A tese aqui desenvolvida debate dois pressupostos que aparecem em Franz Boas, e persistem como importantes argumentos no pensamento social brasileiro, tendo assim a urgência em serem examinados criticamente. O primeiro trata da afirmação da existência de intercursos sexuais entre pessoas brancas e negras no Brasil em grau ou intensidade maior do que em qualquer outro lugar do mundo. Ainda que já se possa reconhecer bibliografia que problematize de maneira mais profunda as relações entre reivindicações sociais identitárias e as múltiplas apropriações da tecnologia disponível para classificação do material genético humano (SANTOS et al., 2012), permanece enraizada em dados biológicos a aposta nacionalista da excepcionalidade racial brasileira. Em termos gerais, a ausência de barreiras de cor teria contribuído para certo comportamento sexual e vice-versa. Os dados sobre mercado matrimonial no país, distribuição intergeracional desigual de renda e herança, segregação espacial segundo raça-cor, e mais uma montanha de pesquisas sobre desigualdade racial não foram suficientemente convincentes para abolir a narrativa que busca provar com a existência de um corpo "mestiço" a inexistência ou brandura do racismo no Brasil. Esta posição, que propõe que as relações sociais devam ser qualificadas a partir da divulgação de informações científicas que "instruam a esfera social" (PENA, 2009, p. 7), carece de autocrítica histórica e social, se recolocando inflexível a cada geração e nova descoberta científica. Entre os atuais e destacados defensores desta posição está o médico geneticista Sergio Danilo Junho Pena que afirma que no "Brasil somos produto da intensa mistura de três raízes ancestrais – ameríndia, europeia e africana – a nossa gente tem um dos maiores graus de variabilidade genética do planeta" (PENA, 2009, p. 21-22). Além de reincidir o guia estabelecido por Von Martius sobre o modo de narrar o Brasil como nação, a

74 "E o ponto culminante dessa mudança de rumo foi a Assembleia Constituinte, que elaborou a constituição de 1934. Ali alguns deputados retomaram a proposição de restrições raciais em base muito próximas daquelas que haviam sido propostas na década de 1920. A primeira proposta nesse sentido foi feita pelo deputado constituinte Miguel Couto, em 30 de novembro de 1933. Segundo a sua emenda a constituição, seria proibida 'a imigração africana e só consentida a asiática em proporção de 5% anualmente sobre a totalidade de imigrantes dessa procedência existentes em território nacional'. Seguiram-se emendas ainda mais duras, como a do deputado Arthur Neiva, de 24 de dezembro de 1933, segundo a qual 'só será permitida a entrada de elementos da raça branca, ficando proibida a concentração em massa em qualquer ponto do país'" (RAMOS, 2008, p. 195).

75 "É claro que pressupostos civilizatórios estavam presentes na discussão e implementação das políticas migratórias desde 1818, quando D. João VI assinou o Tratado de Nova Friburgo – ato legal onde aparece a palavra 'branco' numa época em que o termo raça ainda não tinha popularidade" (SEYFERTH, 2008, p. 150).

existência de mistura genética comprovaria o alto grau de mestiçagem, implicando invalidar qualquer reivindicação com base no pertencimento a grupos racialmente discriminados, ou mesmo no reconhecimento da existência de tais grupos.

> Assim não faz sentido falar sobre 'populações' de brasileiros brancos ou de brasileiros negros por causa da pobre correlação entre cor e ancestralidade. Também não faz sentido falar em afrodescendentes, eurodescendentes ou ameríndios-descendentes, porque a maioria dos brasileiros tem simultaneamente uma proporção significativa de ancestralidade africana, europeia e ameríndia (PENA, 2009, p. 22).

Tomando a ciência como "agente de evolução moral" atualiza os argumentos positivistas de Roquete-Pinto, ao apostar que a verdade dos dados biológicos e o progresso no conhecimento científico levará inevitavelmente à superação dos erros e preconceitos dos ignorantes. A crença cega na ciência como luz que guiará a humanidade vem cobrando um alto preço aos que apostam em um humanismo planetário sem considerar as dinâmicas de funcionamento dos humanos que habitam este planeta. A ciência atual afirma que o DNA entre humanos só pode ser recombinado por via sexual. Sendo a via sexual a principal forma de transmissão do vírus HIV e os intercursos sexuais no Brasil se darem supostamente de forma indiscriminada em relação à raça, não faria sentido haver concentração do vírus em qualquer grupo racial. É aí que os dados sobre a epidemia de Aids irão se somar a esta montanha de informações que reforçam a necessidade de estudar mais detidamente as relações raciais no Brasil, e também de estabelecer políticas de saúde que tomem estas relações em consideração. Então vejamos: Se há concentração da epidemia em um dado grupo racial ou as pessoas estabelecem distinções nas práticas sexuais de acordo com a raça (sexo seguro com uns e com outros não) ou há realmente barreiras raciais na escolha de parceiros.

O segundo pressuposto é o da inexistência de discriminação racial quando há a presença de intercurso sexual entre pessoas de grupos raciais distintos. A prática do estupro como arma de guerra entre grupos étnicos, uma prática que não é nova e nem exclusiva de um único continente, solapa por completo o sentido deste pressuposto. Sem ter de utilizar este extremo, se pode compreender que um casal gay manifeste homofobia, um homem heterossexual tenha comportamento misógino, ou que uma mulher aja de forma machista. O ato sexual pode sim fazer parte do hall de ferramentas de discriminação e a intimidade não neutraliza as hierarquias sociais, como bem nos ensinaram as feministas. A existência de troca de material biológico não significa a inexistência de racismo. Nem hoje, nem na época de Roquette- Pinto.

CAPÍTULO II

ANTROPOLOGIAS, SAÚDE E COLONIALISMOS

> E, finalmente, será preciso acrescentar que eu, que aqui falo, sou o sangue do sangue e a carne da carne daqueles que vivem dentro do Véu? (DU BOIS, 1999, p. 50).

> *Eu - Quem é você?*
> *Cuol - Um homem.*
> *Eu - Como é seu nome?*
> *Cuol - Você quer saber meu nome?*
> *Eu - Sim,* ***você veio me visitar em minha barraca e eu gostaria de saber quem é você****.*
> *Cuol – Está certo. Eu sou Cuol. Como é seu nome?*
> *Eu - Meu nome é Pritchard.*
> *Cuol – Como é o nome de seu pai?*
> *Eu – O nome de meu pai também é Pritchard.*
> *Cuol – Não, não pode ser verdade. Você não pode ter o mesmo nome que seu pai.*
> *Eu – É o nome de minha linhagem. Como é o nome de sua linhagem?*
> *Cuol – Você quer saber o nome de minha linhagem?*
> *Eu – Sim.*
> *Cuol – O que você vai fazer com ele se eu disser?* ***Você vai levá-lo para seu país?***
> *Eu – Eu não quero fazer nada com ele.* ***Eu só quero saber, já que estou vivendo no seu acampamento.***
> *Cuol – Ah bom, nós somos Lou.*
> *Eu – Eu não perguntei o nome da sua tribo. Isso eu já sei. Eu estou perguntando o nome de sua linhagem.*
> *Cuol – Por que você quer saber o nome de minha linhagem?*
> *Eu - Eu não quero saber.*
> *Cuol – Então por que está me perguntando? Dê-me um pouco de tabaco"*
> (EVANS-PRITCHARD, 2002, p. 18-19).

Este trecho introdutório foi extraído do relato de um encontro etnográfico ocorrido em algum momento da década de 1930, e trazido ao livro "Os Nuer: Uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota", do antropólogo inglês Evans-Pritchard. O trecho tem a intenção de exemplificar a "nuerose" ou perícia dos Nuer em sabotar o trabalho do antropólogo. Ainda que de forma mal disfarçada, o diálogo revela também a presunção do direito de inquirir entre os Nuer algo que é visivelmente alheio ao universo de preocupações destes. Destacadamente em "*Você veio me visitar em minha barraca*" e "*Eu só quero saber, já que estou vivendo no seu acampamento*" a presença do pesquisador impõe ao outro a obrigação

de atendê-lo no que deseja interrogar. Tal postura daquele pesquisador permitiu perceber que seu interesse em melhor compreender o modo de subsistência e as instituições políticas deste e outros povos do Sudão, estava voltado para o aperfeiçoamento do poder político de outros que não os Nuer. Tanto investigador quanto investigado são componentes de um contexto mais amplo, que não se fechou circularmente – no tempo e no espaço – imediatamente em torno do encontro etnográfico, e ainda tem ramificações e efeitos não previstos por estes.

A afirmação de Cuol – Eu sou um homem – não traz uma redundante obviedade em seu conteúdo. Tanto nas relações sociais e políticas praticadas nos anos 1930, quanto no debate científico que as acompanhou ao redor do globo, os africanos eram tratados como quase humanos, ou humanos incompletos em suas capacidades potenciais. Enquanto Evans – Pritchard e grande parte da comunidade de antropólogos de sua época afirmavam que faltava a Cuol e aos Nuer a civilização representada pelo imperialismo na África, os Nuer e os Pan-africanistas de sua época afirmavam que faltava aos africanos o poder e a liberdade de viver sem a presença do imperialismo.

Nesta incompletude com a qual a antropologia caracterizou os africanos e seus descendentes, estava notadamente situada a ausência de plena saúde, seja por hábitos e contextos insalubres, herança cultural e biológica, ou organização social incapaz de prover adequadas condições de vida. Levou tempo até que se pudesse conseguir dizer que a saúde de uns era custeada pelo adoecimento de outros, e quem é que estava adoecendo quem, em busca de poder.

2.1. Princípios

> Ex-escravos e seus filhos não precisaram ser alertados para reconhecer que entre a herança e o legado do cativeiro estavam suas identidades reinventadas em parentescos, visões de mundo, lembranças e recordações – tudo permanentemente modificado e reconstituído. Não eram apenas fardos que arrastariam inexoravelmente ou de que poderiam se desfazer na esquina da liberdade. Estavam marcados nos corpos e nas mentes – nunca em termos biológicos, mas por expectativas políticas. Lutar por terra, autonomia, contratos, moradias e salários – e enfrentar a costumeira truculência – era reafirmar direitos e interesses e desejos redefinidos, também em termos étnicos, coletivos e culturais. Havia muita coisa em disputa. Para a população negra não era apenas aposta num futuro melhor, mas o desejo de bancar o próprio jogo (GOMES, 2005, p. 12).

O esforço para o reconhecimento das vinculações planetárias no trânsito do racismo anti-negro tem sido apontado, de longa data, por

garveystas, abolicionistas, Pan-africanistas, e movimentos transnacionais como os de Negritude ou de Consciência Negra. A simultaneidade e/ou paralelismo dos ciclos e processos dificilmente pode ser considerada como mera coincidência, quando se amplia o olhar para além das fronteiras. Compreender as conexões (voluntárias ou não) entre eventos que se mostraram relevantes para o destino de africanos(as) e afrodiaspóricos(as) é parte do avanço com que pretende contribuir esta tese. Não se trata, no entanto, de desprezar a multiplicidade de fatores envolvidos, mas de tratar de apontar certo nexo entre informações aparentemente dispersas.

O colapso e a lenta agonia do tráfico transatlântico de africanos escravizados estabeleceram profundo impacto no pensamento das elites brasileiras no Séc. XIX (AZEVEDO, 2004). A independência do Haiti em 1803, que teria servido de refúgio para o revolucionário Simon Bolívar, em 1815, e contribuído incisivamente para o fim da escravidão nas Américas, deixou em alvoroço escravagistas em todo o continente. Multiplicaram-se sobremaneira neste período, por todo o Brasil, os quilombos, mocambos e terras de preto (REIS; GOMES, 1996). Também é do início do Sec. XIX o primeiro registro escrito da palavra candomblé no Brasil[76], que vai substituindo gradualmente a designação Calundu, preponderantemente utilizada até fins do Séc. XVIII (SILVEIRA, 2010). Esta mudança, ainda que preserve as referências às práticas terapêuticas aí desenvolvidas, vai estabelecer novos parâmetros para os modos de organização política dos africanos no Brasil.

> Entretanto, a gênese do Candomblé não pode ser reduzida a uma posição de 'classe' ou a uma simples resposta de resistência à escravidão, e deve ser *também* encarada como resultado ou efeito do encontro intra-africano, possuindo uma relativa autonomia em relação à sociedade mais abrangente decorrente da sua própria *dinâmica interna.* A reatualização das práticas religiosas africanas podia responder às estratégias contra o infortúnio, que iam além da escravidão, ou satisfazer a necessidades de solidariedade grupal ou complementaridade dialética inerentes à micropolítica africana (PARÉS, 2007, p. 127, grifo do autor).

Boaventura de Souza Santos indica que, nos países centrais do sistema mundo, tem início no Séc. XIX o desenvolvimento do moderno Estado Liberal impulsionado pelas transformações decorrentes da re-

76 "Porém sabemos que um ano antes, em 1807, nas terras da fazenda Boa Vista, pertencentes ao engenho de Hermenegildo Netto, no distrito Madre de Deus (perto de Santo Amaro), existiu uma congregação ritual aparentemente mais estável, liderada por Antônio, um jovem escravo angola. Antônio foi preso e identificado nos documentos como 'presidente do terreiro dos candombleis'. Trata-se do primeiro registro conhecido da palavra candomblé, um termo provavelmente de origem banto. Nessa expressão, 'candombleis' parece utilizado como sinônimo de batuque, podendo referir-se a práticas de cura e/ou adivinhação, mas o título de 'presidente' sugere uma incipiente organização hierárquica de uma coletividade religiosa" (PARÉS, 2007, p. 126).

volução Industrial. No recém independente Brasil imperial tem início o esforço por alterar a demografia do país, que era composta por mais de 2/3 de africanos(as) e sua descendência, com a importação a partir de meados daquele século de colonizadores europeus.

Somente no Século XIX os impérios coloniais europeus adentraram as profundezas do continente africano, estabelecendo assentamentos distantes do litoral. O desenvolvimento pela medicina de fármacos capazes de auxiliar os europeus na profilaxia das endemias abundantes na África e o desenvolvimento da metralhadora foram fundamentais no esforço para esmagar progressivamente a autonomia política de diversas sociedades africanas.

A Inglaterra do século XIX é ao mesmo tempo a principal arquiteta do imperialismo que atinge a África em sua versão mais moderna e liberal, berço do darwinismo, e vanguarda da luta abolicionista no velho mundo. Francis Galton (1822-1911), nascido em 1822, de uma família abastada da Inglaterra Vitoriana, esteve de várias maneiras vinculado a estas três facetas do legado britânico. Foi explorador nomeado pela Sociedade Real de Geografia em expedições pelo Egito e a chamada "África Inglesa", recolhendo dados cartográficos entre os atuais territórios de Angola e da África do Sul. Funda a pesquisa antropométrica e cria diversos instrumentos de medição do físico humano, como o método de análise de digitais. Cria também uma série de testes, hoje conhecidos como testes de Q.I. Estas invenções e outras serão utilizadas como ferramentas para a sua defesa do "melhoramento da raça", a ser colocada em prática com urgente prioridade nas colônias africanas e nos países tropicais. A Eugenia anunciava sua capacidade para caracterizar e alterar os padrões de doença, saúde e criminalidade com base no conhecimento das raças. Galton esperava poder tornar a raça inglesa mais apta para cumprir com suas vastas oportunidades imperiais (DIWAN, 2007, p. 21-46). A ciência eugênica de Francis Galton pode ser tomada como um importante marco que influenciou o pensamento científico em todo o mundo, incluindo o Brasil. Porém outros importantes pesquisadores, prestigiados membros da comunidade científica de sua época, como o biólogo Charles Benedict Davenport (1866-1944), também merecem ser lembrados.

Davenport foi um entusiasta da Eugenia e teve apoios importantes para o desenvolvimento de suas pesquisas, como do império petrolífero dos Rockfeller, da indústria do aço de Carnegie, e das ferrovias de Harriman. Tais pesquisas foram determinantes para a aprovação da proibição de casamentos entre raças, assim como para a orientação geral da política de imigração dos EUA. Neste contexto "Médicos ame-

ricanos já aventavam a possibilidade de doenças infecciosas serem um meio natural de eliminação dos humanos inferiores e, portanto, estes estavam propensos a adquiri-las" (UJVARI, 2009, p. 95).

Podemos considerar que este debate já apresentava seu esboço ainda no Sec. XIX, no trabalho de Joseph Antenor Firmin (1850-1911). Ainda que os pioneiros das ciências sociais já houvessem se debruçado sobre as razões e questões da diferença com base no contexto colonial, a questão das condições sociais e da necessidade da igualdade de poder foi considerada primeiro no Caribe. Este antropólogo haitiano é considerado o primeiro intelectual negro a transferir o desafio da luta antirracista para o campo teórico e científico. Sua obra "A igualdade das Raças Humanas", publicada em Paris, em 1885, respondia ponto por ponto às teses de Arthur de Gobineau (MOORE, 2010, p. 10).

No entanto, parece ser mais conhecida fora dos círculos da militância antirracista as trocas intelectuais entre Franz Boas (1858 -1942) e W.E.B. Du Bois (1868-1963). A disciplina da antropologia na forma em que se desenvolveu nos anos em torno da I Guerra Mundial tem Franz Boas reconhecido como um de seus pioneiros. Eriksen (2012) afirma que este judeu alemão viveu grande parte de sua vida como estrangeiro nos EUA, e era considerado marginalizado no ambiente em que vivia. Contradizendo as expectativas, tornou-se professor e mentor de ao menos duas gerações de antropólogos(as) norte-americanos. Alguns anos após conseguir o doutorado pela Universidade de Kiel e exercer funções acadêmicas em Berlim, tornou-se professor da Universidade de Columbia (1899), onde permaneceu até sua morte 43 anos depois. Considerado um dos primeiros críticos do racismo na antropologia, o que levou a ter seus livros queimados em Berlim no auge do regime nazista e a ser certa vez expulso da Associação Americana de Antropologia, rejeitava a correlação automática entre diferenças inatas e características culturais. Elaborou importantes conceitos para o estudo das relações de poder entre diferentes grupos humanos como o princípio do *particularismo histórico* e do *relativismo cultural*, que pressupõem como desejáveis as relações equilibradas e de não intervenção.

É na 1.ª Guerra Mundial que se encontram as primeiras organizações de luta pelas independências africanas e asiáticas. Milhares de homens das colônias que haviam combatido nas fileiras das forças militares das metrópoles pela liberdade (de seus/uas colonizadores/as) passaram a organizar-se em seus países. Esta mobilização pela descolonização terá enorme impacto nas relações futuras entre distintos povos no mundo inteiro, destacadamente para os afrodiaspóricos.

> Embora vitalmente importante por si mesma, a libertação da África também opera como um paralelo para a aquisição da autonomia negra em geral. Ela é normalmente apresentada como ponto homológico de referência por meio do qual o progresso local ou mesmo individual ruma a várias formas de autodeterminação que poderia ser avaliado em relação a dinâmica mundial envolvida (GILROY, 2001, p. 243).

Também durante a primeira guerra ocorre o trabalho de campo de Bronislaw Kasper Malinowsky (1884-1942) nas Ilhas Trobriand, que deu origem ao que foi considerada como "possivelmente a obra mais revolucionária na história da antropologia" (ERIKSEN, 2012, p. 55). Em 1910, Malinowski foi estudar com Charles Seligman (1873-1940) na *London School of Economics and Political Science (LSE)*. Como Seligman não conseguiu fundos para envia-lo ao Sudão, terminou realizando seu famoso trabalho de campo no Oeste do Pacífico. Para esta pesquisa recebeu subvenções do Departamento Doméstico e de territórios da Comunidade Britânica (MALINOWSKI, 1997, p. 17). Anos depois (1938), este polonês que havia se doutorado em 1908 na Cracóvia (então parte do Império Austro-húngaro), foi para os EUA e lá residiu até falecer no mesmo ano que Franz Boas (1942). Seu maior legado foi a adoção da "observação participante" como método padrão para a pesquisa etnográfica, o que pressupõe a atuação de um indivíduo sozinho, sujeito a uma imersão contínua e prolongada no campo[77].

> Malinowski chamou a atenção para o detalhe e para a importância de captar o ponto de vista do nativo, e parte de sua reação contra seus predecessores imediatos nasceu de um profundo ceticismo com relação a teorias ambiciosas. Percebemos aqui a semelhança com Boas, reflexo da educação alemã de ambos. Malinowski se distinguia de Boas, porém, em sua relutância em envolver-se com qualquer forma de reconstrução histórica. Com Radcliffe-Brown ele empreendeu uma campanha anti-evolucionária – e anti-histórica – tão bem-sucedida que o tema ficou proibido na antropologia britânica durante quase meio século (ERIKSEN, 2012, p. 58).

Londres parece ter abrigado, em determinado momento, uma certa antropologia tributária do colonialismo sobre a África que se desenhava desde fins do séc. XIX e o princípio da organização da política anticolonial de origem americana que teria profundos impactos sobre o continente africano. Para cada uma destas iniciativas uma metodologia se rascunhava no início do Séc. XX. Enquanto na antropologia se propunha com a observação participante a necessidade de conviver

77 "O que ele não fez de forma significativa foi contextualizar os trobriandeses dentro de um contexto histórico e regional mais amplo. Nisso, ele ocupa uma posição diametralmente oposta à do seu colega francês, Marcel Mauss, que era um especialista sobre o Pacífico, com um conhecimento mais vasto e mais profundo da história da região do que Malinowski, mesmo sem nunca ter estado lá" (ERIKSEN, 2012, p. 57).

com os/as outros/as (sem se tornar efetivamente um deles) para melhor compreende-los (las), preferencialmente aprender sua língua para alcançar a ainda buscada fusão de horizontes[78], o Pan-africanismo irá expor a contradição perversa da subordinação racial e o desejo de livrar-se do convívio com os(as) opressores(as). Enquanto o trabalho de campo baseia-se no ir-ver-voltar, o pan-africanismo lutou pela liberdade e autodeterminação, atualizando a luta antiescravista que buscava livrar-se do controle imposto pelo olhar do (a) outro (a). Du Bois já incorporava conscientemente sua própria jornada na estrutura narrativa de seus textos e críticas que elaborou por meio de uma extensa investigação da história do pós-guerra civil no sul dos EUA (GILROY, 2001, p. 249-250). Irá fazer parte da aliança política anticolonial que remonta aos primeiros anos do Séc. XX "quando Du Bois e Gandhi (na época advogado na África do Sul) assumiram seus lugares [...] no Congresso Universal das Raças em Londres em 1911" (GILROY, 2001, p. 279).

William Du Bois está entre as lideranças negras dos EUA e do Caribe que se destacam nos Congressos Pan-Africanos, já no 1.º congresso Pan-Africano que se dá em Paris em 1919, mas também tem participação ativa nos demais: o 2.º em Paris, Bruxelas e Londres em 1921; o 3.º em Londres, Paris e Lisboa em 1923; o 4º em Nova Iorque em 1927 (mesmo ano em que se forma em Bruxelas a Liga Contra o Imperialismo), e o 5º em Londres. As cidades de Paris, Londres, Berlim e Nova Iorque são fundamentais para as narrativas de origem tanto da antropologia quanto do Pan-africanismo.

Du Bois havia tratado do tema das mudanças sociais em "Almas da gente negra", publicado em 1903 e posteriormente em 1935 em seu livro "Reconstrução Negra na América". Nestes trabalhos, os temas da mudança social são fartamente abordados a partir da descrição detalhada, por vezes em primeira pessoa, da experiência dos povos negros vivendo no sul dos EUA na passagem de fins do Sec. XIX para início do Sec. XX. Seu debate com Booker Taliaferro Washington (1856-1915) ressalta justamente a necessidade de incluir a dimensão histórica e as condições materiais na análise da situação social das pessoas negras nos EUA, e não apenas considerar o que ocorria naquele momento específico enquanto promessa para o futuro. Seus textos consideram que os EUA devem ser entendidos como um só país, apesar de conter diferentes povos com experiências entrelaçadas vivendo nele.

> Du Bois tendo deixado a sociologia acadêmica pelo ativismo em prol dos direitos civis, conectou questões raciais na metrópole com mo-

78 "Nela ele deve viver como aquele que registra e analisa, mas nessa condição, não pode compartilhar por completo os costumes e valores do povo, por mais que os admire ou os desaprove." (MALINOWSKI, 1997, p. 19).

> vimentos no mundo colonial e, crescentemente, com a estrutura do capitalismo global. [...] A dominação colonial na África permaneceu inabalada e Du Bois, retornando à academia nos anos 1930, não encontrou público para suas visões internacionalistas (CONNELL, 2012, p. 326-327).

Du Bois foi o primeiro negro a obter doutorado na Universidade de Harvard, professor de sociologia, história e economia na Universidade de Atlanta, fundador da Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor (NAACP na sigla em inglês), organizador de vários congressos Pan-Africanistas. Sua obra foi retomada criticamente no campo dos Estudos Culturais e Pós-Coloniais, em especial nas leituras propostas por Paul Gilroy (2001) e Kwame Anthony Appiah (1997). É considerado um pioneiro nos estudos críticos sobre a construção do poder da brancura.

Sabe-se hoje que Du Bois dialogava em sua época com Franz Boas, e foi utilizado como referência bibliográfica pelos discípulos mais próximos da Escola Culturalista Norte Americana preocupados com a questão racial.

> [...] no mesmo período que Durkheim e seus colegas estavam construindo o olhar imperial dentro de sua sociologia, outros cientistas sociais franceses empreenderam com intelectuais do mundo islâmico diálogo sobre modernidade, colonialismo e cultura. Na mesma geração, Du Bois mudou o foco sobre as relações raciais dentro dos Estados Unidos para uma perspectiva fortemente internacionalista, com atenção particular para a África. Na primeira metade do século vinte, intelectuais negros africanos como Sol Plaatje e Jomo Kenyatta dialogaram com a metrópole por meio das ciências sociais, assim como das lutas políticas. O mainstream da sociologia metropolitana fez pouco uso destes contatos, mas essa outra história também é real e hoje precisamos construir a partir dela (CONNELL, 2012, p. 331).

Assim é possível reconhecer que, apesar de um contexto em que certas posições hegemonizaram o campo das ciências sociais no início Séc. XX, outros posicionamentos se colocaram em debate. Alguns aspectos desta diversidade de posições tiveram pouco ou nenhum eco no debate acadêmico que ocorria no Brasil. Foi parte considerável das preocupações iniciais dos(as) pesquisadores(as) que irão configurar o quadro canônico das ciências sociais brasileiras questionar o lugar dos(as) ascendentes de origem negro africana na conformação do futuro do povo brasileiro enquanto nação moderna. Ainda que a situação política de subordinação dos povos africanos servisse como argumento para a naturalização da desproporcional presença de afro-brasileiros(as) nos estratos sociais mais desfavorecidos, entendia-se que os(as) negros(as) do Brasil tinham pouca ou nenhuma relação com o que se

passava nas nações do continente africano naquele momento. A África que porventura sobrevivia em ilhas no Brasil era um retrato do passado, de tradições e de um pensamento congelado no tempo e fadado ao desaparecimento pela marcha inexorável do progresso. Conforme tratado no capítulo anterior, havia sido estabelecido certo consenso sobre quem representava a melhor fração do Brasil, aquela parte que deveria receber os melhores investimentos para que frutificasse e pudesse ser a imagem do país na comunidade internacional. O Brasil do futuro que se deveria desejar era considerado como progressivamente cada vez mais branco. Roquette–Pinto, ao comentar os possíveis critérios para a escolha da representante do Brasil no concurso de miss universo sugeriu:

> Assim não deverá ser a 'brasiliense–tipo', mas será 'um tipo de brasiliense branco' – dentre os quais já se podem apontar com certa precisão. Mas é de todo necessário que se avizinhe ao ideal desejado. Nesses termos, o 'concurso das misses' toma o aspecto de uma prova eugênica (ROQUETE-PINTO, 1978, p. 16).

E acrescentou logo adiante "Não é para medir beleza; mas tratando-se de determinar a mais bela representante da 'mulher branca do Brasil', deve-se começar pelo princípio" (ROQUETE-PINTO, 1978, p. 18). Noções de saúde, vitalidade e progresso social estiveram umbilicalmente integradas ao modo de descrição do lugar social que deveria ser reservado aos(as) negros(as) na sociedade brasileira e às perspectivas em relação ao futuro do país. A imigração de europeus(ias) foi estimulada por décadas, como um projeto de Estado, visando o que se compreendia como aprimoramento do estoque demográfico do povo brasileiro, seu branqueamento e aumento de sua capacidade produtiva nos moldes das sociedades europeias. Houve, como contraparte, uma atuação contundente no campo da saúde estabelecendo as distinções que penetrariam capilarmente na escolha daqueles aos quais esteve associada a saúde e a doença. Na lenta construção de um aparato público e oficial para a promoção da saúde dos(as) brasileiros(as), esteve em discussão quem deveriam ser atendido(a), como, e por quem.

Já desde pelo menos meados do Séc. XIX que o percurso da saúde pública no Brasil estava vinculado às políticas de dominação e às ideologias raciais adotadas pelos cientistas da Higiene.

> A intervenção dos higienistas nas políticas públicas parecia obedecer ao mal confessado objetivo de tornar o ambiente urbano salubre para um determinado setor da população. Tratava-se de combater as doenças hostis à população branca, e esperar que a miscigenação – promovida num quadro demográfico modificado pela imigração europeia – e as moléstias reconhecidamente graves entre os negros lograssem o embranquecimento da população, eliminando gradualmente a herança africana da sociedade brasileira (CHALOUB, 1996, p. 9).

Mesmo antes da abolição da escravatura, que até então havia servido como mecanismo de controle social de parte do estoque populacional, aqueles que podiam ser reconhecidos como descendência africana, outrora escravizada, havia sido colocada em suspeição generalizada. A consolidação da categoria de "classes perigosas[79]" já vinha sendo construída nos debates ocorridos entre legisladores (AZEVEDO, 2004), porém a dimensão médica foi sendo incorporada por meio da defesa da racionalidade científica na administração da saúde pública. Estudo feito por Sidney Chaloub demonstra, por exemplo, que a escolha do combate à epidemia de febre amarela como ação prioritária da saúde pública foi motivada por questões raciais.

> Apesar de a linguagem assentada na noção de ambiente continuar a predominar entre médicos e autoridades na virada do século, o fato é que tais personagens haviam passado a atuar a partir do pressuposto de que o objetivo principal das políticas de combate às doenças era promover o embranquecimento da população. Agora vulneráveis, senão à linguagem, ao menos às consequências últimas das teorias racistas europeias e norte-americanas, os brasileiros inventaram um racismo à sua feição: ao combater a febre amarela e negligenciar as doenças que flagelavam a população negra, os doutores, na realidade procuravam *mudar o ambiente com o intuito de auxiliar a natureza*. E o trabalho da natureza, coadjuvada pela imigração e pela miscigenação, era a eliminação paulatina da herança africana – isto é, a herança da 'raça inferior' – presente na sociedade brasileira (CHALOUB, 1996, p. 95).

Ao mesmo tempo foram sendo tanto estudadas quanto desqualificadas as práticas e saberes de cura herdadas das sociedades africanas. A construção do ofício e da oficialidade da medicina se deu em embate e repressão às instituições terapêuticas ameríndias e afrobrasileiras. Não bastava deixar de oferecer aos(as) negros(as) o tratamento legitimado pelo Estado e imputar moralmente a estes a causa de sua própria desgraça, havia de se garantir que estes(as) não poderiam perpetuar livremente outras concepções para os cuidados em saúde. Suas práticas e terapêuticas foram taxadas como focos de proliferação de doenças. O aprofundamento da repressão estabelecida no Brasil republicano ao candomblé, à capoeira, ao samba, às casas de cura, às casas de angu, e outros espaços e formas de sociabilidade, certamente tiveram impacto direto nas condições gerais de saúde entre os afrodescendentes. Os cuidados com o corpo, as formas particulares de energizar ritual e cotidianamente a vida, as estratégias comunitárias para garantia da segurança alimentar e nutricional passam a fazer parte do superado, exótico e primitivo passado colonial.

79 "Não há como esquecer, por outro lado, a longa história de patologização e racialização dos pobres. Uma patologização racializada, que elegeu a sexualidade e suas 'aberrações', exotismos e 'desvios', como campos fundamentais, nos quais o olhar branco (assim reivindicado) e científico fez vir à tona personagens de raça e sexo" (PINHO, 2008, p. 258).

> Os negros e índios, na política republicana, são apropriados como objetos culturais, símbolos e marcos fundadores de uma civilização brasileira, mas tem negado o direito a uma existência singular plena como membros de grupos étnicos. Estes são marcos da fronteira da civilização brasileira, remanescentes dos antepassados que criaram a nação, restos, vestígios das origens (GUIMARÃES, 2012, p. 121).

O que não significa dizer que os(as) negros(as) estiveram passivos durante o período republicano, olhando de fora o *mundo dos/as brancos/as*, "eles se organizaram e propuseram soluções para os problemas de discriminação e do preconceito" (ANDREWS, 1998, p. 13).

Antes de Roquette-Pinto, outro médico tem sido reconhecido como o primeiro a tomar os(as) africanos(as), sua cultura e descendência como objeto de investigação científica no contexto brasileiro – Raimundo Nina Rodrigues, professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da Bahia.

Atendeu Rodrigues ao chamado feito por Silvio Romero em 1888, compreendendo que estava sendo desperdiçada a oportunidade de explorar algo mais dos(as) africanos(as) – sua cultura – além da força de trabalho, sua liberdade e suas vidas. A ciência brasileira, segundo Romero, estava em desgraça, carregada de profunda vergonha. Perdia com a abolição da escravatura a melhor das oportunidades para fazer dos(as) negros(as) que habitavam as senzalas e cozinhas do país, objetos de ciência, ainda que "malgrado sua ignorância". Preocupou-se que antes de morrer os povos conhecidos como moçambiques, benguelas, monjolos, congos, cabindas e caçangas não oferecessem aos(as) brasileiros(as), como um tributo final daqueles(as) que viveram apenas para servir a seus(uas) senhores(as), os conhecimentos sobre línguas e religiões africanas antes que outras nações além do Brasil as tivessem.

Manuel Raimundo Querino (1851-1923) que se opunha à tese de branqueamento do Brasil e reconhecia os(as) africanos(as) como elemento civilizador do país, buscou no Frei Beneditino Camillo de Monserrate o apelo original para o campo de estudos em que seu contemporâneo Nina Rodrigues foi pioneiro. Porém, o negro Querino nunca obteve em seus escritos a mesma projeção que a profícua obra do médico branco Nina Rodrigues.

Sob a égide do "problema do Negro no Brasil" é que Nina Rodrigues trouxe seu saber médico, logo se desenvolvendo para proposições de Higiene Social. Rodrigues reconhecia nos(as) Negros(as) "uma população de aparências juvenis e vigorosas, possíveis germes de precoce decadência [...] em busca de reparação e profilaxia" (RODRIGUES, 2010, p. 9). Em *Os Africanos no Brasil*, livro póstumo publicado por discípulos em 1933, está um balanço da produção bibliográfica de

Nina Rodrigues entre 1890 e 1905, e respostas aos comentários feitos por outros pesquisadores sobre seus artigos e pesquisas. O prefaciador da obra, ainda que admita equívocos de seu mestre ao considerar as pesquisas feitas após seu falecimento em 1906 – citadamente os estudos de Leo Frobenius (1873-1938) na África – trata como "insubstituíveis e indispensáveis as revelações de Nina Rodrigues" (RODRIGUES, 2010, p. 6). Ou seja, décadas depois permanece dando validade às assertivas contidas neste livro e ao conjunto dos escritos de Nina Rodrigues.

Nina Rodrigues ao enfocar o debate abolicionista que derivou na extinção da escravidão no Brasil, acusou de iludidos aqueles que buscaram emprestar aos negros a mesma "organização psíquica dos povos brancos mais cultos" projetando sobre os primeiros "qualidades, sentimentos e dotes morais ou ideias" que não poderiam ter. Em descrédito a estas suposições, advogou que a História "nos mostra a escravidão como um estádio fatal da civilização dos povos" (RODRIGUES, 2010, p. 11). A escravidão era para este um desígnio irremediável, necessário e benéfico ao desenvolvimento civilizacional dos(as) africanos(as). O autor fez coincidir em sua análise certo estágio de desenvolvimento civilizatório e a organização psíquica necessária para aderir a certos valores e qualidades morais. Esta condição ótima do desenvolvimento psicológico somente podia ser encontrada entre brancos(as), jamais entre negros(as).

> Se conhecemos homens negros ou de cor de indubitável merecimento e credores de estima e respeito, não há de obstar esse fato o reconhecimento desta verdade – que até hoje não se puderam os Negros constituir em povos civilizados [...] Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções (RODRIGUES, 2010, p. 12).

Ao mesmo tempo em que defende este entendimento da desigualdade biológica entre distintos humanos, afirma não haver prejuízo social baseado na raça no Brasil, e que, ao contrário, existia viva simpatia pelo(a) Negro(a) brasileiro(a). Enquanto considerava biologicamente inferiores os(as) negros(as), nada mais justo supor que como socialmente inferiores sejam tratados. Imensamente generosos e benevolentes eram os(as) brasileiros(as) brancos(as) que os(as) trataram quase como iguais. O que existiu, segundo o autor, era um Problema Social da Raça Negra decorrente do fim do sistema escravista. Ou seja, os(as) negros(as) tornaram-se um problema social a partir do momento que findou a escravidão, e passaram a reivindicar a cidadania republicana, passando a constituir um dos fatores da inferioridade dos(as) bra-

sileiros(as) como povo[80].

Aí esteve assentado um dos componentes originais do argumento que propugna a ausência de discriminação racial no Brasil – ou seja, os(as) africanos(as) são tratados enquanto inferiores socialmente, reconhecidos(as) como retardatários(as) na evolução da humanidade, porém não são totalmente segregados(as) na convivência. É com a melhor adequação ao meio e a mestiçagem que progressivamente os elementos intermediários absorveriam os melhoramentos necessários para a superação do atraso. Àqueles(as) situados(as) em um estágio distante demais para serem atraídos(as) pela melhor cepa, a ação irremediável da natureza, principalmente através da debilitação das condições de saúde, faria desaparecer da face da terra. O esforço feito no Brasil pela dádiva da convivência com os(as) brancos(as) para retirar os(as) africanos(as) e sua descendência de sua condição lastimável foi apontada como a mais contundente evidência de que eram valorizados(as) além do merecimento devido. Para, além disto, deveriam, individualmente, apresentar as melhores características para fazer merecer o tratamento de quase-brancos, ainda que fossem considerados de fato como humanos incompletos.

Pinho (2008) destaca duas das principais vias na construção de subordinações que relacionam sexualidade e a raça. Ainda que a constituição da alteridade cultural considere a sexualidade na formulação da diferença entre "nativos/as" e "civilizados/as", quando racializada, esta diferença se expressa em termos morais. E esta moralidade, se coloca na arena de disputa por legitimidade tanto pela negação quanto pela afirmação.

> Tanto produzindo um limite epistemológico para a diferença corporal, sustentada pela política; como de inverso, fazendo uso da experiência etnográfica como um laboratório para desmistificar interpretações autocomplacentes, baseadas na rígida disciplina e no controle da sexualidade. No primeiro caso, vemos como a sexualidade 'nativa' parecerá aos observadores europeus estranha, exótica, livre dos freios da civilização e sinal indelével, como a nudez primitiva, da irredutibilidade cultural dos outros diante de 'nós', brancos civilizados. No segundo caso, a mesma perplexidade diante da diferença leva a projetar nos 'nativos', fantasias ou esperanças libertárias, a partir das quais poderíamos olhar para a 'vida sexual dos selvagens' como uma alternativa concreta e histórica para as moralidades repressivas e sexofóbicas da cultura europeia hegemônica (PINHO, 2008, p. 257-258).

80 "Para alguns intelectuais brasileiros, os obstáculos representados pela base racial eram insuperáveis. Leitores de teóricos como Gobineau, Agassiz e Le Bon viam em um programa intenso de imigração europeia uma saída para a intensa miscigenação racial que caracterizaria a nação brasileira. Nesse período, cruzamentos raciais produziriam seres degenerados física e mentalmente. A mestiçagem era vista como um indício de inferioridade da população brasileira e como o principal problema da nacionalidade. Era nessa perspectiva, portanto, que o grande problema do Brasil parecia radicar-se no povo que, no limite, deveria ser substituído. " (LIMA; SÁ, 2008, p. 68).

A repulsa racista ou o desejo antropofágico são duas faces da mesma moeda, que exibe no corpo racializado de outrem os limites da própria moral sexualizada. Ou como propôs Foucault:

> O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global. Devem-se admitir, portanto, três ou quatro teses contrárias à pressuposta pelo tema de uma sexualidade reprimida pelas formas modernas da sociedade: a sexualidade está ligada à dispositivos recentes de poder: esteve em expansão crescente a partir do Século XVII; a articulação que a tem sustentado, desde então, não se ordena em função da reprodução; esta articulação, desde a origem, vinculou-se a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elemento nas relações de poder (FOUCAULT, 2012, p. 118).

Utilizando como base relatórios médicos, Nina Rodrigues afirmou a impossibilidade de aclimamento de negros(as) na região sul do país, assim como de completa inadaptação dos(as) brancos(as) da região norte. Vale destacar que muitos dos conceitos para a análise da situação dos(as) negros(as) no Brasil foram extraídos diretamente da botânica, como a noção de aclimamento ou aclimatação. Tratados por Nina Rodrigues como Raça Fraca, os(as) negros(as) no Brasil, pela sua expressão numérica e o amplo e franco mestiçamento, deveriam ter consideradas suas características, já que "gravita o desenvolvimento cultural de nossa capacidade cultural e no sangue negro havemos de buscar, como em fonte matriz, assim como algumas de nossas virtudes, muitos dos nossos defeitos" (RODRIGUES, 2015, p. 20). Ao analisar a presença e persistência de manifestações culturais bantos no Brasil como a coroação de rei Congo na festa de Nossa Senhora do Rosário, observada na Bahia e em Pernambuco, afirma que tais manifestações de sentimentos religiosos serviriam como prova de que estes são "poderosos nas instituições das raças e povos incultos e inferiores" (citação?), como os bantos. Ou seja, certas formas de manifestação e prática religiosa serviam para identificar distintos níveis de desenvolvimento psicológico, assim como certos graus civilizatórios dos povos. "O curioso processo de reforçar-se o efeito moral ou espiritual das orações pelo feito material da sua ingestão é um atestado mais eloquente da impossibilidade em que se acham os negros de dispensar as práticas fetichistas" (RODRIGUES, 2015, p. 74).

Seguindo o argumento deste autor, o negro verniz pigmentário que deu aparência de uniformidade étnica entre os africanos não refletiu a diversidade de povos pretos. Nina Rodrigues replicou o modelo de oposição norte-sul também para distinguir povos africanos, opondo

Bantos e Sudaneses, como grupos distintos em sua origem, herança civilizatória e psicológica. Os sinais mais evidentes do desenvolvimento superior dos sudaneses estariam, de acordo com Nina Rodrigues, no estabelecimento de uma literatura grafada em caracteres árabes. Ainda que grande parte desta literatura fosse de obras religiosas, saber ler e escrever era, para este pesquisador, não um sinal das possibilidades de aprendizado entre os povos do continente africano. Fez sentido para Nina Rodrigues relacionar a presença da escrita entre africanos(as) escravizados(as) com certas aptidões morais e psicológicas entre os(as) islamizados(as), distinguindo-os pela religião, da massa que servia adequadamente para a escravidão e a cristianização. As revoltas, levantes e insurreições de 1813 a 1826, organizados pelos assim nominados Haussas, e as posteriores organizadas por aqueles conhecidos como Nagôs de 1826 a 1835, seriam a prova cabal da superioridade destes africanos em relação aos demais que foram trazidos para o Brasil. O reconhecimento de formas autônomas de transmissão de conhecimento pela escrita, neste país em que os(as) colonizadores(as) europeus(ias) eram em sua maioria analfabetos(as), serviu para interpretar um indicativo de superioridade cultural dentro do grupo de negros(as) que refletia uma distinção biológica.

Ao tratar daqueles que classifica como sudaneses, apresenta certa controvérsia em relação aos Fulas, para em seguida adotar o mesmo esquema classificatório proposto por Giusepi Sergi, que os toma por chamitas:

> É notória a importância dos Fulos, Fulahs, Fulbi, Pulos, ou Peuls, vasta família africana que em larga faixa transversal, se estende na África setentrional, por baixo dos Tibus e Tuaregs. [...] Recusada in limine a ideia de uma origem malaia ou asiática, os Fulahs são tidos hoje como de raça branca, pelos mais autorizados antropologistas e etnógrafos (RODRIGUES, 2015, p. 45-46).

Neste texto fez certa distinção significativa: entre os africanos – todos de idade avançada e prestes a encontrar a morte; e seus descendentes nascidos no Brasil – tratados no seu texto ocasionalmente como pardos ou arioafricanos. Ainda que reconheça a diversidade em termos tanto culturais quanto de fenótipo dos(as) vários(as) africanos(as) trazidos(as) para as Américas em decorrência do tráfico infame, Nina Rodrigues compreende a ausência de continuidade na transmissão desta diversidade em terras brasileiras. Restringe as perspectivas de reconhecimento sobre diferentes formas de construção da identidade negra neste lado do Atlântico Sul à maior influência banto ou sudanesa, em um arco que ao final tende a já não possuir qualquer vínculo com o passado africano.

Nina Rodrigues e Silvio Romero acreditaram que os africanos que representavam a sobrevivência da memória das nações africanas em solo brasileiro estavam em seus últimos dias e levavam para o túmulo qualquer vinculação cultural mais estreita com o continente africano. Entendia que africanos(as) e afro-brasileiros(as) não compartilhavam hábitos, modos de pensar ou viver. Em seus termos, o negro africano era aquele que ainda queria voltar para África, que não havia estabelecido vínculos duradouros com o Brasil. Já o Negro crioulo foi descrito como aquele que adotou o Brasil como pátria, ou seja, nacionalizou-se em (ausência de) aspirações e desejos. Como uma planta, o(a) negro(a) brasileiro(a) seria aquele(a) que se enraizou aqui, aclimatado(a) pela escravidão. Já o(a) negro(a) africano(a) permanecia inadaptado como uma espécie de outras terras que desejara retornar ao seu habitat, ou morrer extinguindo a presença viva da África nestas terras. A morte destes velhos africanos, descritos por Nina Rodrigues como submissos, ordeiros, zelosos e econômicos, estabelecia o cessar de vínculos com o continente africano. O que liberaria então o contingente humano dos(as) negros(as) brasileiros(as) para imiscuir-se definitivamente em brasileiros(as) pelo mestiçamento. Porém, tal mestiçamento não poderia ser feito sem um olhar atento às características que por transmissão biológica iriam surgir nas gerações futuras, afetando as condições gerais de saúde destas.

Levando em consideração que, para Nina Rodrigues, os(as) negros(as) tinham menor desenvolvimento cerebral, o Brasil somente poderia vir a civilizar-se em decorrência do domínio branco. A principal contribuição dos(as) negros(as) seria prover os elementos necessários ao "aclimamento" dos(as) brancos(as) na zona intertropical, desde que devidamente diluídos ou compensados por um excedente de europeus(ias) brancos(as). Afinal, em seus textos, considerou que o desenvolvimento mental de um(a) negro(a) adulto(a) equivalia ao de uma criança branca.

A partir de uma fórmula que considerava que civilização é o resultado da combinação de raça, clima e ambiente, defendeu que a raça de africanos(as) que veio ao Brasil era de melhor estirpe entre os oriundos do continente negro. Quando distinguiu entre africanos(as) mais ou menos brutais, selvagens e degradados(as), considerou que entre aqueles que vieram para o Brasil, alguns(mas) nem eram totalmente negros(as), mas chamitas.

> De fato, a primeira discriminação a fazer entre os africanos vindos para o Brasil é a distinção entre os verdadeiros negros e os povos chamitas que, mais ou menos pretos, são, todavia um simples ramo da raça bran-

> ca e cuja alta capacidade se atestava excelentemente na antiga cultura do Egito, da Abissínia, etc. (RODRIGUES, 2010, p. 295).

Com este e outros exemplos, argumenta que os(as) verdadeiros(as) negros(as) são diferentes dos povos chamitas ou mestiços semitas. Traz cabalmente a impossibilidade de que alguém possa ser "100%" negro(a) e um ser humano pleno de suas capacidades intelectuais ao mesmo tempo.

Sobre as razões para a então suposta tendência ao comportamento violento e criminoso entre negros(as), debateu com psiquiatras acerca das distinções entre atavismo e sobrevivências culturais ou psíquicas. Para Nina Rodrigues, o atavismo dos(as) negros(as) se constituiu a partir de características orgânicas, de natureza hereditária, mas de manifestação alternada entre as gerações. Ainda que resultante de transmissão biológica poderia permanecer em estado latente. Já o que tratou por sobrevivências seriam de fundo social, referendadas pela cultura, com manifestações contínuas ao longo do tempo desde que situadas dentro do mesmo contexto étnico. Ou seja, tendiam a manter-se atuando indefinidamente no tempo com a mesma força, caso não houvesse intervenção externa que as alterasse o curso.

Muitas das conclusões e assertivas assemelhadas às propugnadas por Nina Rodrigues irão persistir inquestionáveis por décadas (ou com sofisticadas adaptações) até que o contexto social e político se torne mais favorável para certas mudanças de paradigma e para o reconhecimento retroativo das contribuições fundamentais trazidas por algumas vozes dissonantes.

2.2. Reações

Evans-Pritchard, o interrogante persistente da citação no início do capítulo, faz parte da geração de antropólogos formados na London School of Economics (LSE), que teve aulas com Malinowski, referência da antropologia na Grã-Bretanha à época. Como resultado de seu trabalho de pesquisa no Sudão assumiu uma posição na Universidade do Cairo quando o Egito ainda era uma monarquia subordinada ao Império Britânico. Atuou naquele período na formação dos administradores coloniais em solo africano antes de conseguir chegar a Universidade de Oxford. Quando voltou para a Inglaterra participou do grupo que incluía Radcliffe-Brown, Meyer Fortes (1906-1983) e Max Gluckman (1911-1975), construindo um refúgio para o estrutural-funcionalismo. Suas pesquisas também contribuíram para o estabelecimento de relações de poder envolvendo africanos, porém de um modo bastante diverso daquele proposto pelo pan-africanismo.

> Acompanhando interesses colonialistas, a Antropologia britânica voltou, posteriormente, a sua atenção particular para o estudo de sociedades da África, que eram política e economicamente mais diferenciadas do que aquelas que haviam sido objeto de suas primeiras pesquisas de campo. [...] Com esses pressupostos de pesquisa e, além do mais, influenciados, direta ou indiretamente, por políticas colonialistas que visavam pacificar e 'civilizar' os colonizados de modo a evitar confrontos sociais, antropólogos optaram por destacar a coesão social em detrimento de análises que pudessem levar em consideração a eventual existência de conflito e contradição (FELDMAN-BIANCO, 2009, p. 31).

Charles G. Seligman, que havia participado da expedição ao Estreito de Torres em 1898[81], foi o pioneiro entre os pesquisadores a investir na mudança de foco da antropologia social britânica do Pacífico para a África. Especialista em Sudão, foi quem supervisionou os estudos de campo de Evans-Pritchard entre os Azande e os Nuer. O tipo de trabalho de campo que se desenvolveu sob a influência metodológica de Malinowski é em termos efetivos bastante diverso do que a escola Boasiana vinha desenvolvendo, no sentido do aprofundamento da desigualdade nas relações de poder, da distância social entre o status de origem dos pesquisadores e o status coletivo das sociedades pesquisadas. A própria imersão de pesquisadores sumariamente imposta aos grupos que permitiu o desenvolvimento do conceito de "observação participante" é, sobretudo, fruto do contexto colonial britânico[82].

A questão de como efetivar a mobilização política em larga escala na ausência de uma liderança centralizada era um problema nuclear desta antropologia colonial, em boa parte pelo desejo de saber como melhor lidar com os povos considerados sem estado ou acephalous, para seguir a metáfora organicista durkheimiana. Eriksen (2012) está entre os autores que levantam dúvidas sobre a submissão da antropologia social inglesa da primeira metade do século XX aos interesses do colonialismo britânico, apontando que o trabalho do historiador da antropologia Jack Goody concluiu que são infundadas estas acusações. Afirma ainda que outros importantes historiadores da antropologia, como George Stocking e Adam Kuper, defendem semelhante posição. Mesmo assim, Eriksen admite que, "no entanto, pode-se ainda dizer

81 "Em contraste com o ideal individualista do trabalho de campo britânico posterior, a expedição a Torres foi um esforço coletivo em que especialistas de várias disciplinas exploraram diferentes aspectos da cultura local. No entanto, devido à alta qualidade e ao impressionante volume de dados coletados, muitos consideram esses antropólogos como os primeiros pesquisadores de campo verdadeiros" (ERIKSEN, 2012, p. 32-33).

82 "Malinowski morou sozinho numa cabana no meio de uma aldeia tobriandesa meses a fio – embora mantivesse seu terno tropical e seu chapéu imaculadamente brancos e apesar de seus diários publicados postumamente [...] revelarem que ele muitas vezes sentia saudades de casa e passava por momentos de desanimo, aborrecimento e cansaço por causa dos 'nativos'" (ERIKSEN, 2012, p. 57).

que os antropólogos britânicos tendiam a interessar-se por pesquisas que direta ou indiretamente legitimavam o projeto colonial" (ERIKSEN, 2012, p. 72).

A construção do limite do objeto de pesquisa, e consequentemente da questão de pesquisa é neste (como em qualquer caso) menos uma escolha arbitrária do pesquisador que vai desencadear possíveis encontros ou desencontros entre culturas, e muito mais um desenrolar de um contexto de interesses de grupos políticos no melhoramento de suas ferramentas de atuação na realidade social. Esta afirmação não se constitui em desrespeito a este cânone da antropologia, na medida em que o mesmo assumiu abertamente que as suas características pessoais influenciaram profundamente a natureza de seu trabalho de pesquisa.

> Além disso, pode-se dizer que, desde que nosso objeto de estudo são seres humanos, este trabalho envolve toda a nossa personalidade – cabeça e coração; e que, assim, tudo aquilo que moldou essa personalidade está envolvido, não só a formação acadêmica: sexo, idade, classe social, nacionalidade, família, escola, igreja, amizades. Tudo que desejo sublinhar é que o que se traz de um estudo de campo depende muito do que se leva para ele. Essa foi a minha experiência, tanto em minhas próprias pesquisas, quanto do que pude concluir das de meus colegas (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 300).

Evans-Pritchard chegou a questionar os limites do trabalho de campo, e da possibilidade de efetiva imersão em outra cultura. De certo admitiu que foi favorecido por realizar suas "pesquisas no Sudão, na época governado pelos ingleses, e cujo Governo e funcionários eram simpáticos à pesquisa antropológica" (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 313). Ele também naturalizou a posse de uma vasta criadagem durante o trabalho de campo, reproduzindo na intimidade do fazer etnográfico, o papel de representante de um poder senhorial[83]. O fato de trazer consigo certas características provenientes do modelo de sociedade em que viveu, o fez considerar ser portador de um poder pessoal que poderia ser benéfico a estes(as) africanos(as) apenas por estar com ele, para servi-lo como necessário em troca da dádiva de sua presença e um pouco de tabaco.

---

83 Evans-Pritchard contou com o apoio de missionários católicos enquanto esteve na região do Bahr el Ghazal, dos funcionários da Missão Americana em Nasser, de quatro carregadores Zande para suas bagagens, de dois empregados (um atwot e um belanda) que lhe acompanharam durante mais de 3 meses de viagem, de um grupo de mulheres recrutadas por um mercador árabe, de um jovem Nuer (Nhial) que carregou e montou sua barraca, além de cozinhar e servir de intérprete e tradutor, de um outro grupo de empregados Zande que caçavam para ele, de duas mulas e de um caminhão. De todo este séquito, Nhial parece ter sido o único considerado digno de ter seu nome mencionado. Das mulheres recrutadas pelo mercador árabe, para tarefas que talvez seja melhor nem investigar, não informou sequer o grupo étnico. Logo, em sua concepção sobre a atividade antropológica, os limites para "viver" a vida do povo que estudou esteve tão balizado pelas condições materiais quanto pelas relações interpessoais trazidas de sua sociedade de origem, admitindo que no campo ele representou em sua ação o contexto mais amplo já estabelecido de relações entre sociedades. Ainda que estivesse entre os Nuer, ele permaneceu sendo tão inglês quanto possível – no que isto significou em termos de recursos a sua disposição e de sua posição social.

> De um jeito ou de outro, sempre se encontram alguns criados – ou melhor eles nos acham – e um ou mais indivíduos capazes e dispostos a ensinar a língua nativa. Essas pessoas tendem a identificar-se com você, de forma que nada que você possui é 'seu', e sim 'nosso'. Eles terão sua pequena glória por terem – eu ia dizer possuírem – seu homem branco, e ficam contentes em apresentá-lo às suas famílias e amigos, e as coisas então vão indo (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 314).

De acordo com Evans-Pritchard, os Nuer não seriam capazes de livrar-se do ciclo de violência em que estavam por si mesmos, já que os limites de sua cultura não ofereciam saída para tais práticas. Sua cultura e comportamento coletivo agia em contradição com as melhores possibilidades de proteger a integridade física de seus membros, ainda que fosse capaz de garantir a preservação do grupo e seus subgrupos enquanto entidades perenes.

> O Nuer briga imediatamente se acha ter sido insultado, e os Nuer são muito sensíveis e ofendem-se com facilidade. Quando um homem pensa ter sofrido dano, não há qualquer autoridade a quem se possa queixar e da qual possa obter um ressarcimento, de modo que ele imediatamente desafia para um duelo o homem que causou o dano, e o desafio deve ser aceito. Não há outra maneira de resolver uma questão, e a coragem de um homem é sua única proteção imediata contra a agressão. [...] A partir de seus anos mais tenros, as crianças são encorajadas pelos mais velhos a resolverem todas as questões lutando, elas crescem considerando a habilidade de lutar como a realização mais necessária e a coragem, como a virtude mais elevada (EVANS-PRITCHARD, 2002, p. 162).

Descreveu os Nuer como resistentes à mudança e hostis ao diálogo, ainda quando pudesse admitir que a violência da administração colonial tivesse certa responsabilidade neste comportamento. Vale reiterar que sua descrição dos Nath não apenas apontava a forma como os compreendia a partir de como se comportavam, mas insistia em apontar como deveriam ser e quais as soluções (coincidentemente as mesmas que o colonialismo britânico oferecia) para chegar a esta nova e melhor condição de vida.

O objetivo inicial da administração colonial de agir de acordo com o princípio do Governo Indireto, dirigindo o país por meio dos 'chefes' tribais e 'sultões' não havia encontrado modo de aplicar-se aos Nuer. Além disto, o convencimento considerado necessário para frear os comportamentos violentos nos termos do projeto colonial não encontrava escuta entre os Nuer, logo não poderia ser alcançado por meios pacíficos. Esta forma de compreender a situação era bastante conveniente para justificar o domínio colonial e suas ações de pacificação violenta[84].

84 "Semelhantes ideias também se refletem no uso de termos eurocêntricos, tais como 'pacificação', *Pax Britânica* e *Pax Gallica*, que descrevem a conquista e ocupação da África entre 1880 e 1914" (BOAHEN,

> Hoje tais brigas são menos comuns, porque o medo da intervenção do governo funciona como preventivo, mas cheguei a ver acampamentos e seções tribais preparados para a guerra e a ponto de lutar, e, numa época, as lutas devem ter sido muito frequentes (EVANS-PRITCHARD, 2002, p. 17).

Entendia Evans-Pritchard que o domínio colonial era o que poderia garantir a paz entre os Nuer, opinião que obviamente não era compartilhada pelos Nath. Como crianças incapazes de tomar conta de si mesmas, precisavam que o colonizador lhes oferecesse uma figura paterna capaz de submetê-los à castração dos comportamentos antissociais. Chegou a destacar inclusive quão benéfica a "intrusão árabe-europeia" foi, já que estas "provavelmente causaram o desenvolvimento dos profetas, com funções jurídicas embrionárias, e uma maior solidariedade intertribal" (EVANS-PRITCHARD, 2002, p. 200). Ao mesmo modo que Nina Rodrigues, considerava os africanos islamizados superiores aos demais, capazes de alcançar um nível de organização então improvável sem a presença do letramento por via dos escritos religiosos.

As práticas de comportamento insubordinado dos Nuer não influenciaram apenas as condições mesmas da pesquisa[85], mas também o ânimo e afinidade com que descreveu o grupo pesquisado. Pode-se imaginar o quão provocador poderia ser (nos anos 1930 ou ainda hoje) que um nativo criador de gado das margens do Nilo adota-se uma postura como esta na presença de um antropólogo inglês, formado no mais prestigiado centro acadêmico da época, enviado em missão pelo poder colonial:

> Quando eu entrava em um campo de criação de gado, fazia-o não somente na qualidade de estrangeiro, como também na qualidade de inimigo, e eles pouco esforço faziam para disfarçar a aversão à minha presença, recusando-se a responder minhas saudações e chegando mesmo a dar-me as costas quando me dirigia a eles (Evans-Pritchard, 2002, p. 17).

Há nítido elogio ao servilismo encontrado entre os plebeus Azande e sua maneira de reconhecer a suposta superioridade cultural dos colonizadores britânicos. Os membros da classe dominante Avongara, que em todos os reinos Zande funcionava como dinastia e aristocracia exclusiva em oposição de seus depreciados súditos, e ainda que em contradição com a franca decadência de sua vida de corte, mantinham uma postura altiva, conservadora e contrária à colonização europeia. Assim os descreveu Evans-Pritchard (1978, p. 16 -17):

2010, p. 10).

85 "Os Azande não me permitiram viver como um deles: os Nuer não me permitiram viver de outro modo que não o deles. Entre os Azande, fui forçado a viver fora da comunidade; entre os Nuer, fui forçado a ser membro dela. Os Azande trataram-me como um ser superior; os Nuer, como um igual" (EVANS-PRITCHARD, 2002, p. 21).

> Em geral, eles são bonitos, muitas vezes talentosos, podendo ser anfitriões e companheiros encantadores, mas costumam mascarar, com uma fria polidez, sua aversão ao novo estado de coisas e aqueles que o impõem. Descobri que, com raras exceções, não tinham a menor utilidade como informantes, uma vez que se recusavam firmemente a discutir seus costumes e crenças, sempre desviando a conversa para outros assuntos... Ingleses em terra Zande não correm o risco de confundir um nobre com um plebeu e vice-versa. Há um toque aristocrático em seu vestuário, na maneira com que se penteiam, no porte da cabeça, no andar, no modo de falar e no tom de voz, na polidez da conversa, nas mãos que desconhecem o trabalho duro e na expressão do rosto, o que revela serem homens cuja superioridade jamais é contestada e cujas ordens são seguidas de obediência imediata.

A atitude de oposição à dominação britânica não foi suficiente para que o pesquisador deixasse de apresentar certa admiração pela altivez da elite Azande, na medida em que estes representavam, desde que guardadas as devidas proporções, a classe com que se identificava em seu próprio país. A nobreza Azande representava no contexto Azande o que a nobreza britânica representava na Grande Bretanha do século XX.

Em um texto publicado originalmente na Inglaterra em 1976, e publicado no Brasil, com tradução de Eduardo Viveiros de Castro já em 1978, Evans-Pritchard reviu algumas de suas posições. A independência do Sudão em 1955, o contexto político no período pós 2ª Guerra Mundial e o processo de descolonização africana[86] já se refletira em uma mudança no tom utilizado pelo autor para descrever sua pesquisa entre os Nuer e de forma mais geral sobre o lugar dos(as) antropólogos(as) no contexto colonial. Como resultado de seu próprio trabalho foi obrigado a lidar com duras críticas à atuação de antropólogos(as) no continente africano. Ainda que com algumas concessões, permaneceu sustentando a crença que era, assim como outros(as) antropólogos(as), vítima da injustiça histórica e da incompreensão dos ignorantes. Defendeu, de forma reacionária, a imposição de certa autoridade no fazer antropológico, ainda que os tempos já fossem outros.

> Mesmo nos países em que os problemas não são especificamente políticos, pode haver – e acho que há – uma atitude hostil para com as pesquisas antropológicas. Acha-se que os antropólogos sugerem que o povo do lugar é de selvagens não-civilizados. A antropologia lhes cheira a colonialismo cultural, a uma afirmação arrogante da superioridade europeia – o branco estudando o negro inferior. E alguns de seus ressentimentos e suspeitas são justificados, pois no passado os antropó-

86 "Tudo que os nativos tinham de fazer, ao tratar com os europeus, nos países governados pelos ingleses, era ter tato e ser humildes. As coisas mudaram. Em primeiro lugar tem sido cada vez mais difícil, até impossível, fazer pesquisas antropológicas em muitas partes do mundo. [...] Em tais países, o antropólogo é considerado um espião, cujos conhecimentos serão usados pelo serviço secreto de seu país; e também é considerado um abelhudo" (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 311).

> logos venderam-se com muita facilidade aos interesses colonialistas. O falecido Dr. Nkrumah uma vez queixou-se a mim de que os antropólogos procuravam fazer o africano parecer o mais primitivo possível: fotografavam pessoas nuas, escreviam sobre bruxaria, fetiches e outras superstições, esquecendo as estradas, portos, escolas, fábricas, etc. Realmente, a antropologia tornou-se – acho que injustamente, e sem que suas intenções tenham sido entendidas – um palavrão para os povos dos estados novos e independentes, especialmente na África (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 311).

Neste momento Evans-Pritchard admitiu existir confrontos postos entre o esforço de pesquisa no qual estava engajado, considerando as relações de poder estabelecidas pela comunidade de antropólogos(as) de sua época, e o projeto político de autodeterminação que se estabelecia através da ação dos(as) africanos(as) e afrodiaspóricos(as), organizados globalmente. É um reconhecimento de que, para utilizar a metáfora do drama social, os atores estavam dispostos a abandonar o roteiro, superar o cenário, inventar outros papéis, destruir o teatro e expulsar a parte desagradável da audiência.

Kwame Nkrumah (1909-1972) também estudou na LSE com Malinowski, nos anos 1940. No entanto, seguiu trajetória diametralmente oposta à de Evans-Pritchard. Nasceu na extrema pobreza em Nkroful na Costa do Ouro, e antes de chegar a Londres estudou no atual Gana (Achimota School) e nos EUA (Universidade Lincoln e Universidade da Pensilvânia). Importante líder Pan-Africanista[87], participou da luta pela descolonização africana e foi sucessivamente primeiro-ministro (1957 a 1960) e presidente (1960 a 1966) do Gana independente, até que um golpe de estado orquestrado pelo Reino Unido com apoio da CIA o obrigou a viver no exílio na Guiné até sua morte em 1972. Foi o líder político da primeira colônia europeia na África que se tornou um país independente, desencadeando um processo irrefreável de descolonização. Um africano que foi de Gana para a Inglaterra, passando pelos EUA durante o regime de segregação, pesquisando, ensinando e publicando vasta obra sobre os povos de seu continente, para voltar à África e lutar contra o colonialismo até sua morte. Em certo momento obteve destacada proeminência no cenário político internacional, inclusive bastante próximo de JFK, católico como Nkrumah. O apoio do então presidente dos EUA não o impediu de referendar uma concepção africana do socialismo durante a tensão da guerra fria, o que parece ter

87 "Na Costa do Ouro, os motins de 28 de Fevereiro de 1948 e a prisão de Kwame Nkrumah levam à fundação (1949) do Convention People's Party e à reivindicação da autonomia (selfgovernment), alcançada por aquele líder na sequência do desencadeamento de um conjunto de manifestações não-violentas (greves gerais, campanhas de imprensa, marchas e boicotes) que Nkrumah designou de 'Ação positiva' e que conduziu à sua vitória nas eleições gerais de 1951 e à independência total do Gana em 1957" (AMORIM, 2010, p. 102).

sido decisivo para o golpe de Estado que sofreu em Gana.

Há pelo menos três títulos deste autor traduzidos para a língua portuguesa desde os anos 1960: "A África deve unir-se" (1963), "Neo--colonialismo: última etapa do imperialismo" (1965); "A luta de classes em África" (1970)[88], além de vários outros escritos originalmente em inglês que foram traduzidas para o francês e o espanhol como parte do esforço revolucionário no terceiro mundo.

Por sua trajetória pode-se imaginar que Nkrumah deveria ser reconhecido como um dos mais ilustres alunos de Malinowski e da LSE. De fato, ter utilizado o mesmo treinamento acadêmico que Evans-Pritchard recebeu para atuar na orquestração de contra poderes, tornou-o uma mancha borrada na genealogia da antropologia social britânica. Esta comparação (e muitas outras possíveis) permite ver que a maneira mais fácil para que um esforço teórico possa ascender no prestigioso mundo acadêmico é servir aos interesses das elites e seguir os desígnios dos poderes instituídos. Por outro lado, deixa como legado a esperança de que é possível ser antropólogo(a) e não ser colonialista em meio a um contexto totalmente favorável para tal posicionamento, se assim a subjetividade permitir[89].

2.3. Expansões

A partir dos anos 1930 ocorreu o florescimento e expansão da antropologia como disciplina, "os primeiros alunos dos fundadores começaram a deixar sua marca no campo e os próprios fundadores ainda estavam no campo" (ERIKSEN, 2012, p. 69). Este processo ocorre em paralelo com o apogeu do colonialismo no continente africano, de 1918 a 1939, com a fixação europeia, a exploração das matérias-primas e a reserva de mercados para exportação de produtos acabados nas metrópoles industrializadas. As colônias passaram a ser encaradas como fatores decisivos para o alargamento do "espaço vital", conceito geopolítico que se vinha impondo nos jogos de poder entre as grandes potências desde o início do século XX.

> Até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados.

88 Disponível em https://www.marxists.org/portugues/nkrumah/1970/luta/index.htm

89 "O etnográfico demanda que o próprio observador seja uma parte de sua observação e isto requer que o campo de conhecimento – o fato social total- seja apropriado de fora como uma coisa, mas como uma coisa que inclui dentro de si a compreensão subjetiva do nativo. [...] Isto porque a etnografia requer que o sujeito se divida em objeto e sujeito no processo de identificação de seu campo de conhecimento; o objeto etnográfico é constituído 'por meio da capacidade do sujeito de auto-objetificação indefinida (sem se anular como sujeito), de projetar para fora de si fragmentos cada vez menores de si mesmo" (BHABHA, 2005, p. 212-213).

> No entanto, nos trinta anos seguintes, assiste-se a uma transmutação extraordinária, para não dizer radical, dessa situação. Em 1914, com a única exceção da Etiópia e da Libéria, a África inteira vê-se submetida à dominação de potências europeias e dividida em colônias de dimensões diversas, mas de modo geral muito mais extensas do que as formações políticas preexistentes, com pouca ou nenhuma relação com elas. Nessa época, aliás, a África não é assaltada apenas na sua soberania e na sua independência, mas também em seus valores culturais (BOAHEN, 2010, p. 3).

Em 1945 teve lugar em Manchester, a 5.ª Conferência Pan-Africana, a primeira em que os delegados africanos suplantaram em número os delegados negros norte-americanos e a discussão centrou-se no desenvolvimento de planos práticos e exequíveis de obtenção da autonomia política através do recurso a movimentos de resistência pacífica e pela organização de partidos políticos de massas. Nesta conferência desempenharam papel de relevo Kwame Nkrumah, e os representantes da corrente do Pan-Africanismo político, com destaque para o jornalista de Trinidad George Padmore (1903-1959), que mais tarde seria o conselheiro de Nkrumah para os assuntos africanos, Peter Milliard (1882-1953), da Guiana Inglesa, o escritor negro sul-africano Peter Abrahams (1919-2017) e Du Bois, que acabaria mais tarde por fixar residência e naturalizar-se ganês, vindo a falecer em Acra em 27 de agosto de 1963.

A sequência de Congressos Pan-Africanos, nomeadamente o de Manchester, daria um impulso decisivo à luta pelas independências africanas. A ruptura final seria determinada pela Conferência de Bandung, em 1955[90], entre cujos princípios se destacava a determinação de pôr fim ao colonialismo. Com as primeiras independências, os Congressos Pan-Africanos deram lugar às Conferências dos Estados Africanos Independentes, a primeira das quais teve lugar em Gana em 1958, nas quais passaram a comparecer também, representantes das colônias em luta pela libertação. É também em 1955 que é fundada a Associação Brasileira de Antropologia.

Na antropologia social britânica dos anos 1950 e 1960, a chamada "Escola de Manchester" irá representar uma das tentativas de adaptação da produção antropológica ao novo contexto global[91]. Cabe

90 "A importância da conferência de Bandung que reunirá vinte e nove países independentes do terceiro mundo, 23 asiáticos e 6 africanos, de 18 a 28 de Abril de 1955, representando 52% da população mundial, reside na sua 'localização' no tempo. A maioria dos países colonizados da Ásia era já emancipada; alguns países de África haviam acedido recentemente à independência política e a maioria dos que permaneciam sob tutela colonial achavam-se já em plena luta pelo acesso à independência" (AMORIM, 2010, p. 108).

91 "A Grande Guerra marcou uma crise do velho imperialismo e desencadeou mudanças maiores no poder global. Os impérios europeus começaram a rachar com a independência da Irlanda e o desmembramento do Império dos Habsburgos. Os sistemas francês, britânico e americano continuaram a expandir assumindo o controle dos territórios otomanos e alemães e aumentando sua penetração econômica na China e na América Latina. Os Estados Unidos emergiram como a liderança do poder industrial. Os anos de 1940 viram a segunda crise do imperialismo, com a ofensiva japonesa contra o poder ocidental na Ásia, a

destacar que parte das inovações alcançadas na chamada "Escola de Manchester" e às pesquisas desenvolvidas no Rhodes-Livingstone Institute (RLI), cujo texto inaugural é "Análise de uma situação social na Zululândia" de 1940[92], atribuem-se em parte à incorporação de assistentes de pesquisa africanos. Em realidade, e obviamente, sempre houve participação de africanos(as) nas pesquisas antropológicas no continente africano. A estratégia assumida por James Clyde Mitchell (1918-1995), então diretor do RLI em admitir africanos na condição de assistentes de pesquisa foi a saída encontrada para contornar a "tensão colonial" e a "falta de segurança" que pesquisadores(as) europeus(ias) poderiam encontrar no campo. Esta participação de pesquisadores africanos foi resultado de uma reação das comunidades estudadas em aceitarem a presença de antropólogos(as) como observadores de suas vidas. Uma participação que hoje é reconhecida como importante, de africanos que não puderam à época desfrutar de reconhecimento individual ou coletivo na comunidade de antropólogos(as), e que contribuiu para modificar o próprio caráter da pesquisa dali em diante [93].

Toda a região da África Austral foi, desde o início da era colonial, influenciada por este ator determinante: a África do Sul. Nesta região se fixaram as primeiras grandes colônias europeias no interior, quando o continente ainda apenas interessava como base de feitorias costeiras, de apoio à navegação para o Extremo Oriente e para as Américas, ou às breves penetrações para comércio de ouro e de escravos. A África do Sul é um caso atípico de colonialismo interno no continente africano, em alguma medida comparável à atuação do Brasil na América do Sul. Já havia presença europeia no que hoje conhecemos como Brasil profundo, ainda no século XVI, como as memórias do forte de Tabatinga na tríplice fronteira amazônica Brasil-Peru-Colômbia não deixam esquecer. A similaridade em termos históricos e de papel na geopolítica foi contemporaneamente reforçada quando Brasil e África do Sul passaram a fazer parte do BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul). Esta comunidade de países afinou este esforço por

independência da Índia em relação à Inglaterra, da Indonésia em relação à Holanda e a guerra vietnamita de libertação contra a França. O poder soviético reconstituiu o antigo Império Czarista, mas sustentou o rompimento com os outros impérios e permaneceu como um desafio para o capitalismo global. Pelo meio do século, os Estados Unidos, armados nuclearmente, tinham se tornado o investidor internacional principal, o poder militar dominante, o centro de comunicações de massa e de uma emergente cultura comercial mundial" (CONNEL, 2012, p. 325).

92 Feldman-Bianco afirma que o texto é de 1940 (p.9) mas em nota no mesmo livro (p.237) explica-se que o texto foi traduzido do original publicado em inglês em 1958. Nas duas datas a RAS ainda não era independente, porém, em 1958 o regime de *apartheid* já tinha 10 anos de instalado. O contexto etnográfico descrito no texto ocorreu em 1938.

93 "[...] a fim contornar as dificuldades de se realizar trabalhos de campo em um clima de tensões e desconfianças tanto por parte de europeus quanto dos africanos, foram contratados africanos para trabalharem como assistentes de pesquisa, cujas influências [...] marcaram e africanizaram a prática de pesquisa da Escola de Manchester" (FELDMAN-BIANCO, 2010, p. 11).

reconhecimento político desta condição intermediária e emergente na geopolítica global.

Em 1931, tornou-se independente do Reino Unido como União Sul Africana, mas já em 1948, assumiu oficialmente o regime de *apartheid*. Em 1961, abandona a Commonwhealth e torna-se República da África do Sul (RAS) mantendo o regime de segregação. Também semelhante ao Brasil que se tornou independente em 1822, mas manteve a escravidão até 1888 e a monarquia até 1889. Ou seja, a independência política foi feita à custa da manutenção da opressão racial e da desigualdade política entre os cidadãos. A influência da RAS, potência regional destacadíssima, viria a ser determinante nos processos de independência que se seguiram à 2ª Guerra Mundial[94].

Gluckman (2010) descreveu a África do Sul como um Estado Nacional composto pelos seguintes grupos raciais: 2 milhões de brancos, 6.5 milhões de africanos, 0.7 milhões de euro-asiáticos/euro-africanos (de cor), e 0.2 milhões de asiáticos. Afirmou ainda que tais grupos raciais eram interdependentes entre si, apesar de dividi-los entre dominantes e inferiores. Esta afirmação coincidiu precisamente com as críticas ao projeto de independência pan-africanista, que compreendia que os países africanos eram insustentáveis econômica e politicamente sem a presença dos colonizadores europeus, que a independência levaria as populações nativas de volta à barbárie e o futuro país patinaria em estágios inferiores de desenvolvimento econômico. Este direcionamento aparece tangencialmente na análise das categorias utilizadas para a definição dos segmentos populacionais: Gluckman distingue em sua análise a posição social de africanos e brancos, e as distinções do ponto de vista racial, político e econômico.

> Pretos e brancos são duas categorias que não devem se misturar, como é o caso das castas na Índia ou as categorias de homens e mulheres em muitas comunidades. [...] Na Zululândia, um africano nunca poderá transformar-se num branco (GLUCKMAN, 2010, p. 257).

Por vezes parece igualar as categorias branco e europeu, mas ao mesmo tempo também fala de "africanos brancos" ou "comunidade africana branca" (op cit., p. 238). Em outro momento classifica os zululandenses como um contingente formado por brancos e zulus, enquanto o termo *zulus* seria restrito apenas a africanos. Ou seja, aparentemente

94 "Na África Subsaariana as independências desenvolveram-se em duas vagas e estas revestiram-se de dinâmicas distintas. A primeira vaga, nos finais da década de 50 e princípios da de 60, só tardiamente atinge a África Austral: Tanzânia, Zâmbia e Malawi em 1964 e os antigos protetorados britânicos encravados na RAS, Botsuana, Lesoto e Suazilândia entre 1966 e 1968. Com esta primeira vaga criar-se-ia em África uma fronteira entre os Estados independentes de maioria negra e os territórios da África Austral onde vigoravam regimes dominados por minorias brancas, *apartheid* na RAS e na Rodésia do Sul, colónias portuguesas de Angola e Moçambique e Namíbia, administrada pela RAS na sequência de um mandato que fora concedido pela Sociedade das Nações à União Sul Africana mas revogado em 1966 pela ONU" (CORREIA, 2010, p. 113).

europeus e seus descendentes na África poderiam em alguns casos ser ao mesmo tempo brancos e africanos, ainda que a maioria (aproximadamente 70% de acordo com seus dados) dos africanos da África do Sul da época não pudesse desfrutar do privilégio de intercambiarem sua identidade africana (preta) com a condição de europeu, asiático ou qualquer outra. A condição de nativos do continente africano, um território colonizado e segregado racialmente, não permitiria a estes a hifenização ou trânsito de identidades. Ao colonizador, acumulador das referências de branco, africano e europeu estava facultado o direito de delimitar a identidade e o território do outro, e ao mesmo tempo legitimar seu próprio trânsito em diferentes identidades e territórios de acordo com seus próprios interesses.

A análise enfoca na relação de parte de um dos grupos étnicos desta população de africanos pretos "Os Zulus"; em sua área de confinamento eufemisticamente chamada de reserva "A Zululândia"; com alguns dos assim chamados brancos que também são considerados simultaneamente europeus e africanos. A afirmação de que Zulus e europeus cooperam entre si na inauguração de uma ponte, que "Zulus e brancos adaptam, sem coerção, seu comportamento uns aos outros" (op cit., p. 253) referenda uma suposta adesão voluntária e consciente dos Zulus à colonização, aplaude os benefícios alcançados em decorrência deste contexto e minimiza o impacto da violência e do terror racial no estabelecimento destas relações.

A extrapolação feita a partir de um evento, compartilhado por um grupo de Zulus, para as práticas de todos os grupos étnicos de nativos sul-africanos já é em si bastante questionável. Considerando a variedade de identidades possíveis dentro do conjunto classificado como brancos, e considerando a história mesma da África do Sul – com guerras entre bôeres e ingleses, disputa de territórios entre diferentes potências coloniais europeias, e significativa presença de uma comunidade judaica em país com forte cultura antissemita – provavelmente levou a outra extrapolação igualmente descabida. Ou é isto, ou o autor realmente desejava forçar certa ambiguidade na polaridade colocada entre estes dois grupos: o preto-africano versus branco-europeu, estratégia retórica conhecida no Brasil como freyreanismo desde as críticas do pan-africanista Abdias Nascimento à "Casa-grande e Senzala".

> Os eventos ocorridos na ponte Malungwana – planejada por engenheiros europeus e construída por trabalhadores zulus, que seria usada por um magistrado europeu governando os zulus e por mulheres zulus indo a um hospital europeu, inaugurada por funcionários europeus e pelo regente zulu em uma cerimônia que incluiu não somente europeus e zulus, mas também ações historicamente derivadas das culturas euro-

> peia e zulu – devem ser relacionadas a um sistema, que pelo menos uma parte é composto de relações zulu-europeias (GLUCKMAN, 2010, p. 253).

Em qualquer época ou lugar é uma obviedade redundante dizer que a colonização é resultado da relação entre colonizador e colonizado. O aterrador desta análise é sugerir a existência de voluntariedade, concordância, interesse, espontaneidade, e até certo equilíbrio no regime, apesar de sua desigualdade política flagrante:

> A separação transparece em todos os padrões de comportamento zulu-europeu. Entretanto, uma separação socialmente reforçada e aceita pode representar uma forma indireta de associação, na realidade, uma cooperação, mesmo quando levada ao extremo do esquivamento, como testemunha o comércio clandestino na África Ocidental em tempos antigos (GLUCKMAN, 2010, p. 257).

Gluckman compreendeu que a existência de equilíbrio na estrutura social da Zululândia era mantida pela hegemonia do grupo branco, a partir da análise de um episódio declaradamente excepcional. No entanto, estabeleceu fraca correlação desta hegemonia em nível local com as forças extra locais que garantiam o contexto de subordinação dos africanos de todo o continente por colonizadores europeus e seus descendentes vivendo na África. Da mesma maneira destacou que o desenvolvimento futuro dos conflitos imanentes deste equilíbrio temporário seria consequência das contradições e ambiguidades internas ao contexto da África do Sul. Misturando Freud, materialismo histórico e o legado de Evans-Pritchard apontou para a oposição e ambivalência entre as forças desestabilizadoras de fissão (tendência ao conflito) e as forças harmonizadoras da fusão (superação dos conflitos), propôs uma teoria de mudança social hermeticamente fechada nas fronteiras sul-africanas. A análise proposta por Gluckman considera os britânicos como corresponsáveis pelo equilíbrio político dos Zulus, na medida em que estes ofereceram respostas a algumas de suas contradições estruturais e limites organizacionais. Por esta via, pode-se considerar que administração britânica se estabeleceu com facilidade quase natural (ainda que alguma "força" tenha sido empregada), na medida em que atendia demandas que os Zulus tinham, mas não eram capazes de alcançar por si mesmos, devido às limitações de seu modelo de sociedade.

> Há evidências que muitos Zulus estavam cansados de guerras civis e ansiavam pela paz. [...] A força foi o fator fundamental no estabelecimento do governo britânico, mas, enquanto esse domínio destruiu certos valores Zulus, também satisfez outros interesses zulus gerais e seccionais (GLUCKMAN, 2010, p. 300).

Em suma, para Gluckman as possibilidades de estabelecimento do domínio europeu sobre os Zulus na África do Sul foram fruto da combinação entre contradições internas das sociedades africanas e maior desenvolvimento técnico e social europeu, que engenhosamente souberam adequar-se e aproveitar-se, com o menor dano possível à realidade encontrada nesta região[95]. O aparato colonial europeu havia dominado os nativos sul africanos porque os primeiros eram mais maduros enquanto sociedade e mais desenvolvidos tecnologicamente, consequência então da inevitável marcha do progresso da humanidade.

Tais considerações, ainda que superficialmente dialéticas, colidem frontalmente com o internacionalismo de inspiração marxista adotado pelos revolucionários nacionalistas do pan-africanismo[96]. Daí sua necessidade de isolar a experiência das "reservas" da Zululândia do restante dos povos bantus e da história mais ampla de ocupação desta região antes da presença europeia para tornar seu argumento em algo crível. A dimensão histórica é incluída na análise de Gluckman, porém com destacado viés eurocêntrico, naturalizando a condição do grupo dominante como característica intrínseca que define naquele momento a própria região e a identidade dos povos africanos que aí vivem. São ocultados os efeitos do tráfico transatlântico de escravizados africanos, no qual o império britânico teve fundamental participação, tanto para a destruição das sociedades que posteriormente seriam subordinadas a colonização europeia, quanto para o provimento das condições para o desenvolvimento econômico e político dos impérios europeus. A compreensão de que a escravidão africana empobreceu a África e enriqueceu a Europa até o século XIX, com o comércio internacional de seres humanos e o trabalho compulsório para a acumulação de capital que financiou a revolução industrial inglesa, é parte do argumento pan-africanista da época[97].

---

95 Pode-se encontrar certo paralelo entre as concepções de Gluckman acerca dos africanos e as concepções atribuídas a Adolf Hitler acerca dos judeus, segundo Demétrio Magnoli se analisarmos este trecho: "Carentes de 'espírito de sacrifício', de uma solidariedade racial verdadeira, egoístas e covardes, os judeus entrariam em conflitos intermináveis uns com os outros se deixados sozinhos no mundo. Por esse motivo, eles não eram capazes de se organizar num Estado territorial e o 'Estado judeu [...] não tem absolutamente nenhuma fronteira territorial'. Os judeus formariam Estados dentro dos Estados, parasitando as nações" (MAGNOLI, 2009, p. 45).

96 "Os movimentos pan-africanos, fundados sobre as sequelas da escravidão, levaram essas duas abordagens da política negra moderna a se juntarem em uma síntese entre interesses nacionais e transnacionais. Esses movimentos nos permitem perceber manifestações da inquieta sensibilidade política negra, que era obrigada a se mover para lá e para cá pelo Atlântico e ziguezaguear pelas fronteiras de Estados-nações se pretendesse ter alguma eficácia" (GILROY, 2001, p. 225).

97 "Em 1959, sob a liderança de Robert Sobukwe, antigo integrante da Liga da Juventude do CNA, formou o Congresso Pan-Africanista (PAC). Influenciado pelo ganês Kwame Nkruhma e pelo queniano Jomo Kenyatta, Subkwe defendia a unidade geopolítica da África e a ideia de que o continente africano pertencia aos negros. Ele não aceitava os princípios não raciais da Carta da Liberdade e deplorava a colaboração entre o CNA e os brancos do Partido Comunista Sul-Africano" (MAGNOLI, 2009, p. 77).

Um outro aspecto crítico é a noção de progresso contínuo incorporada à perspectiva da modernidade ocidental. Du Bois "adota a interrogação permanente e irredutível do conceito de progresso a partir da perspectiva do escravo" em Almas da Gente Negra, de 1901 (GILROY, 2001, p. 226) e assume a defesa desta posição em parte considerável de seus escritos[98]. Gluckman (2010), que escreve décadas depois, considera que foi a superioridade técnica dos ingleses que permitiu o estabelecimento de uma casta branca na África do Sul, que se refletiu em superioridade bélica, melhores técnicas de cultivo e produção de alimentos, melhor medicina, melhor aparelho de justiça, utilização mais eficiente dos recursos naturais, melhor organização da mão de obra, etc. Seria como se, após limitar o acesso à terra, ao gado, cercear a livre circulação no território e impor o pagamento de impostos, a utilização do terror racial e da violência letal houvessem se tornado meramente acessórios.

> Os pequenos grupos de brancos exercem seu controle sobre os africanos em consequência de sua superioridade técnica. Entretanto, foi o dinheiro, e não simplesmente o revólver Maxim e o telefone, que estabeleceu a coesão social, por meio da emergência de interesses que, apesar de heterogêneos, são comuns a um único sistema econômico e político em que coexistem múltiplos conflitos inconciliáveis (GLUCKMAN, 2010, p. 307).

Em realidade, Maxim era um modelo de metralhadora que se tornou um dos símbolos do colonialismo britânico no continente africano, e que por alguma razão a tradução para o português transformou em revólver[99]. Ainda que a análise do autor deixe entrever a opressão violenta do sistema ["O governo branco foi estabelecido pela força e a ameaça do uso da força o manteve." (op cit., p. 307)] ou a eclosão de

98 "[...] após responder ao incentivo de Franz Boas de estudar seriamente a África na primeira década do século XX, Du Bois começou a recontar a narrativa da civilização ocidental de um modo sistemático que enfatizava suas origens africanas e expressava um desengajamento mais intenso das formas modernas de pensamento, que eram desacreditadas por sua associação com a continuidade da prática da supremacia branca" (GILROY, 2001, p. 227).

99 "[...] em 1880, graças ao desenvolvimento da revolução industrial na Europa e ao progresso tecnológico que ele acarretara – invenção do navio a vapor, das estradas de ferro, do telegrafo e sobretudo da primeira metralhadora, a Maxim -, os europeus que eles iam enfrentar tinham novas ambições políticas, novas necessidades econômicas e tecnologia relativamente avançada. Por outras palavras, os africanos não sabiam que o tempo do livre-cambismo e do controle político oficioso cedera lugar, conforme diz Basil Davidson à 'era do novo imperialismo e dos monopólios capitalistas rivais'. Os europeus já não queriam apenas trocar bens, mas exercer controle político direto sobre a África. Além disso, os dirigentes africanos não sabiam que as espingardas que eles usavam e armazenavam até então, de carregar pela boca (os franceses tomaram 21365 espingardas dos Baule da Costa do Marfim, depois de esmagada a sua última revolta em 1911), estavam inteiramente fora de moda, não podendo ser comparadas aos novos fuzis dos europeus, de carregar pela culatra, com cadência de tiro quase dez vezes superior e carga seis vezes mais forte, nem às novas metralhadoras Maxim, ultrarrápidas. O poeta inglês Hilaire Belloc resume bem a situação: - Aconteça o que acontecer, nós temos a metralhadora e eles não" (BOAHEN, 2010, p. 7-8).

violentos e desesperados episódios de resistência Zulu ["O propósito ostensivo da rebelião de 1906 era enviar os brancos mar afora." (p. 310)], define o contexto como de integração e equilíbrio de um sistema social em transformação. E o domínio branco como principal responsável pelo dinamismo do sistema, pelo progresso econômico e social de todos os envolvidos.

Gluckman argumenta que o treinamento acadêmico nos termos da sociologia (de Durkheim sobretudo) da época, aliada ao esforço de observação participante que havia se tornado a principal ferramenta do trabalho etnográfico na antropologia britânica, permitiria ao pesquisador alcançar a compreensão do funcionamento das mudanças do sistema social desta sociedade racialmente dividida em um nível de abstração inacessível aos membros dos grupos particulares[100], dadas as limitações impostas pelo lugar social que ocupam.

Du Bois irá argumentar que a experiência de ser negro em uma sociedade racista é justamente o que provê a dupla consciência, pelo exercício obrigatório de ter que administrar simultaneamente dois níveis de registro – o de seu grupo racial (relação horizontal) e o do grupo opressor (relação vertical de subordinação), o que permite uma compreensão da realidade social vivenciada completamente inacessível aos membros do grupo social opressor. Ou seja, as teorias defendidas por Gluckman e Du Bois são, não somente, herdeiras de questionamentos e esforços diversos, mas propõem a centralidade da autoridade narrativa em campos opostos e simultaneamente excludentes. Considerando o contexto e a disputa de interesses envolvidos, pode-se entender a produção de Gluckman como parte do esforço da antropologia britânica para refutar o que propagavam, inclusive em Londres, Du Bois e os intelectuais do movimento pan-africanista.

2.4. Movimentos

No mesmo período em que na "Escola de Manchester" buscavam analisar os processos de mudança social nas sociedades africanas com base na leitura das obras de Karl Marx, africanos do continente e da diáspora produziram sua própria leitura do marxismo na atuação revolucionária do Pan-africanismo.

100 "As pessoas percebem sua própria cultura parcialmente e com frequência de forma não acurada, de acordo com padrões sociológicos, e reagem a ela. Portanto uma cultura percebida pelos portadores é geralmente, muito diferente da mesma cultura descrita pelo sociólogo [...] As pessoas vivem dentro da sua cultura, da forma como a percebem, e geralmente estão inconscientes das relações sociológicas que afetam e ajudam a determinar seu comportamento. [...] São essas relações sociológicas que devemos tentar descobrir. Ao analisar uma mudança social, lidamos, em última instância, com relações sociológicas em mudança, e não somente com mudanças superficiais de cultura. Mas, a fim de analisar essas mudanças sociológicas, devemos ser capazes de atribui-las às mudanças culturais que são constituídas pelos fatos que observamos" (GLUCKMAN, 2010, p. 330-331).

O encontro entre o movimento Pan-Africanista e o Movimento de Negritude irá produzir diferenciadas apropriações do marxismo, como Ahmed Sekou Touré (1922-1984) – que oscilou entre o maoísmo e a ortodoxia soviética – ou o marxismo de Aimé Fernand David Césaire (1913-2008) e o do seu antigo aluno de liceu, o psiquiatra, ensaísta e escritor francês revolucionário Frantz Fanon (1925-1961). Fanon, que assim como Césaire era natural da Martinica, travou diálogo com outras figuras importantes do Pan-africanismo como Edouard Glissant (1928-2011), Cyril Lionel Robert James (1901-1989) e Eric Eustace Williams (1911-1981) posteriormente primeiro-ministro de Trinidade Tobago.

> O que era inicialmente sentido como maldição – a ausência de lar ou o exílio forçado – é reapropriado. Torna-se afirmado e é reconstruído como base de um ponto de vista privilegiado a partir do qual certas percepções úteis e críticas sobre o mundo moderno se tornam mais prováveis. Deve ser óbvio que essa perspectiva incomum foi forjada a partir das experiências de subordinação racial. Desejo sugerir que ela representa também uma resposta aos sucessivos deslocamentos, migrações e viagens (forçadas ou não) que passaram a constituir as condições de existência específicas dessas culturas negras (GILROY, 2001, p. 224).

O Pan-africanismo de Fanon rejeitaria o conceito de Negritude e de "descolonização evolutiva", defendendo que só a revolução libertaria o colonizado de seu complexo de inferioridade e desespero, restaurando a auto-estima e constituindo o único meio de acabar com a repressão colonial e o trauma cultural do Terceiro Mundo. Fanon em "Pele Negra, Máscaras Brancas" (1952), o seu primeiro livro publicado, partindo de análise marxista-leninista, avalia o impacto do colonialismo e seus efeitos deformantes nas sociedades colonizadas. Argumenta que o colonialismo branco impôs às suas vítimas negras e colonizadas uma existência falsa e degradante que, através da assimilação, impôs a conformidade do(a) colonizado(a) aos valores distorcidos do(a) colonizador(a).

Diferentemente de Franz Fanon, que demorou 30 anos para ter sua tese traduzida do francês para o inglês, o que pode servir como um fraco argumento para a demora na incorporação de suas contribuições críticas nas ciências sociais no mundo anglófono, Du Bois escreveu em inglês. Ademais era lido e citado por antropólogos, que também escreviam na mesma comunidade acadêmica, 30 anos antes dos trabalhos da Escola de Manchester. Considere-se ainda o fato de que o próprio Du Bois difundiu amplamente estas ideias, tanto em sua atuação como acadêmico, quanto no seio da militância pan-africanista.

> Quando Du Bois propôs em 1901 que a linha de cor era "o problema do século vinte", ele não estava dizendo nada incomum para o período

> [...] A diferença global era persistentemente interpretada em termos de raça. A 'etnografia' de Letourneau pretendia-se uma ciência de diferenças raciais, e sua obra Sociology abriu com uma enumeração das raças humanas, com preta, amarela e branca distinguidas pelo tamanho do crânio. Ward (1897) era confiante que o conflito racial global refletia a superioridade das raças europeias e que o progresso universal era dependente de seu triunfo universal (CONNELL, 2012, p. 317).

Du Bois, apesar das inovações conceituais que trouxe – como o conceito de dupla consciência – não estava propondo um debate sobre objetos absolutamente alheios à pesquisa e discussão acadêmicas. Apenas sua perspectiva é que trazia posicionamentos especialmente diferenciados. De toda maneira, é intrigante que antropólogos(as) ingleses das gerações posteriores que decidiram descrever a questão racial no continente africano pareçam ocultar deliberadamente as contribuições de Du Bois. Partindo da lista de Hegel de povos da história do mundo, assim Du Bois descreve a experiência dos negros nas Américas:

> Depois do egípcio e do indiano, do grego e do romano, do teutão e do mongol, o negro é uma espécie de sétimo filho, nascido com um véu e aquinhoado com uma visão de segundo grau neste mundo americano – um mundo que não lhe concede uma verdadeira consciência de si, mas que apenas lhe permite ver-se por meio da revelação do outro mundo. É uma sensação estranha, essa consciência dupla, essa sensação de estar sempre a se olhar com os olhos dos outros, de medir sua própria alma pela medida de um mundo que continua a mirá-lo com divertido desprezo e piedade (DU BOIS, 1999, p. 54).

2.5. Desnaturalizando a doença

Raymond Von-derlehr dirigiu a divisão de doenças venéreas do Instituto Tuskegee na Universidade do Alabama. Com o apoio do governo dos EUA, através do serviço de saúde pública, iniciou um estudo sobre a sífilis, em 1932. Quase quatrocentos negros infectados com sífilis foram recrutados com a falsa promessa de tratamento, enquanto serviam de cobaias para a observação do avanço da doença. Enquanto as lesões resultantes da enfermidade iam se tornando mais graves, cientistas tornavam-se especialistas em sífilis as custas da saúde destes afroamericanos. Este trabalho de pesquisa persistiu mesmo após as denúncias de semelhantes atrocidades desenvolvidas por cientistas da Alemanha nazista em seus campos de concentração, ou por pesquisadores japoneses na Manchúria ocupada durante os anos 30. Experiências científicas deste tipo passaram a ser duramente rechaçadas pela comunidade internacional após a II Guerra Mundial. Mesmo assim o estudo de Tuskegee foi interrompido apenas em 1972 (UJVARI, 2009).

As histórias de africanos(as) e afrodescendentes, principalmente a partir do século XIX, estão impregnadas de exemplos em que

membros da comunidade científica se valeram do saber acadêmico para produzir deliberadamente prejuízos à saúde e à qualidade de vida destes. Ou, visto de outro modo, a saúde tem sido utilizada há várias gerações para produzir diferenças e desigualdades entre populações brancas e não-brancas, em praticamente todo o mundo.

Como destaca Diwan (2007, p. 10) a Eugenia "com status de disciplina científica objetivou implantar um método de seleção humana baseada em premissas biológicas". Engloba um conjunto de proposições oriundas da comunidade científica para o aprimoramento da gestão dos diferentes povos frente aos desafios da urbanização e da industrialização, produzindo novas tecnologias de controle do corpo. O corpo do indivíduo tornou-se alvo da ingerência policial e médica em sua vida conjugal e sexual, para a eliminação dos males do corpo e o melhoramento da humanidade.

> Houve uma multiplicidade de facetas adotadas pelo eugenismo que particulariza cada análise de acordo com a época e o país, sob o prisma ideológico de seus defensores. Uns mais radicais que outros, o certo é que não houve um uso homogêneo da teoria de Galton (DIWAN, 2007, p. 47- 48).

Parte do esforço que tenta isentar ao menos parte da comunidade científica dos horrores decorrentes da aplicação do pensamento eugênico, em especial nos assassinatos em série realizados durante o regime nazista na Alemanha, tenta apontar a Eugenia que irá se expandir com impressionante intensidade entre 1900 e 1940 como falsa-ciência. No entanto, tal argumento atenuante dos erros praticados não está disponível em nenhuma parte do mundo. Os(as) defensores da eugenia não eram somente cientistas, como também eram os(as) mais qualificados(as) cientistas de acordo com os padrões da época: "É possível afirmar que boa parte dos biólogos, geneticistas evolucionistas e médicos eram partidários da eugenia, e entre os mais iminentes estavam seus mais preciosos propagandistas" (DIWAN, 2007, p. 48). E contavam com o apoio e financiamento de importantes instituições, como a Fundação Rockefeller que incentivou o eugenismo na França, Suécia e na Alemanha. A Fundação Rockefeller, dos EUA, financiou o grande centro científico alemão, Instituto Kaiser Wilhelm (KWI), maior centro de pesquisa e divulgação da Eugenia, Genética e Ciências Sociais da Alemanha, dirigido pelo médico e antropólogo Eugen Fischer (1874-1967).

As ideias Eugênicas não pertencem exclusivamente à ideologia nazista, mas é somente após a derrocada de Hitler que a associa-

ção com a ciência eugênica será razão de constrangimento na comunidade científica internacional. Mesmo assim, não se deve considerar a eugenia uma especialidade do pensamento nazista e uma ideologia exclusivamente antissemita. O pensamento eugênico estava presente na Alemanha desde fins do século XIX, e existiram eugenistas e diversos cientistas da área biomédica de origem judaica na Alemanha, como o psiquiatra Franz Kallmann que defendeu a esterilização de 10% da população para erradicação do gene da esquizofrenia. Banqueiros de origem judaica, como as famílias Loeb e Kühl, também financiaram associações de pesquisas eugenistas alemãs. A ideia de superioridade de uma raça nórdica não era generalizada entre os eugenistas (DIWAN, 2007).

Pode-se supor, a partir de evidências e da análise do contexto, que era mais consensual entre eugenistas o domínio colonial sobre África e o racismo anti-negro, do que o antissemitismo radical que vai se manifestar de forma chocante sob o regime nazista. Enquanto houveram variadas experiências de segregação racial, de proibições ao casamento entre brancos e negros, de fórmulas para o branqueamento dos mestiços, e de memórias de genocídio de povos africanos nativos levados a cabo pelos poderes coloniais, é a singularidade do Holocausto Nazista que comoverá a comunidade das nações a ponto de estabelecer uma Declaração Universal de Direitos Humanos. Não se tornaram emblemáticas ações como o assassinato de mais de quatrocentas crianças mestiças geradas no casamento entre alemães e descendentes de africanos da colônia francesa da África ocupada durante a guerra, afinal os horrores coloniais uniam a todas as potências europeias. O consenso entre os poderes instituídos era (e talvez continue sendo) de maior conivência com o sequestro e assassinato de africanos(as) e de afrodescendentes praticado por séculos e em larga escala pelas potências coloniais, do que com a máquina cientificamente construída para exterminar os judeus asquenazes e seus descendentes da Europa. Seria ingênuo limitar as vítimas do nacional-socialismo alemão aos asquenazes. Ciganos(as), homossexuais, usuários(as) abusivos(as) de álcool e outras drogas, idosos(as), indigentes, profissionais do sexo, portadores de sofrimento mental... uma extensa e variada lista de considerados indesejáveis da sociedade nazista foi vítima das estratégias de controle, tortura e extermínio.

A Eugenia esteve sempre bem mais próxima de uma compreensão do mundo a partir da razão científica – uma razão científica para todo o mundo, no mesmo sentido e direção do domínio colonial europeu – do que de uma compreensão formulada a partir do antisse-

mitismo de origem cristã. Ainda que persistam aspectos de certa moralidade missionária de purificação e redenção, é o corpo muito mais do que a alma o objeto da intervenção Eugênica. Exemplo disto é a condenação à Eugenia proferida pela Igreja Católica através da encíclica *Castii Connubii*, de 31 de dezembro de 1930 (DIWAN, 2007, p. 68).

Tanto a condição de raça quanto à contaminação por infecções sexualmente transmissíveis (destacadamente a sífilis) eram consideradas como critérios para julgar uma pessoa como socialmente inapta em várias regiões dos EUA. A condição de socialmente inapto justificou a esterilização de pelo menos de 50 mil pessoas nos EUA até 1949.

Na Escandinávia a eugenia surge como parte do *Welfare State* entre as décadas de 30 e 40. Todos os países escandinavos tiveram suas instituições e organizações eugênicas, e através da aplicação de medidas eugênicas esterilizaram milhares de pessoas até os anos 60.

O orgulho da "raça nórdica" foi utilizado para a aceitação pública das leis de esterilização nos países nórdicos, especialmente na Suécia e na Noruega. Para Diwan (2009, p. 74) foi o "modelo escandinavo de *Welfare State* [que] proporcionou o modo como a eugenia foi implantada: cientificamente controlada pelo Estado com finalidade de eliminar os caracteres indesejáveis da sociedade."

O antropólogo judeu Cesare Lombroso (1835-1909) será um dos pioneiros no desenvolvimento da ciência Eugênica na Itália. Mas pela influência que teve em outros países, o médico Nicola Pende (1880-1970) também deve ser destacado aqui. Enquanto Lombroso desenvolveu um esquema de medições de partes do corpo semelhante ao de Francis Galton, seu discípulo Pende, desenvolveu parâmetros de uma biotipologia eugenista. Esta será absorvida pelo projeto político fascista, a partir dos anos 20.

> A biotipologia fascista originou o *'Manifesto della razza'*, firmado em 25 de julho de 1938 por cientistas, intelectuais, e políticos italianos em favor da raça italiana, de cunho extremamente antissemita e xenófobo. O objetivo desse manifesto era prevenir as uniões 'desgraçadas' e extirpar do território italiano – que compreendia também a Etiópia – a raça inferior e não herdeira, do ponto de vista biológico, do passado heroico da Roma Antiga (DIWAN, 2007, p. 78).

A Lei de Proteção Eugênica, para esterilização de indesejados (tais como pessoas com doenças infecciosas e pobres), foi instaurada no Japão em 1948. Sob ocupação dos EUA adotou-se no Japão, derrotado na II Guerra Mundial, uma política eugênica formulada sob inspiração da lei de esterilização nazista de 1933. E há quem acuse uma lei chinesa de 1995, que prevê exames pré-nupciais para o controle de doenças in-

fecciosas, genéticas ou mentais e a esterilização voluntária de promover a eugenia.

As teorias eugênicas para o melhoramento da raça foram recebidas na América Latina dentro do esforço de afirmação de identidades nacionais e tiveram de se adequar a resistência do conservadorismo anti-científico da Igreja Católica em cada país. Brasil, Argentina, Cuba, México, Uruguai, Panamá, Porto Rico e Peru buscaram institucionalizar a eugenia de uma forma particular em relação aos seus projetos nacionais.

Na Argentina, o médico anarquista Emílio Coni (1855-1928) já defendia uma legislação eugênica para melhoria da saúde sanitária em 1909. Nas décadas seguintes a Eugenia irá se institucionalizar na Argentina, juntamente com a ascensão ao poder de uma direita conservadora e racista. A eugenia argentina, bastante influenciada pelas ideias de Nicola Pende, era contrária ao aborto, favorável ao controle da sexualidade, e com aspectos antifeministas. Esteve associada à defesa da latinidade e da argentinidade, nostálgica em relação aos hispânicos, romântica e folclorizante em relação aos nativos, com propostas de exclusão de judeus, poloneses, e também dos descendentes de africanos com eurodescendentes (mulato) e ameríndios (zambos).

A eugenia no México buscou valorizar a mestiçagem e o indigenismo local como opções para a construção da nacionalidade. A Raça Cósmica, idealizada pelo filósofo mexicano José Vasconcelos Calderon[101] (1882-1959), síntese de todas as raças através da mestiçagem, buscava contrapor-se à hegemonia anglo-saxã proposta pelo eugenismo "pan-americano" dos EUA. Adentrou no país a partir de 1910, através da *stirpculture* dos EUA, e pelos círculos comunistas e socialistas inspirados na Rússia revolucionária e na Alemanha da República de Weimar (anos 20). As medidas eugênicas que foram implantadas faziam parte do programa revolucionário de saúde pública, com base na educação sexual e na esterilização.

> Vasconcelos ocupa um lugar destacado entre os visionários realistas e ambiciosos do período ainda tumultuoso no qual a poeira da Revolução Mexicana sedimentava-se num regime burocrático e semiautoritário. Nacionalista e ardente defensor da aliança geopolítica entre as nações latino-americanas, Vasconcelos dirigiu a Universidade Nacional do México, serviu como ministro da Educação do Governo de Álvaro Obregon, na primeira metade da década de 1920, e candidatou-se a presidente em 1929. Mais tarde, levado por uma combinação de antiamericanismo e antissemitismo, converteu-se em um admirador de Hitler e do racismo nazista (MAGNOLI, 2009, p. 151).

101 Em seu livro "La Raza Cosmica, mision de la raza ibero-americano: Notas de viaje a la América del Sur" de 1924, José Vasconcelos Calderon elabora conjecturas sobre a conformação racial do Brasil, Chile, México, Uruguai e Argentina.

Se o México vai se diferenciar da Argentina na valorização do mestiço e do indígena, estes farão semelhante esforço para eliminação do elemento negro da constituição das suas nacionalidades.

Porto Rico e Cuba receberam maior influência do eugenismo estadunidense. Porto Rico, sob pressão dos EUA e críticas da Igreja Católica, criou seu "conselho eugênico" e instalou métodos de controle da natalidade e esterilização. Cuba foi sede da Associação Pan-americana de Eugenia e Homicultura, que elaborou o "Código de Eugenia e Homicultura para a América Latina" através da parceria entre o médico cubano Domingo y Ramos e o médico estadunidense Charles Davenport.

As diferentes estratégias na constituição de identidades nacionais influenciadas pela doutrina eugênica derivaram em resultados variados. Porém, na América Latina muitos terminarão por absorver a positivação da mestiçagem como procedimento para a produção de um povo novo.

> A Colômbia, exatamente como o México, a Nicarágua e o Brasil, fez da sua mestiçagem biológica e cultural o cerne da sua auto representação nacional. Tradicionalmente, no entanto, há uma diferença em relação ao Brasil: os retratos e discursos populares e de elite sobre a mistura racial tendem a ser sobre o par branco-indígena. Pessoas de descendência africana geralmente têm estado menos presente nestes discursos, apesar de representarem um grupo muito maior do que o indígena (SANSONE, 2004, p. 81).

O processo de investigação e análise que foi qualificando, desde o séc XIX até os dias atuais, as informações disponíveis sobre as condições gerais de vida de africanos(as) e descendentes não esteve imune às contribuições intelectuais de abolicionistas, pan-africanistas e do movimento de negritude. Pode se considerar, no entanto, que não foi até o processo de descolonização do continente africano, e a constituição de nações modernas e soberanas governadas por africanos(as) que certa parcela da humanidade marcada pela cor escura de sua pele passou a ter o poder de exigir de forma contundente um outro lugar no projeto da aldeia global. A ascensão destas vozes no espaço público tem início no contexto da diáspora africana, mas irá se consolidar irreversivelmente no desmonte dos impérios coloniais após a Segunda Guerra Mundial. É como se os diários de viagem dos(as) africanos(as) escravizados(as) que alimentaram a luta abolicionista tivessem dado fôlego a toda a produção crítica escrita acerca dos africanos(as) e afrodiaspóricos(as) no período pós-colonial.

Para isto foi necessário que algumas lideranças importantes no processo de expansão de luta por Direitos Humanos fossem também arquitetos de uma reação intelectual e acadêmica ao status quo estabe-

lecido nas Ciências Sociais e nas Ciências da Saúde.

O médico psiquiatra e revolucionário Franz Fanon analisou em diferentes contextos como a situação colonial foi capaz de produzir transtornos mentais e reduzir as possibilidades de cura do(a) colonizado(a). Questionou criticamente tanto as análises que estabeleceram uma base anatômico-fisiológica para explicar diferenças entre o(a) africano(a) e o(a) europeu(ia), e com a mesma acidez refutou elementos fundamentais das áreas psi. Sua análise em "Pele Negra, Máscaras Brancas" descartou certa pretensão de universalidade "uma vez que, nem Freud, nem Adler, nem mesmo o cósmico Jung em suas pesquisas pensaram nos negros". Seus estudos sobre a realidade vivida nas Antilhas Francesas, e sobre a vida dos(as) antilhanos(as) na França identificaram inadequações dos esquemas psicanalíticos "diante da realidade que oferece o preto", chegando a caracterizar esta realidade como "um outro mundo" (FANON, 2008, p. 134).

> As pessoas esquecem constantemente que a neurose não é constitutiva da realidade humana. Quer queira quer não, o complexo de Édipo longe está de surgir entre os negros. Alguém poderia nos contestar com Malinowski, afirmando que o único responsável por esta inexistência é o regime matriarcal. Mas além de perguntar-se se os etnólogos, imbuídos dos complexos de sua civilização, não se esforçaram em encontrar a reprodução destes complexos nos povos por eles estudados, seria fácil demonstrar que, nas Antilhas Francesas, 97% das famílias são incapazes de produzir uma neurose edipiana. Incapacidade da qual nos felicitamos enormemente (FANON, 2008, p. 134-135).

Seu debate com o inconsciente coletivo da psicologia Junguiana, retomou este arquétipo do(a) selvagem, dos maus instintos, do lado obscuro do ego, do(a) preto(a) adormecido(a) em cada branco(a), para retirá-lo de uma suposta substância cerebral herdada, dos genes e reapresentá-lo como simples "conjunto de preconceitos, mitos e atitude coletivas de um grupo determinado" (FANON, 2008, p. 159). Se Fanon considerou que na psicologia de Jung, Freud e Adler havia demasiado eurocentrismo, o mesmo formulou acerca da antropologia de sua época. Citando um texto de Georges Mounin extraído da revista *Presence Africaine*, disparou: "Tive a sorte de não descobrir os negros através da Mentalité Primitive de Levy-Bruhl, no curso de sociologia; em geral, tive a sorte de descobrir os negros por outros meios que não os livros – do que aliás me congratulo todos os dias" (FANON, 2008, p. 167).

As patologias mentais produzidas diretamente pelo racismo da opressão colonial são comparadas por Fanon em "Os Condenados da Terra" ao que na psiquiatria clínica leva o nome de "psicoses reacionais", cujo acontecimento desencadeante "é principalmente a atmosfera sangrenta, impiedosa, a generalização de práticas desumanas, a impres-

são tenaz que as pessoas têm de assistir a um verdadeiro apocalipse" (FANON, 2005, p. 290). Estas conclusões foram extraídas após analisar uma série de casos médicos durante a guerra de liberação nacional da Argélia. Algumas destas psicoses derivaram em patologias psicossomáticas, produzindo um conjunto de distúrbios de caráter orgânicos, ademais das alterações comportamentais e dos transtornos subjetivos comumente relacionados. Fanon listou ter encontrado entre os casos analisados manifestações de ulcera estomacal, cólicas renais, distúrbios da menstruação, hiperinsônia por tremores idiopáticos, embranquecimento precoce dos cabelos, taquicardias paroxísticas, e contratura generalizada ou rigidez muscular (FANON, 2005, p. 337-338).

Ao mesmo tempo, Fanon expôs as inconsistências nas conclusões das pesquisas desenvolvidas por psiquiatras franceses atuando na Argélia[102], assim como os absurdos propostos por certo perito da Organização Mundial de Saúde atuando no continente africano[103] em 1954. Sua crítica anti-psiquiátrica foi a contraparte revolucionária para sua atuação como médico na guerra de libertação nacional.

> A criminalidade do argelino, e a sua impulsividade, a violência dos seus assassinatos não são, pois a consequência de uma organização do sistema nervoso nem de uma originalidade cerebral, mas o produto direto da situação colonial. [...] Mais uma vez, o objetivo do colonizado que luta é provocar o fim da dominação. Mas ele também deve zelar pela liquidação de todas as não verdades plantadas no seu corpo pela opressão (FANON, 2005, p. 356).

Este ciclo das independências das ex-colônias da Europa que ocorreu após a segunda guerra mundial contribuiu para a elaboração de contundentes críticas ao papel da antropologia e das ciências da saúde como ferramentas de dominação imperialista e de subalternização planetária dos povos não-brancos. Mas é também o contexto em que novas associações entre antropologia e as ciências da saúde irão se prestar ao aprofundamento de desigualdades políticas entre o sul e norte, alimentados pela insanidade da guerra fria que se engendra nos anos seguintes (KLEIN, 2007).

Klein aponta como uma série de experimentos médicos no período pós II Guerra Mundial, incluindo as mais variadas formas de tortura, estabeleceu um conjunto de orientações para sugestão mental e

---

102 "O Professor Porot [...] precisa, em colaboração com seu aluno Sutter, atualmente professor de psiquiatria em Argel: 'O primitivismo não é uma falta de maturidade, uma parada acentuada no desenvolvimento do psiquismo intelectual. É uma condição social que chegou ao termo da sua evolução. É uma adaptação lógica a uma vida diferente da nossa'" (FANON, 2005, p. 347).

103 "O Doutor Carothers atuava na África Central e Oriental, mas suas conclusões coincidem com as da escola norte-africana. Para ele, 'o africano usa muito pouco os seus lobos frontais. Todas as particularidades da psiquiatria africana podem ser relacionadas com uma preguiça frontal' [...] Assim, declara que o africano normal é um *europeu lobotomizado*" (FANON, 2005, p. 348-349).

reprogramação de comportamento. Um elaborado manual sobre como alterar o quadro mental de uma pessoa após a utilização de choques elétricos, desconforto físico, privação do sono, e outros procedimentos capazes de levar a tal nível de distúrbio que, em dado momento, o paciente se tornava suscetível a qualquer comando. O desenvolvimento de tal tecnologia se justificava como parte dos esforços necessários para vencer a guerra contra a ameaça comunista, mas é complemento do acúmulo de recorrentes experiências de condicionamento humano que se somaram desde os manuais para senhores de escravos.

Seu argumento principal é que, esta série de experimentos médicos (e militares afinal) desenvolvidos sob os auspícios da CIA inspirou um modelo de atuação política internacional para o avanço da agenda de reformas neoliberais propostas pelo intelectual Martin Friedman e seus discípulos também chamados de "Chicago Boys".

Da mesma forma que médicos em um laboratório produziam distúrbios em um paciente para reprogramar seu comportamento, alguns países tiveram distúrbios profundos provocados na sociedade para que certas reformas sociais de interesse do capitalismo internacional pudessem ser efetuadas. A retomada da fórmula organicista durkheimiana é nítida aqui. A confusão, o medo e o desespero serviriam como fórmulas eficazes para implementar reformas sociais, que não teriam a possibilidade de ser realizadas pela via democrática a partir dos anos 1960.

George Foster escreve "As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia" em 1962, após uma série de atividades como representante do Departamento de Saúde Pública dos Estados Unidos e do Instituto de Negócio Interamericanos em 1951. Este foi o começo de sua participação em missões de cooperação bilateral entre os EUA e países da América Latina. Uma ilustrativa descrição deste cenário é apresentada também em um vídeo que se baseia na obra da escritora Naomi Klein. O documentário do diretor Michael Winterbotton, que tem o mesmo título do livro de Klein "A doutrina de choque: a ascensão do capitalismo de desastre", traz trechos de palestras desta autora assim como registros áudio visuais dos acontecimentos tratados no livro. Um dos países, citados no filme de Winterbotton e que está também entre os exemplos apresentados por Foster, é o Chile. 10 anos depois de iniciada a cooperação na área de saúde entre EUA e Chile foi publicado o livro de Foster. 10 anos depois este país sofreu um Golpe de Estado, que derrubou o presidente Salvador Allende (1908-1973), e instaurou o governo militar do ditador Augusto Pinochet (1915-2006). É considerada uma das primeiras experiências da agenda neo-liberal e da doutrina do choque em um país.

O livro de Foster é traduzido para o português e lançado no Brasil já em 1964, mesmo ano em que o governo dos EUA oferece suporte material e intelectual para o golpe de Estado que irá derivar em uma ditadura civil-militar que duraria 20 anos neste país. Nesta época Foster já havia elaborado um corpo de teorias que foram apresentadas sob a forma de cursos e seminários na Escola de Saúde Pública da Universidade de Berkeley, na Califórnia, sob o título de "Problemas de Saúde interculturais". No departamento de Antropologia da mesma universidade ganhou o nome de "Antropologia na vida moderna" e "Antropologia Aplicada". Sua agenda de trabalho para os profissionais de saúde que vinham dos países em desenvolvimento para ter aulas em Berkeley incluía uma variada gama de proposições para o estímulo à mudança social, quebra de resistências culturais, psicológicas, incentivos, e diversos mecanismos para facilitar uma agenda de desenvolvimento e progresso social. Inclusive, em alguns casos o apoio de autoridades tirânicas:

> Tais extremos dificilmente poderão justificar-se no mundo moderno. Mas pode-se argumentar logicamente que o uso de autoridade para conseguir mudança de cultura dirigida deve ser uma função esperada segundo as circunstâncias. Isto provavelmente significa que algumas vezes, decisões básicas devem ser tomadas por pessoas de autoridade, decisões que em outras circunstâncias poderiam ser resolvidas por canais mais democráticos. Eu lamento sinceramente que, na cidade onde vivo, as autoridades civis não tenham podido fluoretar a água arbitrariamente. A opinião pública democraticamente expressa é algumas vezes uma fraca maneira de estabelecer a verdade (FOSTER, 1964, p. 161).

Em outro trecho, trata de orientar sobre as possíveis alianças estratégicas entre o antropólogo e o administrador colonial (FOSTER, 1964, p. 222). E vai além, afirmando "O antropólogo está mais ou menos na mesma posição que o médico, o advogado ou o pastor" (op cit., p. 230) ao tratar da necessidade de confidencialidade das informações coletadas para garantia da confiança dos informantes. Vale destacar que Foster está escrevendo em período próximo aos dos textos aqui analisados de autoria de Frantz Fanon, e no auge das guerras coloniais na África. Mesmo assim, não se sente acanhado em dizer:

> É o cúmulo da irresponsabilidade levar os povos culturalmente famintos dos países em vias de desenvolvimento a acreditarem que tem completa liberdade de auto-determinação. Assim se despertam aspirações que de modo algum podem ser atendidas; a estabilidade política não ocorrerá em tais circunstâncias. É tarefa do cientista social – o antropólogo e seus colegas de outros campos – tentar compreender os amplos padrões de mudança social, econômica e política e determinar qual poderá ser a latitude na escolha (FOSTER, 1964, p. 235).

Esta necessidade de tutelar a liberdade do outro, supõe, como sinais de uma intimidade promíscua entre antropologia e colonialismo, a crença na imaturidade e/ou uma incapacidade mesma de que os povos subordinados pelo imperialismo pudessem ser protagonistas de suas próprias vidas, de sua saúde, de seus corpos. Foster não se refere aqui a indivíduos dispersos em meios às mudanças sociais, mas sobre as possibilidades mesmas de direcionar as mudanças sociais em curso em dadas sociedades. É difícil não ficar chocado, ainda que não seja absoluta surpresa encontrar esta atitude na relação entre médicos e antropólogos. Em verdade, em especial no caso brasileiro, faz tempo que estes dois tipos parecem contribuir de forma associada para a preservação de certa compreensão do lugar do(a) negro(a) também na sociedade brasileira.

2.5.1. Antropologia dos afrobrasileiros e políticas de saúde no Brasil

Na constituição de uma antropologia das populações afro-brasileiras, o diálogo com as ciências médicas contribuiu em distintos níveis para a situação de prejuízo social vivenciada pelos(as) negros(as). Sem a pretensão de esgotar esta questão, apelo para o esforço feito por Luís de Castro Faria (1913-2004) por delinear o percurso da antropologia no Brasil. Propõe-se este autor a expor o lugar de fala de certa Memória Coletiva[104] que teria sido fundamental para demarcar a identidade da Antropologia no Brasil.

É na instituição do Museu Nacional (1842) do Rio de Janeiro, que teve sua seção de antropologia criada em 1876, precedendo as universidades, escolas e antigas faculdades isoladas na produção de publicações e no intercâmbio com instituições em outras partes do mundo, que primeiro foram abrigados pesquisadores da área de antropologia. Foi na condição de praticantes, que posteriormente poderiam vir a se tornar adjuntos de acordo com o regulamento desta instituição, que ingressaram na seção de antropologia aqueles que atuaram nesta área antes da existência dos cursos de formação em antropologia. A passagem de Roquette–Pinto[105] por esta instituição entre os anos de 1905 e 1935

104 No sentido proposto pelo sociólogo e psicólogo social Maurice Halbwachs, outro pesquisador que contribuiu para esta ponte entre as disciplinas psi e a antropologia.

105 "Em 1905, ingressou como professor no Museu Nacional, instituição a qual esteve vinculado até 1935. No ano 1906 participou de viagem de exploração científica à Região da Lagoas, no Rio Grande do Sul, da qual resultou a monografia sobre os sambaquis. Com João Batista de Lacerda, à época diretor do Museu Nacional, representou o Brasil no Congresso Internacional das Raças, realizado na Universidade de Londres em 1911, tendo apresentado o trabalho ´Nota sobre a situação social do indígena no Brasil´. Contribuíra também para o próprio trabalho de Lacerda, por ter organizado o 'Diagrama da constituição antropológica da população do Brasil', organizado segundo a estatísticas oficiais de 1872 a 1890. Após o congresso, permaneceu por algum tempo na Europa com o objetivo de atualizar seus conhecimentos em antropologia e biologia, tendo estudado com Richet, Brumpt, Tuffier, Verneau, Perrier e Luschan" (LIMA; SÁ, 2008, p. 61).

foi marcante para a definição do lugar social ocupado pela antropologia[106] brasileira nos anos posteriores. O próprio Castro Faria inicia como praticante do Museu Nacional em 1936, e se torna assistente voluntário em 1937. Deste período destaca a presença e contribuição de Heloisa Alberto Torres (1895-1977), então diretora, e também fatos do contexto político e da vida intelectual do país. Conviveu neste ambiente com Alfred Metraux (1902-1963), Paul Rivet (1876-1958) e Claude Levi-Strauss (1908-2009). Estes e outros pesquisadores com formação francófona irão ter fundamental importância no enraizamento das obras de Emile Durkheim e Marcel Mauss no cânone das Ciências Sociais brasileiras, ainda na primeira metade do século XX.

Neste mesmo ano, a lei de desacumulação teria obrigado muitos(as) a escolherem entre a atividade docente e a prática da pesquisa, abrindo espaço para os(as) mais jovens. Com isto, Castro Faria teve oportunidade de ocupar o cargo de naturalista interino do Museu Nacional. Com base na análise destes e outros eventos alcançou a sua própria interpretação acerca da formação da comunidade científica no Brasil.

> O campo intelectual brasileiro é bem mais complexo do que se poderia supor a partir de visões parciais, compostas de imagens isoladas que se insinuam pelo relevo atribuído em apologias. É, sobretudo, **o desvendamento das relações que atores e autores do campo intelectual mantém com as instâncias do poder**, com as instituições do mundo acadêmico, com o mercado de trabalho e editorial, que torna possível a apreensão dos significados mais profundos (CASTRO FARIA, 1993, p. 5).

Sendo esta sua percepção, seria de se esperar que Luis de Castro Faria desnaturalizasse a ausência de negros(as) e indígenas enquanto pesquisadores(as) na antropologia brasileira. Até mulheres, como Heloisa Alberto Torres, que sequer tinham conquistado o direito de votar e serem votadas no início do século, já haviam tido seu justo reconhecimento como iguais entre pesquisadores de antropologia. Heloisa Alberto Torres, ainda que oriunda de setores da elite branca, já era professora do Museu Nacional em 1925, quando o voto feminino no país só foi legislado em 1932. Para além da condição de objetos de pesquisa, a incoerência da composição monocromática da comunidade de antropólogos no país em face da diversidade étnico-racial brasileira poderia ter sido ao menos citada. Não o fez, e não parece ter qualquer estranhamento em relação a este dado. Acontece que tal crítica já havia

106 "Para Roquette-Pinto, 'antropologia' é o que se denominaria atualmente de antropologia física ou antropologia biológica (...) vê-se que Roquette-Pinto estava afinado com a ciência de sua época. Muitas vezes praticada simultaneamente, havia uma vertente da pesquisa antropológica dedicada ao estudo da experiência humana próxima à medicina e à história natural (então chamada de antropologia) e outra mais atenta às dimensões sociais e culturais (chamada de etnologia)" (LIMA; SANTOS; COIMBRA JR, 2008, p. 106).

sido feita, bem antes deste texto, e de forma contundente, pelo sociólogo Guerreiro Ramos em 1957. Por certo, era de seu conhecimento o questionamento à "patologia social do branco brasileiro". Seu silêncio, neste caso, revela mais do que se houvesse discursado em altos brados.

Para Castro Faria é a forma como a produção intelectual foi acolhida pelas editoras nos anos 30 o indicativo a ser considerado. Esta era consequência da revolução de 1930, que conduziu Getúlio Vargas ao poder, levando ao surgimento do Ministério da Educação e Saúde Pública (mais tarde Ministério da Educação e Saúde), possibilitando "uma mudança de orientação política em todo o país que apressou a consolidação de reformas e provocou a expansão de sistemas escolares" (DÁVILA, 2006, p. 33). Seguindo a argumentação de Castro Faria, verifica-se que o médico psiquiatra Arthur Ramos (1903-1949) se torna em 1939 professor interino da cadeira de Etnografia e Antropologia na Faculdade Nacional de Filosofia (FNF), migrando dos temas psi que havia focado em suas publicações até então. Passa a refletir em seus estudos um esforço de aproximação com as orientações teóricas e metodológicas da abordagem utilizada por Melville Jean Herskovits (1895-1963), que neste momento da Escola Boasiana se via envolto com as questões da aculturação.

Em sua análise do campo científico que engloba a antropologia, destaca que organização da FNF, por decreto lei em 1939, marca também a extinção da Universidade do Distrito Federal (UDF) e uma orientação normativa que passa a ser seguida por todos os cursos do país. "Passou a existir um padrão único, nacional, para essas unidades de ensino" (CASTRO FARIA, 1993, p. 8) incluídas as instituições privadas que formavam professores para o ensino médio. Questiona a falta de transparência na ocupação dos cargos criados, e sugere que ocorreu intervenção ilegítima dos poderes políticos instituídos, favorecendo certo grupo na disputa[107]. De todo modo, foi um médico a quem foi dada a legitimidade e a autoridade científica a falar em nome da antropologia brasileira, dentro e fora do país.

Na extinta UDF, Gilberto Freyre havia ocupado a cátedra de Antropologia Social, desde o início do curso em 1935. Nesta reforma, "Antropologia" estabelece-se como disciplina nos cursos de geografia

107 "O que o Estado Novo mudou na vida dos brasileiros ou na organização do país? O que esse momento histórico significou em termos de institucionalização do discurso racial? O Estado Novo lançou-se à construção de prédios, mas, pelo menos no caso da educação, apenas deu uma nova face ao nacionalismo eugênico do Brasil. Até os aspectos que mais caracterizavam o Estado Novo – como nacionalismo em efervescência; a mobilização da juventude em cerimônias públicas que ecoavam as do fascismo europeu; e a implementação de políticas públicas que impediam tanto a mobilização popular quanto a participação política – tudo isso foi plantado nos anos entre a elevação de Vargas ao poder em 1930 e o advento do Estado Novo. O Estado Novo foi um ponto de mudança na história brasileira? Com certeza ele deu maior visibilidade às práticas e ideais que haviam emergido nas décadas anteriores e continuou a expansão e consolidação dessas práticas" (DÁVILA, 2006, p. 245).

e história, como também as disciplinas "etnografia" e "etnografia brasileira". Também se estabelece similar conteúdo previsto no curso de Ciências Sociais, porém em apenas uma disciplina intitulada "antropologia e etnografia".

Com o advento do Estado Novo, a geografia alcançou uma posição de hegemonia no campo intelectual, somando-se ao prestígio de que já desfrutava o apoio do Estado Autoritário para sua utilização como ferramenta de dominação.

Diferente de Luis Castro Faria, Jerry Dávila entendeu que o Estado Novo, no que diz respeito às hierarquias sociais de raça, não estabeleceu novos rumos e sim o aprofundamento das concepções eugênicas já presentes antes da Era Vargas já que "apesar das divisões políticas que emergiram na política nacional brasileira depois de 1930 e continuam até o presente, um consenso acrítico sobre os significados de raça e degeneração, com as receitas para tratar essa degeneração, permaneceu intacto" (DÁVILA, 2006, p. 36). A contribuição fundamental das instituições públicas e políticas sociais do Estado Novo estaria em normalizar as hierarquias sociais, utilizando a autoridade tecnocrática para fixar "papéis sociais em termos de raça, classe e gênero" (DÁVILA, 2006, p. 193). A concepção de espaço vital dos povos, fundamental ao discurso dos modelos políticos autoritários e aos projetos de expansão imperialista, já havia tomado grande relevância para as perspectivas teóricas da época. A geografia, ainda que apropriada de maneiras distintas, estabeleceu consórcios com a antropologia no Brasil e nos EUA, sendo que "a prática profissional do etnógrafo estava fortemente ancorada numa tradição que somava espaços como lugares das manifestações concretas das variações raciais e culturais" (FARIA, 1993, p. 12).

Nos EUA, A. L. Kroeber publicou, em 1939, *Cultural and Natural areas of Native of North America,* buscando articular clima, vegetação e fisiografia a distribuição e modo de vida de distintos grupos nativos. Reconhece Kroeber seus predecessores neste esforço em Otis Mason (1838-1908), Clarke David Wissler (1870-1947) e Friedrich Ratzel (1844-1904). Roquete-Pinto e Oliveira Vianna (ambos membros da Sociedade Brasileira de Eugenia) no contexto brasileiro, também se valeram da antropogeografia de Ratzel.

Se o diálogo interdisciplinar com a geografia passa pela aproximação com as produções acadêmicas que chegam ao Brasil oriundas dos EUA, a fronteira da disciplina antropologia "impõe-se na tradição francesa, que restringia o uso deste nome ao estudo da evolução do homem, da formação das raças e sua distribuição geográfica" (FARIA, 1993, p. 15). Assim, informações de caráter anatômico e fisiológico

permaneceram sendo consideradas de enorme relevância pelo menos até os anos finais da década de 1950[108]. Tal dado revela a profundidade da conexão, já em meados do século XX, do vínculo da antropologia brasileira com a anatomia, fisiologia e as áreas médicas.

> Em algumas Faculdades, entretanto, as técnicas osteométricas e somatométricas constituíam, praticamente, toda a matéria do curso com total e inútil desperdício de tempo. [...] Para o estudo das variações raciais do brasileiro, ou brasiliano como preferia Roquette-Pinto, Darcy Ribeiro dispunha de literatura relativamente abundante do próprio Roquette-Pinto, de Fróes da Fonseca, de Bastos de Ávila; estes dois últimos também autores de textos muito utilizados de técnicas antropométricas (FARIA, 1993, p. 15).

Ainda neste período (anos 50 do século passado) segundo Faria (1993), havia abundante bibliografia de autores brasileiros sobre o que posteriormente se convencionou chamar de estudos afrobrasileiros. No entanto, considera Faria, que grande parte da literatura sobre o povo negro era de autoria de Arthur Ramos ou foi selecionada por este na coleção de estudos que dirigiu enquanto Catedrático de Antropologia da Faculdade Nacional de Filosofia. Vale lembrar que anos antes, Arthur Ramos se apresentava como Professor de Psicologia Social da Universidade do Distrito Federal, Diretor do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental do Departamento de Educação do Rio de Janeiro (DF)[109], Docente-Livre de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Bahia, antigo Médico-legista do Instituto Nina Rodrigues (Bahia) (FARIA, 1993, p. 7). Parte de suas pesquisas sobre a "Questão do Negro" projetou-se nacionalmente quando este mudou para a antiga capital do país assumindo um cargo na secretaria de educação. Aí passou a ter atuação

108 "Em relatório de 1944 intitulado 'Desenvolvimento cefálico e subnutrição', Joaquim Thomaz, do serviço Antropométrico, descrevia o estado de subnutrição de alunos na região extremo oeste, semi –rural de Guaratiba. [...] Thomas chegou a uma curiosa conclusão sobre o papel da raça quando confrontado à subnutrição e às doenças endêmicas. Ele explicou que, como em outros estudos do serviço antropométrico, a avaliação destes alunos revelava um grau maior de subnutrição entre crianças brancas do que em negras, com um número intermediário entre os 'mestiços'. Thomaz sugeriu que, sendo todos os fatores iguais, as crianças negras '[têm] maior resistência...às condições do meio, às intempéries, à parca alimentação etc'. Argumentando que os negros estavam mais bem adaptados à pobreza, Thomaz implicitamente identificava a negritude à miséria. Pior ainda, sua análise – como muitas outras do Serviço Antropométrico – desqualificava o alto nível de desempenho educacional de estudantes de cor reduzindo-os a uma melhor adaptação à miséria" (DÁVILA, 2006, p. 278).

109 "Na época em que Anísio Teixeira foi nomeado diretor do departamento de Educação do Distrito Federal, em 1931, a coalizão de cientistas, médicos e cientistas sociais era plenamente devotada ao nacionalismo eugênico. Eles concordavam que a degeneração era adquirida por meio da falta de cultura, saúde e meio ambiente, assim como que a educação e a saúde pública poderiam revertê-la. Não obstante, o desafio de mapear especificamente em que medida os fatores cultural e ambiental criavam degeneração era algo ainda a ser enfrentado. Teixeira assumiu esse desafio e transformou o sistema escolar do Rio em um laboratório que atraiu os principais eugenistas da nação. Educadores como Roquette-Pinto, Arthur Ramos, Lourenço Filho e Afrânio Peixoto foram atraídos para o sistema escolar do Rio afim de pesquisar a degeneração, desenvolver programas de saúde e educação para tratá-la e aplicar esses programas nas escolas da cidade" (DÁVILA, 2006, p. 67).

significativa nos arranjos da institucionalização do ensino de antropologia no Brasil.

> [O setor de] Ortofrenia e Higiene Mental, dirigido por Arthur Ramos, estudava psicologia infantil e adaptação psicológica/sociológica à sociedade moderna. O serviço efetuava pesquisas, desenvolvia programas educativos para as escolas e a comunidade e cuidava da educação de "crianças problema". Essa seção combinava influências que iam da psicologia freudiana à criminologia italiana e à antropologia cultural. Na visão de Ramos, os afro-brasileiros e as crianças se encaixavam em uma categoria similar de desenvolvimento primitivo pré-lógico (DÁVILA, 2006, p. 69).

Admite Castro Faria que não havia espaço na ciência da época para uma etnografia do negro, sendo este tratado como parte da discussão sobre a formação cultural e biológica do brasileiro. O segundo volume da obra *Introdução à Antropologia Brasileira*, exemplifica esta assertiva, ao trazer em seu bojo estudos sobre contatos raciais e culturais, críticas às formulações acerca da mestiçagem no Brasil, e análises sobre a aculturação negra.

É do médico Arthur Ramos a primazia na organização de uma coleção de textos em que irá se basear a análise da contribuição do povo negro na formação do Brasil, nos cursos de formação das áreas de ciências sociais no Brasil[110] no século XX. Nina Rodrigues permanece como importante autoridade nos estudos acerca do problema do negro no Brasil, até que as proposições de Gilberto Freyre ganham evidência a ponto de se vulgarizar para o senso comum.

Gilberto Freyre afirma que "Todo brasileiro" tem na alma e/ou no corpo o indígena e o negro; mas considera que é na região do litoral Brasileiro (do Maranhão ao Rio Grande do Sul) e também Minas Gerais, em que se deu principalmente do negro africano a influência (direta, vaga ou remota). Se Rodrigues dividiu, para razões analíticas, o Brasil em Norte e Sul, Freyre aproxima-se de Roquete Pinto e Euclides da Cunha ao dividir o Brasil em litoral e sertão. Elementos como a ternura, a mímica excessiva, o modo de andar, de falar, as canções de ninar, e certo modo de se relacionar com a vida, segundo Freyre, foram transmitidos pela convivência de africanos(as) com brasileiros(as).

110 "Uma das inovações de maior alcance foi a criação do Instituto de Pesquisas Educacionais (IPE), com ênfase especial em sua seção de Ortofrenia e Higiene Mental, dirigida pelo antropólogo Arthur Ramos, e sua seção de Antropometria, chefiada por Bastos D'Ávila. Juntos os departamentos do IPE empregavam muitos dos principais intelectuais que estudavam a raça e formavam a vanguarda dos estudos raciais, e o ativismo dos Institutos ajudou a manter as teorias e práticas antropológicas, médica e psicológicas – a espinha dorsal da eugenia – unidas e interligadas com os programas do departamento de educação. Ao longo da reforma de [Anísio]Teixeira, o conceito de nacionalismo eugênico de saúde esteve solidamente casado à escola pública: 'por intermédio da escola, pressente o nosso povo que deve ser dado a ele o certificado de saúde, inteligência e caráter, imprescindível para seu concurso à vida moderna' declarou Teixeira" (DÁVILA, 2006, p. 211).

Transmissão suave e inconsciente por meio da "escrava" que embalou, amamentou e deu de comer. Ou da "nega velha" que contou histórias, da "mulata" que tirou bicho de pé e que iniciou no amor, ou ainda do "muleque" companheiro de brinquedo.

Cada uma destas atividades realizadas em função e para exploração do colonizador europeu e seus descendentes teria permitido certa intimidade em que a própria convivência atuou pelo compartilhamento de elementos de africanidade, nutrindo a constituição da brasilidade, sem que uma pudesse ser confundida com a outra, mas contida, absorvida antropofagicamente a primeira pela última. Como no exemplo, retirado da psicologia, em que mamar em uma mulher negra na infância provocaria o desejo sexual por mulheres negras na idade adulta. Amamentar-se em uma africana não tornava os brasileiros mais africanos, senão em consumidores adictos dos fluídos e odores dos corpos africanos.

O modelo da economia de *plantation*, que favorecia a convivência da família de colonizadores(as) brancos(as) com seu plantel de africanos(as) escravizados(as) no interior dos engenhos de açúcar já vinha sendo pesquisada nos EUA e no Caribe. Gilberto Freyre se apropria destes estudos e estabelece comparações com o nordeste açucareiro do Brasil. Sua tese propôs a aferir certa superioridade do(a) negro(a) em relação ao(a) indígena e, em alguns casos, até mesmo em relação ao(a) colonizador(a) português(a), do mesmo modo enaltecendo o Brasil do litoral em detrimento ao Brasil dos sertões.

A partir da análise das áreas culturais nas Américas descritas por Kroeber, e também das áreas culturais na África descritas por Leo Frobenius, e retomando ainda os estudos de Melville J. Herskovits, argumentou que os(as) africanos(as) trazidos para o Brasil desfrutavam de um estágio de desenvolvimento civilizacional superior aos povos indígenas que aqui viviam antes da colonização.

Apesar de apresentar-se como discípulo de Franz Boas, o argumento de Freyre em Casa Grande e Senzala não se baseia tão somente em fundamentos da antropologia cultural. Apoia-se fartamente em bibliografia médica da época para afirmar que os(as) negros(as) possuem predisposição psíquica e biológica para a vida nos trópicos.

Marcos Chor Maio (2004, p. 40) recupera da primeira edição de Casa-Grande & Senzala (1933) de Gilberto Freyre uma lista de 'moléstias' predominantes entre operários e escravos domésticos do Rio de Janeiro coletada pelo médico José Maria da Cruz Jobim em 1835: sífilis, hipertrofia do coração, reumatismo, bronquites, afecções das vias aéreas, pneumonias, pleurises, pericardites, irritações e inflamações

encefálicas, tétano, hepatites, erisipelas, tubérculos pulmonares, febres intermitentes, opilação e verminoses. Se a preocupação neste momento é com a possibilidade destes corpos negros tornarem-se depositários de doenças que contaminem os(as) cidadãos(as) da corte, ou que seu adoecimento se torne prejuízo para os proprietários dos plantéis de escravos, a partir do início do século seguinte passa a impregnar-se de outras questões:

> No século XX, o discurso sobre a luta das raças se transforma em discurso racista sobre a pureza biológica do povo de uma nação, e isso ocorre correlativamente ao processo de emergência de um biopoder para o qual é fundamental a noção de saúde das populações. Trata-se de uma outra modalidade de poder esta que se assenta sobre a crescente capacidade do Estado de conceder a vida e de gerir a saúde da população de seu território. [...] É paralelamente às transformações profundas no discurso sobre as raças que se dá o 'nascimento da clínica' introduzindo mudanças radicais na concepção de doença, nos procedimentos para estudá-la, nas relações entre médicos e pacientes (ANJOS, 2004, p. 100).

O próprio Freyre irá destacar, em outro texto, o quanto o conhecimento médico foi importante para os fundamentos de seus argumentos em *Casa-Grande & Senzala*, e ao mesmo tempo gabar-se da repercussão de suas conclusões sobre a dinâmica da sociedade brasileira entre os médicos da época.

> No livro Casa Grande & Senzala vários estudos médico-sociais já remotos, do Séc. XIX, são revelados depois de terem sido descobertos pelo então jovem autor de livro que tantos debates suscitaria em esquerdíssimas teses apresentadas nas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (FREYRE, 2004, p. 24).

Importante salientar a distinção que este autor faz entre traços étnicos ou instintivos e traços culturais ou adquiridos. A constituição de traços étnicos incluiria, segundo ele, as adaptações biológicas para a conformação da raça, como, por exemplo, a ação das glândulas endócrinas, suprarrenais e pituitária na pigmentação da pele. Estas não seriam, no entanto, apenas resultado das condições de clima e ambiente, já que povos de cor e caracteres diferentes viviam sob condições de clima e ambiente análogas. Negros do Congo, nativos de Borneo e Indígenas da Amazônia, teriam outra razão que explicaria suas diferenças no grau de pigmentação sem relação direta apenas com o meio. Tratava-se não apenas de diferença estética ou superficial, mas entendeu Freyre que a diferença na pigmentação era uma adaptação fisiológica ao meio que se tornou transmissível hereditariamente desde tempos remotos. Os povos de pele mais escura seriam aqueles biologicamente mais adaptados para a vida nos trópicos.

Colocou em questão, inclusive, o debate entre a teoria da seleção natural de Darwin e a teoria de transmissão de caracteres adquiridos de Lamarck, defendendo abertamente o Lamarckismo. Apoiou-se nos escritos de Franz Boas, sobretudo para diminuir a importância de diferenças hereditárias de caráter mental entre as raças. Do mesmo modo baseou-se em extenso número de pesquisas para questionar os critérios craniométricos de hierarquização racial.

No desenvolvimento das teorias sociais no Brasil após anos 30, foi proposto que a integração à sociedade de classes e à vida nas grandes cidades levariam à diluição da identidade negra construída no período pós-abolição, através do fortalecimento da consciência de classe em meio ao operariado, e da modernização das relações sociais resultantes da urbanização. Com o distanciamento do período escravocrata e a mestiçagem, a marca deixada nos corpos e mentes pela escravidão dos(as) africanos(as) iria desvanecer em meio a outras hierarquias sociais, com destaque para aquelas de ordem econômica. As ciências da natureza e da humanidade proclamavam que as heranças biológica e cultural vindas de África caminhavam por si em direção à lenta e inexorável extinção na terra brasilis. Todas estas previsões falharam.

Em um livro publicado originalmente em 1963, destinado a professores e estudantes de medicina e ciências sociais, propõe Gilberto Freyre a elaborar uma sociologia da medicina. Define assim o objeto de análise proposto por seu livro:

> O sociólogo da medicina está especificamente interessado na descrição, na análise e na interpretação de problemas de funcionamento humano anormal que ocorram no grupo social, em indivíduos biológicos já como membros ou participantes, sob a forma de pessoas, de um grupo social; e não na ocorrência dos mesmos problemas em organismos individuais (FREYRE, 2004, p. 79).

Pouco antes, em 1961, Alceu Maynard Araújo (1913-1974) publicava a sua medicina rústica, ainda que se possa considerar que este autor vinha margeando este tema desde 1952, quando da publicação de seu trabalho sobre ex-votos. Araújo, por sua vez, também erige uma definição particular, vinculada às dimensões locais de produção de conhecimento em saúde: "Consideramos medicina rústica o conjunto de técnicas, de fórmulas, de remédios, de práticas, de gestos que o morador da região estudada lança mão para o restabelecimento de sua saúde ou prevenção de doenças" (ARAÚJO, 2004, p. 58).

Estes dois trabalhos trazem contribuições pioneiras naquilo que depois passou a compor este campo de estudos conhecido como Antropologia do Corpo e da Saúde em nosso país. Ainda que ambos, Araújo

e Freyre, busquem situar sua produção em referências acadêmicas da produção em Ciências Sociais dos EUA, no período após o fim da Segunda Grande Guerra[111], diferentes antecedentes são apontados como inspiração para seus trabalhos. Araújo remete-se a autores como Alfred L. Kroeber, e George Foster para vincular diálogos da antropologia social com a medicina[112]. Metodologicamente o trabalho de Araújo busca se aproximar dos Estudos de Comunidade, modelo de pesquisa que também foi trazida dos EUA a partir da atuação do pesquisador Charles W. Wagley.

> Não somos os primeiros a abordar o tema da medicina popular em nossa pátria, queremos, porém, situar a nossa colaboração no seu devido terreno: *Medicina Rústica* é o resultado de uma pesquisa realizada por um estudioso, afeito aos temas folclóricos e que deseja dar sua modesta contribuição à antropologia social e à medicina como ciência aplicada. É um esforço principalmente para aplainar os caminhos de compreensão que os muitos médicos palmilharão ao entrar em contato com as classes destituídas, inculta, de nossa sociedade, quer nas cidades grandes, quer nas zonas rurais brasileiras, para onde em geral se dirigem os recém-formados. Por outro lado, com este trabalho queremos fugir de sermos catalogados entre os muitos folcloristas que trataram deste assunto como 'superstições, exotismos, práticas abomináveis'. Para nós, as práticas da medicina popular necessitam melhores observações e não podemos descarta-las pura e simplesmente sem estudar o seu contexto cultural, sem participar da vida, da interação daqueles que nos deram os informes ou principalmente os vimos praticando, enfim vivendo as experiências por nós anotadas (ARAÚJO, 2004, p. 9).

Para descrever os aspectos místico, mágico e religioso da *Medicina Rústica* presentes nos rituais afrobrasileiros e indígenas, buscará o diálogo com as obras de autores como Florestan Fernandes, Edson Carneiro, Arthur Ramos, Donald Pierson, Roger Bastide, Eduardo Galvão e Nina Rodrigues. Freyre (2004, p. 80) também lembrou de Nina Rodrigues nas citações de *Sociologia da Medicina.*

Inegavelmente as melhores intenções do trabalho de Araújo es-

111 "A Segunda Guerra Mundial demonstrava, pois, que a Antropologia era necessária à ação combinada, mas que por outro lado, ainda lhe faltava maturidade, enquanto ciência e enquanto ciência aplicada. Daí o imenso esforço, em seguida a esta guerra, para fazê-la progredir. Esforço este tanto maior quanto os Estados Unidos se transformavam, com sua vitória, em uma das duas maiores potências mundiais, tomavam consciência de suas responsabilidades para com outros povos e de que iam, doravante, atuar em todo o planeta. A América Latina, a Índia, a África, os países subdesenvolvidos do Mediterrâneo recorriam não somente aos capitais, mas ainda aos especialistas norte-americanos, para poderem ingressar o mais depressa possível no caminho do progresso. Era preciso, a fim de evitar as tensões, possíveis fatores de novas guerras, integrar os povos não- industrializados na economia mundial. Cumpria também reconhecer a variedade das culturas e substituir a ignorância – ou o desconhecimento dessas variedades – por uma aprendizagem de tolerância e respeito recíproco, pois este era outro fator capaz de acarretar guerras. A antropologia descia de sua torre de marfim para entrar na escola e na vida" (BASTIDE, 2009, p. 22).

112 "O antropólogo Alfred L. Kroeber lançou em 1953 um alentado volume, resultado do simpósio de antropologia realizado nos Estados Unidos em 1951, cabendo a William Candil a coordenação da parte referente à medicina, 'Applied Anthropology in Medicine' [...] onde se pode constatar como é palpitante e oportuno tal interesse" (ARAÚJO, 2004, p. 8).

tavam perfeitamente alinhadas com a agenda de trabalho da ascendente Antropologia Aplicada[113], que aqui se imiscuía ao modelo de nação assimilacionista e branqueadora.

Medicina Rústica, ainda que tenha recebido reconhecimento no país, em especial da comunidade médica, jamais foi tão divulgado quanto a *Sociologia da Medicina*, do já consagrado internacionalmente Gilberto Freyre. Este trabalho de Freyre é internacional desde seu lançamento. Foi lançado em 1963 em Lisboa, em 1975 traduzido e publicado na Itália, e só em 1980 é lançado no Brasil com o título "Médicos, doentes e contextos sociais uma abordagem sociológica". Se a obra de Araújo foi pouco considerada no debate que se estabeleceu posteriormente, a de Freyre chega a estas plagas temporalmente descontextualizada e, por isto mesmo, estabelece fraco diálogo com seus contemporâneos. Esta e outras obras de Freyre estiveram inseridas no esforço de orquestração de uma Ciência Tropical[114], explicitamente relacionada ao colonialismo ibérico[115]. Freyre parecia entender a produção brasileira neste campo como paralela ao que se vinha produzindo em Portugal, destacando o papel das condições ambientais como elemento singularmente explicativo para as condições gerais de saúde. Da mesma forma, sua atuação política e intelectual apoiou incondicionalmente o Salazarismo em Portugal e a ditadura-civil militar no Brasil[116].

---

113 "Se no curso de sua evolução histórica, a Antropologia Aplicada ampliou incessantemente seu campo, a ponto de passar das sociedades colonizadas às sociedades complexas, ela não muda em sua mais profunda natureza; conserva sempre, estruturalmente, na base, um modelo de relação assimétrica, isto é fundamenta-se numa concepção estratificadora da sociedade, ou, se preferem, na existência de grupos majoritários e minoritários, de camadas superiores e inferiores, numa inter-relação de dominação – subordinação. Existem grupos exclusivamente doadores e grupos exclusivamente receptores: 'civilizados' e 'selvagens' no período pré-colonial, em seguida colonizadores e colonizados e, finalmente, povos desenvolvidos e o Terceiro Mundo, se ficarmos no plano interétnico; se passarmos daí ao plano intra-étnico, seguindo o mesmo modelo, teremos cidades e campos, brancos e pessoas de cor, nas sociedades plurirraciais, burgueses e proletários. [...] a Antropologia Aplicada é dominada pelo desejo de assimilação das minorias às maiorias que mantém em suas mãos as chaves do poder e a direção da estratégia" (BASTIDE, 2009, p. 22-23).

114"Os países tropicais não só do Oriente como da África e da América necessitam, para seu desenvolvimento imediato em civilizações modernas, dentro das quais surgirão para eles – para alguns já estão surgindo – problemas novos de concentração de populações operárias em áreas urbanas, sob o impacto da industrialização, impossíveis de ser resolvidos dentro da experiência exclusivas desses mesmos países, do auxílio da ciência europeia ou da técnica anglo-americana tanto de transporte como de arquitetura; tanto de urbanismo, em geral, como de saúde pública em particular. O que é preciso é que essa ciência e essa técnica, os povos tropicais as utilizem, adaptando-as às condições de vida e de cultura que lhes são peculiares" (FREYRE, 2004, p. 33).

115 "Esta é a abordagem sociológica na sua abrangência. Para o leitor brasileiro e, talvez, também para o eurotropical, em particular, a apresentação do tema, repita-se que complexo, oferece o interesse de dispensar atenção especial, dentro do contexto social, à situação eurotropical que é a do Brasil, como a de vários outros países, quer da América, quer do Oriente e da África, situados em espaços tropicais e de formação europeia: ibérica, em geral, e lusitana, em particular" (FREYRE, 2004, p. 17).

116 "Durante as últimas décadas de sua vida, Freyre moveu-se visivelmente para a direita, apoiando a ditadura militar pós-1964 e unindo-se a ela ao denunciar como comunista e anti-brasileira qualquer pessoa que questionasse o conceito de democracia racial" (ANDREWS, 1998, p. 28-29).

Em concordância com sua defesa da doutrina do livre arbítrio, repetidamente defendida em *Casa Grande & Senzala*, Freyre em *Sociologia da Medicina* busca suporte no pensamento de Karl Jaspers (1883-1969), médico, psicólogo e filósofo existencialista. Não deixa, no entanto, de resgatar aqueles que, segundo ele, já haviam adotado no Brasil uma perspectiva quase-sociológica no trato de assuntos relacionados à saúde.

> No decorrer do século XIX, médicos ou paramédicos brasileiros, já formados ou ainda estudantes, sob o ardor de uma já antiga consciência social a fazer, de alguns deles, médicos mais-do-que-médicos, passaram a adotar abordagens quase sociológicas no trato de fenômenos sociais causadores de situações patológicas [...] antecipando-se aos admiráveis e já modernos Amaury de Medeiros, Ulisses Pernambucano de Melo, Artur Neiva, Juliano Moreira, Osvaldo Cruz, Carlos Chagas, Antônio Austregésilo, Artur Ramos, Neves Manta, Artur de Sá, Miguel Pereira, Roquette-Pinto, Silva Melo, Fróis da Fonseca, Pacheco Silva dos começos do século XX (FREYRE, 2004, p. 26-27).

Vale destacar que entre os pioneiros da sociologia da medicina citado por Gilberto Freyre está Harold George Wollf (1898-1962), figura central do projeto MK Ultra, desenvolvido pela CIA a partir dos anos 1950 para pesquisar modos de produzir alterações nas funções do cérebro humano. A partir de suas investigações sobre as condições psicossomáticas foram desenvolvidas no período da guerra fria inúmeras técnicas de tortura física e psicológica. Os Manuais Kubark para indução mental apresentados no livro de Klein como os guias de aplicação das terapias de choque devem muito ao trabalho de Harold Wolff. Outro pesquisador lembrado por Freyre, muito mais famoso ainda que nem tão polêmico, foi Talcott Edgar Frederick Parsons (1902-1979), que já em 1946 (mesmo ano de criação da Escola das Américas) estava engajado pessoalmente na eliminação dos limites disciplinares entre sociologia, antropologia e a psicologia através da criação do Departamento Interdisciplinar de Relações Sociais na Universidade de Harvard. Parsons, em seu neoevolucionismo etnocêntrico, defendeu que os EUA representavam em seu tempo o mais alto-grau de desenvolvimento de uma sociedade moderna.

É como *sociologia da medicina* que está descrito o campo de pesquisa que foi levantado por Robert Strauss, em artigo publicado em 1957. A descrição deste campo levava então o mesmo nome utilizado por Gilberto Freyre em seu livro. O termo "Ciências Sociais em Saúde", conforme utilizado por Paulo César Alves e Miriam Cristina Rabelo (1998) é posterior e carrega outra perspectiva de formulação, que pretende abarcar sociólogos e antropólogos da saúde. De toda forma, Alves e Rabelo (1998) consideram

as Ciências Sociais em Saúde um campo recente de investigação, tendo seu início nos anos 1970 apenas.

Sua constituição teria forte ancoragem no pensamento sanitarista brasileiro, que privilegia a explicação social do fenômeno médico, e por isto foi nos departamentos e institutos de saúde pública/coletiva que se produziu a maior parte da bibliografia. Os pioneiros deste campo teriam sido profissionais da saúde com pouca ou nenhuma formação em ciências sociais. Já em 1982, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) fez um levantamento e encontra entre os docentes da pós-graduação em Saúde Coletiva vários (mais da metade) que se graduaram em ciências sociais. Nova pesquisa realizada em 1995 encontrou um percentual de 65% de graduados nas ciências sociais.

De acordo com Alves e Rabelo (1998), a sociologia foi a primeira disciplina a se estabelecer na grade curricular dos cursos de ciências sociais em saúde. O viés estrutural marxista – exemplificado na influência de Althusser e Poulantzas – permitiu a projeção internacional de cientistas sociais brasileiros, mas deixou de ser o único a partir dos idos dos anos 80, quando o pós-estruturalismo de Foucault ganhou peso. A partir dos anos 1990, outros referenciais metateóricos ganham espaço como Schutz, Goffman, Garfinkel, Berger ou ainda Habermas, Bourdieu e Giddens.

Maria Cecília de Souza Minayo (1998) em outro artigo, se dedica a apresentar o Estado da Arte da antropologia do campo da saúde no Brasil. Usando revisões de outros autores afirma que havia naquele momento uma identidade em construção neste campo. A antropologia da saúde teve seu início nos anos 1950, pós II Guerra, de acordo com a revisão de Everardo Duarte Nunes e Juan Cesar Garcia publicada em 1985. De acordo com esta obra, os pesquisadores dos EUA enfocaram os sistemas específicos de saúde durante missões na África, América Latina e Ásia, trabalhando junto com médicos. São exemplos os trabalhos de Raymond Firth e Commaroff. Os antropólogos ingleses investigaram povos colonizados e seus universos cosmológicos específicos conforme exemplificado com os trabalhos de Evans Pritchard e Victor Turner. De acordo com o levantamento apresentado por Minayo (1998) os organismos internacionais (OMS e OPAS) incentivaram a etnomedicina a partir da década de 1970, buscando pontos de consenso e legitimação entre a medicina oficial e as sociedades alvo. Minayo lembra também que a antropologia foi incorporada nos programas internacionais de saúde pública nas décadas de 1940 e 1950, sob a égide das *ciências da conduta,* e que vem dos EUA a maior influência mundial no estabelecimento deste campo, representado na figura da Sociedade de Antropologia Médica.

A antropologia francesa distinguiu-se desta abordagem, passando a apresentar a denominação antropologia da saúde e da doença, com perspectiva meta cultural e comparativa. E no Brasil, o que a autora encontrou? Antropologia médica ou antropologia da saúde? Para Minayo as perspectivas anglófona e francesa permaneciam disputando espaço e misturando referenciais no contexto brasileiro. Houve uma recusa inicial da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) em abrir um grupo de trabalho, estabelecendo que a discussão fosse acolhida primeiramente na ABRASCO. Para poder ser aceita na ANPOCS a formação de um grupo de trabalho no tema tem sua denominação alterada para "Pessoa, corpo e doença", e na Associação Brasileira de Antropologia (ABA) para "Corpo e medicina" destacando a prevalência da perspectiva de matriz francesa sobre os estudos do corpo (cujo pioneiro foi Marcel Mauss) nas Ciências Sociais e ainda mais na Antropologia brasileira. O I Encontro Nacional de Antropologia Médica ocorre em Salvador apenas em 1993, o que denota a recente constituição do campo no país. A defesa de uma Antropologia da Saúde, como proposto por Minayo, busca ampliar esta formulação que encerra na relação médico-paciente o objeto na antropologia médica:

> Se entender a saúde como objeto de interesse da sociedade, ou seja, *como o conjunto de ações e movimentos que ela promove para se manter saudável,* vai retirá-la, conceitualmente, da tutela médica, para ampliar suas fronteiras. E aí se incluem tanto a medicina e a saúde pública assim como todos os temas de relevância que recobrem o universo de uma sociedade saudável. Ou seja, serão seu objeto de reflexão teórico-prática as condições de vida que interferem nas condições de saúde; as políticas públicas e sociais do setor e intersetoriais; os vários sistemas terapêuticos, incluindo-se a atenção em todos os níveis; e por fim, os valores e crenças que dão suporte aos limites da tolerância e vulnerabilidade da sociedade frente ao que afeta sua saúde individual e coletivamente (MINAYO, 1998, p. 35).[117]

Outro exemplo de derivação teórica da concepção de corpo formulada por Marcel Mauss (2003) que levou no Brasil à constituição de uma certa leitura da Antropologia do Corpo e da Saúde, pode ser encontrada em David Le Breton (2006)[118]. Para Le Breton, muitos dados considerados como fisiológicos, fogem do controle da vontade ou da consciência, e são "bastante influenciados ou até mesmo diretamente orientados por dados sociais, culturais ou psicológicos" (LE BRETON, 2006, p. 53). Para este autor, fome, sede e dor tem valor e significados

117 Ver também MINAYO; MINAYO-GÓMEZ (2003).
118 Um dos vários equívocos encontrados neste livro é a referência à etnia dos Nacirema, descrita no artigo de Horace Miner que foi traduzido no Brasil como "Corpo e Ritual entre os Sonacirema".

diferentes conforme a história o pertencimento social, declarando que "cada ator reage a dor com seu próprio estilo. Num grupo, além de uma maneira adequada de reagir, alguns têm fama de serem mais 'duros' que outros ou mais 'delicados' e 'sensíveis'" (op. cit.). Do mesmo modo que as diferenças culturais podem alterar diagnósticos, poderiam também para este autor condicionar tratamentos. Colocando em segundo plano a similitude morfológica entre os membros da espécie humana considera Le Breton que em outras sociedades deve-se considerar outras curas que considerem "as representações sociais locais, os sistemas de prevenção autóctones baseados em outros dados, como as tradições locais de curandeirismo" (LE BRETON, 2006, p. 58). O corpo humano para Le Breton é antes de tudo "objeto de uma construção social e cultural" (op. cit., p. 65) e por isso mesmo tão variado quanto as sociedades e culturas que existem. A reação a dor é tomada em certa medida como a própria dor, na medida em que, em determinados grupos sociais "a valorização da força lhes confere maior tolerância à dor" (op. cit., p. 82).

É pela denominação "Antropologia Médica" que surge a obra de Martin Alberto Ibanez-Novion (1943-2003), considerado por muitos como pioneiro neste campo. Posteriormente seus trabalhos foram incluídos no que veio a se chamar Antropologia da Saúde, por seu alinhamento "com as quatro categorias mais estudadas entre as décadas de 1950 e 1970, a saber, medicina tradicional, serviços de saúde, processo saúde e doença e recursos humanos em saúde" (FLEISCHER et al., 2012, p. 14). Novion criou a primeira disciplina de Antropologia Médica para os cursos de Pós-graduação no Brasil em 1975, e o Centro de Estudos e Pesquisas em Antropologia Médica (CEPAM) em 1982, quase dez anos antes da criação dos cursos de pós-graduação em Antropologia da Saúde ou Antropologia Médica na Escola Paulista de Medicina e na Universidade Federal da Bahia. Também parece ter sido o primeiro a conseguir discutir a questão dentro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em uma sessão realizada em 1984. Este estudante de medicina argentino, que depois se tornou antropólogo, chegou ao Brasil na década de 1970 radicando-se em Brasília e passando a lecionar no departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), após concluir o mestrado em Antropologia no Museu Nacional com bolsa da Fundação Ford. Seus primeiros trabalhos apontavam "o valor sociológico conferido ao corpo, numa linha maussiana", como inspiração teórica, mas a partir do momento em que veio a participar de pesquisas financiadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) aproximou-se da antropologia aplicada que chegara ao Brasil. Em seu doutorado em Antropologia Médica na Inglaterra, apropriou-se mais da

literatura em língua inglesa – como parece indicar sua posterior filiação aos conceitos utilizados pelo médico e antropólogo estadunidense Arthur Kleinman.

2.6. Atualidade da crítica ao cânone

Feldman-Bianco (2009) na introdução de uma coletânea de textos da Escola de Manchester, publicada originalmente no Brasil em 1987, recupera um segmento expressivo da base teórica do debate predominante na antropologia do Brasil nos estertores da ditadura militar. Ao que seu texto indica, esta base teórica permanece em grande parte a mesma hoje, ou seja, indiferente em relação às mudanças no mundo ocorridas desde a descolonização da África e da Ásia ou mesmo indiferenten com possíveis mudanças sociais ocorridas no Brasil. Assim, a autora argumenta sobre a necessidade de uma nova edição 22 anos depois "Essa insistência é devida ao uso recorrente desse conjunto de textos em cursos de graduação e pós-graduação que, mesmo com o passar dos anos, continua na ordem do dia" (FELDMAN- BIANCO, 2009, p. 7). Vale destacar que a autora, presidente da Associação Brasileira de Antropologia entre 2011 e 2012, parece considerar que os textos possuem longevidade e relevância, sem indicar qualquer responsabilidade na atuação constante da comunidade de antropólogos(as), ou ao menos do núcleo de sua elite, na produção da longevidade e relevância destes textos.

Para efeito de comparação, "Pele negra, máscaras brancas" de Franz Fanon é da mesma época da maior parte dos artigos na coletânea de Feldman-Bianco. Este livro de Fanon já tinha uma edição publicada em português no Brasil no início dos anos 1980, com tiragem bastante limitada e circulação praticamente restrita à militância dos movimentos negros. Somente nos anos 2000, já com a versão em português como raridade e a falência da editora detentora dos direitos da obra no país, esta publicação entra na bibliografia de alguns poucos cursos de ciências sociais no Brasil. Só em 2009 uma nova edição é lançada pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA em parceria com a Casa das Áfricas. A capa escolhida para esta publicação tornou-se uma polêmica à parte, com acusações de que as imagens da nova edição atualizam uma visão racista sobre o(a) negro(a). A primeira publicação de "Os Condenados da Terra" no país é também de 2009, lançado pela editora da UFMG, que também é a primeira a publicar e distribuir os trabalhos de Bhabha, Spivak, Gilroy e Hall no Brasil. Raras exceções, como Renato Ortiz e Alfredo Wagner B. de Almeida, tomaram em conta as obras de Franz Fanon para melhor compreender a situação dos(as) afro-bra-

sileiros(as). Foi através do empenho de pesquisadores(as) da literatura e da linguística que estas obras tiveram sua mais ampla divulgação no Brasil, não graças à comunidade de antropólogos(as).

A coletânea organizada por Feldman-Bianco apresenta efetivamente escolhas, que implicam em certa delimitação do trilhar das epistemologias e das problemáticas, a partir de quais livros são traduzidos e quais são recomendados para utilização dos(as) estudantes nos cursos de graduação e pós-graduação.

> Os textos que compõem esta antologia propiciam, de certa forma, um contraponto às perspectivas metodológicas da Antropologia brasileira contemporânea, cujas tendências predominantes se baseiam na análise de representações (FELDMAN-BIANCO, 2009, p. 21).

O estabelecimento de polos opostos entre os paradigmas da "teoria da ação" e da "análise de representações", dois entre vários possíveis procedimentos da pesquisa de campo, em realidade encapsula o eixo do debate antropológico entre os polos fundamentados em Durkheim ou Weber[119], pensadores que desenvolveram suas proposições teóricas na esteira da expansão dos impérios coloniais francês e alemão respectivamente. Tal fundamentação constrói uma falsa expectativa de que já

119"Durkheim não teve que encontrar um tempo preciso no passado para as *sociedades segmentárias*; elas existiam no seu próprio tempo. Durkheim usou o exemplo da Cabília na Argélia assim como dos hebreus antigos e não fez nenhuma distinção conceitual entre os dois. Ele sabia a respeito dos hebreus porque os textos antigos estavam em sua biblioteca. Como ele sabia sobre a Cabília? Porque a França conquistara a Argélia no começo do século, e no período em que Durkheim escreveu, os colonizadores franceses estavam expulsando a população local de suas melhores terras [...] Dada a história recente da conquista, a rebelião camponesa e o debate sobre a colonização, nenhum intelectual francês poderia deixar de saber algo a respeito da Cabília. De fato, a vida social dos colonizados do norte da África francesa estava sendo documentada com grande detalhe por uma série de investigações privadas e oficiais [...] A Argélia não era um caso isolado. Nos doze anos anteriores a *Da Divisão Social do Trabalho* ter sido publicado, as forças armadas da república francesa saíram da Argélia para conquistar a Tunísia, combateram na guerra da Indochina, conquistaram Annam e Tonquim (Vietnã moderno) e apoderaram-se do controle do Laos e Camboja, e tinham estabelecido um protetorado sobre Madagascar. Sob o Tratado de Berlim de 1885, os postos comerciais franceses na África central e ocidental se tornaram a base de um completo novo império. Enquanto Durkheim escrevia e publicava *Da Divisão do Trabalho Social* e *As Regras do Método Sociológico*, as forças armadas coloniais francesas estavam engajadas em séries espetaculares de campanhas contra os regimes muçulmanos no interior norte e oeste da África que produziram várias conquistas do Atlântico até quase o Nilo. Tudo isso foi parte de um processo ainda maior. O Império Britânico, também um império do além-mar com uma história pré-industrial, ganhou similarmente um novo dinamismo e cresceu para um vasto tamanho no fim do século dezenove [...]. As treze colônias dos Estados Unidos se tornaram um dos poderes imperiais mais dinâmicos do século dezenove, com cerca de 80 anos de conquista territorial e colonização (a expansão para o oeste), seguida por um curto período de conquistas estrangeiras. As conquistas territoriais czaristas, começadas nos primeiros séculos, foram estendidas para as regiões do noroeste da Ásia e Ásia Central. Na parte final do século dezenove, elas estavam consolidadas pela colonização russa. A expansão da Prússia como um poder imperial começou com a conquista dentro da Europa – no processo, estabelecendo uma relação entre raças dominantes e dominadas no leste, a qual se tornou tema da primeira pesquisa sociológica do jovem Max Weber (1894). As colônias estrangeiras alemãs na África e no pacífico seguiram a formação do Reich em 1871. Neste período, o sistema de impérios rivais alcançou sua crise na Grande Guerra de 1914-18, a expansão do poder ocidental para uma escala global tinha alcançado seu clímax" (CONNELL, 2012, p. 314 -315).

se cobriu todo o espectro de possibilidades de concepção da alteridade, ou do como se deve descrever e se relacionar com este(a) "outro/a" de forma antropologicamente adequada – como atores/atrizes sociais no enfoque da "análise das representações", ou como sujeitos(as) no enfoque da "teoria da ação" – quando em realidade estão sendo rigorosamente excluídas todas as metodologias e teorias que não se adequam a um ou outro paradigma[120].

A análise feita por pan-africanos(as) revolucionários(as) que construíram concretamente, a partir de intangíveis utopias aplicadas ao conhecimento profundo de suas sociedades, as mudanças sociais que produziram a descolonização africana não têm, ao menos até o presente momento, sua voz equacionada no debate antropológico no meio acadêmico brasileiro. Pode-se dizer que a pesquisa antropológica que se faz no Brasil tomando o continente africano como objeto é ainda insipiente. De fato, a formação como antropólogo(a) no Brasil tem como obrigatória a leitura de um acervo de etnografias realizada na África colonial. Ou seja, o conhecimento produzido por este outro que é ele mesmo, e que constrói a si mesmo em meio a novas possibilidades de relação com outros, não encontrou escuta no contexto da antropologia brasileira. Ao menos não a mesma escuta que permanecem recebendo Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Evans Pritchard, Arthur Ramos, George Foster, Roger Bastide ou Max Gluckman. Que não seja desmerecida a leitura de nenhum livro, mas vale considerar que estes não são os únicos a escrever acerca do que se passava em relação aos(as) africanos(as) sua descendência nas Américas. Para que se possa, com franqueza, apresentar o debate público sobre os efeitos do racismo anti-negro na saúde em seu contexto amplo é necessário considerar que além dos afrodiaspóricos da geração posterior como Stuart Hall, Paul Gilroy ou Kwame Anthony Appiah, tornou-se forçoso dar a devida relevância aos pan-africanistas como Du Bois, Fanon, Cesaire, Nkruma ou Carlos Moore.

O pouco reconhecimento destas vozes pode ser resultado do fato de que o Brasil não mudou tanto assim sua relação com os(as) negros(as), na composição de sua universidade, no quadro de sua produção acadêmica, e na atuação da antropologia mais especificamente. Cada uma destas revoluções políticas e de comportamento fundadas no pensamento pan-africanista atingiu perifericamente nossa tradição antropológica, que permanece em busca da legitimação e reconheci-

120 "Deve-se salientar que a observação do comportamento concreto e as indagações verbais constituem dois procedimentos complementares da pesquisa de campo. Entretanto, tendências com o propósito de privilegiar um esses procedimentos implicam opções teóricas e metodológicas fundamentais, entre cujos polos os mais diversos enfoques antropológicos têm oscilado" (FELDMAN-BIANCO, 2010, p. 22).

mento por parte do que há de mais conservador nos principais centros colonizadores do conhecimento científico.

Este procedimento minucioso de legitimação/deslegitimação envolve entre outras práticas institucionais a construção da bibliografia das disciplinas[121], a escolha dos textos indicados para as seleções aos cursos, as coleções organizadas pelas referências já estabelecidas na hierarquia acadêmica, a consolidação de alianças duradouras nas organizações de classe, a constituição dos acervos das bibliotecas das universidades, o direcionamento pré-concebido do mercado editorial[122], o cotejamento na distribuição de bolsas, até chegar ao controle das fontes de apoio e fomento à pesquisa e divulgação científica. Um cânone não se constrói sozinho, mas através do debate mais ou menos conduzido em uma dada direção. Assim como o silenciamento de uma obra ou corrente teórica, é resultado de um esforço coletivo amparado por um contexto político favorável. O contexto que alavancou Frantz Fanon à condição de leitura importante no debate antropológica brasileiro é recente, e provavelmente excepcional.

Os textos incluídos no livro organizado por Feldman-Bianco "são de autoria de etnógrafos em sua maioria formados na Inglaterra" (FELDMAN-BIANCO, 2010, p. 19), e são considerados pela organizadora como resultado de um contexto de "diálogos e intercâmbios transoceânicos de pesquisadores entre a África e a Inglaterra, além de outros continentes" (FELDMAN-BIANCO, 2009, p. 11). Bela Feldman-Bianco declara-se pessoalmente influenciada pela tradição antropológica da Escola de Manchester dada sua relação de discípula de Joan Vincent (FELDMAN-BIANCO, 2010, p. 16).

Max Gluckman e J. Clyde Mitchel são descritos por Feldman-Bianco como sul-africanos que militaram contra o regime de *apartheid*, antissegregacionistas, simpatizantes ou membros do Partido Comunista[123], que conduziram suas abordagens aos pesquisados marcadas por relações de igualdade em termos de classe e raça, "apesar da preva-

121 "A seleção dos textos foi feita com base na experiência de ensino sobre a prática de pesquisa de campo e da consequente constatação da ausência de publicações sistemáticas e atualizadas em língua portuguesa sobre o assunto" (FELDMAN-BIANCO, 2010, p. 20) e também "Deve-se salientar que vários desses textos têm sido utilizados em cursos sobre métodos e técnicas de pesquisa antropológica, e sua publicação em português permite torna-los mais acessíveis não somente aos estudantes, mas ao público em geral" (op. cit., 2009, p. 25).

122 "A seleção de textos foi feita levando-se em consideração as lacunas existentes no campo editorial. Assim, por exemplo, textos de Victor Turner (1969) e Abner Cohen (1974) deixaram de ser incluídos, apesar de sua importância para o desenvolvimento da 'teoria da ação', tendo em vista a existência de tradução do trabalho destes autores para o português" (FELDMAN- BIANCO, 2010, p. 25).

123 "Os comunistas sul-africanos defenderam a limitação da contratação de negros até 1924. Naquele ano, por ordem da Internacional Comunista, reorientaram seu programa definindo a África do Sul como uma nação que deveria pertencer aos 'nativos' e 'africanizando' o partido. Pouco mais tarde, mudaram novamente de posição e passaram a defender uma nação para todos os sul-africanos e um governo baseado na vontade da maioria" (MAGNOLI, 2009, p. 70).

lecente barreira de cor". Curiosamente deixa de apontar de que lado da "barreira de cor" do *apartheid* estes estavam. Kuper (1978) descreve Gluckman como filho de pais judeus russos, o que não parece ser a mesma coisa que ser um branco britânico, mas menos ainda se assemelha a compartilhar a identidade de negro africano[124].

Este dado talvez seja tão ou mais relevante na definição da abordagem do que se a perspectiva é sincrônica ou diacrônica, ou seja, levar em consideração tanto o contexto histórico quanto as relações sociais fundamentais para compreender a situação descrita. A interação e observação intensivas em uma localidade estabelecidas como pressupostos à condição de pesquisa antropológica estiveram sempre mediadas e informadas por condições de investigação que, deveriam estar explícitas e não pressupostas. Em um contexto em que a classificação racial é parte fundamental do aparato de poder que define a estrutura das relações sociais, a identidade racial dos pesquisadores, e os limites e alcances decorrentes desta identificação, tem de estar explicitamente declarados. Esquecer de mencionar este detalhe, e ao mesmo tempo destacar certos aspectos de sua atuação política parece um artifício de conivência e acobertamento deliberado. Ou a brancura na antropologia está naturalizada, ou é suspeito dizer que alguém lutou contra o apartheid na África do Sul mas não dizer que esta mesma pessoa era um dos brancos que foi beneficiado pelo regime. Se a posição em questão não é de apoio explícito ao empreendimento colonizador, como observado com Evans-Pritchard, tampouco uma posição anticolonialista está dada de antemão.

É contestável, inclusive, que se considere "Análise de uma situação social na Zululândia" de Max Gluckman, enquanto uma crítica à segregação racial ao apresentar a visão da Rodésia do Norte como uma única sociedade formada por africanos e europeus. Naquele contexto, parte fundamental do argumento da luta anti-colonial pan-africanista fundava-se justamente no entendimento de que os europeus e seus descendentes vivendo no continente africano eram invasores estrangeiros sem qualquer direito legítimo às riquezas ou ao controle político do país, o que se tornou agenda do governo independente, no momento em que o país passou a chamar-se Zâmbia.

Considerar como projeto a absoluta igualdade de cidadania para europeus e africanos naquele momento e lugar significou em parte re-

124 Grande parte dos argumentos sobre o antirracismo dos autores da "Escola de Manchester" utilizados por Feldman-Bianco tomam como referência a resenha feita por Peter Fry do livro Africanizing Anthropology de Lyn Schumaker, não publicado em português. A compreensão mesma do que é antirracismo na perspectiva defendida aguerridamente por Peter Fry está em franco desacordo com a perspectiva proposta pela absoluta maioria das organizações dos movimentos negros no Brasil, sendo por suas posições notoriamente reconhecido como defensor do freyreanismo neo-racista.

futar os argumentos propostos pelos líderes da luta anticolonial e ao mesmo tempo interpelar a favor da preservação de certos privilégios adquiridos de forma questionável pelos herdeiros do colonialismo nas emergentes lutas nacionais. Havia, naquele momento histórico, enorme preocupação por parte das potências que restaram após a guerra em manter os padrões de hegemonia global apesar das irrefreáveis descolonizações, um modo de manter os dedos apesar dos anéis que escapavam das mãos. É também um artifício para invisibilizar a desigualdade produzida com a exploração colonial em um contexto de mudança social inexorável. Aliás, ao apresentar seu programa de pesquisas, Gluckman declara eximir-se mesmo da tarefa de contribuir ativamente tanto com o fim quanto com a continuidade do colonialismo na região, deixando para outros a tarefa de haverem-se com este problema. Limita sua contribuição ao objetivo de "proporcionar aos participantes do [projeto], governo, africanos e outros, o que estava acontecendo, de maneira cuidadosa e inteligente" (FELDMAN-BIANCO, 2009, p. 15).

Neste contexto em que a antropologia se apresenta como uma ciência da alteridade, carrega em seu âmago as relações desiguais de poder e disputa espaço e legitimidade com as formas de construção de alternativas de poder e de conhecimento oriundas e comprometidas com esta externalidade. Somente na medida em que a antropologia, enquanto campo de conhecimento científico, for capaz de absorver diferentes perspectivas das experiências humanas, inclusive aquelas que foram construídas como alteridades pela própria trajetória da antropologia enquanto disciplina e metodologia de investigação, terá condições exequíveis para se propor a funcionar como ciência para a humanidade na diversidade que habita este planeta.

O reconhecimento pleno da diversidade humana passa pela compreensão da existência de distintas interpretações da experiência humana. O reconhecimento do(a) outro(a) enquanto humano(a) plenamente humano(a) significa, também, considerar a razoabilidade de outras formas de significar o mundo e a vida. De que certas respostas virão somente quando, onde e como o(a) outro(a) quiser.

CAPÍTULO III

AFROBRASILEIROS, DIREITO À DIFERENÇA E EQUIDADE EM SAÚDE

> La colonialidade es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposicíon de una classificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, âmbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social y cotidiana y a escala societal. Se origina y mundializa a partir de América (QUIJANO, 2000, p. 342).

No início deste capítulo serão abordadas algumas distinções no processo de reconhecimento dos direitos de ameríndios(as) e afrolatinos(as) na transformação dos sistemas de justiça no Estado Moderno e sua relação com as políticas de saúde. Na América Latina tal percurso resultou em distinções das dinâmicas de estabelecimento de direitos coletivos para povos indígenas e negros. Neste trajeto, a convenção 169 passou a ser comumente tomada como um marco na reformulação dos pactos nacionais durante a redemocratização da região. Para o Brasil, o lapso temporal entre a institucionalização das políticas para povos negros e indígenas reflete, em grande medida, a distinção no tratamento entre autóctones e minorias da mesma forma que as distancias entre povos africanos e ameríndios na comunidade das nações. Ao final deste capítulo invisto no detalhamento de algumas formas organizativas que permitiram constituir respostas políticas aos contextos de prejuízo social em saúde resultantes do racismo anti-negro no país.

3.1. Afrolatinos(as) e ameríndios(as): temporalidades e espacialidades na constituição do imaginário brasileiro

A realização da II Conferência Internacional de Intelectuais da África e da Diáspora[125] na cidade de Salvador (BA) em 2006 foi uma reviravolta, considerando que durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia, a Discriminação Racial e Intolerâncias Correlatas, que estava prevista para ocorrer no Brasil em 2001, acabou transfe-

125 Em meu primeiro mês de trabalho no PN de DST/AIDS participei da Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora. Inicialmente tive que insistir para participar. Porém, aos poucos entendi que no PN DST/AIDS, poucos tomaram este evento como prioritário. Este episódio irá redirecionar minha compreensão da relação entre Aids e Diáspora Africana, e o lugar de afro-brasileiros(as) nas relações que o Estado brasileiro estabeleceu tanto interna quanto externamente durante a gestão Lula.

rida para a África do Sul. O mal-estar e os conflitos gerados pelos protestos de povos negros e indígenas durante a celebração dos 500 anos da invasão portuguesa ocorrida em 2000 tiveram efeitos que estavam a ser revertidos pela atuação de uma diplomacia reorientada pró-África (SOVIK, 2009). A performance institucional de celebração da memória de fundação da nação promovida pelo governo federal havia falhado miseravelmente em sua capacidade de estabelecer um vínculo convincente com a experiência cotidiana da grande maioria dos brasileiros em 2000. Esforço semelhante de celebração do colonizador europeu foi repetido em 2008, nas comemorações dos 200 anos da fuga da corte portuguesa para o Brasil, com menor esforço do aparato público, mas igualmente sem qualquer empatia do cidadão brasileiro ordinário. Todavia em 2006, foram os vínculos com a África (ancestral e contemporânea) que foram colocados em destaque.

Desde seu início em 2003, o governo do presidente Lula promoveu mudanças na posição do Brasil na comunidade internacional. Naquele momento o Estado-Nação brasileiro encampava ao menos duas perspectivas de narração sobre o que havia sido tratado desde o Sec. XIX como a questão negra: o destaque para a condição dos negros enquanto agentes constituidores da nação brasileira (minoria nacional)[126], como já se havia estabelecido em momentos anteriores, incluindo o governo FHC; mas também a que destacava serem os povos negros no Brasil o contingente mais considerável da diáspora africana nas Américas (migrante), um caminho para a aproximação com o outro lado do Atlântico Sul, numa guinada diplomática que já havia sido tentada ainda antes da ditadura militar[127]. A II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora (CIAD) propunha abarcar uma significativa quantidade de temas e discussões em sua programação oficial, tais como: renascimento africano, ações afirmativas, questões de gênero, diáspora africana, historiografia da África, religiosidade de matriz africana, cooperação em saúde, entre outras. Também serviu como espaço para

126 Esta estratégia, de forma geral, se coloca em oposição e confronto com importantes setores das organizações políticas negras, que entendem que os povos negros e seus descendentes no Brasil constituem maiorias demográficas ainda que sejam tratados como minorias políticas.

127 "No início da década de 1960, a Bahia protagonizou, através do recém-fundado Centro de estudos Afro-Orientais, a experiência de receber os primeiros estudantes africanos na Bahia. Numa conjuntura de aproximação econômica, política e cultural por parte do governo brasileiro, a UBA [Universidade da Bahia] e o Itamaraty envolveram-se na tentativa de desencadear ações de intercâmbio acadêmico com africanos. O contexto dessa experiência no país tem relação com o auge dos processos de descolonização observados no continente africano e com novos direcionamentos da política externa brasileira, através da Política Externa Independente (1961) que, apostando na África como novo espaço para negociações, previa ações para a multilateralização da economia, buscando o fortalecimento das relações Sul-Sul. Para tanto uma aproximação cultural com alguns desses países aparecia como estratégia que facilitaria aproximações econômicas e políticas. Na Bahia, a atuação do Centro de Estudos Afro-Orientais evidenciava um esforço de pesquisadores em reativar conexões culturais e religiosas com países do continente africano" (REIS, 2010, p. 141-142).

incisivos protestos do movimento LGBTI + que se manifestava contra a presença de chefes de estado e representantes de países com leis discriminatórias a estes segmentos.

A afrobaianidade, engendrada com a contribuição ativa de antropólogos(as)[128], e que abriu as portas para a internacionalização da antropologia brasileira, voltou a ser tomada como "ponte para o futuro" entre o Brasil e África em 2006, só que agora num sentido muito mais amplo do que aquela proposta inicialmente pelos Congressos Afro-Brasileiros ou mesmo pelas Conferências Mundiais da Tradição dos Orixás. A cultura era um dos componentes da questão, mas não necessariamente o componente mais importante. A compreensão da aproximação da África trazia à tona uma dimensão política de reconhecimento de direitos de africanos(as) do continente e da diáspora.

> A decisão do Governo brasileiro de sediar a II CIAD na capital da Bahia esteve repleta de significado. Não só o Brasil abriga a maior população negra fora do continente africano, como Salvador pode ser descrita como a cidade mais negra do Brasil e aquela que melhor reflete nossa herança comum. O presidente Lula definiu a capital baiana como o 'símbolo vivo das múltiplas dimensões da contribuição africana para o Brasil'. [...] O encontro do Brasil com a África é também um encontro com o processo de formação da nação brasileira. A organização da segunda edição da CIAD em território brasileiro reforça a aproximação com o continente africano nos campos político, econômico e cultural. A prioridade da África na política externa brasileira pode ser ilustrada pelo número de visitas que o Presidente da República fez ao continente desde que assumiu o cargo, pela expressiva ampliação do comércio com os países africanos, pelo incremento nos projetos de cooperação técnica e pela abertura de embaixadas brasileiras em países daquele continente (AMORIM, 2009, p. 7-8).

Esta declaração do então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim no prefácio da publicação do Relatório Final da II CIAD resenha as proclamadas intenções do governo do Brasil em relação ao continente africano durante a Era Lula. O presidente Lula realizou 33 viagens oficiais ao continente africano, visitou 23 países aí e possibilitou a abertura de 19 novas embaixadas na África.

Os EUA, que naquele momento tinham como presidente George W. Bush, apareciam como contraparte deste processo. Esta ampliação da presença do Brasil na África significou, entre outros aspectos, a disputa contra a hegemonia anglófona no mundo atlântico, a contribuição para o fortalecimento de relações multilaterais na comunidade interna-

128 Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Roger Bastide, Ruth Landes são alguns dos nomes que compõem uma significativa lista de pesquisadores que, a partir de pesquisas etnográficas realizadas em Salvador, propuseram modelos explicativos para o contexto da diáspora africana que extrapolaram a Bahia, o Brasil e a América Latina.

cional em dissonância com a política de acordos bilaterais dos EUA e, no caso específico da Aids, o confronto entre a política de prevenção preconizada pela agência de combate a Aids dos EUA que tomava como foco a defesa da abstinência sexual, e a política brasileira de enfrentamento da epidemia que tomara o uso de preservativos masculinos (camisinha) como centro de sua estratégia de prevenção.

No Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, em 2006, desenvolviam-se projetos de cooperação para o enfrentamento da Aids em países africanos e também ações afirmativas para o enfrentamento da epidemia de Aids entre afro-brasileiros/as (com destacada atuação na Bahia). Estava em vigor o Programa Estratégico de Ações Afirmativas População Negra e Aids do Ministério da Saúde (PEAAPNA).

> Ele é filhote da diretriz política, que vou chamar assim, da diretriz política por ações afirmativas. Ele decorre disto diretamente (PEAAPNA). Porque naquele momento em que o governo incorpora que uma parcela da população estava excluída por condições, por razões que eram reversíveis o governo tinha a obrigação de provocar políticas de ação afirmativa. Ou seja, de promoção da equidade destes grupos populacionais, e particularmente da população negra, por uma determinação política. [...] O racismo é uma iniquidade. Ele gera uma iniquidade. Ele é uma iniquidade porquê ...ou melhor, a população negra é vítima de uma iniquidade por conta do racismo. Justamente porque ela é passível de reversão. É difícil porque vai envolver valores sociais e tudo isso. Mas ela precisa ter uma determinação de governo, uma ação de governo, e um empoderamento dos movimentos sociais que provoque e atue politicamente contra esta desigualdade. As iniquidades como um reconhecimento de que são passíveis de reversão, quando é passível de reversão, determina o lugar do estado e do governo com políticas sociais, políticas públicas (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

A gestão do Estado brasileiro assumiu uma posição e passou a desenvolver um conjunto de iniciativas de atuação frente à desigualdade racial dentro e fora do país. Estranhamente ainda havia pouca correlação entre estas iniciativas, na medida em que representavam abordagens tratadas de forma bastante distinta[129]. Estas abordagens, atuando em paralelo, ganharam destaque em meio a outras que permanecem em disputa, tornando ainda mais complexo o tema na medida em que reatualizava grande parte do debate dos estudos afro-brasileiros.

129 Vale aqui destacar a atuação do professor da UnB Dr. Mário Ângelo Silva, pesquisador desde a década de 1990 sobre as relações entre vulnerabilidade social e a epidemia de HIV/Aids. Foi um dos entrevistados para esta pesquisa que ajudou a compreender melhor a relação entre a dimensão nacional e internacional da relação entre Aids e racismo. Dr. Mario Ângelo teve atuação fundamental no desenho do Programa de Ações Afirmativas População Negra e Aids do Ministério da Saúde, na gestão local (DF) e nacional do programa Brasil Afroatitude, na aplicação de Ações Afirmativas (AA) para negros na UnB, além de participar de programas de cooperação entre Brasil e Moçambique para o enfrentamento da epidemia de Aids.

Se na condição de brasileiro/a negro/a (minoria nacional) a gestão da diferença limitara-se ao território do país, a condição de povo negro, descendente de africanos(as) no Brasil (migrante) estabelecia vínculos mais imediatos com outras partes do globo. De modo semelhante, cada uma destas formulações estabeleceu vinculações com temporalidades específicas. O(a) brasileiro(a) negro(a) intimamente implicado, no presente cotidiano de suas relações, pelas disputas em torno da memória recorrente do período pré-republicano e escravocrata da história nacional. Já a narrativa que busca irmanar povos pelo reconhecimento da secular diáspora africana reformulara contextualmente o projeto futuro do lugar da África na modernidade global, e buscava colocar o Brasil em um lugar de destaque e relevância neste contexto.

Mesmo o Movimento Negro no Brasil já teria assumido diferentes posicionamentos em relação a cada uma destas tendências, com a bifurcação orientada para estratégias que foram classificadas por Hanchard (2001) como "americanista" e "africanista", ou antes por Nascimento (1980) como "pan-africanistas" e "nacionalistas negros". Qual a relação entre estas abordagens estratégicas do enfrentamento dos efeitos do racismo na luta contra a Aids? Vale compreender aqui que o continente africano está no cerne da narrativa da diáspora negra no mundo atlântico tanto quanto na narrativa vulgar da expansão da epidemia de Aids.

A II CIAD[130] pode ser considerada como uma das maiores, se não a maior performance dos vínculos afro-diaspóricos em solo brasileiro. Sua realização marca um momento ímpar dos processos de institucionalização das políticas voltadas para afrodescendentes no Brasil e das relações do Brasil com países africanos. Um momento significativamente distinto na trajetória política do país e no alcance da voz das organizações do Movimento Negro brasileiro.

De muitas maneiras representar o PN DST Aids me oportunizou que tivesse experiências de inserção nestas performances de africanidade e negritude em grande escala. Experiências como a da II CIAD, traziam algo das grandes festas populares e de manifestações públicas de natureza política ou religiosa. Estavam lá as autoridades afroreligiosas

130 "A sugestão de trazer a II CIAD para um país da Diáspora partiu do Presidente do Senegal, Maître Abdoulaye Wade, anfitrião da I CIAD (Dacar, 6 a 9 de outubro de 2004). O presidente da Comissão da União Africana, Alpha Oumar Konaré, formalizou o convite, por meio de carta enviada, em 15 de junho de 2005, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A pronta aceitação do convite deu-se no contexto da política brasileira de adensamento de suas relações políticas, econômicas e culturais com o continente africano. Refletiu também a consciência de que o semelhante evento constituiria oportunidade ímpar para reafirmar o compromisso do governo federal em promover a igualdade racial e valorizar a cultura brasileira de matriz africana. Assim, por meio de Decreto presidencial, foi instituído, em 28 de novembro de 2005, Grupo de Trabalho Interministerial encarregado da organização do evento (GTI – CIAD). A coordenação do Grupo coube ao Ministério das Relações Exteriores" (CIAD, 2009, p. 27-28).

com suas Côrtes, a intelectualidade negra e seu discípulado, e as lideranças políticas do Movimento Negro e sua base de apoio. Importantes artistas de diferentes lugares da diáspora africana também estavam ali. Ainda que houvesse algo que sugerisse um ostentoso ritual[131], com o reforço da memória e dos laços com o passado no presente, o foco dos(as) envolvidos(as) no núcleo do evento estava no esforço de conformação de novos consensos e orientações para a ação social transformadora a partir do debate direto e do fortalecimento mútuo dentro de diferentes redes. Um momento grandioso para se rearticular e avançar.

Fui ao II CIAD ocupando um lugar secundário, acompanhando a representante da área de relações internacionais do PN DST/Aids. Uma jovem branca com fluência em vários idiomas que possuía conhecimento sobre as parcerias internacionais envolvendo o Brasil no esforço de enfrentamento da Aids. Eu, recém-chegado ao PN DST/Aids, participava da coordenação das ações voltadas para o enfrentamento da AIDS entre negros(as) no Brasil. Apesar de ambos irmos em substituição àqueles que haviam sido inicialmente convidados, ela teve sua participação no evento agendada com maior antecedência e ficou hospedada em condições muito melhores. De fato, ela tinha uma fala agendada e poderia me conceder um aparte em sua apresentação para que pudesse trazer algo específico acerca da situação dos(as) afro-brasileiros(as) frente à epidemia de Aids. Foi o que combinamos. Mas ao chegar no auditório, em que a maioria da audiência era de africanos(as) do continente, a situação se modificou. A apresentação da minha colega pouco satisfez acerca do que realmente queriam saber os(as) convidados(as) africanos(as). Queriam saber de que modo estavam articulados no Programa de Aids do Brasil a luta contra o racismo e o enfrentamento da epidemia. Então, minha colega cedeu seu lugar na mesa de discussão para que eu pudesse falar. Naquele momento ao invés dela me conceder um aparte, eu é que fui salva-la de uma audiência pouco satisfeita com o que vinha escutando. Escutei a reação da audiência com certa preocupação: "- Porque não era ele que estava aqui desde o início?" "- Porque uma pessoa que não é negra e não sabe sobre o que se passa com os negros estava falando para nós?"

Naquela situação eu era um representante do governo brasileiro e defendi a instituição que me enviara ali o melhor que pude. Como

131"O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos" (FOUCAULT, 2004, p. 39).

falava para uma audiência pouco familiarizada com a situação do país, pude utilizar as informações oficiais sem maiores reações. Até que Celso Ricardo Monteiro (ou Pai Celso de Oxaguiã) pediu a palavra e começou a fazer críticas à minha apresentação "Chapa Branca", apresentando inclusive informações das quais eu não tinha conhecimento. Pelo pouco tempo que tinha na instituição, só acessei o discurso oficial como base para argumentar com um militante bem mais preparado do que eu. Defendemos, cada um dos dois, sua devida posição naquela situação: eu na condição de representante do Estado brasileiro; e Pai Celso enquanto representante das organizações da sociedade civil implicadas no enfrentamento da Aids junto aos(as) negros(as). O ambiente da discussão, o clima naquela sala se modificou completamente, e creio que tivemos um acalorado e produtivo debate. Os brancos saíram por um instante do centro da cena e o diálogo se pôs em outros termos.

Quando a discussão terminou, eu e Celso Ricardo seguimos conversando um pouco naquela sala e pelos corredores do centro de convenções. Tive então uma de muitas experiências de acolhimento dentro da militância do Movimento Negro em saúde. Estava ele mais preocupado em me conhecer e apoiar do que em confrontar. Ainda que no debate pudéssemos estar em posições institucionais díspares, o fato do interlocutor do governo ser também uma pessoa negra abria pontes para o diálogo, outras possibilidades de aproximação infringidas pelo reconhecimento do pertencimento compartilhado. Enquanto negro participando diretamente, como consultor do governo, da gestão de uma política voltada para pessoas negras, ouvi várias vezes da militância que eu era consequência do esforço e pressão do próprio Movimento Negro. Esta compreensão também fortaleceu minha cumplicidade e engajamento.

Vale compreender que este tipo de situação é recente na história política do Brasil, o encontro destes fatores no mesmo tempo e lugar só foi plenamente possível a partir da década final do século XX: um contingente significativo de intelectuais negros com formação acadêmica ocupando lugares estratégicos na gestão da coisa pública; organizações políticas negras organizadas em redes internacionais e estruturadas como organizações não-governamentais; um ambiente político internacional permeável ao estabelecimento de ações concretas para a redução da desigualdade racial. As mudanças que surgiram a partir dos anos 1990 chamaram a atenção de George Reid Andrews (1998):

> A discriminação persiste, mas a Lei 7.716 de 1989, punindo os atos de racismo motivou três vezes o número de denúncias nos dois primeiros anos de denúncia (1989-1990) que durante os 34 anos (1954-1988) da

> Lei Afonso Arinos. No Estado da Bahia, só em 1995 entraram 19 casos de discriminação nos tribunais mais do que no período inteiro da Lei Afonso Arinos. Na esfera política, os negros ainda estão fortemente sub-representados nas posições eletivas. Mas algumas barreiras foram quebradas com a eleição em 1990 de três governadores negros (João Alves, Sergipe; Albuino Azevedo, Espírito Santo; Alceu Colares, Rio Grande do Sul), 'fato inédito na História do país' segundo *Veja*; em 1994 da primeira senadora negra (Benedita da Silva, Rio de Janeiro); e em 1996 do primeiro prefeito negro da maior cidade do país (Celso Pitta, São Paulo) (p. 17).

O quanto este momento parece ser um sobressalto será exemplificado neste capítulo, pondo lado a lado a experiência de institucionalização da política de saúde estabelecida para os povos indígenas e para os povos negros.

Povos indígenas são muitas vezes caracterizados como herdeiros de outra temporalidade e outra espacialidade. Enquanto herdeiros de outra espacialidade são vistos como ameaça à soberania do Estado brasileiro sobre o território, e na condição de herdeiros de outra temporalidade relegados, muitas vezes, à condição de empecilho ao progresso e à modernidade. A adoção política da estratégia de defesa das reservas – que delimitam no tempo e no espaço um lugar protegido – tem como consequência inequívoca a proposição de mecanismos de segregação. Sua identidade como povo é anterior e/ou se coloca em oposição à colonização europeia, o que termina também por vincular um lugar específico no presente como alteridade do progresso e dos fluxos globalizantes da modernidade ocidental.

A temporalidade da independência dos países americanos estabeleceu certas condições de reconhecimento aos povos nativos das Américas que distinguiu significativamente sua posição das condições de reconhecimento dos afrodescendentes vivendo no continente americano. Com um lapso temporal de aproximadamente 100 anos em comparação às Américas, a transformação da África em um continente de países independentes estabeleceu distintas perspectivas na comunidade planetária de povos. Em realidade, a África viveu seu mais intenso ciclo de colonização justamente quando o ciclo de independências nas Américas havia se concluído. Por esta distinção de temporalidades, mesmo os pensadores que encampam a perspectiva do *Giro Decolonial*[132], ten-

132"Entretanto uma questão importante que não povoa o imaginário pós-colonial e decolonial do grupo Modernidade/Colonialidade é a discussão sobre e com o Brasil. Esse é um ponto problemático, já que a colonização portuguesa – a mais duradoura empreitada colonial europeia – trouxe especificidade ao caso brasileiro em relação ao resto da América. O Brasil aparece quase como uma realidade apartada da realidade latino-americana. É significativo o fato de não haver um (a) pesquisador (a) brasileiro (a) associado ao grupo, assim como nenhum cientista político – brasileiro ou não. [...] Assim, ele privilegia a análise da América hispânica em detrimento da portuguesa e chama pouca atenção aos processos de colonialidade e subimperialismo dentro do continente, à exceção dos Estados Unidos" (BALLESTRIN, 2013, p. 111).

dem a adotar como marco zero da modernidade/colonialidade a chegada dos europeus às Américas no fim do século XV e não a expansão árabe muçulmana para a África a partir do Século VIII[133]. A mundialização da raça como princípio classificatório dos povos teria início com o ciclo de assentamentos posteriores às navegações intercontinentais ibéricas, menosprezando a precedência do comércio de escravos de pele negra no Islã e em suas rotas pela Europa e a Ásia[134]. Os africanos surgem nesta leitura de mundo, já de início, enquanto escravizados, e o renascimento na Europa teria pouco ou nenhum débito à redescoberta da literatura da antiguidade clássica ocorrida no contato com o Império Turco Otomano.

A formulação de um espaço ameríndio, como um outro espaço, é também o espaço de outra discursividade, de outras linguagens, as quais se reconhece a distinção na imposição da igualdade. As categorias nativo, autóctone, primitivo, aborígene e inclusive tradicional fazem o vínculo (nem sempre positivo) entre o tempo passado e o território, enquanto selvagem, silvícola, florestino, bosquesino referem-se mais diretamente a lugares de ocupação e formas de vida derivadas da relação com o ambiente. A palavra mesma "índios" não deixa de trazer a referência indireta a um lugar, apesar do país que hoje chamamos Índia estar relativamente distante das Américas, ainda se debate este códice de alteridade tão substantiva para o Ocidente (SAID, 2007). Nos dois grandes ciclos de colonialismo europeu após a expansão marítima, seja pelo colonialismo lusitano ou britânico, a Índia forneceu substantivos elementos ao pensamento colonial (CHATTERJEE, 2004; SPIVAK, 2010). Os índios americanos estão associados, para o bem e para o mal, com outro lugar e outro tempo no imaginário da modernidade ocidental.

Homens e mulheres de visível ascendência africana, comumente reconhecidos como negros(as) no Brasil, vivenciam a partir de sua identificação outros deslocamentos de temporalidade e espacialidade. O corpo negro racializado é comumente acorrentado ao passado da evolução da espécie humana, animalizado, bestializado, e hipersexua-

133 "Na África do Norte e na África Ocidental, a expansão islâmica seguia a rota das caravanas [...] As estimativas de escravos africanos traficados por muçulmanos (de 11 a 14 milhões) aproximam-se do número dos números do tráfico do comércio triangular [...]O tráfico promovido por muçulmanos estendeu-se, porém, por um período maior.[...] No mundo muçulmano não surgiram movimentos abolicionistas de base (*grass-roots organizations*) e o fenômeno da escravidão foi exterminado apenas sob pressão internacional. [...] Foi só em 1926 que a Conferência Mundial Muçulmana (reunida em Meca) condenou a escravidão. Na Arábia Saudita, a abolição da escravidão foi decretada somente em 1962, e na Mauritânia em 1981" (HOFBAUER, 2006, p. 50).

134 "Para Quijano, Dussel y otros (incluido este libro) 'el descubrimento de América' (esto es, la invención de América con todas sus consecuencias) es um 'origen' tan 'origen' como lo es Grecia para la historia de Europa y de la civilización occidental. 'Nuestra' Grecia es azul, no blanca: el Atlántico. Y también negra, como lo sugirió Paul Gilroy al conceptualizar el Atlántico negro. Y finalmente, marrón, el marrón de los habitantes originales" (MIGNOLO, 2003, p. 57).

lizado[135]. As formulações que postulam ser a África o berço da civilização e útero da humanidade carregam esta duplicidade de valores. A contribuição valorizada da África no presente do ocidente para o futuro da modernidade é justamente a possibilidade de distanciamento da fria racionalidade da civilização, como acervo de potência que oportuniza a emoção intensa, o prazer físico, e a experiência do exótico (GILROY, 2007; MOUTINHO, 2004). No caso brasileiro pouco se reconhece a singularidade de um outro lugar, uma outra espacialidade propriamente negra ou afrodescendente em território brasileiro. Excepcionalmente de fato, como nos quilombos e terreiros. A experiência da escravidão[136], com a utilização compulsória da língua portuguesa como língua franca da *plantation*[137], o veto à utilização de nomes africanos, a depreciação social no uso das línguas africanas, a perseguição aos espaços culturais e instituições sociais de origem africana, além de uma convivência íntima e violadora entre a Casa-Grande e a Senzala, foram obstáculos à promoção de um alicerce de discurso político distinto no espaço público.

O contexto e o processo histórico levaram a que muitos analistas assumissem a tendência de coincidir os limites das comunidades de maioria negra às fronteiras da pobreza, considerando mais efetivo, inclusive, investigar as divisões subordinadas à condição de classe do que os significados dos múltiplos gradientes epidérmicos. Na condição de minoria nacional, supunha-se que a ausência de um espaço próprio seria resultado da herança produzida pelo modelo exploratório escravagista que durou mais de três séculos e produziu povos sem posses que foram posse de outros povos – ou seja, não tem lugar como pessoa porque seus ancestrais não eram considerados como pessoas e sim como bens de outras pessoas. Com a abolição da escravidão juntaram-se às grossas e longas fileiras de pessoas sem bens, compartindo com estas, ainda que de modo específico, todas as mazelas da miséria. Esta perspectiva

135 Algumas destas estigmatizações são compartilhadas, em diferentes graus, por negros e indígenas no Brasil. A utilização destes termos também possui certa historicidade, na medida em a denominação *negros da terra* também foi utilizada no Brasil colonial para referir-se aos ameríndios escravizados e distinguí-los dos africanos escravizados, quando a estes o tratamento utilizado era *negros da guiné*. Também a terminologia *índigena* é utilizada de forma ampla, inclusive pelos movimentos sociais e organizações internacionais na atualidade, para referir-se a povos tradicionais em todo o mundo, inclusive na África. Neste caso o termo *indígena* possui relação, sobretudo, com a tipificação de determinados modos de vida, do estabelecimento de diferenças culturais significativas, sem ter necessariamente vínculos obrigatórios com uma territorialidade específica.

136 Vale lembrar que a escravidão africana e a escravidão ameríndia ocupam espaços, temporalidades e significados distintos no imaginário do ocidente. Ainda que hoje abundem registros históricos e arqueológicos de africanos(as) e ameríndios(as) compartilhando a condição de escravos(as) no mesmo período e no mesmo lugar durante o período colonial no Brasil.

137 Ainda que em países africanos também se fale o português, e a maioria absoluta dos falantes do português esteja fora da Europa, o senso comum não relaciona aspectos da africanização da língua portuguesa como uma estratégia africana de apropriação de uma língua europeia no contexto do mundo atlântico.

de análise perde força em sua argumentação quando não se consideram os mecanismos de atualização do racismo e o lugar do Brasil em um contexto mais amplo da diáspora africana.

Como descendentes da diáspora africana, os povos negros no Brasil não estiveram circunscritos apenas por indicadores econômicos, mas por um passado comum que derivou na ausência de um lugar reconhecido como próprio, legitimado para o exercício da liberdade. A diáspora é também a busca de um espaço onde se possa desfrutar da liberdade e chamar de seu no presente, a busca da Terra Prometida. O resgate desta herança africana entre negros(as) brasileiros(as) pode ser interpretado a partir desse esforço pela utopia de reconstruir laços entre pessoas que vivem em lugares que não lhes pertencem, e a construção de uma África idealizada como espaço simbólico da luta negra no mundo. Os movimentos negros no Brasil, em diálogo com as lutas de independência no continente africano, utilizaram as terminologias integracionista (minorias) e segregacionista (pan-africanista) para referir-se a estas duas estratégias de ação. "Afrobrasileiros(as)" e "afrodescendentes" também são expressões que relacionam temporalidade e espacialidade. Enquanto o primeiro faz referência à brasilidade destacando a anterioridade e precedência da africanidade, o segundo termo aponta apenas de onde se descende – sem definir onde está ou para onde vai.

Segato destaca a importância de considerarmos a dupla filiação das identidades políticas na atualidade, e compreender que a raça enquanto signo social é decorrente tanto dos processos subjetivos de autoclassificação quanto de procedimentos objetivos de heteroclassificação. Apresenta uma fundamental distinção entre autodenominar-se afrodescendente e identificar-se como negro(a) no Brasil:

> No Brasil, ser negro não significa necessariamente participar de uma cultura ou uma tradição diferenciada. Fora da numericamente pequena população negra que mantém uma existência territorialmente distinta nas terras de *Quilombo*, negros e brancos co-participam em tradições de ambas origens. [...] Se por um lado, as diferentes religiões de matriz africana oferecem o que chamei de *códice* africano no Brasil como conjunto de premissas estáveis de uma filosofia, construção de gênero e formas de organização e sociabilidade diferenciadas dentro da nação, esse códice é mantido pelos seus especialistas como um códice aberto, no sentido de disponível (enquanto códice de matriz afro-brasileira) para toda a população e qualquer visitante que pretenda fazer uso das orientações que ele contém. Nesse sentido, não pode se dizer que exista propriamente um *povo* afro-brasileiro dentro da nação (exceto no caso restrito dos quilombolas), mas uma etnicidade afro-brasileira disponível, que se doa, ao povo brasileiro. [...] Da mesma forma, afro-descendência não é, no Brasil, exclusiva das pessoas negras. [...] Numa sociedade destas características, ser negro significa exibir os traços que lembram e remetem à derrota histórica dos povos africanos perante os

> exércitos coloniais e a sua posterior escravização. De modo que alguém pode ser negro e não fazer diretamente parte dessa história – isto é, não ser descendente de ancestrais apreendidos e escravizados – mas o significante negro que exibe será sumariamente lido *no contexto dessa história*. [...] Por outro lado, ser negro como 'identidade política' faz referência à consciência de fazer parte do grupo que compartilha as consequências de ser passível dessa leitura, de ser suporte para essa atribuição, e sofrer o mesmo processo de 'outrificação' no seio da nação (SEGATO, 2006, p. 218).

Seja porque sua terra está no passado e do outro lado do oceano, ou por que simplesmente não tem direito a ela já que seus ancestrais não tinham direito a nada neste lado do oceano, o território da diferença e o espaço do discurso negro concentram-se no corpo e suas performances. Na possibilidade de reconstruir com a liberdade do corpo a autonomia social alijada, torna-se este mesmo corpo o principal alvo de violência letal e fornecedor de mão de obra barata para o mercado de entorpecentes ilícitos, sexo, armas, e contextos análogos à escravidão nos dias atuais. Com os efeitos do racismo anti-negro sobre o corpo de descendentes de africanos(as) produzem-se as vulnerabilidades sociais em saúde.

Enquanto a luta das populações indígenas por território é absurdamente acusada de ameaça à soberania nacional, a utilização de essencialismos estratégicos pela positivação da identidade negra é caluniada com a pecha de estrangeirismo e racismo às avessas (como se o racismo tivesse um lado certo). O corpo indígena, considerado como ameaçado, é cerceado de sua liberdade através da tutela que se baseia na necessidade de sua proteção, em prol da preservação de uma inocência romântica frente aos males da civilização branca. Já o corpo negro, considerado ameaçador, é tornado alvo prioritário de institucionalizações para sua domesticação em todos os formatos, incluindo a sobranceira ameaça de aprisionamento, tortura, adoecimento e morte. O corpo negro é tratado como emanador de doenças, vícios e irracionalidade contagiantes. Enquanto o senso comum permanece considerando os indígenas "autênticos" em constante perigo de extinção pelos interiores do país, acontece a diária banalização do extermínio da juventude negra nas ruas dos centros urbanos. De diferentes maneiras, índígenas e negros(as) representam desvios da normalidade do corpo branco universal, "homens de cor" subalternizados em seus "corpos colonizados" que trazem na sua presença a referência a outros tempos e (não) lugares que estão fora do padrão. Ambos enfrentam o esforço de contenção nesta subordinação de outras espacialidades e de temporalidades. Desafiando as apocalípticas previsões de genocídio, os corpos coloridos estão aqui, agora e se

multiplicando. Ao(a) indígena o confinamento no domínio da natureza intocada pelo tempo. Ao(a) negro/a (que não vai voltar para África e não quer morrer) o confinamento da africanidade ao espetacular e ao extraordinário que permanece eternamente anormal[138]. Ou para ambos, o embranquecimento pela ação das instituições que alimentam a fantasia do "mundo branco": manicômios, prisões, escolas, quartéis, igrejas, hospitais, fábricas.

N. Rouland[139] aponta algumas das questões a serem consideradas pelos juristas na atualidade. Uma destas é a nova forma de se pensar o universalismo. Por um lado, considerar que há certos direitos que dizem respeito a todos os indivíduos da espécie humana, o que estabelece em parte a obrigação dos Estados de respeitá-los e de admitir seu florescimento, constituindo o que a tradição francesa caracteriza como os Estados de Direito. Por outro lado, considerar que não somente o autoproclamado Ocidente e seus colonialismos produziram desumanizações, mas em todo o planeta a espécie humana experimentou na história do século XX o horror, o genocídio, as ditaduras e os regimes autoritários.

Outra questão a ser considerada, em direta relação com esta universalidade, são as especificidades de certos grupos humanos. O direito à diferença conduziu conflitos e introduziu reiteradamente a desigualdade e a opressão nas sociedades nacionais. Todavia, a busca de uniformização e de assimilação dos Estados nacionais proclamou-se inúmeras vezes em detrimento dos valores da tolerância, do diálogo e do exercício da liberdade como proteção dos direitos. Os Estados podem representar, ambiguamente, o maior responsável pela garantia de direitos e o maior violador de direitos.

Boaventura de Souza Santos (2013), ao analisar o crescente e recente protagonismo dos tribunais na Europa e nas Américas, situa esta atuação no controle da legalidade do Estado moderno. Considera Souza Santos que as constituições nos Estados modernos têm nos tribunais um de seus pilares.

> No entanto, o significado sociopolítico dessa postura constitucional tem evoluído nos últimos 150 ou 200 anos. Essa evolução tem alguns pontos em comum nos diferentes países, não só porque os estados nacionais partilham o mesmo sistema interestatal, mas também porque as transformações políticas são em parte condicionadas pelo desenvolvimen-

138 É "Pelé Eterno" ou o "Atleta do Século" o primeiro negro a tornar-se ministro da república depois de quase cem anos sem a presença de um autodeclarado negro no primeiro escalão do governo brasileiro (SILVA, 2015).

139 Rouland (2004) em sua proposta de elaborar um manual planetário dos direitos das minorias e dos povos autóctones abre mão de tratar do continente africano, com a argumentação da indisponibilidade de informações suficientes somada a um conjunto de particularidades históricas aí presentes que o levaram a considerar a África um verdadeiro enigma. Seu manual também considera que os imigrantes, por não se beneficiarem da nacionalidade do país que os acolhe, não são justiciáveis de um direito das minorias.

> to econômico, que ocorre a nível mundial no âmbito da economia do mundo capitalista implantada desde o século XV. Mas por outro lado, essas mesmas razões sugerem que a evolução varia significativamente de Estado para Estado, consoante a posição no sistema interestatal e da sociedade nacional (SOUZA SANTOS, 2013, p. 2).

Tomando como modelo a realidade dos chamados países centrais do sistema mundial, as fases consecutivas enumeradas pelo autor para categorizar a atuação dos tribunais no Estado moderno são: o período do Estado liberal (do séc. XIX até a primeira guerra mundial), o período do Estado Providência (do final da primeira guerra mundial até os anos 1970 do séc. XX) e o período de crise do Estado providência (dos anos 1970 do séc. XX até a atualidade). Para George Reid Andrews (1998), nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, a onda democrática de reestruturação do projeto nacional caracteriza os anos 1980 do séc. XX[140].

No primeiro período analisado por Souza Santos, os litígios de que se ocuparam os tribunais estiveram estritamente focados nos indivíduos, tanto no que diz respeito às demandas propostas por estes quanto à validade das sentenças proferidas sobre estes. Naquele contexto, apenas o indivíduo poderia ser reconhecido pela burocracia estatal enquanto sujeito de direitos. Considera o autor que este período, em razão do desenvolvimento vertiginoso da economia capitalista e como consequência da Revolução Industrial, produziu o deslocamento de maciços contingentes de pessoas, e a emergência da chamada questão social (criminalidade, prostituição, insalubridade, habitação degradada, etc.). As desigualdades sociais testemunhadas neste período teriam produzido a eclosão de uma vastidão de conflitos capazes de definir as clivagens sociais e políticas da época, assim como ordenar as demandas que organizariam o período seguinte.

O período seguinte, do Estado Providência, é aquele em que se consagram os direitos sociais e econômicos, como educação, saúde e trabalho. O reconhecimento da legitimidade da atuação de atores coletivos em luta por direitos corresponde para Souza Santos às formas de organização coletivas que possibilitaram o estabelecimento de direitos coletivos.

O terceiro período, de crise do Estado Providência, é apontado como um período de indefinição para um novo modelo. A erosão da soberania do Estado Nacional em razão da globalização neoliberal da economia fez emergir um pluralismo jurídico de natureza transna-

140"Por todo o mundo capitalista e comunista, a década de 1980 foi a década da democracia, em que latino-americanos, europeus do leste, russos, chineses, filipinos, coreanos e paquistaneses mobilizaram-se contra as ditaduras sob as quais viveram durante décadas, e exigiram um papel mais amplo no governo" (ANDREWS, 1998, p. 44).

cional. O aumento da corrupção política, parte importante da crise da representação política nos regimes democráticos, afetou o acesso aos direitos sociais conquistados no período anterior (como trabalho, saúde e educação) através da promiscuidade entre poder político e poder econômico.

Além destes fatores, Souza Santos analisa que a possibilidade de transformar uma situação de prejuízo individual ou coletiva em litígio (como podemos averiguar no caso das iniquidades em saúde dos povos negros) é absolutamente dependente do contexto social. Na medida em que litígios são construções sociais, o mesmo padrão de comportamento pode ser considerado litigioso ou não litigioso de acordo com a sociedade, o grupo social ou o contexto em que ocorre. Em diferentes grupos sociais pode haver (e frequentemente há) percepções diferentes das situações de litígio e níveis diferentes de tolerância perante as injustiças em que elas se traduzem.

> Há, naturalmente, fatores relativos à personalidade importantes nesse domínio, mas só operam em conjunto com os fatores sociais, tais como classe, sexo, nível de escolaridade, etnia e idade. Os grupos sociais que ocupam nessas variáveis situações de maior vulnerabilidade são também aqueles em que tende a ser menor a capacidade para transformar a experiência de lesão em litígio (SOUZA SANTOS, 2013, p. 9-10).

O acesso mesmo às instituições responsáveis pela promoção de justiça, sobretudo, em países onde o Estado é muito deficiente, é qualificado por Souza Santos na condição de duplamente injusto para os grupos sociais mais vulneráveis. Além de não haver suficiente promoção da percepção mais ampla dos danos injustamente sofridos na sociedade, ainda que tal avaliação tenha lugar, não se permite que esta percepção se transforme em uma questão a ser tratada pelo aparato judicial.

Em grande medida a possibilidade de um grupo acessar a Justiça está respaldada ou interditada pelas autoridades técnicas que se interpõem entre a sistematização das demandas impostas pela realidade social vivida pelos agentes e as possibilidades de tradução e implementação dos ditames da norma ao contexto específico. Antes que se possa chegar aos tribunais, outras instâncias mais acessíveis e com um nível aceitável de eficácia podem assumir a posição de terceira parte em um litígio por reparação de direitos (SOUZA SANTOS, 2013, p. 13-14). A condição de terceira parte, comumente requerida tanto por antropólogos(as) como por lideranças políticas de comunidades, pode assumir a forma de mediação, arbitragem e adjudicação.

Almeida (2001) argumenta que os sistemas jurídicos modernos tomam como ponto de partida as tentativas de neutralização dos ele-

mentos de violência nos códigos, a conformação de atos de justiça sem derramamento de sangue. Compara este autor as análises de Georges Sorel e Michel Foucault que, apesar de suas diferenças, aproximam-se no estabelecimento de uma classificação temporal dos modelos de justiça[141]. Com isto, não se deve supor que, apesar da tendência explicitamente anunciada pelos sistemas de justiça, não exista uma contraparte de ameaça à integridade dos sujeitos alijados dos centros de poder nas sociedades modernas. Apesar das mudanças nos modelos de justiça, as formas de vingança privada persistem nas sociedades industriais modernas "embora contrariando as disposições legais formalmente instituídas e sob uma relativa tolerância dos aparelhos de poder com função repressiva" (ALMEIDA, 2006, p. 206).

As práticas e os discursos jurídicos podem ser considerados como produto do funcionamento de um campo cuja lógica específica está duplamente determinada. Por um lado, atuam as relações de força específicas que conferem estrutura e orientam as lutas de concorrência, ou de acordo com Bourdieu (2006, p. 211), "os conflitos de competência que nele têm lugar". Por outro lado, a lógica interna das obras jurídicas delimita o espaço dos possíveis e, deste modo, o universo das soluções propriamente jurídicas em cada período de vigência.

O campo jurídico é, de acordo com Bourdieu, o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, de exibição e disputa entre os que reivindicam a capacidade reconhecida de interpretar um corpus de textos que consagram a visão legítima e justa do mundo social. Desta forma, a coexistência de uma pluralidade de normas jurídicas concorrentes estaria excluída por definição da ordem jurídica. No entanto, e apesar disto, práticas sociais[142] não inscritas no conjunto de textos normativos permanecem informando e orientando a ação dos agentes sociais direta ou indiretamente envolvidos em contextos de disputa.

> Para explicar o que é o direito, na sua estrutura e no seu efeito social, será preciso retomar, além do estado da procura social, atual ou potencial, e das condições sociais de possibilidade – essencialmente negativas –- que ela oferece à 'criação jurídica', a lógica própria do trabalho jurídico no que ele tem de mais específico, quer dizer, a atividade de formalização, e os interesses sociais dos agentes formalizadores, tal como se definem na concorrência no campo jurídico e na relação entre

141 Almeida aponta algumas contradições na argumentação de Sorel que agrupa alguns países sob o mesmo tipo de desenvolvimento capitalista ainda que estes conservem diferentes tipos de ritos sumários de justiça, como os atos de execução de militantes negros nos conflitos raciais dos anos 1950-60 nos EUA, ou nos conflitos contra o colonialismo francês na Kabilia.

142 "As práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. O próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história" (FOUCAULT, 2003, p. 8).

> este campo e o campo de poder no seu conjunto (BOURDIEU, 2006, p. 241).

Um dos aspectos que contribui para propagar as interpretações presentes entre os agentes do campo jurídico para o campo de poder mais amplo é que grande parte da eficácia do direito está fundamentada na crença dos juristas na ordem jurídica vigente. Já o entendimento sobre o modo de aplicação da norma é justamente o ponto de divergência que orienta a disputa entre os participantes do *jogo.* Significa dizer que, se a norma é em alguma medida um consenso instável entre diversos, o modo de trazer a norma em sua aplicação prática é o pomo da discórdia onde as diferentes interpretações do próprio mundo social se manifestam. A não aplicação de uma norma na reorientação do funcionamento das relações entre diferentes agentes pode inclusive revelar o fracasso de uma mudança de discursos sem mudanças nas práticas ou nas relações de poder.

As teorias do pluralismo jurídico admitem, no entanto, que o direito produzido pelo Estado não seja o único. O direito, nesta concepção, "corresponde às normas produzidas pelas instituições, *estatais ou não*, que detêm o poder de ditá-las ou sancioná-las" (ROULAND, 2004, p. 16). Por esta via, deve-se apreciar que há diferentes níveis de apropriação de uma mesma norma jurídica, assim como diferentes normas jurídicas em disputa pela produção de consensos, e ambas as dimensões seriam constitutivas do lugar social dos agentes e coletividades sociais. A partir deste argumento, se pode compreender melhor o processo através do qual se estabelecem certas premissas para o estabelecimento da igualdade e da diferença perante a Justiça e o Estado.

3.2. Os direitos de identidade étnica e racial na América Latina

Entre os dias 25 e 29 de maio de 2015 ocorreu o Seminário Internacional *Project Social Cartography and Technical Training of Researchers and Social Movements in Kenia and Brazil* nas dependências da Universidade Federal do Amazonas. Aí foram discutidas por especialistas e militantes possibilidades de intercâmbio entre experiências brasileiras e de diferentes nações africanas (Quênia, Zimbábue e África do Sul) para promoção de direitos coletivos em diferentes comunidades. Um dos aspectos do debate que se desenrolou nesta ocasião, e que interessa particularmente à discussão proposta neste capítulo, é a forma como reiteradamente a convenção 169 tem sido reivindicada no Brasil como salvaguarda jurídica de diferentes comunidades e povos: faxinais,

fundos de pasto, terreiros, indígenas, pescadores, quilombolas, ciganos, ribeirinhos, caiçaras, quebradeiras de coco babaçu, etc.

Foi destaque em muitas falas de pesquisadores e representantes de movimentos sociais brasileiros o quanto a convenção 169 da OIT estabeleceu uma base para a definição de estratégias de reivindicação de direitos. No entanto, reconheceu-se também que somente em 2015, 11 anos depois que o Estado brasileiro se tornou signatário, a convenção 169 foi absorvida pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro em uma decisão sobre direitos quilombolas. Em brilhante análise realizada neste evento, o Prof. Dr. Carlos Frederico Mares destacou que a convenção 169 foi escrita e pensada na América Latina, resultando no fato de que pouco contemplava a situação dos países africanos. Justamente por isto, somente a República Centro Africana se tornou signatária entre as nações daquele continente. A convenção anterior, a 107, buscava contemplar a situação dos países africanos, no entanto esta tarefa não foi priorizada na convenção 169. Por esta mesma razão, a convenção 107 permanece válida na maior parte do continente africano[143]. A 169 trata de povos indígenas e tribais, e durante sua palestra o Professor Mares, explicou que não considera a terminologia quilombola como referente adequado para designar um povo. Em sua crítica, quilombo assemelha-se mais a um conceito genérico que busca abarcar distintas comunidades territorialmente localizadas e que tem em comum o vínculo com o passado de escravidão africana. Faltaria aos quilombolas, em sua opinião, para uma melhor adequação à categoria de povo, entre outros aspectos, o estabelecimento de trocas culturais contínuas entre as diferentes comunidades espalhadas pelo país[144]. Este pesquisador refuta, em termos gerais, a percepção de que os(as) quilombolas(as) de todo o país (que compõem apenas uma pequena parcela dos/as afro-brasileiros/as) possam reivindicar o reconhecimento de uma identidade enquanto povo a partir das definições estabelecidas no escopo de discussão elaborado pela convenção 169, se entendesse que esta convenção foi constituída a partir da realidade vivida pelos povos ameríndios.

As reformas de cidadania multicultural na América Latina, iniciadas nos anos 80 do século passado, estabeleceram medidas constitucionais e estatutárias proibindo a discriminação racial na maioria dos países. Ainda assim, toda a região apresenta um alto-grau de desigualdade racial e de discriminação contra populações afrodescendentes e indígenas.

143 Vale considerar que o que se estabelece na comunidade das nações em relação aos africanos do continente, tem efeitos sobre o status de seus descendentes afrodiaspóricos e vice-versa.

144 Estas considerações causaram severos desconfortos nas lideranças quilombolas presentes ao evento, o que demonstra que estão em total desacordo com suas premissas e conclusões. Não é objetivo deste autor depreciar a análise do professor Marés, antes, porém, exemplificar um processo de discussão muito mais amplo, conforme o texto busca demonstrar.

Tais reformas significaram uma mudança profunda na compreensão do mundo social representada na norma legal, acaso se leve em conta que muitos países da região se constituíram com ideologias nacionais de mestiçagem que enfatizavam a mistura racial da população e, deste modo, a ausência de discriminação racial ou cultural. Até fins do segundo milênio a maioria dos países da América Latina sequer reconhecia a existência de povos indígenas e afrodescendentes.

Fajardo (2009) analisa a regulamentação que orienta os direitos dos povos indígenas[145] na América Latina e destaca alguns desafios e tarefas pendentes para o exercício efetivo de tais direitos. Entre estes desafios está a "mudança na cultura jurídica tanto de funcionários e operadores jurídicos, como de usuários e beneficiários do sistema" (FAJARDO, 2009, p. 12). A implementação do marco de direitos existentes depende, entre outros aspectos, da participação não tutelada das populações alvo junto com os outros povos na construção de Estados democráticos e pluralistas. O convênio 169 da OIT sobre os povos indígenas e tribais em países independentes, do ano de 1989, "proscreve as políticas de assimilação ou integração forçada que alienavam os povos indígenas da capacidade de tomar decisões sobre o seu destino" (*op. cit.*, p. 20) inclusive no que diz respeito aos seus direitos à educação, trabalho e saúde.

> Pode-se dizer que este Convênio, ao reconhecer a existência de vários povos no interior de um mesmo Estado e novas formas de relação entre Estado e os povos indígenas – já não mais baseadas na imposição, mas na consulta, participação e respeito – inaugura uma nova política de tratamento e possibilita a construção de *Estados Pluralistas* (FAJARDO, 2009, p. 21).

Esta orientação se aprofunda na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007. A Declaração é resultado de um estudo iniciado em 1982 pelo Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas dentro da Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias. Uma das premissas desta declaração é o princípio da igual dignidade dos povos, que ampliou o princípio da igual dignidade dos indivíduos, proscrevendo o genocídio e assimilação forçada como formas de extermínio cultural. Apesar do tema estar articulado com a questão das minorias em âmbito internacional, os povos indígenas na América Latina são considerados, em geral, como povos autóctones em seus países.

145 "O direito internacional, hoje, identifica como povos indígenas aqueles povos que descendem de povos que pré-existem aos Estados atuais (feito histórico), conservam totalmente ou parcialmente as suas instituições sociais, políticas, culturais, ou modos de vida (vigência atual), e que tem autoconsciência da sua própria identidade (critério subjetivo)" (FAJARDO, 2009, p. 12).

Fajardo identifica três ciclos consecutivos de reformas constitucionais na América Latina na passagem do séc. XX para o séc. XXI: anos 1980, 1990 e 2000. O Brasil, apesar de identificado como último integrante do primeiro ciclo de reformas, com sua última Magna Carta proclamada em 1988, está no limiar do segundo ciclo. A característica deste primeiro ciclo é a introdução do direito (individual e coletivo) à identidade cultural. A característica do segundo ciclo é a incorporação dos direitos contidos no Convênio 169 da OIT, que desenvolve mais o conceito de "nação multiétnica" e "estado pluricultural", qualificando a natureza da população e avançando rumo ao caráter do Estado.

É durante as décadas de 1980 e 1990 que, além da proscrição legal do racismo, vários países latino-americanos implementaram reformas visando à cidadania multicultural. Estas reformas estabeleceram alguns direitos coletivos para os grupos indígenas, mas não para os afrodescendentes. Na maioria absoluta dos casos de reforma multicultural na América Latina, os grupos indígenas foram muito melhor sucedidos na obtenção de direitos coletivos que os afrodescendentes. Mesmo nos casos em que os afrodescendentes obtiveram direitos coletivos, em quase nenhum país foram contemplados da mesma maneira que povos indígenas. Além disso, apenas um pequeno subconjunto de afrodescendentes – em geral comunidades rurais que descendem de escravos foragidos – conquistou direitos coletivos durante as mencionadas reformas. Brasil e Colômbia estão entre os raros países da região que buscaram elaborar outros meios legais para combater o racismo, como a proposição de Ações Afirmativas.

Se a proposição de reconhecimento do pluralismo jurídico estiver legitimada só e tão somente na pluralidade cultural, não absorverá as demandas fundamentadas nos prejuízos em decorrência do racismo. Indígenas e afrodescendentes foram racializados, porém de forma distinta na América Latina. A utilização de uma identidade cultural diferenciada, como ferramenta para a concessão de direitos coletivos, favoreceu aos indígenas e excluiu afrodescendentes na reivindicação de direitos coletivos. Ao mesmo tempo, os "direitos coletivos baseados na diferença cultural se tornaram a principal via legal para reverter a exclusão política e a discriminação racial sofrida pelos dois grupos" (HOOKER, 2006, p. 94).

> Os casos em que essas populações ganharam o reconhecimento como grupos distintos com direitos coletivos próprios, em particular os relativos à terra ou à autonomia territorial, foram, em geral, aqueles em que a existência de comunidades rurais de descendentes de escravos foragidos possibilitou a articulação das lutas em torno de uma retórica similar a dos povos indígenas. As reivindicações pela terra e outros direitos

> coletivos formuladas por essas comunidades negras – conhecidas como quilombos no Brasil, *creoles* e *garifuna* na América Central e *cimarrones* ou *palenques* na Colômbia e no Equador – são similares àquelas apresentadas pelas comunidades indígenas (HOOKER, 2006, p. 96-97).

Refutando as explicações comumente apresentadas para o discrepante tratamento dos dois grupos – tamanho relativo da população, falta de mobilização dos(as) afrodescendentes, baixo nível de organização do Movimentos Negros – Hooker demonstra que elas não respondem como se construiu o apoio político e da opinião pública para uma identidade indígena, e o mesmo não ocorreu em relação a uma identidade afrodescendente.

> O Estado e a opinião pública dos países latino-americanos foram, assim, mais sensíveis a demandas dos portadores da identidade indígena do que da afrodescendente, e às reivindicações formuladas em torno da diferença cultural ou etnicidade (indígena) do que às vinculadas a raça ou racismo (negritude). Um importante fator do êxito na conquista de direitos coletivos é, portanto, a habilidade dos grupos minoritários de formular demandas em termos adequados à lógica segundo a qual esses direitos são considerados justificados pelo regime de cidadania multicultural, lógica que implica a posse de uma identidade cultural distinta (HOOKER, 2006, p. 99).

A desigualdade no acesso a direitos coletivos durante as reformas de cidadania multicultural na América Latina é decorrente da persistência de certos pressupostos, enraizados nas sociedades nacionais da região, a respeito do tipo de sujeito racial e cidadão nacional constituído pelos(as) afrodescendentes e pelos(as) indígenas.

A contribuição ancestral dos povos indígenas, considerados como autóctones, na construção da nação e da cultura nacional, ocupa certo lugar no universo simbólico da maioria dos países latino americanos, ainda que na atualidade possam ser considerados marginais e tradicionais[146]. Os(as) negros(as), ainda que associados pelo racismo à condição de anterioridade na evolução biológica, não são vistos como portadores de uma cultura "tradicional" ou ancestral na América Latina. O que mudou com as reformas de cidadania multicultural não foram os atributos associados aos povos indígenas, mas o valor dado a estes atributos. A posse de uma cultura ancestral já não mais representa apenas o "atraso" em relação ao modelo de desenvolvimento econômico e ao

146"A ideologia do *indigenismo*, que retrata o índio como símbolo paradigmático da identidade nacional em países como México e Peru, também facilitou a percepção desse povo como um grupo distinto digno de reconhecimento. Os afro-descendentes, em contraste, permaneceram invisíveis em grande parte das narrativas nacionais de *mestizaje* latino-americanas e, portanto, seu lugar na comunidade política nacional é mais ambíguo. Mesmo nos casos em que são reconhecidas as raízes culturais africanas da cultura nacional, como no Brasil e em Cuba, é difícil sustentar a especificidade da cultura negra quando ela é identificada à cultura nacional" (HOOKER, 2006, p. 101).

progresso social, passou a significar contemporânea e alternativamente uma riqueza cultural digna de preservação por meio de direitos coletivos especiais. Nas palavras de Boaventura de Souza Santos, ao justificar a defesa do direito coletivo dos indígenas por seu território graças a sua diversidade cultural (relação específica com a natureza), e pela preservação da biodiversidade do planeta:

> A relação desses povos com a natureza permitiu criar formas de sustentabilidade que hoje se afiguram decisivas para a sobrevivência do planeta. É por essa razão que a preservação dessas formas de manejo do território transcende o interesse desses povos. Interessa ao país no seu conjunto e ao mundo. Pela mesma razão, o reconhecimento dos territórios tem de ser em sistema contínuo, pois doutro modo desaparecem as reservas e, com elas, a identidade cultural dos indígenas e a própria biodiversidade (SOUZA SANTOS, 2008).

A afirmação de uma identidade étnica, da especificidade cultural, como chave para a conquista de direitos coletivos é ilustrada pelo fato de que os países em que afrodescendentes obtiveram reconhecimento como grupos distintos e direitos coletivos foram, em geral, aqueles onde conseguiram reivindicar uma posição autóctone, similar a dos ameríndios[147]. O status de minoria nacional dos povos negros na América Latina, descendentes do maior processo de migração transoceânica forçada da história da humanidade, considerando o período e o contingente humano, não foi devidamente considerado na repactuação das democracias da região.

A separação entre política racial e étnica geralmente presume que afrodescendentes podem ser excluídos da análise da política étnica na América Latina, já que estes constituem um grupo racial enquanto os índios formam um grupo étnico. A fragmentação nítida entre raça e etnicidade desconsidera o fato de que, historicamente, "indígena" funcionou como uma categoria racial na América Latina. Não foi em decorrência da diferença cultural que as diversas populações nativas das Américas passaram a ser consideradas como indígenas[148]. A estratégia de mobilização limitada a utilizar a diferença cultural para garantir o

147"*Creoles* e *garifuna* de Honduras; na Guatemala e na Nicarágua, por exemplo, ocupam uma posição autóctone semelhante a dos índios. Esse *status* 'aborígine' é baseado na linguagem e cultura distintas, presença anterior à formação do Estado nacional, associação histórica com grupos indígenas durante o Mosquito Kingdom and Reserve no caso dos *creoles* da Nicarágua e intercasamento com populações indígenas no caso dos *garifuna*" (HOOKER, 2006, p. 103).

148"Os conquistadores rotulavam as populações mais diversas desde o norte até o sul do continente americano. Tais populações diferiam umas das outras tanto no aspecto físico como nas suas tradições. Membros de sociedades tão distintas como os Incas e os Tupinambá, que falavam línguas completamente diferentes, que tinham os costumes mais diversos (...), eram tanto uns como outros incluídos na mesma categoria: índios. Nada, pois, havia de comum entre as populações americanas que justificasse serem denominadas por um único termo, índios, a não ser o fato de não serem europeus" (MELATTI, 1987, p. 19-20, apud GARNELO, 2009, p. 1038).

acesso a certos direitos coletivos preserva intocado o racismo anti-indígena e pode, inclusive, servir para subordinar povos indígenas que não possuem meios para performatizar de forma convincente sua alteridade em relação à cultura hegemônica da sociedade nacional.

> O Plano de Ação da Conferência Regional das Américas contra o Racismo (2000), ocorrida em Santiago/Chile, requisita que a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) promova ações para o reconhecimento da raça/grupo étnico/gênero como variável significante em matéria de saúde e que desenvolva projetos específicos para a prevenção, diagnóstico e tratamento de pessoas de descendência africana (MAIO; MONTEIRO, 2010, p. 299).

Além disso, há que se considerar que definições de raça e etnia podem sobrepor-se, já que várias identificações raciais podem coexistir no interior do mesmo grupo étnico e vice-versa. Vale rejeitar o pressuposto de que todos os afrodescendentes se veem apenas e tão somente como sujeitos raciais e não reivindicam a posse de identidade "étnica" ou direitos coletivos com base nesta.

3.3. Saúde e diferença étnico-racial à brasileira

> O caráter do regime político no poder em qualquer determinado momento histórico e as políticas que ele põe em ação têm um impacto direto sobre as maneiras pelas quais os negros se organizam e pressionam por mudanças políticas. E esses movimentos negros, por sua vez, têm desempenhado um papel direto impulsionando as repetidas transições do Brasil de um tipo para outro do regime – da monarquia (1822-1889) para a república oligárquica (1891-1930), da ditadura corporativista (1937-1945) para a república populista (1946-1964), da ditadura militar (1964 – 1985) para a Terceira República – a defeituosa, irregular, mas inexorável democratização da política brasileira (ANDREWS, 1998, p. 46-47).

A abolição da escravidão no Brasil (1888) ocorre quase em simultâneo com o nascimento da República (1889) e com a profusão dos ideais de igualdade e cidadania relacionados. O paralelo entre a expansão dos princípios republicanos e liberais e a adesão às formulações racistas durante o período parece refletir a dificuldade para operar o direito individual e o acesso à cidadania em uma sociedade profundamente hierárquica. A hierarquia racial e outros problemas de uma sociedade multirracial foram respondidos com políticas de incentivo à imigração europeia e com a valorização da miscigenação.

> Vale ressaltar que nem no período republicano este país ficou imune a leis racistas. Por exemplo, no início da República, o governo brasileiro

> publicou o Decreto n.º 528, de 28 de junho de 1890, que objetivava regularizar a introdução de imigrantes no país. A regularização contemplava, de fato e de direito, o desejo de importar apenas europeus brancos, uma vez que o decreto se referia ao pagamento de passagens somente a estes (art. 7º) e também proibia a entrada de negros e amarelos no país, nos seus artigos 1º, 2º e 3º (SANTOS, 2011, p. 73).

A unidade do país à época foi projetada para ser construída à custa da eliminação de negros(as) e indígenas e do gradual branqueamento do povo brasileiro pela miscigenação. A tese do branqueamento, ainda presente nos debates da Assembleia Nacional Constituinte em 1934, vai sendo progressivamente remodelada na ideologia da Democracia Racial que se consolida após os anos 1950.

> A democracia racial forneceu nova chave interpretativa para a realidade brasileira da época: a recusa do determinismo biológico e a valorização do aspecto cultural, reversível em suas diferenças. [...] Todavia, cabe lembrar que tal análise, ancorada na cultura não implica a integral negação da inferioridade dos negros. [...] Ao mesmo tempo, ao negar a influência do aspecto racial na conformação da desigualdade social brasileira, ela representou um obstáculo no desenvolvimento de instrumentos de combate aos estereótipos e preconceitos raciais que continuavam atuantes na sociedade, intervindo no processo de competição social e de acesso às oportunidades (SILVA et al., 2009, p. 264).

A inserção dos(as) negros(as) brasileiros(as) no processo político e econômico se deu por meio de políticas nacional-populistas, de inclusão subalterna das classes e grupos populares, e pela contenção dos poderes das oligarquias tradicionais e suas ideologias racistas.

> Desse modo, a democracia racial fez parte de um esforço ideológico mais amplo para reconciliar os ideais republicanos de igualdade e participação, com a realidade da exclusão social e política. Ela afirma que, devido à ausência de barreiras raciais na vida brasileira, quando a escravidão foi abolida os negros estavam livres para entrar na sociedade brasileira em termos de completa igualdade com os brancos, e na verdade que assim o fizeram a partir de 1888. Embora essas declarações tenham encontrado pouco apoio na realidade empírica, elas garantiam àqueles que a ouviam que mesmo que o Brasil não tivesse alcançado uma democracia política, havia alcançado uma forma de democracia social, e esta última guardava dentro de si as sementes da primeira (ANDREWS, 1998, p. 43).

As políticas de Estado para regulação das relações sociais durante este período não adquiriram qualquer caráter de intervenção compensatória ou redistributiva, mas ajudaram a orientar o projeto de construção nacional e de integração social, preservando a subordinação de minorias e autóctones. Dentre essas políticas está a criação da legislação tra-

balhista e do Ministério do Trabalho, que provocou profundas mudanças nas relações laborais no Brasil. O fato de que os movimentos e os sindicatos dos(as) trabalhadores(as) tiveram dificuldades para preservar sua autonomia política, ao serem subordinados por meio dos chamados sindicatos "pelegos"[149], parece de menor importância na atualidade de pesados ataques às garantias trabalhistas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho. É naquele mesmo período, em que se dá início a um sistema público de proteção social, com a constituição das primeiras políticas de saúde e de educação pública pelo Estado brasileiro.

Na periodização proposta por Souza Santos (2013) para a análise da "evolução do Estado moderno", o Brasil é incluído entre os países periféricos e semiperiféricos do sistema mundial, juntamente com Portugal.

> Durante o período liberal, muitos desses países eram colônias e continuaram a sê-lo por muito tempo (os países africanos); outros só então conquistaram a independência (os países latino-americanos). Por outro lado, o Estado-providência é um fenômeno político exclusivo dos países centrais. As sociedades periféricas e semiperiféricas caracterizam-se em geral por chocantes desigualdades sociais que mal são mitigadas pelos direitos sociais e econômicos, os quais, ou não existem, ou se existem têm uma deficientíssima aplicação (SOUZA SANTOS, 2013, p. 8).

Durante a Era Vargas (1930 a 1945) e dos governos militares (1964 a 1985) houve grande refluxo nos movimentos sociais de militância antirracista herdeiros de uma tradição que vinha desde o séc. XIX. As demandas por participação política dos movimentos negros e reconhecimento do racismo foram duramente reprimidas. Getúlio Vargas colocou na ilegalidade as organizações políticas negras existentes no país, a pergunta sobre "cor" chegou a ser suprimida do Censo Demográfico de 1970, e a existência de um problema racial no Brasil foi definido como questão de "segurança nacional"[150].

---

149 "Outra política de Estado foi a criação da 'Lei dos 2/3', que estabelecia que as empresas instaladas em território nacional deveriam cumprir a cota mínima de 2/3 de trabalhadores brasileiros em seus quadros, atacando assim a exclusão da população brasileira, em grande parte negra, do mercado de trabalho, motivada pela intensa imigração de trabalhadores europeus que eram preferidos para ocupar os postos de trabalhos das empresas" (SALES JR, 2006, p. 229).

150 "Um dos coordenadores da pesquisa subvencionada pela UNESCO nas décadas de 1940 e 1950, [Florestan] Fernandes e seus colaboradores produziram muitos livros e artigos atacando o 'mito' da democracia racial e revelando a realidade da desigualdade racial e revelando a realidade da desigualdade e discriminação racial em seu país. Como os governos militares da década de 60 definiram essa crítica como um ato de subversão, no expurgo acadêmico de 1969, Fernandes foi cassado de seu cargo de professor da Universidade de São Paulo, e posteriormente ensinou nos Estados Unidos e no Canadá. No final da década de 70, ele pôde reassumir o ensino em São Paulo, e em 1986 foi eleito deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, e nessa qualidade trabalhou na assembleia constituinte que escreveu a Constituição de 1988" (ANDREWS, 1998, p. 29-30).

No interstício entre os períodos autoritários do século XX, o Estado brasileiro se tornou signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Os governos militares foram signatários de três importantes tratados internacionais sobre o tema da discriminação racial: a Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), concernente à Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão (1968); a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (1968); e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação (1969). Além disto, o Estado brasileiro, durante o período da ditadura militar, fez-se presente nas Conferências Mundiais contra o Racismo em 1978 e 1983 (SILVA et al., 2009, p. 264).

No Brasil, o campo da saúde coletiva, em termos de uma área específica de conhecimento, começa a ser esboçada nos 70. O domínio epistemológico que se inaugurou aí propunha novas relações entre sociedade e Estado. Houve relevante produção acadêmica em que foram feitos estudos para a formulação de políticas públicas, sobre o papel do Estado no controle da saúde da população, e para a organização de suas instituições para as novas práticas que se propunham[151].

> Todos eles a seu modo, e desde diversas perspectivas teóricas, buscavam responder ao tipo de sistema de saúde que precisava ser construído, tendo como pano de fundo a noção de saúde para todos que era o *leitmotiv* da época, sobretudo a partir da conferência de Alma Ata realizada em 1978, e os subsequentes paradigmas que se desdobraram da concepção de atenção primária de saúde e promoção de saúde, consignados na Carta de Otawa (CASTRO; SILVA, 2005, p. 48).

A primeira peça da legislação federal brasileira voltada para o enfrentamento do racismo anti-negro foi a Lei Afonso Arinos, aprovada em 1951[152] e motivada por eventos de discriminação no acesso a espaços exclusivos da elite branca sofridos por uma negra estadunidense no

151 "[...] novos conceitos emergem num momento, que se estende desde os últimos anos da década de setenta até o final da década de oitenta, período em que o Brasil pensa a restituição de um processo democrático que dará nova ordem e novas feições ao fazer político em todos seus níveis. Nesse contexto, a saúde é pensada como produto concreto das relações sociais e, portanto, em um campo de tensão entre distintas forças não isento de valores, como ocorre em todos os processos de natureza social. Por outro lado, os movimentos da sociedade civil, já então atuantes, com maior ou menor grau de organização e presença, passam a ocupar espaços importantes no plano político e propor soluções para a grande dívida social que o Brasil começava a reconhecer ter que saldar" (CASTRO; SILVA, 2005, p. 48).

152 "[...] foram apresentados 117 (cento e dezessete) projetos de lei na Câmara dos Deputados, de 1950 a 2002, sobre a questão racial brasileira. Destes 117, 32 (trinta e dois) foram apresentados na década de 1980 e 73 (setenta e três) foram apresentados entre 1990 e 2002 [...]. Ou seja, foi principalmente a partir da entrada destes três parlamentares negros, Paulo Paim (PT/RS), Luiz Alberto (PT/BA) e Benedita da Silva (PT/RJ), no Congresso Nacional, juntamente com o trabalho que já vinha sendo realizado pelo ex-parlamentar Abdias do Nascimento [PDT/RJ], que a questão racial começou a ser debatida de forma mais consistente no âmbito do Poder Legislativo brasileiro" (SANTOS, 2011, p. 12).

Brasil. Ou seja, admitia-se a existência do racismo no país, ao passo que se evitava que negros(as) brasileiros(as) tivessem a possibilidade de judicializar a discriminação racial que sofriam. O escândalo e o constrangimento estavam colocados pela agressão a uma mulher negra do primeiro mundo, e não pelos eventos cotidianos de discriminação aos(as) brasileiros(as) negros(as).

Um lento e gradual distanciamento entre as posições de Brasil e Portugal na geopolítica mundial começa na Segunda Guerra Mundial, segue por todo o regime Salazarista, e persiste até depois da revolução dos Cravos. O Brasil, a partir de sua adesão ao bloco de países aliados, passa a preocupar-se cada vez mais com sua imagem de país comprometido com o antirracismo frente a comunidade das nações modernas do mundo. Portugal, que havia se mantido como país neutro na segunda guerra, e possuía colônias na África até 1974, teve seu império colonial desmantelado em meio a Guerra Fria e suas convulsões políticas internas. Neste contexto, o Brasil forneceu apoio, por distintos meios, às independências de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola e Moçambique.

O país tinha o interesse em ocupar o vácuo de poder deixado com a queda do império colonial português na África, porém sem tocar a desigualdade racial que atingia desfavoravelmente os(as) afro-brasileiros(as). No Brasil somente após o fim da Ditadura Militar, com a Constituição Federal (CF) de 1988, houve destaque na legislação para os temas da discriminação racial, da diversidade cultural e do reconhecimento dos direitos coletivos dos(as) remanescentes (de um passado) de quilombos. A diversidade cultural assumiu na CF a condição de patrimônio comum a ser valorizado e preservado (Arts. 215 e 216).

> Cabe ainda ressaltar o reconhecimento dado pela constituição à pluralidade étnica/racial da população brasileira. Ao estabelecer a proteção das culturas afro-brasileiras e a necessidade de fixação das datas comemorativas significativas para os diferentes "segmentos étnicos nacionais" (Art. 215) e acolhimento das contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro no ensino de história (Art. 242), não apenas se reconhece a diversidade da formação nacional, como se aponta a necessidade de acolhê-la nos eventos culturais e práticas educacionais (SILVA et al., 2009, p. 269).

No entanto, as reformas de cidadania no Brasil, assim como em toda a América Latina, privilegiaram certos(as) agentes e modos de formular as reivindicações que encerram potenciais consequências negativas. A necessidade de afirmar uma identidade étnica ou cultural distinta significa que não só a maioria dos(as) afro-brasileiros(as), mas também alguns grupos indígenas não puderam conquistar direitos cole-

tivos. Assim, negros(as) e indígenas brasileiros(as) que não conseguem afirmar uma identidade "étnica" carecem de uma base para reivindicar certos direitos, ainda que sofram exclusão política e discriminação racial. Mas, se a maioria dos(as) negros(as) no Brasil é de fato urbana e não se distingue etnicamente da cultura híbrida mais ampla, então ela estará em desvantagem na luta pelos direitos coletivos, pelo menos enquanto estes forem concebidos em termos de diferença cultural[153] e silenciarem a denúncia de racismo baseado no fenótipo.

O reconhecimento da diversidade cultural não necessariamente enfrenta os aspectos sociais e econômicos da injustiça racial e permite que os Estados continuem ignorando a existência do racismo[154]. A disparidade no acesso a direitos coletivos ainda pode gerar divisões entre os(as) que conseguem e os(as) que não conseguem conquistá-los, tanto no interior como entre povos afrodescendentes e povos indígenas.

O tema das desigualdades raciais não aparece no texto da CF 88, porém este abarca os princípios da promoção da igualdade e do combate a discriminações e preconceitos[155].

Ainda que compartilhem o alijamento do direito à saúde, trabalho e educação de qualidade, a perspectiva de reconhecimento da diferença para povos afrodescendentes e indígenas se dá por processos bastante específicos, tanto no contexto do Estado brasileiro, quanto internacionalmente. Rouland (2004) distingue no plano internacional as minorias

153 "Foi-se na verdade, no tempo e na história, a oportunidade dos escravocratas e racistas de permitir à população negra escravizada e aos seus descendentes que conhecessem suas origens étnicas no continente africano. Por certo que os povos são constituídos e agrupados por relativa uniformidade cultural, o que os identifica etnicamente. Daí, sim, que grupos étnicos de diversas nações africanas foram trazidos no tráfico negreiro transatlântico sem que os escravocratas e as elites nacionais se preocupassem, na época e no presente, em buscar o conhecimento de a quais grupos étnicos os africanos aqui trazidos pertenciam. Caso as nossas elites tivessem tido esta preocupação, provavelmente elas iriam produzir o primeiro movimento humanitário da sociedade branca brasileira de respeito aos direitos fundamentais do ser humano, que é conhecer suas origens e sua ancestralidade para a ideal conformação das suas diversas identidades" (SANTOS, 2011, p. 63-64).

154 "Na última fase do processo de aprovação do projeto do Estatuto da Igualdade Racial, mais especificamente após o Parecer n.º 816/2010, do relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, senador Demóstenes Torres (DEM/GO), verifica-se a alteração do adjetivo *racial* ou do substantivo *raça* pelos termos *etnia* ou étnico. Os termos *racial* e *raça* foram mencionados no PL nº 6.264/05, que havia sido aprovado na Câmara dos Deputados, enquanto os termos *etnia* e *étnico* foram propostos e/ou introduzidos pela relatoria da CCJ do Senado Federal. Assim, os dispositivos que se referiam à "discriminação racial", à "intolerância étnico-racial", à "igualdade racial", à "desigualdade racial", à "diversidade racial", às "práticas discriminatórias racialmente adotadas", às "relações raciais", às "diferenças raciais", à "raça" e ao "racismo", em sua maioria, foram mudados para dispositivos que aludem a "direitos étnicos", "intolerância étnica", "igualdade étnica", e assim sucessivamente" (SANTOS, 2011, p. 62-63).

155 "(...) como tem destacado a bibliografia sobre o tema, a centralidade dada aos princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º), de redução das desigualdades (art. 3º), de recusa de qualquer forma de discriminação ou preconceito (Art.3º), da prevalência dos direitos humanos (art. 4º), e da defesa da igualdade (Art. 5º), permitiu o acolhimento não apenas do repúdio ao racismo (Art. 5º, inciso XLII), mas de ampla defesa da justiça, do combate aos preconceitos e da defesa da pluralidade, todos com transbordamento direto à questão racial" (SILVA et al., 2009, p. 268-269).

dos povos autóctones, ainda que reconheça que esta distinção não se encontra plenamente traduzida no direito. É possível registrar inclusive que, temporalmente, a agenda dos povos autóctones foi absorvida pelas Nações Unidas quase 20 anos antes do mesmo tratamento ser oferecido aos afrodescendentes, considerados como minorias nacionais em sua diáspora para as Américas. Em 1993 a ONU proclamou este o Ano Internacional dos Povos Autóctones - *Indigenous People* - e iniciou dois anos depois seu decênio (ROULAND, 2004, p. 21). Uma ação similar proposta pela ONU voltada para os descendentes da diáspora africana irá ocorrer apenas em 2011.

O aparato jurídico capaz de indicar soluções estatais para as demandas sociais de resolução de desigualdades étnico-raciais nas áreas da educação, saúde e trabalho constitui-se como parte de um processo de repactuação social que propõe um novo lugar para os descendentes de africanos(as) e indígenas no projeto de país democrático. Trabalho e educação significariam em alguma medida para as instituições do Estado, ferramentas de integração dos povos subjugados às diretrizes de manutenção e funcionamento da ordem social[156].

A segregação no trabalho e educação está densamente vinculada aos modelos políticos de regulação de conflitos étnicos voltados para a gestão da diferença, enquanto a diferença no acesso à saúde é o princípio básico dos modelos que visam à eliminação da diferença como política de regulação de conflitos étnicos. Reconhecer que há prejuízo dos povos negros no acesso à saúde significa reconhecer, em alguma medida, a condução de um processo de eliminação e debilitação física de um contingente humano específico. Saúde, ainda que possa ser utilizada como ferramenta de controle de comportamentos e domesticação dos corpos, além de prover parte dos insumos necessários para a disponibilização da força de trabalho, guarda sua contrapartida de ameaça direta à integridade do corpo dos sujeitos e de suas chances de viver sem sofrimento. Viver sem sofrimento significa, entre outras coisas, viver sem racismo e o sofrimento (físico e psíquico) que ele produz[157]. O enfrentamento da discriminação nos campos do Trabalho e Educação já alcançou há tempos outro tratamento na norma jurídica, considerando que foi alvo dos dois primeiros tratados internacionais sobre discriminação incorporados à legislação brasileira, ainda durante a ditadura militar[158].

156"Deve ser lembrada a proibição da diferença salarial ou admissão por motivos de cor (Art.7º Inciso XXX) e garantia de uma educação sem preconceitos (Art. 227)" (SILVA et al., 2009, p. 269).

157"A maior parte dos autores na área da saúde pública concebe as experiências discriminatórias como uma forma específica de estresse para suas vítimas e, nesta perspectiva, oferece sentido às associações com condições ou comportamentos deletérios em saúde" (BASTOS, 2012, p. 28).

158 Convenção 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), concernente à Discriminação em

O que não significa dizer que, desde então, o Poder Legislativo no país seja efetivamente sensível ao tema. Mesmo considerando que a legislação propugne efeitos mais simbólicos do que efetivos na mudança real da qualidade de vida das pessoas, o sistema jurídico constituído através do mandato dos legisladores internaliza os conceitos de interesse do Estado, a fim de reorganizar e devolver ao mesmo Estado, – agora em forma de leis – normas e regulamentos para adequar e manter os merecimentos da população (SANTOS, 2011). No caso brasileiro, o Poder Legislativo, independente das reflexões que se possa fazer sobre a representação democrática para a eleição dos congressistas, tem sido resistente à participação significativa de negros(as) e indígenas e à absorção de suas demandas durante todo o período republicano, e ainda bem mais antes disto. Quando comparado a outros países da América Latina, como a Colômbia, por exemplo, o congresso brasileiro apresenta baixíssimos índices de participação negra ou indígena.

Apesar disto, considera Souza Santos, que o Brasil está entre os países em que os tribunais assumiram ao longo da década de 1980, no auge da crise do Estado providência, "uma postura mais ativa e agressiva na defesa dos direitos" (2013, p. 9). Ou seja, há franca e severa discrepância entre a interpretação da norma por parte do poder judiciário e a compreensão de projeto de país revelada na prática e na composição do poder legislativo. Em outro artigo (SOUZA SANTOS, 2008) considera que a judicialização da política no Brasil pode ser um caminho para superar contradições sociais que atravessam o país desde a época colonial.

O autor chama de *justiça histórica* o combate à injustiça social que possui um forte componente de racismo anti-indígena e anti-negro, ou a reparação de "uma sociedade cuja prosperidade foi construída à base de usurpação violenta dos territórios indígenas e com recurso à sobre-exploração dos escravos que para aqui foram trazidos" (SOUZA SANTOS, 2008). Algumas das ações que tramitaram pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, a regularização dos territórios quilombolas e as AA trataram, segundo Souza Santos, de redefinir concepções de país, de soberania e de desenvolvimento. Sua compreensão é que, dado o peso de um passado injusto, não é possível, pelo menos por algum tempo, reconhecer a igualdade das diferenças (interculturalidade) sem reconhecer a diferença das igualdades (reconhecimentos territoriais e ações afirmativas) (SOUZA SANTOS, 2008).

Matéria de Emprego e Profissão (1968) e a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (1968).

A norma jurídica vigente no Brasil indica que o racismo é crime imprescritível e inafiançável, e que todos devem ter direito à saúde independentemente de raça ou etnia. Mas será que os conceitos de raça e etnia significam o mesmo para os(as) diferentes agentes sociais e coletividades envolvidos(as) na interpretação da norma jurídica?

Pesquisadores e formadores(as) de opinião[159] que defendem e apoiam a existência de uma política de saúde para os povos indígenas, justificada pelos prejuízos no acesso à saúde impostos pela diferença cultural com que caracterizam estes povos[160], são muitas vezes os(as) mesmos(as) que protestam furiosamente contra o estabelecimento de uma política de saúde para negros(as), que toma como base a necessidade de superação dos prejuízos à saúde derivados da desigualdade racial. Ainda que reconheçam que há "outros grupos reconhecidamente desfavorecidos na sociedade brasileira" (GARNELO, 2008, p. 1041) consideram que "as condições de saúde dos povos indígenas os colocam em desvantagem frente a outros segmentos da população brasileira" (*op. cit.*, p. 1039). Não se trata de realizar uma disputa entre os prejudicados, e sim de conhecer os prejuízos sociais específicos para a saúde e construir respostas eficazes.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910, foi o primeiro órgão para gestão dos povos indígenas no Brasil republicano. Porém, não tinha atuação sistemática na promoção de saúde junto a estas populações. A trajetória da atenção à saúde dos povos indígenas tem início em 1956, com a criação pelo Ministério da Saúde (MS) do Serviço de Unidades Sanitárias (SUSA) vinculado ao Serviço Nacional de Tuberculose (SNT). A criação da SUSA é resultado do *Plano para a Defesa do Índio Brasileiro contra a Tuberculose*, elaborada pelo médico Noel Nutels em 1952, com base nos dados colhidos durante a expedição Roncador-Xingu nos anos 1940 (GARNELO, 2008; LANGDOM, 2000).

Como resultado de um conjunto de denúncias de violações dos direitos destes povos [161] foi extinto o SPI e criada em 1967 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Esta abrigava uma divisão de saúde que funcionava a partir das "equipes volantes de saúde" (EVS). Em 1973, entra em vigor o Estatuto do Índio, através da Lei 6001 que considera índio "todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se

159 Ricardo Ventura Santos, Marcos Chor Maio e Simone Monteiro, todos pesquisadores ligados à Fiocruz, somente para citar alguns exemplos.

160 "São povos culturalmente diferenciados em relação à sociedade nacional envolvente e também entre si, com cosmologias, língua, formas de subsistência, organização social e sistemas políticos próprios" (GARNELO, 2008, p. 1035).

161 Parte destas denúncias contidas no relatório Figueiredo voltou a ser investigado durante a atuação da Comissão da Verdade, que busca reconhecimento e reparação sobre os crimes ocorridos durante a ditadura militar (1964-1985).

identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional" (GARNELO, 2008, p. 1036).

Tal legislação permanece em vigor, ainda que considerada superada em vários pontos. No entanto, foi acrescido na CF88 de um capítulo específico sobre povos indígenas, o capítulo VIII, que no artigo 231 diz:

> São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e aos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 2009, p. 165).

Ao mesmo tempo em que se reformulava a política nacional de saúde na 8º Conferência Nacional de Saúde, em 1986, seguindo as diretrizes básicas do Movimento pela Reforma Sanitária Brasileira, ocorria a 1º Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio. As recomendações da 1ª Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio foram absorvidas na 9ª Conferência Nacional de Saúde, em 1992, quando aprovado um modelo de atenção à saúde diferenciado e organizado em Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Em 1993, ocorreu a 2ª Conferência Nacional de Saúde para os Povos Indígenas e, em 1999, foi aprovada a lei nº 9836 (Lei Arouca) que instituiu o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS. Todo este movimento acompanhava de perto as mudanças que vinham sendo discutidas em foros internacionais acerca das mudanças a serem estabelecidas nos sistemas de saúde[162]. A 3ª Conferência Nacional de Saúde Indígena ocorreu em 2001, a 4ª Conferência Nacional de Saúde Indígena em 2006, e a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena em 2013. Já em 2010 foi criada uma Secretária Especial de Atenção à Saúde Indígena (SESAI) que passou a atuar nos 34 DSEI localizados em 24 estados e em 560 municípios da federação. Entrementes uma série de alternâncias resultantes da disputa na gestão entre FUNAI e Ministério da Saúde, os DSEI mantêm como princípio a proposta de uma atenção à saúde culturalmente diferenciada (BRASIL, 2015).

162 "À medida que a saúde passa ser vista como direito, apesar das ambiguidades na operacionalização desse conceito, o mundo se aproximava a delinear um novo paradigma, uma nova filosofia da saúde. É nesse contexto que surgem as propostas da Atenção Primária e do Programa Saúde para Todos no ano 2000, consagradas na Célebre Declaração de Alma – Ata, em 1978; a abordagem da Promoção da Saúde que aparece de forma estruturada, uma década depois em ocasião da Primeira Conferência Internacional sobre promoção da Saúde em 1986, cujo principal registro se consagrou carta de Ottawa.[...] Tal paradigma continuou a ser enriquecido mediante o desenvolvimento de outras conferências e seus documentos conclusivos tais como a Declaração de Adelaide (1980), a de Sundsvall (1991) e, na região da América Latina, a declaração de Santa Fé de Bogotá de 1992, para mencionar algumas das principais plataformas conceituais que vêm promovendo a democratização dos sistemas de saúde" (CASTRO; SILVA, 2005, p. 42-43).

Do ponto de vista epistemológico, o paradigma da promoção da saúde neste período está avançando "nas proposições sobre o papel do sujeito individual e do sujeito coletivo" (CASTRO; SILVA, 2005, p. 43). A diferença cultural é vista como central para compreender a situação de saúde dos povos indígenas, na leitura do mundo social expressa a partir das normas jurídicas disponíveis e também nas considerações de vários analistas. Esther Jean Langdom está entre aquelas que entendem que a garantia na constituinte do direito indígena à atenção integral e diferenciada da saúde, se justifica pela vulnerabilidade dos índios em termos de sua situação de saúde e de sua especificidade étnica (LANGDON, 2000, p. 111).

Ainda que outros aspectos como a condição econômica, possam aproximar as considerações dos pesquisadores em relação aos prejuízos em saúde vivenciados por outros grupos étnicos ou minorias no país, segue presente uma concepção antropológica do país que relaciona os grupos indígenas culturalmente diferenciados como alteridades do "mundo dos brancos", este por sua vez referenciado em uma ancestralidade de origem ocidental, cristã e europeia, já que "a despeito de poderem ser igualmente índios camponeses, índios proletários ou índios citadinos, são antes de tudo índios", ou seja, " portadores de uma etnia diversa que contrasta com os camponeses, proletários e citadinos não-índios" (OLIVEIRA, 1976, p. 60 apud BARROS, 2003, p. 225).

Poucos autores irão considerar que, a diferença cultural em si não determina processos de desigualdade social e de obstáculos ao usufruto de direitos[163], ademais, a sociedade brasileira nem mesmo no período colonial constituiu algo que se possa chamar apropriadamente de "mundo dos brancos" (SILVA, 2003). O racismo, como fenômeno que impacta nas relações de diferentes grupos étnico-raciais e ao mesmo tempo trata como inexistentes todos os processos sociais em que os europeus e seus descendentes não são protagonistas, há de ser considerado na crítica ao viés destas análises (SILVA, 2017).

O entendimento de que a cultura de um povo é plausível de subordinação tem umbilical vinculação com a suposição da inferioridade deste povo. A suposição de superioridade de uma cultura toma como matriz lógica a presunção de ascendência do povo que a representa. Não se trata de apontar a diferença como única raiz da questão descon-

163 "Os povos indígenas sentem-se abandonados e perseguidos pelas autoridades públicas: de um lado há uma total falta de diálogo com o governo e por outro lado há relações conflituosas com a FUNAI. O presidente da FUNAI diz que o regime de administração do território persiste, em uma ostensiva violação da lei; faz afirmações discriminatórias contra os índios; decide quem é índio e quem não é, violando a Convenção de Povos Indígenas e Tribais, 1989 (nº169); e não fornece a assistência necessária. Finalmente, a polícia ameaça e mata líderes e integrantes das comunidades indígenas e o judiciário de modo geral continua garantindo a impunidade da polícia, enquanto criminaliza as ações de líderes indígenas" (DIÈNE, 2005, p. 18).

siderando as relações em um contexto mais amplo, mas de considerar que há, obviamente, concepções hierárquicas acerca dos grupos humanos fundamentando o estabelecimento das desigualdades entre identidades culturais. Tal premissa não é considerada suficientemente na norma jurídica e nem nas análises citadas anteriormente, talvez exceto por Hooker e Souza Santos. Ao mesmo tempo, é plenamente possível passar a valorizar a diferença cultural e ao mesmo tempo preservar uma situação de desigualdade racial (CARVALHO, 2004).

A Fundação Cultural Palmares é o primeiro organismo federal criado para a execução de políticas públicas voltadas para os negros no Brasil. Sua atribuição está diretamente vinculada ao campo da cultura e da gestão da diferença cultural herdada pelos afrobrasileiros. Subordinada ao Ministério da Cultura (MinC), erigida em meio aos protestos do centenário da abolição e no ano de proclamação da nova Constituição Federal (HANCHARD, 2001) não tem atuação significativa no enfrentamento da desigualdade racial, ainda que tenha contribuído para a consolidação de marcos simbólicos para a luta política dos afrobrasileiros[164].

Ainda nos anos 1980, as Organizações de Mulheres Negras se apropriam da pauta dos direitos sexuais e reprodutivos. Militantes negras reestruturam seus posicionamentos téorico-políticos a partir da elaboração do feminismo negro e da participação em eventos nacionais e internacionais. Este processo de internacionalização parece ter como marco a participação de organizações de mulheres negras brasileiras, na década de 1990, da criação da rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-Caribenhas. Este processo se expande ao longo de toda a década e se sedimenta após a Conferência de Durban.

> O ciclo de conferências mundiais realizado pelas Nações Unidas na década de 1990 impulsionou a inserção internacional do Movimento de Mulheres Negras, que emerge como movimento nacional no final da década de 1980. A inserção internacional das mulheres negras se antecipa à inserção internacional do Movimento Negro como um todo, a partir da temática de gênero, por meio da qual as mulheres negras se articulam com o movimento feminista e participam por exemplo: do Planeta Fêmea, na Conferência de Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92); participam com uma delegação no processo nacional preparatório à Conferência de População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994, tendo uma militante negra na delegação oficial do Brasil; participam maciçamente do processo preparatório nacional à Conferência de Beijing e enviam uma delegação àquela cidade chinesa, inclusive com representantes na delegação oficial. Tal acúmulo de experiências irá permitir maior agilidade no processo preparatório para a Conferência de Durban (ROLAND, 2008, p. 161).

164 "(...) tinha também entre seus objetivos a identificação das comunidades remanescentes de quilombos e o apoio à demarcação e titulação de suas terras" (SILVA et al., 2009, p. 267).

Em um artigo publicado em 2002, Sueli Carneiro analisa, através do debate com outras pesquisas, os estereótipos relacionados ao gênero e a raça no Brasil, assim como a trajetória do movimento de mulheres negras no país (a partir da década de 1980) para avançar na luta contra os tais estereótipos e suas consequências nefastas. Em outro artigo, Matilde Ribeiro se dedica a um esforço, em algo semelhante ao artigo de Sueli Carneiro (2002). Ribeiro remonta a trajetória da atuação das organizações políticas de mulheres negras brasileiras, desde a emergência no país dos movimentos feminista e negro na década de 1970 até a Conferência Mundial sobre a Mulher, na cidade de Beijing em 1995. Em um terceiro artigo, Luiza Bairros (1995) propõe uma revisão da teoria feminista desde as concepções que a autora classifica como Radical e Socialista, até a elaboração de uma epistemologia que atenda às demandas propostas para a construção de um Feminismo Negro. Esta terceira análise propõe situar um ponto de vista específico ao Feminismo Negro, em que se tome a experiência pessoal como ponto de partida e recuperar a longa tradição feminista entre mulheres negras. Bairros destaca a especificidade da experiência de vida de mulheres negras como um ponto marcadamente situado a ser considerado para bem compreender a realidade das relações de raça e gênero no Brasil. Em aproximação com as argumentações de Carneiro (2002) e Ribeiro (1995), a compreensão de Bairros sobre a condição de prejuízo social imposta às mulheres negras é sistemática, constituidora de subjetividades específicas e de significativa profundidade na experiência histórica.

O encontro sexual entre homens brancos e mulheres negras, que aparece em muitas narrativas revestida de um manto de sedução e romance, para Sueli Carneiro se apresentou como uma dimensão da violência. Carneiro partiu da noção de estupro colonial para iniciar sua abordagem sobre as construções hierárquicas de gênero e raça que compõem a identidade nacional na sociedade brasileira. Dialogando com outro trabalho de Ângela Gilliam[165] irá trazer desta "a grande teoria do esperma da formação nacional", que poderia ser resumida em três pontos:

- Rejeição do papel da mulher negra na formação nacional;
- Erotização da desigualdade entre homens e mulheres;
- Romantização da violência sexual contra mulheres negras.

165 GILLIAM, Angela. *Anais do Seminário internacional Multiculturalismo e Racismo*: o Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos**.** Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, julho de 1996.

Já no diálogo com um texto da historiadora Sônia Giacomini[166], Carneiro vai destacar o duplo silêncio que apresenta a história de formação da nação brasileira como masculina e narrada a partir da perspectiva das classes dominantes. Nesta formulação a mulher negra é apresentada como embaixatriz da senzala na casa-grande e vice-versa, ou seja: a ponte entre as duas raças.

Chica da Silva, primeira mulher negra a ter seu nome registrado na história oficial do Brasil, foi descrita nesta historiografia criticada por Carneiro contendo todos os estereótipos que estabeleceram a diferença em relação ao lugar social reservado às mulheres brancas no período colonial e escravista.

Quadro 1 – Título

Negra	Branca
Sedutora irresistível para o homem branco Animalesca Para o prazer sexual	Submissa ao homem branco Autoritária com as Negras Para constituição de família
Família Periférica	Dona de Casa
Quente	Fria

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações colhidas em Carneiro (2002).

Para Carneiro, a persistência destes estereótipos no pós-abolição implicou na limitação da emancipação das mulheres negras e na introdução de contradições e hierarquias no grupo feminino. Neste imaginário o trânsito de mulheres negras no mercado de trabalho ficou confinado ao universo dos serviços domésticos: mucama, ama-de-leite, dama de companhia, prostituta (que se utiliza da fama de boa-de-cama). Entre as obras literárias que reforçaram esta imagem que combinou a boa ama com a nefasta influência de origem africana, está a personagem *Tia Anastácia*, presente na literatura de Monteiro Lobato.

Na análise da sócio-gênese da coisificação das mulheres negras brasileiras proposto por Sueli Carneiro, os anos 1960, com as lutas de emancipação da mulher e de liberação sexual, trouxeram novos desafios. A autora aponta o estabelecimento de uma solidão estrutural das mulheres negras motivada pelo desinteresse dos homens brancos e deserção de grande parte dos homens negros. Complementou este quadro apresentado por Carneiro a situação dos estrangeiros que vinham ao país buscando o turismo sexual com mulheres não-brancas. Ou seja, a outra face do desprestígio vivido pelas negras no mercado afetivo,

166 GIACOMINI, Sonia. Mulher e escrava. Petrópolis: Vozes, 1988.

constituindo o lugar de antimusas da sociedade brasileira, foi a condição de "objeto privilegiado da fantasia racista e imperialista de homens brancos do primeiro mundo" (CARNEIRO, 1995, p. 179).

A partir do panorama apresentado, esta autora defendeu a atuação de um feminismo negro "construído no contexto de sociedades multirraciais e pluriculturais [e que] tem como principal articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero" (CARNEIRO,1995, p. 180). Em seguida apresentou a história do movimento de mulheres negras no Brasil a partir da década de 80 do século XX, chegando até a Conferência das Mulheres em Beijing. Destacou o surgimento em 1988, do Instituto da Mulher Negra – Geledés, como marco na construção de nova identidade política – feminista e antirracista.

O texto de Matilde Ribeiro reconstituiu a trajetória do movimento de mulheres negras brasileiras como parte da luta feminista e antirracista que surgiu na década de 1970 do século XX, contando com os marcos que estão no quadro a seguir:

Quadro 2 – Título

Ano	Marco Feminismo Internacional	Marco Feminismo Brasileiro	Marco Feminismo Negro Brasileiro
1985	III Conferência Mundial de Mulheres: Nairobi – Quênia Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe: Bertioga - Brasil		
1987	Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe: Taxco – México	Encontro Nacional Feminista: Garanhus -PE	
1988			I Encontro Nacional de Mulheres Negras Criação da Coordenação do Programa da Mulher Negra no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

1989		Encontro Nacional Feminista: Bertioga - SP	
1990	Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe: San Bernardo – Chile		
1991		Encontro Nacional Feminista: Caldas Novas – GO	II Encontro Nacional de Mulheres Negras: Salvador – BA
1993	Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe: El Salvador – El Salvador		I Seminário Nacional de Mulheres Negras Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras
1994	Painel Mulheres Negras Latino Americanas e Caribenhas no Fórum de ONGs Preparatório para a IV Conferência da Mulher: Mar Del Plata – Argentina		II Seminário Nacional de Mulheres Negras
1995	IV Conferencia Mundial sobre a Mulher – Beijing	Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras: Rio de Janeiro – RJ	

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações colhidas em Ribeiro (1995).

A partir do diálogo com o trabalho de Lélia Gonzales (1935-1994), Ribeiro apresentou a especificidade das mulheres negras no contexto da luta feminista e da luta antirracista como resposta à "neurose cultural do brasileiro" (RIBEIRO, 1995, p. 95). Trouxe ainda a referência ao estudo "Mulher Negra", apresentado por Sueli Carneiro e Thereza Santos e incluído no "Diagnóstico sobre a situação da Mulher no país", no processo da III Conferência Mundial das Mulheres, em Nairobi. Em sua abordagem, deu destaque para a participação de mulheres dos movimentos sindical, popular e negro nos Encontros Nacionais Feministas (Garanhuns 87, Bertioga 89, e Caldas Novas/91) assim como nos Encontros Feministas Latino Americano e do Caribe (Bertioga/85,

Taxco/87, San Bernardo/90 e El Salvador/93).

Luiza Bairros em seu texto reavaliou as contribuições de diferentes perspectivas teóricas do feminismo para a constituição de um feminismo negro. Partindo da discussão crítica elaborada por Judith Grant, analisou um programa de culinária na TV, protagonizado por uma apresentadora branca assessorada por uma ajudante negra.

A perspectiva teórica herdeira do que Grant classificou como feminismo radical fez uso da noção de que a "Mulher" é alvo da opressão sexista, um fenômeno universal decorrente da existência de uma natureza feminina. Esta opressão seria vivenciada a partir de duas experiências comuns a todas as mulheres e centrais nas suas identidades: a maternidade e a sexualidade. A dificuldade em tomar estas experiências enquanto universais não invalida a importância do reconhecimento da dominação masculina na experiência pessoal e subjetiva como dimensão política, porém o feminismo socialista surgiu com o intuito de aproximar as categorias feministas fundamentais dos postulados marxistas para superar algumas limitações teóricas. O patriarcado passou a ser visto neste contexto "não enquanto ideologia, mas enquanto uma estrutura com base material" (BAIRROS, 1995, p. 460). Outras dimensões da experiência passaram a ser tratadas nesta perspectiva teórica como parcelas que se somam a opressão de gênero, produzindo formulações que descrevem, por exemplo, uma experiência de opressão tripla: sexismo + racismo + homofobia. Este tipo de formulação permitiu a hierarquização em grupos mais ou menos discriminados, sem dar conta, por exemplo, da opressão presente na maneira como o homem negro vivencia o gênero.

Para buscar abarcar as categorias mulher, experiência e política pessoal é que surgiu a teoria do ponto de vista feminista. Assim as diferentes experiências de opressão não se sobreporiam, como camadas, mas estabeleceriam um modo específico de vivenciar a opressão na matriz da dominação. Esta nova formulação trouxe, segundo Bairros, a principal contribuição para pensar o movimento de mulheres negras e a "experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça)" (BAIRROS, 1995, p. 461).

Bairros ainda exemplificou o feminismo negro através das contribuições das afroamericanas Bell Hooks, para quem a experiência pessoal deve ser o ponto de partida para a politização e tomada de consciência, e Patricia Hill Collins, que resgatou a visibilidade de uma longa tradição feminista na experiência cotidiana entre mulheres negras. Dialogando com a definição proposta por Collins, Bairros defendeu que o feminismo negro é um conjunto de experiências e ideias compartilha-

das por mulheres afro-americanas que ofereceu um ângulo particular da visão do eu, da sociedade e da comunidade. Este feminismo negro envolve interpretações teóricas da realidade das mulheres negras por aquelas que a vivem. (BAIRROS, 1995)

Em alguma medida, um outro artigo escrito de Angela Gilliam e Onik'a Gilliam (1995) propôs um exercício de aplicação de conceitos nos moldes do feminismo negro discutido por Luiza Bairros. Estas autoras descreveram como uma série de experiências pessoais às situaram em relação com distintas identidades negociadas conforme o contexto em questão.

Angela Gilliam, de sua experiência como antropóloga e não–branca (utiliza alternadamente as identidades de negra, mulata, e afro--norteamericana) buscou em seu texto dar compreensão para as implicações que uma profissional da antropologia que se auto-identifique como negra ou indígena, ou melhor, que as negociações foram necessárias para conciliar em uma só pessoa estas identidades consideradas como socialmente excludentes: antropóloga e não-branca. Destacou, entre outros aspectos, a importância na consideração da subjetividade da pesquisadora na constituição do olho/eu e de sua voz no texto. Sua proposta avançou tomando como base a crítica feita pelo sociólogo baiano Guerreiro Ramos ao trabalho do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre que, juntamente com outros pesquisadores oriundos da elite nordestina, fizeram dos "estudos sobre o negro" plataforma para afirmação de sua branquidade hegemônica. Além disto, seu ensaio apresentou simultaneamente a polifonia (com a autoria compartilhada entre mãe e filha) e a comparação (entre as relações raciais no Brasil e nos EUA, em diferentes momentos).

A autora retomou os principais fundamentos teóricos da narrativa mitológica da brasilidade: a caracterização do modelo de relações raciais e de gênero no Brasil como resultado de uma sociedade que viveu mais de três séculos como colônia de plantação; o modelo de mestiçagem assimiladora (ainda que seletiva e inspirada eugenicamente) presente em toda América Latina como ideal de nacionalidade; a distinção em relação ao sistema de classificação étnico racial (hipodescendência) presente nos EUA resultante do sistema de colonialismo indireto praticado pelo Império Britânico. Ainda que retornando a algumas das problematizações encontradas na literatura em relação ao lugar do mulato no Brasil e nos EUA, esta autora assumiu o valor da mestiçagem como categoria explicativa da realidade social brasileira.

O enfoque do texto de Gilliam e Gilliam está nos discursos e imaginários sobre a mulher negra ou mestiça de negra (mulata). Como

buscou correlacionar estes dois sistemas classificatórios – do Brasil e dos EUA – num exercício que ela apresentou pela metáfora de "excursão", acabou estabelecendo em determinados momentos do texto a similitude ambígua entre os termos "negra" e "mulata". Ainda que de forma menos óbvia, a metáfora da "excursão" revela alguns dos significados da trajetória das autoras entre os dois países, e o lugar ocupado por Brasil e EUA no contexto da imaginação pós-colonial. As autoras também utilizam "odisséia" (GILLIAM; GILLIAM, 1995, p. 526) para referir-se ao esforço compreendido no texto. Esta alusão à jornada de Ulisses, metáfora mais densa do que "excursão", porém igualmente colonial, incluiu à saga heroica em primeira pessoa a possibilidade de dar conhecimento da aventura em terras distantes e perigosas que se encerra com o retorno triunfante do herói revigorado ao conforto da terra natal.

Mulata apareceu no texto de Gilliam com múltiplas definições extraídas de diferentes contextos, entre elas: atividade profissional, produto para ser devorado e representação do Brasil. Ainda que mulata circunscreva um grupo específico de pessoas que poderiam ser socialmente identificadas através dele, as autoras exploraram a fluidez de sua determinação e o transbordamento de seus limites de acordo com diferentes contextos especificamente ilustrativos e transfronteiriços. Interessou às autoras menos o que é a mulata em suma, mas ao invés disto, traçar um roteiro (de excursão?) do que ela poderia (ou pôde) e não poderia ser no Brasil e nos EUA. Nos interstícios da possibilidade de uma performance socialmente convincente do mito da mulata estaria o resultado da negociação da subjetividade da mulher mulata, que encerraria em si conformações das relações de gênero e raça.

Segue abaixo um quadro resumo com alguns dos episódios descritos no texto:

Quadro 3 – Título

Ano	Quem	Situações	Lugar	Desfecho
1963	Mãe	Enquanto acompanha um amigo japonês, ouve um comentário no ônibus, proferido por uma mulher fisicamente parecida com ela, de que japoneses deveriam buscar parceiras somente entre as japonesas.	Rio de Janeiro/RJ	Desce do ônibus para fugir da situação.

1963	Mãe	Detida por oficiais da alfândega é acusada de ser mulata brasileira trazendo muamba e fingindo ser estrangeira.	Santos/SP	É liberada após intervenção da socióloga Hebe Guimarães Leme.
1963	Mãe	Ouve de dois homens conversando na rua que ela e sua amiga coreana estão se fazendo passar por estrangeiras.	São Paulo/ SP	
1963	Mãe	É impedida pelo oficial de polícia de declarar-se simultaneamente como negra e estrangeira (estadunidense) em pedido de registro para trabalho.	São Paulo/ SP	
1966	Mãe	Ouve de dois homens conversando em uma festa que é uma mulata que deve ser cozinhada devagar.	Nova York/ NY	
1973	Mãe/ Filha	Enquanto a mãe é reconhecida como estrangeira e morena, a filha era reconhecida como filha de hippie e negra.	Salvador/ BA	
1973	Mãe	É confundida com brasileira e mulata na entrevista do Pasquim.	Rio de Janeiro/RJ	Termina por ser reconhecida como estrangeira, mulata e intelectual.
1994	Filha	É confundida com prostituta brasileira enquanto viaja com amigas jovens e com o pai de uma amiga.	Salvador/ BA	Reage ao assédio de uma abordagem sexual falando em inglês com turistas norte-americanos.

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações colhidas em Gilliam; Gilliam (1995).

A relação entre casais heterocromáticos ou homocromáticos é trazida como pano de fundo nestes textos (RIBEIRO, 1995; BAIRROS, 1995; GILLIAM; GILLIAM, 1995; CARNEIRO, 2002) analisados aqui, juntamente com outros questionamentos quanto à posição dos homens negros em suas relações raciais e de gênero.

Estes textos abordaram gênero e raça enfocando principalmente as identidades estabelecidas pelo contato entre eurodescendentes e afrodescendentes, ou dito em outros termos, brancos(as), negros(as) e/ou descendentes de casais de negros(as) e brancos(as). Deste conjunto, apenas Gilliam e Gilliam descreveu um contexto mais complexo que o modelo freyreano dialético da Casa-Grande e Senzala. Seja com a impossibilidade do(a) indígena ser considerado(a) antropólogo(a), ou do racismo de negros(as), a partir de sua condição de brasileiros(as), em relação aos(as) japoneses(as) no Brasil, Gilliam e Gilliam irão apontar que não há apenas dois times neste campo. Nos três outros textos a utilização da categoria raça refere-se centralmente à experiência das mulheres da diáspora africana em contextos onde a normalidade é estabelecida a partir de parâmetros eurocêntricos e masculinistas[167]. Estes artigos situam, de forma geral, como estavam as reformulações teóricas no movimento de mulheres negras no Brasil entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, suas articulações internacionais, e traz indicações acerca da agenda de algumas de suas principais lideranças[168].

A questão da *Saúde da População Negra*[169] ganha evidência nacional a partir das denúncias da esterilização em massa de mulheres negra, que vão levar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Legislativo Federal em 1992.

> Isso tinha haver com nossa ação lá no CEAP. Tinha. A partir do trabalho CEAP[170] nós lançamos uma campanha nacional contra a esterilização em massa de mulheres negras. A partir dos dados, óbvios, que estão disponíveis até hoje. Conseguimos fazer CPI em alguns municípios. O município do Rio de Janeiro foi um deles. Em alguns Estados, o estado do Rio de Janeiro foi um deles. E uma nacional mista, uma comissão mista. Presidida por um senador desta coisa que era PFL ou Democratas, o equivalente da época. Com grande incidência da Senadora Benedita da Silva, senadora Iris...não é Iris Resende, esqueci o nome dela. E da deputada Jandira Feghali. Assim que conseguimos esta CPI. Tinha uma mobilização. Várias organizações de mulheres negras, organizações negras preocupadas com o extermínio de crianças através da esterilização em massa de mulheres negras. Uma mobilização que

167 Há pouca problematização acadêmica acerca das relações de gênero quando relacionadas há outros grupos identificados racialmente ou mesmo aos fatores decorrentes da hegemonia da branquitude. Pensar as relações raciais e de gênero a partir de uma realidade que não cabe na dobradinha senhor-escrava/branco-negra permanece sendo um desafio para a antropologia brasileira, em especial para os que se dedicam ao estudo das populações amazônicas. Só assim será possível enfim abdicar destes modelos, derivados do encontro dos estudos de *plantation* com os projetos eugênicos, que permanecem impondo a fórceps a síntese da nacionalidade mestiça como caminho único para pensar a sociedade brasileira.

168 Ver também CARNEIRO (2008); BAIRROS (2008); ROLAND (2008).

169 Sobre *Saúde do População Negra* ver BATISTA(2003); BRASIL (2010); BRASIL (2009); BRASIL (2005); CRUZ *et al.* (2008); CUNHA(2003); PNUD/OPAS (2001); POMPEU (2008); SALVADOR, (2006); SÃO PAULO (2003); SÃO PAULO (2006); SPIASSI *et al.* (2009).

170 O Centro de Articulação de Populações Marginalizadas – CEAP, é uma ONG fundada no Rio de Janeiro, em 1989, por ex-internos da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), militantes do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres. Sua principal liderança e fundador é Ivanir dos Santos.

> virou esta CPI que fez aquela investigação toda sobre a esterilização em massa que não desembocou contra a vontade nossa, mas não de todo o movimento... deu no projeto de Lei do Eduardo Jorge que autorizava a esterilização em alguns casos. Está em vigor até hoje. Do Deputado Eduardo Jorge que era do PT na época. Ele fez um projeto de lei que autorizava a esterilização. Até então, por lei, a esterilização não era permitida porque era lesão corporal. Então o Deputado Eduardo Jorge fez o projeto. A gente não queria projeto nenhum. A parte que eu representava nesta luta não queria projeto nenhum, queria na verdade que se interrompesse o ciclo de esterilização. Ele criou um mecanismo que autorizava a esterilização sob condições: idade da mãe, número de filhos, autorização do parceiro, este tipo de coisas. Este é o que está vigor até hoje. Ofereceu algum nível de controle sobre a esterilização. A gente queria só que parasse de esterilizar negras e índias que estava bastante solto desde a década de 80. O Brasil era recordista mundial em esterilização de mulheres. Ainda é de homens. Esterilização cirúrgica. África do Sul [sob o regime de apartheid] tinha esterilização química (Entrevista Drª Jurema Werneck).

Neste mesmo ano de 1992, pela primeira vez um africano ocupa a cadeira de secretário geral das Nações Unidas. O egípcio Boutros Boutros-Ghali (1922-2016) presidiu a ONU entre 1992 e 1997. Em 1994 ocorre a posse de Nelson "Madiba" Mandela (1918-2013) como presidente da África do Sul, marcando o fim do regime de *apartheid* que havia se estabelecido desde 1948 naquele país. Ainda antes de tornar-se o primeiro presidente negro daquele país, já havia recebido o Prêmio Nobel da Paz (1993) e vindo ao Brasil para pedir apoio na luta pelo fim do *apartheid* na África do Sul (1991)[171].

No Brasil, até meados dos anos 1990 tanto a legislação punitiva contra discriminação racial (Lei Caó), quanto a instância de valorização da diversidade cultural que atuara junto aos afrodescendentes (FCP) tiveram pouca efetividade em relação às demandas apresentadas pelos negros. Ou seja, mesmo em presença de instituições públicas detentoras de mandato sobre o tema e de normas jurídicas que orientassem a atuação do Estado, pouco ou nada foi feito. Somente a judicialização da questão em uma corte internacional[172] (1992) e a forte mobilização dos movimentos sociais[173] (1995) pôde fazer avançar as ações de combate à

171 Nas viagens que fez ao Brasil, Mandela se encontrou com representantes do Movimento Negro do país. Sobre Nelson Mandela ver KATRHADA (2004); MANDELA (1986); MANDELA (2010);.

172 "Em 1992, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com apoio das demais centrais sindicais, apresentou a OIT uma reclamação formal contra o governo brasileiro por descumprimento da Convenção 111. Como resposta o MTb [Ministério do Trabalho] criou, em 1996, o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTDEO), e em 1997 lançou o programa Brasil, Gênero e Raça, cujo principal objetivo era a implementação de Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Combate à Discriminação" (SILVA et al., 2009, p.273).

173 "Contando com ampla mobilização do movimento negro e do movimento sindical, a organização da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e a Vida reuniu, em 1995, em Brasília, mais de 30 mil pessoas, entre elas 5 mil dirigentes sindicais [...] pressionando o governo a um compromisso público contra a discriminação racial" (SILVA et al., 2009, p. 272).

desigualdade racial. Ocorre também em 1995 a posse do segundo Ministro de Estado que declarava publicamente pertencer ao contingente negro brasileiro, retomando a ainda escassa representação de visível ascendência africana no primeiro escalão do Executivo Federal[174] após 100 anos de lapso.

Como resultado da mobilização e das demandas apresentadas ao executivo federal em fins de 1995, é instituído no âmbito do Ministério da Justiça[175] o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI) que possuía um subgrupo responsável pela temática saúde. O tema da saúde dos negros não foi acolhido na agenda da diversidade cultural, mas na agenda dos Direitos Humanos abrigada na interface entre Poder Executivo e Poder Judiciário, no Ministério da Justiça.

Durante a abertura de um seminário internacional[176] sobre as AA, em 1996, o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso (FHC), reconhece publicamente a existência de discriminação e desigualdade racial em desfavor dos negros no Brasil. O Seminário "Multiculturalismo e Racismo: O papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos", foi organizado pelo Departamento dos Direitos Humanos, da Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça, e é considerado um marco no debate sobre AA e sua aplicabilidade na gestão federal. Neste mesmo ano, por meio do Decreto nº 1904, foi instituído o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). No subitem "*População Negra*" do PNDH, integrante do item "Proteção do direito e tratamento igualitário perante a lei", são propostas AA, inclusive no campo da saúde.

O governo federal brasileiro viu-se obrigado a dialogar com outro perfil de militância negra antirracista, que estabeleceu novos parâ-

174 O Brasil teve algo em torno de 12 ministros autodeclarados negros ao longo de 128 anos de República. Após Francisco Glicério de Cerqueira Leite (Ministro dos Transportes e da Agricultura de 1890 a 1891) veio então Pelé (Ministro dos Esportes de 1995 a 1998), Gilberto Gil (Ministro da Cultura de 2003 a 2008), Benedita da Silva (Ministra da Ação Social em 2003), Matilde Ribeiro (Ministra da SEPPIR de 2003 a 2008), Edson Santos (Ministro da SEPPIR de 2008 a 2010), Elói Ferreira Araújo (Ministro da SEPPIR em 2010), Luiza Helena Barrios (Ministra da SEPPIR de 2011 a 2015), Nilma Lino Gomes (Ministra da SEPPIR em 2015 e Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos de 2015 a 2016), Luislinda Valois (Ministra dos Direitos Humanos de 2016 a 2018), Orlando Silva (Ministro dos Esportes de 2006 a 2011), George Hilton (Ministros dos Esportes de 2015 a 2016). FHC, que se declarava "com um pé na cozinha", foi apelidado nos círculos políticos de "mulatinho", e iniciou sua carreira acadêmica como pesquisador das relações raciais, jamais se declarou negro em seus oito anos de mandato presidencial (1994 a 2002). Nilo Peçanha (Presidente de 1909 a 1910) é considerado o único presidente negro da história do Brasil. Não há registro de ministro de estado ou presidente no Brasil que tenha sido identificado como indígena.

175 O Ministério da Justiça também abriga a FUNAI.

176 "O presidente Fernando Henrique Cardoso [...] reconheceu a necessidade de uma ação governamental contra o racismo e as desigualdades raciais, formando um Grupo Interministerial de Trabalho para assuntos negros e propondo 'ações afirmativas' e 'políticas compensatórias' para promover a ascensão social e econômica da população negra" (ANDREWS, 1998, p. 18).

metros para a proposição de políticas para enfrentamento do racismo anti-negro. George Reid Andrews (1998) chamou a atenção para estas novas formas de organização dos Movimentos Negros e as conquistas alcançadas em termos de reconhecimento de sua agenda política neste período.

> Visitando o país em 1996, porém, encontrei uma nova geração de militantes negros e um claro processo de renovação e rejuvenescimento do movimento. Notei também o surgimento de novas modalidades de mobilização, como por exemplo a organização das mulheres negras, Geledés em São Paulo, ou das crianças e adolescentes pobres, CEAP, no Rio de Janeiro, ou os blocos afros na Bahia. A energia, talento e dedicação destes grupos é tal que eu acho muito cedo ainda apostar no fim do Movimento Negro. As conquistas desse movimento são visíveis numa outra mudança fundamental que começou nos anos 80 e tem-se aprofundado nos anos 90: o reconhecimento oficial do problema racial no Brasil. Este processo, diretamente provocado pela atuação dos militantes negros, atingiu uma visibilidade nacional nos debates públicos sobre a comemoração do centenário da abolição em 1988, e a aprovação da lei anti-descriminatória de 1989. E tem continuado nos anos 90 na mídia e política nacional (ANDREWS, 1998, p. 18).

Neste mesmo ano, o Ministério da Saúde (MS) em parceria com o GTI promove uma mesa-redonda sobre *Saúde da População Negra*, e ao final apresenta um diagnóstico sobre o tema. A conclusão apresentada pelo MS sobre o diagnóstico é que não existia "justificativa técnica para a criação de vários programas governamentais de saúde específicos para a população negra, como pretendiam algumas correntes do setor" (MAIO; MONTEIRO, 2010, p. 293). Este é o primeiro evento oficial do governo federal para definir áreas de trabalho prioritárias no campo da saúde para os negros (OLIVEIRA, 2003, p. 236) passados 10 anos desde que ocorrera a 1ª Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio.

> Ainda naquele tempo a gente sequer tinha tantas evidências como posteriormente passamos a ter sobre o reflexo do racismo institucional não só no lugar de formulação das políticas, mas no lugar do cotidiano do atendimento das pessoas no SUS. Depois a gente passou a ter todo aquele conjunto de evidências gerado pelos estudos da FIOCRUZ e outros estudiosos (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

No ano de 1997, Kofi Annan, natural de Gana, tornou-se o primeiro negro a ocupar a cadeira de secretário-geral da ONU. Ficou no cargo até 2007, e durante estes 10 anos, entre outras coisas, recebeu o Prêmio Nobel da Paz (2001) e criou o Fundo Global de Luta contra a Aids, Tuberculose e Malária (2002). Em uma declaração feita em março de 2001 afirmou

> Em todo o mundo... minorias étnicas continuam a ser desproporcionalmente pobres, desproporcionalmente afetadas pelo desemprego e desproporcionalmente menos escolarizadas que os grupos dominantes. Estão sub-representadas nas estruturas políticas e super-representadas nas prisões. Têm menos acesso a serviços de saúde de qualidade e, consequentemente, menor expectativa de vida. Estas e outras formas de injustiça são a cruel realidade do nosso tempo, mas não precisam ser inevitáveis no nosso futuro (PNUD/OPAS, 2001, p. 1).

Kofi Annan e Nelson Mandela, além de lideranças negras de projeção global na luta pela promoção dos Direitos Humanos, engajaram-se particularmente na luta contra a Aids na África e no mundo. Em 1998 Nelson Mandela visitou novamente o Brasil, agora como presidente da África do Sul.

Em 1999, Macau torna-se parte da República Popular da China, libertando-se de mais de 400 anos de domínio colonial português e encerrando o ciclo de colônias europeias na Ásia. Macau foi a última colônia do império ultramarino português. Em contradição com os ventos que sopravam no mundo, FHC resolve celebrar a memória do Império Ultramarino português em 2000 com a festa dos 500 anos do "descobrimento do Brasil". O espetáculo é um desastre internacional de público e crítica, onde nem sequer as réplicas das caravelas funcionaram adequadamente.

No Brasil, durante os dois mandatos de FHC (de 1995 a 1998, e de 1999 a 2002) a pressão dos movimentos sociais e agências internacionais forçou a discussão de políticas de AA para negros. Apesar de algumas ações pontuais visando diminuir a desigualdade racial nas áreas de trabalho e educação, não houve intervenção significativa na área da saúde.

> Quando nós [do Ministério da Saúde] começamos a lidar com este tema [Saúde da População Negra], a organização Pan-Americana de Saúde, já tinha feito ainda no governo FHC, já tinha começado um movimento provocado pelo MNU, por pessoas, por alguns estudiosos que estavam nesta categoria difusa que o movimento denomina de pesquisadores [negros][177]. Como a Fátima Oliveira, talvez a Jurema Werneck, que andaram escrevendo e advertindo sobre as demandas da população negra (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

Vale citar o impacto da conferência de Durban, em sua etapa preparatória (antes), na participação da delegação brasileira durante a conferência (durante), e em algumas de suas deliberações finais (de-

177 O antropólogo Alex Ratts fez interessante análise acerca da contribuição dos pesquisadores oriundos do Movimento Negro para uma reflexão diferenciada do chamado pensamento social brasileiro no artigo "Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no Movimento Negro de base acadêmica" (RATTS, 2009).

pois) que incluem o estabelecimento de AA e políticas específicas na área da saúde.

> Porque começa nossa mobilização relativa a agenda de Durban é a partir de 99. Em 92 cria Crioula. A pauta da saúde sempre foi. Porque gente formada na área da saúde, gente formada em medicina eram poucas. Então sempre teve muita demanda sobre mim e um grupo de companheiras bem pequeno para debater Saúde da População Negra. Porque todo mundo sabia que eu era médica, Fátima de Oliveira[178] médica, Regina Nogueira médica, por exemplo. Então a gente estava sempre em algum lugar falando disso. Então eu sempre falava disso ainda que não fosse meu tema fundamental na militância. Sempre falei que me interessava mais o direito das mulheres negras, mas o movimento exigia mais a pauta da saúde. Então quando começa a mobilização, a organização, quando o Brasil oferece à ONU a convocação da conferência de racismo durante o governo Fernando Henrique. A conferência é aprovada na ONU e passa a ser uma agenda em 99. Algumas organizações de mulheres negras, a convite de Geledés, começam a pensar uma agenda das mulheres negras para isto. E outras organizações passam a pensar a agenda da população negra para isso. E juntando as duas coisas, um grupo de pessoas, a partir de ...é tudo misturado que eu estou falando. Vou trocar data porque na minha cabeça eu não sou boa de data. Ao mesmo tempo, nesta agenda de Durban tem uma posição estratégica de uma militante do PNUD que foi Luiza Bairros[179]. Por indicação saiu um oficial do PNUD e a direção do PNUD no Brasil consultou algumas lideranças do Movimento Negro se não era o caso de indicar uma pessoa para ocupar aquela posição. Se indicou a Luiza Bairros e ela foi lá. O PNUD buscou delinear uma agenda estratégica, dentro desta era o tema da saúde. A gente começou a se reunir, um grupo de especialistas, para debater a saúde (Entrevista Drª Jurema Werneck).

Só em 2003 a discussão do combate à desigualdade racial toma a forma de um órgão específico no Executivo Federal com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) ligada à presidência da República e com *status* de Ministério[180].

178 Fatima Oliveira (1954-2017) foi médica do Hospital das Clínicas de Belo Horizonte, dirigente do Partido Comunista do Brasil (PC do B), membro da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, e membro da Rede de Saúde das Mulheres Latino Americanas e do Caribe. Participou do grupo de trabalho para a elaboração do Programa de Anemia Falciforme do Ministério da Saúde do GTI Saúde no Governo FHC, e do Comitê Técnico de Saúde da População Negra no Governo Lula.

179 Luiza Helena de Bairros (1953-2016) entrou para o MNU em 1979 e tornou-se nos anos subsequentes uma destacada liderança do Movimento de Mulheres Negras. Doutora em Sociologia pela Universidade de Michigan, foi professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), trabalhou em iniciativas de combate ao racismo no Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), no Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) do Ministério do Governo Britânico Para o Desenvolvimento (DFID), foi secretária de Igualdade Racial da Bahia, e Ministra da Igualdade Racial do Brasil. Era ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT).

180 "Não se pode esquecer que a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) é um dos argumentos considerados, por muitos, como incontestes de que o governo Lula sempre apoiou tais políticas. Contudo, os que sustentam este argumento esquecem que o governo Lula teve início em 1º de janeiro de 2003, com a criação de todos os seus ministérios e secretarias especiais a partir desta data. Tais como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM), a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), entre outras, *menos a Seppir, que somente foi criada em 21 de março de 2003,*

> Aliás, eu estive estudando um assunto estes dias, recentemente escrevi um trabalho científico, fiz um estudo. Um estudo documental sobre o impacto das conferências durante o governo Lula. Há uma convergência entre cientistas sociais, cientistas políticos, que estudam os processos de participação social, de relação Estado-Sociedade. Eles têm uma convergência de avaliação que as únicas conferências que impactaram efetivamente as políticas públicas foram as conferências de Igualdade Racial e as de LGBT. Por quê? Porque eram dois grupos populacionais completamente omitidos nas políticas públicas. Então, todos estes produtos: o Plano Estratégico [PEAAPNA], a Política [de Saúde da População Negra], foram produtos dessa movimentação da SEPPIR, da Conferência [Nacional de Igualdade Racial]. Estes foram os atores que eu acho que provocaram. Sem contar aqui [Ministério da Saúde]. Eu costumo dizer que nós começamos este trabalho na época do Humberto Costa, primeiro ministro [da Saúde] da gestão Lula. Não tinha retorno. Nem que ministros subsequentes a ele quisessem não poderia haver retorno. Houve um avanço tão grande, e o governo estava tão cercado destes objetivos que não podia retroceder. Percebe? Então eu acho que o Movimento Negro teve uma grande responsabilidade, um grande crescimento. Seu poder político cresceu ao longo desta última década no Brasil. Não tenho a menor dúvida. Fruto do seu acúmulo anterior, mas também fruto de um respeito e de uma vontade política no interior do governo. Não estou querendo dizer que esteja 'tudo muito bem, obrigado'. Ainda está longe disto. Mas que o Movimento Negro ganhou voz e presença nas políticas públicas eu não tenho dúvida (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

No ano seguinte é realizado o I Seminário Nacional da Saúde da População Negra, e é constituído o Comitê Técnico de Saúde da População Negra no MS. A médica Ana Maria Costa[181], que dentro da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (SEGEP) coordenou os trabalhos do Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CTSPN) teve duros embates com as representações do Movimento Negro em Saúde. Em entrevista explicou algumas das divergências de concepção sobre a Política de Saúde da População Negra.

> Quando nós começamos a negociar com o Movimento Negro, a escutar o Movimento Negro, o movimento tinha muito uma ideia de que devesse ter uma política nos moldes mais verticalizados. Ou seja, uma

ou seja, dois meses e 21 dias depois do início do governo Lula [...]. A Seppir foi criada porque houve forte pressão dos movimentos sociais negros pela criação de um ministério que discutisse a questão racial no governo Lula também. Ainda assim, a Seppir nunca teve uma estrutura de funcionamento digna, não tendo até o presente momento, por exemplo, um quadro de pessoal de funcionários concursados para trabalhar na secretaria" (SANTOS, 2011, p. 49).

181 A Drª Ana Maria Costa descreveu a si mesma nesta entrevista da seguinte forma "Eu sou Ana Maria Costa, médica, doutora em ciências da saúde, funcionária pública do Ministério da Saúde, aposentada agora neste momento. Naquele momento em que eu trabalhei nesta atividade não. Mas também funcionária da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Militante do movimento feminista, militante a 30 anos do movimento feminista e sempre atuei no movimento feminista pelo SUS, pela política de saúde das mulheres. Enfim esta é a minha trajetória mais ou menos. Aqui durante aquele tempo eu ocupei... já ocupei vários e vários cargos no Ministério da Saúde. Neste tempo, deste tema específico eu ocupava o lugar de diretora de um departamento de apoio a gestão participativa aqui na secretaria de gestão estratégica e participativa do Ministério da Saúde" (Entrevista com Drª Ana Maria Costa).

> política com financiamento próprio, com setores próprios e estruturas de gestão próprias, nos moldes que nós em saúde chamamos de verticalizadas. Um papel que eu tive muito forte, até por ser uma militante da reforma sanitária, do SUS... nossa crítica a estas modalidades verticalizadas, ela é muito substantiva. Porque nós sabemos que se não você não tiver um sistema de saúde consolidado e universal, você não dá conta de observar, de atender as demandas específicas. Então, antes de tudo, nós temos que inserir as demandas particulares dentro deste contexto mais amplo de um sistema único de saúde. Esse foi um diálogo que nós tivemos com o Movimento Negro e que resultou na construção da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra. Partindo e reconhecendo as evidências de todos os lugares de discriminação que a população negra tem hoje conhecidas em relação a saúde. Seja a discriminação na hora do atendimento, seja na discriminação na ausência... na ocultação desta realidade, seja no racismo, que é negado mas que é evidente ainda na sociedade e também no sistema de saúde (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

Outros entrevistados(as) apresentaram visão parcialmente divergente das considerações da Drª Ana Costa. Não há concordância no entendimento de que a contribuição para o avanço das políticas de combate aos prejuízos sociais resultantes do racismo anti-negro estava profundamente disseminada entre os quadros do governo federal que compuseram o governo Lula. O Dr. Ivair dos Santos[182], por exemplo, salientou que houve incompreensão sobre o tipo de demanda que estava sendo apresentada pelos representantes das organizações dos Movimentos Negros junto ao governo federal na área da saúde, e que o próprio Ministério da Saúde tinha dificuldade em compreender que ações específicas não significavam a reivindicação por segregação no serviço.

> Essa é uma questão política que precisaria de outros insumos, nos primeiros embates também na área da saúde. Misturaram a questão do programa de ações afirmativas como se nós estivéssemos defendendo um programa de atendimento específico para doenças relativas a população negra. Não era nada disso (Entrevista Dr. Ivair Augusto Alves dos Santos).

Com o fim do governo FHC, o tema das AA para negros paulatinamente vai deixando de ser tocada no governo federal pelo Ministério da Justiça, como parte da agenda de Direitos Humanos, e passa a ser

182 Dr. Ivair Alves dos Santos assim foi descrito por Alberti & Pereira (2007, p.25): "Nasceu na cidade de São Paulo em 10 de setembro de 1952. Formado em química pela UFSCAR em 1974, trabalhou em Angola entre 1979 e 1983, como consultor da UNESCO para o desenvolvimento do ensino de ciências naquele país. Ao retornar ao Brasil, foi um dos fundadores do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, o primeiro órgão do poder público criado para tratar especificamente da questão racial, durante o governo Franco Montoro (1983-1987). Trabalhou na Coordenadoria Especial do Negro, órgão da prefeitura de São Paulo, durante o final da gestão da prefeita Luiza Erundina, entre 1991 e 1992. No governo Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995, transferiu-se para Brasília, passando a atuar como assessor na então Secretaria de Justiça e Cidadania (que mudou de nome algumas vezes) do Ministério da Justiça, e foi o representante desse ministério no Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra de 1995 a 1996."

tratada dentro do conjunto de políticas gerenciadas pela SEPPIR para a redução da Desigualdade Racial que deveriam ser transversalizadas no âmbito da gestão federal como um todo.

> A complementação era você estender esta ideia para os outros Programas. Desde o programa da terra até o programa de Energia. Para fazer esta coisa, a secretaria de Direitos Humanos já não era mais protagonista. Era a SEPPIR. Além do mais eu não tinha apoio da minha secretaria. [...] Quando foram lançar o Programa [PEAAPNA], a presidência dá a autoria do programa pra SEPPIR (Entrevista Dr. Ivair Augusto Alves dos Santos).

> A [pasta da] saúde, do meu ponto de vista e da avaliação da secretaria, foi quem mais aderiu, mais sugou e mais absorveu as recomendações e interpelações da SEPPIR. Talvez porque seja um campo mais sensível, de pessoas com história política mais no campo da esquerda, porque também tem um acúmulo científico muito grande. As evidências científicas já estavam bastante grandes em relação à estas iniquidades, e nós pudemos avançar de uma forma diferenciada. Nós da saúde. (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

Em 2006 ocorre o II Seminário Nacional de Saúde da População Negra e é lançada a Política Nacional de Saúde da População Negra. Ainda em 2006 é sancionada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e lançado o Programa de Combate ao Racismo Institucional em parceria com a SEPPIR, o Ministério Público Federal (MPF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) (MAIO; MONTEIRO, 2010, p. 306). Neste mesmo ano, o Estado brasileiro foi condenado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), por meio de sua Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), "por ter negado a uma vítima de racismo a garantia de proteção judicial, assim como por ter violado o seu direito à igualdade perante a lei" (SILVA et al., 2009, p. 278). A denúncia foi conduzida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo Instituto Negro Padre Batista e ficou conhecido como "Caso Simone" [183].

Neste mesmo ano, o relatório apresentado por Doudou Diéne na Assembleia Geral da ONU, destaca o profundo enraizamento da discriminação racial na sociedade brasileira, assim como a persistência da ideologia da democracia racial. Parabeniza o relator pelo reconhecimento da existência do racismo pelas autoridades federais, assim como

183 "A trabalhadora doméstica apresentou, em 1997, denúncia de prática de discriminação contra um empregador que publicou anúncio de emprego de cunho racista em jornal de ampla circulação. O crime não apenas permaneceu impune, como sequer foi acolhido pelo Ministério Público e pelo juiz de direito ao qual coube avaliar os autos. Em que pesem os depoimentos colhidos confirmando os fatos e as provas materiais existentes, o processo foi arquivado por ausência de fundamento" (SILVA et al., 2009, p. 278).

o surgimento de leis e instituições para combater o racismo. Observa, no entanto, a resistência, em diferentes níveis da sociedade, em aplicarem-se de forma efetiva políticas contra a discriminação racial.

Somente em 2007 é que pela primeira vez uma pessoa negra ocupa uma cadeira na mais alta corte do país, e continua sendo o único a fazê-lo. Joaquim Barbosa Gomes, jurista e um dos maiores especialistas brasileiros no estudo das AA, é o primeiro e único negro a ser nomeado para ocupar uma cadeira no Supremo Tribunal Federal brasileiro. Somente este dado já parece contradizer a noção de que o os tribunais superiores no Brasil seriam progressistas no que diz respeito ao combate à discriminação racial no país, como sugere Boaventura de Souza Santos, já que não foram capazes (ou interessados) de integrar racialmente nem sequer as Côrtes de justiça do país.

Alyne Silva Pimentel, 28 anos, mulher negra, faleceu em 16 de novembro de 2002, no sexto mês de gestação, cinco dias depois de dar entrada em um hospital da rede pública com sinais de gravidez de alto risco. Alyne, cuja morte poderia ter sido evitada com o oferecimento de um tratamento de saúde adequado, deixou uma filha com cinco anos de idade na época. Em 10 de agosto de 2011, o Comitê pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Comitê CEDAW), das Nações Unidas, condenou o Brasil no caso Alyne da Silva Pimentel. O Comitê CEDAW da ONU concluiu que o Estado brasileiro falhou em proteger os Direitos Humanos de Alyne à vida, à saúde, à igualdade e não discriminação no acesso à saúde. O Comitê considerou ainda que o Estado falhou por não garantir à família de Alyne o acesso efetivo à Justiça.

O CEDAW/ONU, após a condenação do Brasil no caso Alyne, fez uma série de recomendações para que situações como estas não mais ocorram, e vem monitorando a implementação das medidas recomendadas. A Relatoria do Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva realizou uma missão de monitoramento no início do ano de 2013 às unidades de saúde que fizeram o atendimento de Alyne 11 anos antes. O resultado da missão foi a triste constatação que a situação permanecia exatamente a mesma. A Relatora do Direito Humano à Saúde Sexual e Reprodutiva, Beatriz Galli, questionou o Estado brasileiro quanto ao oferecimento de garantias para que as mulheres em idade reprodutiva, em particular as negras, tenham acesso aos serviços de saúde de qualidade que garantam sua integridade durante a gravidez, parto e pós-parto.

Apesar da constatação de um cenário visivelmente desfavorável, houve um sinal de mudança nos ventos. No início de 2014 ocorreu uma cerimônia de pagamento da indenização determinada como me-

dida reparatória pelo Comitê para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres (CEDAW/ONU) em benefício da mãe de Alyne Pimentel.

Neste mesmo ano foi finalmente criada a Área Técnica de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde, após consecutivas e contundentes ações de pressão dos Movimentos Negros, em particular das Organizações de Mulheres Negras, junto ao executivo federal. Se o legislativo permanece um ambiente árido à semeadura de propostas antirracistas efetivas, e o judiciário bem pouco afeito à presença não branca, a judicialização do direito a saúde em cortes internacionais, como foi feito com o direito ao trabalho e à educação, apontou um caminho que permitiu avançar na promoção da saúde dos(as) negros(as).

A marca da diferença neste caso, não se baseia em diferentes arcabouços culturais ou no conflito explícito entre diferentes normas jurídicas. Mas no elemento constituinte da identidade nacional que tem servido como modelo legal de harmonia coerciva e como técnica de pacificação das minorias políticas constituídas pelos afrodescendentes e indígenas no Brasil: o mito da democracia racial. O reconhecimento da diferença cultural e sua tradução em normas jurídicas já demonstrou seus limites neste caso. Parafraseando Guerreiro Ramos: não se trata do negro tema, mas do negro vida.

3.4. Democracia Racial, Cadinho de Raças e Mestiçagem

Um médico geneticista vem oferecendo argumentos científicos para a rejeição de um conjunto de políticas orientadas para combater os efeitos do racismo anti-negro. Sérgio Danilo Pena argumenta que embora a ciência não seja o campo de origem dos mandamentos morais, ela tem um papel importante na instrução da esfera social. Esta contribuição viria da possibilidade anunciada pelo método científico de produção de conhecimento de libertar e afastar "erros e preconceitos" (PENA, 2009, p. 7). A ciência permitiria uma maior eficiência na aplicação objetiva das decisões inspiradas por mandamentos morais originados em outra dimensão da vida humana. Estas dimensões, a do saber científico e do "campo de origem dos mandamentos morais" podem se comunicar, mas teriam processos independentes de configuração e ação.

No entanto, a precedência defendida pelo autor é aquela que sobrepõe a ciência em sua capacidade de revelar verdades com valores morais intrínsecos. De meio de objetivação a ciência se transmutou em iluminador de princípios subjetivos em sua crítica. Seu argumento se baseia, principalmente, no progresso dos estudos sobre DNA nos úl-

timos 50 anos, e na consequente incompatibilidade da descoberta da individualidade genética humana absoluta com a ideia de humanidade fragmentada em raças com diferenças biológicas.

Ainda que aquele cientista admita que, na prática, enquanto seres humanos vivemos uma época de conflitos envolvendo diferentes culturas e grupos religiosos e exacerbação de ódio étnico e racismo, sua recomendação cientificamente embasada, é a de que devemos esquecer as dores e pensar na humanidade como uma única família "composta por indivíduos igualmente diferentes" (PENA, 2009, p. 8). A capacidade da ciência de desvanecer as brumas da ignorância pode ainda, segundo Pena, redimensionar a experiência humana e suas questões na direção de um novo paradigma.

> Nesse sentido, a ciência é a nossa ferramenta intelectual mais poderosa para humanizar o universo e a nossa experiência. Ela transforma o cosmo misterioso e aterrorizante em apenas um 'universo' que inevitavelmente irá, mais cedo ou mais tarde, render-se ao homem e revelar-lhe todos os seus segredos. [...] Este é o espírito do humanismo científico, que apela a razão, e não à revelação ou à autoridade religiosa, como um meio de se relacionar com o mundo natural e de estabelecer uma base estritamente humana para a construção de nosso sistema moral. O humanismo científico acredita que através do exercício da razão e do método científico a humanidade pode resolver seus problemas com sucesso e avançar seu conhecimento continuamente (PENA, 2009, p. 11).

Se a genética felizmente não pode mais ser defendida como ferramenta para o melhoramento dos corpos humanos, como o fez nos tempos em que foi "confundida" por muitos com a Eugenia, Pena (e outros/as) permanece defendendo sua capacidade de aprimorar o funcionamento das mentes humanas. Sérgio Danilo Pena defende sua postura como antirracista, e estando em pleno acordo com os princípios e descobertas da comunidade científica na contemporaneidade. A mesmíssima comunidade científica internacional, de ilustres racistas como o Nobel de física William Shockley (1910 – 1989) e o Nobel de medicina James Watson [184]. Pena, ao reconhecer e lamentar muitíssimo pelo racismo declarado de seus colegas cientistas, põe em xeque seu próprio argumento de defesa de um humanismo fundamentado na excelência do conhecimento científico para resolver em definitivo os problemas relacionados aos prejuízos sociais decorrentes da discriminação racial.

184 James Watson, atualmente com 90 anos de idade, recebeu o Prêmio Nobel de Medicina em 1962 juntamente com outros dois pesquisadores (Francis Crick e Maurice Wilkins) pela descoberta da estrutura helicoidal do DNA. Participou do projeto Genoma Humano e teve uma carreira científica de sucesso até que foram publicadas em 2007, no jornal britânico *The Sunday Times,* declarações suas sugerindo a inferioridade intelectual dos africanos. Antes disto, já havia feito considerações polêmicas a favor da eugenia e do melhoramento humano por intervenção genética.

Pena faz parte de um grupo de pesquisadores(as) no Brasil que têm atacado diretamente as políticas públicas em saúde orientadas ao enfrentamento das vulnerabilidades e prejuízos sociais específicos dos povos negros. Os(as) pesquisadores(as) que compõem este grupo, que conta com a participação de alguns(mas) renomados(as) antropólogos(as), são facilmente identificados, à medida que publicam juntos(as) e frequentemente citam-se uns(mas) aos(as) outros(as). Formam um bloco de reforço mútuo da posição político-ideológicas de barragem às políticas para negros(as) no Brasil, ainda que utilizem métodos e teorias diversas. Todos(as) também participaram das manifestações públicas contra as políticas de AA para negros(as) direcionadas ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional, tanto através dos abaixo assinados quanto comparecendo e participando das audiências públicas. Foram derrotados(as) em ambas as tentativas, mas seguem reapresentando seus argumentos de que "no Brasil, pelo contrário, a fronteira racial não existe na consciência das pessoas. O paradigma histórico da mestiçagem, junto com a ausência de leis segregacionistas, impediu a emergência de grupos raciais nitidamente delimitados" (MAGNOLI, 2009, p. 366).

No caso específico de Pena, a receita para uma humanidade desracializada seria decretar a invalidade científica dos grupos raciais, comprovada a irrelevância dos caracteres fenotípicos usualmente associados à raça no quadro geral da variabilidade genética humana. As diferenças icônicas das chamadas "raças humanas", visivelmente reconhecíveis, ajudam a estabelecer correlações mais ou menos razoáveis com o continente de origem e as adaptações morfológicas dos povos aos diferentes ambientes. Estas mesmas diferenças não seriam significativas do ponto de vista da variabilidade genética ou biológica entre grupos identificados como racialmente distintos, ou nas suas palavras "a vasta maioria da variabilidade genômica é compartilhada entre as chamadas 'raças'" (PENA, 2009, p. 17). Sendo assim, "temos de assimilar que a única divisão biologicamente coerente da espécie humana é em 6,5 bilhões de indivíduos[185] e não em um punhado de 'raças'" (PENA, 2009, p. 17).

Mais especificamente acerca do Brasil, Pena aponta, ao revés, que características de variabilidade genética são suficientemente singulares para que se possa definir o povo brasileiro como mais mestiço[186] que outros. No esforço de negar a viabilidade de políticas públicas para grupos racialmente definidos, vai atacar tanto o reconhecimento da

185 Assustadoramente, desde a publicação do artigo de Pena até hoje, a população mundial já cresceu dos 6,5 bilhões para mais de 7,3 bilhões de indivíduos.

186 Miscigenação: Fluxo gênico entre populações humanas diferenciadas (PENA, 2009, p. 114).

existência de negros(as) no Brasil, quanto à possibilidade de identificar um grupo populacional como afrodescendente neste mesmo país. Através dos estudos de marcadores de ancestralidade genômica vai defender a maior veracidade da semelhança invisível do DNA, contra a falsidade da diferença visível e pronunciada nas relações.

> Como no Brasil, somos produto da intensa mistura de três raízes ancestrais – ameríndia, europeia, e africana – a nossa gente tem um dos maiores graus de variabilidade genética do planeta [...] Assim, não faz sentido falar sobre 'populações' de brasileiros brancos ou de brasileiros negros por causa da pobre correlação entre cor e ancestralidade. Também não faz sentido falar em afrodescendentes, eurodescendentes ou ameríndio-descendentes, porque a maioria dos brasileiros tem simultaneamente uma proporção significativa de ancestralidade africana, europeia e ameríndia (PENA, 2009, p. 21-22).

É o retorno, pela via da genética, ao paradigma do cadinho de raças. Para este pesquisador, a diferença racial teria sido tão profundamente diluída em nível biológico que nenhum sentido faz trazer a discussão para o plano das relações sociais. Supostamente, a verdade dos genes se estabelece por sobre qualquer reivindicação de natureza política baseada em distintas experiências de vida. Estes argumentos são bastante incisivos em sua oposição a qualquer política pública voltada para afrodescendentes. Ainda assim, Sérgio Pena dá especial destaque crítico às assim chamadas "políticas de saúde para a população negra", em particular ao enfoque dado à anemia falciforme.

> Deve ficar bem claro, então, que a anemia falciforme não é uma 'doença de negros' nem uma 'doença africana', mas sim uma doença eminentemente geográfica, produto de uma estratégia evolucionária humana para lidar com a malária causada pelo Plasmodium falciparum [...] É totalmente desnecessário invocar conceitos arcaicos como 'raça' e 'doenças raciais' para explicar a variação de prevalência de doenças genéticas em diferentes grupos continentais. A geografia explica tudo (PENA, 2009, p. 66-67).

A elaboração de um campo específico de atuação que passou a ser chamado de "Saúde da População Negra", é bem anterior a tomada da Aids como um agravo em saúde entre os mais relevantes. Porém desde o início foi emblemática a discussão da anemia falciforme para caracterizar o que seriam as políticas de Saúde da População Negra. A esta enfermidade, também associada ao sangue, foi dado o posto de carro-chefe entre as bandeiras de luta pela saúde da população negra, inclusive por Martin Luther King Jr.. A anemia falciforme é decorrente da deformação das hemácias para a forma de foice, característica trans-

mitida geneticamente e bastante frequente no solo africano, praias do mediterrâneo, península arábica, chegando até a Índia (UJAVRI, 2009, p. 110-113). Uma mutação genética que protegeu as hemácias contra a malária em outras partes do planeta se tornou uma das doenças hereditárias mais associadas à ancestralidade africana nas Américas. A discussão avançou muito sobre a identificação da população atingida pela anemia falciforme desde sua descoberta há mais de um século, inclusive do ponto de vista institucional sobre as estratégias de cuidado e prevenção aos agravos em saúde decorrentes desta condição genética.

> A política de saúde integral da população negra, essa compreensão dela como manto que deve iluminar todos os setores do ministério, ela teve seu sucesso. Teve a compreensão política do próprio Movimento Negro desse passo além. Saímos daquele lugar que o Movimento Negro vinha aqui só pleitear o atendimento aos portadores de anemia falciforme, para um momento de uma outra compreensão muito mais ampliada que atingia a população negra em toda a sua demanda por saúde (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

Parte importante do debate que acirrou dissensos nos estudos afro-brasileiros desde o início da institucionalização deste campo de estudos ainda no século XX foi a questão da excepcionalidade na forma como no Brasil se lida com diferenças étnico-raciais. À medida que as ciências sociais foram sendo fracionadas em especializações, as técnicas e metodologias de pesquisa passaram a delinear os limites das teorias tanto quanto a identidade dos(as) pesquisadores(as). O que era tratado como "a questão do negro" pelo pensamento social brasileiro desde o século XIX, foi se distinguindo paulatinamente. A sociologia das relações raciais foi se distinguindo de sua aparentada antropologia das populações afro-brasileiras. Esta antropologia das populações afro-brasileiras esteve particularmente focada na etnografia de comunidades tradicionais culturalmente distintas da sociedade nacional e sua relação com esta sociedade, destacadamente as comunidades religiosas de matriz africana e as comunidades negras rurais (posteriormente enquadradas na categoria quilombo). O conjunto destes estudos tende a ser tomado em sua relação com a sociedade nacional, ainda que comparações com outros contextos nacionais sejam ocasionalmente utilizadas. O esforço de avaliação do nível de conformação ou resistência aos processos hegemônicos de retroalimentação do Estado Nação permanece atuando como uma das dimensões herdadas do "problema do negro" na antropologia das populações afro-brasileiras. Esta mesma herança contribuiu para permanência do entendimento na necessidade de destacar a ruptura entre a realidade vivenciada pelos afro-brasileiros e os processos sociais e políticos contemporâneos no continente africano.

> No debate atual sobre o racismo brasileiro, reitera-se que a diferença racial não tem fundamento biológico. Mas a existência desse fundamento, mesmo fantasioso, está tão presente na sociedade que sua falta de embasamento científico acaba sendo irrelevante. Na busca de novas formas de analisar hierarquias raciais, o que vale não é a verdade biológica, mas quando uma afirmação possa atrair a adesão de seu público. Consideramos aqui que a falsidade da inferioridade de negros e indígenas é ponto pacífico; consideramos também que a presunção de sua verdade continua operando no dia a dia. De igual maneira, o fato biológico de que um mesmo casal pode ter filhos identificados como brancos e como negros não inviabiliza o racismo na sociedade: esta situação precisa ser reexaminada em busca de seu potencial crítico (SOVIK, 2009, p. 17).

Os(as) contemporâneos(as) atualizadores(as) da falácia buscam deslegitimar uma ação voltada para o atendimento diferenciado para os(as) afro-brasileiros(as) no campo da saúde argumentando, do cume de sua autoridade acadêmica supostamente des-racializada, que "raça" não é um conceito com fundamento científico.

A ausência de um fundamento biológico tem servido tanto para criticar práticas reconhecidamente racistas em relação aos(as) negros(as) como também para buscar impedir iniciativas de reparação em relação ao lugar de prejuízo social estabelecido para o(a) negro(a) na sociedade brasileira. A existência ou não de base biológica, de uma verdade científica que corrobore para o racismo enquanto prática cotidiana no Brasil pode ser considerada irrelevante, na medida em que a mudança nas concepções científicas não alterou tão significativamente a situação vivenciada por negros(as) no que diz respeito à sua inclusão perversa na sociedade brasileira. O anúncio da verdade científica da igualdade humana não tornou a sociedade brasileira concretamente menos desigual. O pensamento racial que orientou a construção dos modelos ocidentais de estado-nação, até a crise provocada pelo holocausto nazista após o fim da II Guerra Mundial, fundamentou ações e gerou desdobramentos que tem efeitos específicos que ainda precisam ser travados e corrigidos. Um novo pacto pelo Brasil – ativamente antirracista – começa a ser posto na carta-magna de forma contundente somente em 1988, apesar da polêmica Lei Afonso Arinos e dos tratados internacionais anteriormente assinados (NASCIMENTO, 2004). Isto significa, entre outros aspectos, que será preciso repensar o lugar social dos(as) brancos(as) nestes país para que a justiça social possa ser efetivamente promovida de acordo com o novo pacto assumido.

É dada como alienígena e deturpadora dos melhores ideais da nação, a interpretação das relações sociais do Brasil que leva em conta o impacto significativo e relevante da utilização no país da noção de

raça na relação entre os nacionais. Em realidade, o silenciamento da discussão tem servido tão somente aos interesses conservadores de manutenção das relações de desigualdade, ainda que fundamentados em sofisticados argumentos.

> Contra a essencialização dos símbolos mais diacríticos de identidade étnica, os antropólogos estão com frequência esgrimindo novos detalhes técnicos de uma particularização mais minuciosa das identidades em emergência, totalizando os detalhes em textos culturais para cuja produção os militantes não podem concorrer. Sobretudo os antropólogos vêm, nos últimos anos, insistindo em recuperar metanarrativas sobre a identidade nacional que se contraponham à 'importação' militante de discursos raciais essencialistas. Envolvidos num espaço de mediação e concorrência que demanda dos cientistas o exercício do lugar de censor público, antropólogos vêm fazendo um uso social da ciência assente, sobretudo, na exibição e pretensão de uma sensibilidade às diferenças étnicas que os transformam nos 'porta-vozes naturais' dos mais diminuídos da condição de exercício da fala pública (ANJOS, 2004, p. 112).

Esta não é, no entanto, a opinião de vários(as) profissionais atuando no campo da saúde pública. Para além das concepções acadêmicas sobre os sentidos que devem ter as identidades sociais, é preciso reconhecer quais aspectos da vida das pessoas impactam nas suas condições gerais de saúde. E o SUS[187] está diretamente implicado nesta tarefa já que "é obrigação do SUS reconhecer as doenças prevalentes, e os vínculos e as relações das doenças com origem étnica" (Entrevista Drª Ana Costa).

Simone Monteiro (2004, p. 51) argumenta que o melindre da questão deriva, sobretudo, da "imprecisão e polissemia das categorias raça e origem étnica nas investigações na área de saúde". Imprecisão e polissemia ainda maior, talvez sejam encontradas em torno do conceito de "cultura" na antropologia e nas instituições da gestão pública, sem que a possibilidade de abandonar por completo o conceito fosse indicado como o mais razoável pelos(as) pesquisadores(as), ou por esta razão pudessem ser tornadas inválidas as pesquisas neste campo. Mas é o que parece sugerir Simone Monteiro sobre as pesquisas utilizando o conceito de raça ou etnia.

> Diante do restrito consenso na comunidade científica e no sistema federal de estatísticas em saúde sobre o significado dos conceitos de raça e etnia, a ausência de definições sobre tais conceitos nas investigações em saúde torna problemáticos os resultados de pesquisas neste campo (MONTEIRO, 2004, p. 51).

Mas não é que o conceito de raça seja inválido nas pesquisas em saúde. Ele só não parece ser válido para Monteiro quando aplicado ao

187 Sobre SUS ver GIOVANELLA (2008).

Brasil, e isto em razão da suposta singularidade das relações étnico-raciais aqui verificadas. O limite para a compreensão do fenômeno está no Estado-Nação, já que os(as) negros(as), assim como as plantas, têm raízes e são incapazes de se comunicar para além das fronteiras de seus países. Para os EUA, que elegeram e reelegeram Barack Obama, e que tem AA para negros a mais de 50 anos, o conceito de raça serve para verificar desigualdades em saúde.

> Tais variações são expressivas quando se leva em conta que a classificação de raça/origem étnica nos Estados Unidos se orienta pelo conceito de ancestralidade e pelo modelo bipolar (branco e negro), enquanto na sociedade brasileira a classificação é informada pela aparência física (fenótipo) e por fatores socioeconômicos, operando em um amplo contínuo de cor. O padrão classificatório no Brasil é frequentemente caracterizado pela fluidez (indeterminação, subjetividade e dependência contextual) em sua aplicação (MONTEIRO, 2004, p. 52).

Melhor ainda: não é que o conceito de raça não sirva para encontrar desigualdades em saúde na população brasileira, mas levando em conta a singular miscigenação da sociedade brasileira o conceito de raça parece, ao menos nesta visão, mais eficiente ao focar o gradiente da mistura do embranquecimento eugenista e refutar a delimitação dos povos negros como alvo de políticas específicas. A mestiçagem colocaria limites tão fluídos à auto-definição dos povos, que buscar circunscrever significaria fragmentar ou bloquear a dinâmica entre categorias quase que intercambiáveis. Todos estão misturados no *melting-pot*, ou melhor, no cadinho brasileiro?

O Brasil de alguns só dá importância à raça em sua afirmação positiva da mestiçagem como valor cultural agregador em seu esforço de suplantar o racismo, para estes a única e possível "discriminação positiva" para africanos(as) e seus descendentes no país[188]. Como se a noção de raça que circula dentro destas fronteiras pudesse ser tratada como praticamente inofensiva em sua versão luso-tropical, e fosse tão singular quanto seu povo e seu território. O rasteiro princípio subjacente de que plantas adaptadas a um bioma, não podem ser compreendidas a partir da comparação com espécies de outro ambiente ecológico, não funciona nem na biologia que há tempos compreende que há relação entre todas as espécies que habitam o planeta, ainda que indiretamente. Desconsidera-se com esta premissa que, as ideias sobre identidades raciais há séculos circulam – interagindo e se modificando permanen-

188 "A valorização do brasileiro mestiço, herança da resistência antropofágica e freyreana às exigências eurocêntricas, permite que, sob certas condições econômicas e sociais, o papel social ideal associado a ser branco possa ser desempenhado por não brancos. A exclusão racial no Brasil fala em duas vozes: uma, no privado, sobre o valor da branquitude e outra, pronunciada em alto e bom som, sobre a noção de que a cor e raça são de importância relativa já que a população é mestiça" (SOVIK, 2009, p. 38).

temente – entre Brasil, Estados Unidos, países do Caribe, e também do continente africano (GOMES, 2005). Na América Latina (em especial no Brasil), no Caribe e nos EUA, houve o compartilhar de redes transcontinentais de africanos escravizados, de instituições voltadas para a discriminação racial, de eliminação de populações indígenas, em um passado ainda não esquecido em que "mesmo quando negros eram donos de escravos – ser branco significava ser livre" (SOVIK, 2009, p. 83).

Sob o argumento de que a raça tem pouco ou nenhum impacto na vida dos brasileiros, defende-se que qualquer política pública que tome este fator como objeto de análise ou fator de ação estaria restrita à ilegitimidade em relação aos princípios do Estado republicano brasileiro e fadada ao fracasso[189]. O que se estabeleceu nesses processos foi um quadro de concorrência pelo monopólio da fala pública e legítima em nome dos interesses da minoria política dominada, envolvendo administradores(as), antropólogos(as), agentes de justiça, militantes dos Movimentos Negros, sindicalistas, entre outros. Sob lógicas de engajamento e de retribuição muito diferenciadas, portadores de recursos substancialmente desiguais tendem não apenas a produzir retóricas diferentes, mas com frequência se envolveram em agressivos jogos de força. No processo de construção das políticas de saúde da população negra, os(as) médicos(as) também quiseram opinar (e porque não?), e mesmo quando acreditavam estar ajudando não conseguiram se colocar como parceiros(as), mas sim como porta-vozes não autorizados. Drª Ana Costa relatou sobre seu dilema de estar em um lugar que acreditava ser legítimo por sua história, mas não ter a deferência dos(as) representantes dos Movimentos Negros quanto a este seu entendimento.

> Eu tive paus com a Jurema Werneck que até hoje ela não fala comigo. Ela não me cumprimenta. [...] Primeiro ela não gostava que eu estivesse a frente disto porque eu era branca. Embora eu nem seja tão branca. E depois porque estas parcerias estratégicas e políticas são fundamentais em todos os campos. Especialmente nesta conjuntura foi extremamente importante porque, querendo ou não, uma pessoa que tem legitimidade histórica e política na área de saúde aderir a um projeto como este exige coragem. Tanto é que eu fui e encontrei oposição pessoalmente do outro lado. Como também exige coragem de enfrentar o próprio movimento. O movimento o tempo inteiro tinha uma certa desconfiança em relação...e eu acho que é o lugar do movimento. Esse é o lugar do movimento (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

189 "Hoje no Brasil, multiplicam-se as intervenções, na negociação de um novo acordo sobre como interpretar e controlar a herança histórica racista. Dentre essas iniciativas estão as de setores negros e seus aliados que, driblando os ataques à suposta 'racialização', procuram tornar pronunciável o segredo culposo da raça. Se a reivindicação política negra deste momento coloca em jogo as hierarquias raciais, é em parte porque permite sua explicitação, como se tenta fazer aqui, a partir da atenção à branquitude como sistema de valores, inclusive brasileiro" (SOVIK, 2009, p. 83).

Há um enorme desafio para os(as) cientistas sociais em conseguir estabelecer críticas aos(as) antecessores(as) que fundamentam sua formação. A história da antropologia brasileira está repleta de exemplos de racismo anti-negro, que podem e devem ser criticamente questionados para que o debate possa avançar. Decorre esta necessidade pela observação das consequências lamentáveis produzidas por aqueles(as) que seguiram cegamente os mandamentos deixados por seus(uas) ancestrais acadêmicos(as). Todavia deriva desta crítica alguma incerteza sobre o próprio argumento: Se os(as) mestres(as) do passado falharam, cabe aos(as) discípulos(as) apontar seus erros? Será melhor preservar o prestígio dos(as) antecessores(as) para poder desfrutar da herança deste sistema patriarcal, agrário e escravocrata? Que cada um (a) possa ter coragem de assumir o desafio de seu tempo e lugar[190].

Nas ciências sociais brasileiras a questão tornou-se tão delicada pelo fato deste campo de produção de conhecimento estar comprometido diretamente com a elaboração e reforma de interpretações que fundamentam a ação do Estado brasileiro, a configuração de certas políticas sociais e o estabelecimento de algumas prioridades na distribuição de recursos do orçamento público. A produção da ciência social brasileira foi atingida muito duramente em alguns(mas) de seus(uas) ancestrais míticos(as) e mistificadores(as) ainda em voga. Para muitos de seus(uas) baluartes mais citados(as), e também para os herdeiros(as)/repetidores(as) que fazem as citações, o conceito de "raça" não traz contribuição indispensável para a avaliação das desigualdades contemporâneas, com a exceção explícita (e contradição implícita) que caracteriza a pretensa singularidade da mestiçagem brasileira como fator relevante para a neutralização do racismo.

Utilizar politicamente um conceito circulante na sociedade – racismo – não significa acreditar em uma diferença essencial – raça – que não pode ser ultrapassada[191]. Pode ser apenas o resultado do exercício

190"O desafio para as ciências descoloniais consiste em poder reconhecer a diversidade sem atropelar a unidade, reconhecer a continuidade sem menosprezar a mudança e a descontinuidade. Também estas têm que reconhecer que a mudança e a unidade são relativas aos olhos de quem vê e que, para sujeitos racializados, o mundo, ao fim e ao cabo, não mudou tanto. Aos condenados ao inferno da modernidade/colonialidade não lhes toca gozar demasiado de mudanças no céu e na terra. As ciências descoloniais são as que tentam dar sentido a tal impressão. [...] Para as ciências descoloniais o assunto central é muito diferente, suas preocupações mais centrais têm a ver com a pergunta sobre o que significa que o sujeito racializado se converta em um sujeito de conhecimento, isto é, o que ocorre quando alguém que é considerado objeto se torna sujeito? Que se pode dizer sobre estruturas materiais e epistemológicas que legitimara a produção de uns sujeitos como objetos? Claramente daí nasce uma nova teoria crítica e um novo sentido do humano" (MALDONADO-TORRES, 2006, p. 124).

191 "Etnia e raça podem ser contrapostas, enquanto a primeira categoria tende a se estabelecer sob uma razão social mais includente e a segunda, segundo uma lógica binária que no limite tenderia a uma razão genocida. [...] o reforço da invisibilidade negra e dos dispositivos anônimos do genocídio estende no tempo projetos formulados no início do século [XX], visando a homogeinização racial da nação brasileira" (ANJOS, 2004, p. 117).

cotidiano de dupla consciência, que permite sobreviver em um contexto em que se é tratado(a) como se inferior fosse sem deixar-se tornar inferior. Significa utilizar esta dupla consciência para sobreviver em uma sociedade racista, sem acreditar na invulnerabilidade da raça.

> Se o Estado moderno só exerce seu poder de morte 'deixando morrer', o fato de os negros no Brasil estarem mais sujeitos à falta de informação, meios de prevenção e acesso a serviços de saúde se inscreve no quadro de uma formação social historicamente racista. A expansão da Aids afetando mais a negros deve assim ser equacionada a um sistema de correlações de força não projetado em sua integralidade, mas que funciona sob o pressuposto racista da seleção e proteção da raça branca contra as demais raças. A pertinência da categoria 'raças' passa a estar intrinsecamente vinculada à existência de desigualdades ligadas ao modo de operação de mecanismos sociais sutis – a educação escolar, a seletividade do mercado de trabalho, a pobreza, a organização familiar (ANJOS, 2004, p. 104).

A crise que questiona este posicionamento traz como pano de fundo a possibilidade de atingir até mesmo pontos nevrálgicos: são válidas as interpretações feitas só e tão somente por um corpo de pesquisadores(as) praticamente todo de brancos(as) em um país como o Brasil? A reação, por vezes insólita, de alguns(mas) acadêmicos(as) brasileiros(as) e/ou estrangeiros radicados no Brasil têm sido invalidar o conceito de raça na discussão e assim também invalidar o questionamento à autoridade monocromática daqueles(as) poucos(as) detentores do direito de discutir a desigualdade racial dentro da academia brasileira. - Não há raça! Não somos racistas! Racistas são estes que querem orientar o Estado a intervir na desigualdade racial no Brasil![192]

> A adoção do discurso da mestiçagem é uma antiga concessão, incorporada no decorrer dos anos pelo senso comum, à presença maciça de não brancos em uma sociedade que valoriza a branquitude e uma antiga e atual forma de resistência ao olhar eurocêntrico. Esse reconhecimento não desbanca os brancos das classes dominantes. O que um dia foi uma vitória cultural e política contra a opressão eurocêntrica já foi capturado pelo conservadorismo reinante e a naturalização de relações racistas. [...] Reiterar que, por ser um país mestiço, não há ódio racial serve para reforçar esse controle dos sentidos da vida em sociedade (SOVIK, 2009, p. 39).

Parece lógico que, a partir das características históricas da formação do quadro de pesquisadores(as) no Brasil, as contradições relevantes percebidas na homogeneidade branca do núcleo duro de produtores acadêmicos do discurso (colonial?) sobre o(a) negro(a) no Brasil revelem-se em cores vivas (CARVALHO, 2005-2006). Os(as) intelec-

192 Ver Magnoli (2009) e Kamel (2006).

tuais repetidamente enfatizam a 'não-cientificidade' da categoria, ao mesmo tempo em que, sob o impacto das contundentes denúncias e reivindicações dos Movimentos Negros, o racismo brasileiro aparece cada vez mais como tema incontornável.

> Há setores do Estado que são racistas e a gente não conta com estes. A gente não fala que tem racismo. Há uma parcela das pessoas que ocupa a máquina do Estado, com muito poder, que não quer saber dessa história de AA por questões ideológicas. Isso trava tudo. São racistas assumidos. Não verbalizam isto, mas são. E insistem que não existe isso. Existe o cara desinformado, ignorante... mas tem caras ali que não querem que isso seja aprovado. Aí como é que você faz? Essas pessoas tem o poder de vetar algo que vai atingir milhares de pessoas. Dizem '- Não! Não vai fazer não!'. Temos o argumento de que tem que ser mais universalista, mas o fato é que há gente que não quer que a população negra tenha acesso, não acha que isso é importante. A gente acha que isso não é um problema, que não existe, que é falta de informação. Não é. É convicção (Entrevista Dr. Ivair Augusto Alves dos Santos).

Quando muito, admite-se que um(a) brasileiro(a) pode ser classificado(a) em função de sua cor de pele – todavia isto em nada tem semelhança com um códice raciológico. A escora que tem sustentado esta defesa esdrúxula de uma desigualdade escandalosa não extrai seu vigor da pertinência dos argumentos, mas do próprio *status quo* que estabeleceu a produção das ciências sociais no lugar de prestígio (enfim) questionado que ocupa.

Alguns dos principais defensores desta posição são professores(as) em universidades de altíssimo prestigio no país, possuem conivente apoio dos principais meios de comunicação de massa, quando não estão entre os(as) que se revezam no quadro decisório das associações de classe dos(as) cientistas sociais do país. Então, para chegar a tratar do problema da política pública de fato, parece uma exigência de todos os espaços de discussão acadêmica retornar às discussões que ocorreram nas ciências sociais entre os anos 30 e 50 do século passado e reverenciar concepções forjadas em um contexto tão distante que parece só fazer sentido para a antropologia brasileira em sua versão mais conservadora, que lamentavelmente é hegemônica. Este retorno cíclico ao mito nacional – freyreano – acerca do lugar e da situação do(a) negro(a) no país pouco engrandece a compreensão do objeto de pesquisa ou de qualquer debate razoável. Porém, o cenário colocado nas ciências sociais brasileiras está de tal forma encoberto por esta interpretação que ainda é deveras sofrível conseguir se comunicar em outras bases menos antidemocráticas. Apesar da reconhecida relevância da discussão sobre os usos e abusos do conceito de raça, pouco se tem avançado para além

da defesa de posições políticas contrárias ou favoráveis às AA para negros. A análise da aplicação do conceito de AA em uma política de saúde, tem tido pouca ou nenhuma visibilidade neste debate.

Estabelecer se a população negra deve ser reconhecida enquanto grupo racial, ou grupo étnico, ou população específica, ou se no Brasil todos são indiferenciadamente mestiços(as), é tarefa que alguns(mas) tomaram para si sem consultar aos(as) nominados(as) o que desejam.

A capacidade reativa dos(as) intelectuais e organizações comprometidos com o enfrentamento dos efeitos sociais do racismo anti-negro ainda estão limitados pelas correlações de poder encontrada nos espaços de debate público. Mas as experiências acumuladas com o tempo, o debate amplo no contexto da diáspora africana, e a urgência de soluções que ameaçam vidas têm mostrado o caminho para superar os obstáculos do racismo.

> O Movimento Negro tem muitas frentes para atacar. O Movimento Negro não tem condições de pressionar todos os atores ao mesmo tempo. [...] Teria de ter um trabalho persistente. Vamos travar o embate. Para fazer isso tem que estar inserido nas três instâncias colegiadas e fazer este trabalho permanente. Não tem tanta gente para fazer isso. [...] Você só consegue fazer isto se houver articulação política para dizer '– Vamos fazer deste jeito'. Com poder de decisão. Se não, não tem jeito. Você vai estar sempre na mão de um cara que é simpático ou não. Hoje está, mas amanhã não está, daqui a dez anos pode ser. Em algumas áreas tivemos grandes aliados, em outras grandes adversários (Entrevista Dr. Ivair Augusto Alves dos Santos).

> Se tivéssemos Movimento Negro em todas as cidades do Brasil... não vamos muito longe. Em todas as capitais. Movimentos negros organizados, com força para lutar pela política dentro dos conselhos e fora dos conselhos. Porque eu acho que os conselhos não são suficientes como lugar de vocalização dos movimentos sociais, lamentavelmente. Eles são extremamente importantes, mas eles não são suficientes. Temos que pensar em outras estratégias que deem conta de falar aos gestores locais. Se tivéssemos em todos os estados brasileiros Movimento Negro em suficiência, qualidade e vigor político teríamos avançado mais (Entrevista Ana Maria Costa).

O avanço desta pauta se fez possível em dado momento, pela característica de um momento histórico de crescimento das forças progressistas que reivindicavam o aprofundamento da democracia, inclusive no que diz respeito às relações raciais. O desafio permanece vigente, e as reações contrárias também se articularam para responder a altura.

CAPÍTULO IV

O LOCAL E O GLOBAL NA AIDS E NO RACISMO: AFRICANOS(AS) E AFROBRASILEIROS(AS)[193]

> Em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca de identidade coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social. Essa tendência não é nova, uma vez que a identidade e, em especial, a identidade religiosa e étnica tem sido a base de significado desde os primórdios da sociedade humana. No entanto, a identidade está se tornando a principal e, às vezes, única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras. Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são (CASTELLS, 1999, p. 41).

Por volta da década de 1930 (mais de um século depois da independência do Brasil), o continente africano, com exceção da Libéria e da Etiópia, estava subordinado pela colonização de potências europeias. Ujvari (2009) sugere que a entrada do vírus da imunodeficiência do símio (SIV) em organismos humanos se deu por escoriações e ferimentos da pele, ao redor de década de 1930, por causa da caça de chimpanzés e se alastrou entre os humanos pela relação sexual. A mutação do vírus que o torna transmissível através de secreções genitais ocorre então dentro dos humanos.

A caça de chimpanzés, transmissores de um vírus aos humanos, nas florestas do Gabão e do Camarões combina-se com outros fatores predatórios do equilíbrio ecológico que vinham ocorrendo desde o fim do século XIX. O desenvolvimento da droga quinina, que protegeu os europeus da epidemia de malária, permitiu a entrada destes no reduto dos grandes primatas. Alemães foram aos Camarões, enquanto franceses se apoderaram do Gabão em busca de látex e óleo de palmeira. As consequências da I Guerra Mundial dividiram as matas de Camarões entre franceses e britânicos. As guerras de independência na região, e em seguida as guerras civis produziram épocas de fome que tornarão a caça de chimpanzés cada vez mais rotineira. A esta altura, o vírus presente em humanos tornara-se diferente daquele encontrado nos chimpanzés. Surge o HIV tipo 1.

Guerras, estupros, pobreza, trabalho compulsório e instabilidade política aceleraram a circulação do vírus. Soldados, refugiados, co-

193 Parte da reflexão inicial deste capítulo foi publicada anteriormente em Silva (2012).

merciantes, miseráveis e viajantes espalharam o HIV pelo continente. Suspeita-se, inclusive, que campanhas de vacinação utilizando agulhas não esterilizadas tenham contribuído para ampliar significativamente o número de portadores do vírus (UJVARI, 2009). Uma amostra de sangue coletada em 1959 de um negro do Congo foi testada nos anos 1980 e acusou a presença de HIV. Também no Congo, durante a epidemia de ebola, em 1976, foram recolhidas amostras de sangue da população. Ao serem testadas, já na década de 1980, algumas destas amostras também estavam infectadas pelo vírus.

Nas florestas da Guiné- Bissau foi a caça aos macacos Mangabey que levou para os humanos o tipo 2 do vírus. As guerras de libertação das colônias portuguesas da Guiné – Bissau e de Cabo Verde ocorreu nos anos 1960 e 1970, e parece ter sido justamente nesta época a transmissão do vírus tipo 2 para os humanos. Daí o vírus tipo 2 se espalhou também para a Gâmbia e o Senegal, e chegou a Portugal através dos soldados infectados.

No entanto, e contraditoriamente, Bastos (2006) afirma que não existe registro sobre história da Aids na África subsahariana na década de 1980. Ainda que hoje se afirme com toda a certeza que o agente causador da epidemia teve sua origem no continente africano, seus primeiros registros e investigações ocorrem nos EUA. É a partir de casos de pneumonia atípica e de um câncer raro – Sarkoma de Kaposi – que começam as investigações sobre a misteriosa síndrome.

A discussão pública sobre a infecção decorrente do vírus HIV está de muitas formas vinculada à vivência contemporânea de africanos e afrodescendentes na diáspora, ao racismo e à discriminação. Desde as investigações sobre a origem da epidemia que aponta para a África, relatos de natureza racista insinuam "detalhes bizarros acerca da 'passagem' dos retrovírus dos macacos para os humanos" (BASTOS, 2006, p. 23). Através de supostas relações afetivo-sexuais entre macacos e humanos, próprias da "natureza primitiva" de certas sociedades africanas, foi retomado com vigor o imaginário colonial sobre a sexualidade animalesca dos africanos.

> A relação de dominação racial coloca o racialmente dominado no lugar da desonra, e nesse lugar da desonra, o outro é objeto de prazer, de políticas higienistas, de controles e de acusação de uma sexualidade não domesticada (ANJOS, 2004, p. 107).

Pode-se afirmar que um estigma associado à pele esteve presente no início da epidemia de Aids, assim como a 'epidermização' do negro foi um instrumento para a definição do lugar social no pensamento co-

lonial (GILROY, 2007). Mas logo o estigma adentrou o invólucro da epiderme[194] e passou a estar mais diretamente associado ao sangue e outros fluídos corporais. Homens brancos jovens, previamente saudáveis, em sua maioria declaradamente gays, são os primeiros a ser identificados como portadores da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (Aids na sigla em inglês) pelos Centros para a Prevenção e Controle de Doenças (Center for Diseases Control and Prevention – CDC) nas cidades norte-americanas de Los Angeles, São Francisco e Nova York.

> Muito provavelmente, na ausência de um sistema de vigilância eficiente, diversos casos da nova síndrome emergiram na África ao longo da década de 1970 e início da década seguinte sem que fossem identificados enquanto tais, mas sim enquanto algo que afetava um contingente adicional de pessoas que faleciam em virtude de infecções graves [...] Em um contexto de um sem número de infecções, desnutrição, guerras civis e miséria, não foi possível compreender que uma nova ameaça à humanidade estava a caminho (BASTOS, 2006, p. 28).

A visão hegemônica entre os epidemiologistas, neste período inicial de reconhecimento de comportamento da Aids, era de que haveria uma particular e misteriosa preferência do vírus por homossexuais masculinos (H1), haitianos (H2), hemofílicos (H3) e heroinômanos (H4)[195]. Esta visão foi sendo desmontada paulatinamente graças aos estudos e pesquisas na área, mas não antes de provocar graves equívocos e estigmas no enfrentamento da epidemia. Relembra assim o pesquisador Francisco Inácio Bastos:

> Certamente são de triste memória para os mais velhos como eu, propostas, que em tudo lembravam as propostas nazistas, de, por exemplo, tatuar símbolos nas nádegas de homossexuais masculinos vivendo com Aids, formulada por um legislador norte-americano que os anos fizeram se tornar anônimo, no início da década de 1980 (BASTOS, 2006, p. 95).

Após o vírus (posteriormente denominado HIV) ter sido isolado por uma equipe de pesquisadores franceses em 1983, a teoria do câncer gay irá tornar-se profundamente questionável. Mesmo com isto, houve acusação de responsabilidade sobre o então chamado "grupo de risco" dos homossexuais masculinos, ainda que a epidemia aí já tivesse avançado velozmente na África subsahariana "basicamente através de relações heterossexuais sem o uso de preservativos" (BASTOS, 2006, p. 33). Está bem registrado que, caso tivesse ocorrido uma maior preocupação com as formas de difusão da epidemia entre africanos(as) na-

194 O poder da 'epidermização' em definir as relações raciais é tratado por Paul Gilroy, que resgata o conceito extraído de Frantz Fanon no clássico "Peles negras, Máscaras Brancas" (2008).

195 Tempos depois foi sendo inserido paulatinamente nas análises um quinto H - de 'Hookers' – um dos nomes dados em inglês às profissionais do sexo.

quele momento, teria sido modificado mais rapidamente o rumo das investigações científicas. É também pela desatenção ao contexto de acelerada difusão da infecção no continente africano que grande parte do impacto planetário da epidemia se deu. Como decorrência de um cenário de investigação por demais focado em torno de algumas das formas de transmissão, pouco sensível à variedade de populações atingidas, foi retardado o desenvolvimento de estratégias de prevenção mais amplamente eficazes.

Com o exemplo da epidemia de Aids no Haiti e o estigma desenvolvido em torno dos haitianos como portadores preferenciais do HIV pode-se ilustrar magnificamente como foram atingidos os afrodiaspóricos. Exemplo ímpar de luta contra o colonialismo e a escravidão nas Américas, com uma maioria absoluta de população com a pele negra retinta, o Haiti é alvo de intervenções militares internacionais neocolonialistas até os dias de hoje. O Brasil inclusive (e não sem críticas) recebeu através da Amazônia significativo contingente de refugiados(as) oriundos(as) deste país na última década. Graves problemas políticos, econômicos, ambientais e sociais vivenciados no Haiti – cenário de exuberante beleza natural e de forte tradição cultural de matriz afro – transformaram o país em polo de atração do turismo internacional e exportador de mão-de-obra barata.

Naquele país, parte significativa de seu povo esteve exposta aos efeitos funestos da exploração sexual de turistas e à ação das redes de tráfico e prostituição. Nas duas últimas décadas do segundo milênio de nossa era, imigrantes haitianos/as (especialmente nos EUA) estiveram inseridos em condições bastante precárias de moradia, trabalho e saúde, ou mesmo vinculados (as) às redes ilícitas que estão invariavelmente próximas da imigração ilegal. Neste contexto, facilitador da transmissão do HIV, em razão da precariedade de condições mínimas de cidadania e auto-cuidado, os(as) haitianos(as) tornaram-se um grupo atingido e severamente estigmatizado pela Aids – o segundo "H". Ujvari (2009) indicou que a chegada do vírus aos EUA, provavelmente ao final da década de 1960, se deu a partir de imigrantes haitianos(as) infectados(as).

Em todos os países foi fundamental a participação de organizações da sociedade civil na construção do enfrentamento do HIV/Aids. Isto pressupôs um grau mínimo de liberdade de associação e participação política no seio da sociedade. A abordagem de temas tabus dentro das políticas públicas dos países, fundamentalmente necessários ao enfrentamento da Aids (tais como uso de drogas, racismo, sexualidade e aborto) entrou em choque com a agenda conservadora dos anos 1980. Enquanto nos países centrais ocorria enorme preponderância da in-

fluência *Thatcher/Reagan* nos estertores da guerra fria, países periféricos com significativo contingente de afrodiaspóricos/as (como o Brasil e o Haiti) ainda enfrentavam ditaduras. Na África subsaariana, vários países enfrentavam ainda a luta pela descolonização ou a guerra civil. Nos níveis nacional e internacional haviam enormes resistências ao reconhecimento e investimento na Aids como questão de saúde pública. O cenário de discriminação levou a que diversas comunidades diretamente afetadas pelo problema, em especial a comunidade gay norte americana e europeia, assumissem o protagonismo no enfrentamento da epidemia em nível local e global. Assim também se deu com relação aos(as) usuários(as) de drogas (Austrália, Holanda, EUA e Canadá com experiências pioneiras), onde os(as) estigmatizados(as) tiveram de propor novas formas de enfrentamento da epidemia em um ambiente de violência e marginalização. Todas estas experiências, em seus erros e acertos, influenciaram profundamente o padrão de organização da luta antiaids em nível global.

Nos EUA, se fez notar nos anos 80, os diferentes níveis de determinação das epidemias e sua associação com a vulnerabilidade conjunta de indivíduos, comunidades e sociedades inteiras. A disseminação do uso de crack nos guetos étnicos estadunidenses afetados pela violência estrutural, se associou ao desemprego, ausência de seguro saúde, condições de trabalho precárias dos(as) imigrantes ilegais, ao sexo comercial e os efeitos deletérios do racismo para a difusão de doenças infecciosas como a Sífilis e a Aids. Em alguns dos guetos étnicos dos EUA, com expressivo contingente de diferentes minorias étnicas foram alcançados níveis de prevalência de sífilis entre usuários de crack e parceiros(as) sexuais comparáveis às taxas da África subsaariana.

> O exemplo paradigmático aqui é dos Estados Unidos da América. Ao longo de duas décadas e meia uma epidemia que atingiu, no início dos anos 80, predominantemente a comunidade gay, branca, de classe média, se transmutou em uma epidemia que afeta, hoje, de forma absolutamente desproporcional os negros e os imigrantes, especialmente latinos. Os negros, ou afro-americanos, que correspondem, grosso modo, a 13% da população norte-americana perfazem hoje 50% dos novos casos de Aids notificados naquele país (BASTOS, 2006, p. 84).

Mais um exemplo de que a falta de sensibilidade em relação à necessidade de pensar estratégias de enfrentamento da epidemia que atentem para a diversidade de contextos vivenciados pelas pessoas atingidas tende a aprofundar a desigualdade, refletindo de forma ainda mais perversa as hierarquias étnico-raciais de poder.

A política pública de enfrentamento da epidemia de Aids nos EUA teve o positivo efeito de disponibilizar com eficácia o acesso aos

meios de prevenção e tratamento para os(as) que já contavam com os recursos materiais e simbólicos que caracterizam a classe média branca. Neste setor da população a tendência apontada por anos tem sido de estabilização da epidemia e contenção de seus efeitos.

Já nos guetos com elevadas proporções de pessoas desempregadas, carentes de mecanismos de proteção social, assolados pela violência estrutural, tráfico de drogas, e com elevadas taxas de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), cresceram as taxas de infecção por HIV. Nestas comunidades as medidas de enfrentamento da epidemia adotadas tiveram pouca ou nenhuma efetividade por estarem dissociadas de um processo mais abrangente de melhoria estrutural das condições de vida e de enfrentamento de desigualdades sociais.

Outro contexto em que o enfrentamento da epidemia de Aids teve diferentes efeitos em decorrência das desigualdades étnico raciais vivenciadas pelas populações atingidas foi a França. Nas regiões segregadas da França, onde viviam principalmente imigrantes do norte da África com pouca escolarização, altas taxas de desemprego e problemas semelhantes aos guetos étnicos dos EUA e das favelas do Brasil, a epidemia de HIV/Aids apresentou tendências de crescimento.

Considerando que os(as) próprios(as) doentes se constituíram em protagonistas das lutas por encontrar respostas para a epidemia, isto trouxe mudanças fundamentais para o modo como se construíram a partir daí as políticas de saúde.

> De certa forma, inédita na história da saúde pública, a legitimação dos grupos de pessoas afetadas pela epidemia tem um ponto decisivo numa reunião em Paris em 1994, onde se assina uma declaração que reconhece a necessidade de 'maior envolvimento de pessoas vivendo com HIV/Aids' nas políticas nacionais e internacionais (CASTRO; SILVA, 2005, p. 61).

Em 1996, surgiu a esperança do coquetel de anti-retrovirais (ARV), com a capacidade de produzir uma impactante expectativa de sobrevida aos(as) doentes de Aids. O palco de lançamento da terapia tripla ARV foi a Conferência Internacional de Aids que ocorreu em Vancouver neste mesmo ano. O tratamento com ARV produzia o chamado "Efeito Lázaro" trazendo a possibilidade de uma recuperação surpreendente, ainda quando em grave estado de saúde em decorrência dos efeitos da síndrome. Naquele momento, em decorrência das leis de patentes, Europa e EUA tinham controle de aproximadamente 90% da produção da indústria farmacêutica mundial. Utilizando a política de proteção às patentes, empresas multinacionais como a britânica GlaxoSmithKline (GSK), a suíça Roche, ou a estadunidense Pfizer estabe-

leceram um alto custo para aquisição do coquetel, algo próximo a 15 mil dólares por paciente ao ano. Tais valores tornaram inviável o fornecimento de medicamentos em larga escala na maior parte do terceiro mundo, produzindo neste período, um efeito particularmente desastroso na região da África Subsaariana, que já contava com alto número de infectados(as).

As indústrias farmacêuticas, mesmo obtendo um dos mais altos níveis de lucro do mercado empresarial, maximizaram os preços para o limite mais rentável para seus(uas) acionistas. Como os EUA respondia por aproximadamente 50% da receita resultante do comércio de medicamentos no mundo, enquanto o continente africano inteiro correspondia a pouco mais de 1% deste montante, o poder de barganha dos países africanos para uma mudança na política de patentes estava bastante restrito. A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) também atuou para contribuir para a subordinação dos países africanos, por meio de acordos que previam a suspensão das ações de cooperação para o desenvolvimento com os países que importassem ou produzissem medicamentos genéricos.

No Brasil, a Lei Sarney de 13 de novembro de 1996, respaldava a distribuição de remédios anti-retrovirais gratuitamente para todos os(as) pacientes com Aids e indivíduos com HIV que tinham indicação terapêutica.

> É necessário frisar, contudo, que a adoção desta política pelo governo brasileiro foi objeto de crítica contundente de setores da comunidade científica e recebeu clara oposição do Banco Mundial. Da comunidade científica, por achar que não existiam condições técnico-operacionais para sua implementação. Do Banco Mundial por acreditar que seria um desastre econômico. A história destes anos de luta contra a epidemia demonstrou claramente que essas análises foram equivocadas (CASTRO; SILVA, 2005, p. 59).

Naquele período, no continente asiático, somente Tailândia e a Índia possuíam condições de produzir o coquetel ARV. A Índia, graças ao projeto de país orquestrado por Mahatma Ghandi após a independência do império britânico, desenvolveu uma indústria farmacêutica nacional de alta tecnologia com autonomia para produzir e exportar medicamentos. O ato de patentes sancionado por Indira Gandhi, em 1970, garantiu a possibilidade de desenvolvimento da CIPLA, a principal fabricante de medicamentos genéricos do mundo.

Em reunião especial da comissão europeia em 2000, mobilizado pela grave crise de acesso aos medicamentos que condenava à morte milhões de pessoas na África e na Ásia, o diretor da CIPLA, Dr. Yusuf

Hamied, ofereceu: disponibilizar o coquetel ao custo de 800 dólares por paciente ao ano para os países interessados; ceder gratuitamente o know-how para os governos que quisessem produzir o coquetel para apoiar seus sistemas de saúde; entregar gratuitamente o medicamento necessário para impedir a transmissão vertical (transmissão do vírus da gestante para o feto). Em decorrência dos tratados internacionais e acordos comerciais vigentes, nenhum país africano pôde aceitar as ofertas.

Neste mesmo ano, a 13º Conferência Internacional de Aids foi realizada pela primeira vez no continente africano, na cidade de Durban, na África do Sul. Naquele momento, ativistas sul-africanos pelos direitos das pessoas com HIV, como Zackie Achmat[196] e Edwin Cameron[197] já eram reconhecidos internacionalmente, sendo apoiados publicamente por Nelson Mandela. As reivindicações dos(as) ativistas do terceiro mundo pelos direitos das pessoas vivendo com Aids demonstravam que havia abundância de medicamentos onde haviam poucos(as) doentes, e multidões de pessoas doentes onde não havia acesso aos ARV. Este quadro de desigualdade produzira um brutal avanço das mortes evitáveis em decorrência da epidemia na Ásia e na América Latina, e um efeito arrasador sobre o continente africano. Em 2001, apenas um em cada dois(uas) mil africanos(as) com HIV tinham acesso ao coquetel de ARV. Enquanto isto, na Europa e nos EUA, muitos argumentavam que os medicamentos não deveriam ser disponibilizados aos(as) infectados(as) na África porque eles(as) não tinham condições de seguir o tratamento adequadamente. Alguns chegaram a declarar publicamente que a ausência de conhecimentos mínimos destas pessoas impediria que administrassem a medicação de forma eficiente, produzindo versões mais agressivas do vírus que voltaria a infectar a população no hemisfério norte do planeta. A esta altura muitos aspectos do racismo anti-negro eram denunciados como componentes ativos do flagelo da Aids na África, inclusive na mídia internacional.

Ainda naquele ano, houve a aprovação da resolução da ONU que definiu a saúde como Direito Humano, reconhecendo a necessidade de acesso a medicamentos no contexto de pandemias como HIV/Aids, durante a 57ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos.

No ano de 2002, o médico e pesquisador africano Peter Ndimbirwe Mugyenyi, chegou a ser preso no aeroporto de Uganda por tentar

196 Abdurrazack "Zackie" Achmat é um cineasta, e ativista pelos direitos das PVHA da África do Sul conhecido mundialmente. Fundou em 1998 o *Treatment Action Campaign* (TAC), uma importante organização na luta pelo acesso a ARV por PVHA na África. É membro de Tendência dos Trabalhadores Marxistas do Congresso Nacional Africano.

197 Edwin Cameron é juiz da corte constitucional da África do Sul e militante dos direitos dos Gays e PVHA conhecido internacionalmente. Sua atuação foi fundamental no embate para disponibilização de ARV no continente africano.

trazer ARV genéricos produzidos na Índia para tratar de seus(uas) pacientes no Joint Clinic Research Center (JCRC). Mugyenyi enfrentou este impasse valendo-se da Lei de Emergência em Saúde, mesmo recurso que o governo dos EUA havia implementado para obrigar a indústria de medicamentos a disponibilizar o acesso ao tratamento para conter os atentados com antraz em 2001, uma semana após a queda das Torres Gêmeas. Ainda em 2002, Kofi Annan anuncia a criação do Fundo Global de Combate à Aids.

Bill Clinton, que foi muito criticado por não se envolver de forma incisiva no combate a Aids quando foi presidente dos EUA (1993-2001), a partir de fins de 2002 emerge como representante global de esforços neste sentido através da criação da Iniciativa Clinton de Acesso a Saúde (CHAI na sigla em inglês) da Fundação Clinton.

Em 2003, a África já superava a marca de 30 milhões de infectados(as) com HIV com menos de 50 mil com acesso ao tratamento com ARV. Neste mesmo ano, cedendo às pressões internacionais e em colaboração com destacados(as) militantes da luta contra a Aids no mundo, George W. Bush lançou o Plano de Emergência do Presidente dos Estados Unidos para Alívio da Aids (PEPFAR na sigla em inglês). O PEPFAR tinha como prioridade enfrentar a epidemia na África e Caribe.

Enquanto o PEPFAR de Bush terminou por injetar ainda mais recursos na indústria de medicamentos, contribuindo para a preservação do alto preço no acesso ao tratamento com ARV, a CHAI da Fundação Clinton apoiou de forma contundente a produção de medicamentos genéricos que poderiam ampliar a utilização do coquetel em sistemas públicos de saúde dos países pobres.

Nesta altura já se produziam medicamentos genéricos no combate a Aids na África do Sul, Índia, Brasil, Tailândia, Argentina e EUA. Este lento processo de mudança nas relações globais de acesso aos medicamentos se dá como resultado do engajamento qualificado de militantes organizados(as) em redes internacionais que, a partir de alianças sul-sul, souberam habilidosamente se contrapor aos interesses da indústria farmacêutica.

Em 2004, a Organização Mundial de Saúde (OMS) lança a iniciativa *Three by Five*, buscando levar tratamento e assistência a três milhões de pacientes vivendo em países em desenvolvimento, principalmente na África e na América Latina, até 2006. Ao chegar 2005, das quarenta milhões de pessoas infectadas pelo HIV/Aids no mundo, apenas sete por cento delas recebia acesso ao tratamento. Apesar disso, o quadro geral era mais aterrorizador em países africanos, onde a taxa de incidência de HIV chegou a atingir 35% da população (CASTRO; SILVA, 2005, p. 111).

Na África subsaariana, onde já não se podia contar com um sistema de saúde pública abrangente e integrado, a epidemia de Aids produziu uma redução na expectativa de vida e uma reversão nos indicadores de saúde. Somente em 2016 foi alcançada a marca de mais de 50% de acesso à terapia, em um total de aproximadamente 36.5 milhões de pessoas vivendo com HIV no planeta. O número de novas infecções tem diminuído ano a ano, assim como o número de mortes. A cobertura do tratamento antirretroviral vem sendo ampliada gradativamente, assim como o acesso à informação sorológica. Neste cenário, no entanto, a África subsaariana tem sido a região mais devastada pela Aids. Tanto a falta de acesso ao tratamento, quanto a falta de estruturas eficazes de diagnóstico e prevenção vem dizimando comunidades inteiras. Aspectos como o colapso do sistema educacional em função do adoecimento e morte de toda uma geração de professores, tornaram o dano provocado pela epidemia absolutamente irreparável em menos de uma geração. O dado é de tal gravidade que só existe chance de reverter a epidemia em nível global caso "a África deixe de figurar como 'continente esquecido' e constitua prioridade inequívoca das nações de todo o mundo" (BASTOS, 2006, p. 72)[198].

4.1. A resposta brasileira ao HIV e os Movimentos Negros

> As redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas. Segue-se uma divisão fundamental entre o instrumentalismo universal abstrato e as identidades particularistas historicamente enraizadas. *Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser* (CASTELLS, 1999, p. 41, Itálico do Original).

Notificada no Brasil no início da década de 80[199], a Aids inicialmente esteve associada a homens adultos, com comportamento homossexual, elevado nível socioeconômico, residentes dos grandes centros urbanos (prioritariamente de São Paulo e Rio de Janeiro); bem como aos(as) hemofílicos(as) e àqueles(as) que se beneficiavam de hemoderivados.

198 Para um panorama sobre a situação da Aids no período ver: ANTELA (2004); BARRIOS (2000); BRASIL (2007); BRASIL (2005); BUCHER (1996); ENGENDERHEALTH; UNFPA (2008); ONUSIDA (2005); ONUSIDA (2006); SEGATTO (2006); TORRES (2000); TEMPUS (2010); UNAIDS (2006); UNAIDS (2005); .

199 "O trânsito e a interatividade entre a esfera política e a sociedade civil têm no caso brasileiro, que caracteriza tempos que se consolidam nos anos oitenta, uma singular modelagem quanto às políticas públicas" (CASTRO; SILVA, 2005, p. 29).

Em alguma medida, o início das investigações sobre Aids no Brasil sofreu influência da perversa fábula dos 4Hs. A situação de comunidades gays, brancas e afluentes, auto-afirmativas e cônscias de seus direitos – por meio de militância que em muito antecede a problemática da própria epidemia – colaborou para que a situação deste grupo frente à epidemia fosse de protagonismo[200]. Situação absolutamente diversa de outros grupos inseridos em outros contextos culturais, como comunidades faveladas e/ou negras em um país como o Brasil (BASTOS; SZWARCWALD, 2000).

> É necessário lembrar que, a rigor, o SUS começa formalmente a ser institucionalizado em 1988, quando a epidemia de HIV/Aids já estava plenamente instalada em território nacional. Contudo, as primeiras respostas para a Aids [...] foram produto de uma concepção que já estava impregnada dos novos valores e estratégias da nova saúde pública, como reivindicação dos movimentos sociais pela reorganização do campo da saúde (CASTRO; SILVA, 2005, p. 41).

Os(as) primeiros dirigentes do Programa de Aids (Lair Guerra: de 1987 a 1996; Pedro Chequer[201]: de 1996 a 2000; Paulo Teixeira: de 2000 a 2002; Alexandre Granjeiro: de 2002 a 2004, e novamente Pedro Chequer de 2004 a 2006) eram pessoalmente engajados(as) na perspectiva do que no Brasil se convencionou chamar "saúde coletiva" e que "em outros contextos latino-americanos e no europeu se conhece mais como saúde pública" (CASTRO; SILVA, 2005, p. 54). No Brasil, a atuação da militância política e da reforma do setor saúde durante o processo de redemocratização resultou que o país fosse o primeiro a instituir a terapia antirretroviral potente (coquetel) para PVHA em larga escala e gratuitamente. É efeito direto da participação organizada de determinados setores da sociedade civil o perfil da resposta brasilei-

200 Ver BRASIL (2008); FACHINI (2002); FRY (1982); FRY; MACRAE (1991) e REIS; HARRAD (2005)

201 Em entrevista realizada por este pesquisador, assim se apresentou o falecido Dr. Pedro Chequer: "Sou profissional de saúde pública. Comecei no ministério da saúde em 78. Me formei pela UFRJ. Depois de formado passei num processo na fundação Sespe, que hoje é FUNASA. Mas não tem nada haver. Funasa é outra coisa que nem gosto que exista. Sespe era coisa digna, que tinha honra e dignificava o funcionário público. Também prestava serviço para a comunidade. Isto aí é outra estória. Fui para o Amazonas e trabalhei em Maués e Itacoatiara. Como supervisor de saúde, depois como diretor regional cobria Amazonas e Roraima. Sempre na área de saúde pública. A partir daí fiz curso de saúde pública na USP. Depois voltei para o Rio, para a presidência para coordenar doenças transmissíveis. Em 87 vim pra AIDS. Para construir o programa de AIDS com a Alair Guerra. Fiquei até 2000. Como vice-diretor e depois como diretor do programa. Em 2000 fui pra UNAIDS. Estive na Argentina trabalhando com o cone sul – Uruguai, Paraguai, Argentina e Chile. Depois fui pra Rússia onde trabalhei quase dois anos. Fui pra Moçambique, temporariamente e voltei para o Brasil com a chamada do ministro que pediu para eu poder dar um apoio. Em agosto de 2004. Fiquei até 2006, no início, até março creio. Fui para o Panamá. Do Panamá voltei pra Argentina. Abriu vaga aqui, eu fiz concurso e passei [para a direção do escritório da UNAIDS no Brasil]. Daqui eu não saio, daqui ninguém me tira. Me aposento ano que vem, graças a Deus" (Entrevista concedida pelo Dr. Pedro Chequer).

ra à epidemia de HIV/Aids[202]. Neste aspecto, as desigualdades sociais dentro dos movimentos refletem, em grande medida, a realidade que se percebe no país de forma mais ampla.

> Quando o Movimento Aids fala de aids na perspectiva da intersetorialidade com o governo, ele quer intersetorializar as ações do governo. Ele diz que no governo tem de sentar SEPPIR, Direitos Humanos, Secretaria de Mulheres... é uma reivindicação histórica e uma estratégia bem legal. Interessante inclusive no campo da gestão. Tenho lucrado muito, lá em São Paulo, agora com esta estória. Mas o Movimento de Aids não aprendeu a intersetorializar a sua discussão. Na verdade, não sei se não aprendeu ou se não quis. Muito dificilmente você vai encontrar ações do Movimento de Aids com o Movimento Negro, desenvolvidas em parceria. Movimento de Aids com Movimento de Mulheres. O que existe de mais próximo, é uma dissidência do movimento de Aids, que não por acaso é conduzido por mulheres. A dissidência é conduzida por mulheres. Você tem uma Rede Nacional de Pessoas Vivendo com Aids [RNP] que é uma rede de expressão nacional, mas você tem lá as Cidadãs Positivas por conta dessa necessidade de leitura destas questões de gênero que naquele movimento do qual elas são originárias não acontece. Não é aceita muitas vezes. Com o Movimento Negro não é diferente (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

Como o reconhecimento da participação das organizações negras neste debate foi tardio, levando a que houvesse um ocultamento das demandas sobre saúde sexual e reprodutiva em relação aos efeitos do racismo anti-negro, o perfil da resposta brasileira à Aids não incorporou de início os movimentos negros como atores sociais relevantes[203].

Mesmo reconhecendo que é uma das características do Programa Brasileiro de Aids a gradual incorporação de segmentos sociais tradicionalmente externos ao papel do Estado, isto não significa aceder que no âmbito do PN DST/Aids estes atores, oriundos de diversos lugares de atuação[204], recebam tratamento equânime por parte do governo, evitando assim reproduzir desigualdades sociais historicamente observáveis.

---

202 "O próprio Programa Nacional de DST e Aids é um resultado e um reflexo de uma mobilização muito mais ampla da sociedade brasileira na resposta à epidemia. Dessa forma, talvez nenhum conjunto de atores sociais tenha sido mais importante do que o setor de organizações não-governamentais. É neste setor que, em meados da década de 80, quando o país se encontrava em meio ao processo de redemocratização após duas décadas de ditadura militar, começam a ser dados os mais importantes passos para construir os princípios éticos e políticos que, ao final, viriam a ser adotados não somente pelas ONG's, mas também pelo Estado e pela sociedade civil brasileira no geral, e que hoje parecem ser as características mais marcante da resposta brasileira à aids" (PARKER, 2005, p. 19).

203 "A primeira sugestão para uma reflexão mais acurada sobre as lógicas de engajamento na problemática saúde-etnia é quanto ao caráter tardio da ressonância nas arenas públicas da problematização da vulnerabilização das condições de existência de raças dominadas por doenças sexualmente transmissíveis, nomeadamente a Aids" (ANJOS, 2004, p. 109).

204 "Dentre os seus quadros técnicos o Programa tem contado com integrantes do movimento social, técnicos de nível municipal e estadual, membros de ONG, militantes da causa da aids e pessoas vivendo com HIV/aids, o que pode ser visto como uma das estratégias de gestão criadas para a resposta nacional e que também constitui peculiaridade da experiência brasileira" (CASTRO; SILVA, 2005, p. 52).

> A AIDS já tinha se tornado um cartão postal da saúde no Brasil, do ponto de vista internacional, seja porque tinha muito mais dinheiro do que qualquer outro programa, seja porque tinha ali dentro um conjunto muito grande de profissionais contratados que nada tinha a ver com a cultura do setor saúde, com a luta da reforma sanitária, com o pensamento sanitário que orientou a reforma sanitária. Ou seja, por tudo isso, a AIDS não se misturava. Era uma dificuldade sempre, apesar dos esforços pessoais (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

> Existe muita pesquisa neste sentido. Posto isto nós vamos discutir alternativas para transformar o SUS numa casa de acolhimento adequada a qualquer cidadão, inclusive população negra e população indígena. E aí nós vamos aprofundar um pouco do porquê que a mulher negra não está se beneficiando adequadamente da terapia antirretroviral e a mortalidade não caiu. Esse é um ponto realmente importante. No meu entendimento é acesso tardio ao diagnóstico. Porque, a medida em que as pessoas têm acesso ao diagnóstico em tempo oportuno o benefício da terapia é evidente em qualquer lugar do mundo. Não tem nada a ver com raça e etnia, absolutamente nada. É questão mesmo do diagnóstico em tempo oportuno e o tratamento adequado. Quer dizer, eu creio que isto vai nos dar, este ano, vamos dar uma revisada política da direção da população como importância na questão da vulnerabilidade e na necessidade de construir uma agenda específica com prioridade e com recurso. Só discurso não adianta, não leva nada a ninguém (Entrevista Dr. Pedro Chequer).

Outro aspecto da construção da resposta à epidemia de Aids no Brasil foi o constante diálogo com os fóruns internacionais de mobilização e elaboração de soluções coletivas para o combate à Aids. O governo brasileiro estabeleceu múltiplas parcerias técnicas e de financiamento que levaram a negociar interna e externamente o formato do PN de DST e Aids[205].

> O programa mundial de Aids da Organização Mundial de Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS estavam fomentando a criação de programas nacionais de Aids nos países em desenvolvimento, como forma de favorecer ações programáticas para um problema de saúde pública que não estava sendo facilmente reconhecido (CASTRO; SILVA, 2005, p. 53).

A avaliação do Banco Mundial acerca dos projetos financiados pelos empréstimos Aids I e Aids II – período 1993 a 2003 – alertava sobre a importância de diversificar a atenção quanto aos públicos-alvo, considerando os desafios da "feminização, ruralização ou interiorização, a pauperização e a juvenilização da Aids" (CASTRO; SILVA,

205 "O caso brasileiro ilustra a perspectiva por estar no mundo e no local, sendo significativa a atuação do governo brasileiro em foros internacionais quando se chamou à responsabilidade social diferentes países e multinacionais, como no debate sobre patentes de remédios; a dependência da assistência, tratamento e também da prevenção; de tratados de livre comércio. Se ativaram recursos por empréstimo do Banco Mundial, mantendo por outro lado, a identidade nacional para uma formatação própria do Programa para a epidemia" (CHEQUER; WERTHEIN, 2005, p. 23).

2005, p. 27). Apesar desta crítica pontual, a resposta brasileira à Aids já contava com o reconhecimento internacional em torno dos resultados positivos alcançados em decorrência de várias de suas características:

> Citam-se entre várias conquistas: a distribuição gratuita do coquetel anti-Aids; a postura pela responsabilidade internacional quanto a patentes para o barateamento e produção local de medicamentos; investimentos em campanhas educativas; avanços quanto ao acesso à diagnóstico, tratamento e prevenção; vigilância e focalização dos índices de contágio em grupos reconhecidos tradicionalmente como de *risco acrescido,* como por exemplo, homens que fazem sexo com homens, usuários de drogas injetáveis e profissionais do sexo; ofertas de testes de HIV no pré-natal e atendimento a gestantes soropositivas; projetos culturais contra estigma em relação a grupos com Aids; investimento em educação e com grupos juvenis, particularmente, no tocante a sexualidade, gênero e disponibilização de preservativos; montagem de um sistema institucional de responsabilidade social compartida e por parcerias em atividades variadas, em que tanto agências internacionais, Estado e sociedade civil são importantes atores (CASTRO; SILVA, 2005, p. 27).

Rio de Janeiro e São Paulo foram os estados que primeiro conseguiram formular um processo de resposta à epidemia, tornando-se importantes referências para a implementação de outras ações estaduais e municipais em todo o país. São Paulo, onde se identificaram os primeiros casos de HIV/Aids no país, contou com uma organização dos grupos homossexuais significativa que permitiu acionar prontamente o poder público para a exigência de respostas. Aí surgiu o Grupo de Apoio e Prevenção a Aids (GAPA) em 1985, e o Grupo de Incentivo a Vida (GIV) na década seguinte.

Rio de Janeiro teve a importante contribuição de interlocutores de projeção internacional como Herbert Daniel (1946-1992) e Herbert de Souza (1935-1997), fundamentais na promoção da articulação entre governos e sociedade civil na resposta ao HIV/Aids. Os dois participaram de movimentos políticos de esquerda no período anterior ao regime militar, e participaram no exílio de movimentos pela anistia aos presos políticos e pela restauração da democracia no país. O médico, ex-guerrilheiro e ativista Herbert Eustáquio de Carvalho, ou Herbert Daniel, foi fundador do grupo PELA VIDDA, militou no PT, e junto com outros dissidentes da legenda fundou o Partido Verde (PV).

Herbert de Souza, o Betinho, foi um dos principais impulsionadores das ONG's enquanto novas formas de participação política na democracia brasileira[206]. Betinho participou de inúmeras organizações sociais, tendo sido um dos fundadores do Instituto de Estudos da Reli-

206 "Estimativas dos organizadores do Encontro Nacional de ONG/aids realizado em abril de 1999, já apontavam a existência cerca de 350 organizações não-governamentais que têm como objetivo primordial participar na luta contra Aids, através de ações de prevenção, educação, assistência, produção e divulgação de conhecimento, informações e ativismo" (CASTRO; SILVA, 2005, p. 119).

gião (ISER), do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), e da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids – ABIA.

Mesmo grupos sociais como aqueles baseados nas tradições religiosas afro-brasileiras tiveram de se adaptar aos novos tempos, buscando estruturar parte de sua agenda de intervenção social na forma de ONG.

> Naquela época era Grupo de Voluntários para o Trabalho Religioso, porque não nasceu para ser uma ONG. Depois mudou. Teve toda uma discussão sobre a importância da sigla, dois anos depois. Aí mudou para Grupo de Valorização do Trabalho em Rede porque a gente tinha claro que era importante valorizar e potencializar as redes comunitárias e as redes sociais. [...] Ao mesmo tempo em que não queríamos abrir uma ONG, nós achávamos legal sentar com atores inusitados pra poder discutir um tema. Tinha muita ONG dirigida por gente cristã, católica. Como a marca desse grupo era o combate à intolerância em primeira instância, a estratégia que a gente usou foi discutir religião com os outros religiosos. E nesse papo estavam as relações étnico-raciais (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

Em 1996, no Rio de Janeiro, ocorre o I Seminário Nacional Comunidade Afro-brasileira e Saúde, um desdobramento do Projeto Arayê, desenvolvido pela ABIA. Esta parece ser a primeira ação de alcance nacional para o enfrentamento da epidemia de Aids pensado a partir da especificidade afro-brasileira.

> A partir de algum tempo anterior a isto, tínhamos participado, eu e algumas outras integrantes de Crioula quando estava sendo fundada. Nós participamos de uma atividade e Edna Roland, que na época era de Geledés, trazia para uma reunião. Não me lembro bem se era um seminário de mulheres negras, ou se era um seminário de militantes negros e negras. Ela trazia informação de que '- Eu tenho um amigo com Aids. A Aids é um problema da população negra.' No início da década de 90. Então isso ficou na nossa pauta, e quando a gente fundou Crioula a gente começou a se aproximar disso. Tinha a Edna Roland dizendo isto para o Brasil, ao mesmo tempo que tinha o projeto Odoya no ISER que dizia isto também sobre os terreiros. Era o único material que tinha publicado. Edna foi uma fala. O projeto Odoya trazia aquela revistinha falando da importância da Aids. E Edna Roland lá no Rio de Janeiro. Estes dois fatores fizeram com que Criola, iniciando suas atividades, tinha que trazer a Aids para nossa pauta. Para entender a dimensão do problema para a população negra. Estava naquela transição. Até ali era problema de gay. Gay não é um problema de mulher. Esta era a visão da época. Era um problema de gay. Estas duas informações. Obviamente... tinham na equipe de Crioula várias pessoas da área da saúde que compreendiam que as coisas não são bem assim (Entrevista Drª Jurema Werneck).

A ABIA já desenvolvia, desde 1994, ações de prevenção junto à juventude negra e favelada que consumia a cultura funk carioca,

mas sem foco na questão do racismo ou da discriminação racial como um componente importante da vulnerabilidade ao HIV/Aids. Em 1998, ainda dentro do projeto Arayê, a ABIA realizou o II Seminário Nacional "A comunidade afro-brasileira e a epidemia de HIV/Aids", e daí se desencadeou uma mobilização que produziu vários desdobramentos[207]. Estas iniciativas tiveram múltiplos desdobramentos posteriores nas organizações engajadas na promoção da saúde junto aos negros como Criola[208] e GVTR[209].

> A gente tem que voltar às origens, porque a minha referência para este debate é José Marmo da Silva, que lá atrás na ABIA coordenou o projeto Odoya e o [Grupo cultural] Afro-reggae. Eram duas experiências diferentes, mas que juntas alimentavam a minha estória, que eu estava escrevendo lá em São Paulo no GVTR [Grupo de Valorização do Trabalho em Rede] (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

> Fizemos um seminário em parceria com o projeto Odoya. Seminário Nacional. Inclusive, naquela época, a gente ainda criou uma coisa chamada Rede Aids e Informação Crioula. Uma rede de mulheres conectadas por um boletim que a gente começou a editar, e depois mudou de nome para Boletim Toques. Só não existe até agora porque a gente está sem dinheiro para editar, mas todas as vezes que houve oportunidade a gente acompanhou. Ele começou fundado na ideia de disseminar informação sobre a progressão. Não a progressão da epidemia pura e simples, o que é do ponto de vista da epidemiologia. Também do ponto de vista do direito das mulheres, dos direitos sexuais e reprodutivos, da história da população negra e das mulheres negras, o que é que esta epidemia poderia significar para nós. Trabalhamos isto este tempo todo. Por um chamamento do Odoya e de Edna Roland de Geledés (Entrevista Drª Jurema Werneck).

O conceito de *Saúde da População Negra* não estava sedimentado no diálogo entre os Movimentos Negros e distintas instituições. Internamente o conceito vinha se constituindo como alicerce para inúmeros debates entre organizações e intelectuais dos Movimentos Negros, mas fora do espaço da militância ainda era pouco compreendido. A partir das discussões sobre estratégias de superação das precárias condições de acesso aos serviços de saúde para os(as) mais pobres é que as ações iniciais foram sendo articuladas.

> Fala Preta, por exemplo, conseguiu fazer ações de saúde para a população negra em São Paulo via edital do Programa Estadual no final dos anos 90, porque escreveu um projeto para comunidades carentes e não para população negra. A pergunta é: se tivesse escrito para população negra teria ganho o edital? Porque estava em voga a possibilidade de

207 Ver CCN (novembro de 2002); CCN (maio de 2002); CCN (novembro de 2003); CCN (novembro de 2003)a; SILVA (2003); SILVA (1998); SILVA *et al.i* (2005).
208 Ver CRIOLA (2004) e CRIOLA (2007).
209 Ver MONTEIRO *et al.i* (2014).

> atender a demanda vinda das comunidades carentes (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

> No tempo eu já havia terminado minha graduação, em 86. Na área da saúde, em medicina. Antes, desde antes. Eu trabalhei em favela e a pauta da saúde da População Negra estava sempre vinculada. Eu criei um projeto e ofereci pra diferentes organizações e essa mulher do Programa de Mulheres do CEAP aceitou a minha proposta. Aí me convidou para trabalhar na equipe. Comecei a trabalhar. Depois, saindo do CEAP, nós fundamos, um grupo de mulheres, fundamos esta organização [Criola]. Assim começa minha história na Saúde da População Negra (Entrevista Drª Jurema Werneck).

Foi a partir da atuação de pesquisadores negros em comunidades pobres, densamente habitadas por uma maioria de pessoas negras, que a necessidade de uma intervenção que atentasse para os efeitos da desigualdade provocada pelo racismo anti-negro na vulnerabilidade ao HIV/Aids foi tomando forma. Outras pessoas negras viram em vizinhanças parecidas como a minha, que algo estava acontecendo. Havia então o reconhecimento de que o contexto de pobreza servia à proliferação da epidemia (BASTOS; SZWARCWALD, 2000) faltava apenas que alguém pudesse explicar que no Brasil, em decorrência da desigualdade racial, a pobreza tem cor.

Na gestão pública da resposta brasileira ao HIV/Aids, a atuação e articulação entre distintos setores da sociedade civil foi fundamental para incorporar distintas dimensões no combate à epidemia. Para Drª Ana Costa "A área de Aids, por exemplo, que já vinha lidando com temáticas específicas para grupos sociais específicos me parece que avançou mais" (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

De acordo com Ivair Augusto Alves dos Santos, o início da aproximação entre o Ministério da Justiça e o Programa de Aids, se deu graças à agenda da secretaria de Direitos Humanos para responder às demandas de combate à homofobia. Isto ocorreu entre 1997 e 1998, quando Pedro Chequer foi coordenador do PN DST/Aids pela primeira vez, na esteira da construção do Plano Nacional de Direitos Humanos. Com a articulação feita através do militante do movimento LGBT Claudio Nascimento, oriundo do Rio de Janeiro, foram realizadas várias ações que fortaleceram os vínculos entre a agendas pelos Direitos Humanos e a resposta brasileira à epidemia de Aids.

> A iniciativa da Aids, como eu tinha dito anteriormente, ela vem da própria natureza do programa de Aids, que desde os seus primórdios encontrou, inicialmente com a população LGBT e depois com outros movimentos: mulheres, caminhoneiros, negros e tal. A estratégia do movimento de AIDS foi cumprir e realizar esta aliança muito precocemente. Ainda lá no início dos anos 90 já. Já havia alguma formulação

> dissimulada sobre racismo institucional, ali relacionada com a Aids. Mas estes dois campos de formulação política, eles não dialogavam ainda fortemente. Eu acho que eles passam a dialogar a partir deste momento da formação da Política de Saúde Integral [da População Negra], mas não exclusivamente do Plano Estratégico [População Negra e Aids], que ainda é uma persistência do modus operandi da própria Aids. Mas tinha ali dentro deste ativismo a ação da OPAS, o antecedente daquele grupo sobre Saúde da População Negra do GTI, tocado aqui pelo Amaro ainda no tempo do FHC, tinha o programa contra o Racismo Institucional pela cooperação com aquela agencia da Inglaterra o DFID (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

Maria do Carmo Sales Monteiro é quem primeiro vai alertar a necessidade de qualificar as informações relativas ao quesito cor nos sistemas de informação sobre Aids, quando era a coordenadora da área de prevenção do Programa Estadual de DST/Aids de SP e também militante de uma organização do Movimento Negro.

> Ela era nossa gerente na época. A que fez uma diferença, como o Istvan [Van Deursen Varga] pontuou. Naquele momento ter ela lá, que era uma profissional [de saúde] que também era do Movimento Negro e tinha um compromisso com isso. Acho que muito do que a gente conseguiu avançar naquela época tem um pouco de fruto deste contexto (Entrevista Marcia Regina Giovanetti).

Além de Márcia Giovanetti, militante dos direitos LGBT que faleceu em fevereiro de 2016, a Drª Fernanda Lopes estava aí também. Lopes estava envolvida com o treinamento dos servidores do serviço de referência em DST/Aids de São Paulo, para que pudesse ser feito o recadastramento dos usuários deste serviço. Quando começou a implantação do quesito cor no sistema de informação na Coordenação Estadual de DST/Aids de São Paulo, encontrou alguma discussão sobre o tema e inclusive algumas ações em andamento, como por exemplo o Grupo de Trabalho Etnia e Vulnerabilidade, que contava com a participação de pesquisadores(as) universitários(as), membros de ONG e profissionais de saúde.

> A primeira coisa que apareceu dentro deste grupo, até por ele ter vários pesquisadores no meio, foi escrever um projeto de pesquisa. Eles escreveram. Mas o contexto político também muda favoravelmente, e as pessoas passam a assumir posições estratégicas dentro do governo. Estava neste grupo com a gente: o Istvan; a Maria do Carmo, que não era pesquisadora e sim a gerente responsável pela área de prevenção; o Luís Eduardo, que era ainda pesquisador do Instituto de Saúde; e tinham algumas instituições do movimento social, CEERT chegou depois, mas já tinha Fala Preta e Geledés. [...] O Istvan foi de volta para o Maranhão. O Luís Eduardo foi chamado para assumir um cargo na secretaria estadual de saúde. A Fernanda Lopes...tinha a Fernanda Lo-

> pes ainda! A Fernanda vai pra Brasília. Então o grupo se desestrutura, mas se desestrutura para uma coisa maior que estava acontecendo. Foi importante (Entrevista Marcia Giovanetti).

Começam então a aparecer os primeiros dados acerca de pessoas negras e indígenas[210] com HIV/Aids. É a partir dos dados publicados no Boletim Epidemiológico de São Paulo, que os movimentos sociais passam a exigir uma qualificação dos dados relativos a raça/cor na base nacional de informações sobre a epidemia de Aids.

> A gente se valeu dos dados do hospital, do centro de referência. Não se sabia quantos indígenas e descobriu-se que tinham alguns por conta da revisão de processos na discussão sobre auto e hetero classificação. Foi um puta dum exercício. Era uma novidade para muitas pessoas que estavam lá. Ao mesmo tempo tinha uma demanda colocada que era necessidade de aprofundar a informação, qualificar a informação que estava posta pelos bancos de dados. Surge um boletim epidemiológico com artigo. Depois um com uma análise dos dados. Isso é 2002/2003. Artigo de Fernanda Lopes em 2002, e depois a análise dos dados em 2003. Virou material histórico. A gente comemorou 6 meses aquilo. Aonde a gente ia carregava embaixo do braço. Ajudou a gente a discutir a saúde da população negra depois, num cenário maior (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

Fernanda Lopes vai para Brasília coordenar o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) do Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID na sigla em inglês), e termina por ocupar também um dos assentos reservados para População Negra no Conselho Nacional de Saúde, além de compor o Comitê Técnico de Saúde da População Negra. Pela sua alta qualificação e pela escassez de quadros disponíveis naquele período, em dado momento Fernanda Lopes foi simultaneamente representante de um outro país no debate com o Estado brasileiro e representante dos movimentos sociais no debate junto ao governo federal. Situação que não passou desapercebida nos embates políticos de então.

> O que eu quero dizer com isto: não que a Fernanda Lopes seja uma pessoa digna de desconfiança. Ao contrário, ela é uma pessoa extremamente competente tecnicamente, politicamente, comprometida com os movimentos negros. Mas será que é a partir de uma entidade internacional inglesa que nós vamos construir a revolução contra o racismo no Brasil? Eu posso acreditar num país que discriminou a vida inteira e que colonizou o mundo africano como colonizou? Que promoveu o *apartheid* na África do Sul? Eu tive um... vou chamar de pudor político muito grande de lidar com o protagonismo do DFID neste contexto. Porque? Porque eu achava que nós tínhamos que promover fortemente o protagonismo

210 O médico e antropólogo Istvan Van Deursen Varga esteve envolvido no trabalho de identificação e enfrentamento do HIV/Aids junto aos indígenas neste contexto.

> nacional. O Brasil tinha que abrir espaço, o Estado brasileiro tinha que abrir espaço para discutir isto como política pública local, e não seria por uma prática colonizadora do DFID que nós iríamos aqui cumprir a pauta do DFID. Nós tínhamos que construir nossa própria pauta. O governo Lula acabava de criar a SEPPIR. A ministra Matilde [Ribeiro] estava empoderadíssima dentro do governo Lula já negociava. A Maria Inês [então subsecretária de AA da SEPPIR] já negociava com todos os ministérios, provocando respostas nos ministérios para políticas específicas. Quer dizer: se o governo brasileiro tem um vetor nesta direção, porque é que nós vamos tirar o prestígio e o protagonismo do governo brasileiro em nome de um movimento do DFID? O DFID era bem-vindo como companheiro, como ator estratégico, mas não protagonista. Então esta tensão houve no início (Entrevista Drª Ana Costa).

O trânsito destes(as) poucos(as) especialistas em saúde da população negra em distintas esferas de atuação – gestão pública, movimento social, organismo internacional, liderança comunitária, pesquisa acadêmica – obrigou a que estivessem extremamente qualificados para atuar simultaneamente em vários campos, além de enfrentar confrontos alternados com instituições múltiplas. Figuras como Celso Ricardo Monteiro (ou Pai Celso de Oxaguiã) que se revezou nas funções de líder religioso, militante na defesa dos direitos de distintos grupos (PVHA, Negros, LGBT, Comunidades de Terreiro), e gestor de uma política de saúde são elementos novos da política pública brasileira que causaram severos estranhamentos na arena pública. A solidariedade, e o reconhecimento mútuo entre estes de seu importante papel na luta pelos negros, contribuiu para que pudessem atuar enquanto rede com eficácia e capilaridade.

Neste mesmo momento um grupo de pesquisadores(as) negros(as) estava vivenciando a mudança do modus operandi das agências internacionais de financiamento em pesquisa, com vista à formação de lideranças entre grupos minoritários no país como forma de apoiar a promoção da justiça social e a democracia. Passou a existir, por parte de agências internacionais financiadoras da pesquisa acadêmica no Brasil, como a Fundação Ford por exemplo, a preocupação em não somente produzir "estudos sobre o negro", mas apoiar a formação de pesquisadores(as) negros(as) que fossem capazes de produzir mudanças significativas nas condições sociais de seus grupos de origem[211]. Este parece ter sido parte do descontentamento de pesquisadores(as) que construíram suas carreiras fazendo pesquisa sobre negros(as) no Brasil e deixaram de ser os(as) únicos(as) a ter voz neste diálogo.

211 "O 'giro' popular da Fundação [Ford] acompanhou a sua 'decisão de privilegiar uma definição mais instrumental das Ciências Sociais' e beneficiou, em especial, as 'organizações de ativistas afro-brasileiros' engajadas nas políticas de raça e na demanda de iniciativas de discriminação reversa. Num movimento complementar, as doações destinadas a universidades, embora continuassem a fornecer recursos para os mais variados programas, passarem a privilegiar instituições que figuraram como modelos para a difusão dos sistemas de admissão por cotas raciais" (MAGNOLI, 2009, p. 99).

> '- Chega. Agora eu quero esta agenda aqui, mas pelo outro lado. Pelo lado de formar negros.' A Ford fez isso. Não fez? Fernanda Lopes e o grupo de Elza Berquó do CEBRAP é isso. É grana da Ford formando pesquisadores e intelectuais negros como a Dida. Onde está a Dida hoje? Aids Moçambique, consultora do Programa de Aids de Moçambique (Entrevista Dr. Luís Eduardo Batista).

Três importantes trabalhos de pesquisa são concluídos em 2002 e se tornam bibliografia obrigatória para os interessados no tema da Saúde da População Negra no Brasil: A tese de doutorado em sociologia de Luís Eduardo Batista[212] "Mulheres e Homens Negros: Saúde, doença e morte" defendida na Universidade Estadual Paulista; a tese de doutorado em Saúde Pública de Fernanda Lopes "Mulheres negras e não- negras vivendo com HIV/Aids no Estado de São Paulo: um estudo sobre suas vulnerabilidades" defendida na USP; e o documento do PNUD/OPAS "Política Nacional de Saúde da População Negra: uma questão de equidade" que foi construído com a colaboração de vários(as) dos(as) pesquisadores(as) aqui citados(as). Estas pesquisas trouxeram para os espaços de gestão e financiamento de políticas para o enfrentamento da Aids outros olhares, críticas e contribuições. A questão de gênero também recebeu forte impulso da combinação de fatores que trouxe visibilidade para a questão racial – a chegada pela primeira vez de setores da esquerda ao poder no país e em todo o cone sul; a mudança de estratégia assumida pelos organismos internacionais e agências internacionais de financiamento de pesquisa; a chegada de militantes históricos(as) da causa em postos estratégicos de atuação. A diferença é que a questão de gênero, ou mais propriamente a questão das mulheres, havia se consolidado na academia e contava já com uma quantidade significativa de pesquisadoras, inclusive na antropologia (GROSSI; SCHWADE, 2006).

Havia aí também a incorporação do conceito de AA mudando as relações no mundo acadêmico, permitindo a participação no debate acadêmico de outras vozes. Dessa geração que se comprometeu com a defesa das AA para negros(as) vale destacar Matilde Ribeiro, Walter Silvério, Maria Inês Barbosa[213], Edna Roland[214] e Jurema Werneck. É a

212 Luís Eduardo Batista é doutor pela UNESP e Pós- doutor pela USP. Foi coordenador da Área Técnica de Saúde da População Negra do Estado de São Paulo, faz parte do grupo de pesquisadores que construiu e acompanha a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, é líder do Grupo de Pesquisa Saúde da População Negra e Indígena do Instituto de Saúde de São Paulo e líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Territórios Negros e Saúde de UFSCAR. Integra o colegiado gestor do Grupo de Trabalho Racismo e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO).

213 Amauri Mendes Pereira (2009) registrou a presença de Maria Inês Barbosa como uma das três representações de São Paulo na Comissão Interestadual de Organização do MNU em 1978, junto com Hamilton Bernardes Cardoso e Eduardo de Oliveira.

214 Edna Roland foi responsável, entre outras ações pioneiras no campo da saúde da população negra, pela publicação dos cadernos saúde da mulher negra (1,2,3,4) pela Ong Geledés.

partir do diálogo com a Fundação Ford e agências internacionais como a UNESCO que se aprofunda entre os(as) militantes a utilização da ferramenta conceitual AA.

> Esse diálogo começa a se estabelecer e aprofundar. Então se você pega lá nos anos 80, Walter Silvério, Edna Roland e Matilde [Ribeiro] já tem este conceito de Ações Afirmativas. [...] Ainda com as questões de educação e Direitos Humanos. Aí, quando a gente chega em 90, com a introdução do quesito cor no município de São Paulo, Edna Roland diz '– Ações Afirmativas e Saúde!'. Edna Roland crava isso. Então eu me lembro de seminários com Edna Roland falando isso '- Tem que ter Ações Afirmativas no campo da saúde.', ' – A perspectiva dos Direitos Humanos... a perspectiva de Cairo, de Beijin.' Já fazendo estas conexões. Aí a gente só vai apropriando e enriquecendo isto. (Entrevista Dr. Luís Eduardo Batista).

Entre as atividades preparatórias para a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorreram uma série de pré-conferências, estaduais, regionais, e nacionais para estabelecimento das propostas que deveriam ser levadas à Durban, na África do Sul. A publicação de Fátima Oliveira "Saúde da População Negra: Brasil ano 2001", financiada pela OPAS e OMS é parte deste esforço para apresentar um diagnóstico amplo com base nas informações disponíveis nos diversos trabalhos de pesquisa, e ao mesmo tempo sintetizar as principais recomendações e demandas formuladas pelos movimentos negros neste campo. Este foi o documento base para as intervenções acerca da saúde da população negra da delegação brasileira na Conferência de Durban.

Representantes das organizações internacionais de pessoas vivendo com HIV/Aids participaram desta conferência, incluindo sua agenda de discussões no eixo "intolerâncias correlatas". Este momento é de fundamental importância para a construção de alianças entre as redes internacionais que atuavam no enfrentamento do racismo anti-negro e as organizações para promoção dos direitos das *Pessoas Vivendo com HIV e/ou Aids* (PVHA), sob a égide da promoção dos Direitos Humanos e do combate a todas as formas de discriminação.

No relatório da pré-conferência preparatória "Cultura e Saúde da População Negra" em 2001, está incluída uma série de recomendações de ativistas e pesquisadores a serem adotadas pelo poder público. A agenda proposta pelos movimentos sociais de luta pelos direitos da população negra teve suas demandas oficialmente reconhecidas como relevantes no enfrentamento da Aids com atraso de 20 anos de registro da epidemia no país, somente em 2001. Isto sinaliza o quanto o processo mais amplo de luta pela saúde da população negra estava emperrado

pelo racismo institucional na área da saúde.

Neste momento não se estava apresentando o diagnóstico de desigualdade em saúde, mas propondo AA para superar tais condições.

> Acho que este processo de Durban, foi ele o disparador das vontades políticas de dar capacidade institucional para todo mundo trabalhar. O que potencializou. Começou com o PNUD, trazendo o dinheiro do sistema ONU e pessoas. O GTI trouxe isso, mas o Fernando Henrique não aproveitou nada. O PNUD na sequência captou essa coisa e começou a trazer especialistas. Aí começamos a pensar qual era a saída. Para onde a gente vai com isso? A gente está entendendo aqui que tem um campo que precisa ser melhor estruturado, que pode ser trazido na agenda de Durban. Não para fora, mas para dentro do Brasil. E começou estes especialistas tentando dar o passo seguinte ao que o GTI fez. [...] Mas era uma continuidade, era visto por nós participantes como uma continuidade daquela agenda colocada, que tinha feito proposições que não foram incorporadas. Fomos trabalhar em outro patamar. Não era como governo, mas era a partir do Programa das Nações Unidas. Quando PNUD parou o DFID assumiu. O DFID deu continuidade a este mesmo grupo, formulando e formulando. DFID, OPAS, todo mundo junto na época do PNUD, até a consolidação dessa estratégia que depois virou a Política de Saúde Integral da População Negra. Que o Ministério [da Saúde] diz que foi ele que fez (Entrevista Drª Jurema Werneck).

Estavam entre as ações propostas:

> [...] a inclusão do quesito cor em todos os sistemas de saúde; a recomendação de representatividade da etnia na composição dos conselhos de saúde; o desenvolvimento de políticas educacionais em saúde da mulher negra; a produção de material informativo e campanhas midiáticas que considerem as questões étnica, social e de gênero; a formação de grupo intersetorial de especialistas em saúde da população negra, dentre outras (MONTEIRO, 2004, p. 50).

Esta é uma iniciativa voltada para responder especificamente aos prejuízos em saúde verificados entre negros (as). Isto não significa que especialistas no país desconhecessem que a inscrição étnico/racial fosse um fator determinante em saúde. Mas apenas sob os auspícios da ONU, em atividade preparatória para um evento internacional, foi possível ao movimento social negro apresentar um conjunto razoavelmente articulado de medidas compensatórias para este significativo segmento da população brasileira.

> Neste momento já entra a projeto, a proposta do CEERT do projeto de implantação do quesito cor. O CEERT tem o projeto aprovado no nível nacional. O projeto que é apresentado é financiado pelo PNUD em parceria com o Programa Nacional de Aids. Porque era um projeto nacional. Previa um piloto, e foi negociado do piloto acontecer em São Paulo com a gente. Na verdade, o projeto se transformou em nós, por-

> que até onde eu sei não rolou. Só aconteceu em São Paulo (Entrevista Marcia Giovanetti).

Analisar iniciativas que utilizam o conceito de AA para buscar reduzir os índices de morte e enfermidade que tem atingido os negros no Brasil, é de fundamental importância na compreensão das saídas e ferramentas socialmente construídas e adotadas em prol da inclusão positiva.

Um pouco adiante se deu o envolvimento de Karen Bruck[215], que chegou no PN DST/Aids em 2002 após ter presidido o Grupo de Apoio e Prevenção à Aids – GAPA do Rio Grande do Sul entre 1997 e 1999. Karen Bruck e Ivair dos Santos passaram a atuar dentro do governo para que a iniciativa de AA para Negros pudesse ser absorvida na agenda do governo federal no campo da saúde.

> A questão de Ações Afirmativas estava muito focada na área de educação. Era preciso uma sinalização do governo de que para além da educação, outras áreas também podiam se interessar. Se fizesse uma AA ligada à saúde, ligada à Aids, que é uma coisa bem distante, não haveria nenhuma outra área que deixaria de pautar. Abre o campo e mostra uma solidariedade, um outro foco de discussão (Entrevista Dr. Ivair dos Santos).

> Acho que o erro está no fato de que nasceu e ficou no âmbito governamental. Tenho certeza que se a sociedade civil, se 4 ou 5 lideranças tivessem sido chamadas, a primeira coisa que o Movimento Negro ia dizer é '- Cadê o Movimento de Aids?'. Como é que nós vamos escrever um documento desse só entre nós? Como é que a gente educa as pessoas para promover ações afirmativas se quem vai promover ações afirmativas não está imbuído do conceito? (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

O esboço inicial do Programa Estratégico propunha formular uma ação junto com as universidades que integrasse ações de prevenção junto à juventude negra, estimular a pesquisa em DST/Aids e pagamento de bolsas aos(as) estudantes cotistas. Diferentes grupos sociais vinham reivindicando a adoção de AA para responder aos vários contextos de desigualdade, mas a utilização desta ferramenta no enfrentamento do racismo e seus efeitos encontraram poderosa resistência. No entanto, em 2003 já havia sido mobilizado um esforço junto ao governo federal pela inserção da pauta da Saúde da População Negra.

---

215 Durante todo o tempo em que estive no PN DST/Aids tive o prazer de trabalhar junto com Karen Bruck na coordenação do PEAAPNA. Ela estava lá antes e continuou alguns anos depois que eu saí. Em 2012, realizei uma entrevista com ela abordando sua participação na criação, implementação e avaliação do PEAAPNA. Entre outras coisas, ela teve também um papel fundamental na organização dos empréstimos do Banco Mundial para o PN DST/Aids, que exigiam a diversificação do público alvo a ser atingido na resposta brasileira à epidemia de Aids.

> Tive que convencer as pessoas do PN DST/Aids sobre esta ideia. Fui lá, conversei com eles e tal. Um processo de convencimento e de tensão. As pessoas dentro do Programa de Aids não queriam fazer nenhuma política para a população negra. [...] Uma outra tensão é que esta proposta não veio do leque das propostas do grupo de Saúde da População Negra. Não veio daquele grupo de onde tradicionalmente vem. Isso gerou uma outra tensão. As pessoas queriam colocar tudo isto no pacote da Saúde da População Negra. A princípio não havia nenhum problema, mas por outro havia: era mais um foco de resistência dentro do programa de Aids. Eles queriam ser protagonistas (Entrevista Dr. Ivair dos Santos).

> A política [de Saúde da População Negra] teve um caráter bastante forte dentro de uma linha que era de uma intervenção transversalizada em todas as áreas. Inclusive no Plano Estratégico da Aids [PEAAPNA], mas não só: na política de saúde da mulher, na política de saúde do homem, política de saúde LGBT – em que o recorte étnico é fundamental. Ou seja, como poderíamos inserir o caráter étnico em todas as políticas do Ministério da Saúde. Este é o grande objetivo da política. E como um idoso negro, como uma mulher negra, como uma criança negra, como um adolescente negro, em todas as suas vertentes da discriminação podem ser melhor tratados e adequadamente tratados como cidadãos brasileiros, dignos dos direitos sociais, dignos do direito à saúde e que era de uma forma ou de outra negado tanto no ponto de vista de não oferecer ações específicas para populações ou territórios que eram predominantemente negros, que eram excluídos, que tinham ausência absoluta de serviço, como também na prática cotidiana de ter um atendimento dignificado e um cuidado à saúde dignificado a estas pessoas (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

Outra pessoa lembrada nas entrevistas como alguém que contribuiu efetivamente na construção do PEAAPNA foi Elaine Inocêncio, que faleceu em 2005. Elaine Inocêncio migrou da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça para o PN DST/Aids antes de 2004, participando das formulações iniciais do Programa Estratégico.

> Em 2003 sou chamado para uma vinda ao antigo Programa Nacional [de DST/Aids] por conta do primeiro de dezembro [Dia Mundial de Combate a Aids]. Era a entrega do prêmio população negra e Aids. 'O Brasil tem que viver sem preconceito' - uma coisa mais ou menos assim. Era um convite de homenagens. Eu estava nessa lista e nesse pacote estava o Plano Estratégico [PEAAPNA] (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

> A demanda para apresentar soluções para a População Negra na Aids, ou em qualquer área, já tinha. Como luta social é nossa. E em 2003 e 2004 que começa a construir o Comitê Técnico [de Saúde da População Negra]. Aí isso era pauta. E na época no Programa de Aids - era programa na época, se não me engano – tinha a Karen [Bruck]. [...] Foi ela que apresentou a proposta. Das propostas apresentadas no Comitê Técnico de Saúde da População Negra foi a proposta mais elogiada como iniciativa que teve, naquela época. Foi a melhor saída, a melhor ideia que o Ministério [da Saúde] teve foi falar no racismo. Não era

> População Negra, era racismo. Tinha as palavras certas, ainda que toda a construção do plano tivesse algumas fragilidades – nos indicadores e não sei o que – como ideia, como iniciativa da época foi o que de melhor o Ministério da Saúde produziu de resposta pública para o Movimento Negro, movimento de mulheres negras e movimento de saúde da população negra (Entrevista Drª Jurema Werneck).

O debate da efetividade do alcance das AA em relação aos seus objetivos declarados aponta para o aprimoramento criativo destas ferramentas, a crítica às suas limitações, e a busca de coragem para ampliar as ambições de igualdade e justiça que podem ser compartilhadas no país.

Stuart Hall (2003, p. 315), ao tratar da questão da hegemonia em Gramsci, aponta que na relação entre Estado e sociedade civil se distinguem dois tipos de luta. Um que irá ser nomeado como "Guerra de manobras", em que tudo se condensa em uma única frente, e um único momento de luta e há uma única ruptura estratégica nas defesas do inimigo. A invasão é de uma só vez e a vitória é definitiva. Outro modo é chamado de "Guerra de posições", de condução estratégica lenta e demorada, envolvendo várias frentes de luta, onde raramente se consegue abrir um único caminho que garante a vitória definitiva. Nesta outra estratégia, todo o sistema utilizado na organização do território, toda a estrutura que sustenta as forças em confronto, é ponto de disputa palmo-a-palmo. As linhas de ataque no campo de batalha têm reduzido a centralidade da sua importância, para que todos os elementos conectados ao combate possam ser melhor percebidos e considerados como dimensões do cenário de guerra.

A saúde, e certamente a saúde sexual e reprodutiva, é um destes elementos que deve ter sua importância considerada na relação dos povos negros com o Estado brasileiro em uma estratégia de "Guerra de Posições".

> Durante as últimas duas décadas, chamar a atenção para a ligação entre a saúde reprodutiva e 'raça' tem sido uma das iniciativas fundamentais do Movimento Negro brasileiro. As iniciativas vêm se concentrando em três aspectos: esterilização coletiva e controle da natalidade de forma mais geral, violência (da polícia) e os efeitos da mestiçagem. Estes aspectos são entrelaçados porque estão relacionados à questão dos números e da demografia – já que severamente limitariam o crescimento da parcela de negros na população do Brasil (SANSONE, 2004, p. 61).

A construção do conceito de *Saúde da População Negra* foi realizada por muitas mãos. Fátima Oliveira, uma de suas formuladoras, apontou para as doenças prevalentes entre os povos negros e a necessidade de seu enfrentamento por meio de políticas públicas de saúde:

> Conceitualmente, são doenças raciais/étnicas aquelas cujas prevalências ou evolução cursa de modo diferenciado em um grupo populacional racial ou étnico (como negros, brancos, amarelos, judeus, ciganos, etc.) e em mestiços de tais grupos, podendo ter causa exclusivamente genética ou multifatorial. [...] Embora as doenças que podem ser catalogadas como raciais ou étnicas sejam poucas, na população negra elas atingem precocemente um número expressivo de pessoas, e suas decorrências na morbimortalidade em si já justificariam atenção especial. Além disso, consistem em doenças que interferem de forma muito íntima na saúde reprodutiva da mulher negra e na diminuição produtiva de negros em geral (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

Através de publicações que reuniram um seleto e destacado grupo de pesquisadores especializados (alguns destes também ativistas, gestores, PVHA, membros de organismos internacionais), o próprio Ministério da Saúde listou um grupo de doenças e agravos prevalentes na população negra, entre os quais estão as DST/HIV/Aids.

> Estas doenças e agravos podem ser agrupados nas seguintes categorias: a) geneticamente determinados – tais como a anemia falciforme, deficiência de glicose 6-fosfato desidrogenase, foliculite; b) adquiridos em condições desfavoráveis – desnutrição, anemia ferropriva, doenças do trabalho, DST/HIV/Aids, mortes violentas, mortalidade infantil elevada, abortos sépticos, sofrimento psíquico, estresse, depressão, tuberculose, transtornos mentais (derivados do uso abusivo de álcool e outras drogas); e c) de evolução agravada ou tratamento dificultado – hipertensão arterial, diabetes melito, coronariopatias, insuficiência renal crônica, câncer, miomatoses (PNUD et al., 2001).

Saúde, assim como a aqui destacada saúde sexual e reprodutiva, é um tema diretamente ligado à possibilidade de sobrevivência dos diferentes povos e também à garantia de sua qualidade de vida. Saúde é também um nicho fundamental da "guerra de posições" adotada pelas organizações da sociedade civil para reduzir as desigualdades entre os povos que se manifestam nos níveis mais básicos. O que, para alguns(-mas) antropólogos(as) surgiu repentinamente, para os Movimentos Negros foi resultado de um esforço de décadas para colocar um tema em pauta na agenda pública. No início dos anos 2000, ainda que já houvessem algumas pesquisas dando suporte à relevância do tema, pouco se havia alcançado em termos de resposta política no campo da saúde.

> As respostas ainda são lentas e raras, e nenhuma se concretizou no cotidiano. As escolas de saúde até o momento parecem impenetráveis à temática na graduação, embora na pós-graduação tenhamos expressivo número de estudos desde os anos 1990. Há pesquisas na pós-graduação com recorte-racial/étnico sobre miomas uterinos, mortalidade geral de negros, materna e infantil, acesso aos serviços de saúde, etc, além do tema único dos anos 70: anemia falciforme. No âmbito dos governos, há conquistas, todavia elas ainda não fazem parte do cotidiano da população negra em forma de assistência à saúde (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

As escolas de saúde pública/coletiva, lugar de formação e debate das referências para a construção das políticas de saúde no país, tiveram que passar a dialogar recentemente com os(as) agentes dos Movimentos Negros engajados nas políticas de saúde, na medida em que pesquisadores(as) oriundos das comunidades negras começaram a se formar nestas mesmas escolas. Estes furos nos bloqueios da barreira de cor, resultando pela primeira vez na formação de pesquisadores (as) negros (as) em epidemiologia, saúde pública e saúde coletiva instaurou um novo patamar nos debates sobre o racismo anti-negro, qualificou assertivamente os Movimentos Negros para o questionamento das políticas de saúde, e obrigou a realização de uma crítica interna nos cânones das Escolas de Saúde.

> 'Morrer antes do tempo' por causas preveniveis e evitáveis é uma realidade para a população negra brasileira, da infância à idade adulta, incluindo maior mortalidade materna e infantil. O descaso e até a omissão pertinentes às doenças de maior incidência na população negra, com expressivas repercussões deletérias na saúde reprodutiva das mulheres negras – a exemplo de hipertensão arterial, anemia falciforme, diabetes tipo II e miomas uterinos – evidenciam o racismo arraigado na assistência e na pesquisa em saúde, assim como no aparelho formador, notadamente as escolas de saúde (OLIVEIRA, 2003, p. 70).

A aplicação de AA no campo da saúde estava entre as ações que visava atender a este aspecto específico: reduzir desigualdades sociais que tem levado à morte e ao sofrimento um grupo em particular, em função de condições socialmente determinadas pelo racismo anti-negro. Assim se pode evidenciar que a eliminação física de segmentos populacionais proposta pelos eugenistas e supremacistas raciais possui outras faces, talvez mais discretas, como a ausência de políticas de saúde para segmentos populacionais desvalorizados socialmente ou a precariedade nas condições sociais mínimas para garantir o pleno desenvolvimento físico, livre de doenças e com qualidade de vida.

Monteiro (2004, p. 46) destacou que a investigação da relação entre etnia/raça e saúde era incipiente na América Latina, mas tinha destaque na produção acadêmica norte-americana. Sansone (2004) defendeu que as pesquisas sobre saúde reprodutiva e população de ascendência africana estariam mais avançadas na Colômbia do que no Brasil, e que o país vizinho oferecia um bom modelo comparativo para análises sobre desigualdade racial e saúde.

No Brasil, foi no início do século XXI que as primeiras reflexões na academia passaram a ter visibilidade, graças ao interesse de alguns pesquisadores, lideranças dos Movimentos Negros, de instituições intergovernamentais (ONU, UNESCO, OPAS), de fundações filantró-

picas norte-americanas, e agências de fomento a pesquisas nacionais. "Tais organizações têm apoiado investigações, programas sociais e políticas direcionados para a redução das desigualdades raciais na sociedade brasileira" (MONTEIRO, 2004, p. 46). Na leitura proposta pelos ativistas que participaram do núcleo duro na construção do PEAAPNA, foi a atuação destacada de pessoas engajadas que fez a diferença, ainda que o contexto institucional mais amplo tivesse sido favorável naquele momento. Na opinião de todos(as) os(as) entrevistados(as), as instituições onde se encontravam, carregavam tendência à inércia em relação aos prejuízos em saúde produzidos pelo racismo anti-negro. Foi o estabelecimento de redes de aliança dentro das distintas instituições que permitiu o avançar em direção à proposição do PEAAPNA e demais políticas de Saúde da População Negra.

> Eu digo que foram pessoas, porque na hora que este indivíduo teve uma tensão com Pedro Chequer e se retira, o Programa começou a definhar. Entrou uma outra pessoa que não tinha essa mesma compreensão. Aí as coisas começaram a fracassar. Foi um processo lento, mas irreversível. Porque isso dependia muito de alianças políticas pontuais (Entrevista Dr. Ivair dos Santos).

> Eu fico me perguntando assim: se um programa estratégico daquela natureza que foi o Programa Estratégico, vinculando a População Negra à Aids, se ele era pela natureza dele... se ele tinha que ter uma gestão localizada. Acho que ele deveria ter tido efetivamente uma estrutura mais colegiada, participativa, envolvendo as diversas áreas do Ministério da Saúde. Envolvendo e comprometendo politicamente as diversas áreas do Ministério da Saúde. Acho que esse é um problema que não é exclusivo disto aí. Temos dificuldade de lidar com esta história de sair do casulo. Com isto a gente torna as políticas, os programas, os planos, muito dependentes de quem toca. Quem toca, quem negocia, quem avança (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

Aqui se destaca, a partir dos depoimentos, a importância das AA em todos os âmbitos, inclusive na gestão das políticas de saúde. A inclusão de alguns(mas) poucos(as) especialistas sensíveis para o tema da desigualdade racial criou um diferencial significativo no desenho das políticas públicas neste setor. Porém, a intervenção que ocorreu pela presença de novos olhares, se desvaneceu com a ausência de engajamento e sob a peso do racismo institucional.

Uma publicação do Ministério da Saúde em parceria com a UNESCO de 2005, que pretendia apresentar um quadro geral da situação da resposta ao HIV/Aids no Brasil, traz a seguinte afirmação:

> Merece também especial atenção a questão étnica, pouco iluminada nas análises produzidas pelo Programa Nacional, particularmente no que

> tange à população negra e à população indígena. Conhecer melhor as interfaces entre as categorias de raça e gênero é uma dívida do programa com essas populações. Definir ações que se dirijam não apenas a investigar tendências epidemiológicas, mas sobretudo, a gerar conhecimento sobre as características, identidades e formas como se produz e se percebe a vulnerabilidade para o HIV/Aids nesses grupos étnicos, será fundamental para o aprimoramento da resposta brasileira da epidemia. São limitados os recursos cognitivos que o Programa dispõe para elaborar estratégias nesse campo. Precisa ser mapeada a forma em que os diversos grupos étnicos brasileiros vivem o processo de infecção pelo HIV/Aids, as representações sobre sua condição de portadores, os modelos de adesão às terapias anti-retrovirais, os fatores que facilitam ou limitam seu acesso aos serviços de saúde, a forma em que vivem seus direitos individuais e outros que permitam identificar o impacto que a soropositividade imprimiu a vida deles (CASTRO; SILVA, 2005, p. 79).

Foi quase como admitir que os(as) negros(as) e indígenas viviam em outra galáxia, totalmente inacessível para todas as pesquisas feitas acerca da epidemia de HIV/Aids até aquele momento. Coincidentemente o mesmo descaso parecia ocorrer simultaneamente em escala planetária, se levado em conta o que ocorria naquele momento no continente africano. O trabalho de Mary Garcia Castro e Lorena Bernadete da Silva, "Respostas aos desafios da Aids no Brasil: Limites e possibilidades" é um bom exemplo do melindre em tocar no assunto racismo. Ainda que traga importantes informações sobre o quadro geral da resposta brasileira à epidemia, é mais que evidente a dificuldade em falar mais diretamente de algumas questões politicamente espinhosas, retratando exatamente o ambiente de discussão da época. Mesmo considerando que um significativo número das instituições pesquisadas neste trabalho tem ações voltadas para o enfrentamento da epidemia com público-alvo específico de pessoas negras ou comunidades religiosas de matriz africana[216], não se toma a questão racial como relevante em nenhum ponto da obra. Um trabalho de peso, com base em uma pesquisa abrangente, que terminou por desconsiderar especificidades importantes. É uma inconsciente admissão de que realmente são necessários outros olhares para que se possa ter uma visão mais abrangente do objeto de pesquisa. São necessários(as) pesquisadores(as) oriundos deste outro mundo para que se possa conhecê-lo com mais propriedade.

São principalmente os(as) pesquisadores(as) formados(as) na luta antirracista que tem trazido visibilidade a esta abordagem, não sendo, em termos gerais, uma das preocupações fundamentais estabeleci-

216 Identifico nesta categoria na publicação ao menos estas: Centro de Educação e Cultura Popular (BA), Federação Nacional do Culto Afrobrasileiro (BA), Associação Afrobrasileira de Desenvolvimento Social – ABDS (PR), Criola (RJ), Ile Ase D'Ogum Beneficente Afro-cultural Santo Antônio e Nossa Senhora Vitória (RJ), Associação de Mulheres Negras- ACMUN (RS), Fala Preta (SP) e Instituto Negro Padre Batista (SP).

das no âmbito das instituições de pesquisa neste campo.

A pesquisadora da FIOCRUZ Simone Monteiro (2004), através de revisão bibliográfica sobre o tema saúde da população negra, problematizou a influência do fator genético na determinação de doenças relacionadas aos grupos étnico-raciais, destacando que as enfermidades são, em geral, associadas a fatores diversos, por exemplo, de natureza histórica, econômica e psicossocial. A combinação de demandas ambientais, suscetibilidade genética e particularidades comportamentais poderiam aumentar risco de doenças em grupos populacionais expostos a adversidades psicossociais.

> Convergente com a formulação de um campo de pesquisa e de intervenção voltado para a saúde da população negra, o documento Política Nacional de Saúde da População Negra [...] destaca que a universalização dos serviços, garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), não é suficiente para 'assegurar a equidade [...] ao subestimar as necessidades de grupos populacionais específicos', colaborando para o agravo 'das condições sanitárias de afro-brasileiros'. O referido documento descreve a classificação dos agravos mais frequentes na população negra no Brasil e apresenta recomendações para uma política nacional focada na saúde da população negra, centrada na produção de conhecimento científico, na capacitação de profissionais da saúde, na divulgação de informações para a população e na atenção à saúde, que contemplam, em grande parte, as propostas descritas previamente (MONTEIRO, 2004, p. 50).

Um significativo número de pesquisas apontou os prejuízos sistemáticos vivenciados pelos(as) negros(as) no que diz respeito ao acesso a diagnóstico, informação e tratamento do HIV/Aids que devem ser superados para garantir uma efetiva melhora na resposta à epidemia por parte dos setores responsáveis. Foi detectado um aumento no número de novos casos de Aids entre pessoas negras. Este aumento já havia sido apontado como uma possível tendência da epidemia e, assim como outras tendências identificadas, tem demonstrado a complexidade do enfrentamento da Aids no país, exigindo a reformulação de estratégias para adequar-se a estes novos contextos.

> Este eu me lembro a data porque nós lançamos o boletim de 2004 lá na SVS [Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde] até com a participação do ministro. Acho que era Saraiva [Felipe]. Não sei se era o Humberto Costa. Acho que era Saraiva já. Não me lembro mais quem era o ministro. Eu lembro da Matilde [Ribeiro]. A Matilde era aliadona. Figurona. A gente ia pra Bahia, discutir coisas e fazer reunião. Lançamos este boletim. O que chamava atenção nos dados é que a população de mulheres negras não se beneficiava da terapia antiretroviral enquanto resposta da terapia do ponto de vista da queda da mortalidade. Na verdade, a situação perdura até hoje. A mortalidade da mulher negra continua estando alta, e em algumas situações aumentando e não diminuindo. Isso chamou a atenção e assumimos o compromisso público, naquela época, de estar construindo uma agenda específica para

> valorizar as ações na perspectiva de AA. Um programa também que focalizasse de modo mais adequado e sensibilizasse mais a população negra no sentido de estar inserida em uma agenda de prevenção de modo adequado (Entrevista concedida pelo Dr. Pedro Chequer).

Mais detidamente, alguns estudos acadêmicos nacionais produzidos a partir da última década do séc. XX sobre os possíveis efeitos do racismo na produção de vulnerabilidades em relação à epidemia de HIV/ Aids, traziam a urgência em enfocar mais adequadamente estas questões na elaboração de políticas de enfrentamento. Pesquisas que utilizaram os dados produzidos pela vigilância epidemiológica do vírus, ainda que considerada a precariedade dos instrumentos de registro para o quesito raça/cor, apontaram a fragilidade no desenvolvimento da resposta governamental para os povos negros até o presente momento. O quesito raça/cor começou a ser inserido no sistema nacional de registro de notificação compulsória em HIV/Aids apenas a partir de 2001.

> Na hora que a gente pega o conceito de AA e diz assim: 'Por onde é que a gente começou?'. A gente começou por indicadores. Nós sempre trabalhamos com indicadores. A gente sempre colocou o quesito cor como sendo uma coisa importante. Na hora que a gente colou quesito cor e dados epidemiológicos... na hora que passamos a ter os dados epidemiológicos, já não era mais a tese da Inês [Maria Inês Barbosa] de 98 'Racismo e Saúde'. A gente estava num outro patamar. A gente já tinha discutido racismo e saúde, e estávamos agora pegando aqueles mesmos dados que o trabalho de doutorado da Inês tinha sinalizado, mas colocando num outro âmbito: no sentido da discriminação positiva. [...] Me lembro de audiência com o então governador [de São Paulo] [Geraldo] Alckmin. Na hora em que se discutiu o indicador de mortalidade por violência e mortalidade por causas maternas: '- Olha o seu governo está colaborando com o genocídio de uma população.' Nenhum governo quer isso, não é? Esse foi o argumento. Me lembro disso. Esse foi o argumento em 2003. O que é que a gente estava falando aí? De AA. Em dezembro daquele mesmo ano o governador lançou um pacote de Ações Afirmativas. E chamou isso mesmo: um decreto de ações afirmativas para todas as secretarias do estado de São Paulo (Entrevista Dr. Luís Eduardo Batista).

Neste sentido, o Estado de São Paulo, que é governado pelo PSDB desde 1994, um partido de direita que completa 24 anos no poder em 2018, foi o pioneiro em propor políticas de AA no campo da saúde através do decreto Nº 48.328 de 15 de dezembro de 2003. Isso ocorreu por que foi desenhada uma política para toda a máquina da gestão do estado, incluindo aspectos do sistema de saúde. Em relação às DST/ Aids, foi contemplado através do terceiro item do artigo 5º que obriga a incluir o tema das doenças epidemiologicamente prioritárias para a Comunidade Negra nos treinamentos e capacitações realizados pelos órgãos formadores dos profissionais do Programa Saúde da Família –

PSF ligados à Secretaria de Saúde[217].

A proposição do Decreto Nº 48.328 só foi possível graças ao acúmulo de demandas e de negociações feitas pelo Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra junto ao executivo estadual desde sua criação em 1986, nos idos do governo de Franco Montoro (PMDB). Participaram deste Conselho destacados militantes dos Movimentos Negros como Hédio Silva Júnior, Maria Aparecida Bento, Hélio Santos, e Ivair Augusto Alves dos Santos. "Quando vem a proposta nacional a gente já está caminhando. A gente já está caminhando. No meu olhar a gente cuidou daquilo que já estava cuidando" (Entrevista Marcia Giovanetti).

No governo federal em fins de 2002, FHC também já havia experimentado a ferramenta das AA para forçar a redução da desigualdade produzida pelo racismo anti-negro. Isto se deu através do Programa Nacional de Ações Afirmativas instaurado pelo decreto nº 4228 de 13 de maio de 2002. Sua proposição, neste caso, não esteve voltada para o campo da saúde, e sim para a redução da desigualdade no acesso à carreira no serviço público federal. Todavia neste caso, feita no apagar das luzes de seu governo, tornou-se apenas mais um exemplo de lei que não pegou. Apenas no governo Dilma Roussef foi estabelecida a lei Federal 12.990 de 2014 que estabelece reserva de vagas de 20% para negros em todos os concursos no serviço público federal, posteriormente julgada e aprovada pelo STF.

Ativistas vinham apontando desde os anos noventa, a existência de vulnerabilidades sociais dos(as) negros(as) às DST/Aids e a ausência de uma ação específica para este segmento no Programa Nacional de DST/Aids. No início dos anos 2000, quando se consolidaram AA em diversos níveis da esfera pública, como resultado do esforço dos Movimentos Negros brasileiros no país e fora dele, setores da sociedade mobilizam-se para barrar o avanço de uma agenda pública voltada para o atendimento de especificidades em saúde dos povos negros.

Entidades do Movimento Negro, em especial as Organizações de Mulheres Negras (FONTOURA, 2004), já denunciavam (desde o início da epidemia nos anos 80) a importância de considerar o contexto racialmente diferenciado de vulnerabilidade, e investiam em ações para minimizar esta realidade constituída socialmente como consequência do racismo.

---

217 Participei, junto com Luís Eduardo Batista, em 2006, de uma oficina de formação voltada para profissionais de saúde sobre questões étnico-raciais. Esta atividade era uma das ações previstas a partir deste decreto. Fui um dos palestrantes e a coordenação da oficina foi realizada pelo Instituto Amma Psique e Negritude. Creio que foi a primeira de muitas vezes que me encontrei pessoalmente com Luís Eduardo Batista, que já admirava por seus escritos.

> O movimento feminista da década de setenta foi fundamental para abrir o debate sobre o papel da mulher na produção [...]. Essas discussões geraram impacto direto nas formulações das novas políticas de saúde da mulher que foram incorporadas no Programa de Atenção à Saúde da Mulher – PAISM, que resultou do debate da questão de gênero e da crítica da visão biologicista sobre a mulher e sobre a reprodução. As desigualdades de gênero e a necessidade de ver a mulher em todas as suas dimensões passam a ser oficialmente parte das agendas das políticas em saúde e ocupam expressivo lugar nos discursos sobre o fenômeno da Aids (CASTRO; SILVA, 2005, p. 60-61).

É a participação do movimento de mulheres negras no processo de luta em defesa do estabelecimento de uma Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, tomando em conta as adaptações contextuais necessárias, que serviu como modelo para o encaminhamento frente ao Estado brasileiro da Política Integral de Saúde da População Negra. A inserção da perspectiva das mulheres negras na discussão sobre saúde das mulheres, também enfrentou seus próprios obstáculos. Simone Monteiro (2004) recupera de Kia Caldwell as seguintes conclusões:

> A invisibilidade da raça e da experiência das mulheres negras na produção de conhecimento no Brasil, quando comparada aos estudos feministas sobre mulheres não-brancas realizados na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Canadá, tem repercutido no campo da saúde e dos direitos reprodutivos. [...] nos países citados, o trabalho de intelectuais não-brancas possibilitou um melhor entendimento das especificidades sociais, culturais e históricas na construção da identidade de gênero feminina, gerando repercussões na teoria feminista na década de 1990. No Brasil, salvo raras exceções capitaneadas por feministas negras, a temática sobre a racialização do gênero não foi absorvida pela agenda dos estudos feministas (MONTEIRO, 2004, p. 49).

Destacadas lideranças, pesquisadoras e ativistas contribuiram para a construção do conceito de "saúde da população negra" e das ações decorrentes de sua aplicação como eixo orientador de políticas públicas. Ainda em 2001, o Grupo de Mulheres Nzinga Mbandi, de Piracicaba, lançava o projeto "Terreiros – Espaço de Prevenção e Saúde: falando sobre HIV/Aids".

Outra importante articulação para a luta antirracista no Brasil esteve, desde o início da construção da resposta brasileira à epidemia de Aids, mobilizada para o combate à epidemia de Aids entre negros. Trata-se das comunidades de terreiro, que pela atuação de algumas lideranças de projeção nacional, e graças à preocupação inicial com a higienização de material perfuro cortante em suas cerimônias tornaram-se destacados(as) ativistas na luta contra a Aids. As redes ligadas ao movimento de mulheres negras e às comunidades de terreiro tive-

ram atuação destacada no desenvolvimento de ações para promoção da saúde da população negra e, assim também o é, em relação às ações voltadas para o enfrentamento das DST/HIV/Aids.

Os estudos mais amplamente conhecidos nos reportam que a epidemia de Aids não estava inicialmente associada à população negra no Brasil. No entanto, ONGs[218] nos anos 80 e acadêmicos nos anos 90 indicaram vulnerabilidades sociais específicas dos negros às DST/Aids. Somente em 2003, o PN DST/Aids reconheceu o racismo anti-negro como condição de vulnerabilidade às DST/Aids. Depois que boletins epidemiológicos apontaram a tendência de aumento de novos casos de Aids na População Negra, surgiu o PEAAPNA.

> Se o PN de Aids tivesse incorporado isso na sua inteireza, ganharia uma nova dimensão o PEAAPNA na questão racial, no combate ao racismo e no combate à discriminação. E eu percebi que com a nova direção, com as novas orientações, as pessoas que assumiram não tinham intenção de assumir. Não tinham e não terão jamais, porque não é a área deles, não é a praia deles. Tanto é que definhou até acabar (Entrevista Dr. Ivair dos Santos).

> Construímos este programa. Só que o programa sumiu. Sumiu. Foi posto debaixo do tapete, a verdade é esta. Quando voltei, insisti. A Karen [Bruck] era uma aliada naquela questão. E a Karen '- Pedro, aqui está difícil. Não está dando para tocar a agenda, porque parece que há gente que não interessa esta agenda aqui dentro.' Infelizmente acabou (Entrevista Dr. Pedro Chequer).

É a partir de 2003 que as políticas para a *Saúde da População Negra* sinalizadas na gestão presidencial anterior e a inserção do tema do combate ao racismo enquanto condição de vulnerabilidade ao HIV/Aids ganham visibilidade entre as ações do PN DST/Aids. O estabelecimento de uma agenda de atendimento das demandas dos Movimentos Negros nos espaços de gestão pública é também resultado de um longo e lento processo de ocupação de espaços políticos por ativistas oriundos(as) de organizações de negras.

> O fato de o poder econômico e político ser quase homogeneamente branco e, ao mesmo tempo, os meios de comunicação veicularem representações de convivência racial demonstram que o imaginário da pureza branca, associado aos regimes de segregação, não é o único a corresponder a uma sociedade com uma classe dominante branca: um conjunto multifacetado de imagens e discursos sobre a mistura também

218 "Conceito que se tornou cotidiano no cenário nacional, a noção de organismo não-governamental – ONG é utilizada a partir de várias perspectivas. São múltiplas as definições que buscam dar sentido a essa nova forma de organização política que começou a surgir durante a década de setenta, na esteira dos movimentos sociais da época. Ensaiavam novas formas de construção de cidadania e participação nos poderes da sociedade, ao passo que se reviam as formas de fazer política e o papel dos grupos 'minoritários' – quanto ao reconhecimento social de seus direitos – notadamente mulheres, determinados grupos étnicos, homossexuais e populações pobres" (CASTRO; SILVA, 2005, p. 44).

> podem preservar seu poder. Por causa disso, os discursos brasileiros de mestiçagem e democracia racial têm mesmo algo a ensinar ao resto do mundo, como Gilberto Gil afirmou em seu discurso de posse como Ministro da Cultura em 2003. O foco no discurso afetivo unificador de setores sociais desiguais, no Brasil, talvez ajude a pensar mais claramente, aqui e alhures, sobre desigualdade e coesão social em um mundo em que a mistura étnica e racial é cada vez mais comum, em que existem até elites multiétnicas em certos setores, mas o eurocentrismo persiste no dia a dia das pessoas, mesmo assim (SOVIK, 2009, p. 37).

Relembrar algumas correlações feitas entre raça, saúde e práticas sexuais, pode nos afastar das mais belas paisagens no campo da antropologia. Discursos e elaborações sobre a sexualidade negra, decorrente de imperativos biológicos ou culturais, e seus efeitos sobre a saúde não cessaram desde o período da escravidão. E a antropologia, inclusive a que se produziu no Brasil, colocou seus pincéis neste quadro.

A conjuntura atual está sendo elaborada e reelaborada para produzir os efeitos que hoje se pode observar na saúde sexual e reprodutiva da população negra. É como se a população negra, sua diferença trazida de África e reinventada no Brasil, nunca houvessem existido a não ser como componente antropofagicamente deglutido por outro. E ao negar a particularidade da diferença, continuamente e por tanto tempo, tem-se um significativo impacto na saúde sexual e reprodutiva da população negra no Brasil.

José Carlos dos Anjos (2004) sugeriu que se fizesse a discussão sobre 'raça' e 'saúde', tomando como base a produção teórica de Foucault:

> Raça, na sua acepção moderna, é categoria correlata de um processo de propagação de uma biorracionalização da governação, da disseminação de tecnologias locais de poder para a administração de populações, visando à constituição do corpo saudável e homogêneo da nação, o adestramento e a maximização das forças produtivas. Sob essa abordagem, o que está em jogo é raça e saúde (ANJOS, 2004, p. 97).

O desenvolvimento das ciências médicas e a emergência da raça em seu sentido biológico permitiram a aplicação e justificativa de um regime de poder capaz de arbitrar quais partes da população de um país se poderia deixar morrer. As análises críticas sobre o PEAAPNA desenvolvidas pelos(as) anti-cotas enfocam preferencialmente a discussão em torno do uso do conceito de raça ou, de forma mais incisiva, levantam questionamentos sobre o sentido da existência de uma política de saúde voltada especificamente para um conjunto que reivindica o reconhecimento enquanto negros[219]. No caso do PEAAPNA trata-se de

219 Ver uma amostra destas críticas em "Caderno de Saúde Pública", Vol. 23, nº 3, de março de 2007.

vulnerabilidade em saúde o problema a ser atingido. Trata-se também de postular "quem" está autorizado a dizer "o quê" sobre raça, o que preserva a situação de enfrentamento como uma guerra de posições.

Antes da entrada das organizações de juventude negra no cenário de luta contra a epidemia, já vinha se constituindo, a articulação de uma rede nacional População Negra e Aids – principalmente a partir do esforço e enfoque das organizações de mulheres negras. Todo o acúmulo em torno das discussões sobre vulnerabilidade e sexualidade que já eram trabalhadas pelo movimento de mulheres negras desde os anos 80 foi mobilizado a partir dos anos 90 por Organizações da Sociedade Civil para o combate das DST/Aids e levantamento mais preciso do quadro real da epidemia na população negra. Um destes momentos foi a participação de lideranças e organizações de mulheres negras no encontro "Mulher e Saúde", no Rio de Janeiro em 1997. Registre-se que "nesta ocasião, idealizou-se o projeto de editar a versão brasileira do livro '*Black womens's health book*', lançado em 2002, que trata de vários aspectos de saúde, incluindo a vulnerabilidade à epidemia de HIV/Aids" (SPIASSI, 2009, p. 15).

Se é durante o governo FHC (1995 a 2002) que o Brasil reconhece a existência de racismo no país, é somente em 2003 que o Ministério da Saúde, através da Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids (CN DST/Aids), reconhece que o racismo é uma condição de vulnerabilidade social à Aids. É o início de um processo de reconhecimento de que o racismo produziu danos específicos às condições de saúde dos(as) negros(as). Dados apresentados nos boletins epidemiológicos naquele mesmo ano apontam número significativo de novos casos de Aids entre negros(as).

> Quando a gente começa a discutir em 2004 *Saúde da População Negra*, e que Fernanda [Lopes] começa a trabalhar na perspectiva dos Direitos Humanos, aí essa perspectiva das *Ações Afirmativas, Direitos Humanos*, e *Política de Saúde da População Negra* vão se encaixando. Já está feito o casamento. Agora, é interessante, eu nunca pensei nisso que você está colocando: no conceito 'Ações Afirmativas' como uma coisa deliberada. Mas ela foi uma coisa pactuada. Eu não participei disso, mas ela foi uma coisa pactuada. Pactuada no sentido das agendas de Edna [Roland], Jurema Werneck, Walter Silvério, Matilde Ribeiro... (Entrevista Dr. Luís Eduardo Batista).

O conceito de AA se tornou uma ferramenta utilizada para proposição de ações no campo da saúde, ao mesmo tempo em que permitiu estabelecer uma linguagem inteligível para o Estado e os organismos internacionais de financiamento das pesquisas e das políticas. Muitos(as) militantes contribuíram para a apropriação do conceito de AA

pelo Movimento Negro. Hédio Silva, Hélio Santos e Ivair Santos já tinham uma conexão bastante direta com o tema para o âmbito da justiça e do trabalho. Ivair dos Santos participou do grupo que orquestrou a proposição de AA desde dentro do I Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1996. Ajudou também na construção do Grupo de Trabalho Interministerial de 1996, já tendo estabelecido o vínculo entre Saúde e AA dentro da SNDH do Ministério da Justiça. Do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) – Saúde da População Negra é que saiu a determinação de preenchimento do quesito-cor em todos os sistemas de informação em saúde.

Edna Roland, desde o início dos anos noventa, militava pela *Saúde das Mulheres Negras*[220] em Geledés, estabelecendo importante conexão entre movimentos negros e organismos internacionais. Em 2001, teve atuação destacada como relatora da Conferência de Durban e retornou ao país como quadro da representação da Unesco no Brasil. As organizações de mulheres negras, através do diálogo com outras organizações de mulheres, tornaram-se a parcela dos Movimentos Negros que mais investiu na valorização do cuidado, do acolhimento e da promoção da saúde junto à população negra. É, sem sombra de dúvida, o setor de mobilização política da luta antirracista que mais trouxe contribuições para a construção da política integral de saúde da população negra, para estruturação do próprio conceito, e que mais tem forçado o poder público a dar uma resposta eficiente para a desigualdade racial que causa prejuízo para a saúde e qualidade de vida da população negra.

A virtude da atuação do movimento de mulheres negras na luta contra a Aids tem também enfrentado desafios na ampliação desta agenda de lutas dentro dos Movimentos Negros. As críticas das militantes negras constituíram uma estratégia para avanços políticos importantes na militância já na segunda fase do movimento social negro (1945-1964).

> É nesse momento que elas começam a forjar um discurso que tanto politiza a intersecção de raça e gênero, quanto concebe os problemas das mulheres negras como uma questão específica. Todavia, não se pode superestimar os dados: elas permaneciam sendo marginalizadas e exercendo, predominantemente, as tarefas de apoio dentro das organizações ou as atividades recreativas e assistenciais, as quais eram vistas pelos homens do Movimento como de menor relevância. Estes continuaram, assim, controlando os principais cargos diretivos das entidades, as chefias editoriais dos jornais, o processo de elaboração dos estatutos, das estratégias de luta, as deliberações de assembleias, as ações políticas e os pronunciamentos públicos (DOMINGUES, 2009, p. 34).

220 Sobre Saúde da Mulher Negra ver AMNB (2007); CRIOLA (2004); GUACIRA (2001); KALCKMAN *et al.* (2010); TAQUETTE (2009); WERNECK et al. (2006).

Quando da fundação do MNU em 1978, as militantes negras conquistaram a visibilidade da pauta específica das mulheres negras no plano de ação da organização, que incluía a luta contra a esterilização das mulheres do terceiro mundo. É nesta terceira fase dos Movimentos Negros (a partir de 1978) que as ativistas prejudicadas pelo machismo dos homens negros criam as primeiras organizações de mulheres negras no Brasil: Aqualtune (RJ) de 1979, Luiza Mahin (RJ) de 1980; Nzinga Coletivo de Mulheres Negras (RJ) de 1983; e Coletivo de Mulheres Negras (SP). A antropóloga Lélia de Almeida Gonzales (1935-1994) se tornou uma expoente destacada neste período do ativismo das mulheres negras, mas outras lideranças do chamado "feminismo negro" alcançaram visibilidade nacional e internacional, como é o caso de Dulce Pereira Cardoso, que ocupou a presidência da Fundação Cultural Palmares em 1996; Matilde Ribeiro, ministra da SEPPIR em 2003, e Edna Roland, da ONG Fala Preta, que foi relatora da Conferencia de Durban em 2001.

As organizações de Mulheres Negras, para confrontar o racismo anti-negro no movimento de mulheres, pontuaram as interseccionalidades de gênero e raça. Mantiveram uma posição de questionamento em relação à política tradicional e comumente defendida pelos Movimentos Negros e pelos Movimentos de Mulheres. Na agenda política de inclusão negra, exigiram consideração às perspectivas das mulheres negras. Na arena de reivindicação pelos direitos das mulheres, destacaram sua singularidade enquanto mulheres negras, suas necessidades e demandas.

Uma das questões colocada foi que, nos espaços públicos de discussão pela implementação de políticas de saúde para negros, as lideranças oriundas do movimento de mulheres negras representam – ainda que questionando frontalmente outros setores dos Movimentos Negros – todos os(as) negros(as) e não apenas o segmento das mulheres negras. Fátima Oliveira analisa (e cita) assim o documento "Nós, Mulheres negras", manifesto de lideranças e organizações de mulheres negras que incluía, entre outros temas, a questão da vulnerabilidade da população negras às DST e a Aids:

> Nós, mulheres negras, trata-se de uma ação política e de uma construção teórica do início da década de 1990, 'realizada a muitas mãos oriundas de diferentes setores: um número reduzido de pesquisadores (as) e ativistas antirracistas que se apropriaram de saberes dispersos produzidos nos espaços acadêmicos de diferentes partes do mundo e que, ao mesmo tempo em que desenvolvem suas sistematizações e análises, exercem pressões políticas sobre as escolas de saúde e o governo brasileiro'[...]. Este documento demonstra que no Brasil, a luta para dar visibilidade e construir o campo da saúde da população negra ocorre

> via enfrentamentos políticos e ideológicos no campo da ciência, junto às escolas de saúde e ao governo. É uma luta que parece insana e infrutífera, dada a lentidão e raridade das respostas em formas de políticas públicas e de acolhimento de tais saberes no ensino formal (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

O movimento de mulheres negras se qualificou de forma muito mais eficiente naquele momento em que várias organizações da sociedade civil se transformaram em ONG's, garantindo expressão e uma ampla rede de contatos entre ativistas de projeção nacional e internacional. Foi a partir da reorientação estabelecida por militantes negras que teve início a "terceira onda do Movimento Negro", com instituições como CEERT (SP), Criola (RJ), Geledés (SP), Maria Mulher (RS). Por sua vez, a fração dos Movimentos Negros que é na sua centralidade hegemonizada por homens negros, ainda ocupa importantes espaços de representação política negra, em parte pela força das redes consolidadas em outros espaços políticos bastante masculinizados, como partidos políticos ou sindicatos.

Há outro setor de mobilização política da luta antirracista que têm contribuído ativamente no enfrentamento do HIV/Aids na População Negra. Propôs-se a preservar em valores e práticas uma perspectiva comunitária, integrada em termos geracionais, de gênero, de orientação sexual, e todas as diversas identidades culturalmente identificadas com a África reconstruída aqui no Brasil.

> O processo sanidade/enfermidade na tradição dos povos africanos situa-se no campo da visão holística, e a arte de curar é realizada via uma prática médica alicerçada em uma cosmovisão mítica religiosa. Há uma medicina popular ou tradicional africana – todos os povos possuem a sua medicina popular – praticada por terapeutas não médicos que consiste de um conjunto de saberes, de meizinhas e de poderes no âmbito do sagrado e das forças da natureza (a chuva, o ar, a lua...) cujos depositários atuais são, inegável e majoritariamente, os terreiros de candomblé (OLIVEIRA, 2003ª, p. 52).

Em diálogo direto e ativo com o movimento de mulheres negras, mas com uma atuação anterior a este segmento da luta antirracista, as comunidades religiosas de matriz africana têm trabalhado desde os tempos do Brasil colônia na promoção da saúde. As comunidades de terreiro foram mobilizadas desde o início da epidemia. Inicialmente em decorrência da preocupação com os riscos de infecção por HIV pela utilização de instrumentos perfuro cortantes característicos das cerimônias de iniciação. A partir daí uma série de outros aspectos presentes nas comunidades de terreiro passou a ser mobilizada na luta contra as DST/HIV/Aids.

> Costuma-se dizer – enquanto estratégia de promoção da saúde nos terreiros – que os orixás protegem aqueles (as) que se cuidam, que buscam informações e que as multiplicam. O auto-cuidado e a auto-estima seriam base para que as entidades garantissem o equilíbrio ou uma vida mais saudável (DACACH, 2003, p. 106).

A utilização dos terreiros como espaço de promoção de saúde, de acolhimento, de preservação de práticas terapêuticas ancestrais, de respeito à diversidade sexual e de gênero, foi característica politicamente mobilizada por ativistas, pesquisadores e gestores na luta contra as DST/HIV/Aids.

> Assim sendo, falar de saúde, para nós, não é dizer como se deve remediar as doenças. A saúde é o aspecto mais visível dessa integração que jamais é dada uma vez por todas, mas é um processo constantemente refeito de trocas entre princípios vitais, na articulação dialética entre unidade e multiplicidade. [...] É por promover esse papel central do ser humano, como suporte dessas forças que as religiões de origem africana devem ser reconhecidas como propiciadoras de autênticas 'redes de sustentação' [...] desse modo, constituem um referencial privilegiado de apoio para qualquer trabalho que se pretenda desenvolver em nível de intervenção em saúde coletiva (AUGRAS, 2003, p. 18).

Se o movimento de mulheres negras trouxe para o quadro da resposta brasileira ao HIV/Aids o envolvimento de ativistas dos Movimentos Negros nos anos 90, o chamamento feito às comunidades de terreiro produziu a importante interlocução com a comunidade LGBTQI+, especialmente em relação ao movimento gay que é, desde os anos 80, o mais importante movimento social organizado na luta contra a Aids.

> A gente tinha a proposta de pensar Aids nas comunidades de terreiro, por conta da grande quantidade de mortes que tinha. Isso em [19]99. Não é nem tão longe, nem tão recente. Havia uma quantidade de mortes muito alta e muito próxima da gente. Muitos amigos morrendo de Aids, sabidamente. E ao mesmo tempo muitos filhos de santo, muitos amigos de filho de santo, muita gente chegando no terreiro com uma desculpa de que doía aqui, doía alí mas não sabia o que era. Isto começou a incomodar meia dúzia de pessoas e fundamos o Grupo de Valorização do Trabalho em Rede (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

Estas impressões estavam confirmadas em dados coletados pelo antropólogo Luís Mott[221] em 500 terreiros de Salvador e publicadas pelo Centro Baiano Anti-Aids em 1998. A publicação "As religiões Afro-brasileiras na luta contra a Aids" organizada por Luís Mott e Mar-

221 Nesta época Luiz Mott, além de professor de Antropologia da UFBA, respondia como fundador da ONG Grupo Gay da Bahia, Secretário de Direitos Humanos da ONG Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) e membro da Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde (CNAIDS).

celo Cerqueira[222], registrava a articulação de lideranças comunitárias, pesquisadores, lideranças religiosas e militantes com distintas agendas (Negros, LGBTQI+, Religiões Afro, Direitos Humanos, PVHA, Favelas), para a construção de um esforço comum plasmado no II Seminário Nacional Aids e Negritude, que ocorreu em dezembro de 1997 em Salvador. Pedro Chequer, que declarou em entrevista ter vínculos pessoais com uma comunidade de terreiro, também foi um importante apoiador desta iniciativa. Iniciativas como esta também buscavam responder as acusações feitas na imprensa de que terreiros de candomblé e umbanda eram responsáveis pela proliferação do HIV.

> Surge a discussão sobre uso indevido de objetos perfuro-cortantes no candomblé. Esta era a marca do GGB [Grupo Gay da Bahia] no final dos anos 80. Isto vai ganhar repercussão na mídia. Por conta disso, os terreiros passam a escrever uma resposta à epidemia, que é concreta, é real, mas que também virou midiática para muita gente. A imprensa vai falar disso constantemente nos últimos 15 anos. '- Os terreiros estão proliferando o HIV'. Era a matéria [...]. Tinha uma estória de que as pessoas tinham que usar luva durante o processo iniciático. Isso manteve as pessoas nos espaços conversando sobre isso durante muito tempo. Obrigou a gente a circular pelo país para dizer que sim ou que não. E também para dizer se o terreiro proliferava o HIV ou não. Chegamos à conclusão de que era uma fala absurda. Era pela quantidade de homossexuais que tinham no terreiro, e o fato de que religião afro-brasileira talvez seja a única – era na época pelo menos – que acolhia e respeitava enquanto gay. Como o acolhimento era diferenciado, restava esta única opção. Claro que há uma questão identitária, se gosta ou não gosta. Aí virou a maioria do terreiro. A homofobia fez com que essas estórias aparecessem (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

Ruth Landes, em sua pesquisa na Bahia dos anos 1930, apontou as comunidades religiosas de matriz africana como espaço de tolerância às relações homoafetivas, e também como um dos poucos espaços religiosos em que indivíduos de assumida identidade homossexual alcançavam postos de destaque e liderança na hierarquia religiosa no Brasil. Esta antiga solidariedade entre estes dois grupos historicamente discriminados "População LGBTQI+" e "Povo de Santo" foi fundamental na ampliação do diálogo entre estes atores na contribuição para a resposta brasileira ao HIV/Aids.

É também a partir das comunidades de terreiro envolvidas na luta contra a Aids que vai ocorrer a maior aproximação das agendas políticas do Movimento Negro com os grupos de luta pelos direitos das PVHA. Como uma comunidade religiosa preocupada com as condições de saúde de seus fiéis, as comunidades de terreiro irão participar de ações sociais voltadas para PVHA junto com outras instituições religiosas.

222 Marcelo Cerqueira é um destacado militante da causa LGBTQI+ no país, à época Presidente da ONG Centro Baiano Anti-Aids.

Com uma concepção cosmológica que compreende o sentido da sexualidade de forma menos repressiva que a sociedade mais ampla, as comunidades de terreiro também trarão uma contribuição singular e importante na crítica às estratégias de prevenção baseadas na abstinência sexual, propondo uma revisão dos rótulos depreciativos sobre o comportamento sexual mais aberto e libertário. Esta perspectiva permitiu, por exemplo, o diálogo mais franco com profissionais do sexo, outro segmento considerado como prioritário no enfrentamento da epidemia.

> Ainda assim, na visão das religiões afro-brasileiras, e na própria história de resistência das mulheres negras, que sempre trabalharam fora de casa, como escravas, como trabalhadoras domésticas e como vendedoras ambulantes, percebe-se também o rompimento com os estereótipos. No candomblé, as orixás femininas – Iansã, Nana, Iemanjá, Oxum, Eua e Obá – possuem características e sentimentos associados a uma visão do feminino que resiste a dominação e que transforma as relações entre homens e mulheres. Geram a fertilidade e o nascimento, são fortes e enérgicas, sensuais e apaixonadas, guerreiras e poderosas. No tambor de mina, as caboclas são livres e determinadas, levianas e sedutoras, a exemplo da Pomba-Gira, das caboclas da umbanda, e das mestras do catimbó do Recife (D'OGUM , 2003, p. 101).

É inquestionável a importância fundamental da contribuição que as comunidades de terreiro, e os (as) ativistas que desenvolveram um importante trabalho como lideranças neste processo, têm trazido para o esforço de enfrentamento do HIV/Aids.

> Os terreiros são detentores de um saber no campo da saúde recebido de ancestrais africanos e afrodescendentes, que é reconhecido e buscado por parcela significativa da sociedade, e esse saber tem se apresentado mais acessível às camadas de baixa renda do que a medicina científica e o sistema oficial de saúde. [...] Os terreiros podem ser grandes colaboradores do sistema oficial de saúde, fazendo chegar a muitos as informações científicas e adotando medidas preventivas recomendadas pela medicina científica (FERRETTI, 2003, p. 25)

Por outro lado, o engajamento dos terreiros na luta contra Aids também impulsionou a atuação das comunidades afroreligiosas em um nível mais amplo em relação a outras patologias. A constituição de rede de religiões afro-brasileiras e saúde é tributária, em grande medida, do esforço inicialmente voltado especificamente para a Aids.

> O terreiro de fato virou uma base comunitária para estas discussões. [...] A Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde criou-se justamente porque Aids era uma pauta. E com ela tantas outras. Quando a gente vai discutir malária, quando a gente vai discutir outras coisas, é porque a gente aprendeu combatendo Aids que era possível combater as outras doenças. Porque o [projeto] Odoya nos anos 80 surge para

> combater a epidemia de Aids lá na ABIA. É um marco na história das tradições africanas neste país. O que as instituições insistem é que o terreiro tem de ser chamado para combater a intolerância e ponto final. Não é. A intolerância religiosa é filha dileta do racismo. Não tem uma coisa sem outra. Tudo isso está junto e misturado (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

Mas há alguns aspectos desta particular representação da população negra junto às instâncias de gestão das políticas de saúde que também devem ser analisados criticamente. A estratégia política de reivindicação por reconhecimento adotada pelos Movimentos Negros brasileiro foi constituída, principalmente, através da diferença racial ou o combate ao racismo. Rejeição às estratégias de integração via mestiçagem biológica e cultural, têm sido coordenadas nesta tática. Compreendendo que o racismo é um componente do tripé – racismo, discriminação, preconceito racial – que produz a desigualdade racial, deve-se compreender que o enfrentamento vem sendo feito através de desenvolvimento de ferramentas específicas para cada um dos componentes (JACCOUD, 2008). O respeito à diversidade religiosa assim, na relação do Estado com as comunidades de terreiro, remete a um dos aspectos de enfrentamento de uma situação de efetiva desigualdade racial. A questão da diferença cultural, apesar de melhor absorvida pelo Estado, permanece sendo a estratégia privilegiada pelos povos indígenas em suas políticas de reconhecimento. Ainda que a tendência preponderante nas organizações negras a partir do final dos anos 1970 valorize a identidade cultural e religiosidade afro-brasileira como instrumento político, ecoando a luta anti-colonial internacional nos Movimentos Negros brasileiros, é a desigualdade racial resultante do racismo, do preconceito e da discriminação racial que permanece como principal foco da ação política. A questão dos quilombos, das comunidades de terreiro e da implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 são agendas políticas que têm sido encapsuladas no âmbito das questões culturais mais do que na esfera das questões raciais, ou seja, investem na valorização de expressões da diferença cultural como estratégia para superação dos prejuízos vivenciados pela população negra.

> É impossível desenvolver trabalhos objetivando reconstruir a história do povo negro e a construção de processos de afirmação positiva sem pautar a religiosidade, pois os terreiros representam, para nós, o espaço de afirmação do povo negro. Espaço marcado pela resistência contínua de um povo que soube, através das mais variadas formas, manter o culto aos ancestrais que expressa em nossos dias, e com certeza continuará expressando, a maior forma de resistência dos nossos antepassados (MAFRA, 2003, p. 8).

No entanto, não há coincidência imediata, ao tratar do Brasil como um todo, entre povos negros e adeptos(as) das religiões de matriz africana, como não há entre identidade negra e identidade quilombola já que nestes contextos "não há prevalência das classificações raciais, que desde o recenseamento de 1872, têm funcionado como critério diferenciador apoiado exclusivamente num caráter morfológico, ou seja, 'cor da pele'" (ALMEIDA, 2011, p. 52). Cada vez mais aqueles(as) que rezam para um panteão africano são outros(as) além dos(as) fenotipicamente identificados(as) como negros(as), e cada vez mais os(as) fenotipicamente identificados(as) como negros(as) se pulverizam entre adeptos de outras vertentes religiosas – como as denominações neopentecostais por exemplo. O que significa também que, apesar das famílias que têm sustentado esta tradição por gerações, o pertencimento a um terreiro de Candomblé (assim como a uma comunidade quilombola) "tampouco se privilegia [de] critérios genealógicos, como se os dados básicos destes grupos sociais fossem as chamadas 'comunidades de sangue'" (ALMEIDA, 2011, p. 52).

Ainda que os Movimentos Negros no Brasil tenham buscado se reafricanizar através da aproximação com as religiões de matriz africana e os quilombos, espaços considerados depositários da ancestralidade africana, outros(as), que não os(as) retintos(as) buscaram se alimentar nestas fontes de diversidade cultural, principalmente a partir dos anos 70 do século passado. A posição da Frente Negra Brasileira (Anos 30) de distanciamento em relação à África, torna-se pouco a pouco em valorização das tradições afro-brasileiras no Teatro Experimental do Negro (Anos 40 e 50), para assumir uma posição de confrontação ao paradigma da Democracia Racial (60), ressurgir como Pan-africanismo (anos 70), e difundir-se no pensamento quilombista de Abdias Nascimento (anos 80). Quando da constituição de 1988, o engajamento pelo fim do *Apartheid* na África do Sul tinha o mesmo peso e prioridade que tinha a denúncia da farsa da abolição para o MNU (SANTOS, 2006).

As lideranças religiosas oriundas das tradições culturalmente identificadas com o continente africano falam cada vez mais em nome de fiéis não-negros(as). E os(as) negros(as) brasileiros(as) estão, por sua vez, diluindo-se no cardápio de denominações religiosas disponíveis. Isto tem feito com que que alguns contextos de representação com base na identidade cultural estabeleçam ausência de sincronicidade com as formulações e processos inspirados na mobilização política de base racial.

Os eventos que buscam performatizar valorativamente o contingente negro no Brasil, ainda que possam utilizar ferramentas simbólicas

que remetam à herança cultural africana compartilhada no país, não se confundem com a possibilidade de transmutação dos significados estabelecidos em torno do fenótipo em uma sociedade estruturalmente racista. Para exemplificar de que modo estas dimensões se tocam e se afastam, vale narrar um episódio.

Enquanto representante do PN DST/Aids participei de inúmeros eventos em que autoridades afroreligiosas foram chamadas a contribuir na luta contra os efeitos do racismo anti-negro na produção de vulnerabilidades sociais em saúde. Ainda que neste contexto pudesse simbolizar com minha presença e negritude um comprometimento do projeto de governo com a promoção da igualdade racial, a representação da autoridade política dividiu espaço nestes eventos com outras formas de autoridade que buscaram estabelecer canais profícuos de diálogo trazendo ao diálogo outros termos de atuação. Autoridades técnicas ou acadêmicas de pesquisadores(as), reconhecidos pelo alcance (por vezes internacional) de seus trabalhos, trouxeram para este diálogo as informações cientificamente validadas que ofereciam substrato comparativo e epistemologia para as discussões, elaborações de demanda e propostas. Autoridades comunitárias trouxeram os relatos, em primeira pessoa, dos impactos e compreensões encontradas nos grupos em que as ações das redes mobilizadas, em sua busca por capilaridade, buscavam eficientemente atingir. E as autoridades afroreligiosas, juntamente com outras referências culturais, compartilharam os signos e códigos que permitiram o vínculo com uma estratégia de positivação de uma africanidade idealizada memorial e/ou contemporaneamente. O trânsito ou intersecção destes distintos lugares de fala e suas formas de enunciação na atuação dos envolvidos na propositura de uma rede de instituições engajadas na construção de uma resposta a epidemia de Aids para os(as) negros(as) no Brasil, não se deu sem ruídos ou incompreensões.

O respeito mútuo permitiu, no entanto, que a presença destas distintas autoridades fosse sempre vista como um ganho para o fortalecimento da ação comum. Sendo assim, nada mais razoável que os eventos contassem com momentos culturais que reverenciaram apresentações de manifestações da cultura popular identificada com o segmento negro da população brasileira, que os materiais de divulgação ou campanha fizessem referência ao universo cosmológico afroreligioso, que palestrantes se dirigissem à audiência utilizando termos próprios das comunidades de terreiro, ou que na programação dos eventos estivesse incluída a execução de rituais sagrados do candomblé, terecó, tambor de mina, umbanda, etc.

Em um encontro organizado pela Rede de Religiões Afrobrasileiras em Saúde, em Fortaleza, com apoio e participação destas distintas

formas de autoridade a que me referi (política, técnica, comunitária, afroreligiosa) a 'ritualização' do tema da saúde da população negra permitiu que presenciasse um desses ruídos ou incompreensões.

Este evento começou com uma grande oferenda feita em conjunto por distintas tradições afroreligiosas, na praia de Fortaleza. O cerimonial do evento previu momentos de destaque e outros de encontro entre as distintas autoridades. Em uma oficina sobre saúde da população negra, conduzida por Fernanda Lopes e Luís Eduardo Batista, eu enquanto representante do governo federal, fiz as vezes de assistente. Fernanda Lopes além de pesquisadora renomada no tema, já havia sido reconhecida como representante nacional da população negra no CNS, e desenvolvia importantes trabalhos em nome de DFID o PCRI. Luís Eduardo, vinha assessorando a constituição de núcleos de pesquisa e de proposição de políticas sobre saúde da população negra em todo o país, ademais de ser ele mesmo referência acadêmica sobre a questão e ocupar no governo do estado de São Paulo uma posição estratégica de intervenção acerca da questão.

Perto destes dois *experts*, com alto grau de reconhecimento oferecido pelas organizações sociais e pela academia, me sentia honrado de poder participar da mesma mesa de autoridades. Porém, uma outra autoridade se colocou em questão. Uma famosa Ialorixá de São Paulo que participava da oficina passou a questionar o formato de condução dos trabalhos. O tema da Saúde da População Negra estava sendo debatido a partir de um formato técnico/acadêmico, ainda que devidamente adequado para o público, consideradas as distintas origens e escolaridades. No entanto, foi questionado em sua concepção. Fernanda Lopes e Luís Eduardo estavam conduzindo uma atividade que buscava tratar dos efeitos do racismo anti-negro, quando passaram a ser questionados por esta autoridade religiosa no quanto aquela forma de organização estava distante de sua concepção da realidade africana. Segundo ela, para tratar de solucionar aspectos do racismo anti-negro deveríamos tomar em conta o modo como a herança cultural de matriz africana preservada nos terreiros havia prescrito. O mais correto seria sentarmos todos no chão, em círculo e a partir daí, compartilharmos impressões e experiências que pudessem levar a uma melhor compreensão coletiva do fenômeno em discussão. Falávamos de um problema que atingia os negros, no entanto, ela declarou que era muito mais negra do que os responsáveis pela oficina, por recusar-se à submissão de uma forma europeia de produção e transmissão de conhecimento. Sua forma seria a melhor para que nós, enquanto negros, respondêssemos ao racismo anti-negro. Sua proposição trazia a possibilidade de recolocar esta Ialo-

rixá no lugar de autoridade naquele momento em que pesquisadores(as) tinham o exercício da autoridade técnica e acadêmica. O inconveniente que se fez visível na troca de olhares foi sua declaração, de que não só era mais negra como também podia nos ensinar como nos tornarmos mais negros também. Não bastasse sua presumida competência para afirmar um gradiente de negritude, colocava a si mesma no topo desta escala com base na sua autoridade religiosa. A contradição, mais do que explícita, neste caso estava no fato de que esta Ialorixá trazia uma tez alva reforçada por olhos claros e cabelos loiros que compunham um fenótipo, que nem mesmo dedicando o mais sincero esforço poderia ser confundido como negra neste país. Nós três (Eu, Luís Eduardo e Fernanda Lopes) e de certo a esmagadora maioria das pessoas que participavam da oficina, ou mesmo do evento como um todo, poderíamos nos enquadrar bem mais facilmente na categoria de alvos cotidianos do racismo anti-negro. Ou seja, ainda que com a melhor das intenções, uma mulher branca usava de sua autoridade enquanto liderança de um terreiro para dizer o que os(as) negros(as) deveriam fazer para enfrentar o racismo que os(as) aflige, justamente aqueles(as) que carregam desde sua chegada neste mundo uma tez negra em uma sociedade racista. Desconsiderava também o conjunto de experiências pessoais de racismo vivenciadas por cada um(a) dos(as) presentes no auditório, incluindo os(as) responsáveis pela condução da oficina, em defesa de sua autoridade fundamentada pela conversão a uma comunidade religiosa[223]. O desconforto foi contornado com habilidade por Luís Eduardo e Fernanda Lopes, que escolheram não confrontar abertamente esta visão de mundo. Construíram um meio termo, juntamente com os demais participantes da oficina sem abrir mão de indicar explicitamente que o racismo anti-negro no Brasil se baseia na discriminação que se constrói, sobretudo a partir do fenótipo que coletivamente significa o pertencimento racial. Raça é signo, com efeitos socialmente determinantes nas condições de saúde em um país como o Brasil. Essa é uma questão que não pode ser tratada apenas como herança cultural africana.

A construção de uma imagem pública pelo uso de indumentárias próprias de uma autoridade do candomblé não é exatamente a mesma coisa que nascer, crescer, viver e morrer como negro(a), 24 horas por

223 Assisti tempos depois, quando já vivia no Amazonas, um documentário que inclui um depoimento com a história de vida dessa Ialorixá. Neste filme ela conta o quanto foi discriminada pela própria família ao descobrir sua mediunidade e por converter-se ao candomblé, já em idade adulta. Por esta razão, tomo como sincera sua declaração de que carrega uma autoimagem negra, tão negra quanto se possa ser e profundamente solidária com o sofrimento causado pelo racismo. No entanto, o racismo não é um fenômeno apenas do campo subjetivo ou psicológico. Não se trata apenas de mudar sua autodeclaração. Há esta dimensão sócio-histórica que carrega o efeito das relações que se travam no convívio com a coletividade. O modo como nos identificamos é tão significativo nas relações quanto o modo como somos identificados, definindo os limites inteligíveis da performance social que podemos apresentar.

dia, todos os anos de sua vida em um país racista. Ainda que a conversão às religiões de matriz africana possa permitir que não-negros possam se tornar mais africanizados, causa espanto como o racismo produz comportamentos constrangedores e propõe minimizar a capacidade de compreensão de mundo dos negros. Como, graças ao racismo, pessoas brancas podem se sentir socialmente autorizadas a se dizer negras, a desqualificar a negritude de outras, e a dizer aos(as) negros(as) aquilo que devem fazer para se tornar tão negras quanto devem ser. Como se sentem confortáveis para preconizar, sem nunca ter enfrentado pessoalmente o racismo anti-negro, como os(as) negros(as) devem agir para não mais sofrer com isto. Em verdade esta é uma das muitas formas de culpabilizar o(a) negro(a) pelo racismo sofrido, imputando a ele(a) a escolha de uma mudança de comportamento que seria capaz de neutralizar os efeitos da discriminação racial. É também resultado do racismo que não-negros(a) acreditem ser as únicas pessoas capazes de ocupar o lugar de autoridade e protagonismo, mesmo em espaços sociais construídos intencionalmente para dirimir os efeitos do racismo anti-negro.

O termo mesmo comunidade de terreiro não se refere única e especificamente às tradições religiosas de matriz africana, mas também às tradições mais amplamente sincréticas ou de predominância ameríndia em seus rituais e elementos cosmológicos. Há ainda outra situação recorrrente que corrobora a contradição entre religiosidade afro-brasileira e identidade negra: Pessoas negras que são também lideranças religiosas e foram ao continente africano como missionários cristãos e contra as tradições ancestrais locais, fonte de inspiração para as comunidades de terreiro presentes no Brasil.

Pode-se com isto compreender que as comunidades de terreiro reivindicam sua condição de guardiãs da diferença cultural herdada da presença histórica de africanos e descendentes no país, mas daí a que possam representar de forma convincente no espaço público, a luta de todos os(as) negros(as) por melhores condições de saúde junto ao Estado é um passo largo, na medida em que grande parte dos(as) adeptos(as) não é de pessoas negras e a maioria dos(as) autodeclarados(as) negros(as) não é adepto(a) destas tradições. Os dados do censo apresentam que um número pouco expressivo numericamente de autodeclarados (as) negros(as) é adepto(a) das religiões afro-brasileiras. Se análises indicam que já em 2010 mais de 50% da população brasileira é autodeclarada negra (soma de pretos e pardos) e ampliando, outros estudos apontam que na última década menos de 1% da população brasileira se autodeclara como adepto das tradições religiosas afro-brasileiras, e este percentual vem declinando gradativamente.

Em pesquisa realizada para investigar o conhecimento de autodeclarados(as) adeptos(as) de religiões afro-brasileiras em relação ao HIV/Aids, comportamento e práticas sexuais, surgiram alguns dados a este respeito. A pesquisa "comportamento sexual da população brasileira e percepções do HIV/Aids" foi realizada pela Área de População e Sociedade do Centro Brasileiro de Análise de Planejamento (CEBRAP), sob a coordenação da demógrafa Elza Berquó, por solicitação da então Coordenação de DST/Aids, do Ministério da Saúde. Foi realizada entre 1997 e 1998, com um universo de 59.872.819 pessoas de ambos os sexos (equivalente a 77,7% do total de moradores de áreas urbanas no país em 1996), entre 16 e 65 anos, moradores de áreas urbanas do país. Da amostra final de 3.600 pessoas, foi feita uma análise mais aprofundada sobre as respostas ao questionário de 204 perguntas dadas pelos(as) pertencentes às religiões afro-brasileiras: 279 pessoas, 0,5% da amostra. Na comparação com outras religiões foi a que apresentou a maior percentagem de pessoas sexualmente ativas nos últimos 12 meses. Na distribuição dos(as) frequentadores(as) por cor, os autodeclarados brancos (gráfico 2, p. 80) representam 51,10%. Na distribuição por sexo 52,40% identificam-se como mulheres (gráfico 3, p. 80). Ao fazer o cruzamento dos dados aferidos sobre a raça e o sexo dos frequentadores, o grupo mais expressivo é de homens brancos (77, 40% entre os homens), sendo seguido pelo grupo das mulheres negras (65,80% entre as mulheres). Assim, o grupo menos expressivo em termos percentuais é justamente dos homens negros, que equivale a menos de ¼ do grupo de homens (22,60%), com razoável distância do penúltimo grupo, o das mulheres brancas que representam 34,20% do total das mulheres frequentadoras de espaços religiosos afro-brasileiros (BERQUÓ et al., 2003, p. 76).

Ainda que, (assim como as comunidades quilombolas) os terreiros agreguem importante valor simbólico à luta política por reconhecimento dos(as) negros(as) no país, têm dificuldade para se estabelecer como porta voz da diversidade negra no Brasil. Então, qual parcela dos povos negros as comunidades de terreiro representam através de suas organizações políticas? Esta pesquisa aponta serem os homens brancos e as mulheres negras os principais segmentos populacionais dentro das comunidades religiosas afro-brasileiras.

> Apesar do massacre do período da escravidão e do primeiro século da República brasileira, nossas tradições – alicerce da nossa força e garra – resistiram, em grande medida graças à altivez das mulheres negras, fazendo com que hoje possamos cultuar, solenemente a diversidade e as inúmeras variações entre os nossos Orixás. No candomblé a mulher administra o espaço mítico, sagrado, religioso e social do terreiro,

> tendo em conta que o terreiro é, ao mesmo tempo, templo e espaço de socialização e, hoje, reconhecidamente, historicamente, de resistência política! A yalorixá, à frente de todas as outras mulheres que cuidam do terreiro deve mostrar, com seu próprio exemplo, a dignidade da mulher negra em busca de cidadania para si e os seus (OLIVEIRA, 2003a, p. 54).

O mapeamento dos terreiros de Salvador (2008) confirma que são as mulheres negras a esmagadora maioria das lideranças das comunidades de terreiro. O segmento das mulheres negras encontra nos terreiros base para defesa de sua posição política dentro de um canal de diálogo estabelecido para o movimento social negro para defesa de melhores condições de saúde. Outros segmentos, que não sejam membros das comunidades de terreiro, dificilmente poderão compartilhar dos signos e do capital cultural utilizado como instrumento político no espaço de construção das políticas de saúde para a população negra entre as OSC. Esta compreensão, de que o espaço dos terreiros é um espaço de protagonismo das mulheres negras é reafirmada reiteradamente no âmbito dos eventos para a promoção da saúde da população negra.

> Na colonização do Brasil, foi a mulher africana e afrodescendente quem gerou, gestou e pariu a religião afro-brasileira. Com a abolição, o homem afrodescendente ficou sem rumo, exposto às transformações sociais da época; ficou sem referencial e sem perspectiva de uma vida digna. [...] A mulher negra, entretanto, com sua expressividade religiosa, suas forças telúricas, comunicando-se com a natureza e com os deuses e deusas, através de seus cantos e danças, e ainda com suas economias e dotes culinários, tendo como companheiro o único orixá que tem a energia e a força bipolar, Exu, foi para os cantos das ruas e esquinas vender as suas comidas e iguarias, ao mesmo tempo que, mística, evocava a benção dos ancestrais. [...] Isso se deu em todo o território brasileiro, onde os povos trazidos da África continuavam o legado de seus ancestrais. No Maranhão, a manifestação religiosa ficou conhecida como tambor de mina, devido à proximidade do Porto Elmina, que de lá vieram os africanos escravizados. O matriarcado no Maranhão ficou logo evidenciado pela incorporação – manifestação espiritual – e pela chefia dos terreiros. Nos terreiros tradicionais, os homens não chefiavam e não tinham incorporação (D'OGUM, 2003, p. 100).

Se para a ocupação de espaços na gestão, aparentemente há alguma predisposição para a escolha de homens dentre a população negra, como resultado do machismo que ainda impregna as instituições políticas mais conservadoras, no ambiente de debate da sociedade civil sobre o tema Aids e População Negra, as representações mais credenciadas compartilham do apoio de uma ou mais destas redes e associações políticas: movimento de mulheres negras, comunidade LGBT, e comunidade religiosa de tradição afro-brasileira.

A solidariedade entre excluídos(as) e o trabalho árduo de conformação de uma rede nacional possibilitou o compartilhar de alguns parâmetros de identificação entre militantes, o fortalecimento de um espaço de atuação, e o inegável sucesso na atuação especializada em um campo deveras complexo. Como dizem as feministas negras: nossos passos vêm de longe!

4.2. Programa Estratégico de Ações Afirmativas População Negra e Aids - PEAAPNA

> Os políticos estão mergulhados em uma crise estrutural de legitimidade, periodicamente arrasados por escândalos, com dependência total de cobertura de mídia e de liderança personalizada e cada vez mais isolados dos cidadãos. Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivo único e efêmeros, encolhidos em seus mundos interiores e brilhando por apenas um instante em um símbolo da mídia. Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais (CASTELLS, 1999, p. 41).

O SUS permanece em construção e em disputa. Esta análise crítica do PEAAPNA traz alguma contribuição para a compreensão destas dinâmicas de disputa e seus esforços de contenção. A saúde, e certamente a saúde sexual e reprodutiva, é um destes elementos que deve ter sua importância considerada na relação da população negra com o Estado brasileiro em uma estratégia de "Guerra de Posições".

O PEAAPNA é um destes momentos da guerra de posições em que os diferentes agentes envolvidos neste contexto de conflito estabeleceram algum nível de acordo no enfrentamento, um tratado em meio ao armistício. O conceito de AA é um dos termos centrais deste tratado, em uma linguagem adotada pelas partes que permanece relevante mesmo após o fim da sua validade. Em 2012, as AA passaram pelo crivo do julgamento do Supremo Tribunal Federal e foram legitimadas.

Ivair Augusto dos Santos destaca que o PEAAPNA utilizou o conceito de AA e foi aplicado no campo da saúde com o objetivo de ampliar um debate que estava muito focado na educação, sofrendo pesadas críticas. Em 2003, no início do primeiro mandato do governo Lula (2003 a 2006) algumas das políticas para a população negra sinalizadas na gestão presidencial anterior, como a inserção do tema do combate ao racismo enquanto condição de vulnerabilidade ao HIV/Aids ganharam visibilidade entre as ações do CN DST/Aids. O estabelecimento de uma agenda de atendimento da população negra nos espaços de gestão pública foi também resultado de um longo e lento processo de ocu-

pação de espaços políticos por ativistas oriundos de organizações de negras (ALBERTI; PEREIRA, 2007; SANTOS, 2006; PEREIRA; SILVA, 2009; PEREIRA, 2008). Utilizando o conceito de AA em saúde, e alguns indicadores que apontaram a urgência de uma ação mais direcionada, foi construído o Programa Brasil Afroatitude (BRASIL, 2006). Esta foi a primeira proposta institucional voltada prioritariamente para a população negra no âmbito das ações do CN DST/Aids. Pouco menos de um ano depois, como desdobramento das ações do CN DST/Aids neste âmbito, criou-se o PEAAPNA. Este consiste em um compromisso público assumido pela então CN DST/Aids em fins de 2004.

> Nesse momento já tinha o [Programa Brasil] Afroatitude acontecendo. O Programa Brasil Afroatitude todo mundo achou que o programa era ele por ele. As pessoas não entenderam naquela ocasião. Isso já é uma avaliação. As pessoas não tinham uma clareza do que era o Programa Brasil Afroatitude quando ele nasceu. As pessoas não sabiam dos acordos, das conversas, dos diálogos que levaram a criar o Programa Brasil Afroatitude. Quem sabia do processo que criou, não tinha clareza do objetivo real do programa. Diz a lenda que é como tudo relacionado ao tema população negra e Aids. Fica aquele jogo de empurra, por conta das competências, de quem é a tarefa de combater a racismo. Há instituições ainda hoje dizendo: '- A tarefa de combater o racismo é da SEPPIR, não é minha (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

> A [Coordenação de DST e] AIDS ela criou uma cultura nestes últimos anos. Não há nenhum demérito. Acho que tudo tem as suas circunstâncias e seus condicionantes. A AIDS quando ela incomodou a classe social alta, rolou dinheiro. Rolou muito dinheiro. E aí ela se organiza porque ela teve muito dinheiro para isso. O Ministério da Saúde ela botou de lado, fez o seu programa verticalizado e foi daquele jeito que nós bem conhecemos. Isto criou uma dificuldade histórica e cultural que se instalou aqui. Que é exatamente de não se misturar, de não se integrar, de não se articular. E o plano estratégico também recente, veio impregnado desta cultura (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

A Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids do Ministério da Saúde (CN DST/AIDS) foi transformada em Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids do Ministério da Saúde (PN DST/AIDS) em 2005. Em 2009, novamente reestruturada, tornou-se o Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde (DN DST/AIDS). Cada uma destas modificações estabeleceu um nível maior de ajuste ao organograma do Ministério da Saúde, perdendo cada vez mais sua singular autonomia política e orçamentária. Enquanto CN DST/AIDS e PN DST/ AIDS, era desdenhosamente apelidado nos corredores da esplanada dos ministérios de "Ministério da Aids".

> A AIDS que sempre teve uma ação muito autônoma, muito paralela, muito por si só, sempre. A AIDS, você que trabalhou por lá sabe. Ela tem uma área de planejamento, tem uma área de financiamento, uma área de avaliação. Ela tem uma área de recursos humanos, uma área de relações com a sociedade, uma área de ... Ela reproduz tudo que o Ministério tem dentro dela. [...] Muita gente atribui a isto o fato de ter sido um sucesso o Programa de Aids. Eu acho que foi um sucesso porque reduziu a disseminação da patologia, introduziu novas tecnologias de terapêutica, e garantiu tratamento universal. Do ponto de vista de um projeto societário que garante direitos sociais para todo mundo ela é um impasse. Ela gera um impasse. Porque só a AIDS? Porque não todas as outras demandas? (Entrevista Drª Ana Costa).

> Em 2005 eu dizia a Pedro Chequer, então coordenador do Programa [de Aids]: ' – O Programa [PEAAPNA] é ótimo. O Programa de Ações Estratégicas tem metas abusadas, coisas bem legais lá. Que eu entendo que dão conta de um monte de coisas em uma primeira instância.' O erro do Programa [PEAAPNA] foi Pedro Chequer ter resolvido fazer da noite para o dia dentro do gabinete. Liderança de movimento nenhuma, que eu saiba, foi chamada para escrever o Programa Estratégico junto. Então é um programa de governo? É um programa de governo. Quem escreve é o governo? Quem escreve é o governo. Mas a necessidade de dialogar com o Movimento Negro naquele momento era muito maior do que hoje. [...] A questão do Programa Estratégico inicialmente é um pouco isso. Criado lá dentro, pelos técnicos lá de dentro, sem nenhuma consulta pública, sem nenhum diálogo com 2,3,4 lideranças de Movimento Negro. Não encontrei até agora. Quem sabe na sua tese você dê sorte (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

Segundo Castellanos et al. (2009), neste mesmo ano, ao menos dois outros documentos do governo federal apontavam a necessidade de adoção de medidas para a "diminuição da iniquidade observada na vivência do acesso, diagnóstico e tratamento de uma série de agravos à saúde da população negra, incluindo a infecção de HIV/Aids" (op. cit., 2009, p. 13). Estes documentos são: o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 do Governo Federal, e o Plano Nacional da Saúde (PNS) do Ministério da Saúde. Apesar da vulnerabilidade da população negra ao HIV/ Aids ser citado em outros documentos oficiais, o PEAAPNA é o único destes que sugere responder a esta demanda com ações concretas. O entendimento proposto aqui é que, parte do pioneirismo do PN DST/ Aids que se refletiu no lançamento do PEAAPNA, é resultado desta relativa autonomia em relação ao restante da máquina da administração pública.

> Antes tinha o argumento de que não tinha dados, então não tinha discussão. Na hora que escreve o Programa Estratégico as pessoas são obrigadas a pensar quais são os dados. Por acaso, boa parte dos dados são produzidos por lideranças negras no universo da academia. Aí Maria Inês Barbosa é o nosso referencial. Talvez tenha sido o momento

> em que a sociedade de fato tenha parado para pensar se aquilo era real. Todos os outros momentos que a gente teve já eram esperados. Quando Maria Inês defende a tese fica aquele sentimento 'E agora? Para onde a gente vai?'. Ao mesmo tempo vem a resposta: Vamos continuar a discussão. Vamos continuar a discussão no Brasil. Já não é mais Maria Inês pesquisando para sua tese (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

> Acho que [o PEAAPNA] contribuiu primeiro na área de pesquisa. Porque a AA visa abrir vaga na universidade, dar acesso. Este programa, na vertente de apoiar a pesquisa por parte dos estudantes ele visava primeiro a manutenção do estudante. Não é só estar na universidade. Você tem que ter condições de se manter. Segundo que estimulava a pesquisa. E pesquisa, inclusive a encomenda era esta, pesquisa voltada para as condições da população negra no país. Não era pesquisar qualquer coisa. Ninguém queria saber como é que foi a imigração sueca para o Paraná. Nada disso. Era algo bem específico. Para contribuir na construção de uma agenda de saberes que permitisse a médio e longo prazo estar construindo e revendo esta própria agenda, criando tradições, cultura de pesquisar este tema. Do mesmo modo a pesquisa de licitação aberta, de concurso aberto na população voltado para o tema. Essa era a ideia. A contribuição era na prática. Ou seja, temos o pessoal na universidade, e temos pessoal na universidade apoiado financeiramente para poder estudar e pesquisar. Construir para o futuro pessoas comprometidas com a linha de pesquisa, no sentido de estar aprofundando o tema (Entrevista Concedida pelo Dr. Pedro Chequer).

O PEAAPNA tinha como objetivo geral a "promoção da equidade e dos direitos humanos da população negra" (BRASIL, 2006, p. 11) e consistiu em um plano interinstitucional com 31 metas. Deste conjunto, somente 14 metas foram efetivamente cumpridas no prazo de execução do programa. O PEAAPNA envolvia a participação do MS, através da CN DST/Aids (coordenador e principal financiador), da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), e da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU). Estas instâncias possuíam atribuições diretas e eram responsáveis também por mobilizar e gerar parcerias com outras áreas próximas dentro da administração pública para a efetivação das metas previstas. Cada uma destas instâncias no governo federal possuía um interlocutor estratégico no avanço da pauta das AA para negros(as) no governo federal: Debora Santos pela SESU-MEC, Ivair dos Santos pela SEDH, Maria Inês Barbosa pela SEPPIR, e pelo PN DST/Aids primeiro Karen Bruck, e a partir de 2006 Adailton da Silva.

Uma destas ações previstas no PEAAPNA foi a realização da campanha lançada em 2005 com o tema População Negra e Aids. Esta ação, apesar de pontual, pode ser destacada como um marco no reco-

nhecimento governamental da participação negra na luta contra a Aids no Brasil. Até aquele momento a visibilidade da população negra na resposta brasileira à epidemia no país era bastante reduzida. Este episódio gerou inquietante polêmica entre pesquisadores e militantes no campo da antropologia da saúde e dos estudos afro-brasileiros (MAIO; SANTOS 2010; MAGNOLI, 2009; FRY et al., 2007). Mesmo que já houvesse a participação de organizações dos Movimentos Negros na luta contra a Aids, esta foi a primeira vez que a figura de uma mulher negra esteve destacada positivamente na estratégia da campanha anual disparada em todo o país no 1º de dezembro, o dia mundial de luta contra a Aids.

> O que as pessoas não esperavam, na Bahia por exemplo, é que mais tarde a gente ia ter uma Política de Saúde da População Negra. Nem tampouco um Programa de Ações Estratégicas para Aids. Foram fazendo coisas por conta da necessidade de dialogar com a comunidade. Esta estória de dialogar com o poder público ainda era muito distante para todos nós. Não tínhamos acesso. Não sabíamos onde os atores estavam, onde as instituições ficavam. Mal tinham o endereço do PN de Aids para mandar uma correspondência (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

O engajamento de lideranças das religiões afro-brasileiras (SILVA, 2003) na luta contra a Aids é um dado que jamais trouxe tanta polêmica, ou seja, a evidência da diferença cultural não foi tão duramente rechaçada quanto à evidência da desigualdade racial.

Se ações pontuais como esta (oriundas do PEAAPNA) obtiveram impacto, a inclusão de novas dimensões nos parâmetros usualmente adotados foi ainda mais significativa. Algumas destas metas foram incorporadas definitivamente à dinâmica de funcionamento da CN DST/Aids, como a inclusão do quesito raça/cor nos sistemas de informação, a garantia de participação de pessoas negras nas campanhas nacionais e a inclusão da dimensão étnico-racial no projeto "Saúde e Prevenção nas Escolas"[224].

Outras metas não foram cumpridas e ainda há dificuldade em imaginar como será possível responder a demandas, como por exemplo, da construção e efetivação de uma estratégia de prevenção das DST/Aids para as comunidades quilombolas. A agenda proposta pelo PEAAPNA permanece por ser cumprida em sua integralidade, e seus efeitos ainda permanecem em andamento.

224 "O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) é uma das ações do Programa Saúde na Escola (PSE), que tem a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. A proposta do projeto é realizar ações de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva de adolescentes e jovens, articulando os setores de saúde e de educação. Com isso, espera-se contribuir para a redução da infecção pelo HIV/DST e dos índices de evasão escolar causada pela gravidez na adolescência (ou juvenil), na população de 10 a 24 anos. Esse projeto [...] foi implantado nos 26 estados do Brasil, no Distrito Federal e em aproximadamente 600 municípios" (Disponível em www.mec.gov.br).

> Teve um movimento e teve uma reação. A reação foi maior do que a nossa capacidade de articulação e resposta. Muito maior porque eles se consideram donos desta política. A área de saúde é uma área que envolve muito recurso (Entrevista Dr. Ivair Augusto Alves dos Santos).

> Quer dizer, você pulveriza a discussão e o outro reage. No que o outro reage você pulveriza ainda mais a discussão. [...] Incomodou muita gente. O CRM [Conselho Regional de Medicina] se manifestou. E quando o CRM se manifestou, se manifestou contra o ministro [da Saúde]. Então isso era um bum. Poxa! E agora, o que o ministro vai falar? Será que ele vai bancar? Porque dizer no Rio de Janeiro que o SUS era racista era algo que já estava dado. Na abertura do seminário o ministro aconteceu de fato. Já estava dado, tal como foi depois a nota do Ministro Temporão reconhecendo o dia 27 de outubro como um dia importante para sociedade por conta da necessidade de discutir o tema da saúde da população negra. Tudo isso é fruto de muita costura, de muito diálogo, e ao mesmo tempo, de muita encheção de saco (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

Um dos princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS) é o da participação e controle social. Representações ligadas aos movimentos sociais organizados exercem controle social como membros integrantes da CAMS (Comissão de Articulação dos Movimentos Sociais), um conselho consultivo organizado para que a CN DST/Aids possa dialogar mais diretamente com as redes da sociedade civil envolvidas na luta contra as DST/Aids. Este espaço de discussão entre os movimentos sociais e os gestores do governo federal responsáveis pela política nacional de enfrentamento do HIV/Aids é criada ainda durante a vigência do PEAAPNA.[225] Sua primeira reunião ocorre em 8/2/2007 e a primeira representante da população negra neste conselho é a médica Jurema Werneck, oriunda do movimento de mulheres negras, e representante até 2012 da população negra no Conselho Nacional de Saúde (CNS)[226].

O cenário institucional que permite o estabelecimento do PEAAPNA e a participação do Movimento Negro no CAMS e no Conselho Nacional de Saúde (CNS[227]) é o mesmo, e ambas as ações se reforçam. A participação de representantes dos Movimentos Negros na CAMS e no CNS se dá somente após o lançamento do PEAAPNA, ou seja, após 2004.

Percebe-se assim, que são bastante recentes as iniciativas que começam a buscar contemplar as particularidades da população negra no âmbito do CN DST/Aids e nas demais políticas de saúde do governo federal.

225 Atas das reuniões da CAMS disponíveis em www.aids.gov.br/pagina/atas-reunioes-cams. Acesso em 14/10/2012.

226 Jurema Werneck é atualmente pesquisadora convidada do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva da UFRJ (PPGBIOS).

227 Para informações ver www.conselho.saude.gov.br

> Então não era incomum ao conversar com os camaradas de lá [do PN de DST/Aids] e eles se referirem a nós como 'vocês do Ministério'[da Saúde]. Olha que tradução, que representação simbólica que isto tem. Porque eles se achavam 'outro' mesmo. Se achavam um 'Outro'. Eles não se viam como Ministério [da Saúde]. Eu sempre brincava: 'Como é? Nós do Ministério?'. [...] Quando começa a se integrar ao Ministério passa por uma revolução cultural. E o Plano Estratégico [de Ações Afirmativas População Negra e Aids] foi uma ferramenta desta revolução cultural. Porque ele exigia compromisso e ação de outras áreas (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

Percebe-se que esteve em sintonia com a mobilização internacional pela promoção dos direitos humanos das PVHA no terceiro mundo, destacadamente no continente africano. É também recente a consolidação deste tema no espaço acadêmico brasileiro, assim como o estabelecimento de um conjunto de atores sociais mais diretamente envolvidos com a produção de conhecimento acadêmico sobre as relações entre Aids e População Negra.

Demétrio Magnoli (2007a, 2007b, 2007c, 2007d, 2009) atacou tanto a produção inovadora destes(as) pesquisadores(as) negros(as) quanto às políticas por eles(as) concebidas para a redução da desigualdade racial. Seus argumentos, assim como de seus pares anti-cotas, entusiastas da mestiçagem redentora, buscaram redimir as fórmulas explicativas mais conservadoras do pensamento social brasileiro. Desde a retomada de Von Martius (tratado por Magnolio como antropólogo) e sua metáfora da "confluência de três rios que simbolizariam as raças branca, negra e indígena" (MAGNOLI, 2009, p. 376) até o esforço incansável de ressignificação do racismo presente no pensamento de Edgard Roquette-Pinto. Paralelamente, Magnoli instou à desqualificação de todas as formulações inspiradas pelo pensamento pan-africanista desde o século XIX enquanto formulações irremediavelmente racistas, em um esforço pessoal de silenciamento da discordância da sua concepção da nação brasileira. Jurema Werneck é uma das formuladoras de AA para negros(as) que é confrontada diretamente em seus escritos, com acusações de inspirar-se nos escritos de Du Bois para melhor compreender os problemas nacionais, para em seguida completar com sua definição de como efetivamente deveriam reagir os(as) intelectuais negros(as) frente ao pensamento pan-africanista. Defende Magnoli que no Brasil, a tradição nacional "ancora-se no mito de origem do encontro dos rios, que se manifesta como uma narrativa de mestiçagem" (MAGNOLI:2009, p.378) e que esta deve ser preservada às custas de qualquer discordância.

O PEAAPNA Teve seu prazo inicial de conclusão apontado para 2006. Após avaliação, feita em conjunto com parte das instituições en-

volvidas, teve sua continuidade oficialmente estendida por mais dois anos. Ivair dos Santos, que participou do processo de avaliação em 2006, declarou em entrevista que nas viagens para a UFAL e UEMS percebeu um grande impacto do programa na vida dos estudantes.

> Aí que eu percebi que tínhamos atirado numa coisa e acertado uma coisa maior ainda. Porque quando você vai ver no campo, você percebe que aquele dinheirinho que a princípio parece pouco, ele serviu para várias coisas que a gente não tinha sequer imaginado que fosse possível fazer. Primeiro criou um polo de união dos cotistas negros. Eles não tinham uma referência na universidade. E o Afroatitude acabou sendo uma referência. Todo mundo se reunia em função do Afroatitude para poder discutir seus problemas. E a medida que você juntava aqueles jovens, eles iam discutir seus problemas de identidade negra. Começaram a discutir essa questão. Ficou claro para mim na UFAL (Entrevista Dr. Ivair dos Santos).

> Eu me lembro disso. Eu acompanhei a Elaine Inocêncio com a preocupação ... acho que não, naquela época eu era só da secretaria executiva da Articulação de Mulheres Negras [AMNB]. Eu não sei se eu estava na CAMS nesta época. Mas me lembro da preocupação da Elaine Inocêncio ainda nesta época. Ela começou esta preocupação quando ele trabalhava no Ministério da Justiça. Depois ela veio para o programa de Aids. A preocupação dela era achar um lugar para os cotistas. Ela veio trabalhar na Aids e achou um lugar para os cotistas (Entrevista Drª Jurema Werneck).

> O que se esperava primeiro, é que nós tivéssemos condições de estar estimulando a pesquisa. Descobrindo a oportunidade de revelar pessoas com alta capacidade no sentido de ser pesquisador, de desenvolver intelectualmente, de contribuir intelectualmente para o país e também estar atento à questão do racismo e da discriminação racial que existe no país. Em relação às pesquisas era realmente estabelecer um parâmetro na área de saúde e HIV, para entender melhor os porquês desta queda de mortalidade que não estava acontecendo. Construir uma agenda a médio e longo prazo. Pesquisas que se repetissem, que avaliassem, que aprofundassem. Porque toda pesquisa gera uma série de questões de pesquisas novas que tem de ser aprofundadas por várias metodologias. Qualitativa, quantitativa, amostragem, seja o que for (Entrevista concedida pelo Dr. Pedro Chequer).

Segundo Ivair dos Santos, as bolsas também haviam chamado a atenção de professores(as), que poderiam contar com recursos para seus(uas) orientandos(as), financiando futuros grupos de pesquisadores(as) em diversas áreas de formação. O impacto do acesso à bolsa nas condições de vida dos(as) bolsistas também foi destacado por este avaliador em seu depoimento: "Vários destes estudantes utilizavam este recurso como o único dinheiro que entrava na família inteira. Não tinha isso de bolsa família. Aquilo era o dinheiro principal. Fazia multiplicar aquele dinheiro para poder sobreviver" (Entrevista Dr. Ivair dos Santos).

Algumas das ações previstas no plano original estavam sendo realizadas ainda em 2011, com atraso de mais de cinco anos em relação ao primeiro prazo. Um exemplo disto foi a formação de uma rede de pesquisadores(as) em DST/HIV/Aids na População Negra. Tal plano envolveu, destacadamente, a participação do Ministério da Saúde, através da CN DST/Aids (coordenador e principal financiador), da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), e da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU). Estas instâncias possuíam atribuições diretas e eram responsáveis também por mobilizar e gerar parcerias com outras áreas próximas dentro da administração pública para a efetivação das metas previstas.

Além destas instituições na esfera federal, o PEAAPNA previa a contribuição das secretarias estaduais dos 13 estados com maior percentual de população negra (MA, BA, MG, PE, RJ, SP, PA, RS, MS, GO, AP, TO, AL), e a participação de todas as secretarias dos municípios com políticas de incentivo. Na sociedade civil, o plano buscava apoio na atuação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) para cumprimento de algumas de suas metas.

Um exemplo deste tipo parceria se deu no Projeto Brasil Afroatitude[228], em que quatro universidades federais (UFAL, UNB, UFPR, UFBA) e seis estaduais (UEL, UNEB, UEMG, UERJ, UEMS, UNIMONTES), receberam bolsas financiadas pelo PN DST/Aids para estudantes negros cotistas envolvidos em atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao enfrentamento da vulnerabilidade da população negra às DST/Aids. Por enfocar no apoio à estudantes cotistas que pouco tinham relação com as organizações de PVHA, o Afrotitude foi alvo das mais severas críticas dirigidas ao PEAAPNA.

> O Programa Brasil Afroatitude, por sua vez, caminhava no sentido de alimentar as pessoas para um mundo melhor. Até você traduzir que este mundo melhor eram os meninos na universidade, com suas graduações concluídas, falando sobre o tema, as pessoas não queriam saber disso. ‘ – O cara vai ficar quatro anos estudando. Até lá eu faço o que?!’ As pessoas não tinham clareza de que os bolsistas ficariam um, dois ou três anos financiados por um edital. Então tinha uma tremenda confusão sobre o que era o Programa Brasil Afroatitude, o que era População Negra e Aids (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

> O plano [PEAAPNA] investiu muito naquela área de formação de estudantes, da introdução das disciplinas. O nosso grande medo era que na continuidade essas ações extremamente importantes que formavam consciência, formavam juventude, formavam quadros, que ela virasse uma bolha de sabão. Que ela virasse nada. Que saindo dali daquela fase

228 Ver Cavalcanti et Ali (2007).

> do incentivo financeiro, técnico e tudo isto, a gente perdesse aquele grande investimento. Certamente isto aconteceu em muitas universidades. Por outro lado, será que a gente sabe o que é que foi feito daqueles aluninhos depois que passou? Falta avaliar isto. Como é que é. Onde é que está esta moçada? Está nas instituições hoje? Já formaram. Onde é que eles estão? (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

A existência do Brasil Afroatitude forçou o estabelecimento de críticas em distintos espaços onde a presença negra pouco tinha podido se pronunciar. Foi o que ocorreu no VI Congresso Brasileiro de Prevenção as DST/Aids ocorrido em novembro de 2006, na cidade de Belo Horizonte. Neste evento ocorreu também o I Encontro Nacional dos Estudantes do Programa Brasil Afroatitude, com a participação de cerca de 300 do total de 500 cotistas atendidos com bolsas, de todas as 10 universidades que participavam do convênio (UERJ, UEL, UEMS, UFBA, UNEB, UFAL, UFPR, UNB, UEMG, UNIMONTES).

Este foi um momento inicial de consolidação de uma rede nacional desta juventude negra que milita no campo da Saúde da População Negra, ainda em atividade que atende pelo nome Rede Brasil Afroatitude[229]. Ajudou também a que este movimento estabelecesse, desde seu início, alianças com outros setores dos movimentos sociais. Nunca antes tinham sido vistos tantos(as) jovens negros(as) em um Congresso Brasileiro de Prevenção, e eles(as) fizeram questão de marcar presença com uma série de episódios que tornaram impossível que fossem ignorados(as). Desde questionar a empresa de produtos de beleza que tinha estandes no congresso por não haver nenhum produto voltado para cabelos crespos e pele negra, até questionar porque a empresa terceirizada contratada para dar suporte ao evento não tinha nenhum negro em sua equipe.

De uma série de episódios emblemáticos de que apenas a presença negra muda o ambiente e a postura das pessoas presentes nele, dois episódios merecem destaque aqui. O primeiro já foi registrado a partir do ponto de vista de Simone Monteiro em um artigo (MONTEIRO, 2007). Apresento aqui minha própria versão deste episódio. Para a organização logística do Encontro Nacional de Estudantes do Afroatitude, dois técnicos do PN DST/Aids (eu e uma colega), servidores da UEMG e da UNIMONTES, e um grupo de 20 estudantes começamos

229 Um encontro menor tinha ocorrido em julho de 2006 em Brasília, com 20 estudantes das universidades participantes, os(as) professores(as) coordenadores dos projetos nas respectivas instituições, e a equipe que coordenava nacionalmente nas quatro instituições no governo federal (PN DST/Aids, SEDH, SESU-MEC, SEPPIR). Encontrei novamente alguns(mas) dos(as) estudantes que estiveram no VI Congresso de Prevenção em 2006, quando fui ao I Encontro Nacional de Juventude Negra (ENJUNE) que ocorreu em Lauro de Freitas (BA) em 2007, e também no Encontro Nacional do Programa Saúde na Escola em Brasília também em 2007. Participei ainda de atividades do Afroatitude na Bahia, Paraná, Alagoas, Distrito Federal, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Das dez universidades só não visitei a UEMS e a Unimontes.

uma agenda de trabalhos uma semana antes do início do Congresso de Prevenção. Este coletivo de 20 estudantes, que incluía cotistas negros(as) das 10 universidades conveniadas ao Afroatitude, fez a mediação com os(as) demais estudantes, que se organizaram por universidade ou por estado nas caravanas que chegaram a Belo Horizonte, e foram abrigados(as) nos quatro alojamentos disponibilizados pelas forças armadas. Este grupo de 20 estudantes se tornou, de imediato, em uma espécie de conselho político deliberativo do conjunto de estudantes. Alguns deles já haviam mesmo sido definidos previamente em suas universidades como representantes nas discussões nacionais do Afroatitude. Este grupo mobilizou e organizou uma série de atos políticos dentro e fora do congresso de prevenção e Simone Monteiro foi alvo de um deles. Simone Monteiro, que é da Fiocruz, participou ativamente do grupo de intelectuais que se mobilizaram inúmeras vezes contra o estabelecimento de políticas afirmativas para negros(as), incluindo aí as cotas nas universidades, a política de saúde da população negra, o PEAAPNA e o Afroatitude. Quando os(as) estudantes descobriram o nome dela na programação do evento resolveram confrontá-la. Um grupo, organizado por esta cúpula de estudantes, formulou um conjunto de questionamentos que em nada tinham a ver com a discussão prevista para a mesa onde Monteiro ia se pronunciar, destacando a forma como se sentiam atacados nos seus direitos por alguém que sequer os(as) conhecia. Pediram a palavra quando das perguntas e causaram à Simone Monteiro severo constrangimento por meio de críticas às suas opiniões. Este relato me foi repetido inúmeras vezes por estudantes que tinham tido a satisfação de responder pessoalmente a quem tinha afetado de alguma forma suas vidas apenas por textos, com opiniões divulgadas em artigos que haviam municiado a discriminação que sofriam cotidianamente e ampliado as dificuldades que enfrentavam enquanto cotistas negros. Estavam felizes por terem sido vistos(as) e ouvidos(as) no espaço público em seus dilemas de reconhecimento, provando para eles(as) mesmos(as) e a quem fosse que poderiam ser protagonistas. Simone Monteiro não poderia mais referir-se a eles(as) sem imaginar que pudesse, inesperadamente, receber uma desagradável resposta coletiva. Ali o Afroatitude já não era mais um grupo de cotistas, passara a agir como um coletivo de militantes organizado nacionalmente em defesa dos seus direitos.

Na plenária final do Congresso de Prevenção se deu o segundo episódio. O impacto visual da presença contrastiva dessa juventude negra afirmada em cores e cabelos se fez perceber no auditório onde ocorreu o encerramento do VI Congresso de Prevenção. Os mais de 300 jovens negros estiveram aí juntos.

Durante o Congresso de Prevenção foi lançado o relatório do primeiro ano de Afroatitude, com os resumos das pesquisas dos(as) cotistas beneficiados(as). Nesta publicação constavam ainda três artigos: um de Karen Bruck (2006), em nome do PN DST/Aids; um outro de Ivair Augusto Alves dos Santos (2006) em nome da SEDH, e um terceiro de autoria de Débora Silva Santos, em nome da SESU-MEC. Em meio às polêmicas que envolviam o apoio dado pelo PN DST/Aids através das bolsas aos(as) cotistas, o livro se tornara um símbolo do Afroatitude. Ele provocou críticas emitidas por aqueles(as) que entendiam que o combate ao racismo não tinha nenhuma relação com a promoção da saúde, ao mesmo tempo em que encheu de orgulho aqueles(as) que queriam demonstrar o sucesso da iniciativa promovida pelo Afroatitude. Para quase todos estes(as) cotistas, que trilharam com dificuldades o caminho da formação acadêmica, foi seu primeiro trabalho publicado.

Ivair dos Santos foi uma das autoridades chamadas a participar da cerimônia de encerramento. Militante históricos dos Movimentos Negros, que naquele momento representava o governo federal, Ivair dos Santos entrou no palco carregando o Livro do Afroatitude na mão direita e elevando para o alto em sinal de vitória, fazendo referência a postura imortalizada pelos Panteras Negras. Os cotistas do Afroatitude começaram a aplaudir efusivamente, até que a manifestação contagiou todo o auditório que passou a ovacionar. Eu vi vários cotistas chorarem naquele momento, assim como várias pessoas se emocionaram ao perceber o que aquele gesto, o que aquele livro, o que o Afroatitude significou na vida daqueles(as) jovens. Ao menos, naquele momento, as críticas cederam lugar a uma alegria contagiante vinda daqueles(as) jovens negros(as) e disparada pelo gesto de um militante da geração anterior.

O PEAAPNA utilizava uma combinação de diferentes estratégias direcionadas para a mobilização de esforços para reduzir a infecção por HIV na população negra. Diversos conceitos e formulações foram colocados na agenda de ações proposta, tais como: discriminação racial, branquitude, *apartheid*, cotas, direitos humanos, diversidade, equidade, interseccionalidade, mestiçagem, preconceito e racismo. Todos intimamente conectados aos problemas que se pretendia enfrentar com o PEAAPNA e aos compromissos que foram assumidos publicamente pelo PN DST/Aids em seu ato de lançamento. De dentro deste conjunto de conceitos e ferramentas que couberam na formulação e implementação de uma agenda de ações como o PEAAPNA, o uso do conceito de "Ações Afirmativas" (AA) tornou-se o eleito para nomear o plano.

Junto com a visibilidade das ações do PEAAPNA, vieram críticas também dos(as) representantes dos movimentos negros junto ao PN DST/Aids.

> O que eu dizia para o Pedro Chequer já em 2005, porque aí passo a acompanhar a execução do Programa [PEAAPNA], é que na medida em que a gente tinha várias manifestações culturais na rua falando de Aids, era muito interessante que tivesse. A crítica era ao formato. Não é esse o melhor jeito de fazer. Na medida em que temos isso para hoje, como é que gente transforma isso em fato real? Porque a primeira impressão que as pessoas tiveram quando ouviram falar é que o Olodum ia para avenida no 1º de dezembro para ganhar dinheiro. Este não era um dinheiro que nós entendíamos que era importante para fazer show no 1º de dezembro. Era um dinheiro que era importante para fazer ações estratégicas nas comunidades (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

O conceito de vulnerabilidade em saúde foi utilizado pelo PN DST/Aids para referenciar várias populações além dos(as) negros(as). Tem a ver com processos e condições sociais que tornam mais provável o adoecimento e morte de um dado grupo. Para os(as) negros(as), o racismo e a desigualdade racial existentes no país tornam esta população mais vulnerável ao adoecimento e morte por HIV/Aids. A relação com o conceito de raça, etnia ou afro-descendência é indireta, na medida em que não é a existência da raça enquanto construto social que determina a maior vulnerabilidade da população negra. A população identificada como branca também é racialmente situada na sociedade brasileira, e isto não é fator gerador de prejuízos da mesma qualidade que aqueles vivenciados pela população negra. Ao contrário, tem tornado esta população alvo prioritário das ações de promoção de saúde desde o século XIX (ver capítulos 1 e 2). Ainda que o racismo e a desigualdade racial sejam prejudiciais à dignidade de todos aqueles que com ele convivem, vão produzir vulnerabilidades em saúde fundamentalmente no grupo racial subjugado às piores condições de vida na sociedade. Ou seja, vulnerabilidade propõe outra forma de direcionar ações próprias para a população negra a partir de um conceito consolidado no campo das DST/HIV/Aids sem necessariamente biologizar a identidade social dos grupos alvos da política pública. O enfoque do PEAAPNA foi combater o efeito do racismo anti-negro na produção de vulnerabilidades. Diz respeito à busca de superação de desigualdades e não a processos de positivação de identidades, ainda que indiretamente possa ter efeitos relacionados ao segundo aspecto.

Um grupo de pesquisadores ligados a FIOCRUZ desde o início se mobilizou contra o PEAAPNA.

> O pessoal da Fiocruz se mobilizou contra. O curioso... o que é interessante desde pessoal que se mobilizou contra é que eles não têm ações a favor, não tem proposta. Não fazem uma avaliação muito correta do que é o processo e ainda saem atirando contra para destruir. Não fazem, não tem um olhar cuidadoso em relação a isso. Trabalham por uma guerra

> de posições. Vão destruindo. Porque querem destruir? Porque eles são donos do processo. Aqueles que são diretores, chefes, médicos se articulam e o cara que tem dúvida não vai fazer. Não vai entrar no processo (Entrevista Dr. Ivair dos Santos).

> A gente [Ministério da Saúde] teve oposição especialmente de determinados pesquisadores da FIOCRUZ que vinham com aquele debate que a discussão étnico-racial era imprópria, porque o Brasil é um país geneticamente miscigenado. Que eu não posso dizer que eu não tenho genes da etnia negra, e que você não pode dizer que não tem genes da etnia branca. De fato. Apesar deste essencialismo biologicista que este argumento tem, e é verdade, provavelmente é muito verdadeiro, eu não posso dizer que eu e você somos vistos pelo mundo e pela sociedade da mesma forma pelas nossas características fenotípicas. É a natureza, isso que provoca, que impõe a natureza do chamado racismo. Esta oposição foi forte. Inclusive ela aconteceu sobre mim na minha vida acadêmica. Eu fui chamada em alguns debates acadêmicos e questionada por que é que nós estávamos querendo provocar o *apartheid* da população negra na saúde (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

Em publicação da FIOCRUZ, lançada em dezembro de 2010[230], imbricações entre as dimensões de raça, gênero, juventude, etnia (para populações quilombolas), classe e local de moradia foram analisadas em seus impactos na produção de vulnerabilidade da população negra à infecção por HIV e ao adoecimento por Aids. A demanda por uma política pública permanece intensa, provocada pela geração de dados oficiais em saúde tanto quanto por uma articulação política feita em contexto estrategicamente identificado. Mas é a relação com o Estado que deu o lugar de prestígio ou descaso à uma dada demanda feita pelo movimento social negro, em articulação com outros setores em constante negociação e conflito[231]. O modo através do qual o PEAAPNA ocorreu reflete a correlação de forças e a articulação política dos movimentos negros para reivindicar suas demandas junto ao Estado, além de indicar algumas das diferentes dimensões do racismo institucional. Assim nos aponta a análise de Stuart Hall:

> Em parte, a função do Estado consiste em unir ou articular em instância complexa uma gama de discursos políticos e práticas sociais que, em diferentes locais, se ocupam da transmissão e transformação do poder – sendo que algumas dessas práticas têm pouca relação com o domínio público em si e se preocupam com outros domínios articulados ao estado, como por exemplo, a vida familiar, a sociedade civil, as relações econômicas e de gênero. O Estado é a instância de atuação de uma

230 Revista "Saúde e Sociedade" nº 19, Suplemento 2, de Dezembro de 2010. Disponível em: http://www.aids.gov.br/sites/default/files/publicacao/2011/saude_sociedade_negros_aids_1_pdf_90064.pdf Acesso em 28.01.2018

231 Sobre relação do movimento negro com o Estado Brasileiro e com outras organizações da sociedade civil ver: Santos, Sales Augusto dos. Movimentos Negros, educação e Ações Afirmativas. Tese de doutorado: Brasília, Junho de 2007. Disponível em http://www.tst.gov.br/Ssedoc/PaginadaBiblioteca/teses/sales.pdf Acesso em: 28.01.2018.

> condensação que permite a transformação daquele ponto de interseção de práticas distintas em uma prática sistemática de regulação, de regra e norma, e de normalização dentro da sociedade. O Estado condensa práticas sociais muito distintas e as transforma em operações de controle e domínio sobre classes específicas e outros grupos sociais. A maneira de chegar a esta concepção é não substituir a diferença pelo seu oposto espetacular, a unidade, mas repensar ambas em termos de um novo conceito – a Articulação (HALL, 2003, p. 163).

Estas duas dimensões articuladas do processo de implementação da política pública – dados epidemiológicos que denunciaram uma falha no programa de combate à Aids mais elogiado do mundo, e a crise internacional que envolveu o contexto de inserção de uma agenda de intervenções para a população negra no enfrentamento da epidemia de Aids são fundamentais para compreender o que ocorreu com o PEAAP-NA.

> Quando o Ministro [da Saúde] Saraiva Felipe[232] diz que o SUS é racista, as instituições do governo federal passam a ter que pensar sobre isso porque, os médicos por exemplo, começam a dizer que o governo federal é arbitrário. Aí surge aquele artigo do Peter Fry. Aí surgem os posicionamentos da Fundação Oswaldo Cruz. Aí surgem um monte de coisas que ninguém estava contando que surgiria, mas que eram uma resposta à fala do Ministro Saraiva Felipe. Consequentemente, isso também ajudou a pulverizar o tema [...]. Conforme as demandas vão chegando, e as pessoas e instituições vão reagindo, as organizações do governo federal passam a ter que responder melhor a estas demandas. Isto eu já estou falando da Política Integral de Saúde da População Negra. O Departamento [Nacional de DST/Aids] ainda não entendeu, mas também vai ter que se alinhar a ela. Todas as instituições do governo vão ter que contribuir par a implementação da PISPN (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

> Olha, é nesta hora que você vê a manifestação do racismo velado. Quando você discursa, você fala, tudo bem. Agora fazer, e a coisa vai aparecer, vai aparecer a contradição, aí você percebe quais são os atores que são aliados e quem são os que fingem um discurso progressista, moderno ou socialmente aceitável. Esta que é a realidade. Eu creio que esse é um fato. Me permita não nominar. Mas houve realmente pessoas que se manifestaram na prática. '- Não é bem isso.'; '- Há outras coisas para poder tocar.'; '- Há prioridades'. [...] Esta é uma questão muito clara. Havia pessoas que apoiavam e na prática estavam contribuindo. Havia pessoas que na relutância, na hora de fazer valer as manifestações, ou nas imposições de dificuldades ao processo evidenciavam desinteresse em fazer tocar a agenda. Tranquilamente. Tanto é que depois prevaleceu esta vertente. '- Não é não. Isto não é um problema que interessa'. E deixou de existir como programa. É fato (Entrevista concedida pelo Dr. Pedro Chequer).

O ministro Saraiva Felipe participou do lançamento da campanha: "Aids e Racismo - O Brasil precisa viver sem preconceito" em

232 José Saraiva Felipe foi Ministro da Saúde no primeiro mandato do ex-presidente Lula, entre os anos de 2005 e 2006. É atualmente deputado federal pelo PMDB de Minas Gerais.

2005. Na ocasião pronunciou-se com o objetivo de explicitar os objetivos da campanha e responder às inúmeras críticas de que foi alvo.

> Resolvemos ter um olhar especial para os brasileiros afrodescendentes porque verificamos um aumento do número de casos de aids entre essa população. Decidimos junto com ONGs, com a SEPPIR e com celebridades negras dar um enfoque, chamando atenção para a vinculação entre racismo, pobreza e aumento de casos de Aids nesse segmento da população brasileira. São pessoas que, por estarem no estrato mais pobre da sociedade, têm menos acesso às informações e aos serviços de saúde, dentro do contexto de pobreza e discriminação racial no país (Declaração do então Ministro da Saúde Saraiva Felipe citada por MAGNOLI, 2009, p. 352).

As desigualdades sociais, econômicas e de gênero vivenciadas pela população negra brasileira, com consequências na qualidade de saúde e de vida vêm sendo demonstradas através de pesquisas[233]. Não é recente a grita de organizações do Movimento Negro para o estabelecimento de políticas públicas em HIV/Aids que tenham um enfoque que contemple as demandas específicas deste grupo.

> Nesse meio de caminho, eu não fiquei limitado ao diálogo do Movimento Negro com a gestão. Fui tecendo pontes entre os vários movimentos. Fui dialogando, por exemplo, com o movimento Aids. Me tornei conselheiro político do Fórum de Ongs Aids no estado de São Paulo. Fui representar o fórum depois nesta discussão. O fórum não queria discutir o tema. Achava que era retrocesso, que não tinha nada a ver (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

O impacto da criação do PEAAPNA nas coordenações estaduais de DST/Aids pode ser exemplificado com o depoimento de Marcia Giovanetti, que trabalhava na coordenação de DST/Aids de São Paulo e se tornou coordenadora da gestão a partir de 2005.

> [PEAAPNA] foi meu livro de cabeceira. A gente tem uma diretriz. A gente tem um plano e é em cima disso que a gente tem de trabalhar. Eu comecei a usar isso como argumento para trabalhar, envolver. Principalmente, no eixo da vigilância epidemiológica, a questão da melhora da qualidade dos bancos de informação. Estava dada lá e era o nosso foco de intervenção naquele momento: a questão da coleta do quesito (Entrevista Marcia Regina Giovanetti).

Até o estabelecimento desta política, o que hoje é o Departamento Nacional de DST/Aids e Hepatites Virais (na época Programa Nacional de DST/Aids) não enfocava as especificidades desta população na formulação de políticas públicas.

---

233 BATISTA, L.; ESCUDER, M.; PEREIRA, J. A cor da Morte: causas de óbito segundo características de raça no estado de São Paulo, 1999 a 2001. In: LOPES F. (Org.) *Saúde da População Negra no Brasil*: Contribuições para a promoção da Equidade. Ministério da Saúde, 2005.

> O programa estratégico surgiu a partir da análise do boletim epidemiológico de 2004. Em 2004 tem duas vertentes. Tem o programa estratégico voltado para a universidade. Quando o governo federal estabeleceu a questão de cotas também buscou universidades que aderissem ao projeto que era voluntário. Também procurou construir uma agenda onde estivessem presentes o estímulo e o apoio aos estudantes para que pudessem com dignidade tocar sua agenda como estudantes. Daí surgiu a ideia de termos um programa especial, um projeto, ou projetos especiais voltados às universidades cotistas. Os estudantes pudessem concorrer com projetos de pesquisa, ganhariam uma bolsa para poder executar esse projeto. Não me lembro quantos concursos houve. Se houve dois, ou três ou quatro, realmente não me lembro. Um detalhe que não tenho comigo mais. O programa pagava uma bolsa. Uma bolsa para aqueles estudantes cotistas que estavam desenvolvendo estes projetos (Entrevista concedida pelo Dr. Pedro Chequer).

Sem deixar de considerar o esvaziamento que por si só este argumento nacional-freyreianista vem sofrendo, é preciso reconhecer que, legitimado ou não, eficaz ou não, o PEAAPNA aconteceu. Teve como alvo o combate aos efeitos do racismo anti-negro na produção de vulnerabilidades. O objetivo do PEAAPNA foi direcionar uma ação para a fração da população brasileira que é atingida pelo racismo e em decorrência deste torna-se mais vulnerável às DST/HIV/Aids. Não é a favor ou contra a raça, é contra um dos efeitos do racismo. E sobre o racismo, nos explica Hall (2003):

> Tanto o discurso da 'raça' quanto o da 'etnia' funciona estabelecendo uma articulação discursiva ou uma 'cadeia de equivalências' [...] entre o registro sociocultural e o biológico, fazendo com que as diferenças em um sistema de significados sejam inferidas através de equivalentes de outra cadeia [...] portanto, o racismo biológico e a discriminação cultural não constituem dois sistemas distintos, mas dois registros do racismo. Na maioria das vezes, os discursos da diferença biológica e cultural estão em jogo simultaneamente. [...] Portanto, parece mais apropriado falar não de 'racismo' versus 'diferença cultural', mas de 'duas lógicas' de racismo (p. 71).

As análises críticas sobre o PEAAPNA desenvolvidas especificamente por antropólogos (as) enfocaram preferencialmente a discussão em torno do uso válido ou inválido do conceito de raça, ou, de forma mais rasteira, levantaram questionamentos sobre o sentido da existência de uma política de saúde voltada especificamente para a população negra. As considerações propostas pelos(as) envolvidos(as) em seu processo de criação, implementação e avaliação destacam outros aspectos.

> Como todo programa, faltou continuidade. Continuidade e uma equipe mais permanente de trabalho. Uma política como essa não pode ser por um ou dois anos. Tem que ser prevista por no mínimo 10 ou 20 anos. Se você faz uma proposta dessa para dois anos ou três anos nem tentou. Ela

> tem que ser pensada a médio e longo prazo. Essa é a primeira coisa que falta. Para fazer isto tem que estar inserido na estrutura do sistema de saúde. Tem que virar um programa permanente do governo, como foi a bolsa de AA na carreira diplomática (Entrevista Dr. Ivair dos Santos).

Fazer parte da população branca no Brasil há muito tempo é um privilégio intocado. Esta realidade vem se modificando gradativamente e, ao que tudo indica, as AA para negros(as) deram sua contribuição na direção desta mudança. Alguns(mas) não-negros(as) têm compreendido a importância de apoiar o protagonismo dos(as) negros(as) na luta contra as desigualdades raciais resultantes do racismo anti-negro. Esta nova postura já surtiu efeitos.

> Eu tenho o maior respeito por esta demógrafa chamada Elza Berquó. [...] Eu vou trabalhar na demografia da questão racial até preparar negros pra poderem fazer isso. Aí ela vai preparar a Vera Cristina, que está naquele Grupo Interministerial de Saúde da População Negra de 1996. O grupo era Vera Cristina, Fatima de Oliveira, Dida, Maira (Entrevista Dr. Luís Eduardo Batista).

A juventude negra carrega o desafio de enfrentar a vulnerabilidade em um novo contexto. Em um lento processo de transformação do imaginário colonial que tornava exóticos e disponíveis os corpos negros, novas culturas jovens que circulam pela diáspora têm servido para colocar em jogo no mercado global uma estética mais "morena". A liberdade proclamada nas canções da luta antiescravista, anti-colonial e antirracista, importante discurso constituinte da base cultural da identidade afro-diaspórica, vem se aproximando do individualismo do capitalismo liberal em seu desejo de consumo dos corpos. A acumulação de prazer e de experiências sexuais tornou-se uma opção mais proclamada do que a virtude do amor romântico incondicional na cultura negra pós-revolução sexual. Sexo e raça são recombinados no imaginário produzidos na indústria cultural, e acessam a juventude negra através das redes planetárias de tecnologia da informação, nas noites das grandes metrópoles e cidades turísticas, na circulação da classe média pós-moderna, nas conexões internacionais do tráfico de drogas, armas e pessoas.

A beleza dos corpos negros jovens representam cada vez mais os paralelos entre ameaça e triunfo, sucesso e perigo. Ainda que o polo positivo deste segmento esteja ainda por demais associado às artes e ao esporte, outras possibilidades de identificação passaram a circular pela superfície do planeta. Este cenário tornou-se complexo a ponto colocar em crise as posturas assumidas pela militância no contexto histórico anterior, obrigando a juventude negra a elaborar suas próprias (e novas)

estratégias de afirmação de identidades (e alianças) raciais, políticas, sexuais e de gênero.

No movimento social de luta antirracista no Brasil houve um fortalecimento da agenda de luta contra a Aids. Destaca-se a participação da juventude negra em uma articulação nacional das agendas de enfrentamento da Aids e do racismo. Se a importância dada ao enfrentamento das DST/Aids era tendente à zero em organizações negras de estudantes cotistas na virada do milênio, o mesmo não se pode dizer de algumas das principais lideranças da juventude negra que se constituíram ao longo da década como resultado das AA no ensino superior.

O investimento feito pelo governo para sensibilizar estes(as) jovens, incluindo a especificidade dos(as) negros na estratégia de enfrentamento da Aids na juventude (grupo considerado prioritário pelo PN DST/Aids) teve resultados extremamente positivos.

As organizações e lideranças da juventude negra se constituíram como segmento das organizações políticas dos Movimentos Negros com potencial para renovação e diálogo com outros setores das juventudes brasileira e internacional, e apresentaram suas credenciais no esforço de luta contra as DST/Aids.

Persistem algumas dificuldades a serem superadas para ampliação das forças mobilizadas no enfrentamento do HIV/Aids na juventude negra. Talvez o maior desafio seja a superação do dilema intergeracional dentro dos próprios Movimentos Negros. Alguns dos que já estão na luta há mais tempo, e dominam os mecanismos de acesso aos recursos necessários para o avanço da mobilização, tem subestimado a importância do protagonismo dos(as) mais jovens. Utilizaram o acesso a estes recursos (financeiros, políticos, culturais) para cooptar lideranças da juventude para seus projetos, em uma versão deturpada e um tanto egoísta da relação de discipulado que as tradições afro-brasileiras deixaram como herança.

Ativistas e pesquisadores(as) seniores coletaram séquitos de jovens aprendizes, buscando fortalecimento de sua representação nos espaços de disputa política. Por outro lado, alguns(mas) dos(as) jovens ativistas, estão abrindo mão da possibilidade de contribuir de forma criativa e crítica com a luta-antirracista para sobreviver seguindo carreira nos espaços constituídos por ativistas das gerações anteriores.

Se a biografia é a melhor credencial de um(a) ativista, os(as) mais antigos(as) sempre terão o poder, mesmo que já não tenham razão. Reproduzir de forma acrítica o que foi feito no passado, em outro contexto e por outras pessoas, é tão ineficiente quanto agir como se o mundo houvesse começado agora. Este pode ser, em alguma medida, um efeito não previsto da lógica de gerontocracia vinda de África

e conservada nas tradições religiosas afro-brasileiras. A outra face de preservar sem crítica a autoridade dos(as) mais velhos(as), é o risco de tolher indiscriminadamente os(as) mais jovens.

Estas observações se refletem na composição da representação que se reuniu com o Ministro da Saúde e com a Coordenação do Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais em 26 de julho de 2011. Com o Ministro Alexandre Padilha foram discutidos, entre outros temas, as dificuldades na efetivação da Política Integral de Saúde da População Negra, que possui itens específicos para o enfrentamento das DST/Aids junto à população negra. Com o diretor do Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais Sr. Dirceu Greco, e também com o diretor adjunto Sr. Ruy Burgos, foi discutida a necessidade de estabelecer alguma política específica de combate às IST e a Aids junto à população negra. A coordenação da rede "Lai Lai Apejo População Negra e Aids", que solicitou a reunião com os gestores em nome da população negra, é composta pelas seguintes organizações: Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN), Rede de Mulheres Negras do Paraná, Rede Nacional da Promoção e Controle Social da Saúde das Lésbicas Negras (SAPATÁ) e Rede de Lésbicas Negras Feministas Autônomas (CANDACES).

Da mesma forma que na construção das políticas de saúde para as populações em situação de privação de liberdade, para as pessoas negras vivendo com HIV/Aids, é um outro que fala em seu lugar: ou alguém que não é negro (a tez mais evidente entre os contrários ao estabelecimento de uma política específica), ou alguém que não é PVHA (a identidade preponderante entre aqueles que querem construir uma política específica).

Significativo dizer que a ex-ministra – Matilde Ribeiro – tem origem na militância partidária e do movimento de mulheres negras. A subsecretária da SEPPIR durante a gestão de Matilde Ribeiro – Maria Inês Barbosa – participou ativamente do encaminhamento das AA no governo, e em especial do PEAAPNA e do PISPN. Maria Inês tinha então um histórico de atuação como pesquisadora no campo da saúde, e de militância no movimento de mulheres negras. Após sua experiência no governo federal foi requisitada para atuar em organismos internacionais. Matilde Ribeiro permanece até os dias de hoje sendo a gestora que mais tempo conseguiu ficar à frente da extinta SEPPIR, apesar de sua saída polêmica após denúncias de uso indevido de verbas públicas que atingiram vários ministros.

> Depois da agenda de Durban, no governo Lula, algumas pessoas dentro do Ministério da Saúde desse grupo da sociedade civil de especialistas estavam com essa ideia de saúde da população negra melhor delineada. Com mais suporte. Quando o Ministério da Saúde do governo Lula se

> instala, nós passamos a estabelecer graças a estas pessoas terem ido para o governo, particularmente uma integrante destes grupos todos que é Maria Inês Barbosa. Vai pra SEPPIR quando cria a SEPPIR. O que foi assumido, primeiro no GTI, depois do PNUD, e depois no DFID, passa para responsabilidade da SEPPIR capitaneada por Maria Inês Barbosa que era parte deste processo. Ela passa a fazer a interlocução. Essa mesma ação só foi mudando de posições cada vez mais para dentro. Quando entrou para dentro do governo brasileiro com uma pessoa em posição estratégica ela veio para dialogar direto com o Ministério da Saúde, com diferentes áreas (Entrevista Drª Jurema Werneck).

> Tenho a impressão que ficou esta lição que de repente faltou um pouco mais de costura política em um nível mais alto. Isto talvez tenha prejudicado. Apesar de ter havido em algum momento, porque havia ministros. Saúde e SEPPIR pelo menos. Com a mudança política talvez esta costura deixou de existir (Entrevista concedida pelo Dr. Pedro Chequer).

Maria Inês Barbosa continua atuando ativamente no cenário nacional e internacional pelo estabelecimento de políticas de saúde para a população negra, além de acrescentar uma importante colaboração para a elaboração intelectual do conceito de saúde da população negra. É possível imaginar que as organizações de mulheres negras puderam encontrar ao longo do período PT (2003-2016) canais de diálogo mais próximos com este quadro de gestão do que as organizações centradas em figuras masculinas que não estivessem sensibilizadas para a agenda das relações de gênero.

Ainda que iniciativas desta natureza percam força e expressão no mandato de Dilma Roussef, o espaço que foi aberto de forma habilidosa irá desaguar um processo que dificilmente será brecado por completo, ainda que seja obrigado a seguir muito lentamente no atual contexto. A estratégia do governo federal para resistir à força desta demanda, que em última instância exige uma reestruturação profunda do próprio Estado brasileiro, tem sido a apresentação de programas sem continuidade, sem orçamento e sem pessoal suficiente. O argumento da transversalidade do tema serviu em diversos casos para que nenhuma instância governamental assumisse qualquer responsabilidade sobre os números catastróficos da desigualdade expressa em termos raciais.

> Agora, quando finalmente sai uma avaliação mais concreta do Programa Estratégico [PEAAPNA], o Movimento Negro já está numa seara muito maior que é a implementação da Política Nacional de Saúde da População Negra. Então, não tem como apoiar só a epidemia de Aids, tem que acompanhar a implementação de vários pedaços da política que infelizmente estão ligados a patologias. Mas que também tem fatores socioeconômicos, fatores culturais, fatores conceituais. Tem muita coisa do diálogo com a universidade. É verdade que o contingente aumentou, é verdade que as lideranças se qualificaram, que as pessoas são

> muito boas ou na verdade já o eram antes. Mas agora tem uma demanda muito maior politicamente, que tem que gerar resultados reais e concretos bem daqui a pouco. Também já sabemos que o primeiro ano de avaliação da Saúde da População Negra não é aquele que estava sendo esperado (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).
>
> Voltando da Argentina em 2007, final de 2007. A primeira coisa que eu procurei saber é como estava o Programa [PEAAPNA] e me inteirar da situação no Brasil. Aí fui informado que o Programa [PEAAPNA] tinha praticamente encerrado as funções. 2008 já não havia mais nada. Eu voltei foi em 2008 parece. Início de 2008, coisa assim. Procurei construir uma agenda juntamente com a Karen [Bruck], que é uma grande aliada deste tema lá no Departamento [Nacional de DST/Aids], mas sem sucesso (Entrevista concedida pelo Dr. Pedro Chequer).

Espaços de diálogo com o movimento social, como o Comitê Técnico de Saúde da População Negra – CTSPN ou o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR, foram sendo paulatinamente esvaziados de efetiva capacidade de intervenção nos rumos da política federal. É neste contexto que a Política Integral de Saúde da População Negra é aprovada, regulamentada e adiada pelo Ministério da Saúde.

Antes da conclusão do segundo mandato do ex-presidente Lula, com a saída de Matilde Ribeiro e o comando da SEPPIR sendo tocado por setores do PT explicitamente mais distanciados da agenda do movimento de mulheres e das comunidades religiosas afro-brasileiras, a orientação para a gestão das políticas de saúde da população negra sofreu um de seus piores retrocessos. Durante a II Conferência Nacional de Promoção Racial este processo de achatamento da agenda negra, com a evidente conivência das representações negras cooptadas pelo poder público, foi duramente criticado por organizações de mulheres negras, representações das comunidades religiosas, mas principalmente por organizações quilombolas – duramente prejudicadas no texto final do Estatuto da Igualdade Racial - EIR.

O EIR foi aprovado com degradantes concessões aos setores mais conservadores da política brasileira, políticos ligados ao agronegócio conhecidos vulgarmente como bancada do boi. Ineficiente inclusive em seus objetivos eleitoreiros, o Estatuto da Igualdade Racial se parece mais com a proposta política do senador goiano Demóstenes Torres[234] do Partido Democratas para os(as) negros(as) do que com a

234 O ex-senador Demóstenes Torres era apoiador do Movimento Nação Mestiça, tendo comparecido ao seu I Congresso Brasileiro em 20 de junho 2011 em Manaus. Era forte opositor das políticas de promoção à igualdade racial estabelecidas durante os governos do PT (2013 a 2016) e principal crítico do Estatuto da Igualdade Racial no Congresso Nacional. Perdeu seu mandato como senador pelo estado de Goiás por quebra de decoro parlamentar quando foi revelado pela polícia federal o seu envolvimento com o bicheiro Carlinhos Cachoeira. Carlinhos Cachoeira foi preso por envolvimento com a máfia dos caça-níqueis (2012), por dirigir embriagado (2013), e por lavagem de dinheiro (2016). O contraventor é acusado

proposta inicialmente formulada pelo senador negro do PT gaúcho Paulo Paim.

> Eu acho que o Estatuto da Igualdade Racial abriu a interlocução para o seu aperfeiçoamento. Ele estava chocando a muito tempo aqui. Chocando como se choca ovo muito tempo no congresso. Durante o primeiro governo Lula, o Paim [Senador Paulo Paim] deu uma remexida e botou na pauta de novo. Convocou todos os ministérios para que a gente pudesse atualizar o que havia. Eu me lembro muito bem porque fui eu que fui pelo ministério da Saúde. O Estatuto dizia mais ou menos assim: A população negra tem o direito de ser atendida pelo programa de saúde da família. E ponto! Então? E a gente sabendo que isto não basta, que não dá conta das demandas. A gente então fez uma mudança no Estatuto mais ajustado ao direito universal, integral e tudo isto. Acho que melhorou bastante nesse sentido e foi bem acolhido lá por quem provocou este debate. Mas... até uma curiosidade. Naquele momento estávamos todos nós do governo, inclusive a SEPPIR fazendo este debate. Quando eu falei, o pessoal da SEPPIR me chamou de lado e falou assim, 'Você quer atrasar a aprovação do Estatuto?' Eu falei 'Não, estou querendo ampliar direitos.' Porque, na verdade, se você diz que tem direito a uma coisinha da saúde... nós estamos lutando por alguma coisa muito maior. Mostrando o quanto nesta coisa dos discursos, dos distintos lugares, como isto tem valor nesta construção política, e tal (Entrevista Drª Ana Maria Costa).

Apesar do enfraquecimento da agenda por políticas de saúde voltadas especificamente para o atendimento da população negra na esfera federal a partir do segundo mandato do governo Lula, em alguns estados e municípios houve avanços significativos nesta batalha política. A existência de diretrizes aprovadas na PISPN permitiu aos movimentos sociais uma ferramenta importante na barganha junto aos gestores(as), comitês e conselhos para efetivação de AA em saúde. O PEAAPNA também provocou o desenvolvimento de desdobramentos importantes nos níveis estadual e municipal do programa inicial. O mesmo esforço de mobilização feito pelas entidades em nível local, foi direcionado para convencer gestores(as) e congregar parceiros(as) para encampar o conceito de "saúde da população negra" como parte importante das políticas estaduais e municipais de saúde.

Os desdobramentos nos estados e municípios, com exceção da cidade e do Estado de São Paulo, ocorrem depois que na esfera federal foi declarada a existência e relevância do problema, ainda que permaneça sem responder a estes com o investimento necessário.

Se o papel das agências internacionais foi fundamental para garantir um vínculo entre a luta antirracista e a luta contra a Aids no Brasil, através do financiamento, execução e diversas formas de apoio

também pelo crime de formação de quadrilha. Demóstenes Torres teve seu mandato cassado e foi desligado de seu partido.

institucional a projetos nos níveis federal, estadual e municipal, o mesmo não pode ser tão facilmente percebido na atuação das agências multilaterais dentro do cenário mais amplo de enfrentamento da epidemia de HIV/Aids.

No cenário internacional há muito mais similitude entre a atuação dos organismos internacionais e do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Aids e a desigualdade racial, herança perversa do colonialismo, são temas tratados de forma absolutamente separadas ou ao menos bastante desencontradas. A vulnerabilidade de africanos(as) e afrodiaspóricos(as) como um determinante social de saúde que deve ser levada em consideração na estratégia global de enfrentamento da epidemia de Aids não é levada pelo Brasil aos seus(uas) parceiros(as) no enfrentamento da epidemia, e não aparece na lista de prioridades das agências internacionais envolvidas com a redução dos índices de infecção, adoecimento e morte por HIV. A situação dos(as) africanos(as) e afrodiaspóricos(as) refugiados(as), em processo de imigração marginalizada, vítimas de desastres ambientais, guerras, e uma lista longa e desagradável de prejuízos sociais parece nada ter haver com a hierarquia racial que dividiu o planeta com explícitos propósitos de dominação de pessoas e terras durante a expansão (ainda em andamento) do sistema capitalista, eurocêntrico, masculino, racista e cristão. Estes aspectos espinhosos da história humana sobre o planeta são tratados pelos países e organismos internacionais como se pouco tivessem haver com a expansão crescente dos casos de Aids ao redor do globo.

Se o Brasil possui uma experiência na gestão da saúde de uma sociedade pluriétnica, multi-religiosa, e multicultural, porque isto pouco aparece ao apresentar com orgulho sua bem-sucedida experiência de enfrentamento da epidemia de Aids? A diversidade étnico-racial é um aspecto pouco destacado da imagem internacional da política de enfrentamento da Aids no Brasil.

> Eu me lembro que em uma reunião do Brasil-França nós convidamos alguém da (Escola Nacional de Saúde Pública) ENSP. Uma reunião no Rio e convidamos alguém da ENSP para apresentar as questões do SUS e do racismo no Brasil. Os franceses ficaram escandalizados. Claro, a ideia de Brasil lá fora e a que se tinha aqui dentro também: '- Não, isso aqui não existe. De modo algum.' Era tudo escamoteado efetivamente, e pouco a pouco foi se... eu acho que isto é um avanço inclusive, do ponto de vista da cultura nacional. De reconhecer o racismo como fato, como um problema, como uma adversidade que fere direitos básicos humanos, e começar a construir esta agenda. Acho que nós avançamos neste ponto. Apesar da adversidade ainda que perdura, mas nós avançamos. Estamos avançando mais, não tenha dúvida. E o avançar se dá a partir do debate. Da pesquisa, da evidência, e da luta do movimento social, da organização social. E neste ponto, o Movimento Negro no

> Brasil precisa se rearmar. Porque tenho a impressão que tínhamos mais no passado recente do que hoje. Movimento mais organizado, consolidado. Não sei. Você que pode dizer. Mas eu acho que está faltando... (Entrevista concedida pelo Dr. Pedro Chequer).

Por outro lado, se as agências internacionais enxergaram tão nitidamente no Brasil a existência de vínculos entre o reconhecimento das especificidades raciais e as possibilidades de um combate eficaz à epidemia de Aids, porque o mesmo não foi apontado em outros contextos onde a presença de africanos e afrodescendentes é também significativa?

Porque o Brasil, em seu processo de aproximação política e econômica de países africanos, não levou em conta a vivência dos(as) afrodescendentes nestas terras como dado fundamental para reduzir a condição de subalternidade dos(as) africanos(as) no continente e na diáspora? A proximidade e a identificação cultural foram insuficientes perante o enorme desafio para a promoção de uma justiça global. Seria necessária uma postura política mais ativa, afirmativa, perante a comunidade das nações e a coletividade de povos.

Foi lançado em dezembro de 2010, pelo departamento de DST/ Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, a publicação Saúde e Sociedade, número 19, suplemento 2, especial População Negra. Esta publicação é resultado de um conjunto de trabalhos que foram contemplados em dois editais de pesquisa, um em 2004 e outro em 2005, no âmbito do PEAAPNA. Esta ação por parte do governo federal reforça o reconhecimento da necessidade de produção de conhecimento sobre as correlações entre Aids e População Negra. Esta publicação está também vinculada ao esforço que tem sido feito para estabelecer uma rede nacional de pesquisadores(as) neste campo. Os artigos que constam nestas publicações referem-se também aos trabalhos apresentados em seminário ocorrido na UNICAMP em março de 2010, atividade também prevista no PEAAPNA. Este é outro marco importante na consolidação deste tema no espaço acadêmico brasileiro e no estabelecimento de um conjunto de instituições mais diretamente envolvidas com a produção de conhecimento academicamente certificado sobre as relações entre Aids e População Negra. Inaugura a chegada de outra geração de pesquisadores sobre saúde da população negra no cenário de discussão sobre ações afirmativas, racismo e saúde.

> Hoje a Ford está no Brasil? Não. A Ford está na África. Ela formou pesquisadores negros? Formou. Formou pesquisadores brancos com a temática racial? Formou. Abriu editais? Sim. Vou dar um exemplo. Indiretamente da Ford. Curso de sexualidade e saúde reprodutiva, se

> você conversar com Maira, ela pode te mostrar as fotos. A cada um dos programas de saúde reprodutiva, tinha um ou dois negros ali na turma que eram formados com recurso da Ford. Aqui no programa do NEPO [Núcleo de Estudo de Populações da Unicamp]. Porque é que tinha? Porque tinha a Elza Berquó. Desses negros formados saíram: Matilde [Ribeiro], Luís Eduardo [Batista]. Ela consegue te mostrar por fotos, cada uma das pessoas que passou por formação em saúde e sexualidade e saúde reprodutiva (Entrevista Dr. Luís Eduardo Batista).

Estes(as) irão inevitavelmente se deparar com o movimento de ampliação da rede de pesquisadores(as) mobilizados para barrar o avanço das políticas de AA para negros(as), as políticas de saúde para negros(as), e a estratégia de promoção da igualdade racial timidamente assumida pelo governo federal. Pesquisadores(as) estabelecidos(as) há décadas em seus campos de atuação assim como alguns(mas) poucos(as) jovens pesquisadores(as) intimamente vinculados às estruturas de poder bem estabelecidas buscaram sincronizar seus esforços em defesa do mito nacional-freyreanista da Democracia Racial.

> Quando Programa Estratégico pulveriza o tema, ele mexe com uma estrutura, mexe com atores que a gente não esperava que fosse falar já naquele momento. Um dia acordei e tinha um artigo de Peter Fry na Folha de São Paulo. Eu trago ele comigo até hoje, porque a pergunta para as pessoas foi: '- E agora? Como a gente responde Peter Fry?' A gente vai responder isso, isso e isso, porque foi justamente o que a gente disse para o governo federal, para a universidade e todo mundo. Mas era demais Peter Fry falar sobre aquele assunto. '-Estão racializando a epidemia porquê?' Como estamos racializando a epidemia se nós somos racializados? Ao mesmo tempo foi muito interessante este movimento todo porque o PN de DST/Aids não tinha uma posição para o tema (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

> Eu diria que a causa foi interna. Houve decisão política do próprio Programa [Nacional de DST/Aids] de não dar continuidade na linha que estava estabelecida. Isso é fato. E a Karen talvez não diga, porque ela é muito discreta, muito parcimoniosa, e está lá na casa. Mas nós, tínhamos conversas bastante claras em relação a estas questões (Entrevista concedida pelo Dr. Pedro Chequer).

A aplicação deste modelo explicativo da realidade brasileira é absolutamente incongruente com uma AA nos moldes do PEAAPNA, ou mesmo da PISPN. Há outro aspecto que deve ser levado em consideração: para além das diferenças de concepção, de disputa ideológica e política, está em jogo a disputa por recursos.

> Porque que há esta grande briga com Ivonne Maggie, Peter Fry e Marcos Chor Maio? Por que? Porque em 2005, o Ministério da Saúde não os chamou, não os consultou para escrever os editais de pesquisa em Saúde da População Negra. Chamou Luís Eduardo Batista, Maria Inês

> Barbosa, Fernanda Lopes, Joice [Aragão], e o grupo da gestão participativa. E aí, fomos nós que escrevemos um edital. [...] Nós escrevemos o edital de pesquisa, desenhando e pensando nas ONGs negras, pensando no Movimento Negro, pensando o impacto do racismo na saúde mental. Se você pega o edital de 2005, ele é ótimo. [...] Qual foi o contragolpe que a gente recebeu? Para acessar este edital tem de ser pesquisador Qualis A do CNPQ. Quando a gente desenhou imaginou que até nossas ONGs poderiam acessar. Nossas ONGs não têm pesquisador Qualis A do CNPQ. O casamento que o Ministério [da Saúde] fez com o CNPq matou aquele edital (Entrevista Dr. Luís Eduardo Batista).

Se quem propõe e se compromete a fazer a mudança na concepção da política de enfrentamento da Aids para incluir as dimensões específicas da população negra brasileira se organizou, aqueles(as) que resistem a este movimento também têm reforçado seu bloqueio conservador. Neste caso específico, a solução foi estabelecer parcerias entre ONGs negras e pesquisadores de Instituições Acadêmicas como o Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da UFBA. Se os(as) militantes tiveram que buscar alianças fora do espaço da militância para acessar os recursos de pesquisa, os(as) pesquisadores(as) credenciados tiveram de desenhar seus projetos de acordo com o formato proposta para cumprir o edital que havia sido construído por militantes, sem poder desconsiderar as dimensões resultantes do racismo presente na sociedade brasileira.

> É disputa mesmo. Na melhor concepção de disputa de campos do Bourdieu. É disputa de campo mesmo. De campo ideológico, de campo no que diz respeito a finanças, campo no que diz respeito a com quem é que estou dialogando, e para quem é que eu quero esta política (Entrevista Dr. Luís Eduardo Batista).

> A primeira consequência não prevista, que me surpreendeu, foi a não continuidade do Programa [PEAAPNA]. Isto aí para mim, já é algo. Jamais podia imaginar que isso viesse a acontecer. Porque a tradição do programa de Aids desde os anos 80 é a continuidade das ações. De repente, uma ação importante, relevante, politicamente fundamentada, fundamentada cientificamente desaparecer do ponto de vista de prioridade política é algo que surpreende. Quer dizer, isto é uma coisa não prevista. A partir daí uma série de consequências. A medida em que houve interrupção da linha de ação, ou da coluna vertebral da ação em que estava fundamentada, uma série de questões deixaram de acontecer e o tema passou a ser esquecido. Esquecido. Esquecido como prioridade de saúde pública na área de AIDS. Isso foi ruim, porque uma das funções do programa é dar visibilidade permanente, analisar dados e oferecer insumos para manter a chama acesa da necessidade de intervenção e de apoio para as ações. Envolvendo a população, principalmente a população em si mesma. Eu diria que o maior choque do imprevisível foi este em si mesmo (Entrevista concedida pelo Dr. Pedro Chequer).

Ainda que sejam raros os(as) agentes sociais inseridos na máquina da administração pública federal alinhados com os compromissos

políticos na luta contra os determinantes sociais em saúde derivados do racismo anti- negro, estes(as) têm recebido apoio das organizações do movimento social comprometidos com esta pauta, e conseguiram efetivamente dar visibilidade para esta agenda. Houve um progressivo aumento da mobilização em torno do tema saúde nas organizações negras, como se pode observar nos encontros bienais da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Outrossim, não se pode mais deixar de tratar em alguma medida da discussão sobre a questão negra no campo da saúde, como é possível constatar nos congressos nacionais da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO. Luís Eduardo Batista e Fernanda Lopes estão entre os pesquisadores que têm contribuído para construir esta ponte entre a ABRASCO e a ABPN.

Tomando como marco a constituição de 1988, o contexto se modificou muito nas últimas três décadas. Entre 1988 e 1998 surgiram os primeiros quadros do Movimento Negro de expressão nacional, com qualificação acadêmica reconhecida para debater com as instâncias governamentais e com os(as) profissionais(as) os problemas nas políticas públicas de saúde para os(as) negros(as) no Brasil. Entre 1998 e 2008 foram estabelecidas as primeiras propostas construídas no seio do Movimento Negro, de AA e para uma Política Integral de Saúde da População Negra. Entre 2008 e 2018 se fortaleceram as forças de oposição a estas propostas, rearticuladas com base em antigos modelos. No entanto, neste terceiro momento, já se podia contar com um quantitativo de pesquisadores(as) negros(as) significativamente maior do que nos vinte anos anteriores. As políticas de AA permitiram o acesso de milhares de potenciais ativistas negros(as) ao ensino superior. Permanece como desafio a perspectiva de envolver esta massa crítica no fortalecimento da resposta brasileira ao HIV/Aids entre os negros(as), e num cenário mais abrangente, de efetivação de uma Política Integral de Saúde da População Negra. Os dados que se tem apresentado mostram a urgência em encontrar respostas para a garantia deste engajamento.

> Neste momento, o que temos feito desde o Congresso [da ABPN] de São Carlos [2002] neste eixo saúde da população negra temos trabalhado ajustes conceituais. Não temos recursos para colocar estes caras na mesma máquina, na mesma estrutura que a gente. [...] Neste momento nós estamos perdendo o jogo. Não é? Não estamos dentro das instâncias de poder dentro da universidade. Não estamos nas universidades. Optamos por ficar na gestão. Claro. O dinheiro está passando pela gestão. A gente tinha que ir pra gestão. [...] Esses caras que ficaram o tempo todo pra ter saúde da população negra, eles não estão na academia. Eles não estão dialogando pau-a-pau com seus pares. Estão na gestão. Aí os caras que estão na academia dizem: '- Isto não é produção de conhecimento. Isto é militância.' Ao mesmo tempo tem uns Afroatitudes

> aí, e o máximo que a gente faz para juntá-los a cada dois anos e fazer alinhamento conceitual. A única coisa que a gente consegue fazer neste momento. Para que não saiam muitas aberrações nos estudos que eles fazem com outros orientadores que não somos nós (Entrevista Dr. Luís Eduardo Batista).

Há um significativo incremento nas análises que colocam as vulnerabilidades determinadas por condições econômicas ou geográficas como preponderantes para análise da tendência de maiores registros de HIV/Aids entre pretos e pardos. Cresce também a acusação de estrangeirismo no reconhecimento do racismo, importação de modelos estadunidenses inadequados à realidade mestiça do Brasil multicor.

> Para lembrar exemplos desses mitos no discurso identitário brasileiro, um diz que o racismo não é o problema, tanto quanto a exclusão social e a pobreza (omite-se a história, segundo Barthes); outro, que o racismo não é o tão cruel quanto o norte-americano (o segundo termo vacina contra uma discussão mais cuidadosa do primeiro, há uma inoculação do imaginário coletivo, nos termos de Barthes, 'contra o risco de uma subversão generalizada). Ambas as afirmações – sobre a prioridade explicativa da pobreza sobre o racismo e a do racismo americano sobre o brasileiro – acabam atraindo a atenção para a conjunção ou a comparação, e o debate sobre o racismo brasileiro evapora-se em considerações sobre causas finais e diferenças históricas (SOVIK, 2009, p. 103).

Se houve um reconhecimento do agravamento da epidemia junto à população negra por parte do Ministério da Saúde, o combate à desigualdade racial perde o destaque inicial do debate para dar lugar ao enfoque na desigualdade econômica e regional.

> A debilitação da posição e das tomadas de posição da representação negra favorece a limitação da sensibilidade pública para com os efeitos do racismo e reduz os compromissos estatais para com o antirracismo à retórica, de tal modo que, quando as políticas de saúde chegam, por exemplo, aos setores com menos poder de mobilização de recursos, elas estejam esgotadas sob vários aspectos. Retardadas comparativamente ás demandas de outros setores, deslegitimadas pela luta com os agentes oriundos da academia dotados de recursos de construção de mais amplas audiências, as demandas do Movimento Negro ascendem debilitadas às arenas públicas, produzem retornos deficitários para os militantes engajados na problemática e pouca eficiência na proteção efetiva do público-alvo (ANJOS, 2004, p. 113).

Liv Sovik recupera da obra de Guerreiro Ramos a necessária desvinculação na análise dos efeitos da desigualdade de raça e de classe. Este rebateu argumentos ainda presentes no debate "Entre vários sociólogos e antropólogos brasileiros é corrente a tese de que nossos problemas raciais refletem determinadas relações de classe. Esta tese

é insuficiente a meu ver. Explica apenas aspectos parciais da questão" (2009, p. 22) e assim segue Sovik, a partir de Ramos:

> O fato de que classe e raça nascem como gêmeos na escravidão é destacado. As barreiras de classe – muitas vezes entendidas, até hoje, como tratáveis e sujeitas à resolução 'científica' ou política – são colocadas na perspectiva de sua histórica vinculação à escravidão. A definição inicial de branquitude de Guerreiro Ramos histórica e aponta para algo que não se baseia na genética. Fala da divergência entre 'fatos' e 'estética': 'No plano ideológico é dominante ainda a brancura como critério de estética social. No plano dos fatos é dominante na sociedade brasileira uma camada de origem negra, nela distribuída de alto a baixo (SOVIK, 2009, p. 22).

Assim, a tendência de aumento de casos de Aids na população negra é reconhecida sem que haja a efetiva admissão por parte do MS da necessidade de estabelecer uma ação específica de enfrentamento junto à esta população, ou incluir a população negra junto às demais populações consideradas prioritárias (jovens, profissionais do sexo, homens que fazem sexo com homens, usuários de drogas injetáveis).

O recurso das organizações internacionais, em determinado momento, foi muito importante para estimular governo e sociedade civil a visibilizar certas populações alvo como integrantes da resposta brasileira a Aids.

> Na hora que o Banco Mundial diz: '- Quer o dinheirinho? Mas as regras são essas ...'. Não é isso que nós estamos falando? Você fala '- Quero!' '- Mas as regras são essas.' O Banco Mundial está induzindo política (Entrevista Dr. Luís Eduardo Batista).

A forma de financiamento das ações programáticas levadas a cabo pelo PN DST/Aids teve impacto direto na relevância dada a determinados temas e públicos-alvo. Os relatórios que eram apresentados ao Banco Mundial pelo PN DST/Aids para garantir o recebimento dos recursos oriundos de empréstimo, exigiam que fosse declarado quando se havia gasto e quanto se pretendia gastar com grupos considerados chave para o Banco Mundial. Grupos como crianças, indígenas, negros ou mulheres tinham de ser listados na prestação de contas dos investimentos feitos com o recurso recebido. O PN DST/Aids tinha, por conta dessa relação com recursos internacionais, e o modelo de prestação de contas de projeto que os organismos internacionais e seus financiadores estabeleciam, a obrigação de nomear grupos a serem previstos nas ações. Com este tipo de questionamento, o PN DST/Aids foi estimulado a delinear ações específicas, com recurso e prazo definido de implementação, para estes grupos nominados. No entanto, a parcela de

recurso internacional presente no financiamento do PN DST/Aids vem diminuindo ano a ano. Cada vez mais o governo brasileiro aumenta sua parcela de responsabilidade no financiamento da resposta brasileira à Aids. Deste modo, cresceu a desobrigação do PN DST/Aids em nomear ações para estes grupos que tinham atenção especial dos financiadores estrangeiros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

> O conhecimento é sempre uma certa relação estratégica em que o homem se encontra situado. É essa relação estratégica que vai definir o efeito do conhecimento e por isso seria totalmente contraditório imaginar um conhecimento que não fosse em sua natureza obrigatoriamente parcial, oblíquo, perspectivo. O caráter perspectivo do conhecimento não deriva da natureza humana, mas sempre do caráter polêmico e estratégico do conhecimento. Pode-se falar do caráter perspectivo do conhecimento porque há batalha e porque o conhecimento é o efeito dessa batalha (FOUCAULT, 2003, p. 25).

Creio que logrei contribuir, em algum lugar entre a antropologia das populações afro-brasileiras e a antropologia da saúde, para a compreensão do papel de distintos ativistas nos jogos de poder que levaram à conformação de diretrizes para uma política de enfrentamento da Aids junto aos negros no Brasil. Compreendendo o poder enquanto multiplicidade de correlações de força, o jogo que aqui se apresentou procede de lutas e afrontamentos que levaram à transformação constante destas mesmas correlações de poder. O campo social aqui descrito "é o suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem estados de poder, mas sempre localizados e instáveis" (FOUCAULT, 2012, p. 103). É este tipo de situação estratégica complexa numa sociedade determinada que permite compreender a política como uma guerra prolongada por outros meios. Se onde há poder, há resistência, esta nunca se encontra em posição de absoluta exterioridade ao poder.

> Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa – a alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, 2012, p. 106).

Estes pontos de resistência, móveis e transitórios, tornam possível uma revolução "um pouco à maneira do Estado que repousa sobre a integração institucional das relações de poder" (FOUCAULT, 2012, p. 107).

Ainda em 2006, a Política Nacional Integral de Saúde da População Negra (PNISPN), proposta bem mais robusta do que PEAAPNA, foi aprovada no Conselho Nacional de Saúde. O projeto de lei foi aprovado em 2007, e o plano operativo desta política foi publicado somente

em 2008, para um período de atividades previsto entre 2008 e 2011.

Os movimentos negros, em seu diálogo com a gestão federal permaneceram exigindo a repactuação de um compromisso público para o enfrentamento do HIV/Aids na População Negra após 2008, quando foi oficialmente encerrado o PEAAPNA.

O PEAAPNA figura, apesar de suas evidentes limitações, como um marco[235] neste processo de avanços e recuos da relação da sociedade civil organizada com o Estado no que diz respeito ao tema População Negra e Aids. Foi, inclusive, novamente citado pela representação que se reuniu com o Ministro da Saúde e com a Coordenação do Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais em 26 de julho de 2011. Com o então Ministro Alexandre Padilha, foram discutidos, entre outros temas, as dificuldades na efetivação da Política Integral de Saúde da População Negra, que possui itens específicos para o enfrentamento das DST/Aids junto à população negra. Com o diretor a época do Departamento de DST/Aids e Hepatites Virais, Sr. Dirceu Greco, e também com o diretor adjunto Sr. Ruy Burgos, foi discutida a necessidade de estabelecer alguma política específica de combate às infecções sexualmente transmissíveis (IST) e a Aids junto à população negra. A coordenação da rede "Lai Lai Apejo População Negra e Aids", que solicitou a reunião com os gestores em nome da população negra, é composta pelas seguintes organizações: Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN), Rede de Mulheres Negras do Paraná, Rede Nacional da Promoção e Controle Social da Saúde das Lésbicas Negras (SAPATÁ) e Rede de Lésbicas Negras Feministas Autônomas (CANDACES).

Em uma sequência de episódios posteriores, o DN DST/Aids entrou em rota de colisão com os movimentos sociais que participam ativamente para a construção da resposta brasileira à epidemia de HIV/Aids.

No início de junho 2013, o Ministro da Saúde pessoalmente vetou a veiculação de material institucional de campanha construído em uma oficina de comunicação e saúde em parceria com o movimento de prostitutas[236]. Esta já seria a terceira vez que um episódio semelhante ocorria em função de críticas oriundas da chamada "bancada evangélica", base de apoio de crescente importância no primeiro mandato da

235 Em 13 de maio de 2011, durante reunião da CAMS, foi entregue o documento "Carta aberta da sociedade civil sobre a ausência de políticas públicas de HIV/AIDS para as populações negra e indígena" aos representantes do DN DST/AIDS. Este manifesto, assinado por 22 organizações negras, indígenas e de PVHA reivindica explicitamente "A continuidade de ações como o Programa de Ações Afirmativas População Negra e DST/AIDS".

236 http://forumongaidsrs.webnode.com.br/news/nota-de-repudio-ao-ministro-da-saude/?utm_source=copy&utm_medium=paste&utm_campaign=copypaste&utm_content=http://forumongaidsrs.webnode.com.br/news/nota-de-repudio-ao-ministro-da-saude/

presidente Dilma Roussef (2011 a 2014)[237]. Dirceu Greco, então diretor do DN DST/Aids e importante pesquisador na área foi exonerado e resolveu tornar pública a polêmica sobre os caminhos que a política de Aids estava tomando no governo federal [238]. Toda a sua equipe pediu exoneração em solidariedade. Recebeu amplo apoio de variados movimentos sociais, incluindo as representações de população negra, configurando uma situação que a nova direção do DN DST/Aids não conseguiu apaziguar de todo. [239]

O desconforto se espraiou para outras instâncias do governo federal. Diferentes setores da sociedade civil passaram a exigir que a Secretaria de Direitos Humanos (SEDH) e a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), deveriam se pronunciar sobre o contexto que se apresentava e em especial sobre o episódio de veto à campanha das prostitutas. Em um contexto de recusa do ministro da saúde em rever sua posição, os três ex-diretores do DN DST/Aids entre 1996 e 2006 publicam um artigo[240] apontando os retrocessos da política de Aids no Brasil. Entre os que assinam o artigo está Pedro Chequer, responsável pela direção do DN DST/Aids quando do lançamento do Afroatitude e do PEAAPNA, co-fundador do PN DST/Aids e diretor até abril de 2014 da representação da Agência das Nações Unidas para a Questão da Aids (UNAids) no Brasil. Dr. Pedro Chequer participou pessoal e ativamente da criação do PEAAPNA, apoiou projetos de ONGs voltados para o enfrentamento da Aids na População Negra, e em diferentes espaços defendeu o reconhecimento da identidade étnico racial como fator determinante social em saúde no Brasil.

Em 17 de junho de 2013 todas as representações de PVHA que compunham o Movimento Nacional de Luta Contra a Aids se retiraram da Comissão Nacional de Aids (CNAids), conselho deliberativo que contava com a participação de organizações governamentais e não governamentais na construção da política de Aids. Tem início a campanha "Vai pra casa Padilha" pela derrubada do Ministro da Saúde nas redes sociais e manifestações públicas ocorridas em todo o país durante o mês de junho. Neste momento, há uma série de manifestações de rua ocorrendo no país enquanto estão em discussão também outros temas e medidas delicadas no campo da saúde como: o projeto da Cura Gay; o Estatuto do Nascituro (com a apelidada bolsa estupro); aprovação do

237 http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/06/04/diretor-da-saude-e-exonerado-apos-polemica.htm Acesso em 29.01.2018

238 http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2013/06/campanha-foi-tirada-de-circulacao-por-pressao-de-fora-diz-dirceu-greco. Acesso em 29.01.2018

239 http://www.avaaz.org/en/petition/Direitos_Humanos_das_prostitutas_populacao_LGBTT_usuarios_de_drogas_e_outros_segmentos_vulneraveis_a_epidemia_HIVAIDS_1/?tQynxbb Acesso em 29.01.2018

240 http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,aids-entre-a-ousadia-e-o-retrocesso-,1041526,0.htm Acesso em 29.01.2018

Ato Médico; e o programa Mais Médicos. Em uma tentativa de amenizar a situação de crise junto a setores do movimento social, o Ministro Padilha manifesta-se em nota contra o projeto da "Cura Gay"[241]. O projeto de Lei apelidado de Cura Gay havia sido aprovado sob protestos incessantes de populares na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da câmara dos deputados presidida pelo Pastor Evangélico da Assembleia de Deus e Deputado Federal Marcos Feliciano, este último reconhecido publicamente como autor de declarações racistas, homofóbicas e de intolerância às religiões afro-brasileiras.

Ao mesmo tempo em que há enorme clamor popular por uma nova forma de enfrentar a epidemia de Aids, analistas apontam retrocessos e esgotamentos dos modelos vigentes[242].

Em 19 de julho ocorre a 39º reunião da CAMS, primeira presidida pelo novo diretor do DN DST/Aids Fábio Mesquita. Três quartos das representações da sociedade civil, incluindo a representação da população negra, anunciam que irão deixar este fórum de diálogo com o governo até que haja uma audiência com o ministro Padilha.

Neste momento, a representante titular da População Negra na CAMS é Simone Vieira da Cruz, secretária executiva da Articulação de ONGS de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). Esta mesma liderança é suplente na representação das populações negras no Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, e coordenadora da ACMUN. ACMUN realizou o I Lai Lai Apejo, que significa "encontro para sempre" em iorubá, em 2002, já em 2004 tornou-se uma rede de instituições atuantes com o tema Aids e População negra. Este evento, que já se encontra em sua nona edição, tem tido frequência quase anual, fortalecendo a ACMUN e outras organizações Negras que atuam no enfrentamento da Aids, sempre com financiamento do DN DST/Aids. A ACMUN também participou ativamente das discussões que orientaram a construção e implementação do PEAAPNA, e permanece atuando na intersecção entre Aids e População Negra após a finalização do programa, com apoio do Ministério da Saúde.

> Elaine Soares lá de ACMUN, quando surge a Rede Lai Lai População Negra e Aids, foi nessa perspectiva da abordagem e das contribuições no cenário acadêmico internacional. É um universo ainda maior, mas que quando o Brasil se pronuncia, o Brasil fala sobre o assunto, tem pessoas que dizem '- Nossa! Mas vocês precisam disso?'. Tem pessoas que dizem: '- Nossa! Mas vocês ainda estão nisso?' (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

241 http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/ministro-da-saude-diz-nao-ser-correto-propor-cura-para-homossexuais.html Acesso em 29.01.2018

242 http://agenciaaids.com.br/artigos/interna.php?id=421 Acesso em 29.01.2018

É possível dizer que ACMUN está entre os fomentadores do PEAAPNA, e a Rede Lai Lai Apejo de enfrentamento da Aids na População Negra, como um dos desdobramentos de seu contexto de implementação.

Em 19 de julho de 2013, ocorre uma reunião de organizações do Movimento Negro com a presidente Dilma Roussef. É a primeira vez, desde o início do mandato que a presidenta recebe representações da População Negra para uma audiência. Tal audiência se dá no contexto de ebulição de manifestações de rua pelo país e queda brusca nos índices de popularidade do governo[243]. Em resposta ao descontentamento manifesto de sua gestão por parte de diferentes setores da sociedade, a presidenta Dilma Roussef junto com alguns de seus ministros, recebeu durante duas semanas, no início do mês de julho, representações de diferentes setores da sociedade civil organizada. Neste dia 19 de julho atendeu ao chamado de organizações da População Negra. O tema da Saúde da População Negra foi abordado no encontro, porém de forma menos aprofundada.

O documento construído em acordo pelas entidades participantes do encontro, que serviu como requerimento para a audiência, não apresenta na contextualização dos marcos legais para População Negra a PISPN, e a única demanda que apresenta no tema saúde é a criação de Área Técnica de Saúde da População Negra no Ministério da Saúde.

De acordo com os relatos divulgados[244] foram priorizadas as ações no campo da educação, reforma política e combate à violência contra a juventude negra. Das 19 representações do Movimento Negro que acompanharam a reunião com a presidenta, 14 são representantes membros do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). O CNPIR é um fórum de diálogo entre gestores (federais, estaduais e municipais) e sociedade civil para a construção, avaliação e implementação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR). O PNPIR e o CNPIR são coordenados pela SEPPIR.

O debate do campo da saúde da população negra no CNPIR não tem prioridade, assim como é no PNPIR. Das 22 organizações da sociedade civil que compõem a titularidade do CNPIR, apenas duas que atuavam com a temática saúde: a Federação Nacional das Associações de Pessoas com Doença Falciforme (FENAFAL) ocupando o assento do setor saúde; e pelo segmento de mulheres a AMNB. Os representantes do poder executivo que estiveram presentes naquele encontro

243 http://blog.planalto.gov.br/presidenta-dilma-recebe-representantes-do-movimento-negro Acesso em 29.01.2018

244 http://sueidekinte.blogspot.com.br/2013/07/relato-da-reuniao-com-presidenta-dilma.html Acesso em 29.01.2018

foram Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência da República – SEGP), Aloizio Mercadante (Ministério da Educação – MEC), Luiza Bairros (SEPPIR), e Diogo Sant'ana chefe da Assessoria Especial da SEGP). O Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, não participou da reunião, ainda que a pauta pré-agendada citasse ações envolvendo sua pasta[245].

Neste mesmo dia 19 de julho todas as entidades médicas anunciam que iriam se retirar do Conselho Nacional de Saúde, como resposta à decisão do governo federal de contratação de médicos estrangeiros para atuar no país através do programa Mais Médicos, sem qualquer discussão prévia com a categoria[246].

Em 29 de julho, o Fórum de ONGs Aids de São Paulo divulga nota de repúdio à Fabio Mesquita – Diretor do DN DST/Aids, por considerar sua conduta desrespeitosa em relação ao movimento social[247].

Em 15 de agosto, o Fórum de ONGs Aids do Rio Grande do Sul, estado onde teve início a carreira política no executivo da mineira Dilma Rousseff (secretária da fazenda de 1985 a 1988 e Secretária das Minas e Energia de 1999 a 2002 na prefeitura de Porto Alegre), e também onde está a sede da ACMUN, da AMNB e onde ocorre regularmente o Lai Lai Apejo, lança um documento público com duras críticas ao DN DST/Aids. Na reunião da CAMS, em 19 de julho, Fábio Mesquita havia anunciado novas estratégias de enfrentamento da Aids no Brasil. Anunciou também, que o DN DST/Aids considera a epidemia de Aids diferenciada no Rio Grande do Sul em relação aos demais estados brasileiros. No Rio Grande do Sul, segundo suas declarações, dados indicam uma epidemia na ordem de 2% de população com HIV/Aids, quatro vezes maior que a média nacional que fica em torno de 0,5%. Estes dados indicariam, segundo o padrão de avaliação da OMS, uma epidemia generalizada, diferente do restante do Brasil, onde a baixa incidência na população em geral indica uma epidemia concentrada em populações específicas, com maior vulnerabilidade e com histórico de exclusão social, vítimas de discriminação e preconceito. Em decorrência deste quadro, Fábio Mesquita informou que seria estabelecida uma ação emergencial para o RS, com um pacote de medidas de combate a Aids que visem reduzir os números de forma rápida e eficaz.

Vale citar aqui trechos da resposta do Fórum de ONGs/Aids do RS ao pacote de medidas anunciada pelo diretor do DN DST/Aids, para exemplificar como as questões trazidas pelo PEAAPNA permanecem presentes no debate:

---

245 http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/f%C3%A1tima-oliveira/25-de-julho-dia-da-mulher-negra-da-am%C3%A9rica-latina-e-do-caribe-1.684936 Acesso em 29.01.2018

246 http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/07jul_19_entidades_medicas.html Acesso em 29.01.2018

247 http://agenciaaids.com.br/noticias/interna.php?id=21127 Acesso em 29.01.2018

> Entendemos que a Aids é uma epidemia com, determinantes e condicionantes sociais de enorme relevância e assim, um enfrentamento apenas biomédico, focado na doença, não reduzirá os números apresentados hoje. Necessitamos entender a Aids no Rio Grande do Sul e para tanto é necessário uma análise mais sociológica e antropológica da epidemia, suas causas e seu desenvolvimento. [...] Outra questão importante e que preocupa sobremaneira a sociedade civil é a possibilidade de flexibilização dos direitos humanos e dos princípios do SUS no enfrentamento da Aids. O respeito à diversidade, à especificidade, com a execução de políticas afirmativas voltadas para as populações mais atingidas estão sendo negligenciadas e esquecidas pelos governos. Os princípios do SUS não estão sendo levados em conta, desrespeitando o direito do cidadão no acesso a saúde pública. [...] O Brasil, e sua política de Aids, sempre se pautaram na busca incessante destes princípios, e foram alvo de críticas no início e de aplausos quando de fato mostraram resultados. O Brasil foi exportador do seu modelo, e agora a proposta é copiar os modelos de combate à epidemia de Aids de países sem nenhum histórico de defesa dos direitos humanos, como a Rússia, ou países da Ásia como Vietnam, Camboja ou Indonésia (carta do Fórum de ONGs/Aids do Rio Grande do Sul).

A reivindicação, por parte de distintos movimentos sociais, de uma reedição do PEAAPNA já havia aparecido no Congresso Nacional de DST/Aids, em Florianópolis. Este congresso que aconteceu em junho de 2008, marcou a posição do PN DST/Aids de encerrar definitivamente o PEAAPNA. Desde então o movimento social vinha se manifestando pela necessidade de apresentar outra ação que garantisse visibilidade ao tema Aids e População Negra.

> Se o cenário epidemiológico mudou, se as tendências são outras, e se isso vai nortear a política também as pessoas ainda não falaram. O que se sabe a partir do primeiro balanço, dos primeiros estágios do Programa [PEAAPNA] é que merecíamos uma segunda versão do programa. Isso é o que dissemos no Congresso de Prevenção em Florianópolis. Precisamos reescrever o programa. Precisamos readequar o programa a esta realidade, para poder pensar na linha do tempo o que foi bom, o que precisa ser revisto para que seja melhor, e o que não deu certo (Entrevista Pai Celso de Oxaguiã).

Muitas organizações da sociedade civil, incluindo aí os Movimentos Negros, irão participar dos protestos que inundaram o país em 2013, e que tornaram difícil a reeleição de Dilma Roussef em 2014. Com o clima de instabilidade política que se seguiu, em 2016, ocorreu o *impeachment* que selou o fim de 13 anos de gestão do PT no governo federal. Com um projeto político radicalmente diferente, e uma orientação bastante distinta, o governo sem-votos de Michel Temer vem matando de inanição as políticas de promoção da igualdade racial que já vinham combalidas desde 2008. No campo das relações internacionais, o país passou a se afastar da África e aproximar-se dos EUA, perdendo espaço tanto no BRICS quanto no MERCOSUL.

Em janeiro de 2018, já condenado em segunda instância pela justiça brasileira, o ex-presidente Lula teve de entregar seu passaporte e foi impedido de viajar para uma conferência na Etiópia em que falaria sobre a experiência do Brasil no combate a fome.

O crescimento de movimentos políticos conservadores que surgiu com a crise econômica global de 2008 segue avançando, e aquela perspectiva de construir uma aliança global para o enfrentamento da Aids e do Racismo anti-negro, onde o Brasil ocuparia um lugar de destaque, no início de 2018 parece ter feito parte do cenário de um passado distante. Apesar da capilarização de iniciativas inspiradas pelo PEAAP-NA e pela PISPN em alguns estados e capitais brasileiras, já não há uma diretriz nacional que implique no fortalecimento destas agendas. Muitos estados e municípios brasileiros entraram em uma crise financeira tão profunda, que se encontram com sérias dificuldades para garantir os serviços mais básicos e essenciais, dificultando o atendimento de agendas de grupos sociais específicos.

O conjunto de estudantes cotistas que participou do programa Brasil Afroatitude foi estabelecendo laços e se constituindo em uma rede que terminou por impactar no conjunto de ações desenvolvidas no âmbito da resposta brasileira à epidemia de HIV/Aids. De início nas próprias universidades, onde consolidaram redes de apoio mútuo que permitiu que muitos(as) pudessem ser absorvidos(as) em grupos de pesquisa e projetos de extensão voltados para este tema, mesmo após fim do financiamento oferecido pelo Ministério da Saúde. Ainda que em alguns casos as universidades envolvidas tenham conseguido garantir a continuidade do projeto com outras formas de aporte para garantia das bolas, foi principalmente a partir da adesão de professores(as) que, seduzidos(as) pela proposta e pelos resultados alcançados, abraçaram estes(as) estudantes como potenciais agentes na luta contra Aids.

Alguns(mas) dos(as) coordenadores(as) dos projetos vinculados ao Afrotitude nas universidades também estabeleceram parcerias entre si a partir das reuniões e encontros proporcionados pelo PN DST/Aids e do engajamento em uma agenda comum. Destaco aqui o Prof. Jorge Luís Riscado, que depois de coordenar o Afroatitude na UFAL, transformou o tema da Saúde da População Negra em disciplinas para cursos de graduação e pós-graduação, e posteriormente, em um curso de especialização.

Os(as) estudantes também se conectaram em um outro nível. A partir dos encontros nacionais e regionais do Afroatitude, estabeleceram uma rede nacional que seguiu participando de maneira ativa em encontros municipais, estaduais, nacionais e internacionais relacionados

aos temas da Saúde da População Negra e HIV/Aids. Foi principalmente como representantes do segmento juventude negra que participaram de importantes fóruns, encontros, debates e manifestações.

Nem todos(as) que participaram do Afroatitude puderam lograr encontrar espaço para a realização profissional e acadêmica, mas alguns(mas) se destacaram grandiosamente a partir da oportunidade que um programa de AA lhes proporcionou. Exemplos como o de Aurelielza Santos Nascimento que era bolsista do Afroatitude da UNEB e que ganhou o prêmio nacional de Direitos Humanos na categoria Igualdade Racial em 2008. Reencontrei Aurelielza em 2011 em um evento sobre Saúde da População Negra no interior da Bahia. Posso lembrar também de Flavia Sebastiana, que era bolsista do Afrotitude da UEMG que se tornou artista plástica e reencontrei casada com meu colega, o professor Júlio Cesar Machado de Paula quando fui trabalhar no INC em Benjamin Constant em 2009. Júlio Machado foi professor do colegiado de letras e ministrou disciplinas para o bacharelado em antropologia no INC. Reencontrei o casal de mineiros Júlio e Flavia (que já não vivem no Amazonas) em São Paulo, em 2014. Mais recentemente, em 2017, reencontrei Michely Ribeiro da Silva[248] que foi bolsista do Afroatitude na UFPR. Conversamos pela última vez em um ciclo de conferências sobre Saúde Mental e Racismo na UFG, quando descobri que ela estava trabalhando para a FIOCRUZ em Brasília. Uma reviravolta e tanto pensar que a mesma instituição que publicou artigos criticando o Afroatitude, agora tinha uma ex-bolsista deste projeto como pesquisadora de campo.

Sobre meus amigos da Maré... aquele que contou sobre sua sorologia, não resistiu aos efeitos da "morte social" e fez sua passagem antes mesmo do início deste milênio. Meu outro amigo se converteu em uma igreja neopentecostal, onde encontrou acolhimento e promessa de cura. Se mudou para outra parte do Rio de Janeiro, se casou e tem um filho. Encontrei pessoalmente com ele pela última vez em 2014, quando ambos visitávamos familiares durante as festas de fim de ano, no complexo da Maré no Rio de Janeiro. Ele passeava em frente a casa da minha mãe com o filho, vindo da casa de seus pais, quando me viu. A alegria e satisfação de reencontra-lo foi muito maior do que a frustração em perceber que, o PEAAPNA pelo qual eu trabalhei no Ministério da Saúde, não havia chegado até meu amigo: homem negro, favelado, sem formação de nível superior, vivendo com Aids, heterossexual, cristão e conservador.

248 Michely Ribeiro é conselheira consultiva da Rede Mulheres Negras do Paraná; participa da Rede Lai Lai Apejo - Saúde da População Negra e Aids; do Coletivo Mangueiras - Jovens Feministas pelos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; da AME - Ação de Mulheres pela Equidade; é membro do Young Feminist Wire Editorial Group da Awid (Associação pelo Direito das Mulheres e o Desenvolvimento na sigla em inglês); e ainda participa da Articulação de Negras Jovens Feministas.

Se considerarmos apenas a fala dos entrevistados citados (Jurema Werneck, Ivair dos Santos, Ana Costa, Celso Monteiro, Marcia Giovanetti, Luís Eduardo, e Pedro Chequer) podemos perceber que a estratégia que investiu nesta juventude negra que entrava pelas cotas na universidade, nas comunidades de terreiro, e no movimento de mulheres negras produziu avanços e tropeços. O foco na prevenção para evitar ampliação de novos casos junto à população negra, fez subsumir o protagonismo das pessoas negras que em sua solidão viviam com Aids em detrimento de militantes com maior possibilidade de articulação dentro destas redes. Durante minha apresentação no VI COPENE (Rio de Janeiro, julho de 2010) fiz esta observação frente a um grupo de especialistas em Saúde da População Negra. Fernanda Lopes, que estava presente, concordou com minha consideração, e acrescentou que a situação dos negros vivendo com HIV/Aids era tal que não havia, naquele momento, condições efetivas de que pudessem assumir o protagonismo na luta. Oxalá tenhamos contribuído para reverter este quadro.

Faustino (2017) em uma análise da PNSIPN estabelece contundente crítica às polarizações entre focalização/universalização, distribuição/reconhecimento. Estabelecendo um paralelo entre a compreensão dos determinantes sociais em saúde e as questões relativas ao direito à cidade, vai destacar como na reforma sanitária se tendeu a lidar com as categorias de classe e desconsiderar os grupos raciais enquanto sujeitos políticos. O modelo de determinação social em saúde fundamentado somente nas relações de classe foi duramente provocado pelo surgimento de novos movimentos sociais (de gênero, de orientação sexual, de raça/etnia, de nacionalidades, de faixa etária, entre outros) que reivindicaram o direito à cidade tanto quanto o direito à saúde a partir da segunda metade do Séc. XX. Apesar disto, a fórmula prevalente na construção do SUS foi a busca da expansão irrestrita dos direitos sociais ao conjunto da sociedade através do mandato da universalidade contido no Artigo 196 da CF 88. A crise estrutural do capitalismo nas duas últimas décadas do Séc. XX provocou a estruturação de um argumento de contingenciamento dos escassos recursos, com a defesa de impossibilidade da universalização. A focalização – atrelada neste contexto ao ideário neo-liberal – preconizou o direcionamento das políticas sociais apenas para os setores mais desfavorecidos da população.

> O curioso, quando se observa o caso brasileiro, é que o advento do Sistema único de Saúde no final da década de 1980 – em sua afirmação da saúde como direito universal – veio na contramão desse movimento de desmonte do Estado, ao apontar exatamente para o dever do Estado em prover os direitos. O resultado foi a estruturação de uma reforma orientada para a universalização, mas ao mesmo tempo, sensível à existência

> de características específicas na população. O principio da equidade, presente no texto do Sistema Único de Saúde, expressa bem essa busca (FAUSTINO, 2017, p. 3837).

Faustino, ao examinar a PNSIPN, reconhece a tensão entre reconhecimento e redistribuição traduzida na disputa pelos elementos a serem considerados centrais como determinantes sociais da saúde. Paralelamente à tensão entre universalização e focalização, emerge na discussão sobre a necessidade ou não de AA nos marcos do SUS. Para transformar a tensão entre redistribuição e reconhecimento em articulação entre estes conceitos, Faustino sugere a adoção de uma noção ampliada do princípio de justiça social. Por este princípio, inscrito e evidente no PNSIPN, é possível articular os elementos emancipatórios de ambas as tendências, superando a "falsa – antítese" entre a vontade geral e a diversidade existente no campo social.

O PEAAPNA se insere no campo da saúde da população negra, e assim como a PSIPN, apresentou consonância com essa noção ampliada de justiça social que articula reconhecimento e redistribuição. Sua formulação foi mobilizada simultaneamente pela demanda de enfrentamento das inequidades raciais e pela universalização do direito à saúde. No entanto, sem que se possa superar a histórica ausência de negros/as (ou mesmo de não-negros/as) engajados na luta antirracista em espaços de poder do Setor Saúde, seja na produção e validação de conhecimento científico em saúde, seja na gestão e funcionamento do SUS, teremos apenas avanços pontuais na eliminação dos efeitos deletérios à saúde resultantes do Racismo Institucional[249]. Ainda que o apoio das organizações internacionais tenha sido fundamental em um dado momento para que esta pauta tenha se tornado publicamente visível, será necessário que no Brasil prevaleça o compromisso efetivo com o reconhecimento de que o racismo que aqui vivemos é prejudicial à saúde de todos(as), e que se promova a redistribuição necessária. Este é apenas um dos muitos passos que teremos de avançar no caminho para a promoção da justiça social.

249 "De acordo com Jurema Werneck, o conceito de racismo institucional guarda relações com o conceito de vulnerabilidade programática, uma vez que desloca-se da dimensão individual e instaura a dimensão estrutural, correspondendo a formas organizativas, políticas, práticas e normas que resultam em tratamentos e resultados desiguais. É também denominado racismo sistêmico e garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados, atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeitos nesses grupos" (FAUSTINO, 2017, p. 3836).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araújo. *Histórias do Movimento Negro no Brasil*: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas/ CPDOC-FGV, 2007.

ALMEIDA, Alfedo Wagner Berno de. Linchamentos: atos de "justiça camponesa" entre a "humanização da penalidade" e a "desumanização do indígena". In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi; VIDAL, Lux Boelitiz; FISCHMANN, Roseli (Orgs). *Povos Indígenas e tolerância*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. *Quilombos e as novas etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011.

AMNB, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. *Dossiê sobre a situação das Mulheres Negras Brasileiras*. Salvador: AMNB, julho de 2007.

AMORIM, Celso. Prefácio. In: II CIAD. *A diáspora e o renascimento africano*: Relatório Final. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

AMORIM, Fernando. Nacionalismo e desalienação africana. In: Janus Anuário de Relações Internacionais - Dossiê Meio Século de Independências Africanas. 2010. Disponível em: http://janusonline.pt/index1.html. Acesso em: 29 set. 2017.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998.

ANJOS, José Carlos dos. Etnia, Raça e Saúde: sob uma perspectiva nominalista. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio. *Etnicidade na América Latina*: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

ANTELA, Antonio. *Manual de capacitacion en el manejo integral de personas adultas que viven con el VIH/Sida para equipos de atención primaria y comunitários en Latinoamérica y el Caribe*. Washington: OPS, 2004.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Medicina Rústica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo:* Antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

AUGRAS, Monique. Diferenças e semelhanças entre as nações das casas-de-santo. In: SILVA, José Marmo da (Org.). *Projeto Ató-Ire*: Religiões Afro-brasileiras e Saúde. São Luiz – MA: Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2003.

AUZIAS, Jean – Marie. *A Antropologia Contemporânea*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de Azevedo. *Onda negra, medo branco*: o negro no imaginário das Elites Século XIX. São Paulo: Annabluma, 2004a.

_____. *Anti-racismo e seus paradoxos*: Reflexões sobre cota racial, raça e racismo. São Paulo: Annablume, 2004b.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. Dossiê Mulheres Negras, *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol.3, n. 2, p. 458-463, 1995. Disponível em: http://www.ieg.ufsc.br/revista_detalhe_volume.php?id=185

_____. Indicadores Sociais e Políticas Públicas. In: GARCIA, Januario. *25 anos (1980-2005)*: Movimento Negro no Brasil. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2008.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 11, 2013.

BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira*: Depoimentos. São Paulo: Quilombhoje, 2007.

BARRIOS, Leoncio. Psicosociología de las Infecciones de Transmisión Sexual y el Sida. In: BRICEÑO – LEÓN, Roberto (Coord.) *Salud y equidade*; una mirada desde las ciências sociales. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

BARROS, Edir Pina de. Saúde Indígena: a invisibilidade como forma de exclusão. In: GOLDENBERG, Paulete. *O Clássico e o Novo*: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de

Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

BASTIDE, Roger. *Antropologia aplicada*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Brancos e Negros em São Paulo*: Ensaio Sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Global, 2008.

BASTOS, Francisco Inácio. *Aids na terceira década.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

BASTOS, Francisco Inácio; SZWARCWALD, Célia Landmann. Aids e Pauperização: principais conceitos e evidências empíricas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. S65-S76, 2000.

BASTOS, João Luiz. *Discriminação e Saúde:* Perspectivas e métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

BATISTA, Luís Eduardo. Entre o biológico e o social: homens, masculinidade e saúde reprodutiva. In: GOLDENBERG, Paulete (Org.). *O Clássico e o Novo*: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janiero: Editora Fiocruz, 2003.

_____ *Mulheres e homens negros*: Saúde, doença e morte. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia), UNESP, 2002.

BATISTA, Luís Eduardo; MONTEIRO, Rosana Batista. Política de Saúde da População Negra no Estado de São Paulo: focalizando para promover a universalização do direito à Saúde? In: SÃO PAULO, Secretaria de Saúde. Desigualdades e Iniquidades em Saúde. *Boletim do Instituto de Saúde*, São Paulo, vol. 12, nº 2, 2010.

BATISTA, Luís Eduardo; SOUSA, Paula de Oliveira e; MONTEIRO, Celso Ricardo. *Religiões Afrobrasileiras, políticas de saúde e a resposta a epidemia de Aids.* São Paulo: Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS-SP, 2014.

BERQUÓ, Elza et al. Corpos fechados, protegidos e abençoados: um olhar para as religiões afro e sexualidades. In: SILVA, José Marmo da (Org.). *Projeto Ató-Ire*: Religiões Afro-brasileiras e Saúde. São Luiz – MA: Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2003.

BICUDO, Virginia Leone. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo.* São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

BISPO, Suely; SOUZA, Edileuza Penha de. *Resistência Negra na Grande Vitória*: dos Quilombos ao Movimento Negro. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BHABHA, Homi. *O local da cultura.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BOAHEN, Albert Adu. *História Geral da África*: África sob dominação colonial (1880-1935). Brasília: Unesco, 2010. 2 v.

BOAS, Franz. *A formação da Antropologia Americana*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora UFRJ, 2004.

_____. As limitações do método comparativo. In: BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004a.

_____. Alguns problemas de metodologia nas Ciências Sociais. In: BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004b.

_____. Os métodos da etnologia. In: BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004c.

_____. *Raça e Progresso. In* BOAS, Franz. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004d.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde do. *5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena*: Relatório Final. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

_____. *Brasil Afroatitude:* Primeiro Ano do Programa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra*: uma política do SUS. Brasília: Editora MS, 2010.

_____. *Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis.* Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

_____. *Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Ne-*

gra e Aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

_____. *Resposta* +: Experiências do Programa Brasileiro de Aids. Brasília: PN DST/Aids, 2005.

_____. Doenças sexualmente transmissíveis e Aids no Brasil do Século XXI: O desafio e a resposta. Cadernos de Saúde Pública: Escola Nacional de Saúde Públia Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 3, 2007.

BRASIL, Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). *Saúde da População Negra no Brasil*: contribuições para a promoção da equidade. Brasília: Funasa, 2005.

BRASIL, Presidência da República. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra*. Brasília: SEPPIR/Ministério da Saúde, 2009.

BRICEÑO – LEÓN, Roberto (Coord.). *Salud y equidade:* una mirada desde las ciências sociales. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

BRUCK, Karen. A iniciativa de implantação do Programa Brasil Afroatitude: Contexto de Surgimento. In: BRASIL, Ministério da Saúde. *Brasil Afroatitude:* Primeiro Ano do Programa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BUCHER, Richard. *Drogas e Sociedade nos tempos da Aids*. Brasília: Editora UnB, 1996.

CALVO- GONZÁLES, Elena. Usos políticos da leucopenia e diferença racial no Brasil contemporâneo. In: SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Identidades Emergentes, genética e saúde*: perspectivas antropológicas. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz: 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. As "categorias do entendimento" na Antropologia. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. *A categoria de (Des) Ordem e a Pós-Modernidade da Antropologia.* Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília/ Tempo Brasileiro, 1986. (Anuário Antropológico, nº 86).

CARDOSO, Marco Antônio. *O Movimento Negro em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e Raça. In: UNBEHAUM, Sandra G. (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.

_____. Enegrecendo o feminismo. In: GARCIA, Januario. *25 anos (1980-2005)*: Movimento Negro no Brasil. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2008.

_____ . A mulher negra na sociedade brasileira: o papel do movimento feminista na luta anti-racista. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) *História do Negro no Brasil Vol. 1* (O negro na Sociedade Brasileira: Resistência, participação, contribuição). Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

CARVALHO, José Jorge de. *Metamorfoses das tradições performáticas afro-brasileiras*: de patrimônio cultural a indústria de entretenimento. Brasília, Série Antropologia, nº 354, 2004.

_____. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, n. 68, p. 88-103, 1 fev. 2006.

_____. *Inclusão Étnica e Racial no Brasil*: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo, Attar Editorial: 2005.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Celso. Apresentação. In: BOAS, Franz. *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. *Relações raciais na escola:* reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília: Unesco, INEP, Observatório da Violências nas Escolas, 2006.

CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernardete da. *Respostas aos desafios da Aids no Brasil:* limites e possibilidades. Brasília: Unesco/ Ministério da Saúde, 2005.

CAVALCANTI, Bruno César; FERNANDES, Clara Suassuna; BARROS, Rachel Rocha de Almeida (Orgs.) *Kulé – Kulé*: Afroatitudes. Maceió: EdUFAL, 2007.

CCN, Centro de Cultura Negra do Maranhão. *Boletim Informativo do Projeto Religiões Afro-brasileiras e Saúde.* São Luiz, Ano 1, nº 1, maio

de 2002.

_____. *Boletim Informativo do Projeto Religiões Afro-brasileiras e Saúde:* Gênero, Saúde Sexual e Reprodutiva nos Terreiros. São Luiz, Ano 1, nº 1, Edição Especial, Novembro de 2002.

_____. *Boletim Informativo do Projeto Religiões Afro-brasileiras e Saúde:* A Saúde da Mulher. São Luiz, Ano II, Edição Especial, Novembro de 2003a.

_____. *Boletim Informativo do Projeto Religiões Afro-brasileiras e Saúde:* A Saúde do Homem. São Luiz, Ano II, Edição Especial, Novembro de 2003b.

CHACON, Vamireh. *Gilberto Freyre*: uma biografia intelectual. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana; São Paulo: Ed. Nacional, 1993.

CHALOUB, Sidney. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, modernidade e política.* Salvador: EDUFBA/CEAO, 2004.

CHEQUER, Pedro; WERTHEIN, Jorge. Apresentação. In: CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernardete da. *Respostas aos desafios da Aids no Brasil*: limites e possibilidades. Brasília: Unesco/Ministério da Saúde, 2005.

CHINOY, Ely. *Sociedade*: Uma introdução à sociologia. São Paulo: Editora Cultrix, 1971.

CIAD. *A Diáspora e o Renascimento Africano (Relatório Final)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CLIFFORD, James *A experiência etnográfica:* Antropologia e literatura no Século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; ALMEIDA FILHO, Naomar. Análise do conceito de saúde a partir da epistemologia de Canguilhem e Foucault. In: GOLDENBERG, Paulete (Org.). *O Clássico e o Novo*: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janiero: Editora Fiocruz, 2003.

CONNEL, Raewyn. O império e a criação de uma Ciência Social. Dossiê Saberes Subalternos, *Revista Contemporânea*, São Carlos, v.2, nº 2, p. 309-336, jul.- dez., 2012.

CORREIA, Pedro de Pezarat. O fim da África Austral branca. *Revista Janus Anuário de Relações Internacionais – Dossiê Meio Século de Independências Africanas*, Lisboa, Edição Público e Universidade Autônoma de Lisboa, 2010.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos:* teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CRAPANZANO, Vincent. *Tuhami:* Portrait of Moroccan. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

CRIOLA, Organização de Mulheres Negras. *Biopolíticas.* Rio de Janeiro: Cadernos Criola, 2007.

_____. *Saúde da Mulher Negra*: para gestores e profissionais de saúde. Rio de Janeiro: Cadernos Criola, 2004.

CRUZ, Simone et al. *Saúde da População Negra como Ação Afirmativa:* Estratégias de enfrentamento ao HIV/Aids na perspectiva de entidades do Movimento Negro na Região Sul do Brasil. Porto Alegre: Metrópole, 2008.

CUNHA, Estela Maria Garcia Pinto da. Especificidades de Raça/Etnia nas questões de saúde. In: GOLDENBERG, Paulete (Org.). *O Clássico e o Novo*: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janiero: Editora Fiocruz, 2003.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*: Campanha de Canudos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1984.

CUTI, Luís Silva. *E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Nhoova América, 2007.

DACACH, Solange. Entre o corpo mítico e corpo físico: gênero, sexualidade e reprodução. In: SILVA, José Marmo da (Org.). *Projeto Ató-Ire*: Religiões Afro-brasileiras e Saúde. São Luiz–MA: Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2003.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura*: Política social e racial no Brasil (1917-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DAVIS, Angela Y. *Mujeres, raza y classe*. Madrid: Ediciones Akal, 1981.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura:* Uma história da Eugenia no Brasil e no Mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

DIÉNE, Doudou. *Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Todas as Formas de Discriminação*. Relatório do Relator Especial sobre as formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e outras formas de intolerância, o Sr. Doudou Diène. Nações Unidas – Conselho Social e Econômico. Missão no Brasil (17 a 26 de outubro de 2005).

D'OGUM, Mãe Venina. O matriarcado da religião afro-brasileira. In: SILVA, José Marmo da (Org.). *Projeto Ató-Ire*: Religiões Afro-brasileiras e Saúde. São Luiz–MA: Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2003.

DOMINGUES, Petrônio. Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e anti-racismo no Brasil. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (Orgs). *Movimento Negro Brasileiro:* Escritos sobre os sentidos de democracia e justiça no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

DUARTE, Evandro C. Piza (Coord.). *Cotas raciais no ensino superior*: Entre o jurídico e o político. Curitiba: Juruá, 2008.

DU BOIS, William Edward Burghardt. *As Almas da gente Negra*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2007.

ENGENDERHEALTH; UNFPA. *Saúde sexual e saúde reprodutiva das mulheres adultas, adolescentes e jovens vivendo com HIV e Aids*: Subsídios para gestores, profissionais de saúde e ativistas. Nova York: EngenderHealth/ Brasília: Unfpa, 2008.

ERIKSEN, Thomas Hylland. *História da Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 2012.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*: Uma descrição do modo de

subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

_____. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FACHINI, Regina. *"Sopa de Letrinhas?" Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos Anos 90*: Um estudo a partir da cidade de São Paulo. Campinas-SP, 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP.

FAJARDO, Raquel Z. Yrigoyen. Aos 20 anos de convênio 169 da OIT: Balanços e desafios da implementação dos direitos dos Povos Indígenas na América Latina. In: VERDUM, Ricardo (Org.). *Povos Indígenas*: Constituições e reformas Políticas na América Latina. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2009.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Juiz de Fora: Ed.Ufjf, 2005.

_____. *Pele negra, Máscaras Brancas*. Salvador: Ed. Ufba, 2008.

FARIA, Luís de Castro. *Antropologia*: Duas Ciências, Notas para uma história da Antropologia no Brasil. Brasília: CNPq/Rio de Janeiro: MAST, 2006.

FAUSTINO, Deivison Mendes. A universalização dos Direitos e a Promoção da Equidade: O caso da Saúde da População Negra. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 2017.

FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*: métodos. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FERES JUNIOR, João; ZONINSTEIN, Jonas. *Ação afirmativa e universidade*: experiências nacionais comparadas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global Editora, 2007.

FERRETI, Mundicarmo Maria Rocha. Religiões afro-brasileiras e saúde: diversidade e semelhanças. In: SILVA, José Marmo da (Org.). *Projeto Ató-Ire*: Religiões Afro-brasileiras e Saúde. São Luiz–MA: Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2003a.

FLEISCHER, Soraya; BÖSCHEMEYER, Ana Gretel Echazú; SAUTCHUK, Carlos Emanuel (Editores). *Anatomias populares*: A antropologia médica de Martin Alberto Ibáñes-Novión. Brasília: Editora Unb, 2012.

FONTOURA, Maria Conceição Lopes. A produção escrita das mulheres negras. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis , v. 12, n. spe, p. 131-141, Dec. 2004.

FOSTER, George McClelland. *As culturas tradicionais e o impacto da tecnologia*. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1964.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collége de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loylola, 2004.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

_____. *História da Sexualidade I*: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2012a.

_____. *História da Sexualidade II:* O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 2012b.

FREYRE, Gilberto de Mello. *Sociologia da Medicina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

_____. *Os escravos nos anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. São Paulo: Editora Nacional/Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.

_____. *Casa-Grande e Senzala*: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio/ Brasília: INL-MEC, 1980.

FRY, Peter. Introduzindo o Racismo. In: FRY, Peter et al. (Orgs.). *Divisões perigosas:* Políticas Raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

_____. Que aumento é esse? In: FRY, Peter et al. (Orgs.). *Divisões perigosas:* Políticas Raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

_____. Pode-se criar uma cisão racial. In: FRY, Peter et al. (Orgs.). *Divisões perigosas:* Políticas Raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007c.

_____. *Para Inglês Ver*: Identidade e Política na Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. Política Social de Alto Risco. In: FRY, Peter et al. (Orgs.). *Divisões perigosas:* Políticas Raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRY, Peter et al (Orgs.). *Divisões perigosas:* Políticas Raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GARCIA, Januário (Org.) *25 anos (1980-2005) Movimento Negro no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2008.

GARNELO, Luísa et al. Saúde dos Povos Indígenas e Políticas Públicas no Brasil. In: GIOVANELLA, Lígia (Org.). *Políticas e sistemas de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis-RJ: Ed Vozes, 2004.

GIACOMINI, Sonia. *Mulher e escrava*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*: Modernidade e dupla consciência. 34 ed. São Paulo: /Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes-Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

_____. *Entre Campos*: Nações, Culturas e o Fascínio da Raça. São Paulo: Annablume, 2007.

GILLIAM, Angela; GILLIAM, Onik'a. Negociando a Subjetividade de Mulata no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 525, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16471/15041. Acesso em: 07 fev. 2020. doi:https://doi.org/10.1590/%x.

GILLIAM, Angela. *Anais do Seminário internacional Multiculturalismo e Racismo*: o Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos. Brasília: Ministério da Justiça- Secretaria Nacional

de Direitos Humanos, julho de 1996.

GIOVANELLA, Lígia (Org.) *Políticas e sistemas de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1988.

GOMES, Flavio dos Santos. *Negros e Política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

GOMES, Mércio Pereira. *Antropologia*: Ciência do Homem/Filosofia da Cultura. São Paulo: Contexto, 2009.

GOMES, Nilma Lino (Org.). *Tempos de lutas*: As Ações Afirmativas no contexto brasileiro. Brasília: SECAD-MEC, 2006.

GLUCKMAN, Max. *Rituais de rebelião no sudeste da África*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

_____. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das Sociedades Complexas*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GROSSI, Miriam Pillar; SCHWADE, Elisete. Um campo consolidado: Antropologia do Gênero no Brasil. In: GROSSI, Miriam Pillar; SCHWADE, Elisete. *Política e Cotidiano*: Estudos sobre o gênero, família e sexualidade. Blumenau: Nova Letra, 2006.

GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. *Afrocidadanização*: Ações afirmativas e trajetórias de vida no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio/ São Paulo: Selo Negro, 2013.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2012.

_____ Raça, Cor e outros conceitos analíticos. In: SANSONE, Lívio; PINHO, Osmundo Araújo (Orgs). *Raça*: novas perspectivas antropológicas. Salvador: ABA/EDUFBA, 2008.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. *Da Diáspora*: Identidades e Mediações Culturais. Belo Hori-

zonte: Editora UFMG. Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o Poder:* o Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: EdUerj, 2001.

HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. *Cuidar, controlar, curar*: ensaios, históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história do branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HOOKER, Juliet. Inclusão indígena e exclusão dos afro-descendentes na América Latina. *Tempo soc.*, São Paulo , v. 18, n. 2, p. 89-111, Nov. 2006 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000200005&lng=en&nrm=iso. access on 07 Feb. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702006000200005.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. *Desigualdades Raciais no Brasil*: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002.

KALCKMAN, Suzana et al. *Nascer com equidade – Humanização do Parto*: Questões raciais/cor e de gênero. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas:* uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Agir Editora, 2006.

KATRHADA, Ahmed. *Memoirs*. Cape Town: Zebra Press, 2004.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque*: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KLINEBERG, Otto. *As diferenças raciais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

KULICK, Don. *Travesti:* Prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz: 2008.

KUPER, Adam. Leach e Gluckman: para além da ortodoxia. In: KUPER, Adam. *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LANGDON, Esther Jean. Salud y Pueblos Indígenas: los desafios en el cambio de siglo. In: BRICEÑO- LEÓN, Roberto (Coord.). *Salud y Equidad*: una mirada desde las ciencias sociales. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

LEAKEY, Richard E. Introdução. In: DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. São Paulo: Melhoramentos/Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

E BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2006.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs). *Antropologia Brasiliana*: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette – Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

_____. Roquette – Pinto e o Anti-racismo no Brasil. In: FRY, Peter et al. (Orgs.). *Divisões perigosas:* Políticas Raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LIMA, Nísia Trindade; SANTOS, Ricardo Ventura; COIMBRA JR., Carlos E. A. Rondônia de Edgard Roquette-Pinto: Antropologia e projeto nacional. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs). *Antropologia Brasiliana*: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LOPES, Fernanda. *Mulheres negras e não-negras vivendo com HIV/ Aids no Estado de São Paulo*. 2002. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MANDELA, Nelson. *Conversas que tive comigo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

MANDELA, Winnie. *Parte de minha alma*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

MAFRA, Ana Amélia Campos. A importância dos terreiros na construção da identidade negra. In: SILVA, José Marmo da (Org.). *Projeto Ató-Ire*: Religiões Afro-brasileiras e Saúde. São Luiz–MA: Centro de Cu

MAGALHAES, Couto de. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Editora Nacional/Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.

MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue:* História do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Abolição da Abolição. In: FRY, Peter et al. (Orgs.). *Divisões perigosas:* Políticas Raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

_____. Pardos. In: FRY, Peter et al. (Orgs.). *Divisões perigosas:* Políticas Raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

_____. Ministério da Classificação Racial. In: FRY, Peter et al. (Orgs.). *Divisões perigosas:* Políticas Raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007c.

_____. Constituição do Racismo. In: FRY, Peter et al. (Orgs.). *Divisões perigosas:* Políticas Raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007d.

MAIO, Marcos Chor. A Crítica de Otto Klineberg aos testes de inteligência. O Brasil como laboratório racial. *Varia hist.*, Belo Horizonte , v. 33, n. 61, p. 135-161, Apr. 2017 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752017000100135&lng=en&nrm=iso. access on 07 Feb. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752017000100007.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça como questão*: História, Ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

_____. Cotas e Racismo. In: FRY, Peter et al. (Orgs.). *Divisões perigosas:* Políticas Raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Um Brasil de cotas raciais? In: FRY, Peter et al. (Orgs.). *Divisões perigosas:* Políticas Raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

_____. Qual "retrato do Brasil"? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica. In: SANSONE, Lívio; PINHO, Osmundo. *Raça:* Novas perspectivas antropológicas. Salvador: ABA/Edufba, 2008.

MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Política Social com Re-

corte Racial no Brasil: o caso da saúde da população negra. In: MAIO, Marcos Chor (Org.). *Raça como questão*: História, Ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

_____. Cor/Raça, Saúde e Política no Brasil (1995-2006). In: SANSONE, Lívio; PINHO, Osmundo. *Raça*: Novas perspectivas antropológicas. Salvador: ABA/Edufba, 2008.

MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone; RODRIGUES, Paulo Henrique Almeida. O SUS é racista? In: FRY, Peter et al. (Orgs.). *Divisões perigosas:* Políticas Raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MALDONADO–TORRES, Nelson. Pensamento Crítico desde a Subalternidade*:* Os Estudos Étnicos como Ciências Descoloniais ou para transformação das Humanidades e das Ciências Sociais no Século XXI. *Revista Afro-Ásia*, v. , n. 34, p. 105-129, 2006.

MALINOWSKY, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

MALTA, Monica; BASTOS, Francisco Inácio. Aids: prevenção e assistência. In: GIOVANELLA, Lígia (Org.) *Políticas e sistemas de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MATTA, Roberto da. *Relativizando*: Uma Introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1984.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEDEIROS, Carlos Alberto. *Na lei e na raça*: legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MERCIER, Paul. *História da Antropologia*. São Paulo: Editora Moraes, 1974.

MIGNOLO, Walter D. *Historias Locales/Diseños Globales:* Colonialidade, Conocimientos Subalternos y Pensamiento fronterizo. North Carolina: AKAL, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; MINAYO-GÓMEZ, Carlos. Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, Paulete (Org.) *O*

Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janiero: Editora Fiocruz, 2003.

MONTEIRO, Celso Ricardo; SOUZA, Paula de Oliveira e; BATISTA, Luís Eduardo. *Religiões Afro-brasileiras, Políticas de Saúde e a Resposta à Epidemia de Aids.* São Paulo: Centro de Referência e Treinamento DST/Aids-SP, 2014.

MONTEIRO, Simone. Desigualdades em Saúde, Raça e Etnicidade: Questões e Desafios. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio. *Etnicidade na América Latina*: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

_____. Programa Afroatitude: a fabricação de uma identidade racial? In: FRY, Peter et al. (Orgs). *Divisões perigosas:* Políticas Raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Prevenção ao HIV/Aids: Lições e Dilemas. In: GOLDENBERG, Paulete (Org.). *O Clássico e o Novo*: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janiero: Editora Fiocruz, 2003.

MOORE, Carlos. *Racismo e Sociedade*: Novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

_____. Prefácio. In: CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre a Negritude*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

_____. *O marxismo e a questão racial*: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão. Belo Horizonte: Nandyala/ Uberlândia: Cenafro, 2010.

MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOUTINHO, Laura. *Razão, "cor" e desejo:* uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivos- sexuais "inter-raciais" no Brasil e na África do Sul. São Paulo: Unesp, 2004.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*: Identidade Nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

_____. (org.) *História do Negro no Brasil:* O negro na Sociedade Brasileira: Resistência, participação, contribuição. Brasília: Fundação Cul-

tural Palmares, 2004.

_____. Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: Fundamentos antropológicos. *Revista USP*, n. 68, p. 46-57, 1 fev. 2006.

MUSSOLINI, Gioconda. *Evolução, Raça e Cultura*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

NADER, Laura. 1994. "Harmonia Coerciva: A Economia Política dos Modelos Jurídicos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. N. 26: 18-29.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*. Brasília: Fundação Palmares/Rio de Janeiro: OR Editor, 2002.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Pan-africanismo na América do Sul:* Emergência de uma rebelião negra. Petrópolis: Vozes/ São Paulo: IPEAFRO, 1981.

NASCIMENTO, Abdias; NASCIMENTO, Elisa Larkin. O negro e o congresso brasileiro. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *História do Negro no Brasil*: O negro na sociedade brasileira: Resistência, participação, contribuição. Brasília: Fundação Cultural Palmares/ CNPq, 2004.

NUNES, Margarete Fagundes (Org.). *Diversidade e Políticas Afirmativas*: Diálogos e intercursos. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

OLIVEIRA, Eduardo de. *A cólera dos generosos*: retrato da luta do negro para o negro. São Paulo: Sonda Editora/Editora Meca, 1988.

OLIVEIRA, Fátima. *Saúde da População Negra:* Brasil ano 2001. Brasília: Organização Panamericana da Saúde, 2003.

_____. Uma reflexão sobre a saúde da população negra no Brasil. In: SILVA, José Marmo da (Org.). *Projeto Ató-Ire*: Religiões Afro-brasileiras e Saúde. São Luiz–MA: Centro de Cultura Negra do Maranhão, 2003ª.

OLIVEIRA, Guacira César. *Mulheres Negras*: um retrato da discriminação racial no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, Conselho dos Direitos da Mulher, 2001.

ONUSIDA. *Um estúdio de la Asociación Pancaribeña contra el VIH/ Sida (PANCAP)*: Objetivos comunes, respuestas compartidas. Genebra: ONUSIDA, 2005.

_____. *Situación de la epidemia de SIDA*. Genebra: ONUSIDA, 2006.

OPAS/PNUD. *Subsídios para o Debate "Política Nacional de Saúde da População Negra:* Uma questão de equidade*"*. Brasília: OPAS/ PNUD, 2001.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade Racial e Mobilidade Social no Brasil: Um balanço das teorias. In: THEODORO, Mário (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil*: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Razões Afirmativas: pós-emancipação, pensamento social e a construção das assimetrias raciais no Brasil. In: MANDARINO, Ana Cristina de Souza; GOMBERG, Estélio (Org.). *TITULO DA OBRA*. Salvador: EdUfba, 2010.

PARÉS, Luís Nicolau. *A formação do candomblé:* história e ritual da Nação Jeje na Bahia. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

PARKER, Richard. Prefácio. In: CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernardete da. *Respostas aos desafios da Aids no Brasil*: limites e possibilidades. Brasília: Unesco/Ministério da Saúde, 2005.

PAZ, Josi. *Aids anunciada:* a publicidade e o sexo seguro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

PENA, Sergio Danilo Junho. *Igualmente diferentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. Ciências, Bruxas e Raças. In: FRY, Peter et al. (Orgs.). *Divisões perigosas:* Políticas Raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

_____. Receita para uma humanidade desracializada. In: FRY, Peter et al. (Orgs.). *Divisões perigosas:* Políticas Raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (Orgs). *Movimento Negro Brasileiro:* Escritos sobre os sentidos de democracia e justiça no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

PEREIRA, Amauri Mendes. Teorizações orgânicas*:* "Saltos para a Luz" na conjuntura da luta contra o racismo no Brasil. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (Orgs). *Movimento Negro Brasileiro:* Escritos sobre os sentidos de democracia e justiça no Brasil*.* Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

_____. *Trajetórias e perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

PINHO, Osmundo Araújo. Relações Raciais e Sexualidade. In: SANSONE, Lívio; PINHO, Osmundo Araújo (Orgs). *Raça*: novas perspectivas. Salvador: ABA/EDUFBA, 2008.

PIOVESAN, Flavia; SOUZA, Douglas Martins de. *Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial*. Brasília: SEPPIR, 2006.

PNUD et al. *Política nacional de saúde da população negra*: uma questão de equidade. Brasília: PNUD, 2001.

POMPEU, Fernanda. *Os efeitos psicossociais do racismo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto AMMA Psique e Negritude, 2008.

QUERINO, Manuel. *A raça africana e os seus costumes na Bahia*. Salvador: P555 Edições, 2006.

_____. O Africano como Colonizador. In: ARAUJO Emanoel (Org.). *Textos de Negros e Sobre Negros*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Museu Afrobrasil, 2011.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade del poder y Clasificacion social*. California: Journal of World-Sistem Research, 2000.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RAMOS, Jair de Souza. Como classificar os indesejáveis: Tensões e convergências entre raça, etnia e nacionalidade na política de imigração das décadas de 1920 e 1930. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs.). *Antropologia Brasiliana*: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette–Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

RAMOS, Artur. *As culturas negras no novo mundo*. São Paulo: Ed. Nacional/Brasília: INL, 1979.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no Movimento Negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (Orgs). *Movimento Negro Brasileiro:* Escritos sobre os sentidos de democracia e justiça no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos. *Liberdade por um fio:* História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, Luiza dos. "África volta à Bahia": o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO/UFBA) e o intercâmbio de estudantes africanos (1961-1965). In: TRAJANO FILHO, Wilson. (Org.) *Lugares, pessoas e grupos*: as lógicas de pertencimento em perspectiva internacional. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2010.

REIS, Toni; HARRAD, David. *Projeto Somos:* Desenvolvimento Organizacional, Advocacy e Intervenção para ONGs que trabalham com Gays e outros HSH. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras: De Bertioga a Beijing. Dossiê Mulheres Negras, *Revista Estudos Feministas*, vol.3, n. 2, p.446-456, 1995. Disponível em: http://www.ieg.ufsc.br/revista_detalhe_volume.php?id=185 Acesso em: 29.01.2018.

RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

_____. *O Animismo fetichista dos negros baianos*. Salvador: P555, 2005.

_____. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1932.

_____. *As Coletividades Anormais*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2006.

ROLAND, Edna. A internacionalização da luta do Movimento Negro Pré e Pós Durban. In: GARCIA, Januario. *25 anos (1980-2005)*: Movimento Negro no Brasil. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2008.

ROULAND, Norbert. *Direitos das minorias e dos povos autóctones*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Ensaios de antropologia brasiliana*. São Paulo: Editora Nacional/ Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978.

_____. Ciências e cientistas no Brasil. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs.). *Antropologia Brasiliana*: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

SAID, Edward W. *Orientalismo:* o Oriente como Invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALES JR., Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo soc.*, São Paulo , v. 18, n. 2, p. 229-258, Nov. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000200012&lng=en&nrm=iso>. access on 07 Feb. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702006000200012.

SALVADOR, Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra da Secretaria Municipal de Saúde. *Diagnóstico de Saúde da População Negra de Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2006.

SAMPAIO, Patrícia Melo. *O fim do silencio*: presença negra na Amazônia. Belém: Editora Açaí, 2011.

SANTOS, Débora Silva. Ações Afirmativas na Educação Superior. In: BRASIL, Ministério da Saúde. *Brasil Afroatitude:* Primeiro Ano do Programa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos Santos. Afroatitude e Direitos Humanos. In: BRASIL, Ministério da Saúde. *Brasil Afroatitude:* Primeiro Ano do Programa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. *O Movimento Negro e o Estado (1983-1987)*: O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial: 2006.

SANTOS, Ivanir; ROCHA, José Geraldo (Orgs.). *Diversidade e Ações afirmativas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SANTOS, Ricardo Ventura; GIBBON, Sahra; BELTRÃO, Jane (Orgs.). *Identidades emergentes, genética e saúde*: Perspectivas antropológicas.

Rio de Janeiro: Garamond/ Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília-UNB, Brasília,2007.

_____. (Org.) *Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: SECAD-MEC, 2005.

SANTOS, Sales Augusto dos; SANTOS, João Vitor Moreno dos; BERTÚLIO, Dora Lúcia. *O processo de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010*. Brasília: INESC, 2011.

SANSONE, Lívio. "Raça", Etnicidade e Saúde Reprodutiva: o caso afro-latino-americano. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Lívio. *Etnicidade na América Latina*: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

SÃO PAULO, Secretaria da Saúde. *Saúde da População Negra no Estado de São Paulo*: Suplemento 6 do Boletim Epidemiológico Paulista. São Paulo: Coordenadoria de Controle de Doenças, 2006

_____. *Raça, Etnia e Saúde*. São Paulo: Boletim do Instituto de Saúde nº 31, dezembro de 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SEGATO, Rita Laura. Raça é Signo. In: AMARAL JR. Aécio; BURITY, Joanildo (Orgs). *Inclusão Social, identidade e diferença*: perspectivas pós-estruturalistas de análise social. São Paulo: Annablume, 2006.

SEGATTO, Cristiane. Aids 25 anos depois. *Revista Época*, Rio de Janeiro, Nnº 422, Editora Globo, 19 de junho de 2006.

SEPPIR, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *120 anos de luta pela igualdade racial no Brasil:* Manifesto em defesa da justiça e da constitucionalidade da cotas. Brasília: SEPPIR, 13 de maio de 2008.

SEYFERTH, Giralda. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de

(Orgs). *Antropologia Brasiliana*: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette–Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

SILVA, Adailton da et al. Entre o Racismo e a Desigualdade: da constituição à promoção de uma política de igualdade racial (1988-2008). In: JACCOUD, Luciana (Org.). *A Construção de uma Política de Promoção da Igualdade Racial*: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea, 2009.

SILVA, Adailton da. *O jongo no Rio de Janeiro:* relatos de um pesquisador negro. Dissertação Mestrado. PPGAS-UNB, 2003.

_____. Representações sobre o negro na Amazônia: corpos, fronteiras e discrepâncias. In: JUSTAMAND, Michel; ALBUQUERQUE, Renan; CRUZ, Tharcísio Santiago. *Fazendo Antropologia no Alto Solimões*: Diálogos Interdisciplinares II. São Paulo: Alexa Cultural, 2017.

_____. Vulnerabilidade na Diáspora: Epidemia Mundial de HIV e os corpos negros subalternizados. In: RODRIGUES, Gilse Elisa; JUSTAMAND, Michel. *Fazendo Antropologia no Alto Solimões*. São Paulo: Alexa Cultural, 2012.

_____. Antropologia do Direito e Ações Afirmativas em Saúde: o caso do descaso sem acaso. In: SILVA, Adailton da; JUSTAMAND, Michel. *Antropologia no Alto Solimões 2*. Alexa Cultural, 2015.

_____. Autoridade Antropológica e Raça no Brasil. In: RODRIGUES, Gilse Elisa; JUSTAMAND, Michel; CRUZ, Tharcisio Santiago. *Fazendo Antropologia no Alto Solimões*: Diálogos Interdisciplinares. São Paulo: Alexa Cultural, 2016.

_____. Uma leitura possível sobre a saúde e o negro na Antropologia. In: JUSTAMAND, Michel; RODRIGUES, Renan Albuquerque; CRUZ, Tharcisio Santiago. *Fazendo Antropologia no Alto Solimões 7*. São Paulo: Alexa Cultural, 2017.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação*: uma escola para meninos pretos e pardos na corte. Brasília: Editora Plano, 2000.

SILVA, José Marmo da. Projeto Odô- Yá: uma experiência de educação e prevenção de epidemia de HIV/AIDS nas comunidades de terreiro. In: MOTT, Luiz; CERQUEIRA, Marcelo. *As religiões afro-brasileiras*

na luta contra a Aids. Salvador: Editora do Centro Baiano Anti-Aids, 1998.

SILVA, José Marmo da; DACACH, Solange; LOPES, Fernanda. *Guia para a promoção da Saúde no Terreiros*. Rio de Janeiro: PCRI-DFID/ Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde, 2005.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia:* trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: 2006.

_____. Religião e etnicidade: Religião e relações raciais na formação da antropologia do Brasil. In: SANSONE, Lívio; PINHO, Osmundo Araújo (Orgs). *Raça*: novas perspectivas. Salvador: ABA/EDUFBA, 2008.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues Brandão. Trajetórias do Movimento Negro e Ação Afirmativa no Brasil. In: PENESB, Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro/Niterói: Ed. UFF, 2008-2010.

SILVEIRA, Renato da. O Candomblé de Angola na Era Colonial. In: ALVES, Aristides (Org.) *Casa dos Olhos do Tempo que fala da Nação Angolão Paquetan*: Kunzo Kia Mezu Kwa Tembu Kisuelu Kwa Muije Angolão Paquetan. Salvador: Asa Foto, 2010.

SISS, Ahyas. *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa*: razões históricas. Rio de Janeiro: Quartet/Niterói: PENESP, 2003.

SOARES, Sergei. A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007. In: THEODORO, Mário (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil*: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. "As leis da Eugenia" na Antropologia de Edgard Roquette- Pinto. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs.). *Antropologia Brasiliana*: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette–Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

SOUZA SANTOS, Boaventura. *Bifurcação na Justiça*. Artigo Publicado no Jornal Diário Folha de São Paulo, em 10 de Junho de 2008.

SOUZA SANTOS, Boaventura de; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João. *Os tribunais nas sociedades contemporâneas.* Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2013.

SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SPIASSI, Ana Lucia. O que sabemos sobra a especificidade da epidemia de HIV/AIDS entre os brasileiros negros? In: CASTELLANOS, Marcelo Eduardo Pfeiffer. *Saúde da População Negra no ABC*: Diálogos com o movimento social a partir da prevenção das DST/AIDS. São Paulo: Mídia Alternativa Comunicação e Editora, 2009.

SPIASSI, Ana Lucia et al. *Saúde da População Negra no ABC*: Diálogos com o Movimento Social a partir da Prevenção das DST/Aids. São Paulo: Mídia Alternativa Comunicação e Editora, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil: 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego. *Cuidar, controlar, curar*: ensaios, históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

_____A hora da eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

STOCKING JR, George W. Os pressupostos básicos da antropologia de Boas. In: BOAS, Franz. *A formação da Antropologia Americana*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora UFRJ, 2004.

SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do "ensaio sobre o dom" Revista MANA 5(2):89-124, 1999. https://www.scielo.br/pdf/mana/v5n2/v5n2a04.pdf

TAQUETTE, Stella R. *Aids e Juventude:* gênero, classe e raça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

THEODORO, Mário (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil*: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

TELLES, Edward Eric. *Racismo à brasileira*: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Ford, 2003.

TEMPUS, Actas de Saúde Coletiva. *DST/Aids*. Brasília: Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília, Ano IV, Vol. 2, nº 2, 2010.

TORRES, Angela. Situación mundial de la epidemia del Sida. In: BRICEÑO–LEÓN, Roberto (Coord.). *Salud y equidade*: una mirada desde las ciências sociales. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

UJVARI, Stefan Cunha. *A história da humanidade contada pelos vírus, bactérias, parasitas e outros microrganismos*. São Paulo: Contexto, 2009.

UNAIDS. *Intensifying HIV prevention*: a UNAIDS policy position paper. Genebra: UNAIDS, 2005.

_____. *HIV-Related stigma, discrimination and Human Rights Violations*: Case studies of successful programes. Genebra: UNAIDS, 2006.

VARELLA, Drauzio. *Maré, vida na favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

WARE, Vron. *Identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WERNECK, Jurema. O belo ou o puro? Racismo, eugenia e novas (bio) tecnologias. In: WERNECK, Jurema; ROTANIA, Alejandra Ana. (Orgs.) *Sob o signo da Bios*: Vozes Críticas da Sociedade Civil. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004.

WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. *O livro da Saúde das Mulheres Negras*: Nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.

REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS

FOGO NAS VEIAS. Direção: Dilan Mohan Grey. Índia: NETFLIX, 2012.

A DOUTRINA DE CHOQUE: ASCENSÃO DO CAPITALISMO DE DESASTRE. Direção: Mat Whitecross; Michel Winterbottom. Reino Unido e Irlanda do Norte. Produção: Alex Cooke; Avi Lewis; Andrew Eaton; Melissa Parmenter., 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Y4p6MvwpUeo Acesso em: 29.01.2018.

IYALODE: DAMAS DA SOCIEDADE. Direção: José Pedro da Silva Neto; Maria Emília Coelho. Brasil: 2005. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6QvHxaGzOqc Acesso em: 29.01.2018.

Sugestões de leitura

disponívem em alexaloja.com

Coleção FAAS - Fazendo Antropologia no Alto Solimões

Dirigida por Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand

1 - Antropologia no Alto Solimões.

Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012

2 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões.

Gilse Elisa Rodrigues e Michel Justamand (orgs.), 2012

3 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2.

Adailton da Silva e Michel Justamand (orgs.), 2015

4 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: gênero e educação.

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

5 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diversidade étnica e fronteira.

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

6 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares.

Gilse Elisa Rodrigues, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2016

7 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 7.

Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017

8 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares II.

Michel Justamand, Renan Albuquerque Rodrigues e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2017

9 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 9.

Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.). 2017

10 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 10.

Carmen Junqueira, Michel Justamand e Renan Albuquerque (orgs.), 2017

11 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 11.

Michel Justamand, Renan Albuquerque e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

12 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 12.

Iraildes Caldas Torres e Michel Justamand (orgs.), 2018

13 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 13.

Antonio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

14 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 14.

Ana Beatriz de Souza Cyrino, Dorinethe dos Santos Bentes e Michel Justamand (orgs.), 2018

15 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 15.

Antônia Marinês Goes Alves, Elenilson Silva de Oliveira e Michel Justamand (orgs.), 2018

16 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 16.

José Lino do Nascimento Marinho, Maria Isabel Araújo e Michel Justamand (orgs.), 2018

17 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 17.

Walmir de Albuquerque Barbosa, Marilene Corrêa da Silva Freitas, Artemis de Araujo Soares e Michel Justamand (orgs.), 2018

18 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 18.

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2018

19 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 19.

João Bosco Ladislau de Andrade, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs.), 2019

20 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 20 - O pensamento dissidente/ divergente e as questões amazônicas

Ildete Freitas Oliveira, Michel Justamand e Nelly Mary Oliveira de Souza (orgs), 2019

21 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 21

M*ichel Justamand, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia Cristina C. de Andrade (orgs), 2019*

22 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 22

Michel Justamand, Sandra Oliveira de Almeida e Vânia Cristina Cantuário de Andrade (orgs), 2019

23 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 23

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs), 2019

24 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 24

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz (orgs), 2019

25 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 25

Ana Maria de Mello Campos, Michel Justamand e Sebastião Melo Campos, 2019

26 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 26

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020

27 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 27

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020

28 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 28

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Tharcísio Santiago Cruz, 2020

29 - Fazendo Antropologia no Alto Solimões, vol. 28

Antônio Carlos Batista de Souza, Michel Justamand e Vânia Cristina Cantuário de Andrade 2020

Coleção FAAS TESES - Fazendo Antropologia no Alto Solimões - Teses

Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand

1 - Os Kamaiurá e o Parque Nacional do Xingú.

Carmen Junqueira. 2018

2 - Da cana ao caos - Usos sociais do meio ambiente em perspectiva comparada.

Thereza Menezes, 2018

3 - Órfãos das letras no contexto amazônico: memórias de uma prática docente na Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia.

Maria de Nazaré Corrêa da Silva, 2019

4 - Os Rikbaktsa: mudança e tradição.

Rinaldo Sergio Vieira Arruda, 2019

5 - Seringueiros do Médio Solimões: fragmentos e memórias de vida e trabalho.

José Lino do Nascimento Marinho. 2019

6 - O parto na fronteira amazônica Brasil e Peru: etnografia sobre a assistência obstétrica no município de Benjamin Constant.

Ana Maria de Mello Campos, 2019

7 - Espaço e tempo na cidade de Manaus: processo de verticalização (1970 a 2010),

Lupuna Corrêa de Souza, 2020.

8 - Memória e identidade do povo Xetá. narrativas visuais e memória coletiva no quadro de dispersão

Maria Angelita Djapoterama da Silva, 2021

9 - Corpo negro e saúde. um estudo sobre afrobrasileiros (as), AIDS e ações afirmativas

Adailton da Silva, 2021

10 - Mitopoética dos Muyraquitãs, Porandubas e Moronguetás: ensaios de Antropologia, Estética e Etnologia Amazônica.

Harald Sá Peixoto Pinheiro, 2021

Coleção Arqueologia Rupestre

Dirigida por Gabriel Frechiani de Oliveira e Michel Justamand

1 - As pinturas rupestres na cultura: uma integração fundamental

Michel Justamand, 2006

2 - Pinturas rupestres do Brasil: uma pequena contribuição.

Michel Justamand, 2007

3 - As relações sociais nas pinturas rupestres

Michel Justamand, 2007

4 - Comunicar e educar no território brasileiro: uma relação milenar

Michel Justamand, 2012

5 - A mulher rupestre

M*ichel Justamand, 2014*

6 - O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – PI.

Michel Justamand, 2015

7 - Arqueologia da Sexualidade

M*ichel Justamand, Andrés Alarcón-Jiménez e Pedro Paulo A. Funari, 2016*

8 - Arqueologia do Feminino *Michel Justamand,*

Gabriel Frechiani de Oliveira, Andrés Alarcón-Jiménez e edro Paulo A. Funari, 2017

9 - Arqueologia da Guerra.

Michel Justamand, Gabriel Frechiani de Oliveira, Vanessa da Silva Belarmino e Pedro Paulo A. Funari, 2017

10 - Arqueologia e Turismo.

Michel Justamand, Pedro Paulo A. Funari e Andrés Alarcón-Jiménez, 2018

11- Uma história do povoamento do continente americano pelos seres humanos: a odisseia dos primeiros habitantes do Piauí.

Gabriel Frechiani de Oliveira, Michel Justamand e Pedro Paulo A. Funari, 2019

12 - Caçadores da pré-história: recorrências temáticas na pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara - PI

Vanessa da Silva Belarmini, 2019

13 - Luta corporal na Pré-História: ensaio antropológico e histórico

Leandro Paiva, 2019

14 - Grafismos rupestres no Abrigo do Índio em Palestina de Goiás: espacialidade e visibilidade

Grazieli Pacelli Procópio, 2020

15 - Pinturas rupestres: o cinema na pré-história

Cidiclei Alcione Biavatti, 2020

Coleção Diálogos Interdisciplinares

Dirigida por Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand

1 - É possível uma escola democrática?

Michel Justamand (org.), 2006

2 - Políticas Educacionais: o projeto neoliberal em debate.

Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand, 2007

3 - Diálogos Híbridos.

Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.), 2016

4 - Neoliberalismo: a máscara atual do capital.

Michel Justamand, 2017

5 - Diálogos Interdisciplinares e Indígenas.

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Michel Justamand e Sebastião Rocha de Sousa, 2017

6 - Diálogos Interdisciplinares I: história, educação, literatura e política.

Émerson Francisco de Souza (org.), 2017

7 - História e representações: cultura, política e gênero.

Lilian Grisolio Mendes e Michel Justamand (orgs.), 2017

8 - Diálogos Híbridos II.

Camilo Torres Sanchez, Josenildo Santos de Souza e Michel Justamand (orgs.), 2018

9 - A educação ambiental no contexto escolar do município de Benjamin Constant – AM.

Sebastião Melo Campos, 2018

10 - Políticas Públicas de Assistência Social: moradores em situação de rua no município de Benjamin Constant – AM.

Sebastião Melo Campos, Lincoln Olimpio Castelo Branco, Walter Carlos Alborado Pinto e Josenildo Santos de Souza, 2018

11 - Tabatinga: do Conhecimento à Prática Pedagógica.

Maria Auxiliadora Coelho Pinto (org), 2018

12 - Tabatinga e suas Lendas.

Maria Auxiliadora Coelho Pinto e Cleuter Tenazor Tananta, 2018

13 - Violência sexual contra crianças, qual é a questão? Aspectos constitutivos

Eliane Aparecida Faria de Paiva, 2018

14 - A implantação do curso de antropologia na região do Alto Solimões - AM.

Adolfo Neves de Oliveira Júnior, Heloísa Helena Corrêa da Silva e Paulo Pinto Monte (orgs.), 2018

15 - Estudos Clássicos e Humanísticos & Amazonidades - Vo.l. 2.

Renan Albuquerque e Weberson Grizoste (org), 2018

16 - Ars moriendi, a morte e a morte em si.

Miguel A. Silva Melo, Antoniel S. Gomes Filho, Emanuel M. S. Torquao e Zuleide F. Queiroz (org), 2018

17 - Reflexões epistemológicas: paradigmas para a interpretação da Amazônia.

S*alatiel da Rocha Gomes e Joaquina Maria Batista de Oliveira (org), 2018*

18 - Diálogos Híbridos III - Agroecologia.

Camilo Torres Sanchez (org.), 2018

19 - Processos psicossociais na Amazônia.

Marcelo Calegare e Renan Albuquerque (org.),2018

20 - Teoria e prática em adminstração e ciências contábeis I: intercâmbios nordestinos.

Antoniel dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Erilúcia Cruz Nacedo (orgs), 2018

21 - Teoria e prática em adminstração e ciências contábeis II: intercâmbios nordestinos.

Antoniel dos Santos Gomes Filhos, Antonio Wilson Santos, Marcos Jonaty Rodrigues Belo Landim e Maria Erilúcia Cruz Nacedo (orgs), 2018

22 - Reinvenção do rádio: tecnologia, educação e participação.

Guilherme Gitahi de Figueiredo, Leni Rodrigues Coelho e Núbia Litaiff Morix Schwamborn (orgs), 2018

23 - Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial.

Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque e Flávia R. Busabello (orgs), 2018

24 - Crimes de ódio e violência contra LGBT no Brasil: um estudo a partir do Nordeste do Brasil.

Miguel Ângelo Silva de Melo, 2018

25 - Reflexões sobre violência e justiça.

Ernandes Herculano Saraiva, Guilherme José Sette Júnior e Neuton Alves de Lima, 2018

26 - Política de educação do surdo: problematizando a inclusão bilíngue em escolas da rede municipal de ensino de Benjamin Constant-AM.

Maria Francisca Nunes de Souza e Maria Almerinda de Souza Matos (orgs), 2019

27 - Tradução cultural e processos socioculturais na Amazônia,

Alexandre de Oliveira (org), 2019

28 - Balbina, vidas despedaçadas

Renan Albuquerque, 2019

29 - Olhares comunicacionais

Renan Albuquerque, Noélio Martins Costa e Georgio Ítalo Oliveira (orgs), 2019

30 - Saberes Amazônicos

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, Júnior Peres de Araújo e Ismael da Silva Negreiros (orgs), 2019

31 - As Primeiras-Damas e a assistência Social: relações de gênero e poder

Iraildes Caldas Torres, 2019

32 - Imagens e imaginários na Amazônia

Alexandre de Oliveira (org), 2019

33 - Amazônia: prospecção de múltiplas lentes

Liliane Costa de Oliveira, Viviane de Oliveira Lima Zeferino e Israel Pinheiro (orgs), 2019

34 - Amazônia e educação na região do Médio Juruá

Ana Lúcia Garcia Torres, Eloá Arevalo Gomes, Iatiçara Oliveira da Silva, Silvia Regina Sampaio Freitas (orgs), 2019

35 - Amazônia saúde e ambiente na região do Médio Juruá

Ana Lúcia Garcia Torres, Eloá Arevalo Gomes, Iatiçara Oliveira da Silva, Silvia Regina Sampaio Freitas (orgs), 2019

36 - Educação em pauta

Fátima Aparecida Kian e Ailton Paulo de Oliveira (orgs), 2019

37 – Tecnologias na formação inicial de professores

Luis Carlos Rabelo Vieira, 2019

38 – Produções teórico-práticas nos contextos de saúde,

Nazaré Maria de Albuquerque Hayasida e Gisele Cristina Resende, 2019

39 – Protagonismo Internacional do Brasil na Agenda de Segurança Alimentar,

Shigeaki Ueki Alves da Paixão, 2019

40 – Serviço Social, Trabalho e Sustentabilidade

Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Hamida Assunção Pinheiro, Lidiany de Lima Cavalcante e Marinez Gil Nogueira Cunha, 2019

41 – Diálogos interdisciplinares em educação profissional,

Alexandre de Oliveira e Xênia de Castro Barbosa, 2019

42 – Corpos, sociedade e extensões.

Ártemis de Araújo Soares, Shigeaki Ueki Alves da Paixão e Ghislaine Raposo Bacelar (org.), 2020

43 – Canumã – Memorias vivas de um povo

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020

44 – Ticuna – Guardiões da Floresta

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020

45 – Ticuna – Saberes e práticas educacionais,

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020

46 – Oleiros da vida,

Hamida Assunção Pinheiro, 2020

47 – Estudos a partir da teoria de Norbert Elias

Gláucio Campos Gomes de Matos, 2020

48 – Praticas educacionais no contexto amazônico

Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flávia Karenine Silva da Ponte e Michel Justamand, 020

49 – Praticas educacionais no contexto amazônico II

Tales Vinícius Marinho de Araújo, Flávia Karenine Silva da Ponte, Vandreza Souza

dos Santos e Michel Justamand, 2020

50 – Praticas educacionais no contexto amazônico III

Tales Vinícius Marinho de Araújo, Vandreza Souza dos Santos e Taciana de Carvalho Coutinho, 2020

51 – Educação – Discursos midiáticos sobre as provas de redação do ENEM

Fátima Aparecida Kian, 2020

52 – Associativismo e cooperativismo rural em Parintins, *Sandra Helena da Silva e José Carlos Martins Brandão, 2020*

53 – Campo Minado: as investidas do capital contra Seguridade Social Brasileira

Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Hamida Assunção Pinheiro e Kátia de Araújo Lima Vallina, 2020

54 – Geografia física da Amazônia, vol. 1

Antonio Fábio Sabbá Guimarães Vieira e Deivison Carvalho Molinari, 2020

55 – Violências vulnerabilidades e violação de direitos, vol. 1

Carla Montefusco, Izaura Rodrigues Nascimento e Lucilene Ferreira de Melo, 2020

56 – Violências, epistemologias, práticas e possibilidades de prevenção, vol. II

Carla Montefusco, Izaura Rodrigues Nascimento e Lucilene Ferreira de Melo, 2020

57 – O ser e fazer das mulheres cultivadoras nas várzeas amazônicas

Sandra Helena da Silva, 2020

58 – Prevenção do abuso sexual na educação infantil

Eliane Aparecida Faria de Paiva, 2020

59 – Leituras sobre educação – a voz do professor

Aílton Paulo de Oliveira Junior e Fátima Aparecida Kian, 020

60 – COVID – 19: aspectos multidisciplinares – Educação

Aílton Paulo de Oliveira Junior e Fátima Aparecida Kian, 2020

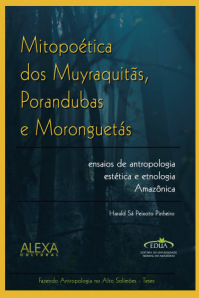
61 – Serviço Social, Estado e Políticas Sociais em Angola

*Amor António Monteiro, 2020*43 – Canumã – Memorias vivas de um povo,

Maria Auxiliadora Coelho Pinto, 2020

Coleção FAAS TESES

Dirigida por Adailton da Silva e Michel Justamand



ALEXA CULTURAL

UFAM

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

ISBN - 978-65-87643-59-5